

Patrícia Gonçalves de Freitas
Roger Goulart Mello
Organizadores

PANDEMIA COVID-19:

Políticas Públicas e Demandas Sociais



2021

Patrícia Gonçalves de Freitas
Roger Goulart Mello
Organizadores

PANDEMIA COVID-19:

Políticas Públicas e Demandas Sociais



2021

2021 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos à Editora
e-Publicar pelos autores.

Editora Chefe

Patrícia Gonçalves de Freitas

Editor

Roger Goulart Mello

Diagramação

Roger Goulart Mello

Projeto Gráfico e Edição de Arte

Patrícia Gonçalves de Freitas

Revisão

Os autores

**PANDEMIA COVID-19 NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMANDAS
SOCIAIS, VOL. 1**

Todo o conteúdo dos capítulos, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense

Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia

Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Cristiana Barcelos da Silva – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina

Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes

Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco

Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás

Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará

Glauco Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense

Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz

Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA

João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco



2021

Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P189 Pandemia COVID-19 no Brasil [livro eletrônico] : políticas públicas e demandas sociais: volume 1 / Organizadores Patrícia Gonçalves de Freitas, Roger Goulart Mello. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2021.

Formato: PDF.

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-89340-95-9

1. COVID-19. 2. Pandemia. 3. Saúde pública – Brasil. I. Freitas, Patrícia Gonçalves de, 1992-. II. Mello, Roger Goulart, 1992-.

CDD 614.51

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Editora e-Publicar
Rio de Janeiro – Brasil
contato@editorapublicar.com.br
www.editorapublicar.com.br



2021

Apresentação

É com grande satisfação que a **Editora e-Publicar** vem apresentar a obra intitulada “**Pandemia COVID-19 no Brasil: políticas públicas e demandas sociais, Volume 1**”. Neste livro, engajados pesquisadores contribuíram com suas pesquisas. A obra é composta por 30 capítulos que abordam múltiplos temas.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Editora e-Publicar

Roger Goulart Mello

Patrícia Gonçalves de Freitas

Sumário

CAPÍTULO 1	13
A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UMA REFLEXÃO SOBRE O DIREITO À INFORMAÇÃO COMO GARANTIA A DIREITOS FUNDAMENTAIS	13

Brenda De Britto Sales
Natália Valverde Jatobá

CAPÍTULO 2	28
EPIDEMIOLOGIA DA “PRIMEIRA ONDA” DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-ES.....	28

DOI: 10.47402/ed.ep.c20215872959

José Roberto Gonçalves de Abreu
Filipe Cardoso Constantino
Juliana Aguiar Alborghetti
Juliana dos Santos Romanha Guzzo
Tainá Ferreira Coêlho Souza
Yure Silveiras Dias

CAPÍTULO 3	42
IMPACTO DA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DOS IDOSOS E OS CAMINHOS PARA SOLUÇÃO	42

Ana Caroline Gusmão De Matos
Nathalia Costa Macedo Noronha
Carmem Isaura Salles Do Nascimento
Alicia Calinne Melo Santos
Thayna Bezerra Lima
Marina Dantas Freire
Luana Godinho Maynard
Carla Viviane Freitas De Jesus

CAPÍTULO 4	50
ADAPTAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM TEMPO DE PANDEMIA ENQUANTO ISOLAMENTO SOCIAL.....	50

Cláudio Luiz Chiusoli
Julie Cristini Dias
Lucas da Costa
Lucas Serbai

CAPÍTULO 5	67
A PANDEMIA E A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA EDUCACIONAL.....	67

José Simão De Oliveira Neto
Pâmela Ferreira Martins
Rodolfo Sérgio De Oliveira
Fábio Alexandre Santos
Luciana Maria De Souza Macêdo

CAPÍTULO 6	85
ESTUDO COMPARATIVO DO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE CURITIBA-PR EM MEIO À CRISE COVID-19: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS E DE PRÁTICAS DO ENSINO À DISTÂNCIA E PRESENCIAL.....	85

Flávia Harumi Souza Kuabara
Tavany Cibele Coelho
Maura Vello

CAPÍTULO 7	103
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA UMA ALTERNATIVA EM TEMPO DE PANDEMIA: REFLETINDO SOBRE O ENSINO DE BIOLOGIA E QUÍMICA E SEUS IMPACTOS DA PANDEMIA NO PROCESSO EDUCATIVO DO MUNICÍPIO DO RIO	103

Flora Gomes De Oliveira Da Silva

CAPÍTULO 8	111
O TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NO CONTEXTO DE PANDEMIA: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA	111

Augusto César Soares Da Cunha
Gênesis Guimarães Soares
Diana Leandro Tavares
Ellen Camargo Bento Pacheco
Carina Mirella Martins Barbosa

CAPÍTULO 9	119
EDUCAÇÃO E PANDEMIA: ESPECIFICIDADES E IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 NO CONTEXTO EDUCACIONAL INFANTIL	119

Geovana Nascimento Cavalcante

CAPÍTULO 10	128
ISOLAMENTO SOCIAL E IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO PERFIL DE ESTILO DE VIDA EM UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA ENSINO SUPERIOR	128

Gildeene Silva Farias
Sabrina Da Silva Barbosa

CAPÍTULO 11	139
REFLEXÕES GEOGRÁFICAS DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: OS CONFLITOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA COM AS NORMAS SANITÁRIAS	139

Isabôhr Mizza Veloso Dos Santos
Isabella Ayezza Veloso Dos Santos

CAPÍTULO 12	149
O MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE: ESTRATÉGIAS E AÇÕES EDUCATIVAS NA PANDEMIA DE COVID-19.....	149

Juliano Marcelino Deitos

CAPÍTULO 13	164
A RESPONSABILIDADE CIVIL DA SOCIEDADE NA PREVENÇÃO E COMBATE DAS VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS DURANTE A PANDEMIA	164

Larissa De Oliveira Souza
Jiovana Mendes
Luciana Adelia Sottili

CAPÍTULO 14	184
CONTROLE E COMBATE AO TABAGISMO DURANTE A PANDEMIA Da COVID-19	184

Monique Bessa de Oliveira
Felipe Rodrigues Prucoli

CAPÍTULO 15	194
A BIOSSEGURANÇA COMO FERRAMENTA DE PROTEÇÃO NOS ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS: MUDANÇAS E ADAPTAÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA	194

Diego Moraes de Araújo
Natanael Charles da Silva
Adauto de Vasconcelos Montenegro
Ana Gabriela Rodrigues Cardoso
Antônio Alison Pinheiro Martins

CAPÍTULO 16.....	204
SATISFAÇÃO DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS EM RELACIONAMENTOS AFETIVOS/SEXUAIS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.....	204

Rafael De Tilio
Manuela Carvalho Dantas
Mariana Cardozo Manzi
Tabitah Almeida Marques
Vinícius Sabino Cruz
Monize Villega Rios
Ana Letícia Scalon de Oliveira

CAPÍTULO 17.....	220
O CONTROLE DA DENGUE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	220

Rayane Aline Belarmino Santos
José Manoel Wanderley Duarte Neto

CAPÍTULO 18.....	238
A RELAÇÃO ENTRE O CORONAVÍRUS E O SANEAMENTO BÁSICO NA PERIFERIA SUL DE CAMPO GRANDE - MS.....	238

Regerson Franklin dos Santos
Jennifer Paula Bezerra de Moraes

CAPÍTULO 19.....	250
EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA ONDA DA COVID-19: AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NA OFERTA DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS PELA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO	250

Regina Lucia Fernandes de Albuquerque

CAPÍTULO 20.....	269
“COMISSÃO DE INDICADORES DE ATENDIMENTO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NA POLICLÍNICA DR. LUSMAR VERAS RODRIGUES EM FORTALEZA”	269

Thaís Ferreira Campos
Thais de Alencar Montenegro Rocha
Ana Yasmin Vasconcelos de Oliveira Melo
Antônio Eusébio Teixeira Rocha

CAPÍTULO 21	276
EFEITOS DA COVID-19 NO EMPREGO NO SETOR EDUCAÇÃO NO BRASIL	276

Mariana Camboim Viola
Yasmin Dal Lago Nachtigall
Ricardo Heli Rondinel Cornejo
Daniel Arruda Coronel

CAPÍTULO 22	297
A PANDEMIA DE 2020: AÇÕES, DESAFIOS E APRENDIZADOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NOS ESTADOS DO AMAZONAS E PARÁ	297

DOI: 10.47402/ed.ep.c202146622959

Domingas Monteiro de Sousa
Lúcia Regina Silva dos Santos
Maria de Lourdes da Silva Moreira
Nara Cláudia Alvaredo da Cruz
Rosinete dos Santos Rodrigues
Ana Maria Anjos Rombo Rodrigues da Costa
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares

CAPÍTULO 23	316
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19	316

DOI: 10.47402/ed.ep.c202146123959

Francisco Atualpa Ribeiro Filho

CAPÍTULO 24	329
USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS IDOSAS FRENTE À PANDEMIA COVID-19	329

DOI: 10.47402/ed.ep.c202151924959

Luciane Meotti de Andrade
Marilene Rodrigues Portella

CAPÍTULO 25	341
A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE PÚBLICA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19	341

DOI: 10.47402/ed.ep.c202155425959

Raphaela Soares Fonseca
Gabriele Serra Brehm
Lisiane Smiderle

CAPÍTULO 26	358
LUTO EM TEMPOS DE COVID-19: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA NACIONAL	358

DOI: 10.47402/ed.ep.c202145826959

Pedro Henrique Mesquita de Araújo
Rodrigo da Silva Maia

CAPÍTULO 27374

FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO
DO AMAZONAS: DESAFIOS EM TEMPOS DA PANDEMIA.....374

Adriana Passos Moreno
Andréa Sebastiana do Rosário Cavalcante Machado
Carla Valentim Baraúna de Araujo
Rosamélia Alencar Lira

CAPÍTULO 28388

PRINCIPAIS MEDIDAS DE SAÚDE PÚBLICA DE COMBATE AO COVID-19388

Lara Maria Fujita Vieira Lima
Aline Moreira Lócio
Ana Beatriz Teófilo Macedo dos Santos
Rafaella Iughetti da Costa
Maria Clara Holanda Dumaresq
Matheus Neves Araujo
Lêda Maria Veloso Bastos
Thomás Samuel Simonian

CAPÍTULO 29404

‘UM OLHAR DE ESPERANÇA EM MEIO AO CAOS: AÇÃO DE PÁSCOA NO
HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL404

Débora Teixeira da Cruz
Gabriela Alves César
Renata Evarini
Sabrina Martins Duarte
Sheila Amorin Matos
Thays Aparecida Nunes Campozano
Watuci de Oliveira da Silva

CAPÍTULO 30413

EM TEMPOS DE PANDEMIA, A CARTA TAMBÉM SE TORNA “REMÉDIO”: A
CARTA COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO EM UM HOSPITAL REFERÊNCIA DA
COVID-19413

Débora Teixeira da Cruz
Gabriela Alves César
Renata Evarini
Sabrina Martins Duarte
Sheila Amorin Matos
Thays Aparecida Nunes Campozano
Watuci de Oliveira da Silva

CAPÍTULO 1

A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UMA REFLEXÃO SOBRE O DIREITO À INFORMAÇÃO COMO GARANTIA A DIREITOS FUNDAMENTAIS

Brenda De Britto Sales, Jornalista pela Universidade Salvador e estudante de Direito pela Universidade Federal da Bahia

Natália Valverde Jatobá, Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de discutir o direito à informação como via de acesso a outros direitos fundamentais, tendo em vista a grande repercussão, no Brasil, que os refugiados (não nacionais) vem ganhando nos últimos anos e dentro do contexto pandêmico que dificulta ainda mais o acesso dessas pessoas aos seus direitos. O levantamento acerca das informações expostas esteve limitado às políticas públicas realizadas e informações oficiais emitidas pelo Governo Federal, além da observação sistemática dos sites das Organizações Internacionais responsáveis pelos refugiados, assim como a literatura científica e os veículos de comunicação jornalísticos. Chegou-se a conclusão que a comunicação é um pilar poderoso para o acolhimento de migrantes e que há uma necessidade de otimizar como as informações chegam até os nacionais e, principalmente, não nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à informação; refúgio; migração; Covid-19.

INTRODUÇÃO

A questão de pessoas em situação de refúgio no Brasil ganhou notoriedade nos últimos anos. Uma série de fatores esclarecem esse fenômeno, dentre eles, o fato de o fluxo migratório ter aumentado com a entrada de Venezuelanos em Roraima, por conta da violação de direitos em seu país de origem. Além disso, o tema também ganhou repercussão internacional recentemente com a guerra na Síria. Entretanto, ao ingressar no Brasil, os imigrantes se deparam com empecilhos como o desconhecimento do idioma, a xenofobia e as informações falsas, que impedem o pleno acesso à alguns direitos, como o Auxílio Emergencial e atendimento através do Sistema Único de Saúde (SUS). Inclusive, a desinformação quanto aos direitos dos refugiados é uma das pautas deste trabalho para exemplificar como a comunicação efetiva é imprescindível para promover o acesso a garantias constitucionais.

Objetiva-se nesta pesquisa contextualizar as inúmeras dificuldades para o acesso aos

direitos, como dificuldades comunicacionais e linguísticas, que afetam direta ou indiretamente a vida de milhares de refugiados e solicitantes de refúgio. Nesse contexto, o foco central do presente artigo é justamente discutir o direito à informação como via de acesso a outros direitos fundamentais, principalmente por parte de refugiados e solicitantes de refúgio, entendendo a importância da comunicação durante a pandemia de Covid-19. Para tanto, buscou-se analisar os atos governamentais da presidência da república referentes a divulgação de informações necessárias para o enfrentamento da crise sanitária, tendo como foco esse público específico.

Deve ser inicialmente explicitado que a desinformação acerca dos refugiados e a falta de interesse em informar sobre esse grupo estão diretamente ligados à estereótipos agregados em decorrência da xenofobia. Há uma perceptível desumanização das pessoas em situação de refúgio, sendo essa uma das problemáticas que aqui serão trabalhadas. Junto a isso, determinadas medidas governamentais, ou a carência de ações específicas para combater falsas informações, contribuem para a propagação da ideia, por exemplo, de refugiados como uma ameaça à soberania nacional.

Deste modo, é imprescindível explicitar que o direito à informação correta e precisa deve ser assegurado, principalmente para as pessoas em situação de refúgio, visto que possibilita o acesso a outros direitos fundamentais. É através desse direito que é passível, a todo residente do Brasil, poder procurar as informações necessárias para sua sobrevivência, por quaisquer meios de sua escolha. Em razão disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) reconheceu a importância da comunicação na vida dos seres humanos, assegurando “a liberdade de ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independente de fronteiras” (Assembleia Geral da ONU, art. 1). Portanto, analisou-se a comunicação governamental durante a pandemia do novo coronavírus para averiguar se houve divulgação efetiva de informações necessárias para garantir, às pessoas em situação de refúgio, condições para pleitear seus direitos-garantias e para combater a desinformação.

A apuração deu-se essencialmente através da legislação brasileira, na comunicação oficial emitida pelo Governo Federal e em suas políticas públicas, no que concerne à temática dos refugiados. Também foi realizada a observação sistemática dos sites das Organizações Internacionais responsáveis pelas pessoas em situação de refúgio, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) assim como dos meios de comunicação jornalísticos e da literatura científica. Por fim, o estudo contou com um recorte temporal de março de 2020, início da pandemia no Brasil, até o mês de setembro de 2020.

1. A SITUAÇÃO DO REFÚGIO NO BRASIL

De acordo com a Lei nº 9.474/1997, a qual definiu mecanismos para a implementação da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e foi assinada e ratificada pelo Brasil, são considerados refugiados aqueles que:

- I - Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - Devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio (BRASIL, 1997).

A definição acima citada se difere da descrição acerca dos imigrantes, os quais se estabelecem em território nacional por tempo indeterminado ou provisório (BRASIL, 2017), sem haver necessariamente uma razão forçada para o fenômeno.

É através do Sistema do Comitê Nacional para os Refugiados (SISCONARE) que a pessoa em situação de refúgio deve solicitar o seu reconhecimento para esta condição. Os pedidos são decididos pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e, assim, é conferido ao solicitante um protocolo provisório que concede direitos e deveres, como o direito ao acesso à educação, ao trabalho e à saúde (ACNUR, 2015). Outro ponto importante para observação é que a média de tempo para que estas solicitações sejam analisadas, é em torno de três anos (MJSP, 2020).

Decorrente da generalizada violação dos direitos humanos na Venezuela, o fluxo de pessoas vindo para o Brasil em busca de refúgio vem aumentando cada vez mais. Em agosto do ano de 2020, o Brasil reconheceu 7.787 venezuelanos como refugiados, sendo atualmente mais de 46 mil pessoas de nacionalidade venezuelana reconhecidas em território nacional (ACNUR, 2020), este número representa seis vezes mais do que foi contabilizado até dezembro de 2019.

Sabe-se que a migração é um fenômeno social que acontece desde que homens são nômades. Outro grande exemplo é da Europa em 1492, quando começa a se movimentar para conquistas territoriais continente afora e que, por sua vez, existia num sentido de “progresso” (ATTALI, 1993). No entanto, é apenas a partir da Primeira Guerra Mundial que o tema dos refugiados começa a ganhar visibilidade dentro da comunidade internacional.

Nos últimos dez anos, foram pelo menos cem milhões de pessoas forçadas a deixarem suas casas, segundo o último relatório global sobre deslocamento forçado do ACNUR - Alto

Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR, 2020). Com um movimento tão intenso é previsível que a sociedade se posicione em relação a isso com mais frequência.

Em um mundo cada vez mais globalizado, os veículos de comunicação se tornaram responsáveis por contribuir na interconectividade entre os povos. A comunicação pública do Governo Federal imprescindivelmente intercede no modo como a sociedade enxerga determinados assuntos, assim como uma ausência de informações oficiais interfere do mesmo modo.

Partindo dessa mesma perspectiva, há um paradoxo quando se discute acerca das informações que são diariamente difundidas. Ao mesmo tempo em que o Governo pode propagar ideias elaboradas a partir da falta de informação — por vezes intencionalmente causando efeitos negativos na sociedade que recebe essas referências, condutas assim só poderão ser combatidas com a informação, de fato. Por exemplo, através de uma comunicação precisa e efetiva, a percepção e o trato aos imigrantes do Norte e do Sul deixariam de ser explicitamente distintos¹.

Na legislação brasileira, é perceptível uma evolução na maneira em que a imigração é vista nacionalmente. A princípio, entendida como uma ameaça à segurança nacional, a compreensão acerca do fenômeno migratório só começa a ser desconstruído em termos técnicos, com a nova Lei de Imigração de 2017, que teve como base os princípios da Constituição de 88, onde prevê em seu Art. 5 a igualdade de todos, sejam brasileiros ou estrangeiros que residem no país (BRASIL, 1988).

É sabido que as pessoas em situação de refúgio, regularizadas ou não, necessitam vencer as mais diversas barreiras para se estabelecer em um país, seja ele qual for. A adaptação à cultura local, a dificuldade em compreender o idioma oficial do país destinatário, as experiências com a xenofobia e racismo, além do distanciamento dos parentes e amigos, são só alguns dos problemas que essas pessoas enfrentam.

Apesar de preconceitos quanto às ideias referentes às pessoas que sofrem da migração forçada, é verdade que muitas destas apresentam elevado grau de escolaridade. São muitas as pessoas que trabalhavam e tiveram formações, mas não tiveram escolha quanto a permanecer ou não no seu país de origem. Frente a isso, a fim de recomeçar no Brasil além das dificuldades

¹ Enquanto os do Norte são encarados como ricos e desenvolvidos, além de terem fácil acesso às oportunidades que lhes estão abertas, os sulistas representam a desordem e são constrangidos através de limitações (ATTALI, 1993).

econômicas que o país também enfrenta, a primeira opção para diversas pessoas em situação de refúgio foi o empreendedorismo.

Ainda assim, conforme relatado pelo documento elaborado pelo ACNUR em parceria com a Universidade Federal de Brasília, acerca do empreendedorismo dos refugiados e solicitantes dessa condição, fica evidente que uma das maiores dificuldades que estes enfrentam para começar ou continuar o seu negócio, é a desinformação (BARBOSA; TONHATI; UBIALI, 2020).

Junto a isso, em um contexto pandêmico, projetos de assistências sociais foram amplificados com vistas ao desenvolvimento social e econômico da população que estava sendo prejudicada por conta do isolamento social. O auxílio emergencial é um exemplo interessante no que concerne ao apoio financeiro para aqueles que perderam os seus empregos ou não puderam trabalhar durante os últimos meses (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020).

Para mais, em plena pandemia do novo coronavírus, direitos foram suspensos por tempo indeterminado. No sítio oficial da Polícia Federal, foi publicado pela Comunicação Social em 24 de março de 2020, a suspensão de algumas atividades, tais quais a entrega regular de Passaporte, Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) e Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM). A precaução levou em consideração a Medida Provisória nº 926 e do Decreto nº 10.282, ambas lançadas no mesmo mês pelo Governo Federal devido ao novo contexto de pandemia que o país estava vivendo (POLÍCIA FEDERAL, 2020).

A ação abriu exceção para casos considerados mais urgentes e prorrogou os prazos de vencimento de protocolos, carteiras e outros documentos relativos às atividades de Regularização Migratória. Ademais, suspendeu a aplicação de multas aos documentos que estivessem vencidos (DELFIN, 2020). Neste caso em específico, é possível verificar alguns enfrentamentos tais quais as dificuldades ao acesso à internet ou computadores e celulares, para o contato via e-mail, caso necessário e como previsto pela própria Polícia Federal, além da ineficiência para comunicar as suspensões das atividades, visto que apenas foi divulgado um comunicado via internet e disponível somente em língua portuguesa.

Por último, há um problema que deve ser ressaltado quanto a veracidade dos dados. Infelizmente no país, o controle quanto aos registros de pessoas em busca de proteção, que se estabelecem no território não são confiáveis. Há uma parcialidade de migrantes que entram no Brasil em busca de alimentação ou atendimento médico e, logo depois, retornam para o seu país de origem, assim como existem outros que passam pelas cidades brasileiras e não solicitam o

refúgio por falta de documentos (LEITE, 2018).

A desinformação acerca dos direitos dos refugiados e solicitantes de refúgio acarreta outras repercussões: Apesar de possuírem o direito ao Auxílio Emergencial, muitos refugiados tiveram o pedido ou atendimento negado, nas próprias agências da Caixa Econômica Federal, pois os funcionários desconheciam este direito. Defensoria Pública da União (DPU) precisou elaborar um ofício para deixar evidente que este público possa garantir o auxílio emergencial, mesmo que com documentos vencidos (FOLHA DE S. PAULO, 2020). Afinal, a dificuldade de atualizar o Cadastro de Pessoa Física (CPF) é um outro impedimento para conseguir o que lhes é garantido por lei.

2. O DIREITO À INFORMAÇÃO

Devido a sua importância, o direito à informação foi reconhecido em diversos instrumentos internacionais do direito, como no artigo 19 do Pacto internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o artigo 12 da convenção interamericana sobre Direitos Humanos, o artigo 9 da Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos e o artigo 10 da convenção Europeia sobre Direitos Humanos (Agência de notícias dos direitos da infância; artigo 19, 2009, p.11).

No Brasil, o acesso à informação foi reconhecido como direito fundamental previsto na Constituição Federal, no art. 5º, inciso XXXIII, bem como no inciso II do § 3 do art. 37 e no § 2 do art. 216. Esse direito garante que seja assegurada a liberdade de imprensa e que o exercício da profissão dos envolvidos na produção e difusão da informação seja livre e independente. No ordenamento existe o Direito de se informar (receber informação, comunicar, transcender sua opinião, conforme o artigo 5º, IV da CF/88); o Direito de informar (veicular fatos e notícias sem interferência no conteúdo) e no Direito de ser informado (atribuído sempre que alguém tem direito de informar). Essa garantia é observada pelo Estado, que deve usar de todos os meios disponíveis para a efetivação de tal direito.

De acordo com o Código de Ética dos jornalistas, a divulgação da informação correta e completa, é dever dos meios de divulgação pública, independente da natureza de sua propriedade. Dessa forma, o ordenamento brasileiro prevê o direito de todos os conterrâneos do país receberem, dos órgãos públicos e dos meios de comunicação, informações de interesse geral e particular, de forma a garantir o amplo acesso a todos os cidadãos. É resguardado apenas as informações cujo sigilo é essencial para manutenção da ordem e segurança da sociedade e do Estado. O Código diz ainda “a informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo”. Por

outro lado, a eficácia do direito de se informar pode ser questionada ao analisar o contingente da população que não tem acesso à informação precisa.

O acesso à informação permite o exercício da cidadania e a garantia da dignidade da pessoa humana, uma vez que através dela é possibilitado o desenvolvimento individual e da coletividade. Segundo Ciro Jônatas Oliveira (2013) o direito à comunicação é “essencial para o desenvolvimento social”, uma vez que os programas de promoção social, por exemplo, devem ser conhecido por todos, visto que a ignorância das comunidades facilitaria a exploração por terceiros mal intencionados e mais informados, o que acabaria ampliando a desigualdade social. As pessoas em situação de refúgio, portanto, sem o acesso à informação, desconhecem a possibilidade de vincular-se a programas sociais. Isso é evidente nos casos em que o refugiado não conhece a língua portuguesa e, portanto, não entende como pleitear seus direitos, dessa forma, “o direito ao ensino/aprendizagem da língua de acolhimento possibilitará o uso de outros direitos, assim como o conhecimento do cumprimento dos deveres que assistem a qualquer cidadão” (GROSSO, 2010, p. 69).

A comunicação, além de direito, pode ser considerada, portanto, um instrumento para acesso a outros direitos. Dessa forma, é possível compreendê-la como um serviço que pode ser prestado tanto por entes públicos quanto privados, mas, se é um direito fundamental ser devidamente informado, então caberia ao Estado garantir que a informação devidamente checada esteja acessível a todos.

Entretanto, a informação é, muitas vezes, tida como um bem a ser negociado pelos entes privados, que visam ao lucro. A própria comunicação pública tem sofrido interferências externas que vão de encontro com o interesse de ampliar o acesso da população à informação. Por exemplo, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi criada com objetivo de efetivar ao princípio constitucional de complementaridade entre o sistema público, privado e estatal de comunicação. Entretanto, A lei 13.417/2017 extinguiu o Conselho Curador da EBC (que assegurava o interesse público ao possuir a maior parte de seus membros representando a sociedade civil) e com o mandato do presidente da estatal (AGÊNCIA SENADO, 2017), que agora pode ser substituído a qualquer momento, inclusive por interesses políticos. Inclusive, em 2018, a Comissão de Empregados da EBC e o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal elaboraram um dossiê com casos de censura e governismo ocorridos na empresa. Em 2020, o governo federal qualificou a EBC no seu programa de privatizações.

O direito de informar deve ser protegido em sua plenitude, principalmente quando

resguardado pelo subterfúgio do “interesse público”, obrigando a comunicação a ser veiculada e passível de ser encontrada. A questão é que, mesmo empresas públicas e privadas produzindo e difundindo informações, a informação pode não chegar a população em sua totalidade. Quem vive em situação de refúgio, por exemplo, tem dificuldade a acessar as informações disponíveis publicamente, quando ainda não aprenderam a língua portuguesa.

Sem políticas de acolhimento e bem estar social previstas pelos fóruns internacionais, os refugiados encontram condições precárias de inserção na vida social. A forma como a informação é veiculada pode reforçar ou romper com estereótipos acerca da migração. Para Arantes, Deusdará e Brenner (2016), as notícias com a temática da imigração forçada na imprensa brasileira tem demonstrado que a abordagem se encontra excessivamente fragmentada. As matérias expõem um viés sensacionalista das condições adversas das travessias de fronteiras, privilegiando narrativas pessoais, ou as apagam diante de anúncios de medidas administrativas e legais por parte de chefes de estado. Para os autores, essa abordagem privilegia somente o âmbito das políticas de segurança nacional, relegando as condições de vida de quem é forçado a deixar seu país de origem, ou com uma narrativa dramática remetendo ao plano estritamente individual.

Myria Georgiou, diretora do Centro de Comunicação e Mídia da London School of Economics, constatou que a grande mídia informa negativamente sobre a migração, impactando a opinião dos cidadãos. A especialista analisou 1,2 mil matérias publicadas pela grande mídia europeia durante um ano e observou que a maioria das histórias os migrantes não têm nome, gênero ou trabalho, desumanizando o migrante, causando dificuldade de identificá-los como humanos e, portanto, contribui para dificultar a solidarização com eles, ao apagar o fator humano. Das matérias analisadas, apenas 15% continham falas de migrantes, em contrapartida, ouviam especialistas e autoridades políticas, pessoas que, em geral, não viveram a experiência da migração em si (BROTTO, 2020). Para Leite (2018), as matérias brasileiras no UOL sobre refúgio eram comumente acompanhadas de termos valorativos como “êxodo”, “diáspora” e “crise”.

Administração Pública Federal, por sua vez, pode utilizar a comunicação como mais do que simples instrumento de divulgação de atividades ou serviços, e sim uma ferramenta para que as organizações públicas mantenham um relacionamento efetivo com a sociedade, captando suas expectativas. Todavia, para Silva (2006), a comunicação em muitos casos é conduzida de forma a atender aos interesses políticos e pessoais dos governantes. Os órgãos de administração

indireta do Poder Executivo Federal, como as empresas públicas e de economia mista, dispõem de estruturas próprias de comunicação (SILVA, 2006) que estão vinculadas normativamente à Secretaria de Comunicação de Governo. Em relação aos migrantes, o Ministério da Justiça Federal abarca o Comitê Nacional para os Refugiados, responsável pelas solicitações do reconhecimento da condição de refugiado e pelo esclarecimento do que ocorre após a solicitação, como a proteção oferecida e as restrições decorrentes dessa custódia. Essas informações, em específico, estão disponibilizadas no site do Ministério da Justiça, em diversas línguas.

A condição de refugiado não traz a vulnerabilidade como causa, mas ela pode representar uma condição que favorece ou até leva o indivíduo a passar por situações de vulnerabilidade, sobretudo em contextos que negam a existência das diversidades que os sujeitos que migram levam consigo (LUSSI, 2015). Uma importante diversidade a ser considerada é, justamente, a linguagem. Existem críticas recorrentes aos materiais de língua portuguesa para estrangeiros, como os número excessivo de exercícios, que desestimulam a participação dos alunos e não favorece a inscrição sociocultural necessária para sua inserção cotidiana no país de acolhimento, por não levar em consideração as demandas de integração da comunidade em que se encontra em situação de refúgio (ARANTES, DEUSDARÁ, BRENNER, 2016). A falta de acesso a linguagem pelos refugiados e a desinformação impede que os nacionais (brasileiros) e não-nacionais (imigrantes e refugiados) saibam que os migrantes também têm direito a vincular-se a programas sociais, fato que se tornou ainda mais evidente com a pandemia da COVID-19.

3. A CONDIÇÃO DOS REFUGIADOS DURANTE O COMBATE À COVID-19

A Administração Pública Federal, no âmbito da migração, tardou para estabelecer e divulgar as medidas para a promoção da saúde pública no enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), em relação aos refugiados. O Comitê Nacional para os Refugiados suspendeu seus serviços presenciais por tempo indeterminado (Portaria nº 2, 2020), enquanto a Polícia Federal reduziu os atendimentos em suas unidades, referentes aos serviços de emissão de Passaportes e de Regularização Migratória de imigrantes, sendo limitados às situações consideradas de extrema necessidade (Polícia Federal, 2020). Concomitantemente, essas informações difundidas pela comunicação pública não alcançam todos migrantes que, muitas vezes, têm pouco conhecimento da língua portuguesa e do funcionamento do sistema de saúde brasileiro. As pessoas em situação de refúgio, então, precisam contar com outros agentes que

não o governo, como universidades, ONGs, a sociedade civil e a própria população imigrante. Esses sujeitos têm atuado em frentes para garantir acesso dos refugiados às informações sobre a prevenção os cuidados com o novo coronavírus (UFMG, 2020).

Para combater a COVID-19, o Governo Federal Brasileiro fechou as fronteiras com a Venezuela em março de 2020, decretando a restrição de entrada de estrangeiros procedentes desse país. As alegações oficiais para restringir a entrada de estrangeiros pela fronteira Brasil-Venezuela, usaram argumentos de saúde pública, afirmando que ela se deu por “motivos sanitários relacionados aos riscos de contaminação pelo coronavírus” (RODRIGUES ET AL, 2020, APUD BRASIL, 2020). A restrição ocorreu quando a Venezuela possuía 33 casos importados, enquanto as fronteiras aéreas do Brasil com a Europa mantinham-se abertas, mesmo com dezenas de milhares de casos confirmados no continente europeu (OMS, 2020; BBC, 2020). Foi restrita a fronteira terrestre, principal forma de travessia de pessoas em busca de proteção e refúgio, ao passo que as fronteiras aéreas, inclusive com a própria Venezuela, permaneciam abertas. A portaria ainda estabeleceu punições: deportação e inabilitação de pedido de refúgio caso o estrangeiro descumprisse a restrição (BRASIL, 2020).

O acesso a serviços de saúde e benefícios da assistência social tem proporcionado mais burocracia aos migrantes que aos brasileiros natos. Para obter o Auxílio Emergencial, benefício temporário de proteção social que visa amortecer as repercussões da pandemia, garantindo alimentação e subsistência mínima, os refugiados têm enfrentado empecilhos maiores, incluindo a demanda de documentos de identificação e regularidade migratória (FOLHA DE S. PAULO, 2020). No campo da saúde, a suspeição ou negação de tratamento quando os sujeitos migrantes não portam determinados papéis ou comprovantes, constituem indícios de uma burocratização negligente (RODRIGUES ET AL, 2020). Inclusive, essas adversidades documentais e comprobatórias foram matéria de ofício da Defensoria Pública da União de São Paulo e de carta aberta do Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes do Rio de Janeiro CEIPARM/RJ para a resolução dessas problemáticas.

Por outro lado, segundo o site oficial do governo, o Brasil já investiu R\$ 630 milhões, em 2020, na Operação Acolhida, para promover a inclusão de refugiados, por meio da estratégia de interiorização para 343 municípios. Em agosto, a Portaria nº 468 oficializou mais R\$ 9 milhões em repasses emergenciais para a oferta de ações socioassistenciais no Acre e em Roraima e em 17 municípios de 12 estados e, dos abrigados, 38,7% interiorizados em idade laboral tiveram acesso a oportunidades de trabalho e cerca de 36,5% já deixaram os abrigos da

interiorização (BRASIL, 2020).

O Governo Federal, por meio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMDFH), também divulgou cartilhas em línguas estrangeiras com recomendações de enfrentamento ao novo coronavírus para imigrantes e refugiados que vivem no Brasil. Os documentos abordam as formas de transmissão, prevenção e principais sintomas da Covid-19 e está disponível em três idiomas: inglês, espanhol e francês (BRASIL, 2020). Entretanto, não é possível mensurar a quantidade de migrantes que tiveram acesso à cartilha e à informação de que eles têm o direito de acesso ao sistema público de saúde e assistência social em igualdade de condições com os brasileiros.

Organizações independentes também trabalharam de forma autônoma para atender refugiados na pandemia da COVID-19. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), órgão das Nações Unidas, foi criado para trabalhar conjuntamente com as autoridades governamentais dos países da América Latina que recebem um grande número de refugiados, para acelerar as identificações e registros, reforçar a capacidade de recepção e oferecer uma agência humanitária básica. A instituição tem atuado na distribuição de informações seguras sobre a prevenção ao novo coronavírus e de orientações sobre como a população refugiada pode acessar os auxílios emergenciais pagos pelo governo federal, em coordenação com autoridades públicas, parceiros da sociedade civil e doadores privados. Cerca de 15 mil refugiados e migrantes foram atendidos com informações essenciais sobre a COVID-19, através da Sessões de informação, exibição de vídeos, distribuição de panfletos e transmissão em rádios comunitárias, com conteúdo sobre higiene e prevenção ao coronavírus. A agência também produziu uma cartilha de saúde para os refugiados indígenas, em idiomas como warao e panare (ACNUR, 2020).

Em suma, o que se evidencia é que a grande mídia brasileira, no geral, não disponibiliza informações em outros idiomas para os refugiados, sendo essas empresas as maiores responsáveis pelas checagens dos fatos, e mesmo a linguagem sendo uma das grandes barreiras para que o migrante tenha acesso aos seus direitos fundamentais. Por outro lado, ONGs e outras iniciativas independentes têm se preocupado em levar informações para os refugiados, dar aulas de língua portuguesa e auxiliá-los a enfrentar as burocracias para garantir o acesso aos seus direitos e garantias previstos na Constituição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate precisa ser firmado nos três poderes, assumindo a responsabilidade de garantir o acesso dos refugiados a seus direitos fundamentais, mesmo que sob pressão de grupos sociais organizados e de ONGs. É certo que é imprescindível pensar em políticas públicas para as pessoas em estado de vulnerabilidade social, para concretizar as garantias previstas pela Carta Magna brasileira, mas, é evidente que as instituições governamentais necessitam efetivamente informar os refugiados brasileiros, para que eles saibam que têm direito a essas atividades governamentais. Diante de uma dificuldade linguística, é preciso encontrar soluções para contornar esta barreira, tendo em vista que o direito à informação é uma das vias de acesso a todos os outros direitos fundamentais e, inclusive, de requisitá- los quando estiverem sendo ameaçados. Esse entendimento é essencial para disponibilizar ao refugiado os meios para que ele se torne atuante no novo contexto social, um cidadão atuante na ordem democrática.

A partir do que foi levantado como alguns dos enfrentamentos experimentados por refugiados e solicitantes de refúgio em território brasileiro, deve ser repensado de que maneira as informações chegam para os funcionários públicos, principalmente, que fazem atendimento direto com este público. Um plano de comunicação que deve ser elaborado pelo Governo Federal, mas também os estaduais e municipais, necessitam estar ajustados e conectados com outros departamentos que lidam com a garantia dos direitos básicos, não só para quem busca por proteção, mas também para os nacionais. Instruções técnicas para atendimentos, elaboração de cartilhas em outros idiomas, equipamentos e serviços que garantam a efetividade imediata para emergências são ações cruciais que podem garantir qualidade para lidar com as demandas e compromissos do Governo para com estas pessoas em situação de refúgio.

A comunicação é, portanto, um pilar poderoso no acolhimento das pessoas em situação de refúgio. Em meio a uma pandemia sem precedentes, o acesso à informação correta é o maior instrumento para a prevenção ao coronavírus e, portanto, essa informação impreterivelmente precisa alcançar os migrantes para que tenham alcance efetivo aos programas sociais. Por isso, o Governo Federal precisa reconhecer o seu papel central na difusão de uma comunicação pautada na responsabilidade social e na veracidade dos fatos.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Brasil reconhece mais 7,7 mil venezuelanos como refugiados**. Disponível em:

<<https://WWW.ACNUR.ORG/PORTUGUES/>>. Acesso em: 29 set. 2020.

_____. **Cartilha para Solicitantes de Refúgio no Brasil**. Disponível em: <https://WWW.ACNUR.ORG/PORTUGUES/>. Acesso em: 29 set. 2020.

_____. **5 Ações do ACNUR para proteger refugiados da covid-19**. Disponível em:

<<https://WWW.ACNUR.ORG/PORTUGUES/>>. Acesso em: Out. 2020.

AGÊNCIA BRASIL. **Sancionada lei que altera a estrutura da EBC**. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>>. Acesso em: Out. 2020.

ARANTES, Poliana Coeli Costa; DEUSDARÁ, Bruno; BRENNER, Ana Karina. **Língua e alteridade na acolhida a refugiados: por uma micropolítica da linguagem**. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 1196-1207, jul. 2016. ISSN 1984-8412. Disponível em: <[HTTP://PERIODICOS.BU.UFSC.BR/](http://periodicos.bu.ufsc.br/)>. Acesso em: 02 out. 2020.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. (1948). **"Declaração Universal dos Direitos Humanos"** (217 [III] A). Paris. Disponível em: <<https://WWW.UN.ORG/>>. Acesso em: Out. 2020.

ATTALI, Jacques. **Nomadismo e liberdade**. Estud. av., São Paulo, v. 7, n. 17, p. 171-184, Apr. 1993. Disponível em: <<https://WWW.SCIELO.BR/>>. Acesso em: 29 set. 2020

BARBOSA, L.; TONHATI, T.; UBIALI, M. **Desafios, limites e potencialidades do empreendedorismo de refugiados(as), solicitantes da condição de refugiado(a) e migrantes venezuelanos(as) no Brasil**. Cátedra Sérgio Vieira de Melo – UnB. Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), Brasília, DF: ACNUR, 2020.

BBC. **Coronavírus: Brasil fecha quase toda a fronteira terrestre, mas mantém entrada por aeroportos**. Brasil, 2020. Disponível em: <<https://WWW.BBC.COM/PORTUGUESE>>. Acesso em: Out 2020.

BRASIL. Casa Civil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 2, de 20 de março de 2020**. Disponível em: <<https://WWW.IN.GOV.BR/INICIO>>. Acesso em: Out 2020.

_____. Casa Civil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 666, de julho de 2019**. Brasília: MJSP, 2019. Disponível em: <<https://WWW.IN.GOV.BR/INICIO>>. Acesso em: Out 2020.

_____. Casa Civil. **Ministério da Saúde. Portaria nº 120, de 17 de março de 2020**. MS, 2020c. Disponível em: <<https://WWW.IN.GOV.BR/INICIO>>. Acesso em: 25 maio 2020.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://WWW.GOV.BR/PLANALTO/PT-BR>. Acesso em: 28 mai. 2020

_____. Governo Federal. **Governo divulga cartilha sobre o coronavírus em três idiomas para auxiliar imigrantes**. Disponível em <WWW.GOV.BR> Acesso em: Out 2020.

_____. Governo Federal. **Governo Federal investe mais de R\$ 630 milhões em 2020 na Operação Acolhida para promover a inclusão de refugiados.** Disponível em < WWW.GOV.BR

> Acesso em: Out 2020.

_____. Presidência da República. **Lei Nº 13.445, De 24 De Maio De 2017.** Disponível em: <https://WWW.GOV.BR/PLANALTO/PT-BR>. Acesso em: 29 set. 2020.

_____. Presidência da República. **Lei Nº 9.474, De 22 De Julho De 1997.** Disponível em: <https://WWW.GOV.BR/PLANALTO/PT-BR>. Acesso em: 29 set. 2020.

BROTTO, Victória. **Sem dar nome a migrantes, mídia contribui mais para ambiente hostil do que fake news, afirma pesquisadora.** Disponível em: < <https://WWW.MIGRAMUNDO.COM/>>. Acesso em: Out. 2020.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Auxílio Emergencial.** Disponível em: <https://auxilio.caixa.gov.br/#/inicio>. Acesso em: 5 out. 2020.

DELFIN, Rodrigo B. **Polícia Federal suspende entrega de passaporte e de documentos de imigração devido ao coronavírus.** Disponível em: < <https://WWW.MIGRAMUNDO.COM/>>. Acesso em: 29 set. 2020.

FOLHA DE S. PAULO. **Caixa barra pagamento de auxílio emergencial a imigrantes. São Paulo, 2020.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 25 maio 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Caixa barra pagamento de auxílio emergencial a imigrantes.**

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 5 out. 2020.

GROSSO, M. J. R. **Língua de acolhimento, língua de integração.** Revista Horizontes de Linguística Aplicada. Vol. 9, No 2. Brasília, 2010, s.p. Disponível em:

<<https://periodicos.unb.br/>> Acesso em: Out.2020.

HOFFMANN, Juliana Elis dos Santos; ROESLER, Marli Von Borstel. **A Mídia Digital Na Construção Da Representação Social Dos Refugiados No Brasil.** 2017. Disponível em: < <https://core.ac.uk/>>. Acesso em: Out.2020.

LEITE, Isabella D. **Refugiados Venezuelanos E A Mídia Brasileira.** Disponível em: <https://WWW.PUC-RIO.BR/INDEX.HTML>. Acesso em: 29 set. 2020.

LUSSI, Carmem. **Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio.** *Psicol. USP*. 2015, vol.26, n.2, pp.136-144. ISSN 1678-5177. Disponível em: < <https://dx.doi.org/> >.

Acesso em: Out. 2020.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Perguntas Frequentes.** Disponível em: < <https://WWW.GOV.BR/MJ/PT-BR> > Acesso: Set.2020.

OLIVEIRA, Ciro Jônatas de Souza. **Garantia do direito à informação no Brasil: Contribuições da Lei de Acesso à Informação.** Revista Âmbito Jurídico, Nº 117, Ano XVI,

2013. Disponível em: < <https://ambitojuridico.com.br/> >. Acesso em: outubro de 2020.

POLÍCIA FEDERAL. **Polícia Federal altera o atendimento do passaporte e aos estrangeiros em virtude da pandemia.** Disponível em: <https://WWW.GOV.BR/PF/PT-BR>. Acesso em: 4 out. 2020.

POLÍCIA FEDERAL. **Polícia Federal esclarece sobre alterações nos atendimentos e atividades de Polícia de Imigração.** Disponível em: <[http https://WWW.GOV.BR/PF/PT-BR](http://WWW.GOV.BR/PF/PT-BR)>. Acesso em: 4 out. 2020.

RODRIGUES, Igor de Assis; CAVALCANTE, João Roberto; FAERSTEIN, Eduardo. **Pandemia de Covid-19 e a saúde dos refugiados no Brasil.** Physis, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, e300306, 2020.

SILVA, Heloiza Dias da. **A comunicação no Poder Executivo Federal: o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.** São Paulo: Embrapa, 2006.

UFMG. **Pandemia é ainda mais dura com os imigrantes.** 2020. Disponível em <ufmg.br>. Acesso em: Out.2020

UNHCR. **Global Trends Forced Displacement In 2019.** Disponível em: <https://WWW.UNHCR.ORG/>. Acesso em: 29 set. 2020.

VARDÉLIO, Andreia. **Governo abre estudos para parcerias e privatização da EBC.** Agência Brasil. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br> >. Acesso em: Out.2020.

CAPÍTULO 2

EPIDEMIOLOGIA DA “PRIMEIRA ONDA” DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-ES

DOI: 10.47402/ed.ep.c20215872959

José Roberto Gonçalves de Abreu, Faculdade Vale do Cricaré, Instituto Federal do Espírito Santo

Filipe Cardoso Constantino, Acadêmico de Fisioterapia, Faculdade Vale do Cricaré

Juliana Aguiar Alborghetti, Acadêmica de Fisioterapia, FVC

Juliana dos Santos Romanha Guzzo, Acadêmica de Fisioterapia, FVC

Tainá Ferreira Coêlho Souza, Enfermeira

Yure Silveiras Dias, Acadêmico de Fisioterapia, FVC

RESUMO

Este estudo tem por objetivo identificar, através de dados coletados e na literatura científica, o perfil epidemiológico de pacientes acometidos pela Covid-19, causado pelo Coronavírus. O estudo traz um recorte temporal dos casos notificados e confirmado no município de São Mateus-ES, no período compreendido entre os meses de março e outubro de 2020. Metodologicamente, foi realizada uma coleta dos dados cedidos pelo Departamento de epidemiologia da Secretaria de Saúde de São Mateus- Espírito Santo. Ato contínuo, foi realizada uma revisão sistemática, utilizando descritores: Covid-19 e Epidemiologia, com artigos completos e informações do portal do ministério da saúde, publicados entre os anos de 1985 a 2020. A análise dos dados fornecidos pela municipalidade apontou resultados de aspecto quantitativo, tendo primeiro critério a ser analisado e classificado foi o de faixa etária, que variou de 0 a 97 anos, apresentando uma mediana de 38 anos e uma média de 40,1 anos. Quanto à data de internação, os meses onde prevaleceu o alto índice de internações foram junho e julho, apresentando 69 casos registrados cada. Quanto à alta da internação, tivemos maior incidência nos meses de julho e agosto, apresentando respectivamente 29 e 22 casos registrados. Posteriormente tivemos as datas que os pacientes que foram internados na UTI, tendo os meses de julho e agosto com 28 e 27 casos registrados respectivamente. As análises das altas na UTI mostraram o mês de julho com 15 casos e outubro com 12 casos. Quanto à classificação do caso, todos foram confirmados tendo covid-19. Finalizando com a evolução do caso, tivemos um número expressivo de pacientes curados, sendo 3277 pacientes. A partir deste estudo, com base nos dados epidemiológicos encontrados, conclui-se que a Covid-19, no município de São Mateus, teve seu período de infecção elevada, nos meses de julho e agosto e, posteriormente, teve uma redução nos casos. Vale destacar, no entanto, que estamos atravessando uma “segunda onda” e alguns epidemiologistas já apontam o risco de uma “terceira onda”. Dessa forma, é necessário que haja responsabilidade e empenho dos governos e consciência da população quanto a adoção de medidas de proteção, posturas que devem sempre vir ancoradas nas recomendações da comunidade científica.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19. Epidemiologia. Primeira onda da Covid-19.

INTRODUÇÃO

Há quatorze meses, o mundo está em alerta devido ao Sars-CoV-2. O vírus causador da doença Covid-19 é da família dos coronavírus, que são comuns em diversas espécies de animais mamíferos, como camelos, morcegos, bovinos e felinos etc. (BRASIL, 2020). Esses agentes que infectam os animais, raramente infectam os seres humanos. Entretanto, os MERS-CoV e o SARS-CoV, recentemente o vírus dessa família que acometia os morcegos sofreu um fenômeno de “transbordamento zoonótico”, que ocorre quando um vírus que naturalmente infecta animais, começa a infectar pessoas (FIOCRUZ, 2020), onde o agente etiológico rompe a barreira entre as espécies. Esse fenômeno é comum na maioria dos vírus. Assim, acredita-se que o coronavírus que acomete morcegos sofreu mutação e começou a infectar humanos, possivelmente por meio de uma outra espécie que atuou com vetor, ainda não conhecida.

A Covid-19 apresenta um quadro clínico de amplo espectro, variando de infecções assintomáticas até quadros graves. Cerca de 85% dos pacientes da Covid-19 podem não apresentar sintomas ou apresentarem poucos sintomas, enquanto 15% dos casos que foram detectados necessitam de atendimento hospitalar, apresentando dificuldade respiratória, (SANTA CATARINA. 2020). Desses 15%, aproximadamente 5% necessitam de suporte ventilatório (SES, 2021).

Olhando para o avanço da doença nos mais diversos países, vemos que os infectados pela Covid-19 podem apresentar sintomas que variam desde um resfriado, podendo chegar a um quadro respiratório agudo que se caracteriza por sensação febril ou uma febre associada a dor de garganta junto com tosse e coriza, indo até um pneumonia severa, sendo que os sintomas mais comuns são: tosse, febre, dor de cabeça, dor de garganta, perda de olfato (anosmia), alteração no paladar (ageusia) distúrbios gastrointestinais, astenia e hiporexia. (BRASIL, 2021)

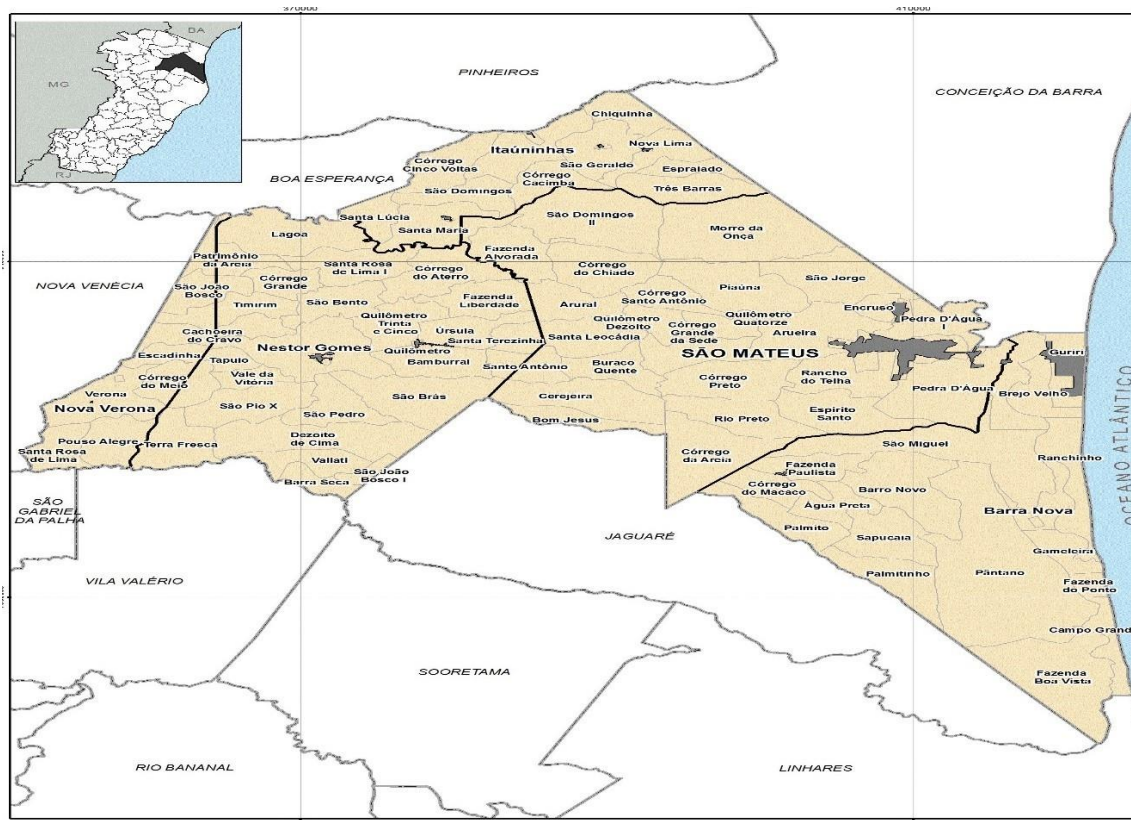
Dessa forma, esse capítulo tem como objetivo traçar a epidemiologia geral dos casos de Covid-19 no município de São Mateus, no estado do Espírito Santo, no período compreendido entre os meses de março e outubro de 2020. O estudo discute a prevalência e a incidência de novos casos baseados nos dados cedidos pelo departamento de epidemiologia da secretaria municipal de saúde (SÃO MATEUS, 2020).

LÓCUS DA PESQUISA

O município de São Mateus região Norte do Estado do Espírito Santo, tem área total de 2 338,727 km², equivalente a 5,12% do território capixaba com população total é de 132.642

peças (CENSO DEMOGRÁFICO, 2020). Em 2018 a densidade demográfica de 46,62 hab./km². Situa-se às margens da BR 101, limitam-se ao norte com os municípios de Boa Esperança, Pinheiros e Conceição da Barra; ao sul com São Gabriel da Palha, Vila Valério, Jaguaré Sooretama e Linhares; a leste com o oceano Atlântico e a oeste com Nova Venécia, distante 215 km da capital Vitória. O município possui 5 distritos: Sede, Nestor Gomes, Barra Nova, Nova Verona e Itauninhas.

Figura 01 – Mapa da região do Município de São Mateus - Espírito Santo.



Fonte: <http://www.ijsn.es.gov.br/mapas>

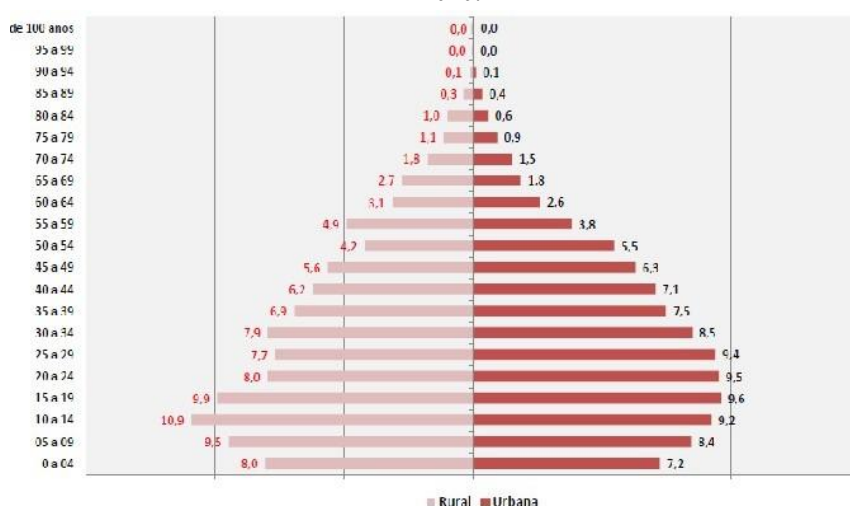
O principal cartão postal do município é a Igreja Velha, localizada na parte alta da cidade. Sua construção iniciou-se na primeira metade do século XIX, por escravos negros a mando dos jesuítas, e paralisados em 1853, por decisão da Câmara Municipal. A base da obra é de argamassa de óleo de baleia e cal. O município possui cerca de 40 km de costa, destacando-se as praias de Guriri e Barra Nova, bastante procurada por turistas provenientes de diversas regiões do país. Está entre um dos municípios mais antigos do país, destacando-se pelo forte apelo turístico, tanto histórico quanto de veraneio (IBGE/Cidades, 2018).

A economia do município tem como sustentáculo principalmente no comércio e serviços (79%) e produção petrolífera. O setor agropecuário é diversificado, apresentando como principais atividades o café, coco, pimenta-do-reino, a bovinocultura de leite, a apicultura

e a pesca. O índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São Mateus é considerado alto com 0,735, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,404), seguida por Longevidade e por Renda (ATLASBRASIL, 2016).

Em relação à distribuição da população por sexo, as mulheres representam o maior percentual com 50,54% enquanto os homens correspondem a 49,46%, e a distribuição da população residente por faixa etária e situação do domicílio (gráfico 01) o maior percentual foi a de 15 a 19 e de 20 a 24 anos na área urbana com 9,6% e 9,5% do total da população.

Gráfico 01 - Distribuição da população residente por faixa etária e situação do domicílio (%): São Mateus - ES – 2010.



Fonte: IBGE- Cidades, 2010.

A população de São Mateus tem sua formação ligada a um processo de miscigenação, essa advém dos diversos grupos étnicos raciais que habitam o seu espaço desde o início da sua ocupação em 1554. O Porto de São Mateus servia de entrada de navios que traziam negros, praticando uma migração forçada. No final do século XIX com a crise econômica, vários imigrantes Italianos vieram e se instalaram nas regiões rurais. Esses grupos se miscigenaram com os colonizadores Portugueses e também com os indígenas, formando uma população de grande pluralidade cultural (PMSM, 2015).

Neste sentido, a cidade capixaba de São Mateus é considerada o município com a maior população afro descendente do estado do Espírito Santo, pois o porto, atualmente um sítio histórico, que se localiza na cidade, era porta de entrada para os africanos escravizados no Brasil (IEMA, 2010). Com 475 anos de fundação, a cidade é formada por uma população altamente miscigenada. Além dos afro descendentes, há fortemente a presença de imigrantes europeus, sobretudo, italianos, que foram os principais responsáveis pela colonização de partes

dos “sertões” mateenses. Sua economia baseia-se na oferta de serviços, na exploração e produção do petróleo, além do café, pimenta do reino, macadâmia, coco verde, dentre outros. A cultura do município é baseada no teatro, música e eventos, sendo registrados alguns grupos de teatro, como o Grupo de Teatro Ascensão, que realiza a encenação da Paixão de Cristo no Bairro Ponte desde 1987 e encanta a população até os dias atuais (SÃO MATEUS, 2020).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Fisioterapia da Faculdade Vale do Cricaré, os indicadores sociais de São Mateus, já apresentam algumas características de grandes centros urbanos. A população é composta especialmente por mineiros, baianos, paulistanos e cariocas que vêm através do fluxo de contratação nas empresas petrolíferas e também agora por conta da referência em educação.

A cidade de São Mateus, distante 220 Km de Vitória, capital do Espírito Santo. Tem potenciais como polo regional do norte/noroeste do ES, influência no sul da Bahia e leste de Minas Gerais, nos últimos anos vem pleiteando a implantação de megas empreendimentos industriais, logísticos e infraestruturais. Historicamente, a cidade é conhecida pelas suas relações com o setor produtivo do petróleo e a Empresa Petrobrás. Com 475 anos de história, pouco mais de 125 mil habitantes e um IDH ainda abaixo da média do Sudeste, passando por diversos ciclos econômicos, a cidade jamais prosperou como nas duas últimas décadas. Pela sua posição geográfica privilegiada, a cidade tornou-se uma referência em Saúde e Educação no extremo norte do Espírito Santo.

No avanço já relatado anteriormente, notadamente a partir das duas últimas décadas, São Mateus tornou-se polo regional também na Saúde. Abrigando em seu território um Hospital Público Estadual Dr. Roberto Arnizaut Silveiras, que é referência em atendimento de urgência e emergência para 14 municípios capixabas do Norte do Estado, abrangendo uma população estimada de 358 mil habitantes, além de cidades do Sul da Bahia e Leste de Minas Gerais. A instituição registra, em média, por mês, 7 mil atendimentos no pronto-socorro e 616 internações. Sua capacidade é de 219 leitos.

De natureza privada, recebeu no ano de 2016 o Hospital Meridional de São Mateus. Conta uma área ocupada de 10.000 metros quadrados, uma oferta de 110 leitos, dos quais 39 são UTI. O pronto-socorro tem previsão de oito mil atendimentos por mês, com previsão para ampliação em 2017. O Hospital conta com UTI infantil e adulta, UTI coronariana, Maternidade, Hemodinâmica e Pronto Socorro. De natureza filantrópica, o município conta com o Hospital Maternidade de São Mateus, referência em obstetrícia no extremo norte do estado do Espírito

Santo, com leitos do SUS, convênios particulares.

Na atenção primária e terciária, o município conta com uma ampla rede de unidades básicas de saúde, policlínica municipal de especialidades, Clínica Municipal de Fisioterapia, 34 equipes de Estratégia de Saúde da Família/PACS. Construído e Inaugurado no ano de 2016, mas ainda não aberto a população, a cidade conta com uma Unidade de Pronto Atendimento-UPA 24 horas, que deverá desafogar o atual pronto socorro do município.

A Covid-19, como pandemia provocou impactos globais, na cidade de São Mateus afetou de várias maneiras, necessitando de adoção de medidas restritivas de aglomeração², onde os comércios estiveram fechados e muitas pessoas que precisavam trabalhar para sustentar suas famílias precisaram ausentar-se do trabalho, quando não era possível o trabalho remoto. No Brasil, e até mesmo na cidade mencionada, foram aplicadas medidas de restrições, sobretudo a suspensão das aulas, e gradativamente assumiram maiores proporções. Sabemos que, apesar de tantas vidas ceifadas, continuamos na luta pela preservação da vida e combate a pandemia.

EPIDEMIOLOGIA

Os dados sobre o acometimento da Covid-19 no município de São Mateus, foram coletados nos relatórios da Covid-19 do Departamento de epidemiologia, Secretaria de Saúde de São Mateus, Espírito Santo. De acordo com o Serviço de Vigilância Epidemiológica Municipal, a prefeitura municipal de São Mateus, tem intensificado o planejamento e as ações necessárias para prevenir a doença no Município. No início da pandemia, foi criado um plano de contingência municipal com o intuito de auxiliar na resposta à surtos e epidemias de Coronavírus, cujas consequências podem provocar sérios danos às pessoas, ao meio ambiente e à economia dos entes integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS (SÃO MATEUS, 2020).

Até o momento não há um tratamento específico para a doença, que é transmitida por gotículas de saliva e aerossóis que se espalham pelo ambiente. Por isso, é fundamental manter alguns cuidados com a higiene pessoal que também valem para afastar o risco de gripe e outras tantas doenças respiratórias. Os principais cuidados são: Lavar as mãos frequentemente por pelo menos 20 segundos com água e sabão, utilizar antisséptico de mãos à base de álcool para higienização, cobrir com a parte interna do cotovelo a boca e o nariz ao tossir ou espirrar, utilizar lenço descartável para higiene nasal, evitar tocar mucosas de olhos, nariz e boca, não

² Medidas mais rigorosas que preveem o distanciamento social, na qual uma recomendação se torna obrigatória, mas não significa bloqueio total imposto pelo estado.

compartilhar objetos de uso pessoal, limpar regularmente o ambiente e mantê-lo ventilado.

De acordo com informações fornecidas no Site da Prefeitura Municipal de São Mateus, o município determinou, através da Secretaria Municipal de Saúde, um fluxograma de atendimento ao paciente suspeito de Covid-19 no qual, pacientes com sintomas de síndrome gripal, antes de qualquer coisa precisa se deslocar até uma unidade de saúde para fazer o teste de Covid-19, e depois caso resultado seja positivo, o paciente deverá avaliar os sintomas e se for leve, deverá se isolar em casa e a unidade básica de saúde mais próxima deverá fazer o monitoramento. Em casos de sintomas mais graves, o paciente será encaminhado diretamente para a unidade Hospitalar de referência (Hospital Roberto Arnizaut Silves). Por fim, o município vem se destacando no desempenho a imunização da população mateenses.

METODOLOGIA

Este capítulo é um dos produtos da Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer consubstanciado: 4.307.754 da Faculdade Vale do Cricaré. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, realizada por meio de dados coletados e analisados, sendo também buscados em sites oficiais do Ministério da Saúde. Foram usados como descritores de pesquisa os termos “Covid-19” assim como “Epidemiologia” em sites de pesquisa, assim como em busca de artigos e revistas no qual contribuiriam para o presente estudo. Todas as pesquisas, coletas e análise de dados foram feitas nos períodos entre o mês de julho e dezembro de 2020.

Foram traçados sete aspectos para que fossem analisados, sendo eles: faixa etária dos pacientes acometidos, data da internação pelo Covid-19, alta da internação hospitalar decorrente da Covid-19, data de internação na UTI, alta da internação na UTI, classificação do caso e, por fim, a evolução do caso. Foram analisadas tabelas contendo esses dados e separados conforme os aspectos anteriormente ditos. Após todos os dados separados e organizados, foram montadas duas tabelas e sete gráficos, sendo quatro desses gráficos em barras e três gráficos em linhas.

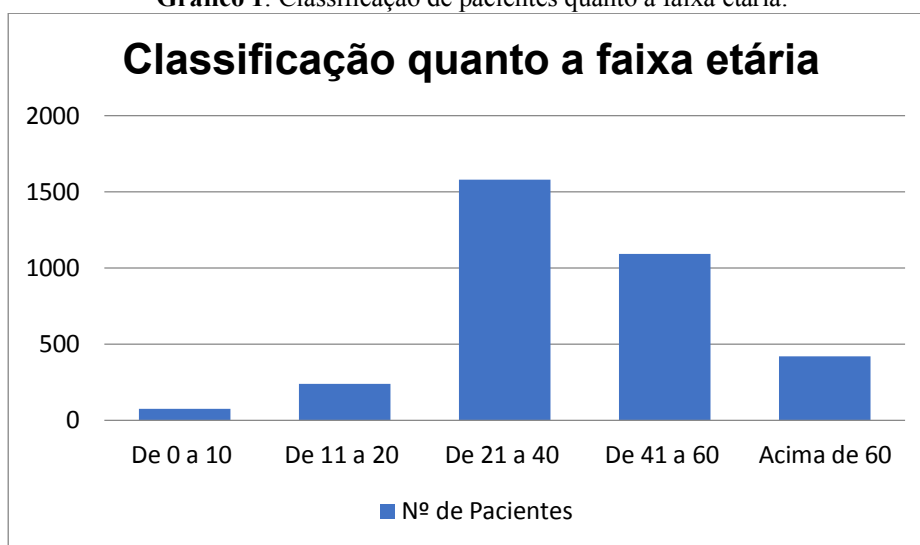
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados trazem dados de aspecto quantitativo, tendo primeiro critério a ser analisado e classificado o de faixa etária dos pacientes, que variou de 0 a 97 anos, apresentando uma mediana de 38 anos e uma média de 40,1 anos. Quanto a data de internação, os meses onde prevaleceram o alto índice de internações foram junho e julho, apresentando 69 casos registrados cada. Quanto a alta da internação, tivemos os meses de julho e agosto, apresentando respectivamente 29 e 22 casos registrados. Posteriormente tivemos as datas que os pacientes

que foram internados na UTI, tendo os meses de julho e agosto com 28 e 27 casos registrados e da alta na UTI com julho com 15 casos e outubro com 12 casos. Quanto a classificação do caso, todos foram confirmados tendo covid-19. Finalizando com a evolução do caso, tivemos um número expressivo de pacientes curados, sendo 3277 pacientes.

A classificação dos pacientes quanto a faixa etária mostrou que 77 têm idade de 0 a 10 anos, 241 pacientes têm idade entre 11 a 20 anos, 1580 têm idade entre 21 a 40 anos, 1095 têm idade entre 41 e 60 anos e 421 acima dos 60 anos (Gráfico 1).

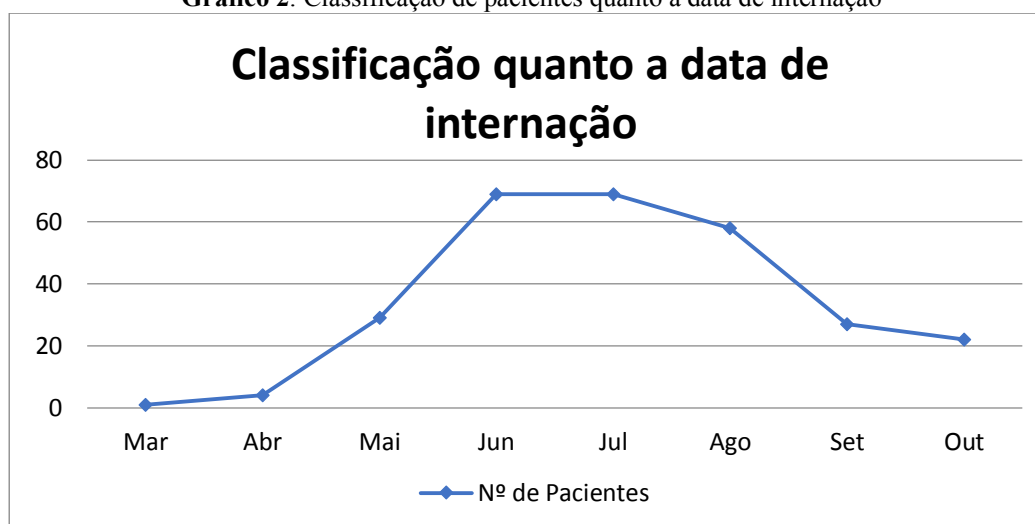
Gráfico 1: Classificação de pacientes quanto à faixa etária.



Fonte: Departamento de epidemiologia, Secretaria Municipal de Saúde de São Mateus/ES.

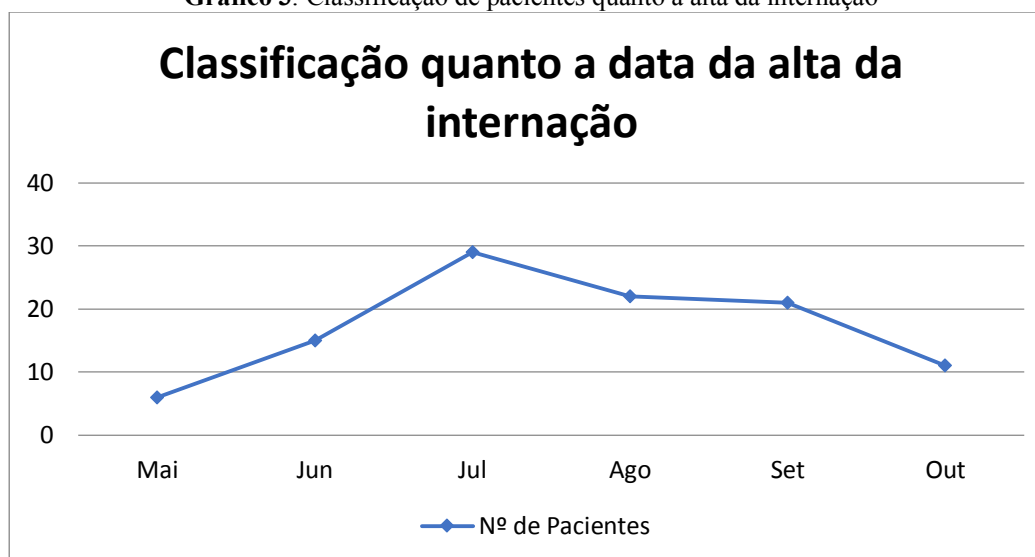
Posteriormente, a classificação quanto aos meses onde aconteceram as internações, mostrou que 1 paciente foi internado em março, 4 foram internados em abril, 29 foram internados em maio, 69 em junho e julho, 58 foram internados em agosto, 27 pacientes foram internados em setembro, outubro teve 22 internações e obteve-se 3136 não registrados (Gráfico 2), tendo os pacientes que tiveram alta, 6 tiveram alta da internação em maio, 15 pacientes em junho, 29 em julho, assim como 22 em agosto, 21 pacientes em setembro, apenas 11 em outubro e 3311 não registrados (Gráfico 3).

Gráfico 2: Classificação de pacientes quanto à data de internação



Fonte: Departamento de epidemiologia, Secretaria Municipal de Saúde de São Mateus/ES

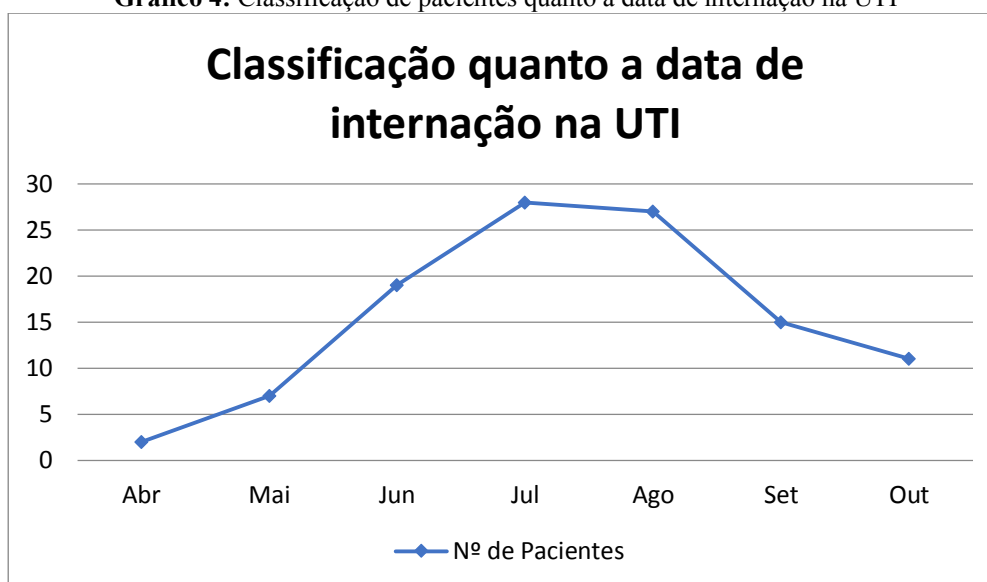
Gráfico 3: Classificação de pacientes quanto à alta da internação



Fonte: Departamento de epidemiologia, Secretaria Municipal de Saúde de São Mateus/ES

Quanto a classificação por internação na UTI, tivemos 2 pacientes em abril, 7 deles em maio, 19 em junho, 28 em julho, agosto teve 27 pacientes na UTI, setembro com 15 e outubro com 11 pacientes internados na UTI, tendo 3306 não registrados (Gráfico 4).

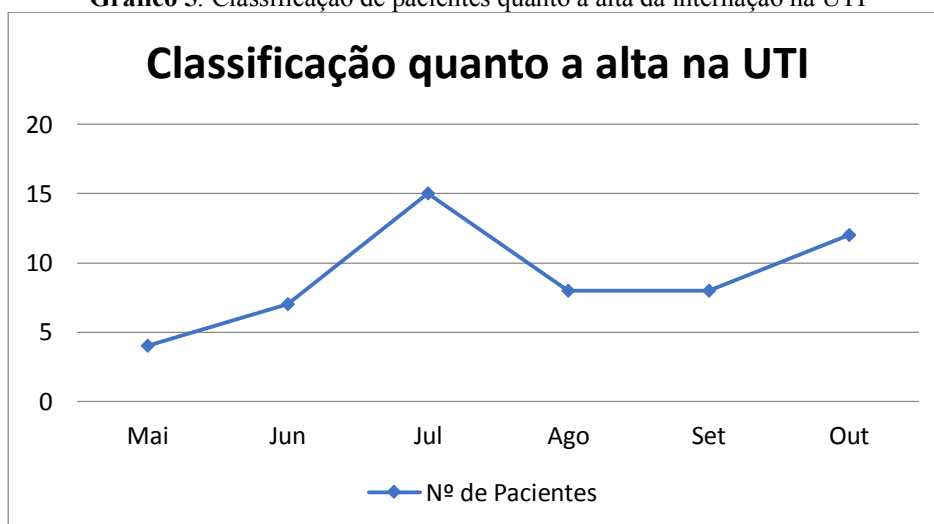
Gráfico 4: Classificação de pacientes quanto à data de internação na UTI



Fonte: Departamento de epidemiologia, Secretaria Municipal de Saúde de São Mateus/ES.

Após esse, tivemos os pacientes que tiveram alta na UTI, o que mostrou 4 tendo alta em maio, 7 tendo alta em junho, 15 tendo alta da uti em julho, assim como 8 em agosto, 8 em setembro, 12 em outubro e 3361 não foram registrados (Gráfico 5).

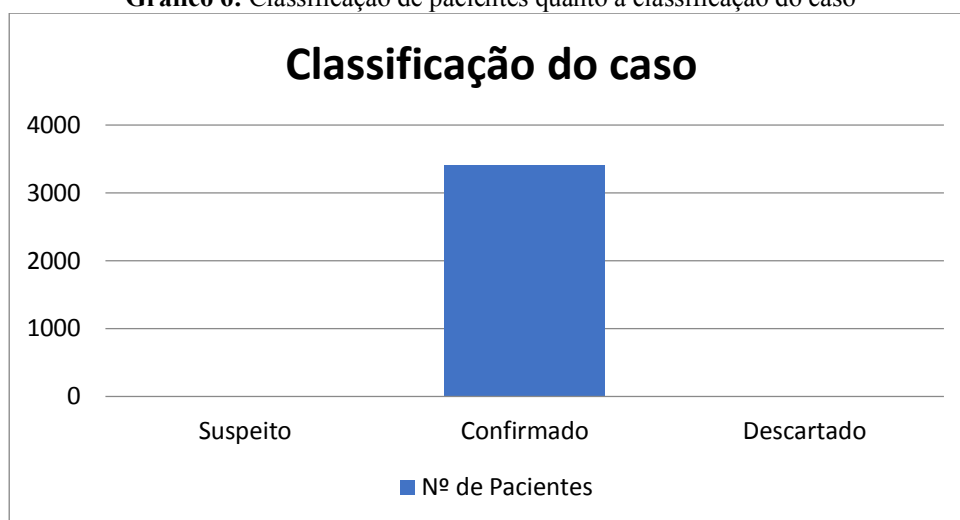
Gráfico 5: Classificação de pacientes quanto à alta da internação na UTI



Fonte: Departamento de epidemiologia, Ministério da Saúde de São Mateus- Espírito Santo

Quanto a classificação do caso, foram confirmados 3414 pessoas com covid-19 (Gráfico 6).

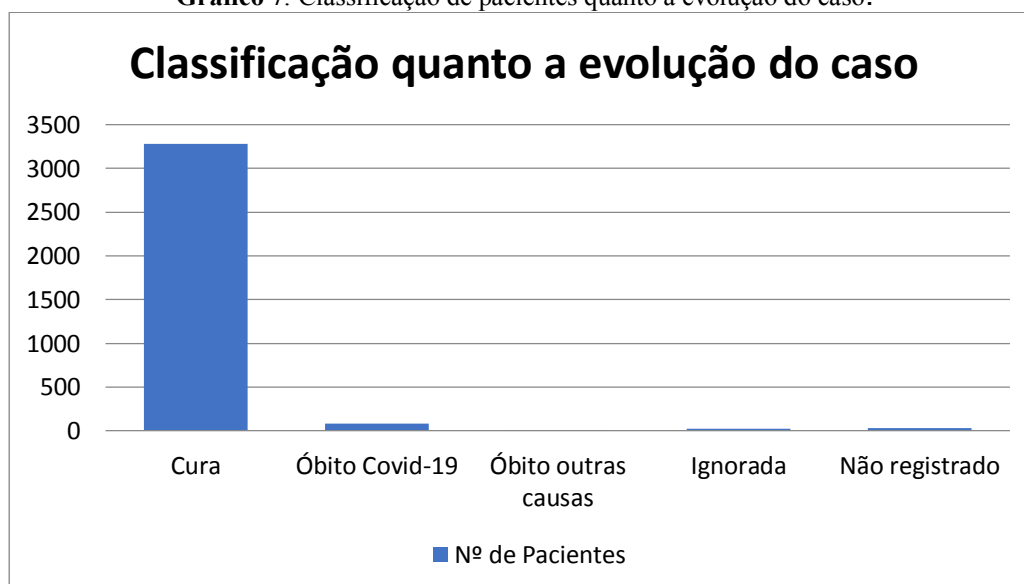
Gráfico 6: Classificação de pacientes quanto à classificação do caso



Fonte: Departamento de epidemiologia, Ministério da Saúde de São Mateus- Espírito Santo

Quanto a evolução do caso, mostrou-se que 3277 pacientes foram curados, 84 tiveram óbito devido ao covid-19, 2 evoluíram a óbito por outras causas, 21 tiveram evolução ignorada por paciente descartado ou não realizou exame e 30 não registrados. (Gráfico 7).

Gráfico 7: Classificação de pacientes quanto à evolução do caso.



Fonte: Departamento de epidemiologia, Ministério da Saúde de São Mateus- Espírito Santo

Então, de acordo com a tabela 1, a maioria dos pacientes se encontram na faixa etária de 21 a 40 anos (46,2%), data de internação julho (2,02%), data de alta da internação julho (0,84%), data de internação na UTI julho (0,82), data de alta da UTI julho (0,43%), classificação do caso confirmado (100%) e evolução do caso cura (94,5%).

Tabela 1: Classificação dos pacientes quanto a faixa etária, data de internação, data da alta da internação e classificação do caso

Variáveis	Frequências		
	Absoluta	Relativa	
Faixa etária	De 0 a 10 anos	77	2.25%
	11 a 20 anos	241	7.05%
	21 a 40 anos	1580	46.2%
	41 a 60 anos	1095	32.07%
	Acima de 60 anos	421	12.33%
Data de internação	Março	1	0.02%
	Abril	4	0.11%
	Maio	29	0.84%
	Junho	69	2.02%
	Julho	69	2.02%
	Agosto	58	1.69%
	Setembro	27	0.79%
	Outubro	22	0.64%
	Não registrado	3136	91.8%
Data da alta da internação	Maio	6	0.17%
	Junho	15	0.43%
	Julho	29	0.84%
	Agosto	22	0.64%
	Setembro	21	0.61%
	Outubro	11	0.32%
	Não registrado	3311	96.9%
Classificação do caso	Suspeito	0	0%
	Confirmado	3414	100%
	Descartado	0	0%

Fonte: Departamento de epidemiologia, Ministério da Saúde de São Mateus- Espírito Santo

Tabela 2: Classificação dos pacientes quanto a data da internação na UTI, da alta na UTI e da evolução do caso

Variáveis	Frequência		
	Absoluta	Relativa	
Evolução do caso	Cura	3277	95.9%
	Óbito Covid-19	84	2.46%
	Óbito outras causas	2	0.05%
	Ignorada	21	0.61%
	Não registrado	30	0.87%

Data da internação na UTI			
	Abril	2	0.05%
	Maio	7	0.20%
	Junho	19	0.55%
	Julho	28	0.82%
	Agosto	27	0.79%
	Setembro	15	0.43%
	Outubro	11	0.32%
	Não registrado	3306	96.8%

Data da alta da internação na UTI			
	Maio	4	0.11%
	Junho	7	0.20%
	Julho	15	0.43%
	Agosto	8	0.23%
	Setembro	8	0.23%
	Outubro	12	0.35%
	Não registrado	3361	98.4%

Fonte: Departamento de epidemiologia, Ministério da Saúde de São Mateus- Espírito Santo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 é a maior tragédia epidemiológica da história moderna. Ao acometer todos os continentes de um mundo globalizado causa impactos de toda ordem na vida individual e coletiva das pessoas. Cidades como a de São Mateus, de porte médio, com comércio forte, sendo polo de saúde e educação, tem os efeitos percebidos mais facilmente pelos munícipes. A partir da observância dos dados analisados de março a outubro de 2020, conseguimos identificar que a “primeira onda da Covid-19”, ou o “pico da doença” ocorrera nos meses de julho e agosto de 2020.

Ressalta-se que, enquanto este capítulo é escrito, o Brasil registra mais de 400 mil mortes e vive um momento impactante da “segunda onda da Covid-19”. Assim, caso não haja uma política governamental forte, claramente orientada, direcionada pelo governo Federal e sobretudo sustentadas por princípios científicos, brevemente poderemos viver a “terceira onda da Covid-19”. Em paralelo, esse estudo aponta que as medidas de controle sanitário, como o distanciamento, a lavagem das mãos e o isolamento social são medidas individuais eficientes, mas é necessário que avancemos com o programa nacional de imunização buscando atingir a imunidade coletiva.

Dessa forma, entendemos que as medidas de restrições devem continuar, na medida do possível e não devem ser relaxadas. Par e passo, é necessário que a população tenha consciência individual e coletiva e que as autoridades assumam, com responsabilidade, a condução do

enfrentamento à pandemia, sempre sob a égide do respeito à vida e às recomendações da comunidade científica.

REFERÊNCIAS

MEDEIROS, Adeli Regina Prizybicien de *et al.* A epidemiologia como referencial teórico-metodológico no processo de trabalho do enfermeiro. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 46, n. 6, p. 1519-1523, 2012.

SILVA, Luiz Jacintho da. Considerações acerca dos fundamentos teóricos da explicação em epidemiologia. **Revista de Saúde Pública**, v. 19, p. 377-383, 1985.

BRASIL, Ministério da Saúde. **COVID-19: Brasil registra 5.267.567 de pessoas recuperadas**. Gov.br, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/brasil-registra-5-267-567-de-pessoas-recuperadas>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FIOCRUZ, FIOCRUZ. **Qual a origem desse novo coronavírus?**. São Paulo, 24 jun. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/qual-origem-desse-novo-coronavirus>. Acesso em: 3 dez. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **O que é a Covid-19?**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SANTA CATARINA. **Manual de orientações da Covid-19**. 2020. Disponível em: https://www.saude.sc.gov.br/coronavirus/arquivos/Manual_23-10-atualizado.pdf. 2020. Acesso em: 29 abr. 2021.

SES, MG. **Perguntas e Respostas**. 2021. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/perguntaserespostas>. Acesso em: 29 abr. 2021.

IEMA. **Populações Indígenas e Tradicionais**. 2010. P.101. Disponível em: https://iema.es.gov.br/Media/iema/CQAI/EIA/2010/CTRDA%20S%C3%A3o%20Mateus/7.3_MANTROPICO.pdf. Acesso em: 29 abr. 2021

SÃO MATEUS ES. Secretaria Municipal de São Mateus - ES. **Dados epidemiológicos da Covid 19**. 2021

MALESKI, Daniella. **Lockdown durante a pandemia do Coronavírus: o que é e quais países adotaram**. [S. l.], 2 abr. 2021. Disponível em: <https://dasa.com.br/lockdown-coronavirus-significado/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2019. **Censo Demográfico**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/sao-mateus.html>. Acesso em: 29 abr. 2021.

CAPÍTULO 3

IMPACTO DA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DOS IDOSOS E OS CAMINHOS PARA SOLUÇÃO

Ana Caroline Gusmão De Matos, Graduanda de Medicina, Universidade Tiradentes
Nathalia Costa Macedo Noronha, Graduanda de Medicina, Universidade Tiradentes
Carmem Isaura Salles Do Nascimento, Graduanda de Medicina, Universidade Tiradentes
Alicia Calinne Melo Santos, Graduanda de Medicina, Universidade Tiradentes
Thayna Bezerra Lima, Graduanda de Medicina, Universidade Tiradentes
Marina Dantas Freire, Graduanda de Medicina, Universidade Tiradentes
Luana Godinho Maynard, Docente de Medicina, Universidade Tiradentes
Carla Viviane Freitas De Jesus, Doutoranda em Saúde e Ambiente, Universidade Tiradentes

RESUMO

A pandemia da COVID-19 repercutiu na sociedade, economia e saúde, remodelando a vida e o cotidiano. Nesse sentido, os idosos, considerados grupo de risco para a nova doença, sofrem ainda em maior proporção os impactos biopsicossociais. O objetivo do presente estudo foi avaliar os danos ocasionados pela pandemia de COVID-19 à saúde mental do idoso e as possíveis soluções para essa problemática. Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada a partir da base de dados PubMed, utilizando os descritores “COVID-19”, “Elderly” e “Mental Health”. Foram critérios de inclusão texto completo disponível, recorte temporal de 1 ano e estar escrito em português, inglês e/ou espanhol. E excluídos os estudos veterinários ou que não enfocaram a faixa etária dos idosos e a saúde mental. Foram incluídas 18 publicações de 2020, bem como duas cartilhas da Fundação Oswaldo Cruz a respeito do tema. O estudo mostrou que isolamento social, medo do contágio, estigma, receio de uma morte solitária e desconexão das atividades cotidianas aumentam o estresse, ansiedade e declínio cognitivo dos idosos durante a pandemia. Para reverter esse quadro é necessário associar informação, participação da comunidade, apoio econômico e jurídico, assistência psicológica e/ou psiquiátrica, adequação e inclusão de novas tecnologias de comunicação a este grupo.

PALAVRAS-CHAVE: Idoso. Infecções por coronavírus. Saúde mental.

INTRODUÇÃO

A doença do coronavírus 2019 (COVID-19) foi declarada emergência de Saúde Pública pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020 (SHAYGAN, BAHADORI, 2020). Os idosos são particularmente vulneráveis à infecção severa ou morte por COVID-19 (FLINT; BINGHAM; IABONI, 2020; LOPEZ et al., 2020), representam 72% dos óbitos pela doença no Brasil (MONTEIRO-JUNIOR et al., 2020). Isso ocorre, porque o envelhecimento é acompanhado por declínio imunológico e comorbidades, ambos

considerados fatores de risco para agravamento da doença (FLINT; BINGHAM; IABONI, 2020; MENG et al., 2020).

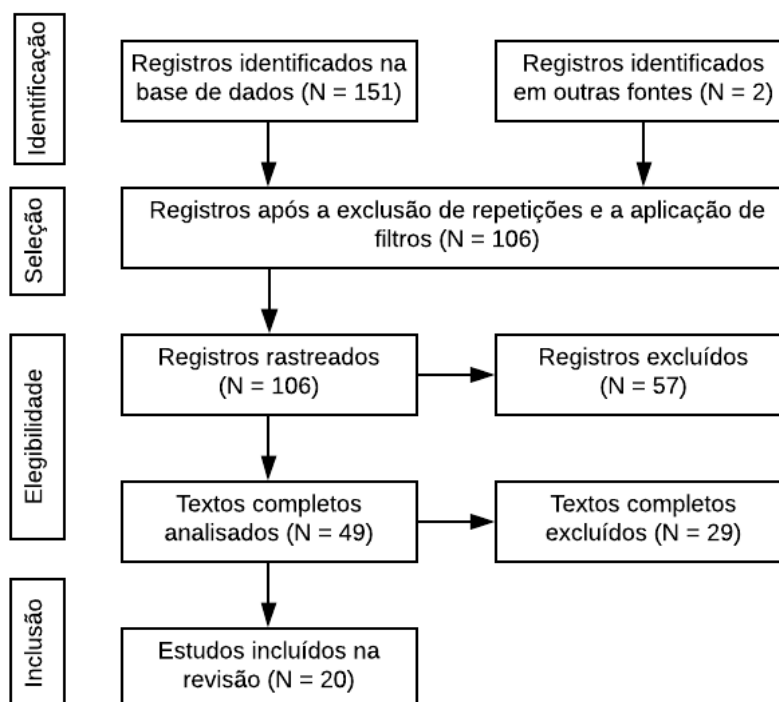
As autoridades mundiais em saúde e governos nacionais instituíram o distanciamento social como medida de contingenciamento da doença. Como parte dessa ação serviços não essenciais, escolas, academias, igrejas e espaços públicos de lazer foram fechados em diversos países, incluindo no Brasil. Esse fenômeno resultou em isolamento social e virtualização de muitos atendimentos em saúde, além das implicações econômicas ocasionada pela suspensão das atividades laborais presenciais (FLINT; BINGHAM; IABONI, 2020).

Uma vez que idosos têm sido apontados por estudos com menores níveis de senso de propósito e, com isso, maior susceptibilidade à depressão (LOPEZ et al., 2020), a pandemia pode afetar especialmente a saúde mental dessa população. Estudos realizados durante surtos de síndrome respiratória aguda anterior demonstraram elevação de índices de suicídio em idosos (MONTEIRO-JUNIOR et al., 2020). Nesse novo cenário, faz-se necessário conhecer os impactos da pandemia de COVID-19 na saúde mental da população idosa, bem como elucidar os caminhos que amenizem esses danos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura sobre a saúde emocional da população idosa durante a pandemia de COVID-19. A pergunta norteadora do estudo foi “Qual o impacto da COVID-19 na saúde mental dos idosos e quais os caminhos para minimizar os danos psicológicos?”. Para solucionar a questão, foi realizada uma pesquisa a partir da base de dados PubMed, utilizando os descritores “COVID-19”, “Mental Health” e “Elderly” em diferentes combinações. Foram encontrados 151 artigos científicos, dos quais 104 foram elegíveis após a exclusão de repetições e aplicações de filtros. Após a leitura dos resumos dos artigos elegíveis, 47 foram selecionados para leitura do texto na íntegra. Foram incluídos 18 registros com texto completo disponível para leitura, além de duas cartilhas. Foram excluídos estudos veterinários (30); direcionados a saúde mental dos profissionais e saúde (26); com foco em outras faixas etárias que não idosos (30); com ênfase em disfunções clínicas não relacionadas à saúde mental (12); em idioma diferente do português, espanhol e inglês (6) ou que não responderam à pergunta proposta. Também foram utilizadas duas cartilhas da Fundação Oswaldo Cruz com orientações para construção de protocolos de cuidado e abordagem dos pacientes idosos, com distúrbios psíquicos ou não, durante a pandemia de COVID-19. As cartilhas foram submetidas ao mesmo processo de seleção relatado para os artigos científicos.

Figura 1: Fluxograma das etapas referente à busca de evidências nas bases de dados



Fonte: Elaborado pelos autores

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O isolamento social, medida adotada por muitos países para conter o contágio com COVID-19, implica em redução de interações e atividades com famílias, amigos e cuidadores, culminando em tédio, inatividade, sedentarismo, solidão, redução da resiliência e perda da autoestima (GOULD; HANTKE, 2020; VELAYUDHAN; AARSLAND; BALLARD, 2020; UVAIS, 2020). Diante disso, 37,1% dos idosos apresentam sinais de depressão e ansiedade durante a pandemia (MENG et al., 2020), colaborando para declínio cognitivo significativo (FLINT; BINGHAM; IABONI, 2020; GOULD; HANTKE, 2020).

Nesse contexto frágil, diversas ações, ideais ou eventos podem comprometer a autoconfiança e autopercepção de utilidade dos idosos, indivíduos já susceptíveis a quadros depressivos. Exemplos disso são os danos psíquicos ocasionados pelo estabelecimento de um juízo de valor baseado na expectativa de vida restante, amplamente difundido pela mídia; pelas políticas de priorização de atendimento e leitos para pacientes mais jovens (MONTEIRO-JUNIOR et al., 2020); e pelo comprometimento da autonomia dos idosos para realização de atividades como aquisição de comidas e medicamentos, momentos de lazer, trabalho voluntário e frequentar cultos religiosos (SHAYGAN; BAHADOR, 2020; UVAIS, 2020;

BUENAVENTURA; HO; LAPID, 2020). A ampliação da dependência do idoso em relação às famílias ou cuidadores também propicia violência e abuso (KHOURY; KARAM, 2020).

Durante a pandemia, sintomas de estresse pós-traumático têm sido relatados na população idosa, incluindo confusão e raiva ocasionados pela longa duração da quarentena, medo da infecção, frustração, falta de EPI, informações inadequadas e prejuízos financeiros. Os idosos também receiam a estigmatização, pois estão mais propensos à asma brônquica, doença pulmonar obstrutiva crônica e resfriado comum, quadros associados à tosse persistente, dor de garganta e outros sintomas que podem ser facilmente confundidos com a COVID-19, resultando em exclusão (JIMÉNEZ-PAYÓN; CARBONELL-BAEZA; LAVIE, 2020; GREFF et al., 2020).

Para os idosos que residem sozinhos, a vulnerabilidade emocional pode ser maior, incluindo maior propensão à ideia suicida ou ao suicídio propriamente dito. Dados do Ministério da Saúde, divulgados em 2018, apontam para a alta taxa de suicídio entre aqueles com mais de 70 anos, com taxa média de 8,9 mortes por 100 mil nos últimos seis anos, quando a taxa média nacional é 5,5 por 100 mil (GREFF et al., 2020).

Nas casas de repouso os efeitos emocionais são potencializados, haja vista a suspensão das atividades terapêuticas, interrupção de visitas de familiares e redução do número de cuidadores com vistas a diminuir o contágio (KHOURY; KARAM, 2020). O uso de equipamentos de proteção individual (EPI) pelos profissionais dessas instituições pode também amedrontar os que nela residem, haja vista que cerca de $\frac{2}{3}$ dos idosos institucionalizados têm demência e, portanto, têm dificuldades para compreender o processo de distanciamento social (VELAYUDHAN; AARSLAND; BALLARD, 2020). Esses idosos se apresentam mais ansiosos, agitados, solitários e depressivos. Alguns estudos apontaram também que as tecnologias de comunicação e os serviços de teleatendimento, apesar de importantes, podem evocar paranoia em pacientes propensos à psicose (GERRITSEN, VOSHAAR, 2020). Por fim, uma preocupação recorrente dos idosos é a morte em isolamento hospitalar, longe dos entes queridos, e a impossibilidade de suas famílias presenciarem seu funeral (SHAYGAN, BAHADORI, 2020).

CAMINHOS PARA REVERTER ESSE QUADRO

A fim de combater os efeitos psicossociais ocasionados pela pandemia do novo coronavírus, 4 níveis de suporte podem ser pensados: a) informação, b) apoio na comunidade

e grupos de autoajuda, c) assistência prática, d) acompanhamento psicológico ou psiquiátrico (GREFF et al., 2020).

A mídia tem papel fundamental nesse processo, diante de sua ampla influência na saúde mental e sensação de segurança da população (UVAIS, 2020). Prova disso é o efeito “Werther”, caracterizado pelo aumento de casos de suicídio após reportagens sensacionalistas. No contrafluxo, o efeito “Papageno” ocorre quando reportagens responsáveis diminuem o comportamento suicida no público, fornecendo exemplos de outras pessoas que conseguiram superar crises suicidas, enfatizando alternativas ao ato, educando o público e gerando conscientização (GREFF et al., 2020).

Nesse sentido, é importante que os idosos tenham boa compreensão a respeito da COVID-19 e das razões da quarentena (UVAIS, 2020). Para tanto, governos e serviços de saúde devem fornecer informação importante a respeito da doença, em especial através dos meios de comunicação de massa, como rádio e televisão, que são mais acessíveis a esse grupo (UVAIS, 2020). Outra maneira de fornecer informação de qualidade é por meio de linhas diretas de aconselhamento (*hotlines*), tanto voltadas para os idosos, quanto seus cuidadores (MENG et al., 2020; CHONG et al., 2020; HWANG et al., 2020).

O apoio da comunidade é, também, imprescindível. No Líbano e Canadá, organizações para Alzheimer e para assistência aos usuários de drogas se mobilizaram *online*. Algumas cidades alugaram espaço adicional para abrigo para moradores de rua, um grupo que inclui pessoas mais velhas com doenças mentais crônicas e distúrbios de uso de substâncias, para facilitar o distanciamento social e ajudar a minimizar contágio (SHAYGAN; BAHADORI, 2020). Já em Portugal uma campanha do governo denominada “*Care for All*”, organizou redes solidárias envolvendo compras de supermercado, aquisição de medicamentos e restaurantes locais que continuaram cozinhando para a população idosa que reside em casas de repouso (BUENAVENTURA; HO; LAPID, 2020).

O acesso a cuidados primários, serviços farmacêuticos, enfermeiros da comunidade e doação de suprimentos básicos como alimentos, máscaras e desinfetantes têm sido associados a redução de frustração, ansiedade e raiva (UVAIS, 2020).

Diante das implicações socioeconômicas da crise originada pela pandemia, serviços como assessoria jurídica e financeira também se fazem pertinentes. Ações e iniciativas governamentais que assegurem minimamente a estabilidade financeira contribuem para diminuição de estressores nessa área. Ademais, a rede de proteção social deve estar atenta a

suspeitas de violação de direitos do idoso (GREFF et al., 2020). Alguns grupos de idosos têm se revelado particularmente vulneráveis, como mulheres, indivíduos com baixo nível de instrução, divorciados e enlutados, além dos que vivem sozinhos, dos que estão tendo problemas para dormir ou que possuíam distúrbios psiquiátricos prévios (GOULD; HANTKE; 2020; GREFF et al., 2020). Esses demandam atenção psicológica específica.

É importante destacar que a tecnologia pode ser uma grande ferramenta para redução de estresse, depressão e ansiedade dos idosos durante a quarentena (SHAYGAN; BAHADORI, 2020; COLLIER, 2020). Ela proporciona acesso à prática de atividades físicas, fundamental para manutenção da funcionalidade nesse cenário (VELAYUDHAN; AARSLAND; BALLARD, 2020); contato com familiares; conexões emocionais, espirituais e sociais (JIMÉNEZ-PAYÓN; CARBONELL-BAEZA; LAVIE, 2020; LUM et al., 2020; ARMITAGE; NELLUMS, 2020). Entretanto, há limitações ao uso das tecnologias, principalmente entre os mais idosos (com 85 anos ou mais), indivíduos com baixo nível educacional ou baixa renda e aqueles que vivem em lugares remotos e com conexão de *internet* insuficiente (SHAYGAN; BAHADORI, 2020; MENG et al., 2020; SANO et al., 2020). A inclusão dos idosos no mundo digital exigirá adequações das linguagens, símbolos e configurações dos aparelhos, além de democratização do acesso (FLINT; BINGHAM; IABONI, 2020; SANO et al., 2020).

No que tange ao acompanhamento profissional voltado à saúde emocional, a telepsiquiatria tem se tornado muito popular e está se estabelecendo como uma alternativa prática e efetiva às sessões psiquiátricas presenciais (MENG et al., 2020). Apesar de a maioria dos pacientes mais idosos mostrarem-se inicialmente resistentes à mudança, os estudos indicaram que muitos se acostumaram com o novo sistema.

Quanto aos idosos hospitalizados, a equipe médica deve identificar, junto ao idoso, atividades prazerosas que possam ser realizadas no isolamento, como músicas, livros, filmes e/ou programas favoritos). Pacientes que professarem preferência espiritual ou religiosa devem ter a oportunidade de expressar sua fé mesmo em isolamento (ARANTES et al., 2020). A atenção ao idoso durante a pandemia de COVID-19 envolve integrar ações em diferentes níveis, incluindo promoção à saúde, manutenção de conexões sociais, suprimento de necessidades básicas, apoio jurídico, cuidados paliativos e assistência ao luto, se necessário (ARMITAGE; NELLUMS, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatores com maior potencial de dano à saúde mental dos idosos em tempos de COVID-19 são isolamento social, medo do contágio, estigma, problemas financeiros e receio de uma morte solitária. Esses indivíduos se apresentam estressados, ansiosos e com declínio cognitivo. O impacto é ainda maior em idosos com condições psiquiátricas prévias, como psicose e demência, ou que têm pouco acesso à convivência social, como os que têm difícil acesso às tecnologias ou residem sozinhos. Para reverter esse quadro, estudos sugerem associação informação de qualidade, apoio da comunidade, suporte econômico e jurídico, assistência psicológica e/ou psiquiátrica. Além disso, é fundamental que novas tecnologias sejam adequadas às demandas e linguagens desse grupo, bem como democratizadas, com vistas a difusão de ferramentas de conexão e comunicação que favoreçam autonomia e integração social dos idosos durante a pandemia.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. C. Q. et al. Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: recomendações aos trabalhadores e cuidadores de idosos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. 14 p. Cartilha. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41686>. Acesso em: 08/01/2021.

ARMITAGE, R.; NELLUMS, L. B. COVID-19 and the consequences of isolating the elderly. **The Lancet Public Health**, v. 5, n. 5, p. e256, 2020.

BUENAVENTURA, R. D.; HO, J. B.; LAPID, M. I. COVID-19 and mental health of older adults in the Philippines: a perspective from a developing country. **International psychogeriatrics**, v. 32, n. 10, p. 1129-1133, 2020.

CHONG, T. W. H. et al. Mental health of older adults during the COVID-19 pandemic: lessons from history to guide our future. **International psychogeriatrics**, v. 32, n. 10, p. 1249-1250, 2020.

COLLIER, S. A Geriatric Psychiatry Virtual Rotation During Covid-19. **The American Journal of Geriatric Psychiatry**, v. 28, n. 8, p. 891, 2020.

FLINT, A. J.; BINGHAM, Kathleen S.; IABONI, Andrea. Effect of COVID-19 on the mental health care of older people in Canada. **International Psychogeriatrics**, v. 32, n. 10, p. 1113-1116, 2020.

GERRITSEN, D. L.; VOSHAAR, R. C. O. The effects of the COVID-19 virus on mental healthcare for older people in The Netherlands. **International Psychogeriatrics**, v. 32, n. 11, p. 1353-1356, 2020.

GOULD, C. E.; HANTKE, N. C. Promoting technology and virtual visits to improve older adult mental health in the face of COVID-19. **The American Journal of Geriatric Psychiatry**, v. 28, n. 8, p. 889-890, 2020.

GREFF, A. P. et al. Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: suicídio na pandemia COVID-19. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. 24 p. Cartilha. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41420>. Acesso em: 08/01/2021.

HWANG, T. J. et al. How Taiwan prevented the outbreak of COVID-19: a focus on psychological strategies and measures. **International Psychogeriatrics**, v. 32, n. 10, p. 1121-1124, 2020.

JIMÉNEZ-PAVÓN, D.; CARBONELL-BAEZA, A.; LAVIE, C. J. Physical exercise as therapy to fight against the mental and physical consequences of COVID-19 quarantine: Special focus in older people. **Progress in cardiovascular diseases**, v. 63, n. 3, p. 386, 2020.

KHOURY, R.; KARAM, G.. Impact of COVID-19 on mental healthcare of older adults: insights from Lebanon (Middle East). **International psychogeriatrics**, v. 32, n. 10, p. 1177-1180, 2020.

LÓPEZ, J. et al. Psychological well-being among older adults during the COVID-19 outbreak: a comparative study of the young–old and the old–old adults. **International psychogeriatrics**, v. 32, n. 11, p. 1365-1370, 2020.

LUM, Hillary D. et al. Psychogeriatric research during COVID-19 pandemic: qualitative analysis of participant views. **International Psychogeriatrics**, v. 32, n. 11, p. 1357-1360, 2020.

MENG, H. et al. Analyze the psychological impact of COVID-19 among the elderly population in China and make corresponding suggestions. **Psychiatry research**, v. 289, p. 112983, 2020.

MONTEIRO-JUNIOR, R. S. et al. COVID-19 pandemic: a multinational report providing professional experiences in the management of mental health of elderly. **International Psychogeriatrics**, v. 32, n. 10, p. 1153-1156, 2020.

SANO, M. et al. Psychogeriatrics in a world with COVID-19. **International Psychogeriatrics**, v. 32, n. 10, p. 1101-1105, 2020.

SHAYGAN, M.; BAHADORI, F. Considerations for how to mitigate the psychological impacts of COVID-19 in older adults. **International Journal of Community Based Nursing & Midwifery**, v. 8, n. 3, p. 277-279, 2020.

UVAIS, N. A. Psychological Impact of the COVID-19 Pandemic Among the Elderly: A Case Series From India. **The Primary Care Companion for CNS Disorders**, v. 14, n. 5, p. 779-788, 2020.

VELAYUDHAN, L.; AARSLAND, D.; BALLARD, C. Mental health of people living with dementia in care homes during COVID-19 pandemic. **International Psychogeriatrics**, v. 32, n. 10, p. 1253-1254, 2020.

CAPÍTULO 4

ADAPTAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM TEMPO DE PANDEMIA ENQUANTO ISOLAMENTO SOCIAL

Cláudio Luiz Chiusoli, Pós Doutor em Gestão Urbana (PUCPR), Docente do curso de administração, UNICENTRO/PR
Julie Cristini Dias, Mestre em Tecnologia, Qualidade e Competitividade (UFPR), Docente do curso de administração, UNICENTRO/PR
Lucas da Costa, Discente do curso de administração, UNICENTRO/PR
Lucas Serbai, Graduando em administração, Discente do curso de administração, UNICENTRO/PR

RESUMO

Em tempo de pandemia verificou-se que as organizações procuraram por inovações e novas estratégias de negócio, fazendo com que não venham a ter prejuízos, a falir e ainda evitando a demissão dos funcionários. E os funcionários que são também consumidores sentiram muito esse efeito, que no caso, o grupo de estudo desse relato de pesquisa foram os estudantes universitários de forma geral enquanto consumidor e sua relação de consumo na “clausura” frente à pandemia da COVID-19. O objetivo desse estudo é analisar o comportamento de consumo, hábito e atitudes dos estudantes universitários durante o *lockdown* em momento de isolamento social em relação a pandemia da COVID-19. O estudo quanto a literatura foi baseado por meio de artigos científicos, livros, publicações e pesquisa. Quanto a natureza das variáveis considera-se um estudo exploratório e quantitativo. Quanto à técnica de amostragem, foi utilizada a não-probabilística por conveniência em um total de 100 entrevistas, em uma instituição pública e privada em uma cidade do interior do Paraná que recebe esses grupo de estudantes. Assim, como principais achados por ordem de concordância, obteve-se que entre os entrevistados, 90,4% concordam que é importante conhecer o procedimento de higienização dos produtos alimentícios antes de comprar; 85,6% concordam que uma empresa que oferece *delivery* faz com que comprem mais; 75,0% perceberam que com o isolamento as propagandas de produtos aumentaram; 70,2% procuram sempre comprar marcas adquiridas anteriormente; 72,1% concordam que passaram a comprar menos em lojas físicas, e que por outro lado 64,4% passaram a comprar mais em lojas *on line*. Cerca de 42,3% concordam que durante a pandemia, a confiabilidade quanto a higiene de lanchonetes/*fastfood* diminuiu e apenas 25% concordam que com isolamento social compras de bens não-essenciais estão mais frequentes. Com isso, foi identificado que as compras *on line* aumentaram devido ao cenário atual, que não deixaram de comprar, mas sim migraram mais para compras *on line* pela facilidade e praticidade, fazendo assim que o comércio eletrônico continue com seu fluxo de venda de produtos e demonstraram ainda que se preocupam com a higiene e qualidade dos produtos alimentícios quando adquiridos.

PALAVRAS-CHAVE: compras *on line*, pandemia, estudantes universitários.

INTRODUÇÃO

Mundialmente, a pandemia da COVID-19 excede aos indicadores de saúde pública

manifestando seus graves efeitos em indicadores sócio-econômicos (AVELAR *et al*, 2020; IPEA, 2020). No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), aponta algumas características preliminares sobre a crise gerada, sendo: a) desalinhamento grave no mercado entre demanda [raramente frequente] e oferta, b) atividade econômica brasileira com resultado negativo de - 6,4%, segundo o Banco Central do Brasil (BCB), c) previsão de comportamento da economia brasileira de - 9,1% conforme Fundo Monetário Internacional (FMI) o que equivale à depressão econômica profunda, d) mercado de trabalho com redução no número de ocupados com, no mínimo, 4,9 milhões de postos de trabalho encerrados segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 2020, e) menor Indicador de Incerteza da Economia Brasil já registrado nos últimos vinte anos, conforme Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e f) aumento da dívida bruta do governo geral de 75,8% para 93,7%.

Mesmo diante deste cenário, as empresas buscaram por inovações e aperfeiçoamento para evitar a falência ou ter prejuízos devastadores em momentos difíceis quando o gestor precisa ter uma melhor decisão empresarial junto ao mercado e com seus subordinados buscando conhecimentos e técnicas para manter a sua vida financeira “saudável”. Assim, a produção e a entrega das mercadorias ao cliente tornou-se uma situação importante a ser estudada, visto que devido à restrição do consumo no local, os *delivery* de produtos aumentaram substancialmente (LANCHIMBA *et al*, 2020).

Apesar do enfrentamento de instabilidade financeira, o mercado tende a forçar as empresas para que se especializem em meios digitais como sendo suas prioridades, visto que em época de pandemia, o distanciamento social torna-se comum e as empresas entender o mercado e suas estratégias, afim de competir nesse novo ambiente e buscar os consumidores imersos na cultura digital, uma vez que as organizações precisam manter sua reputação (FEITOSA e GARCIA, 2016).

Considerando o grupo de estudantes universitários, por se tratar da geração que está muito conectada é o desejo das organizações entender seu comportamento de consumo e com isso é necessário que o gestor seja consciente e tenha capacidade de planejar um novo método de desenvolvimento das tarefas para que o fluxo da produção não pare atenda esse perfil de consumidor (OLIVEIRA ROSA, CASAGRANDE e SPINELLI, 2017).

Pensando nisso, as mudanças e adaptação de consumo durante o momento pandêmico, caracterizam o seguinte problema de pesquisa: qual o comportamento de consumo, hábito e

atitudes dos estudantes universitários durante o *lockdown* em momento de isolamento social em relação a pandemia da COVID-19?

O objetivo é analisar o comportamento de consumo, hábito e atitudes dos estudantes universitários durante o *lockdown* em momento de isolamento social em relação a pandemia da COVID-19.

Isto considerando, dificuldades enfrentadas pelas empresas para se adaptar à pandemia, trazendo um grande risco à saúde financeira da mesma e à organização em seus setores de produção. Assim, o presente relato de pesquisa justifica-se pelo fato que é importante o gestor conhecer os hábitos de compras do grupo de estudantes universitários e que as inovações e adaptações são necessárias em tempos de pandemia, mais concretamente, são as decisões que devem tomar em momento tão conturbado, como um corte de custos, entrega de mercadorias e quais métodos de trabalho devem ser utilizados para que consigam continuar faturando em época de crise.

Como objetivos específicos, pretende-se identificar se: i) passaram a comprar menos em lojas físicas; ii) passaram a comprar mais lojas *on line*; iii) durante o isolamento social passou a comprar mais bens não-essenciais; iv) se interessa em comprar mais em uma empresa que oferece *delivery*; v) com o isolamento perceberam aumento das propagandas de produtos; vi) durante a pandemia, diminuiu a confiabilidade sob higiene de lanchonetes/*fastfood*; vii) consideram importante conhecer o procedimento de higienização dos produtos alimentícios antes de comprar; e viii) procuram sempre comprar marcas que eram adquiridas anteriormente.

REFERENCIAL TEÓRICO

EMPRESAS E O CONSUMIDOR EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

O *lockdown* que se trata de bloqueio total de uma região, imposta pelo Estado ou pela Justiça, como medida mais rígida adotada durante situações extremas, no caso, a pandemia. A restrição ao cidadão é total no sentido circular em áreas públicas sem motivos emergenciais, cruzar fronteiras e muitas vezes pode haver toque de recolher e a fiscalização é feita pelo Governo.

Com isso, o enfrentamento da COVID-19, foi intensificado, possibilitando que todos os Estados adotassem distintas medidas restritivas de direitos e liberdades públicas, a depender do avanço da doença na respectiva área geográfica (ALVES, RAMOS e DELDUQUE *et al.*, 2020).

Bueno Neto *et al* (2020) ressalta que, China, *Taiwan*, Cingapura e Coréia do Sul foram além do “*lockdown*” e combinaram profissionais/estruturas da saúde/domicílio do paciente, comunidade, testagens, rastreamento e monitoramento por tecnologia da informação (*QRCode*) fundamentados a partir de experiências de outras contaminações respiratórias graves vividas nestes Países. Logo, comprovaram que a combinação destes recursos reduz a contaminação pela COVID-19.

Como a prática do isolamento social tem causado muitas polêmicas no País, algumas autoridades mostram-se céticas quanto à sua eficácia, mas o fato é que boa parte dos gestores públicos optaram por adotar de medidas como estratégias de controle da mobilidade dos cidadãos, como o fechamento de escolas e universidades, do comércio não essencial, e de áreas públicas de lazer, entre outros (BEZERRA *et al*, 2020).

E uma vez imposta esta situação, as empresas precisaram se organizar e segundo Vasconcelos e Vasconcelos (2020), a importância de se prepararem e planejarem durante os períodos de crise para o futuro incerto é fator fundamental em períodos de crise e principalmente, após a crise. Crise esta, que já foi vultuosa no primeiro trimestre/2020 nas empresas brasileiras de capital aberto.

Operacionalmente, cada empresa teve redução do valor de R\$4,1 bilhões durante fevereiro/2020 tendo como efeitos causais a incerteza nas previsões, queda na demanda e inadimplência, proibição de funcionamento e desvalorização cambial. Queda de receitas, aumento de ciclos operacional e financeiro, rentabilidade das empresas, aumento do endividamento da estrutura de capital são indicadores de desempenho econômico-financeiros mais afetados negativamente no referido trimestre. Somente os indicadores econômico-financeiros de liquidez mantiveram-se próximos aos indicadores do período anterior. Na captação de empréstimos e financiamentos a tangibilidade está sendo mitigadora de riscos para estas empresas (AVELAR *et al*, 2020).

O desafio é aterrador mas, na busca por um “oceano azul” com o uso de inovação e estratégia de negócio transforma a organização em uma empresa vencedora e melhor preparada para períodos de grande incerteza econômica, social e sanitária. Logo, torna-se fundamental uma empresa se preparar para enfrentar qualquer tipo de situação, mantendo uma saúde financeira e com métodos de trabalho que venham a continuar atendendo ao público de forma segura e correta.

Para que assim, sejam bem sucedidas no mercado competitivo e ganhar confiança do

consumidor superando a concorrência e gerando valor significativo na entrega compreendendo os reais desejos e necessidades dos consumidores (KOTLER e ARMSTRONG, 2015).

Nessa situação o consumidor influenciou-se por várias aspectos culturais, econômicos, sociais e psicológicos que estão relacionados e inseridos aos grupos de convivências e durante esse momento de *lockdown*, essa característica torna-se marcante para determinar suas preferências e desejos de consumo de determinada marca (OLIVEIRA ROSA, CASAGRANDE e SPINELLI, 2017).

Reside aqui, os grandes obstáculos desafiadores do empreendedor, pois se a sustentabilidade econômico-financeira das empresas de capital aberto abalou-se já no primeiro trimestre da pandemia da COVID-19 no Brasil (AVELAR *et al*, 2020, p. 8-13) entre os micro empreendedores o impacto é devastador e imensurável porque não tem uma estrutura organizacional formatada como as empresas maiores. Tradicionalmente, o microempreendedor tem dificuldade de crédito para capital de giro e investimento.

Melito (2020), reitera em entrevista a Montella, que o problema do empreendedor brasileiro não está só no acesso ao crédito. As soluções precisam atender a outras demandas do empreendedor com auxílio, orientação e formação que capacitem os micros, pequenos e médios empresários. Não adianta nada o mercado ter taxa de juros compatíveis, garantias e ser rápido no crédito, se a capacidade de gestão está ruim. Ele vai ter o dinheiro, mas não vai ter condições de enfrentar as adversidades do mercado.

É neste momento de escolha (*trade-off*) que os gestores de pequenas empresas abandonam suas crenças, sejam elas raízes de seus sucessos passados e desenvolvem novas habilidades e atitudes, situação exigente para um estrategista (MINTZBERG, AHLSTRAND e LAMPEL, 2010).

Como estrategista o empreendedor utiliza-se da estratégia emergente principalmente, para as adversidades de mercado. Rodrigues (2016) salienta que, a estratégia emergente é essencialmente reativa, nascendo das respostas e ameaças competitivas, onde a rapidez de adequação das mesmas irá sustentar a agilidade competitiva, tal como a que o mundo enfrenta com a COVID-19 nos dias atuais. A *internet* vem sendo uma das estratégias emergentes definidas para o enfrentamento do contexto que a COVID-19 gera para as empresas.

Osborn (1998, *apud* Rodrigues, 2016), afirma que a essência das estratégias emergentes é reativa. Logo, ameaças repentinas de diversas naturezas fazem com que aconteçam reações das empresas por meio de estratégias emergentes. Para Gimenez (1998), reações impulsivas a

eventos do ambiente caracterizam a essência reativa da estratégia configurando-se quase como uma “não-estratégia”.

Diante de um melhor acesso e disponibilidade da *internet* e da *WEB 2.0*, diversos canais de comercialização, além do próprio *site* das empresas, se apresentaram como alternativas integradas ao *ecommerce*, como *google adWords*, *e-mail marketing* e *facebook* no aspecto de prospecção de clientes (MAIA, OLIVEIRA e FUTAMI, 2019).

Muitos negócios que já possuíam *sites*, no entanto estes eram inicialmente de informação e propaganda, mas tiveram que ser readequados para suportar as vendas virtuais e para Maia, Oliveira e Futami (2019) as empresas *business-to-business* (B2B) estão se adaptando com muito esforço a este novo cenário.

A *internet* e canais de comunicação eram vistos como meios informativos com os clientes, sobretudo pelo fato das compras nesse mercado serem muitas vezes individualizadas e as negociações serem específicas para cada comprador e fornecedor *business-to-consumer* (B2C). Assim o comércio eletrônico, até pelo situação do isolamento, permitiu uma maior intercâmbio, de compra e venda de produtos e serviços pelas plataformas eletrônicas devido à crescente demanda verificada (CHIUSOLI e BONFIM, 2020). Pelo visto, nota-se que a *internet* é a estratégia emergente mais aplicada pelas empresas no enfrentamento à pandemia da COVID-19.

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica que, de acordo com Gil (2017), é elaborada baseada em temas publicados em livros, artigos científicos e outras publicações. Quanto à natureza das variáveis, o método utilizado foi quantitativo, que quantifica as opiniões, dados, na forma de coleta de informações, assim também como um emprego e cursos e técnicas estatísticas como porcentagem média e mediana (AAKER, KUMAR e DAY, 2001). Quanto ao objetivo, considera-se um estudo exploratório que segundo Marconi e Lakatos (2017), foi pelo fato que o pesquisador pode se aprimorar mais sobre o assunto e explorar a pesquisa para conhecimentos mais específicos diante do tema abordado, sendo assim que o mesmo possa retirar informações mais concretas e que hipóteses sejam formuladas, para a realização do trabalho.

A população e unidade de observação deste estudo constituíram-se de estudantes universitários e em relação à técnica de amostragem, foi utilizada a não-probabilística por conveniência em um total de 100 (cem) estudantes universitários, de uma instituição de ensino

superior pública e de uma instituição de ensino superior privada situadas em uma cidade do interior do Estado do Paraná cuja instituições recebem esses grupos de estudantes da região.

De acordo com Gil (2017), a classificação da amostragem como não-probabilística é devido aquela que não apresenta fundamentação probabilística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador.

Foram 10 (dez) as variáveis investigadas, sendo 02 (dois) perfis - gênero e faixa etária - essas questões abordavam sobre: compras em lojas físicas, compras em lojas *on line*, compras de bens não-essenciais, compras em uma empresa que oferece *delivery*, percepção de aumento das propagandas de produtos, diminuição da confiabilidade da higiene em lanchonetes/*fastfood*, importância de conhecer o procedimento de higienização dos produtos alimentícios antes de comprar e compras de marcas adquiridas anteriormente.

Quanto as escalas utilizadas a ordinal predomina mediante escala de 03 (três) pontos concordo/indiferente/discordo; sendo que, a escala ordinal é obtida pela classificação dos objetivos ordenados em função de alguma variável em comum (AAKER, KUMAR e DAY, 2001).

Quanto à forma da coleta dos dados e abordagem, trabalhou-se por meio de levantamento mediante entrevistas *on line*, mediante envio de questionários eletrônicos, por meio do *google forms* para o grupo de estudantes universitários das instituições pesquisadas com sede na mesma cidade pesquisada.

Quanto à procedência dos dados, foram utilizados dados primários, pois são informações coletadas para o propósito da questão (KOTLER e ARMSTRONG, 2015). Quanto ao recorte, é feito um recorte transversal, que se tratou de uma pesquisa feita em um momento em específico e uma única vez (FLICK, 2012).

Quanto à técnica estatística, a análise dos dados consistiu-se em análises univariadas e bivariadas com base em frequências absolutas e relativas e processadas por meio do *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)*. As medidas de associação foram testadas por meio do teste não-paramétrico *Qui-Quadrado* (SIEGEL e CASTELLAN, 2017). O teste é uma estatística utilizada que avalia se as observações não pareadas entre duas variáveis são independentes entre si, sendo aplicadas ao nível de significância de 5%, para testar se deve ou não rejeitar as hipóteses postuladas.

Assim, se o *p*-valor obtido for abaixo de 5% ($p \leq 0,05$), as variáveis são independentes

e as hipóteses devem ser rejeitadas; caso contrário, se for acima de 5%, não devem ser rejeitadas (SIEGEL e CASTELLAN, 2017).

Ou seja, o Teste *Qui-Quadrado* foi utilizado para analisar a existência da relação das variáveis investigadas entre estudantes universitários considerando gênero e faixa etária.

Contido essas informações, as hipóteses da pesquisa foram:

- H0: não há diferença significativa na opinião dos participantes em relação as variáveis pesquisadas segmentadas por gênero (masculino e feminino); e
- H1: não há diferença significativa na opinião dos participantes em relação as variáveis pesquisadas segmentadas por faixa etária (até 19 anos, de 20 a 25 anos e acima de 25 anos).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção, é apresentada análise e discussão dos resultados, sendo composta por 09 (nove) quadros. Os Quadros de 1 a 8, referem-se aos objetivos propostos segmentados por gênero e faixa etária considerando o comportamento de compra e consumo dos estudantes universitários participantes do estudo. Por fim, o Quadro 9 apresenta os resultados do Teste *Qui-Quadrado* resumidamente, mostrando se há rejeição ou não das hipóteses H0 e H1 investigadas.

O perfil dos pesquisados quanto à faixa etária indica que 17,3% possuem até 19 anos, 48,1% são de 20 a 25 anos e 34,6% acima de 26 anos. Quanto ao perfil por gênero ligeiramente, predominam as mulheres com 52,9% e os homens com 47,1%.

O Quadro 1 refere-se à variável “*Passei a comprar menos em lojas físicas durante a pandemia*”; apresenta um *p*-valor de 0,470 para a hipótese H0 e um *p*-valor de 0,128 para a hipótese H1, sugerindo que as hipóteses H0 e H1 não devem ser rejeitadas, ou seja, nos cruzamentos dos dados por gênero e faixa etária, não há diferença significativa entre as respostas.

Conforme demonstrado no Quadro 1, observa-se que as compras em lojas físicas diminuíram drasticamente com a pandemia e o isolamento social, sendo que a pesquisa aponta um índice de 72,1% de concordância, no entanto, esse percentual é menor entre os estudantes universitários de até 19 anos, com 50%. Esta redução abrupta é suscitada como um dos efeitos graves da pandemia da COVID-19 com relação aos indicadores sócio-econômicos, ou seja, a pandemia ultrapassa indicadores de saúde pública (AVELAR *et al*, 2020; IPEA, 2020).

Quadro 1 - Passei a comprar menos em lojas físicas durante a pandemia

Escala	Feminino	Masculino	Até 19	20 / 25	26 +	Total
Concordo	67,3%	77,6%	50,0%	76,0%	77,8%	72,1%
Indiferente	21,8%	16,3%	38,9%	18,0%	11,1%	19,2%
Discordo	10,9%	6,1%	11,1%	6,0%	11,1%	8,7%
Total Geral	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa (2020)

O Quadro 2 refere-se à variável “*Passei a comprar mais on line durante a pandemia*”; apresenta um *p*-valor de 0,786 para a hipótese H0 e um *p*-valor de 0,015 para a hipótese H1. O teste sugere que a hipótese H0 não deve ser rejeitada, por outro lado, a hipótese H1 deve ser rejeitada, ou seja, nos cruzamentos dos dados por gênero e faixa etária, há diferença significativa entre as respostas dos estudantes universitários.

Conforme demonstrado no Quadro 2, há um crescimento nas compras *on line* e isso se justifica devido a diminuição de compras em lojas físicas conforme Quadro 1. O índice de compras em lojas *on line* recebe 64,4% de concordância, se destacando junto aos estudantes universitários acima de 26 anos com 77,8%, que é corroborado pelo Teste *Qui-Quadrado* que sugere uma maior associação com os de maior idade que citaram consumir mais *on line* nesse momento.

Provavelmente, essa situação tem ocorrido ao desejar receber os produtos em sua casa com mais segurança e conforto contribuindo para o bem-estar de todos em função da pandemia da COVID-19. O comportamento de compras do consumidor voltado para lojas *on line* não é concentrado em grandes centros urbanos, conforme Chiusoli e Bonfim (2020), consultando consumidores em um município do interior do Paraná com 20 mil habitantes constataram que há um boa receptividade do consumidor para comprar em loja *on line*.

Chiusoli e Bonfim (2020), caracterizam que mais da metade dos participantes da pesquisa gastam R\$400,00 anualmente com compras de uma a três vezes ao ano preferindo pagamento via boleto bancário.

Quadro 2 - Passei a comprar mais *on line* durante a pandemia

Escala	Feminino	Masculino	Até 19	20 / 25	26 +	Total
Concordo	61,8%	67,3%	44,4%	62,0%	77,8%	64,4%
Indiferente	29,1%	26,5%	38,9%	36,0%	11,1%	27,9%
Discordo	9,1%	6,1%	16,7%	2,0%	11,1%	7,7%
Total Geral	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa (2020)

O Quadro 3, refere-se à variável “*Durante o isolamento social passei a comprar mais*

bens não-essenciais”; apresenta um p -valor de 0,200 para a hipótese H0 e um p -valor de 0,769 para a hipótese H1. Os resultados do teste estatístico sugere que as hipóteses H0 e H1 não devem ser rejeitadas, ou seja, nos cruzamentos dos dados por gênero e faixa etária, não há diferença significativa entre as respostas dos estudantes universitários.

Nota-se que, durante a pandemia sendo uma época de crise, com desemprego, produtos com preços em alta, ainda que pouco, uma procura de bens não-essenciais, é citado por 25% dos estudantes universitários, ou seja, além dos produtos considerados bens essenciais que são produtos de alimentação, saúde e higiene, ainda há demanda para as demais categorias considerados não-essenciais, como o fechamento de escolas e universidades, do comércio em geral e de áreas públicas de lazer, entre outros (BEZERRA *et al*, 2020).

Quadro 3 – Durante o isolamento social passei a comprar mais bens não-essenciais

Escala	Feminino	Masculino	Até 19	20 / 25	26 +	Total
Concordo	20,0%	30,6%	22,2%	28,0%	22,2%	25,0%
Indiferente	40,0%	44,9%	33,3%	42,0%	47,2%	42,3%
Discordo	40,0%	24,5%	44,4%	30,0%	30,6%	32,7%
Total Geral	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa (2020)

O Quadro 4 refere-se à variável “*Empresa que oferece delivery poderá fazer que eu compre mais dela*”; mostra um p -valor de 0,532 para a hipótese H0 e um p -valor de 0,611 para a hipótese H1 sugerindo que as hipóteses H0 e H1 não devem ser rejeitadas, ou seja, nos cruzamentos dos dados por gênero e faixa etária, não há diferença significativa entre as respostas dos estudantes universitários. Essa questão mostra com muita força nas respostas que receber os produtos no conforto da casa é a melhor escolha na situação atual, onde o índice obtido na pesquisa é 85,6% de concordância.

Esta resposta alinha-se a Vasconcelos e Vasconcelos (2020), quando afirmam que, durante o isolamento social, em tempos de pandemia as empresas se adaptaram em oferecer serviços de *delivery* de seus produtos que se tornou uma estratégia essencial a atividade comercial.

Feitosa e Garcia (2016), lembram que o *delivery* está presente em todas as categorias de aferição de selos (bronze, prata, ouro ou diamante) para lojas virtuais conveniadas ao sistema de avaliação eBIT e consequentemente, é integrante de sistemas de reputação de *e-commerce*.

Quadro 4 - Empresa que oferece *delivery* poderá fazer que eu compre mais dela

Escala	Feminino	Masculino	Até 19	20 / 25	26 +	Total
Concordo	89,1%	81,6%	88,9%	86,0%	83,3%	85,6%
Indiferente	9,1%	16,3%	11,1%	14,0%	11,1%	12,5%
Discordo	1,8%	2,0%	0,0%	0,0%	5,6%	1,9%

Total Geral	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
-------------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Fonte: dados da pesquisa (2020)

O Quadro 5 refere-se à variável “*Procuro sempre comprar marcas que já comprei anteriormente*”; mostra um *p*-valor de 0,071 para a hipótese H0 e um *p*-valor de 0,943 para a hipótese H1, sugerindo que as hipóteses H0 e H1 não devem ser rejeitadas, ou seja, nos cruzamentos dos dados por gênero e faixa etária, não há diferença significativa entre as respostas.

Considerando os dados obtidos que ao adquirir um bem ou serviço, optam por marcas já utilizadas por 70,2% dos estudantes universitários provavelmente, por alguns aspectos como conforto, durabilidade, confiabilidade, uma vez que foi uma experiência de compra já vivenciada. Resultados sugerem que durante esse momento de *lockdown*, o desejo de preferir uma determinado produto torna-se relevante quanto as suas preferências no ato da decisão de consumo (OLIVEIRA ROSA, CASAGRANDE e SPINELLI, 2017).

Quadro 5 – Procuro sempre comprar marcas que já comprei anteriormente

Escala	Feminino	Masculino	Até 19	20 / 25	26 +	Total
Concordo	61,8%	79,6%	66,7%	70,0%	72,2%	70,2%
Indiferente	38,2%	18,4%	33,3%	28,0%	27,8%	28,8%
Discordo	0,0%	2,0%	0,0%	2,0%	0,0%	1,0%
Total Geral	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa (2020)

O Quadro 6 refere-se à variável “*Durante o isolamento social percebi que as propagandas de produtos aumentaram*”; mostra um *p*-valor de 0,490 para a hipótese H0 e um *p*-valor de 0,531 para a hipótese H1, sugerindo que as hipóteses H0 e H1 não devem ser rejeitadas, ou seja, nos cruzamentos dos dados por gênero e faixa etária, não há diferença significativa entre as respostas dos estudantes universitários.

Essa questão mostra que com o isolamento social, as pessoas tendem a acessar os meios de comunicação, bem como, as redes sociais e dessa forma, percebem propagandas e diversas promoções realizadas pelas empresas, que não deixa de ser uma estratégia para divulgarem seu produto afim de atingir uma quantidade maior de público, uma vez estando “enclausurado”, que é reforçado por 75% de concordância pelos entrevistados.

Assim, verifica-se que empresas que já possuíam *sites*, no entanto estes eram inicialmente de informação e propaganda, mas tiveram que ser readequados para suportar as vendas virtuais se adaptando com muito esforço a este novo cenário (MAIA, OLIVEIRA e FUTAMI, 2019).

Entre os canais de comunicação *google AdWords*, *e-mail marketing* e *facebook* Maia,

Oliveira e Futami (2019), ressaltam que, o *e-mail marketing* maior prospecção de clientes, com maior conversão de pedidos de compra e menor taxa de clientes perdidos logo, as empresas devem avaliar e comparar seus canais de comunicação eletrônica com seus clientes.

Quadro 6 – Durante o isolamento social percebi que as propagandas de produtos aumentaram

Escala	Feminino	Masculino	Até 19	20 / 25	26 +	Total
Concordo	78,2%	71,4%	66,7%	72,0%	83,3%	75,0%
Indiferente	21,8%	24,5%	33,3%	24,0%	16,7%	23,1%
Discordo	0,0%	4,1%	0,0%	4,0%	0,0%	1,9%
Total Geral	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa (2020)

O Quadro 7 refere-se a variável “*Durante o isolamento social diminuiu a confiabilidade sob higiene de lanchonetes/fastfood*”; mostra um *p*-valor de 0,175 para a hipótese H0 e um *p*-valor de 0,934 para a hipótese H1, sugerindo que nos cruzamentos dos dados por gênero e faixa etária, não há diferença significativa entre as respostas dos estudantes universitários.

Apesar de enfrentar uma pandemia onde o contágio é fácil e o tratamento delicado, verifica-se que entre os estudantes universitários apenas 42,3% confiam na higiene sob produção de alimentos em lanchonetes/*fastfoods*, onde deveriam ser rigorosamente verificados pela vigilância afim de, manter a saúde e o bem-estar da população.

Quadro 7 – Durante o isolamento social diminuiu a confiabilidade sob higiene de lanchonetes/*fastfood*

Escala	Feminino	Masculino	Até 19	20 / 25	26 +	Total
Concordo	38,2%	46,9%	44,4%	42,0%	41,7%	42,3%
Indiferente	49,1%	53,1%	44,4%	52,0%	52,8%	51,0%
Discordo	12,7%	0,0%	11,1%	6,0%	5,6%	6,7%
Total Geral	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa (2020)

O Quadro 8 refere-se à variável “*Importante conhecer o procedimento de higiene dos produtos alimentícios antes de comprar*”; mostra um *p*-valor de 0,391 para a hipótese H0 e um *p*-valor de 0,213 para a hipótese H1. Diante dos resultados as hipóteses H0 e H1 não devem ser rejeitadas, ou seja, nos cruzamentos dos dados por gênero e faixa etária, não há diferença significativa entre as respostas dos estudantes universitários.

Ao observar os resultados dessa questão 90,4% concordam que é importante saber os procedimentos de produtos alimentícios que estão prestes a consumir, ou seja, talvez só atender o pedido do cliente não supra a necessidade do mesmo com a confiabilidade do produto, portanto, mostrar ao cliente o procedimento de produção pode ser a forma de conquistar a confiabilidade do cliente transmitindo segurança ao consumir seu produto, e existem várias formas de passar essa segurança, por exemplo: ao pedir um lanche de *fastfood* por *delivery*, um simples panfleto mostrando sua produção e ambiente pode ser o suficiente para conquistar o

cliente.

Talvez este comportamento de compra dos consumidores estudantes universitários represente uma percepção e um impacto natural ao isolamento social que a pandemia da COVID-19, assim como o *stress* e a prática de atividades físicas, conforme investigado por Bezerra *et al* (2020).

Quadro 8 - Importante conhecer o procedimento de higiene dos produtos alimentícios antes de comprar

Escala	Feminino	Masculino	Até 19	20 / 25	26 +	Total
Concordo	92,7%	87,8%	88,9%	86,0%	97,2%	90,4%
Indiferente	7,3%	12,2%	11,1%	14,0%	2,8%	9,6%
Discordo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total Geral	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa (2020)

O Quadro 9, sintetiza os resultados quanto ao teste Qui-Quadrado, considerando as hipóteses H0 e H1, se deve ser rejeitado ou não-rejeitado ao nível de significância de 1% ($p \leq 0,01$) e 5% ($p \leq 0,05$).

Somente a variável “*Passei a comprar mais on line durante a pandemia*” no Quadro 2, com p -valor de 0,786 para a hipótese H0 e p -valor de 0,015 para a hipótese H1 apresenta diferença estatística significativa. Logo, quando cruzados os dados por gênero, homens e mulheres tem opiniões bem distintas sobre a variável. O mesmo acontece quando cruzados os dados por faixa etária, universitários até 19 anos tem distinta opinião dos de 20 a 25 anos bem como, os acima de 26 anos.

Por fim, quando cruzados os dados por gênero e faixa etária dos estudantes universitários não apresentaram diferenças estatísticas significativas quanto as variáveis que seguem: “*passei a comprar menos em lojas físicas durante a pandemia*”, “*durante o isolamento social passei a comprar mais bem não-essenciais*”, “*empresa que oferece delivery poderá fazer que eu compre mais dela*”, “*procuro sempre comprar marcas que já comprei anteriormente*”, “*durante o isolamento social percebi que as propagandas de produtos aumentaram*”, “*durante o isolamento social diminuiu a confiabilidade sob higiene de lanchonetes/fastfood*”, “*importante conhecer o procedimento de higiene dos produtos alimentícios antes de comprar*”. Portanto, na resposta a estas variáveis dos estudantes universitários pesquisados homens e mulheres independente de sua faixa etária tem a mesma opinião.

Quadro 9 – Resumo do teste estatístico não-paramétrico: Qui-Quadrado

Variáveis	p-valor	Teste hipótese Gênero	p-valor	Teste hipótese Faixa etária
Quadro 1	0,470	Não rejeitar H0	0,128	Não rejeitar H1
Quadro 2	0,786	Não rejeitar H0	0,015**	Rejeitar H1
Quadro 3	0,200	Não rejeitar H0	0,769	Não rejeitar H1
Quadro 4	0,532	Não rejeitar H0	0,611	Não rejeitar H1
Quadro 5	0,071	Não rejeitar H0	0,943	Não rejeitar H1
Quadro 6	0,490	Não rejeitar H0	0,531	Não rejeitar H1
Quadro 7	0,175	Não rejeitar H0	0,934	Não rejeitar H1
Quadro 8	0,391	Não rejeitar H0	0,213	Não rejeitar H1

Fonte: autores (2020) - significativo a 1% ($p \leq 0,01$)* e 5% ($p \leq 0,05$)**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente relato de pesquisa que teve como objetivo analisar o comportamento de consumo, hábito e atitudes dos estudantes universitários em momento de *lockdown* em momento de isolamento social durante a pandemia da COVID-19, entende-se que houve o alcance e respostas diante dos objetivos específicos.

Quanto ao resultado da pesquisa, verifica-se mudança de padrão e comportamento de consumo e permite em tempos de pandemia e que as vendas *on line* e oferecimento de *deliverys* são as novas oportunidades para conquistar a confiança desse consumidor.

Considerando os objetivos propostos, os principais achados no momento de isolamento social vivenciado durante a pandemia, tem-se que:

- 72,1% concordam que passaram a comprar menos em lojas físicas, logo as hipóteses H0 e H1 não devem ser rejeitadas;
- 64,4% concordam que passaram a comprar mais *on line*, logo as hipóteses H0 não deve ser rejeitada e H1 deve ser rejeitada; estes resultados apontam que cruzados os dados gênero e faixa etária as opiniões serão distintas sobre a variável;
- 25% concordam que com isolamento social compras de bens não-essenciais mesmo com desemprego, produtos com preços em alta, ainda que pouco, uma procura de bens não-essenciais, é citado por 25% logo, as hipóteses H0 e H1 não devem ser rejeitadas;
- 85,6% concordam que uma empresa que oferece *delivery* poderá fazer que eu compre mais dela logo, as hipóteses H0 e H1 não devem ser rejeitadas;
- 70,2% concordam que procuram sempre comprar marcas que já comprei anteriormente, logo as hipóteses H0 e H1 não devem ser rejeitadas;

- 75,0% concordam que com o isolamento as propagandas de produtos aumentaram logo, as hipóteses H0 e H1 não devem ser rejeitadas;
- 42,3% concordam que durante a pandemia, a confiabilidade quanto a higiene de lanchonetes/*fastfood* diminuiu logo, as hipóteses H0 e H1 não devem ser rejeitadas; e
- 90,4% concordam que é importante conhecer o procedimento de higienização dos produtos alimentícios antes de comprar logo, as hipóteses H0 e H1 não devem ser rejeitadas.

Bezerra *et al* (2020), cita pesquisa onde constata-se que os jovens (cearenses) estão mais vulneráveis à contaminação pela COVID-19 por estarem menos isolados que idosos. No entanto, nesta pesquisa com estudantes universitários observa-se que em sua maioria estes jovens estão cientes de sua importante participação no isolamento social imposto por autoridades governamentais.

Isto é evidenciado principalmente, quando passam a comprar mais em lojas *on line* do que em lojas físicas, consideram o *delivery* um atrativo para decisão de compra, percebem as propagandas como uma forma de auxiliá-los no processo de compra, questionam a confiabilidade sob a higiene empregada em lanchonetes/*fastfoods*, reconhecem a importância de conhecer o procedimento de higiene dos produtos alimentícios antes de comprá-los.

Como contribuição este relato de pesquisa demonstra o comportamento dos estudantes universitários frente ao isolamento social e com isso como lidam com as facilidades que a plataforma eletrônica proporciona em relação às compras.

Entretanto, houve algumas limitações da pesquisa, pois se trata de uma amostragem não-probabilística e a análise de ficar restrita ao grupo de estudantes universitários consultados. Desse modo, sugere como trabalhos futuros a realização de estudos mais aprofundados sobre a questão atual para verificar o que acontece após um ano decorrido do isolamento social.

REFERÊNCIAS

- AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. S.; Pesquisa de Marketing. São Paulo: Atlas, 2001.
- ALVES, S. M. C.; RAMOS, E. M. B.; DELDUQUE, M. C.; Decretação de *lockdown* pela via judicial: medida (des) necessária? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 6, p. 1-4, 2020.
- AVELAR, E. A.; FERREIRA, P. O.; SILVA, B. N. E. R. da; FERREIRA, C. O.; Efeitos da Pandemia de COVID-19 sobre a sustentabilidade econômico-financeira de empresas brasileiras. In: XXIII SEMEAD Seminários em Administração. São Paulo. **Anais ...** Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). 2020. 1-16.

BEZERRA, A. C. V.; SILVA, C. E. M. da; SOARES, F. R. G.; SILVA, J. A. M. da; Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2411-2421, 2020.

BUENO NETO, P. P.; BUENO, M. L. B.; MAIMONI, M. S. H.; MASIEIRO, G.; One pandemic, many recipes: managing COVID-19 in China, South Korea, Germany, Spain, Brazil and US. XXIII SEMEAD Seminários em Administração. **Anais ...** Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). 2020. 1-16.

CHIUSOLI, C. L.; BONFIM, R. S.; *e-commerce*: o comportamento de compras on-line na percepção dos consumidores. **Revista Administração em Diálogo-RAD**, v. 22, n. 2, p. 115-133, 2020.

FEITOSA, D. de L.; GARCIA, L. S.; Sistemas de reputação: um estudo sobre confiança e reputação no comércio eletrônico brasileiro. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 20, n. 1, p. 84-105, 2016.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciante**. São Paulo: Penso Editora, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIMENEZ, F. A P.; Escolhas estratégica e estilo cognitivo: um estudo com pequenas empresa. **Revista de Administração Contemporânea**. v. 2, n. 1, p. 27-45, , 1998.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Política econômica emergencial orientada para a redução dos impactos da pandemia da COVID-19 no Brasil: medidas fiscais, de provisão de liquidez e de liberação de capital. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2576.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

KOTLER, P., ARMSTRONG, G.; **Princípios de Marketing**. 15 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

LANCHIMBA, C.; BONILLA-BOLAÑOS, A.; DÍAZ-SÁNCHEZ, J. P.; A pandemia do Covid-19: cenários teóricos de seus impactos socioeconômicos na América Latina e no Caribe. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 4, p. 622-646, 2020.

MELITO, L. (Brasil). Sem incentivo, pandemia intensifica dificuldades entre micro e pequenas empresas. 2020. Disponível em: www.brasildefato.com.br. Acesso em: 28 nov. 2020.

MAIA, B. I.; OLIVEIRA, M. A.; FUTAMI, A. H. “Inovação nos Canais de Comunicação como Forma de Comercialização”. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, vol. 11, n. 4, 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.; **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári da estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.

OLIVEIRA ROSA, R.; CASAGRANDA, Y. G.; SPINELLI, F. E.; A importância do marketing digital utilizando a influência do comportamento do consumidor. **Revista de Tecnologia Aplicada**, v. 6, n. 2, 2017.

RODRIGUES, D.; Alinhamento interno de estratégias emergentes: um estudo de caso em operadora de telecomunicações. **Dissertação (mestrado)**, Universidade de São Paulo, 2016.

SIEGEL, S.; CASTELLAN JUNIOR, N. J.; **Estatística Não-Paramétrica para as Ciências do Comportamento**. Artmed-Bookman. São Paulo, 2017.

VASCONCELOS, P. S.; VASCONCELOS, P. E. A.; Desafios da Estratégia Empresarial: antes, durante e após a pandemia de 2020. **Revista Interdisciplinar de Direito**, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 163-182, jul. 2020. Disponível em: <[HTTPS://REVISTAS.FAA.EDU.BR/INDEX.PHP/FDV/ARTICLE/VIEW/846](https://revistas.faa.edu.br/index.php/fdv/article/view/846)>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CAPÍTULO 5

A PANDEMIA E A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA EDUCACIONAL

José Simão De Oliveira Neto, Graduando de Matemática, URCA

Pâmela Ferreira Martins, Graduanda de Química, URCA

Rodolfo Sérgio De Oliveira, Graduanda de Química, URCA

Fábio Alexandre Santos, Professor, URCA

Luciana Maria De Souza Macêdo, Professora, URCA

RESUMO

A pesquisa objetiva a investigação do aprendizado de discentes do Ensino Médio de uma cidade localizada no sertão da Paraíba. Seguindo uma abordagem qualitativa, participaram da pesquisa 25 estudantes, das três séries do Ensino Médio, os quais participaram de aulas remotas da disciplina de Química, através da plataforma *Google Meet*. Para coletar os dados, utilizamos um formulário online. No formulário abordamos temas como: dispositivo para acompanhamento de aulas online, classificação de aulas na plataforma utilizada, nível de aprendizagem através das aulas remotas, acessibilidade a plataforma, participação durante as aulas remotas e como se deu o processo de aprendizagem em Química. Pudemos perceber a forma como os estudantes acompanharam as aulas remotas, bem como as dificuldades enfrentadas. 68% dos discentes classificaram como boa ou muito boa as aulas na plataforma *Meet*. Quanto a aprendizagem, 48% dos alunos consideraram sua aprendizagem boa ou muito boa. Mais 80% tiveram participação ativa nas aulas remotas e 70% gostaram muito das aulas de Química, de forma remota, devido ao dinamismo de como foram apresentadas.

PALAVRAS-CHAVE: Aulas remotas. Pandemia. Tecnologias.

INTRODUÇÃO

O processo de globalização caracterizado pelos últimos anos está sendo marcado por um grande avanço tecnológico, principalmente no que diz respeito à informática, provocando mudanças acentuadas na sociedade, impulsionando o nascimento/crescimento de novos paradigmas e processos educacionais na abertura desse ambiente de aprendizagem digital.

Visto isso, verificamos que em todo o mundo a tecnologia passou a ser uma ferramenta de trabalho e uma riquíssima fonte metodológica para a formação do ensino e aprendizagem dos alunos. Desse modo, se torna notório que essa inserção desenvolvida pelos aspectos tecnológicos tem influenciado essencialmente no comportamento das crianças e adolescentes que estão na idade escolar (SOUZA, 2008).

O desenvolvimento da internet torna-se gradualmente, um meio comum de trocas de informações, de acesso a todos os públicos, independente da localidade que você se encontra ou da distância geográfica. Assim, a internet rompe barreiras geográficas, direcionando uma

troca de informação em tempo real para todos em sua volta, formando um novo cenário social, tecnológico e cultural, transformando esse meio cada vez mais familiar para todos. (SANTOS 1998). Desta forma, esse avanço da tecnologia corrobora para criação de ambientes virtuais e conseqüentemente de um novo espaço de comunicação, onde podemos criar interações de diversas maneiras, potencializando a dispersão de informações em uma maior escala, desenvolvendo recursos para melhorar cada vez mais a sociedade e principalmente o ambiente escolar.

À vista disso, analisamos que devido o efeito de suspensão das atividades letivas presenciais desde março de 2020, acarretada pela disseminação do novo coronavírus, o SARS-CoV2, pertence à família do vírus que provoca graves infecções respiratórias que surgiu em Wuhan na China e rapidamente se espalhou pelo mundo, causando atualmente no Brasil mais de 225 mil vítimas fatais deste vírus, os docentes foram obrigados a adaptar-se ao meio digital, mudando suas metodologias e práticas pedagógicas, dando início o ensino remoto emergencial. Porém, essas mudanças ocorreram de forma repentina e diversos professores não tinha nenhuma habilidade para usar plataformas online para ministrar sua aula de forma efetiva. Deste modo, os professores tiveram que correr atrás da adaptação ao meio digital muito rapidamente, realizando cursos e aprimorando o seu conhecimento cada vez mais com as ferramentas tecnológicas.

Portanto, a tecnologia sempre estava ali presente na escola, presente no cotidiano de cada estudante e professor, mas que muitas das vezes a maioria se negava a inserir nas suas aulas e modificar as suas práticas pedagógicas em sala de aula, visto que, essa pandemia obrigou a todos a efetivar a utilização dos meios digitais para aprimorar e desenvolver as suas aulas de forma online. Mas conseguimos observar que muitos docentes se adaptaram rapidamente a essa nova realidade, transformando-se em *youtubers* gravando vídeo aulas e aprendendo a utilizar sistemas de videoconferência, como o *Meet* e plataformas de aprendizagem, como o *Google Classroom*.

Corrobora-se que o ambiente escolar como outros setores precisou se transformar como também estruturar/reestruturar as suas novas formas de interações na aprendizagem, realizando uma construção na criação de novos modelos de aprendizagem virtuais que incorporem essencialmente ambientes de ensino colaborativos e construtivistas nas plataformas escolhidas (MONTEIRO; MOREIRA; ALMEIDA, 2012).

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS

Inserir no espaço educacional novas tecnologias de ensino e aprendizagem se torna um grande desafio para os profissionais desta área, pois muitos dos professores na sua formação inicial não foram contemplados com a inserção de práticas metodológicas voltadas para esse meio tecnológico, dado que, as suas potencialidades devem ser essencialmente objeto de pesquisa e discussão nos cursos de formação.

Para Moraes (1999), o mundo atualmente vivencia uma grande universalização da tecnologia, não sendo mais possível controlar o fluxo de informações voltadas para esse ambiente, tornando o maior desafio a produção de conhecimentos para realizar principalmente um manejo criativo, interativo e crítico sobre esse mundo tecnológico.

Neste século XXI, uma gama de ferramentas está sendo apresentadas, principalmente pelo fato de toda a sociedade está vivendo um momento atípico por causa do COVID-19, onde tudo se reinventou. Nesse aspecto consideramos essencialmente a grande mudança do ambiente educacional que precisou se moldar em uma transformação/adaptação muito grande em pouco espaço de tempo. Diante disso, observamos que foram oferecidas novas formas de conhecer, fazer e talvez de criar o processo de aprendizagem dos alunos. À vista disso, a educação escolar está sendo pressionada para uma mudança universalizada de concepções/adaptações do meio tecnológico. Sendo que, essa mudança principalmente está direcionada ao saber digital e a reinvenção das práticas pedagógicas pelos professores.

Desta forma, chegaram a um momento que não dava mais para adiar a inserção das tecnologias educacionais na sala de aula, os educadores foram praticamente obrigados a usarem esses meios e se adaptarem aos mesmos também. As tecnologias educacionais surgem nesse momento com transformações econômicas no cenário mundial, período o qual consideramos como a abertura de novas formas para a ascensão das ferramentas tecnológicas, visto que, a educação mundial nunca será mais a mesma depois dessa implementação dentro da sala de aula, estamos moldando e sendo moldado cada vez mais para adaptação do mundo virtual, aonde ainda mais os computadores e celulares irão estar presentes no nosso dia a dia (CASTELLS, 2002).

Segundo Brito e Purificação (2012), existe dois caminhos para serem seguidos pela comunidade escolar: recursar as tecnologias e ficar de fora desse processo ou apoderar-se dessas ferramentas e transformar a vida e suas práticas pedagógicas em sala de aula em uma corrida atrás do novo. Então, é na perspectiva do segundo caminho que grande parte dos

educadores optou para o seu trabalho pedagógico em sala de aula, realizando buscas de alternativas e concepções para a elaboração de uma educação inovadora que se intensificou muito à medida que a sociedade tecnológica e digital se incrementou dentro da comunidade escolar nos dias atuais, essa transformação e moldagem do processo de ensino e aprendizagem está sendo capaz de produzir modelos educacionais mais inovadores e muita das vezes interativo e dinâmicos para uma educação significativa.

Sendo assim, são de extrema importância à formação eficiente dos professores, que deve ser aberta as mudanças, aos novos processos educacionais, quebrando muitos dos paradigmas impostos pela sociedade e até mesmo pelo próprio professor em sala de aula, tornando a educação escolar mais diversificada, acompanhando as exigências impostas pela sociedade que se comunica através de um universo cada vez mais amplo e tecnológico.

Assim, de acordo com Valente (1993), as tecnologias educativas são ferramentas que estão dispostas a todo o público hoje em dia e, quando bem utilizada no processo educacional, produzem mudanças significativas na produção/elaboração do conhecimento dos alunos, seja de forma virtual ou presencial, temos uma gama de potencialidades que poderão ser trabalhadas com uma conexão nos conteúdos de cada disciplina no ambiente escolar, explorando a imaginação do mundo microscópico em relação a diversos conteúdos trabalhados na área de Ciências da Natureza. Contudo, a efetivação desses conceitos tida pelo meio tecnológica se torna um facilitador da compreensão dos conteúdos, principalmente na disciplina de Química, onde muito dos seus direcionamentos exige dos alunos um aspecto imaginário mais profundo do que em outros conteúdos, o exemplo disso é se considerarmos o trabalho de reações químicas.

Além disso, o processo de ensino e aprendizagem deve ser o mais atraente e motivador possível para os alunos e isso hoje em dia só acontece de fato com a inovação/inserção de novas metodologias pedagógicas no ambiente escolar. Neste sentido, a tecnologia no espaço educacional oferece alternativas para que o aluno crie suas próprias percepções de ensino, contextualizando o seu saber a partir de informações que estão sendo trabalhadas naquele momento (VIEIRA, 2017).

Portanto, se torna essencial que o professor mude a sua postura pedagógica diante desse contexto, aproximando-se principalmente de dois quesitos fundamentais para a produção dessa educação, à construção do conhecimento e democratização do conhecimento dos alunos (POCHO, 2003). Sendo que, é de suma importância que os professores dominem o uso da

máquina e também a sua utilização pedagógica em sala de aula.

Tendo em vista isso, percebemos que hoje em dia vivenciamos uma era digital, em que a cada dia surgem novas tecnologias que facilitam a resolução de problemas no universo. Por conseguinte, no contexto educacional não é diferente, os professores devem se aprimorar na utilização dessas ferramentas, o ensino pela tecnologia veio para ficar e com isso devemos nos qualificar a essas ferramentas para a adequação do processo de ensino e aprendizagem, visto que, as novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) vieram para incrementar o auxílio nas práticas pedagógicas em sala de aula.

PANDEMIA E O ENSINO REMOTO

O SARS-CoV2 pertence à família do vírus que provoca graves infecções respiratórias, surgiu em Wuhan na China e rapidamente se espalhou no mundo. No dia 11 de março de 2020 foi classificada oficialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma Pandemia, atualmente o Brasil já perdeu mais de 225 mil vítimas deste vírus.

A pandemia do novo coronavírus a COVID-19, afetou toda a rede de ensino da educação básica ao superior em todo mundo, seja ela da rede privada ou pública desde meados de março de 2020. A economia também sofreu esse grande impacto, pois ninguém tinha conhecimento científico e tão pouco sobre a sua alta velocidade de transmissão. Portanto, foi recomendado pela OMS o isolamento social, que foi a principal medida de prevenção para conter a disseminação do vírus entre a população.

No Brasil, alguns Estados tomaram suas decisões próprias, muitas delas contra o governo federal, em que fecharam escolas, universidades, estabelecimentos considerados não essenciais, proibiram eventos, a prática de esportes individual ou coletiva em lugares públicos ou privados, bloquearam acesso as cidades por meio terrestre ou aéreo e algumas autoridades governamentais decretaram o *lockdown* (bloqueio total), isso tudo com a finalidade de baixar a curva de contaminação do coronavírus.

Contudo, essa situação atípica culpada por paralisar o mundo inteiro causou nas pessoas medo, angústias, estresse e preocupações com a situação financeira, já que ocorreu desempregos. Na questão da saúde mental foi o que mais agravou nesse tempo de confinamento, pelo risco de adoecimento, morte ou alguém da família ser do grupo de risco que são aqueles que tem comorbidades, doenças crônicas, idosos acima de 60 anos e até mesmo por algum membro da família ser um profissional de saúde.

Devido a toda essa problemática mundial e com o fechamento das instituições educacionais, foram tomadas medidas emergenciais para não prejudicar os alunos e optou-se começar o ensino remoto, onde ele vai manter a rotina escolar do estudantes de forma online, podendo utilizar de diferentes meios para propor está aula.

De acordo com a portaria de nº 343, publicada no dia 18 de março de 2020, no Diário Oficial da União (DOU), que fala o seguinte: “dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19”, autorizando em caráter excepcional, no seu artigo 1º, que nas aulas utilizem as Tecnologias de Comunicação e de Informação (TIC), “[...] nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino”. Mas o Ministério da Educação permitiu em dezembro de 2020 que o ensino remoto se estenderia até dezembro de 2021 desde o ensino básico até o ensino superior em todo país.

A partir disso, as escolas e universidades tomaram suas decisões e organizaram-se para dar continuidade ao ano letivo por meio remoto através de aulas síncronas utilizando o *Google Meet* e aulas assíncronas com outros aplicativos. Isso foi essencial em todos os níveis de ensino, contando que não prejudicasse ninguém e que essa mudança seria de forma temporária. Portanto, o ensino remoto emergencial vem com uma característica de preservar o contato professor-aluno e sem o uso dos aparatos digitais usados seria impossível de acontecer, já que a pandemia restringiu as atividades presenciais (HOFFMANN et al, 2020).

E de acordo com Cardozo et al (2020 p. 07), “observou-se que o ensino remoto emergencial surgiu como um recurso facilitador e estimulador desse processo, possibilitando aos usuários dessa modalidade, a progressão dos componentes curriculares sem inviabilizar um recomeço positivo no período pós-pandêmico”.

Em consonância com os autores, o ensino remoto foi fundamental para continuidade das atividades curriculares anuais e de grande relevância para o ensino e aprendizagem do alunado, mas que, no início houve dificuldades para obter um sucesso real com as aulas ministradas, pois os docentes não tinham habilidades para usar recursos digitais disponíveis e também ainda tinha que fazer uma aula acessível a todos para que não houvesse a exclusão de nenhum discente.

Neste caso, uma das ferramentas mais utilizadas é o *Google Meet*, tanto para as aulas online ou para efetuar a gravação das aulas. É um aplicativo disponível de forma gratuita desde o dia 04 de maio de 2020 e de fácil acesso, podendo ser usado em desktop, notebook, tabletes

ou celulares andróides e IOS, senso apenas necessário possuir uma conta no Google, o famoso Gmail. Segundo Franco et al (2020, p.04), [...] “esse recurso de comunicação ganhou mais de 2 milhões de usuários por dia nas duas últimas semanas de abril”.

Desse modo, tal aplicativo só cresce no meio acadêmico em todo território terrestre. Nas aulas síncronas ele suporta até 100 participantes, sendo que, para eles entrarem na aula é preciso que o professor cria a sala virtual e disponibilize o link através das redes sociais ou da própria conta de e-mail do ouvinte. Uma das suas vantagens é que você pode permitir a entrada de todos na sala, assim evitando algum constrangimento de alguém invadindo sua aula. Um dos recursos disponíveis no *Meet* durante a aula é compartilhamento de tela, que faz com que o docente diversifique sua disciplina, prendendo a atenção do estudante. Durante as aulas é comum haver alguns ruídos vindo de algum aluno por não ter desligado o microfone, mas a ferramenta deixa o professor silenciar os participantes para que não atrapalhem.

O *Google Meet* também oferece o bate-papo durante toda aula, no qual os alunos utilizam para interagir com professor e sanar suas dúvidas, mas em contrapartida Franco et al (2020, p. 05) diz que [...] “o recurso é um caminho para dispersão, caso seja utilizado para outras finalidades que fogem ao tema da aula”.

MICROAPRENDIZAGEM, M-LEARNING E O ENSINO REMOTO

O avanço da tecnologia vem propiciar caminhos nunca imagináveis, provocando mudanças de hábitos e rompendo paradigmas, em todos os campos do conhecimento. A tecnologia se encontra cada vez mais se entrelaçando, formando uma amalgama com os seres humanos e, atualmente, quase todas as nossas atividades se relacionam com aparatos tecnológicos.

A evolução da tecnologia vem provocar mudanças comportamentais na sociedade, ocasionando mudanças nas formas de se relacionar nos grupos sociais. Uma nova teia de conhecimento é formada neste novo cenário social que emerge mediado pelo uso das tecnologias e mídias digitais, nos levando a um mundo cibernético.

[...] fruto das novas relações sociais a partir da apropriação criativa das novas tecnologias, em que o receptor também torna-se um emissor potencial, propiciando a democratização do acesso à informação. [...] a cibercultura vai se caracterizar pela formação de uma sociedade estruturada através de uma conectividade telemática generalizada, ampliando o potencial comunicativo, proporcionando a troca de informação sob as mais diversas formas, fomentando agregações sociais. (LEMOS, 2010, p. 87; 105).

Quando nos transportamos ao cenário educacional nos deparamos com outra realidade,

barreiras ainda são dispostas. A educação é um dos poucos setores que ainda questionam a utilização das tecnologias. Setores como na engenharia e na indústria, podemos observar que a utilização de recursos tecnológicos e a sua integração pelos seus profissionais ocorrem de forma rápida e estruturada. Enquanto na educação é sempre um processo lento, talvez por uma boa parte dos seus profissionais serem de uma geração que não nasceu com a tecnologia. Observamos tal fato, como exemplo a proibição do uso de celulares em algumas escolas e até mesmo em redes de ensino. Para a utilização de tecnologias na educação, se faz necessário que ocorra mudanças tanto no currículo quanto na prática dos atores sociais que atuam na escola.

O domínio pedagógico das tecnologias na escola é complexo e demorado. Os educadores costumam começar utilizando-as para melhorar o desempenho dentro dos padrões existentes. Mais tarde, animam-se a realizar algumas mudanças pontuais e, só depois de alguns anos, é que educadores e instituições são capazes de propor inovações, mudanças mais profundas em relação ao que vinham fazendo até então. Não basta ter acesso à tecnologia para ter o domínio pedagógico. Há um tempo grande entre conhecer, utilizar e modificar o processo. (MORAN, 2007, p. 90).

Com o advento da pandemia, a tecnologia vem a ser essencial para o processo de ensino e aprendizagem. O antes proibido agora é primordial para a comunicação, o celular passa a ser a ponte entre o docente e discente e cabe ao professor pavimentar tal ponte para que o conhecimento possa fluir sobre ela.

O avanço da tecnologia permitiu uma expansão do uso de aparelhos móveis no cotidiano das pessoas, a oferta no mercado permitiu que os preços ficassem mais acessíveis o que ajudou na sua disseminação rápida. Aparelhos de telefonia móvel, celulares, com o passar dos anos tornaram-se pequenos computadores de bolso, em um único aparelho encontramos as mais diversas ferramentas de pesquisa, permitindo fotografar, fazer anotações, interagir, como a Internet, as redes sociais, jogos, aplicativos, TVs, vídeos, dentre tantos outros recursos.

O advento da pandemia, provocou uma grande “revolução digital”, a maior forma de acesso dos alunos para assistir as aulas remotas e/ou realizar as atividades síncronas ou assíncronas foi a utilização dos aparelhos celulares. Diante das possibilidades de utilização dos celulares, o professor assume um papel, mais uma vez de suma importância, de auxiliar o aluno na interpretação no universo de informações disponíveis em um mundo em rede.

A aquisição da informação, dos dados, dependerá cada vez menos do professor. As tecnologias podem trazer, hoje, dados, imagens, resumos de forma rápida e atraente. O papel do professor – o principal papel – é ajudar o aluno a interpretar esses dados, a relacioná-los, a contextualizá-los. (MORAN, 2000, p. 29).

A utilização de celulares no processo educacional é um processo irreversível, sendo essencial que os educadores aprendam a produzir material que possam ser utilizados por esta

ferramenta de forma acessível e que venha a motivar os discentes nas suas aulas e assim sendo o conteúdo passa a ser significativo para todos os aprendizes.

Diante da utilização destes aparelhos de forma efetiva, vamos descobrindo metodologias ativas que atendam às necessidades contemporânea. Dentre tantas metodologias que emergem atualmente, iniciamos o estudo de uma que tender a ser de grande valia no processo de ensino aprendizagem quando associamos a utilização dos celulares, haja vista que a exposição a longos períodos a pequena tela dos aparelhos causa desconforto aos aprendizes. A microaprendizagem vem proporcionar os conteúdos estruturados em pequenas unidades de estudo, tornando o aprendizado mais significativo, pois o aluno recebe os conteúdos fracionados, com menor tempo de exposição a tela.

A microaprendizagem é o resultado de um processo educativo realizado com conteúdos condensados, específicos para o ambiente digital. Um dos pioneiros a conceituar *microlearning* foi Theo Hug (2005, p. 01), “microensino qualquer treinamento que seja aplicado em várias etapas”. “A microaprendizagem visa explorar novas maneiras de responder à crescente necessidade de aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*) ou de aprendizagem sobre demanda (*learning on-demand*) representada pela sociedade atual”. (GABRIELLI et al, 2006, apud FILATRO; CAVALCANTI, 2018, p. 94)

Em uma sociedade que busca soluções em tempo real, tal metodologia vem suprir algumas demandas que vivenciamos durante a quarentena, tais como dificuldade de acesso, devido à internet, o celular sendo em muitos casos o único equipamento disponível para os alunos acompanharem as aulas, queda de conexão com a internet, então neste contexto os conteúdos sendo fracionados facilita a todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

As vantagens da apresentação dos conteúdos fracionados se relacionam a participação ativas dos alunos, as atividades curtas são ações facilmente integráveis a vida das pessoas e ainda podemos citar que as unidades de informação curta e leve, são facilmente adaptáveis aos novos smartphones. “[...] os microconteúdos surgem como elementos inovadores de práticas pedagógicas dessas novas modalidades de aprendizagem” (SILVA et al., 2015, p. 03). Segundo Gabrielli, Kimani e Cartarci (2006), a microaprendizagem ou *microlearning* é eficiente há medida que possibilita o discente construir, experimentar e controlar seu próprio aprendizado.

METODOLOGIA

O trabalho em tela percorre pela abordagem qualitativa, por se caracterizar como um processo investigativo que viabiliza a descrição, a inferência, a teoria precisa, o pensar e sentir dos participantes da pesquisa, consistindo em analisar e esclarecer de forma detalhada os aspectos sobre: “investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 269).

Desenvolvemos a pesquisa em uma escola do sertão da Paraíba, com uma amostra de 25 alunos das três séries do Ensino Médio que cursaram as aulas remotas de Química. Para coletar os dados da pesquisa utilizamos a ferramenta *Google Forms*, a qual os alunos já estavam habituados a trabalhar durante as aulas no decorrer do ano de 2020.

Com o objetivo de compreender como se deu o acesso as aulas remotas e o aprendizado realizamos as seguintes perguntas aos discentes:

1. Qual a série que você cursou em 2020?
2. Você acompanhou as aulas online por qual dispositivo?
3. Como você classifica as aulas na plataforma do *Meet*?
4. Qual seu nível de aprendizagem nas aulas remotas?
5. A plataforma do *Google Meet* é acessível?
6. Como foi sua participação nas aulas remotas?
7. Como você classifica as aulas de Química por meio virtual?

ANÁLISE DOS DADOS

O ano de 2020 fica na história como um ano desafiador para a Educação. Tivemos de nos reinventar, aprender a trabalhar com recursos tecnológicos e a cada dia vencer vários desafios para que pudessemos continuar acompanhando nossos alunos.

Na nossa práxis pedagógica é essencial que estejamos em um constante ciclo de ação reflexiva sobre nossa prática docente, surge a importância do pesquisador ou do professor pesquisador, que desta junção da pesquisa e da flexibilidade sobre nossa vivência diária na sala de aula, possamos investigar caminhos que nos possibilite trilhar para um aprendizado significativo.

Com a suspensão das atividades presenciais, devido a pandemia provocada pelo COVID-19, nos deparamos com vários desafios sobre a viabilização do ensino remoto, dentre eles temos: aquisição de dispositivos (smartphone, computadores, notebook, etc), o acesso à

internet e as condições de estudo em sua residência, visto que os estudante e professores ficaram confinados em suas casas e supostamente isolados nela.

Um dos maiores desafios foi encontrado pelos docentes em efetivar as atividades remotas, a maioria sem formação que os qualifiquem para tal atividade e tendo de arcar com seus próprios custo e ferramentas para o trabalho em home office.

Ao analisarmos a pesquisa realizada com nossos alunos, os quais participaram das aulas remotas, podemos ter uma visão melhor de como proceder para que possamos almejar uma melhora na forma como ministrar as aulas e como mediar o aprendizado dos nossos neófitos.

Nossa pesquisa ocorreu com uma amostra de 25 alunos do Ensino Médio de uma escola do alto sertão paraibano, sendo 19 alunos do 3º ano, 5 alunos do 1º ano e 1 alunos do 2º ano.

Quando perguntamos sobre qual o tipo de aparelho eles usaram para acompanhar as aulas durante este período, 24 alunos responderam que utilizaram o celular enquanto apenas 1 utilizou o notebook. Tal evidência vem comprovar a importância de aprender metodologias que sejam utilizadas para tais dispositivos, onde a microaprendizagem é um caminho a ser trilhado nesta perspectiva.

Quadro 01 – Acompanhamento das aulas online



O *m-learning* ou *mobile learning* é uma modalidade de ensino e aprendizagem intermediado por dispositivos sem fio (FILATRO; CAVALCANTI, 2018), como celulares e notebook. Sua utilização vem se expandindo exponencialmente graças ao avanço tecnológico que proporciona aos smartphones serem mini computadores atualmente, e possibilita inúmeras oportunidades aos estudantes, podendo ser acessível em quase todos os lugares.

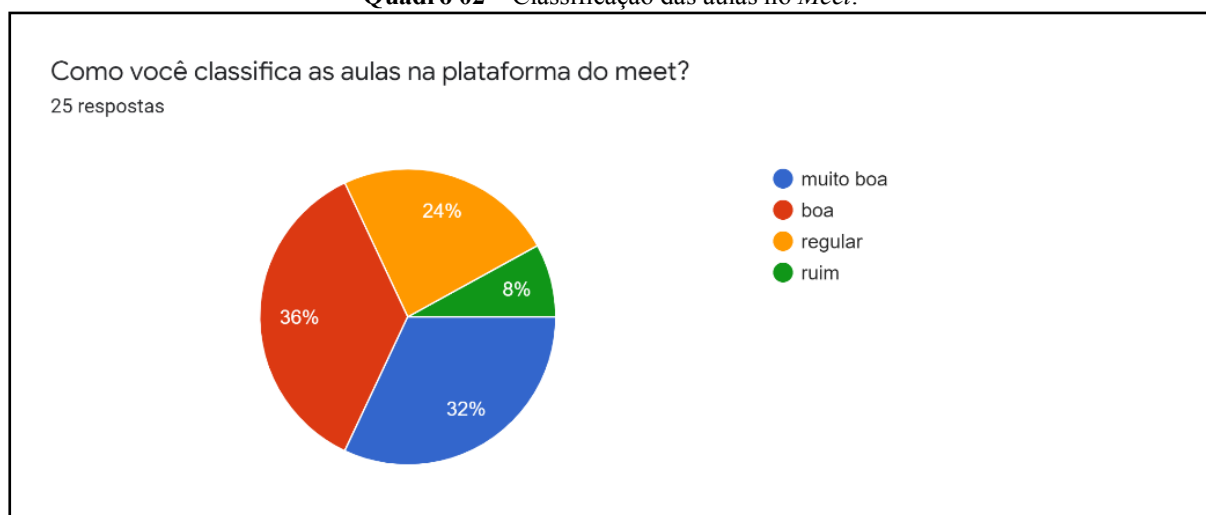
Dadas as peculiaridades dos aparelhos móveis, especialmente aquelas relacionadas ao tamanho reduzido da tela e do teclado, as propostas educacionais precisam apresentar

características da microaprendizagem, atendendo aos aspectos de mobilidade, conectividade, *design*, usabilidade, interatividade, linguagem, entre outros requisitos. (FILATRO; CAVALCANTI, 2018, p. 108).

Com a continuidade do Ensino Remoto e/ou híbrido, neste início de 2021 e, conseqüentemente, as mudanças que tendem a ficar após este período se faz necessários que os produtores de conteúdos se atentem a estas demandas da nossa sociedade contemporânea. Mudança esta que provoca transformações na forma de ensinar e aprender. As barreiras geográficas de uma sala de aula que antes eram inabaláveis, atualmente começamos a visualizar e aceitar novas configurações, um novo layout surge no firmamento da relação aluno/professor. Mais dinâmico, mais próximo, mais desafiador e as metodologias inovadoras vem romper paradigmas e nos preparar para atender os desafios do século XXI.

Durante as aulas remotas, foi utilizado para as aulas síncronas o *Meet* da *Google*, tal serviço de comunicação para vídeos foi largamente usado por toda rede de ensino, quando questionamos sobre: Como você classifica as aulas na plataforma do *Meet*? Obtivemos as seguintes respostas.

Quadro 02 – Classificação das aulas no *Meet*.



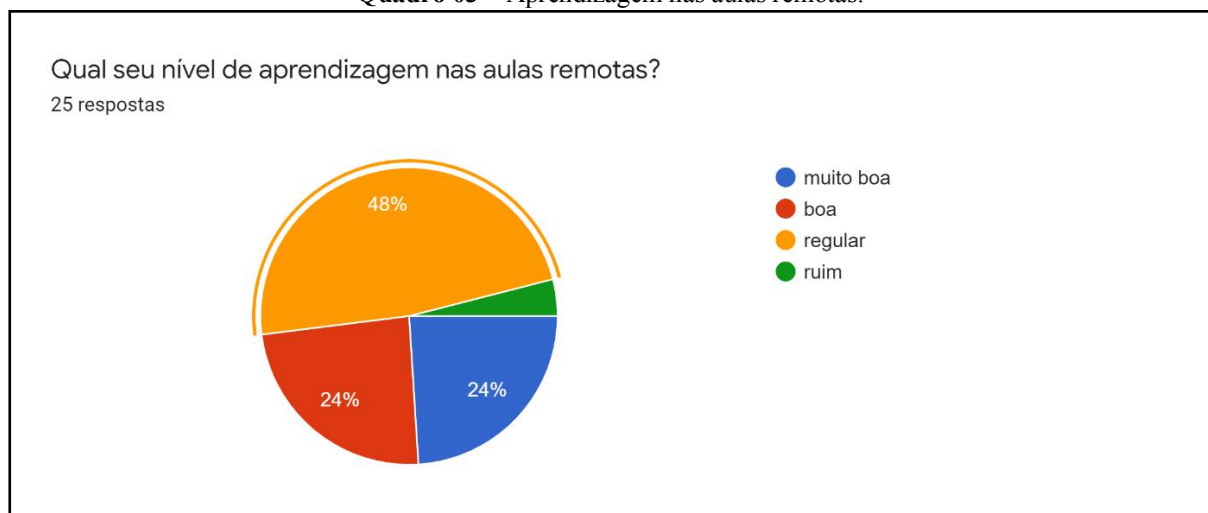
De acordo com a leitura do gráfico, podemos observar que 68% dos discentes consideram de bom a muito bom as aulas ministradas por meio do *Meet*, isto já demonstra uma grande aceitação das atividades mediadas pelo aplicativo. Para uma situação em que fomos bruscamente cessados de estar em sala de aula presencial e romper de forma súbita com tal modalidade de ensino na qual estamos condicionados desde o princípio, podemos considerar como sendo bastante válido as aulas ministradas. Tal fato reside principalmente em os alunos já estarem familiarizados com os ambientes online, fruto de uma geração Z, onde já nasceram conectados. A geração das tecnologias digitais e das redes sociais, apresentam as seguintes características, “são autoconfiantes, acreditam em si mesmo, desejam

sucesso financeiro, independência pessoal, gostam de trabalhar em equipe e são imediatistas” (BORGES; SILVA, 2013, p. 03).

São vários desafios a serem vencidos pelos professores frente a uma geração que dificilmente se concentra em uma aula tradicional, estão sempre em busca por novas tecnologias, informações imediatas e sempre conectados. Para atender os anseios desta geração mudanças radicais devem ser tomadas no processo educacional, preparar o professor para fazer o uso adequado das ferramentas digitais é essencial.

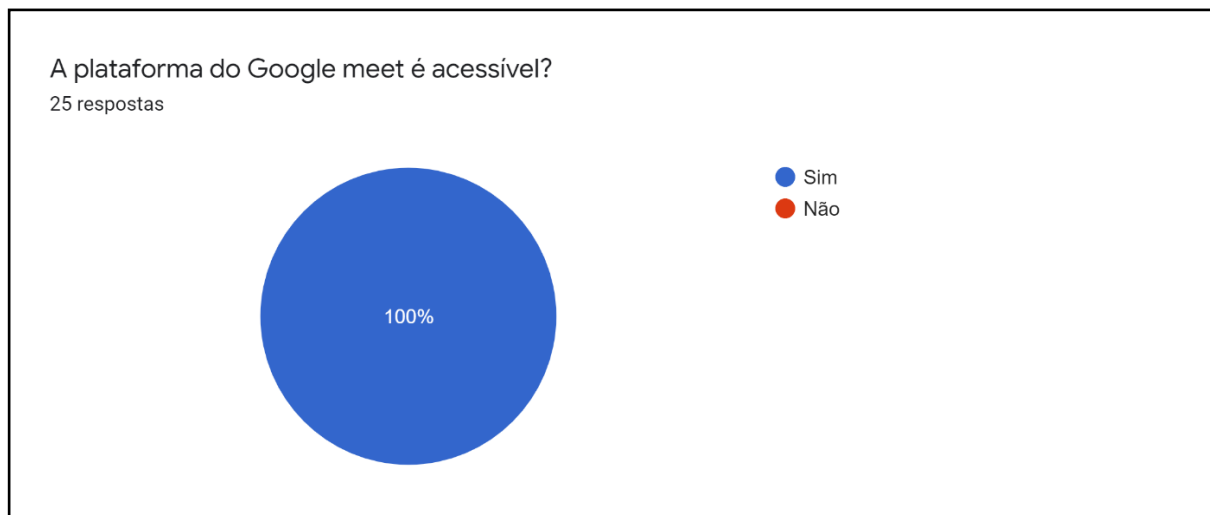
Os alunos em sua maioria 48% consideram de boa a muito boa a aprendizagem durante as aulas remotas. Um percentual elevado quando ampliamos as variáveis relacionadas aos fatores externos, como ambientes domésticos sem condições apropriadas para que o aluno possa se concentrar nas aulas, internet de baixa qualidade para conexão, utilizarem aparelhos celulares com baixa configuração e tela de tamanho reduzido, são alguns dos fatores que visualizamos como uma barreira ao aprendizado online dos nossos alunos que responderam a pesquisa.

Quadro 03 – Aprendizagem nas aulas remotas.



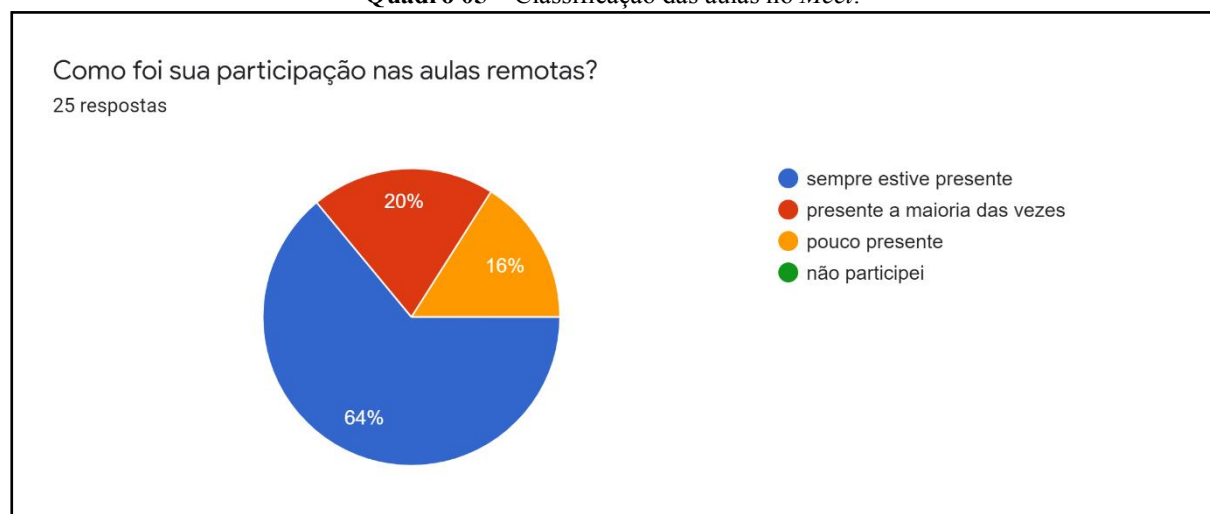
Por ser uma geração que já nasceu em um mundo tecnológico, a plataforma do *Google Meet* não apresenta dificuldades em seu manuseio por parte dos discentes. Fato observado durante as aulas remotas, onde se conectam com extrema facilidade e navegam com bastante desenvoltura nas suas extensões e em outros aplicativos que utilizamos durante as aulas como o Socrative, YouTube, dentre outros.

Quadro 04 – Acessibilidade da plataforma *Meet*.



O fato dos alunos responderem, em sua maioria, que obtiveram uma boa aprendizagem nas aulas remotas está diretamente relacionada a participação durante as aulas, como podemos observar no gráfico abaixo, onde constatamos que a grande maioria estavam presentes durante as aulas com uma porcentagem da ordem de 84% de participação, mesmo vencendo grandes desafios de conexão e aulas que não fora pensadas para um ambiente praticamente exclusivo dos celulares.

Quadro 05 – Classificação das aulas no *Meet*.



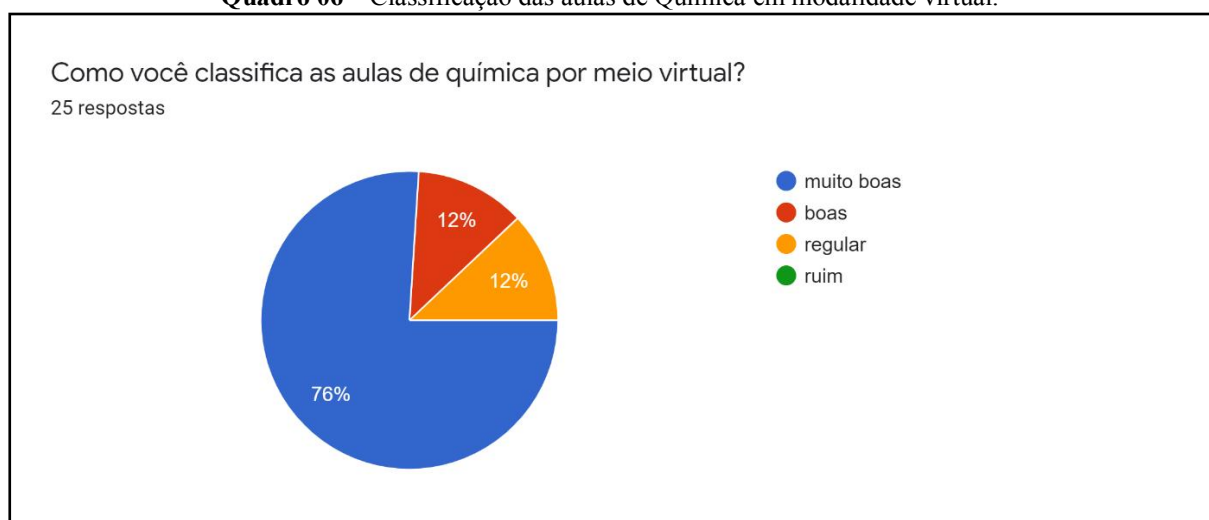
O início da pandemia, e conseqüentemente, do isolamento social, foi um período muito angustiante para nós professores, por não estarmos preparados para lecionar em um mundo totalmente virtual. Romper paradigmas, pesquisar e refletir sobre nossa práxis educacional,

permeou nosso imaginário durante os primeiros dias de isolamento social. Como chegar aos nossos alunos? Como mediar o aprendizado? São perguntas que ainda navegam em nossas mentes, o que já era um desafio no ensino presencial, tornou-se um oceano a ser desvendado neste ecossistema virtual. De forma súbita, tivemos de renascer em um mundo digital, uma matrix do nosso mundo real que se funde, formando uma amalgama na qual habitamos atualmente.

Nesta sinergia entre virtual e físico, precisamos aprender a utilizar novas tecnologias que venham promover mediações que permitam um aprendizado mais significativo a todos que participam do processo de ensino e aprendizagem.

Nesta reinvenção do ato de ministrar aulas, softwares como o OBS (Open Broadcaster Software), Power Point, Editores e Player de Vídeos, além de plataformas como o *YouTube* e o Formulários *Google*, foram adicionados ao nosso cotidiano da nova sala de aula. Este novo *layout* propiciou uma maior participação dos alunos nas aulas remotas, tornando mais atraentes e motivadoras, fato apresentado quando perguntamos: Como você classifica as aulas de Química por meio virtual? Classificados como muito boa e boa com uma porcentagem de 86%, as aulas foram validadas durante o período, embora entendamos que ainda estamos muito longe de ter uma aula online que venha atender a todos os anseios da nossa sociedade.

Quadro 06 – Classificação das aulas de Química em modalidade virtual.



Para que tenhamos sucesso nas aulas neste novo formato, onde o virtual e o físico se agrupam, é fundamental aprender a dominar as tecnologias disponíveis e não perder o carisma próprio do ser humano. Esta junção será o grande desafio da nossa época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vencer desafios é o grande dilema da Educação, durante toda sua história. Estamos a vencer barreiras que se opõem ao aprendizado. Este período de isolamento social vem provocar mudanças significativas neste universo educacional, estigmas que se encontram incrustado em todos que fazem o universo educacional, sejam, professores, alunos, técnicos, pais, entre outros profissionais tiveram de ser rompidos. Tivemos de ancorar nas tecnologias para desempenhar o nosso papel, o ato de ensinar e aprender. Mediado pelas tecnologias, pela internet, é neste cenário que contemplamos nossas vidas atualmente e pelos próximos anos, sendo primordial que possamos avançar nas pesquisas que proporcione aulas mais dinâmicas e significativas aos nossos discentes.

REFERÊNCIAS

BORGES, Maria de Lourdes; SILVA, Adelina G. da. **Implicações de um Cenário Multigeracional no Ambiente de Trabalho: Diferenças, Desafios e Aprendizagem.** Disponível em < [HTTP://WWW.ANPAD.ORG.BR/ADMIN/PDF/ENGPR250.PDF](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/engpr250.pdf)> Acesso em: 07 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Diário Oficial da União. Ministério da Educação/Gabinete do Ministro. **Portaria nº 343**, de 17 de março de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2021.

BRITO. Gláucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. **Educação e Novas Tecnologias: um repensar.** São Paulo: Pearson, 2012.

CARDOZO, A. M. R.; RODRIGUES, C. S. S.; AMORIM, R. B. G.; SILVA V. H.; BARROS, A. O. **Ensino remoto do componente curricular unidade de terapia intensiva: experiência de discentes de enfermagem no contexto covid-19.** Anais do V CONAPESC... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72958>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura.** V. 2 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FILATRO, Andrea; CAVALCANTI, Carolina Costa. **Metodologias inovativas na educação presencial, a distância e corporativa.** 1ª edição, São Paulo, Saraiva, 2018.

FRANCO, A. P. C. L.; SILVA, B. A.; CASTRO, M.; COELHO, S. F. **Ensino remoto: análise comparativa do Zoom e do Google Meet no contexto educacional.** XIV Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online, 2020.

GABRIELLI, Silva; KIMANI, Stephen; CARTARCI, Tixiana. **The Design of MicroLearning Experiences: A Research Agenda (On Microlearning).** Università di Roma "La Sapienza" (Roma, Italy) Dipartimento di Informatica e Sistemistica Manus_Microlearning, 2006. Disponível em: . Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A.; GUEDES, G. F.; MEXIA, A. A.; GUEDES, S.F. **A importância do ensino remoto: um relato da Universidade do Estado de Mato Grosso.**

Research, Society and Development, v. 9, n. 9, e813998084, 2020.

HUG, Theo. **Microlearning: A New Pedagogical Challenge** (Introductory Note), 2005. Institute of Educational Sciences Leopold-Franzens-University Innsbruck Manager, RSA Studio eLearning Environments Innsbruck. Disponível em: . Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2010.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MONTEIRO, A.; MOREIRA, J. A.; ALMEIDA, C. **Educação online: pedagogia e aprendizagem em plataformas digitais**. Santo Tirso: De Facto Editores, 2012.

MORAES, R. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32. 1999.

MORAN, José Manuel. **A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

POCHO, C. L.; AGUIAR, M. M.; SAMPAIO, M. N.; LEITE, L. S. (coord.). **Tecnologia Educacional: Descubra suas possibilidades na sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SANTOS, N. **Espaços Virtuais de Ensino Aprendizagem**. São Paulo: Infolink, 1998.

SILVA, Marcelo da; VIEIRA, Milton Luiz Horn; PEREIRA, Alice Theresinha Cybis; BRAVIANO, Gilson. **Microconteúdos na forma de explainer videos para a educação: uma revisão integrativa**. XII Congresso Nacional de Profesores de Expresión Gráfica em 124 Ingeniería, Arquitectura y Áreas Afines EGraFIA, 2015, Río Cuarto, Córdoba, ARGENTINA 8 y 9 de octubre de 2015. Disponível em: Acesso em: jul. 2017.

SOUZA, I. R. L.; MAGALHÃES, H. P. de. Intersecções entre culturas midiáticas e cibercultura e game cultura. **Revista Cultura Midiática**. ano 01, n. 01, julh/dez 2008.

VALENTE, José Armando. **Computadores e conhecimentos: repensando a educação**. Campinas: UNICAMP, 1993.

VIEIRA, C. A.; SILVA, A. F. da. A História E A Química Das Especiarias: Experiência De Aula Interdisciplinar Para Estudantes Do Ensino Médio. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, n. 16, 57-70, 2017.



CAPÍTULO 6

ESTUDO COMPARATIVO DO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE CURITIBA-PR EM MEIO À CRISE COVID-19: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS E DE PRÁTICAS DO ENSINO À DISTÂNCIA E PRESENCIAL

Flávia Harumi Souza Kuabara, Mestre em Administração, Professora-tutora na Escola de Negócios, PUCPR

Tavany Cibele Coelho, Mestre em Administração, Professora-tutora na Escola de Negócios, PUCPR

Maura Vello, Mestre em Economia, Professora-tutora na Escola de Negócios, PUCPR

RESUMO

A partir de um cenário mundial que provocou mudanças em todas as áreas do cotidiano de corporações públicas e privadas, em ambientes organizacionais e sociais, a COVID-19 modificou rotinas com a repentina necessidade de isolamento social. O setor da educação foi um dos mais afetados e apresenta desdobramentos que vão além dos econômicos e que precisaram ser observados e reconstruídos. Se por um lado, observou-se os desafios estruturais (administrativos-pedagógicos-tecnológicos) e dos processos de aprendizagem, por outro, verifica-se possibilidades de aprendizagem e transformação a partir das vivências trazidas pela pandemia. O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de adaptação de instituições de ensino superior em tempos de pandemia, considerando suas estruturas e práticas de ensino presencial e à distância. Este estudo de caso comparativo envolveu instituições de ensino superior privado de Curitiba-PR e descreve como cada instituição lidou com a mudança repentina de suas rotinas, formas de gestão, comunicação e práticas pedagógicas.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19, Pandemia, Ensino à Distância, Mudanças no Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

Em 26 de fevereiro de 2020 o Brasil registrou o primeiro caso de COVID-19, um caso vindo da Itália (Ministério, ...2020). Desde os primeiros casos em Wuhan na China até a identificação do primeiro caso no Brasil foram três meses, e em março, dia 11, a Organização Mundial da Saúde declara situação de pandemia em função da rápida contaminação (OMS, ...2020). No dia 17 de março de 2020 foi publicado pelo MEC – Ministério da Educação a Portaria nº 343 que resolve no art 1º:

“em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017” (Portaria nº 343).

Neste contexto em que os olhos se voltam ao setor da saúde, a onu aponta que o sistema educacional também é atingido de forma direta. A crise na saúde levou ao fechamento de escolas e universidades no mundo, com 90% de estudantes impactados. As reflexões vão além do momento presente pensando na reabertura e condições de recessão da economia que poderá ampliar diferenças sociais e retrocesso dos avanços em relação ao acesso à educação (comissão...2020).

O setor da educação um dos mais afetados pelo processo de isolamento social, apresenta desdobramentos que vão além dos econômicos que precisam ser observados e tratados, pois podem levar ao abalo ou perdas que venha a promover rupturas de modelos e constructos importantes da área.

Filho (2020, p.5) afirma que a covid-19 efetua abalos entre os docentes e as estruturas educacionais afastando agentes no sistema de educação “baseado na convivência e compartilhamento de ideias e saberes, na transmissão de conteúdos consolidados e conduzida por práticas seculares”. Por outro lado, junior e rita (2020, p.459) analisam “quais são os limites, as lições e os desafios do impacto da covid-19 na economia do brasil?”, verificam que existem oportunidades de debates e políticas voltadas às áreas da educação, inovação, formação do trabalhador junior e rita (2020, p. 472).

Se por um lado, observou-se os desafios estruturais (administrativos-pedagógicos-tecnológicos) e dos processos de aprendizagem, por outro, verifica-se possibilidades de novas aprendizagens e transformações a partir das vivências trazidas pela pandemia.

Almejando participar dessas discussões e reflexões sobre a educação em tempos de covid-19 e com propósito de entender mudanças decorrentes desse contexto, este trabalho analisa o processo de adaptação de ies (instituições de ensino superior) em tempos de pandemia, considerando suas estruturas e práticas de ensino presencial e à distância.

2. COVID-19 E OS IMPACTOS CAUSADOS NO SETOR EDUCACIONAL

Da revisão de metodologias de ensino às dificuldades de acesso a conteúdo por parte de professores, coordenadores e equipes administrativas, da necessidade de novos conhecimentos à falta de estrutura, da situação econômica a seus reflexos nas taxas de evasão e inadimplência, diversos são os fatores que impactaram as IES com a conjuntura da pandemia COVID-19 (NHANTUMBO, 2020).

De acordo com a Semesp (2020 os índices de inadimplência somam 25%, enquanto a

evasão variou 4,3%. Cinco meses após a resolução do Ministério da Educação em substituir aulas presenciais por novos métodos que possibilite o distanciamento social é possível compreender os desafios enfrentados pelas IES na manutenção de seus serviços e como foi o processo de superação desses desafios, bem como as mudanças implementadas na sua estrutura.

Para Agopyan (2020) a função de pesquisa das universidades se intensificou e a pandemia possibilitou esta percepção por parte da sociedade sobre papel e importância da ciência. O reitor descreve que a USP com seus mais de 200 grupos de pesquisa precisou se adaptar e se envolver com o tema de combate ao COVID-19 e compreende que, os desafios advindos deste contexto envolvem a forma de oferta de cursos e a pouca experiência que os professores, acostumados ao ensino tradicional apresentaram no uso de ferramentas digitais e a consecução da estratégia da instituição como a internacionalização.

Um dos maiores desafios enfrentados pelas instituições foi a migração das aulas presenciais para os modelos remotos, principalmente no que tange a adaptação e disponibilidade ao uso das tecnologias digitais. Carneiro *et al* (2020, p.3) identifica que o intensivo uso de tecnologias na mediação do ensino-aprendizagem fortalece o ensino à distância e o envolvimento com inovações na “produção de saberes”, além de indicar a mudança de comportamentos da conjuntura educacional e investimentos a longo prazo pós pandemia. Apesar dos desafios de adaptabilidade aos novos modelos de ensino das aulas presenciais para os modelos virtuais, vem possibilitando o desenvolvimento de novas competências para docentes e novas formas de aprendizagem para discentes.

Outro ponto discutido entre a estrutura necessária para a efetivação da entrega de conteúdos via plataformas digitais, está o acesso dos estudantes, pois o distanciamento social não é apenas físico, mas econômico, e a realidade é que muitos estudantes não têm acesso a tecnologia que os permite qualidade de aprendizado. Assim são necessárias políticas públicas voltadas ao suporte dos estudantes considerando suas condições sociais (OLIVEIRA; SOUZA, 2020; CARNEIRO *et al*, 2020).

Dentre diversas discussões, insere-se a pauta sobre o paradigma educacional do futuro, Martins (2020) aponta que não haverá mais uma separação do ensino à distância e ensino presencial como antes da pandemia, mas um modelo integral em que este se afasta de modelos massivos e automatizados da EaD e também se afasta do tradicionalismo do ensino, e incorpora inovações tecnológicas, pedagógicas e administrativas.

3. METODOLOGIA

Este trabalho constitui-se como um estudo de caso comparativo em Instituições de Ensino Superior, com o objetivo de analisar o processo de adaptação de instituições de ensino superior em tempos de pandemia, considerando suas estruturas e práticas de ensino presencial e à distância.

Assim, se estabelece como um estudo de caso descritivo (Godoy, 2006) investigando e apresentando informações sobre um fenômeno recente e as mudanças decorrentes deste, pretendendo participar das discussões coletivas (ALVES-MAZOTTI, 2006) para melhor compreender estruturas administrativas de instituições de ensino e suas influências no desenvolvimento educacional, bem como os pontos convergentes e divergentes do ensino presencial e à distância, não com o objetivo de destacar a sua separação, mas como podem se reforçar nos caminhos de um melhor sistema de ensino.

A escolha das IES se deu visando instituições que trabalham com ambas as modalidades de ensino e suas diferenças de estrutura e integração entre presencial e EaD, bem como porte e experiência mais ou menos recente no ensino à distância. Sendo escolhidas duas faculdades e duas universidades privadas como casos para esta pesquisa.

O recorte temporal da pesquisa longitudinal que compreende os dias de pandemia no Brasil – 6 meses desde o primeiro caso, focando na mudança que causou nas IES estudadas. Por se tratar de uma situação desconhecida este estudo caracteriza-se como um estudo exploratório, coletando dados primários junto a gestores e professores de IES na cidade de Curitiba-Pr, por meio de entrevista aplicada via plataformas digitais.

O método de análise optou-se pela análise de conteúdo qualitativa, buscando semelhanças e diferenças, presenças e ausências (BARDIN, 2009) de temas e práticas adotadas pelas IES no enfrentamento da situação que se impôs a partir da detecção da COVID-19 e consequentes decretos governamentais, ministério da saúde e ministério da educação.

4. MUDANÇAS E ADAPTAÇÕES NAS ESTRUTURAS E PRÁTICAS DE ENSINO PRESENCIAL E À DISTÂNCIA DAS Ies.

Este tópico destina-se a apresentar e analisar o processo de adaptação IES em tempos de pandemia, considerando suas estruturas e práticas de ensino presencial e à distância. Mantendo as instituições no anonimato, estas são nomeadas neste artigo como: Instituição Pinus, Instituição Legal, Instituição Modelo e Instituição Tríade.

4.1. O CASO DA INSTITUIÇÃO PINUS

A Instituição Pinus, com 19 anos de existência apresenta em seu portfólio cursos na modalidade presencial e EaD, nos níveis graduação e pós-graduação. Iniciou suas atividades com cursos presenciais e, só mais recentemente, em 2014 começou a estruturar seu núcleo EaD.

A instituição seguiu até o momento, com as modalidades de ensino geridas de forma independente, sem interfaces e com coordenações específicas. A IES passa reestruturação e aproximação das duas modalidades com o alinhamento de matrizes curriculares que passarão a serem comuns para ambas as modalidades.

No entanto, pode ser identificado nas entrevistas que até o momento sempre houve independência entre as diretrizes e gestão dos cursos EaD e presencial, com coordenadores e professores diferentes, sem conversas entre seus diversos atores. Este afastamento ficou evidenciado após a portaria nº 343, quando todas as aulas passaram a ser remotas, pois não houve aproveitamento de ferramentas, ou materiais já incorporados pela instituição por meio das práticas do ensino à distância.

Um ponto de contato entre as modalidades são os 20% da carga horária do presencial, que por lei pode ser ofertada na modalidade EaD. A partir do momento em que a instituição definiu que as disciplinas que compõem os 20% seriam alocadas nas sextas-feiras, dia em que o aluno destina sua atenção para estudos e atividades no ambiente virtual de aprendizagem, os professores presenciais também podem assumir disciplinas da EaD e, portanto, os professores presenciais adquiriram experiência na tutoria online “alguns professores já tinha conhecimentos de tutoria, atendimento virtual, gravação de vídeos, esse tipo de coisa...” (ENTREVISTADA IP1). Com isso, este trânsito nas duas modalidades se intensificou com as aulas remotas em função da pandemia.

A metodologia aplicada no ensino à distância e por sua própria natureza, amorteceu os impactos de qualquer mudança impelida pela pandemia. No EaD o momento presencial é o de realização de prova e há um segundo momento interativo que são as aulas virtuais a cada 15 dias. Neste sentido, para a modalidade EaD os entrevistados IP1 e IP2 descrevem que houve pouco impacto da pandemia pois já trabalhavam no formato utilizado, apenas foi necessário adequar a aplicação da avaliação e sentiram aumento da participação dos alunos nas aulas virtuais (ENTREVISTADO IP2).

Já para o ensino presencial a mudança foi mais sentida, no que tange à adaptação das plataformas de professores e alunos, novas práticas virtuais para as aulas remotas, receitas e

custos, este último elemento, segundo o Entrevistado IP2, está relacionado à manutenção de diversos campus próprios, seis (6), no entanto, agora, sem a circulação de estudantes.

A evasão foi sentida de forma mais brusca no presencial, pois os alunos sentiram que não havia mais diferença entre seu curso presencial e os cursos à distância, com isso muitos transferiram seu curso de modalidade. Outros preferiram parar o curso “muitos alunos não têm perfil para a graduação EaD e assim que perceberam a primeira dificuldade saíram” (ENTREVISTADA IP1). Já no EaD, para a Entrevistada IP1 a evasão ocorreu pelos alunos ingressantes de 2020, que ainda não haviam criado vínculo com a instituição.

Para amenizar os efeitos da pandemia, a instituição Pinus entrou em contato com alunos realizando muitos acordos financeiros, para que o aluno pudesse ter condições para o pagamento. Mesmo com estes aspectos negativos, também tiveram alunos que preferiram esta forma remota de aprendizado.

Outra frente que a instituição tomou foi em relação aos problemas dos alunos com dificuldades de acesso, no começo a instituição disponibilizou os laboratórios, com uma organização agendada os alunos podem usar os laboratórios para acompanhar as aulas e acessar materiais.

Destaca-se neste processo a qualificação dos professores e a atenção às tendências – “a gente não pode esperar as situações baterem na porta para se preparar.” (ENTREVISTADA IP3). A qualidade das aulas remotas de parte do corpo de professores foi destacada pela Entrevistada IP3: “[...] então eu tive umas duas ou três professoras que deram show, por quê? Porque eram professores que já gravavam né... então para elas assim foi muito rápido a adaptação.”

Esta familiaridade com a tecnologia, não foi apresentada por uma grande parte dos docentes, pelo contrário, os professores presenciais se manifestaram resistentes às aulas remotas ao vivo. A Entrevistada IP3 ilustrou esta dificuldade contando que houve dois casos mais emblemáticos que foi de um professor pedir para gravar “dando a aula no quadro”, pois precisava demonstrar cálculos e “não estava conseguindo utilizar as ferramentas e agora já está adaptado”. Outro caso foi de um professor que solicitou sua saída: “ele não se adaptou e que disse que não ia se adaptar...ele disse que ele é da sala de aula e ponto final”.

A instituição readequou grades, revisou disciplinas e ofertas de disciplinas. A partir destas adequações realizou junções de disciplinas comuns com um mesmo professor, reduzindo o quadro de professores, porque de acordo com a entrevistada IP1, “a instituição percebe que

um professor dá conta de diversas turmas diferentes.”

Dos pontos negativos aos pontos positivos, das discussões de prós e contras de ambas as modalidades, na fala da Entrevistada IP3, faz uma analogia com uma doença, como você se prepara...”primeiro que você tem que ter uma reserva, já ter uma prática de exercício físico, tomar água...alimentação saudável, mas a gente não faz, não faz por quê? Ah porque não tenho tempo, ah estou com preguiça...”. Adicionalmente, a entrevistada IP1 discorre que o legado que vai ficar sobre o que aconteceu nesta pandemia é que é necessário rever os seus processos, investimentos e que a educação híbrida veio para ficar não tendo mais retorno.

4.2 O CASO DA INSTITUIÇÃO LEGAL

A instituição Legal, possui 32 anos, diversos cursos em seu portfólio de graduação, pós-graduação e *stricto sensu* na modalidade presencial. Em 2013 iniciou seus cursos EaD 100% *online* e semipresencial.

A Instituição Legal já havia criado matrizes curriculares comuns no EaD e Presencial, além de disciplinas *online* que correspondem a 20% do curso presencial de acordo com a normatização do MEC e ainda as disciplinas chamadas pela instituição como *Blended* - modelo híbrido.

Mesmo com as matrizes iguais entre as modalidades os entrevistados concordam que as diretrizes, orientações e direcionamentos são diferenciados entre os cursos presenciais e EaD, de acordo com o entrevistado IL3 “Não existia a proximidade do EaD e do presencial, sendo que o presencial era presencial e o EAD era o EAD”.

Apesar das confirmações sobre a separação entre as modalidades, cada uma em sua trajetória individual, ganhavam conhecimentos e experiências que possibilitaram uma resposta mais ou menos conturbada à situação que se impôs a partir da situação pandêmica instaurada.

A entrevistada IL1 relata que a instituição começou a discutir sobre as mudanças a serem realizadas uma semana antes da pandemia se estabelecer, os fatores que mais preocuparam foram as aulas presenciais e principalmente os recursos para a realização das aulas virtuais. A entrevistada IL3 corrobora com as afirmativas anteriores ao destacar que o impacto inicial foi como atenderia a demanda dos alunos com aulas presenciais.

Percebeu-se uma atitude inicial de negação que se desdobrou em reclamações e pressões para ações mais efetivas, demonstrando os primeiros impactos de uma postura resistente, o que se agrava com processos não efetivos de comunicação com alunos. Tais

dificuldades relatadas também foram destacadas pela entrevistada IL1 que enfatizou o esforço extra destinados a comunicação, que nos primeiros dias até mesmo as comunicações internas também foram caóticas, mas realizadas adaptações emergenciais como vídeos autorais, reuniões semanais, mudanças de formato de comunicação, auxiliou o suporte aos professores.

Esta adaptação, principalmente na área do EaD, foi mais tranquila pois já havia sido realizado anteriormente um projeto piloto de *home office*, o que deu base para as orientações e mudanças necessárias neste período de pandemia.

O entrevistado IL2 discorre sobre a intensificação da comunicação entre os coordenadores e professores a partir do primeiro decreto, primeiramente realizando uma comunicação para os alunos e professores, em seguida foram realizadas reuniões, criação de vídeo e tutoriais dando suporte sobre como os professores deveriam utilizar as ferramentas com o apoio do EaD, mas mesmo assim a comunicação, apresentou falhas e ruídos, tanto no âmbito dos professores como para com os alunos.

A entrevistada IL3 também destaca as dificuldades de comunicação, e a realização de reuniões semanais para discutir o que estava acontecendo, alguns professores agiam de uma forma que era mais próximo aos alunos. Mas havia professores mais irredutíveis de não permitir prorrogação de entregas de atividades etc. Desta forma, também foi necessário lidar com emocional dos professores.

Já para o suporte aos alunos foram realizadas comunicações institucionais e maior flexibilização em relação às suas demandas (ENTREVISTADO IL2). Também foram realizadas reuniões semanais com os alunos representantes em alguns cursos no intuito de escutar as suas dores e traçar planos para suprir determinadas necessidades (ENTREVISTADA IL3).

Os problemas de acessibilidade dos alunos foram tratados pontualmente, se o aluno possuísse alguma limitação, auxiliavam com o acesso, indicavam o aplicativo e até mesmo prorrogavam atividades. Mesmo com este auxílio, a reitoria relatou um aumento na inadimplência e evasão, mas a instituição não divulgou números precisos (ENTREVISTADA IL1).

Sobre os principais aspectos negativos a entrevistada IL1 discorre sobre a perda de alunos e professores, e o positivo foi ver o EaD com “outros olhos”. No início a estrutura da instituição ajudou nas mudanças e adaptações realizadas, destacando que quando as tomadas de decisões eram realizadas dentro da IES, porém quando passou a ser tomada pela

mantenedora dificultou, pois, as decisões foram mais lentas.

Para os cursos EaD a mudança mais contundente foi a realização da prova online ao invés de ser presencial, nos cursos em formato presencial houve muitas dificuldades, como por exemplo, tecnológicas, os professores não estavam preparados para utilizar as tecnologias. Porém, como a instituição já tinha bagagem no ensino a distância facilitou algumas ações por “emprestar” a sua expertise por meio de tutoriais, reuniões, capacitações e metodologias para auxiliar os professores do presencial (ENTREVISTADO IL2).

Para a entrevistada IL3 a instituição deixou muito na mão dos gestores de área, desta forma cada área tomou seu posicionamento, mas no todo foi uma falha até mesmo na falta de ferramentas para auxiliar neste processo. Destacou-se que o corpo docente não tinha conhecimento e necessitou de muito auxílio para entender todos os novos processos. Alguns professores tiveram problemas de adaptação, relutaram um pouco para entender como seriam as novas diretrizes e práticas (ENTREVISTADA IL3).

Os novos conhecimentos e aprendizados neste período de pandemia destacados pela entrevistada IL1 foram o controle da ansiedade, agilidade na adaptação de mudança, contratações em formato *online*, novos formatos de comunicação. As novas competências que são exigidas dos professores, alunos e coordenadores e a capacidade de adaptação, é aceitar a limitação das outras pessoas, esta é uma competência fundamental em entender não só o limite do outro, mas o seu mesmo, saber até onde você consegue ir. Outra entrevistada, destacou também que as novas competências exigidas para os professores, coordenadores e alunos são adaptação, resiliência, paciência e empatia (ENTREVISTADA IL3). Destaca-se assim, a reinvenção e a adaptação dos professores presenciais a esta nova forma de ensino-aprendizagem.

4.3 O CASO DA INSTITUIÇÃO MODELO.

A instituição Modelo fundada em 2010 oferece cursos presenciais de graduação, pós-graduação, MBA e cursos de extensão. Já a modalidade EaD começou recentemente em 2018 e oferece o curso de graduação em gestão hospitalar e bacharelado em administração, sendo que sua primeira turma ainda não se formou.

O caso da Instituição Modelo foi elaborado a partir de entrevistas realizadas com coordenadores de curso e coordenadora pedagógica da instituição, trazendo suas dificuldades e replanejamento para o futuro da instituição a partir das mudanças impostas pela COVID-19.

O primeiro ponto destacado foi como os professores do ensino superior trabalham com a ideia de que os alunos devem ter maior autonomia e buscar o seu acompanhamento, ou seja, o professor se preocupa com papel de despertar o interesse do aluno. Esta busca ativa do despertar e do orientar deve ser frequente, pois, muitos alunos já vêm com problemas ou dificuldades da educação básica. Desta forma busca-se a continuidade do estudante na instituição melhorando o relacionamento IES x aluno (IM1).

A entrevistada IM2 trabalha há 4 anos na IES os dois últimos deles em cargo de gestão, iniciou como professora. O impacto da mudança devido a pandemia do COVID 19 foi muito significativo, pois a ressignificação teve que ser muito rápida: [...] “tivemos a suspensão das aulas por uma semana para estruturarmos um plano estratégico de contingência” (ENTREVISTADA IM2).

Sobre as dificuldades encontradas no momento da pandemia destaca-se a não utilização do AVA que atendia o EaD, por ele não comportar as aulas ao vivo, foram utilizadas ferramentas externas para as aulas. Hoje os sistemas são diferentes para o presencial e para o EaD, neste momento utilizam o *Teams* para o presencial (ENTREVISTADA IM1). A entrevistada IM2 destaca que além da aquisição das ferramentas da *Microsoft* a instituição também adquiriu uma nova plataforma de ambiente virtual o que foi um investimento muito significativo da instituição.

A entrevistada IM1 evidencia a resistência na utilização das TIC's o que trouxe um certo desequilíbrio profissional para os professores, a entrevistada, como coordenadora, relata uma sobrecarga, pois além de atender as reclamações dos professores teve que gravar muitos vídeos com o passo-a-passo de como usar as ferramentas e um atendimento mais personalizado com os professores.

Já a entrevistada IM2 corrobora com as informações destacando que foi realizada uma formação docente destinada a utilização das ferramentas, porém ainda existem professores que possuem dificuldades com a tecnologia, nenhum deles foram contra e desenvolveram suas atividades e todos se mostraram receptivos.

Os alunos tiveram muitas dificuldades com acessibilidade a maioria utiliza como recurso o celular, assim a instituição distribuiu horários específicos para os alunos irem à universidade assistir a aula gravada. Também estendeu os prazos de entrega das atividades, negociação das mensalidades, o estreitamento da conversa com os coordenadores em busca de minimizar as evasões (ENTREVISTADA IM1).

Também foi realizada proposta de pagamento, jogando para o final do curso as mensalidades que estavam em atraso para os alunos com problemas financeiros. Mesmo assim tiveram um índice de evasão de 18%, e estes foram decorrentes dos alunos que não aceitaram a nova modalidade de ensino. Alguns voltaram neste segundo semestre por ver que não voltaria tão facilmente as aulas presenciais. Surpreendentemente 90% deles não desejam voltar para aulas presenciais enquanto não tiver uma vacina, desta forma destacando que é uma necessidade mundial e não só da instituição (ENTREVISTADA IM2).

4.4 O CASO DA INSTITUIÇÃO TRÍADE.

A instituição Tríade, possui mais de 60 anos de existência, com diversos cursos tecnólogos, graduação, pós-graduação e *stricto sensu* na modalidade presencial e iniciou há pouco mais de 2 anos o EaD 100% *online* e semipresencial.

A IES observada planejou cuidadosamente a disponibilização dos cursos à distância, em função do seu longo tempo de atuação e forte nome na educação, aliados a tradição. Assim, buscou alinhar seus pontos fortes, como cultura e valores, como diferencial para um melhor equilíbrio entre a oferta de cursos presenciais, semipresenciais e 100% EaD, nas diversas escolas da universidade.

A primeira entrevistada relata sobre a experiência da Universidade com processo de enfrentamento a pandemia. A entrevistada IT1 conta que é pedagoga e mestra em administração, com doutorado em andamento também em administração, sempre estudando e pesquisando sobre IES. Atuando a 16 anos com ensino à distância. Tendo uma ampla vivência na implantação de cursos à distância em outra instituição.

Com relação a IES em que atua descreve a relação entre as modalidades de cursos presenciais e EaD, como se dá essa relação entre estas modalidades dentro da instituição.

“Sim, temos ambas as modalidades. Mas, ambos os modelos (EaD e SEMI) são novos, cerca de 2 anos. Como também é uma IES que tradicionalmente atuou somente no ensino presencial com um modelo de gestão bem consolidado para o presencial, este processo de mudança, não se trata apenas de mudança estrutural, mas de cultura. Portanto, uma construção. Assim, temos como objetivo a integração das modalidades, ou seja, o coordenador do curso ser o mesmo. Entre presencial, EaD e Semi.”

Com relação as ações da IES, quando surgiram as primeiras notícias sobre a Pandemia no final do ano de 2019, se houve alguma ação gerencial de contingência de forma antecipada as possíveis situações de isolamento social que poderiam vir a acontecer, a entrevistada comenta que em “Em 2019, nada havia se cogitado e que de fato começaram a atuar em Março/2020. Momento em que todos foram afetados diretamente, ainda sem casos. Mas, tendo

em vista o movimento de isolamento social, tiveram que transpor os momentos presenciais para *online*.”

Assim, conforme comentado também por IT1:

“Foram necessárias adaptações distintas para cada tipo de modalidade de ensino, atendendo a especificidade de cada modalidade. Mas, na prática, a mudança real para todos foi migrar para o online. Dificuldades: Formação de professores, aceitação dos estudantes em compreender que EaD é diferente de ensino remoto, no caso dos cursos presenciais.”

Com relação as adaptações tecnológicas ocorridas após seis meses de afastamento social por parte de professores e estudantes, IT1 comenta que professores da modalidade à distância e presencial tiveram processos diferentes em que “tecnicamente o trabalho não mudou em nada”, a diferença foi muito maior na sua vida pessoal e na incorporação do home-office na sua rotina com a família. Embora os professores do presencial também passaram por isso, houve outros aspectos como novos aprendizados “replanejar todas as suas aulas e estratégias de ensino, bem como aprender a usar novas ferramentas. A visão dos professores presenciais mudou e mudou muito.” (ENTREVISTA IT1).

No entanto, ao mesmo tempo em que se afirma este processo de novos desafios e adequações, a resistência também se faz presente e por consequência esforços institucionais de treinamento: “Já presenciei grupo de docentes querendo manter as suas aulas teóricas de forma remota no ensino presencial, mesmo, após a pandemia. Já temos cursos, os quais, tem em vista esta prática.” (ENTREVISTADA IT1).

Para o entrevistado IT2, a partir do decreto do MEC as mudanças que aconteceram foram uma “virada bem rápida das aulas presenciais para remota”, a instituição decidiu em 15/03 que a partir do dia 18/03 começariam a trabalhar de maneira remota. Embora tenha sido uma “situação surpresa”, já trabalhavam com ferramentas como o *Blackboard* e o *Teams* que possibilitaram e suportaram esta mudança.

Não passou despercebido na fala do entrevistado IT2 “que houve uma curva de aprendizado e que não se deveu apenas à tecnologia, mas ao suporte de treinamentos, elaboração de tutoriais liderado pelo setor responsável pela assessoria pedagógica, denotando que somente uma infraestrutura não produz a mudança sozinha, há um esforço conjuntural de setores, tecnologias e pessoas.”

Nesse sentido, a infraestrutura da universidade não constituiu entrave, pois havia tecnologia, setor para suporte pedagógico e expertise do EaD, que teve seu papel com dicas de

gravações de vídeos (iluminação, enquadramento, som, entre outros). Por outro lado, também houve a preocupação com a disponibilidade de recursos entre os alunos e professores.

A ação da instituição neste ponto, cabe destaque, uma vez que foi noticiada na mídia, com os empréstimos de computadores e modems para alunos e professores, até mesmo ajuda entre professores emprestando materiais entre si, resolvendo a preocupação inicial com as mudanças geradas.

Ainda que se perceba uma integração entre as modalidades presencial e EaD, conforme o entrevistado IT2 descreve, “Os modelos são integrados na maior parte dos cursos, as coordenações são as mesmas, as matrizes dos cursos são espelhadas, os cursos são alinhados, e a proposta é que sejam tratados como um só curso, com modalidades diferentes” é importante que se tenha clareza entre o que é ensino à distância e remoto. Isso porque a aula remota é a aula presencial desenvolvida no ambiente virtual com o suporte do professor em um momento síncrono, já no EaD são alunos mais independentes com interações mais pontuais no decorrer da disciplina.

Um desafio foi explicar esta diferença aos estudantes e que a instituição promoveu esforços para mostrar que “o ambiente é diferente, mas a maneira de trabalhar continuava a mesma”. Complementarmente, a entrevistada IT1 descreve que foi sentido certa “revolta” dos estudantes que na escolha de seu curso priorizam pela presencialidade:

“[...] quem opta por esta modalidade tem total expectativa da presença física. Assim, impossível não ter frustração. Como também se sentiram/sentem lesados financeiramente tendo em vista que pagam por mensalidades superiores que no EAD.” (ENTREVISTADA IT1).

O entrevistado IT2 reforça que a visão de alunos que entendem que estão em uma modalidade EaD vem do desconhecimento da dinâmica desta modalidade. Corroborando esta visão a entrevistada IT1 aponta que esta confusão entre ensino remoto e EaD prejudica os avanços conquistados até aqui, uma vez que o ensino remoto foi construído.

“[...] de forma forçada (pandemia) as crianças, adolescentes, professores presenciais desta década estão passando por uma experiência frustrada de ensino remoto (que é bem diferente de EAD) criado de forma emergencial em condições precárias.” (ENTREVISTADA IT1).

Portanto, por mais que haja uma visão para o futuro de um ensino híbrido e por muitos defensores da EaD como um ponto de virada em como esta modalidade vem sendo vista e muitas vezes criticada, este também é um momento para redobrar o cuidado com as comparações do que é e não é o EaD.

Observando a experiência da IES, é possível perceber que houve grande rapidez no

processo de adaptação para atendimento aos cuidados de proteção de toda a comunidade acadêmica no momento de pandemia e o fator estrutura bem organizada fez a diferença, considerando que a IES já trabalhava com uma formatação sólida para atendimento dos cursos EaD e que rapidamente esta foi estendida para todos os cursos Semi e Presenciais.

Outro grande destaque são os investimentos feitos para manter toda a infraestrutura física ainda que fechada e todos os investimentos em infra tecnológica e virtual, de treinamento de pessoas e melhorias de materiais virtuais. Faz parte das mudanças implementadas pela instituição que podem ser reconhecidas como transformadoras e alguns legados até mesmo mantidos após a pandemia, mas que no momento não podem ser avaliados, pois permanecemos em processo de distanciamento social e as melhorias continuam a ser desenvolvidas para atender estudantes e colaboradores.

Algumas mudanças de processos ocorridas em função da pandemia devem acelerar processos de investimentos como já comentado, principalmente em tecnologia, processos e capacitações de docentes e novas formas de ensino. Apesar dos investimentos iniciais, é possível que mais investimentos aconteçam no que tange a segurança sanitária, pois já há previsão para alguns cursos com disciplinas práticas retomem as atividades presenciais, envolvendo um planejamento de uso de laboratórios, que não serão utilizados na sua capacidade normal.

Um dos pontos de atenção destacado aqui é o forte apontamento de que é preciso deixar claro, as diferenças existentes entre aulas migradas para os ambientes virtuais, sendo ofertadas de forma remota em momentos como este vividos na pandemia e a oferta das modalidades de ensino Semipresencial ou 100% EaD. Este processo não parece claro nem mesmo para docentes que confundem as reposições de aulas presenciais, através de encontros virtuais, com a modalidade de ensino a distância. Sendo que a estrutura do EaD é completamente diferenciada do presencial.

5. DIVERGÊNCIAS, CONVERGÊNCIAS, ESTRUTURAS E FUTURO.

A partir das descrições dos quatro casos acima desenvolvidos, foi possível depreender que as convergências entre seus processos de adaptação foram o enfrentamento ao desconhecido mobilizando professores, coordenadores, gestores e áreas de apoio técnico e de treinamento, em que todos citaram o enfrentamento a resistência as mudanças nos formatos das aulas, tanto do corpo docente como discente e que é possível destacar que as experiências de professores que transitam entre as duas modalidades, seja na mesma instituição ou

desenvolvendo trabalhos para o ensino à distância, como produção de material didático, foram aspectos facilitadores para a condução das aulas remotas.

De toda forma, a abertura para o novo fez o processo mais ou menos dolorido para os profissionais, desde professores, como coordenadores. Uma vez que houve relatos de coordenadores que sofreram demandas acima do normal, tendo que ensinar o uso de tecnologias, gravando tutoriais e documentos para a utilização das plataformas disponibilizadas para as aulas remotas, e investidas para quebrar barreiras e resistências.

Outro elemento perceptível foi a estrutura de suporte, duas das instituições apresentaram um setor de assessoria pedagógica que tornaram as mudanças mais orientadas, desta forma, estes setores desenvolveram tutoriais e treinamentos liberando o foco dos coordenadores para questões mais estratégicas e regulamentares do MEC. Com isso, observa-se coordenações já envolvidas com a reestruturação de seus cursos para o modelo híbrido, pensando nas mudanças permanentes que o contexto atual impôs.

A maturidade no uso da tecnologia, não foi constatada como um aspecto ligado apenas à experiência e anos de atuação na modalidade à distância, uma vez que a instituição que tem o setor online mais recente é a instituição que demonstrou maior facilidade na condução da mudança, pois houve uma atuação muito maior do setor de assessoria pedagógica. No entanto, não se recusa a ideia de que a expertise do EaD foi um ponto facilitador no compartilhamento de conhecimentos entre as modalidades. Mas, observa-se que uma estrutura organizacional e gerencial preparada proporcionou rapidez e tomadas de decisões estratégicas que permitiram administrar o momento de pandemia com tranquilidade.

Não se nega que o setor EaD tem sido parte importante no auxílio dos professores do ensino presencial a lidarem com as tecnologias, compartilhando conhecimentos e tutoriais. Mas também se obteve relatos da subutilização dos conhecimentos da EaD, evidenciado pela separação das duas modalidades e da separação das coordenações em que cada uma segue suas diretrizes sem o compartilhamento de experiências, o que levou à sobrecarga de coordenadores na orientação de seus professores.

Quanto a modalidade à distância, foram poucos os impactos sentidos, as mudanças se deram muito mais pontualmente em momento presenciais, como realização de provas, do que em todo o processo, como no caso da modalidade presencial que necessitou adaptações desde o plano de aula, aplicação de atividades e avaliações. Além disso foi relatado as dificuldades da comunicação interna, pois as equipes EaD estavam acostumadas a cumprir suas atividades

presencialmente no setor, com o distanciamento social, o *home office* foi adotado e gerou dificuldades de comunicação e fluxos, mas estes processos foram sendo normalizados, com reuniões virtuais via *Teams* ou *Blackboard*.

Não surpreendentemente, não houve mudança técnica para profissionais atuantes na modalidade à distância, uma vez que a realidade nova para uns, já se fazia presente nas rotinas e práticas pedagógicas dos professores-tutores online que tem habilidades com LMS, webconferências, práticas de aprendizagem ativa e outras tecnologias como aplicativos que ajudam no desafio da interatividade com os estudantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência da pandemia o MEC publicou a portaria nº 343 que autorizou a utilização de meios e tecnologias digitais para a substituição temporária das aulas presenciais em instituições de ensino superior (IES). A partir deste momento as IES tiveram o grande desafio para se adaptar as mudanças.

Ao pesquisar as IES constatou-se que houve grande esforço despendido por docentes e discentes para a mudança das aulas presenciais para virtuais, uma vez que não esperavam pela mudança e não estavam preparados, enquanto na modalidade EaD os impactos ocorreram de forma mais branda em decorrência de uma estrutura e processos formalizados.

Pode-se destacar que nas IES em que o ensino presencial é independente do ensino EaD, esta divisão pode ter favorecido as dificuldades iniciais encontradas. Outro fator relevante e de destaque é que o ensino remoto não pode ser confundido com o ensino EAD, pois neste último há todo um processo estruturado e o foco principal do acompanhamento do aluno por meio do AVA e não somente a realização da aula remota.

O aprendizado principal foi a reinvenção dos docentes e discente, adaptação as ferramentas tecnológicas e a questão de se colocar no lugar do outro, seja no momento do estudante se adaptar à nova metodologia ou até mesmo os docentes com dificuldades em utilizar as ferramentas tecnológicas.

Destaca-se a visão da importância do ensino híbrido pós pandemia, a partir deste ponto de vista duas das instituições já manifestaram a inserção deste novo modelo. Como mencionado pela entrevistada IP1 o legado que vai ficar sobre o que aconteceu nesta pandemia é que é necessário rever os seus processos, investimentos e que a educação híbrida veio para ficar não tendo mais retorno.

Assim, se neste primeiro momento houve pouco planejamento e um “aprender fazendo”, esta pode e deve ser apenas uma fase inicial para um futuro pensado com base nas lições aprendidas em momentos de pressão à mudança, não apenas uma adequação de aulas presenciais para remotas. Visando um ganho de qualidade e inovação nas práticas de ensino.

Como sugestões de pesquisas futuras indica-se o estudo de como a abertura ao novo de maneira cerimonial constitui forças contrárias ao desenvolvimento organizacional, principalmente no setor de educação, pois à medida que há apenas um discurso positivo em relação à defesa da inovação das práticas pedagógicas e não uma ação de fato, pouco se transforma perfis profissionais e pouco se está preparado organizacionalmente para mudanças.

Desta forma, questiona-se o quanto se tem ações inovadoras de fato, para a transformação e preparação para as novas demandas que devem surgir nos cenários de mudança pós pandemia, para que elas aconteçam de forma continuada sem as pressões sofridas pelo isolamento social, mas sim pelos desdobramentos positivos que devem promover a continuidade das aprendizagens que ficarem deste período vivenciado por instituições e sociedade.

REFERÊNCIAS

AGOPYAN, V. **Jornal da USP. Os desafios do ensino superior depois da covid-19.** Disponível em <<https://jornal.usp.br/institucional/os-desafios-do-ensino-superior-depois-da-covid-19/>>. Acesso em 26 Jul 2020.

ALVES-MAZOTTI, A. J. Uso e abusos do Estudo de Caso. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 39, set-dez, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2009.

CARNEIRO, L. A.; RODRIGUES, W.; FRANÇA, G. Uso de tecnologias no ensino superior público brasileiro em tempos de pandemia COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, 2020.

FILHO, M. M.S. Educação Geográfica, Docência E O Contexto Da Pandemia COVID-19. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 3-15, maio 2020.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. *IN* GODOY, C. K.; BANDEIRA-DEMELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos.** São Paulo: Saraiva, p. 115-146, 2006.

JUNIOR, R. R. F.; RITA, L. P. S. Impactos da Covid-19 na Economia: limites, desafios e políticas. **Cadernos de Prospecção – Salvador**, v. 13, n. 2, Edição Especial, p. 459-476, abril, 2020.

MARTINS, R. X. A covid-19 e o fim da educação a distância: um ensaio. **EmRede**, v. 7, n. 1,

p. 242-256, jan./jun. 2020.

MINISTÉRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020. Disponível em < <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em 23 de Maio de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasil confirma primeiro caso da doença. Disponível em < <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>> Acesso em 23 Mai de 2020.

NHANTUMBO, T. L. Capacidade de resposta das instituições educacionais no processo de ensino-aprendizagem face à pandemia de covid-19: impasses e desafios. **Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente.** Vol.25, n. 2, jul-dez, 2020.

OLIVEIRA, H. V. ; SOUZA, F. S. Do conteúdo programático ao sistema de avaliação: reflexões educacionais em tempos de pandemia (covid-19). **BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)**, ano II, vol. 2, n. 5, B, 2020.

OPA/OMS BRASIL. OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia Disponível em <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812> Acesso em 23 Mai de 2020.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ARTIGO: A experiência internacional com os impactos da COVID-19 na educação. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/artigo-a-experiencia-internacional-com-os-impactos-da-covid-19-na-educacao/>> Acesso em 23 Mai 2020.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão Futuros da Educação recomenda planejamento para reduzir desigualdades após COVID-19. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/comissao-futuros-da-educacao-recomenda-planejamento-para-reduzir-desigualdades-apos-covid-19/>> Acesso em 23 Mai 2020.

SEMESP. Semesp divulga pesquisa sobre inadimplência durante crise da covid-19. Disponível em < <https://www.semesp.org.br/noticias/semesp-divulga-pesquisa-sobre-inadimplencia-durante-crise-da-covid-19/>> Acesso em 26 Jul 2020.

CAPÍTULO 7

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA UMA ALTERNATIVA EM TEMPO DE PANDEMIA: REFLETINDO SOBRE O ENSINO DE BIOLOGIA E QUÍMICA E SEUS IMPACTOS DA PANDEMIA NO PROCESSO EDUCATIVO DO MUNICÍPIO DO RIO3

Flora Gomes De Oliveira Da Silva, Mestre em Ensino de Ciências, UFRJ e Mestranda
FioCruz - ESPJV, Servidora Prefeitura do RJ

RESUMO

O presente artigo pretende refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem durante o período de pandemia com um olhar para as disciplinas de biologia e química. Trata-se de uma proposta de análise da situação da educação no período pandêmico trazendo um breve histórico sobre o ensino a distância no Brasil e os avanços tecnológicos que propiciaram a introdução de metodologias educacionais e ferramentas educativas tecnológicas. Dentro do trabalho discutimos a situação da educação pública do Município do rio de Janeiro no contexto pandêmico, as propostas elencadas pela secretaria de educação e pelas redes de ensino. Evidenciamos brevemente a adaptabilidade do ensino particular e suas estratégia frente a crise e a paralisação do ensino público diante de soluções pouco efetivas. O objetivo desse trabalho é contextualizar e refletir sobre o processo de fragilidade evidenciado durante a crise de saúde pública vivenciada globalmente, em especial destacando o Município do Rio de Janeiro e as diferentes realidades educativas dentro do município. A metodologia adotada foi uma análise qualitativa expositiva com base nos atuais artigos publicados sobre o assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a distância. Ensino de química. Ensino de biologia. Pandemia.

INTRODUÇÃO

O Presente trabalho propõe-se a refletir sobre a educação a distancia em tempos de pandemia e o processo de ensino das disciplinas biologia e química.

A oferta do ensino a distância é um processo que se dá no Brasil desde o século XVIII e já teve diferentes formatos e intenções. Com os avanços no processo educativo e a introdução das tecnologias via web no processo de ensino e aprendizagem tais como: com ferramentas educacionais, plataformas educativas e interativas, etc., fizeram com que a o dinamismo educacional ampliasse suas fronteiras. No mundo globalizado não é estranho se ouvi falar de

3 Programa de Pós - Graduação Stritos Senso Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio FioCruz.

um processo de ensino que se dê também remotamente, uma vez que o processo de ensino ultrapassou os muros das escolas e se dá em diferentes espaços.

Quando falamos de educação, ensino e escola essa tríade está tão interligada que dissociar uma delas cria desconforto, assim como, a figura do professor está atrelada ao processo de aprendizagem através dos conteúdos e da afetividade que é fundamental nesse processo, tanto quanto sua presença mediadora dentro do cenário educativo quando a seleção dos conteúdos por ele ministrado integra o processo que chamamos de educação escolar.

No entanto, no começo do ano 2020 o país e o mundo foi atropelado por um coronavírus, SARS-CoV-2, conhecido como covid-19, este modificou não só as relações sociais com o processo de ensino.

Secretarias de educação, coordenações pedagógicas, professores e gestores todos ficaram sem saber como lidar com o cenário que se apresentara. O Ensino particular logo adaptou suas ferramentas educativas e plataformas educacionais, antes utilizadas apenas como apoio, e seguiu seu processo, ainda que com muitas falhas e inicialmente fazendo suas adaptações, enquanto que o ensino público parou. Os alunos passaram quase todo primeiro semestre letivo sem conteúdos educativos, com algumas soluções individuais de docentes em apoio principalmente aos alunos dos anos finais do ensino básico.

A covid-19 paralisou a educação pública. Muitas omissões poucas soluções, resoluções, publicações, brigas entre governos, Estado e Municípios com ideias controversas até que a educação a distancia aparece como medida emergencial para um ensino remoto temporário que já se mantém desde 2020.

Os docentes responsáveis pelas disciplinas de química e biologia do ensino público tentam se adaptar a nova modalidade, ainda que temporária, de ensino, mas ao surgir a solução evidencia-se outro problema, talvez maior a segregação digital dos nossos alunos da periferia do município do Rio de Janeiro. Como lidar agora com os alunos de baixa renda, os que estão em vulnerabilidade que não possuem, casa, alimento, wi-fi?

Tentaremos nesse artigo levantar essas questões de modo a colaborar com a reflexão sobre a educação pública dentro do Município do Rio de Janeiro, uma realidade que não parece real para o século XXI.

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SUA OFERTA DE ENSINO

A oferta de Ensino a Distância (EaD) não é algo novo na sociedade brasileira. Sua oferta

data de 1904, quando tinha como característica os cursos por correspondência, uma opção de qualificação profissional para a classe trabalhadora.

Em 1923 a oferta se dava através das rádios e em 1961 através das televisões, com prioridade para cursos de alfabetização e profissionalizantes, como por exemplo, o Telecurso. Os cursos de graduação, no entanto, só foram disponibilizados na modalidade EaD após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n. 9.394/96, na qual se iniciou a regulamentação dos cursos a distância e permitindo sua oferta em até 20% da carga horária dos cursos presenciais já regulamentados. Hoje já é possível um ensino superior todo na modalidade a distância, no entanto, o mais comum é a sua formação híbrida.

No que diz respeito ao ensino básico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB traz orientações quanto a formação técnica e o direcionamento para o nível médio, tais como constam nos artigos 34 e 80. Nesses artigos fica expressa que para a formação básica poder-se-á contrair convênio com instituições de notório saber para oferta de educação a distância para cumprimento das exigências curriculares, e no artigo 80 principalmente a lei informa que o poder público incentivará programas de ensino a distância para fins de educação continuada, ou seja, para que os alunos adquiram mais conteúdos que corroborem com seu processo de formação e que esse incentivo poderá se dar em todos os níveis e modalidades da educação.

O artigo 32 informa no parágrafo § 4 a lei nos aponta que o ensino a distancia é uma complementação da aprendizagem, uma vez que o ensino fundamente deverá ser presencial, mas que o mesmo pode se aplicar em situações de emergência como esta que estamos vivendo desde de 2020, como a pandemia. Ou seja, dentro do ensino básico, como forma emergencial, poderemos utilizar recursos tecnológicos para ministração de conteúdos curriculares que corroborem com a aquisição do conhecimento por parte do aluno, que esses conteúdos mesmo ministrados *on-line* são válidos para composição dos dias letivos exigidos pela lei.

O ENSINO A DISTÂNCIA COMO ALTERNATIVA EDUCATIVA

O ensino a distância (EaD) configurou-se nesse período de pandemia uma alternativa de instituições de ensino, principalmente as privadas, para garantir que ao aluno chegasse os conteúdos curriculares para sua formação. A Grande questão é: Quais são esses “conteúdos” e como efetivamente eles estão sendo ministrados? .

Com o surgimento da covid-19, sigla em inglês para coronavírus (disease 2019), um vírus que surgiu na cidade Wuhan, China, e se alastrou por todo mundo, uma das supostas soluções para o ensino foi EaD. Este apareceu nos primeiros momentos como uma opção de

continuidade no estudo para alunos de modo geral, englobando não somente o superior, mas também o ensino básico desde a educação infantil ao nível médio.

No entanto, o formato das aulas *on-line* sejam estas síncronas ou assíncronas⁴ mexe com toda dinâmica pedagógica dos docentes, desta forma há muitas questões a serem refletidas quanto a forma e formato de sua oferta e na sua dinâmica e didática, da qual vem se desenvolvendo no cenário nacional.

Segundo a União das Nações Unidas para a Infância (Unicef) o surgimento do vírus trouxe à tona na educação um cenário não novo, porém ignorado, de que com o vírus a lacuna já existente entre as famílias ricas e as pobres aumentou principalmente na América Latina e Caribe.

A expansão do vírus nas Américas e no mundo trouxe preocupações sociais e econômicas, fazendo com que algumas estratégias emergenciais, no campo da educação fossem adotadas, como por exemplo, a inclusão do ensino remoto. Porém, este excluiu um grande número de estudantes de baixa renda. No primeiro momento parecia ser uma boa opção, uma vez que o ensino híbrido traz consigo a proposta de um ensino no qual, professores e alunos podem construir o aprendizado em diferentes locais e tempos diferentes, uma experiência até então exitosa, uma vez que no ensino híbrido o docente pode empregar sua prática pedagógica aliada ao uso das tecnologias digitais de modo a colocar em destaque o protagonismo do aluno que vive conectado dentro e fora dos espaços escolares em um conceito ampliado de escola e educação (BACICHI, 2016; SOUSA, 2018; SOARES e CESÁRIO, 2019).

Essa proposta que seria emergencial e momentânea, no entanto, já comprometeu todo ano letivo de 2020, parte do 2021 e levou muitos profissionais da educação à exaustão emocional, por não terem recebido treinamento, a princípio, ou qualquer suporte digital das unidades públicas de ensino.

De acordo com os dados da Unicef o número de crianças e adolescente que não recebem nenhuma forma de educação aumentou de 4% para 18% nos últimos meses de 2020 compreendidos à pandemia. “As projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) revelam que a Covid-19 pode tirar até 3 milhões de meninas e meninos a mais da escola na América

⁴ Aulas síncronas são aquelas que ocorrem em tempo real, podem ter ou não interação docente-discente, aulas assíncronas são as que não ocorrem em tempo real.

Latina e no Caribe”(Unicef, 2020).

Segundo Silva (2020) a inserção repentina do ensino remoto fez com que muitos familiares e alunos enfrentassem dificuldades relacionadas a disponibilidade de tecnologia e acesso à internet deixando ainda mais evidenciada as desigualdades sociais entre os alunos de baixa renda oriundos de escolas públicas e alunos da rede privada.

Se por um lado o EAD poderia ser a solução para um período de sombras e incertezas, por outro torna claro a fragilidade do ensino e o pouco investimento para elevação de seu alcance.

De um modo geral, a experiência de educação posta em prática durante o período de isolamento, colocou a comunidade escolar diante dilemas, entre eles: como aproveitar o potencial pedagógico das tecnologias sem excluir uma parcela da população brasileira? Como se apresentam as relações entre ensino e aprendizagem para uma geração que já nasceu num mundo mediado pelo uso de tecnologias? (SILVA et ALL, 2020,p.30)

Revelando que o Ensino a distância tem um grande potencial de alcance, mas ele encontra durante seu processo a barreira da desigualdade social, do despreparo docente para essa modalidade de ensino e o desprepara das instituições de ensino, principalmente as públicas, arraigadas em suas matrizes tradicionais de ensino.

Diante desse cenário surge então a pedagogia da pandemia termo cunhado para designar esse período é “relacionado à forma como a educação se organiza, a partir desse contexto pandêmico na qual todo o mundo está vivenciando”. (BARRETO e ROCHA, Apoud Silva et ALL, 2020 p. 31), na qual docentes devem do dia pra noite adquirir habilidades tecnológicas para lidar com plataformas digitais, o que causa muito pânico entre estes profissionais, um exaustivo trabalho na elaboração e adaptação dos conteúdos de modo que muitos adoeceram por terem atingido a exaustão.

A OFICIALIDADE PARA O EMPREGO DO EAD

Com a publicação em diário oficial de uma portaria que autoriza as instituições superiores de ensino substituir as aulas presenciais por aulas remotas, (portaria nº 343 de 17 de março de 2020) houve uma rápida adesão também das instituições particulares de ensino básico por meio de seus gestores escolares. Se anteriormente os professores de ciências brigavam para terem em seus ambientes educacionais, pelo menos um laboratório de biologia ou de química, hoje a briga é para que seja disponibilizado treinamento para lidar com as diversas ferramentas educacionais adquiridas pelas instituições.

Esse novo cenário trouxe revolta e objetivação entre os docentes da rede pública que se

posicionaram contra, uma vez que com esse formato estaríamos excluindo do processo educativo parte da população em vulnerabilidade, já que existia uma pesquisa demonstrando que 46 milhões de brasileiros não possuem acesso à internet (TOKARNIA, 2020). Porém os docentes das escolas particulares que não se adaptassem rapidamente ao ensino remoto seriam substituídos pelos que conseguissem dominar, mesmo que parcialmente, esse formato.

ENSINO DE BIOLOGIA E QUÍMICA DURANTE A PANDEMIA

O ensino de química e biologia, assim com de outras disciplinas da rede pública de ensino do município do Rio de Janeiro evidenciaram ainda mais as dificuldades e as fragilidades já presentes no ensino público, grande parte do público atendido encontram-se em vulnerabilidade social. Se antes a grande dificuldade de nós docentes encontrava-se na falta de laboratório e espaço para o desenvolvimento de aulas expositivas experimentais que despertasse o processo da abstração no ensino da química, por exemplo, hoje há uma barreira ainda mais maior para se superar, a da segregação digital.

Tanto a biologia, quanto a química sempre requereram do docente uma mediação próxima e uma didática que motivassem ao aluno a imaginação, pois falamos de conteúdos cujas reações se processam em níveis microscópios, dentro do corpo, ou em organismos que são descritos pelo professor e exemplificados através de desenhos. Esses conteúdos, em especial nos anos finais do ensino fundamental e médio são apresentados pelos docentes e sua contextualização e transversalidade com outras disciplinas que compõe o currículo escolar se dão interligados. Porém, com a pandemia, além das barreiras tecnológicas, ainda temos que enfrentar a falta de diálogo com as outras disciplinas que corroboram nesse processo de ensino.

A orientação da rede no ano de 2020 foi para que selecionássemos os conteúdos principais e déssemos o mínimo, na esperança que retornássemos a normalidade ainda que no fim de 2020, porém como prepararemos nosso alunos, principalmente os das séries finais para enfrentar um Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou um processo de seleção em um instituição de nível técnico?

Não há solução quando a única solução é o despreparo, docentes de química e biologia enfrentam não só o desalento de não conseguir construir com seus alunos um processo de ensino eficiente que se dá pela afetividade e pela cognição em uma troca presencial nos ambientes escolares, mas também pelo fato de não terem apoio para construção desse processo.

UMA SOLUÇÃO OU UMA ENROLAÇÃO?

As escolas da rede pública não estavam preparadas para o ensino a distância, o que tentaram como solução foi a implantação de um ensino remoto, porém com poucos recursos técnicos e tecnológicos.

O fechamento repentino das instituições públicas municipais fez com que as secretarias elaborassem algum tipo de “soluções”, baseadas no parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) 05/2020 previa que as atividades pedagógicas não presenciais poderiam ser realizadas por meio digitais, pela distribuição de materiais impressos etc. O fato é que tantos os alunos, quanto os professores tiveram que se adaptar a uma situação emergencial, que se apresentava como momentânea e que já perdura pelo ano letivo de 2021.

As medidas adotadas, no entanto, não foram capazes de amenizar o grande abismo de classes social no país, pelo contrário, as medidas adotadas foram incipientes e deixou um grande vazio no processo de ensino. Porque não se olhou além dos muros da escola, foram decisões tomadas de dentro de gabinetes por pessoas que ignoram as reais dificuldades do chão da escola. Decisões que não levaram em conta o público e suas diferenças sociais, ambientais, culturais. Pois há dentro do município do Rio várias realidades educativas, que foram desprezadas.

A crise de saúde pública vivenciada por todos os Estados e municípios brasileiros evidenciou ainda mais a necessidade de investimento em ciência e tecnologia no país e na importância de se construir políticas públicas que propicie o encurtamento das diferenças sociais existente. A importância de se diversificar o processo de ensino aprendizagem nacional e a valorização da educação é real, emergencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, consideramos que o método EaD tem um grande potencial a ser desenvolvido, entretanto este método carece de acompanhamento de políticas sociais que viabilizem de maneira equitativa o acesso às populações em vulnerabilidade, que ampliem o invés de reduzir o acesso ao ensino e conhecimento. Consideramos a escola como um espaço de construção social e cidadania que precisa também ser exercida no ensino EaD, acreditamos que este pode ser uma opção complementar, porém não substitui a troca existente no ambiente escolar. O uso de tecnologias devem sim ser agregados às metodologias educativas, de modo a alcançar a geração tecnológica do século XXI, mas não substitui o espaço escolar, portanto acreditamos que o EaD é uma possibilidade, mas não uma saída absoluta e única. É necessário uma reflexão sobre esse formato e principalmente um olhar crítico e atento sobre como a oferta

chega à população.

As soluções devem ser criadas a partir de cada realidade, dentro do município do Rio de Janeiro temos várias realidades educacionais diferentes. Alunos de extrema vulnerabilidade e outros com acesso as diferentes ferramentas educativas, no entanto, não se pode oferecer soluções que exclua uma grande parcela dos alunos em idade escolar. Percebemos a importância de se transformar o processo de ensino e inserir neste ferramentas educativas modernas, no entanto, faz se necessário a valorização do profissional de educação, por meio de incentivos à educação continuada e qualidade para o exercício da docência.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian. Ensino Híbrido: Proposta de formação de professores para o uso integrado das tecnologias digitais nas ações de ensino e aprendizagem. In: Anais... V Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2016) e Anais do XXII Workshop de Informática na Escola (WIE 2016).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Portaria sobre Ensino Remoto. Brasília, DF, disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14511-ppc005-20&category_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192

DIESEL, Aline., BALDEZ, Alda Leila Santos., MARTINS, Silvana Neumann. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. Revista Thema, v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017

RAMAL, Andrea. A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: REALIDADE E DESAFIOS. Disponível em: . <http://andrearamal.com.br/educacao-em-tempos-de-pandemia-realidade-e-desafios/>.

SILVA,E.H.B.;NETO, J.G.S.; SANTOS, M.C.; PEDAGOGIA DA PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL, Revista Latino-Americana de Estudos Científicos RELAEC 2020, páginas 29-44 Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/ipa>

TOKARNIA, Mariana. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) 2018. Disponível em:. Acesso em 01 de junho de 2020

https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-mais-de-97-por-cento-dos-estudantes-ainda-estao-fora-das-salas-de-aula-na-america-latina-e-no-caribe?fbclid=IwAR3ee05dkUF5FKOUOYVFG1T-ORur1jPEXRgVJjACvIhSZoflQaorQZ_q0M

CAPÍTULO 8

O TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NO CONTEXTO DE PANDEMIA: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

Augusto César Soares Da Cunha, Doutorando em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Professor do UNIFACIG
Gênesis Guimarães Soares, Mestrando em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Diana Leandro Tavares, Graduanda em Psicologia, UNIFACIG
Ellen Camargo Bento Pacheco, Graduanda em Psicologia, UNIFACIG
Carina Mirella Martins Barbosa, Graduanda em Psicologia, UNIFACIG

RESUMO

O objetivo desse estudo é apresentar um panorama das possibilidades de trabalho social realizado com as famílias durante a pandemia de Covid-19, a partir do referencial bibliográfico disponível nas bases de dados Scielo e Scholar Google, bem como de artigos e portarias do Governo Federal. Sendo assim, foram encontradas referências relevantes que abordam o tema pandemia voltado para a área da saúde, família e psicologia. Considerando as particularidades e a realidade de cada núcleo familiar, podemos identificar os problemas enfrentados nesse período pandêmico. Levando em consideração que o profissional de psicologia faz parte das equipes multidisciplinares, que garantem a proteção social. Concluímos que diante desse cenário, a proteção social principalmente no Brasil, tem graves dificuldades para o enfrentamento da pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Famílias. Pandemia. Proteção Social. Saúde

INTRODUÇÃO

A COVID-19, nome dado a síndrome respiratória ocasionada pelo Coronavírus, teve seu início em novembro de 2019 na cidade de Wuhan, capital da província da China Central. Em poucos meses o vírus já tinha se espalhado por quase todo mundo, caracterizando-se então como uma pandemia.

Diante disso, várias dificuldades foram se formando, sobretudo nas populações mais vulneráveis, que se dispunham de menos recursos financeiros, visto que com as mudanças bruscas que vêm ocorrendo nos últimos meses, desde novembro de 2019, quando o Coronavírus surgiu, as pessoas se viram obrigadas a estarem em um confinamento inesperado.

Como amplamente divulgado nos meios de comunicação e mídias digitais, diante da pandemia, idosos e pessoas com histórico de doenças crônicas foram estabelecidos como grupo

de risco, países desenvolvidos da Europa, como França, Suíça, decretaram *lock-down* (fechamento total de todos os serviços tidos como não essenciais para a sociedade neste momento crítico). Metrôpoles fechadas, empresários demitindo parte significativa de seus funcionários, instituições educacionais com salas vazias, comércio fechado.

Toda essa mudança na dinâmica social trouxe impactos, não apenas financeiros com a ausência de empregos e a redução da renda, mas também nas relações interpessoais, em que famílias não poderiam se reunir durante um almoço com muitos membros presentes. Amigos não poderiam se encontrar, grandes eventos deixaram de ser realizados, entre outras diversas mudanças que impactaram a forma como nossa sociedade se organizava.

Com o avanço das taxas de infecção pelo Coronavírus no Brasil, novas medidas de enfrentamento aos impactos dessa doença foram adotadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entre essas, situa-se a Portaria nº 58, responsável por orientações gerais aos gestores e trabalhadores do SUAS, a respeito da regulamentação e oferta de benefícios eventuais, sobretudo no que se refere ao financiamento e cofinanciamento de tais benefícios, como a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (BRASIL, 2020).

De acordo com a portaria MC nº337, no Brasil a assistência social, como o próprio nome já diz, tem o papel de proteger as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Sendo assim, os âmbitos estaduais, municipais e federais devem oferecer recursos garantindo a oferta de serviços e programas socioassistenciais voltados à população em maior risco de vulnerabilidade. Cabem aos servidores da assistência social garantir esse direito as pessoas que necessitam, de forma que seus anseios sejam atendidos, mas que sejam preservadas a saúde de todos, adotando medidas de segurança para que o serviço de proteção social possa ser ofertado sem risco aos profissionais e usuários (BRASIL, 2020c).

A partir dessa portaria, a nota técnica Nº 7/202, define que os órgãos e gestores da política de assistência social deverão adotar medidas de prevenção, cautela e redução do risco de transmissão para preservar a oferta regular dos serviços e programas. Podendo lançar mão de recursos como a adoção de regime de revezamento de turnos dos trabalhadores, de forma que garanta o atendimento de todos os usuários sem que haja tumulto, fazer o uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI e produtos de higiene, flexibilizar atividades presenciais, visando evitar a circulação e aglomeração de pessoas. Esses profissionais deverão ainda, intensificar a disseminação de informações acerca do cuidado e prevenção a transmissão do vírus, fazer acompanhamento remoto dos usuários, principalmente daqueles que fazem parte

dos grupos de risco, como gestantes, idosos ou comorbidades que se caracterizam como risco elevado, organizar a oferta dos serviços, programas e benefícios, priorizando atendimentos remotos, quando esse não for possível, realizar atendimento individualizado em ambientes limpos e arejados. Deverão ainda, suspender temporariamente eventos presenciais como cursos, oficinas, entre outros.

Sendo assim, o presente trabalho apresenta um breve estudo acerca do contexto da pandemia do Covid-19 e seus impactos nas instituições responsáveis por zelar e garantir a proteção social da população, com o objetivo de apresentar um panorama das possibilidades de trabalho social realizado com as famílias durante a pandemia de Covid-19, a partir do referencial bibliográfico selecionado.

REFERENCIAL TEÓRICO

É primordial que as equipes do SUAS conheçam o seu território de atuação e, sobretudo, a realidade da população que nele vive, logo, o mapeamento do território permite localizar as áreas em que pessoas vivem de forma aglomerada, em moradias precárias ou sem acesso a saneamento básico, bem como das áreas com presença de grupos em isolamento social por exemplo, estabelece-se aqui a importância do papel do SUAS em momento de colapso econômico e social acarretado pela proliferação do novo Corona Vírus (BRAGANÇA, 2020). Desta forma, as equipes poderão agir de forma mais eficaz na garantia dos benefícios eventuais e também de outros direitos.

Ressalta-se que qualquer pessoa, inclusive os estrangeiros, que estejam no território brasileiro, vivenciando situação de risco e dificuldades para sua manutenção e de sua família, possui o direito ao acesso à Política de Assistência Social para garantir a sobrevivência de seus membros. O que torna essa pandemia diferente da gripe espanhola do século passado não são as redes sociais e sua propagação de métodos mentirosos em relação ao contágio da doença, mas a consciência social dos direitos os quais resguardam a saúde mental da população, a equação que assegura assistência psicológica em um momento de crise da saúde pública (TAYLOR, 2020).

Ao levar em conta o contexto atual, percebe-se a importância do distanciamento e do isolamento social, para prevenir a disseminação do vírus, bem como evitar a superlotação no sistema de saúde. No entanto, cuidados devem ser adotados nessas condições de evitação do contato social, devido ao surgimento de aspectos negativos no que se refere à saúde mental, como por exemplo, o estresse crônico (DANZMANN,2020), um terço das pessoas que fazem

parte de determinada população exposta a uma pandemia podem vir a desencadear sintomas psíquicos durante o pico de contágio da mesma (FIOCRUZ, 2020), diante desse contexto, ressalta-se a importância dos profissionais da saúde, entre eles o psicólogo, que tem como função oferecer suporte psicológico e apoio ao sujeito psicologicamente afetado, sobretudo, evidencia-se, aqui, nesse artigo, as ressalvas necessárias sobre esse apoio psicológico gratuito assegurado aos cidadãos.

A portaria MC nº 337 acaba por definir que a oferta dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais no âmbito dos estados, municípios e Distrito Federal precisa ser garantida aqueles que necessitarem, indicando a necessidade de adoção de inúmeras medidas, como o atendimento remoto e a suspensão de atividades grupais e coletivas, assim como a autorização da utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI) pelos profissionais do SUAS.

Essa portaria aprova a Nota Técnica Nº 7/2020, reconhecendo a importância dos trabalhadores do SUAS e medidas necessárias para apoiá-los nesse contexto e preservar sua segurança no trabalho, não há exceções no apontamento dos afetados pelas consequências da pandemia, porém, auxílios financeiros fornecidos pelo Estado nesse momento são de suma importância, porém, pouco se vê nas grandes mídias, autoridades responsáveis pelo bem estar da população que representam, priorizando, ou sequer mencionando a importância de se cuidar, psicologicamente nesse momento, tampouco, o papel do próprio governo nesse aspecto, este trabalho buscará, enfim, traçar os aspectos que foram modificados no trabalho dos responsáveis pela saúde psíquica dos cidadãos durante a pandemia do novo Corona vírus (ANTUNES, 2020).

METODOLOGIA

Foi utilizada a pesquisa de revisão bibliográfica, que tem o objetivo de descrever características de uma população, um fenômeno ou experiência para o estudo realizado, no caso desse artigo, foi à condição atual de pandemia. Essa revisão narrativa, tem a finalidade de analisar os trabalhos sociais com as famílias no contexto de pandemia, partindo de uma revisão bibliográfica, através do Scielo e Scholar Google.

Para isso, a pesquisa foi baseada artigos e em uma portaria do governo federal, que trouxeram o tema pandemia, voltados para a área familiar e de saúde. Todos os artigos são descritos ou traduzidos para a língua portuguesa, foram publicados no ano de 2020, entre os meses de agosto, setembro e outubro, em revistas de Psicologia e/ou áreas afins, sendo selecionados aqueles que abordam o trabalho social com as famílias no contexto de pandemia.

A partir das fontes de pesquisa e do tema escolhido para o artigo, formulamos o conjunto de descritores e palavras-chave a serem utilizados. Por tanto, em termos práticos foram escolhidas as palavras-chave que todas as referências abordassem, sendo elas: “pandemia”, “proteção social”, “família” e “saúde”.

Em seguida, o trabalho foi desenvolvido de acordo com o objetivo do artigo, apresentar um panorama das possibilidades de trabalho social realizado com as famílias durante a pandemia de Covid-19, a partir do referencial bibliográfico selecionado. Por fim, foi feita a análise dos dados, seguida da discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas pesquisas realizadas podem-se perceber os efeitos que a pandemia tem causado na população, sejam eles positivos ou negativos, onde muitos foram provocados devido ao isolamento social e para Brooks et al. (2020 apud SCHMIDT, 2020) se tratando de efeitos negativos, podemos destacar o estresse pós-traumático, ansiedade e depressão principalmente nos profissionais de saúde e pessoas com baixa renda, o suicídio também se encaixa; ademais, casos de suicídio potencialmente ligados às implicações psicológicas da COVID-19 já foram reportados em alguns países como Coreia do Sul e Índia (SCHMIDT, 2020) . No Brasil, por exemplo, foi identificado durante a pandemia na população tristeza, nervosismo e alterações do sono, o fator financeiro pode influenciar muito para isso.

Para as pessoas que sofrem de algum transtorno mental durante o momento em que estamos vivendo podem ter seus quadros agravados, principalmente em casos onde se perdeu algum ente; as mulheres se preocupam mais com o cuidado com a saúde. Segundo Ivtzan et al. (2016 apud ZANON, 2020) situações adversas podem fornecer a possibilidade de o indivíduo aprender com seus esforços para tornar-se psicologicamente mais forte e crescer como ser humano.

De acordo com o que foi pesquisado e para Wang et al. (2020 apud BARROS, 2020), os indivíduos de 12 a 59 anos (portanto, sem incluir idosos) não foi detectada associação com idade; porém, os autores verificaram maior impacto psicológico, com maiores níveis de estresse, ansiedade e depressão, entre os estudantes. Pode-se complementar com a fala de Schmidt (2020) que a maior parte das reações é esperada, mas o agravamento e/ou duração de sentimento de insegurança e falta de controle da situação, medo, confusão, letargia, agitação e solidão, dentre outros, podem levar ao adoecimento.

O Brasil é um país acostumado com o contato físico, Noal (2020 apud CRUZ, 2020) e

Sayuri (2020 apud CRUZ, 2020) falam sobre está questão, no Brasil, por exemplo, um país de alta mobilidade relacional, as medidas para não tocar, abraçar, reunir, ou seja, manter o distanciamento físico entre as pessoas pode ser considerado também distanciamento afetivo, um “dilema social” e fator desencadeante de sofrimento.

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020b) no Brasil os psicólogos têm se disponibilizado em prestar auxílio e acolhimento àquelas pessoas que tenham sido afetadas pela pandemia de forma direta ou indiretamente, além de prestarem trabalho voluntário; contudo, medidas adotadas para reduzir as implicações psicológicas da pandemia não podem ser desprezadas neste momento (BROOKS et al., 2020; XIAO, 2020 apud SCHMIDT, 2020). Segundo Taylor (2020) a ansiedade em relação à saúde pode provocar interpretação equivocada das sensações corporais, fazendo com que as pessoas, as confundam com sinais da doença e se dirijam desnecessariamente a serviços hospitalares, conforme ocorreu na pandemia de influenza H1N1 em 2009.

Cluver et al. (2020 apud SCHMIDT, 2020) fala que para mães, pais e demais cuidadores, o fato de estarem trabalhando remotamente ou mesmo impossibilitados de trabalhar, sem previsão sobre o tempo de duração dessa situação, tende a gerar estresse e medo, inclusive quanto às condições para subsistência da família, reduzindo a capacidade de tolerância e aumentando o risco de violência contra crianças e adolescentes.

Para pensarmos uma forma de colaborar com a amenização dos impactos, Kaes (2005 apud DONNAMARIA, TERZIS, 2016) fala que devemos considerar o potencial dos grupos terapêuticos de reativar opções e percepções organizadas por formações psíquicas de propriedades grupais que não seriam compreendidas fora do acontecer grupal.

CONSIDERAÇÕES

Diante o exposto, percebe-se que o trabalho social com as famílias no contexto de pandemia, precisou ser aprimorado, uma vez que, as famílias encontram-se em isolamento, muitas dessas sem condições de trabalho, resultando na necessidade de um olhar mais atencioso das equipes de assistência social, dando enfoque no trabalho social com essas famílias e garantindo o direito da população.

A literatura aponta a necessidade de investigar mais sobre esse fenômeno e nos direciona para um lugar, onde cada vez mais serão necessárias à execução e a garantia do trabalho social contínuo para a população.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, J. M. O SUAS em Tempos de Pandemia. Gesuas, 2020. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/suas-pandemia/>. Acesso em: 29 de outubro de 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **PORTARIA Nº 58, DE 15 DE ABRIL DE 2020**. Diário Oficial da União, Brasília, 2020. Disponível em < <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-58-de-15-de-abril-de-2020-252722843>>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Dispõe sobre a Ação Estratégica “O Brasil Conta Comigo - Profissionais da Saúde”, voltada à capacitação e ao cadastramento de profissionais da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19). Diário Oficial da União, Brasília, 2020B. Disponível em<<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-639-de-31-de-marco-de-2020-250847738>>. Acesso em: 29 de outubro de 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **PORTARIA Nº 337, DE 24 DE MARÇO DE 2020**. Diário Oficial da União, Brasília, 2020c. Disponível em < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-337-de-24-de-marco-de-2020-249619485>>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

BRAGANÇA, Barros-Delben et al. Saúde mental em situação de emergência: COVID-19. **Revista Debates in Psychiatry**, 2020. Disponível em: < https://d494f813-3c95-463a-898c-ea1519530871.filesusr.com/ugd/c37608_e2757d5503104506b30e50caa6fa6aa7.pdf > Acesso em: 27 de outubro de 2020.

BARROS, M. B. de A. et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, 2020. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000400018>>. acessos em 26 outubro 2020.

CRUZ, N. et al. Apoio psicossocial em tempos de COVID-19: experiências de novas estratégias de gestão e ajuda mútua no sul da Bahia, Brasil. **APS EM REVISTA**, v. 2, n. 2, 2020. Disponível em < <https://doi.org/10.14295/aps.v2i2.94>>. Acesso em: 26 de outubro de 2020.

DANZMANN, S. The importance of mental health training for psychologists in COVID-19 outbreak. **Middle East Journal of Rehabilitation and Health Studies**, 2020. Disponível em< <http://dx.doi.org/10.5812/mejrh.102846>>. Acesso em: 29 de outubro de 2020.

DONNAMARIA, C. P.; TERZIS, A. Experimentando o dispositivo terapêutico de grupo via internet: primeiras considerações de manejo e desafios éticos. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, 2011. Disponível em<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702011000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 26 de outubro de 2020.

FIOCRUZ, Vicentini Araujo, (2020). **Cartilha para enfrentamento do estresse em tempos de pandemia**. Porto Alegre. Disponível em:PUCRS/PUC-Campinas. https://www.who.int/mental_health/publications/guide_field_workers/en. Acesso em: 29 de outubro de 2020.

SCHMIDT, Beatriz et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 37, e200063, 2020.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2020000100501&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 out. 2020.

TAYLOR, S. A História ensinou que as pessoas são resilientes. **Apública**. Disponível em <<https://apublica.org/2020/03/a-historia-nos-ensinou-que-as-pessoas-sao-resilientes-diz-autor-do-livro-a-psicologia-da-pandemia>>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

ZANON, C. et al. COVID-19: implicações e aplicações da Psicologia Positiva em tempos de pandemia. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 37, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100506&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

CAPÍTULO 9

EDUCAÇÃO E PANDEMIA: ESPECIFICIDADES E IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 NO CONTEXTO EDUCACIONAL INFANTIL

Geovana Nascimento Cavalcante, Graduada em Pedagogia, UEL

RESUMO

A sociedade mundial está vivendo em um contexto delicado. Um período permeado de incertezas e insegurança, no qual são poucas as boas notícias que chegam. Neste sentido, o presente estudo versa sobre as especificidades e impactos da atualidade pandêmica originado pelo Covid-19 no contexto educacional infantil. As buscas por metodologias e didáticas a fim de aproximar a criança e a família da comunidade escolar são constantes, no entanto, o cenário atual dificulta esse processo. Dessa forma, partindo de uma pesquisa bibliográfica, a pesquisa surge da seguinte questão: Como a situação pandêmica tem afetado o contexto educacional das crianças Brasileiras? Com isso, o objetivo que norteia a pesquisa é de compreender as especificidades dessa etapa educacional segundo a BNCC, bem como a problematização com a Pandemia do Covid-19.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Pandemia. Criança. BNCC.

INTRODUÇÃO

A situação atual que estamos vivendo em decorrência a pandemia do COVID-19 evidencia uma real diminuição de atividades no mundo, particularmente nas economias centrais, envolvendo a saúde, educação, comércios etc. Entretanto, este momento possibilita várias reflexões, uma vez que, o Corona Vírus disseminou aos países e se inseriu na sociedade como uma forma de “freio duro”, demandando explicitamente uma desaceleramento mundial, o que por sua vez, contrariou o que era dito como algo impossível para a maioria dos agentes capitalistas.

Contudo, o Covid alastrou um caos em todas as esferas da humanidade, na saúde, educação, comércios, negócios locais, e nas relações de consumo como um todo. Alastrou-se a ideia de que o vírus iguala a todos diante do contágio e da morte, o que de fato não é verdade. A população mais pobre está mais disposta à contaminação e à transmissão da pandemia, sem falar da falta de acesso aos equipamentos de proteção e às terapias necessárias ao tratamento, o que gera uma inacabável desordem no sistema de saúde. O mundo entra em um colapso necessário, possibilitando um momento de parar e refletir no cenário atual.

Neste contexto, muitos debates e estudos intelectuais e acadêmicos têm sido realizados no intuito de investigar e problematizar o contexto educacional neste cenário. Assim, com o

objetivo de discutir sobre a relação entre a educação, pandemia e as conexões infantis, o presente estudo surge da seguinte questão: Como a situação pandêmica tem afetado o contexto educacional das crianças Brasileiras? Com isso, o objetivo que norteia a pesquisa é de compreender as especificidades dessa etapa educacional segundo a BNCC, bem como a problematização com a Pandemia do Covid-19.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para atingir o objetivo proposto além de solucionar a problemática proposta, o presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica, e visa analisar o que os livros, artigos e periódicos relatam sobre o tema proposto. As buscas foram realizadas em bases de dados indexados como o Scielo, revistas acadêmicas, documentos legais e em livros disponíveis na biblioteca da faculdade.

A pesquisa bibliográfica foi buscada a partir de dados indexados disponíveis no google acadêmico, onde procurou-se por palavras-chave como: Educação, Pandemia, Covid-19, Aprendizagem Infantil, Educação na Pandemia e etc, no qual selecionou-se documentos de diversas datas e anos de publicações.

Em relação aos meios previstos para a investigação e obtenção das informações, o procedimento metodológico adotado na presente pesquisa se finda como exploratório. Para Zikmund (2000), os estudos exploratórios, geralmente, são úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas idéias.

Assim, pesquisa bibliográfica se desenvolveu a partir de referenciais em diálogo com alguns autores da área, dentre eles: Brandão (2005), Brasil (2017), Saviani (1984), Vygotsky (1991) entre outros que discorrem sobre a temática em questão.

A EDUCAÇÃO E AS CRIANÇAS

A Educação é revelada desde os primórdios da civilização como um fenômeno social-histórico-cultural, dada sua origem a partir de lugares, momentos, transmissões, em toda relação social, envolvendo um processo de transformação das qualidades humanas e a especificidade de cada cultura, se caracterizando, portanto, pelo poder, riqueza e a troca de símbolos presentes em cada sociedade. Assim, como afirma Brandão (2005) a Educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar e aprender.

Contudo, compreendendo a educação uma prática social da qual cujo fim é o

desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, no intuito de promover a transformação social, a escola, pode ser entendida como a humanização do saber sistematizado. Contudo, Saviani (1894) conceitua que não se trata de qualquer tipo de saber. Portanto, “a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular.” (SAVIANI, 1984, p. 2).

Valida-se portanto, a concepção de que a escola tem seu papel de humanização, pela aproximação do homem a sua humanidade por meio do que foi produzido histórico e culturalmente.

A Educação é um dos fatores que mais influencia o nível de bem-estar das pessoas ao longo da vida. Indivíduos com maior escolaridade tendem a viver mais, com melhores condições de saúde, atingirem melhores níveis socioeconômicos e de qualidade de vida [...] (NCPI, 2013, p. 3).

No entanto, no Brasil, a qualidade da educação permeada pelo desempenho escolar das crianças brasileiras em alguns testes internacionais, é baixa quando comparada com o desempenho de crianças de outros países. (NCPI, 2013). Com isso, para permear este contexto, é válido levantar as conexões entre os Direitos das Crianças, e os eixos norteadores: interações e brincadeiras.

CONEXÕES: DIREITOS DAS CRIANÇAS, INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS

O processo de instituição da infância no Brasil do início do século XX ocorreu portanto na intersecção entre medicina, justiça e assistência pública, tendo como foco a infância como objeto de atenção e controle por parte do Estado:

Será da medicina (do corpo e da alma) o papel de diagnosticar na infância possibilidades de recuperação e formas de tratamento. Caberá à Justiça regulamentar a proteção (da criança e da sociedade), fazendo prevalecer a educação sobre a punição. À filantropia – substituta da antiga caridade – estava reservada a missão de prestar assistência aos pobres e desvalidos, em associação às ações públicas [...] a conexão jurídico-assistencial atuará visando um propósito comum: "salvar a criança" para transformar o Brasil (RIZZINI, 1997).

Por efeito, o direito à infância e juventude está assegurado na Constituição Federal de 1988, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente que em seu texto, prevê que o Estado deve garantir assistência desde a gestação e nascimento, bem como por toda a vida da criança, considerada assim até os doze anos de idade, e adolescente aquele com até dezoito anos de idade. É fundamental, pois, considerar o processo de desenvolvimento da criança e os aspectos inerentes às suas condições, respeitando assim, seu direito de ser cuidada e protegida.

O direito da criança à educação escolar vem se constituindo desde a Constituição Federal, apresentando avanços, e desafios. (BRASIL, 1988). Em 1990, aprovou-se o o Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido carinhosamente como ECA, Lei n. 8.069/90, foi sancionado pelo então Presidente da República, Fernando Collor de Mello, em 13 de julho de 1990, e passou a vigorar a partir de 14 de outubro deste mesmo ano, consolidando uma enorme e única conquista da sociedade brasileira: a construção de um documento de direitos humanos na qual ampara e protege o que há de mais evoluído na normativa em relação aos direitos da população infanto-juvenil, onde enfim a criança passa a ser vista sob um novo olhar, considerada como prioridade e alvo da proteção integral do governo, Estado, família e sociedade em geral como consta na lei. Como bem salientado em seu Art.3º

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros, meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

No âmbito escolar, surge a necessidade de um currículo que conseguisse atender a toda a população escolar brasileira é discutida há algum tempo. Em virtude disso, a BNCC tem como objetivo “[...] promover equidade nos sistemas de ensino, isto é, de promover o direito de aprendizagem da totalidade dos estudantes” (BRASIL, 2017 p.1). Ainda assim, a BNCC enquanto um conjunto de orientações que deve nortear os currículos das escolas, redes públicas e privadas de ensino de todo o Brasil, é mencionada na Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 205, que determina que “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988).

Neste documento, a educação da infância deve prever seis direitos fundamentais, que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, e conhecer. Logo, cabe aos educadores da infância a participação direta e mediação das curiosidades, investigações, explorações e descobertas das crianças criando ambientes e contextos onde as linguagens da infância possam se manifestar.

Pode-se citar como potencializadores do desenvolvimento infantil, de acordo com a BNCC, a interação, socialização, exploração e descoberta. E dessa forma, através do ato de brincar, encontra-se todas essas vertentes. (BRASIL, 2017).

Existe atualmente um confronto entre a brincadeira e a atividade pedagógica. Isso

ocorre quando os professores enxergam o brincar como um passa-tempo da rotina e uma distração para as crianças. Mas é através do brincar que a criança se desenvolve, uma vez que é na brincadeira que ela representa no simbólico aspectos de seu entorno real.

Logo, podemos afirmar que as possibilidades da criança ampliam-se durante a brincadeira, o que é possível por meio da imaginação. É por meio da brincadeira que a criança atinge novas conquistas como: autocontrole, substituição de significados, pensamento e é neste momento que a criança vai socializar seus saberes. (ÀRIES, 1978; VYGOTSKY, 1991; LEONTIEV, 1978).

Ainda assim, as relações sociais concretas são eixos norteadores para o desenvolvimento infantil, posto que possibilitam a criança a atribuir signos e ressignificar os elementos de sua cultura.

Com isso, atualmente a Educação vive um impasse, causado pelo alastro e disseminação do Covid-19, onde o brincar, as relações sociais, a interação com o outro se torna impossível.

Neste contexto, a sociedade atual em todas suas esferas –econômicas, saúde, educação, política- vivencia um cenário delicado, permeado de dúvidas, inseguranças, questionamentos e incertezas. Contudo, a reflexão vem a tona: como a pandemia têm impactado o contexto educacional?

A PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS IMPACTOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A pandemia reconhecida mundialmente como Covid-19, anteriormente referenciada como 2019-nCoV, tem sua origem pelo vírus SARS-CoV-2, na qual sua eclosão por sua vez, ocorreu em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China. A Covid-19 continua a se espalhar pelo mundo. Inicialmente, o epicentro do surto foi na China, com casos notificados no país ou trazidos por viajantes (MCKIBBIN; FERNANDO, 2020).

Em 9 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou a circulação do novo coronavírus. No dia seguinte, a primeira sequência do SARS-CoV-2 foi publicada por pesquisadores chineses. Em 16 de janeiro, foi notificada a primeira importação em território japonês. No dia 21 de janeiro, os Estados Unidos reportaram seu primeiro caso importado. Em 30 de janeiro, a OMS declarou a epidemia uma emergência internacional (PHEIC). Ao final do mês de janeiro, diversos países já haviam confirmado importações de caso, incluindo Estados Unidos, Canadá e Austrália. No Brasil, em 7 de fevereiro, havia 9 casos em investigação, mas sem registros de casos confirmados (LANA et al., 2020, p. 1).

Sobretudo, o vírus acima esclarecido alastrou um grande colapso em todas as instâncias, mas em termos educacionais, o mesmo vem realçando um grande cenário de incertezas. A sociedade brasileira está lidando atualmente com 265.500 mortes, no qual, desde a segunda

quinzena de março de 2020 iniciou-se o período de quarentena e distanciamento social, onde deflagrasse uma impossibilidade de manutenção do funcionamento presencial nas escolas. No entanto, as escolas, em nenhum momento parou de funcionar, de atender crianças e famílias e de oferecer estudo aos mesmos, o contato, o vínculo, o processo educativo; o que deixa de acontecer foi o atendimento em espaço físico, manter contato com seus usuários em ambiente escolar.

Neste contexto, em decorrência do isolamento e afastamento social necessário, voltando no que tange ao centro do debate educacional, a reformulação das atividades educacionais resultou ao uso das tecnologias para a realização das atividades escolares não presenciais. Contudo, de acordo com Vieira e Ricci (2020),

diante da situação emergencial, Governos Estaduais e Municipais, prescindindo da estrutura necessária para a prática de EAD, depararam-se com a necessidade de concentrar esforços na preparação dos professores para o desenvolvimento de situações de aprendizagem remota, que, em geral, estão sendo mediadas pelo uso das tecnologias. [...] foi demandada, por parte dos docentes, a capacidade de experimentar, inovar, sistematizar esse conhecimento e avaliar o processo de aprendizagem de seus alunos, fazendo o melhor uso possível dessas ferramentas, cujo uso, para muitos, era até então desconhecido. (VIEIRA; RICCI, 2020).

Segundo os mesmos autores, no Brasil uma vez que ainda exista ausência de uma política nacional de enfrentamento por parte do Governo Federal, os Estados estão se organizando de forma diversificada, ou seja, os Estados não possuem uma linha tênue como forma de modelo para seguir no âmbito educacional. Assim, posto o contexto mundial atual torna visível enxergar algumas questões em relação ao ensino e aprendizagem de forma mais apurada, uma vez que agravou algumas situações e antecipou outras, demonstrando a urgente necessidade de um investimento acentuado e em abundância no que tange à estrutura física e profissional.

Neste sentido, corrobora-se a seguinte questão: Hoje, quais são as condições objetivas de retorno físico? Os professores e a comunidade escolar como um todo estão sendo regidos por protocolos, que por sua vez estão, semanalmente, publicando cartas com problematizações, possibilidades o que origina e dá procedência a muitos debates, sendo foco de inúmeros estudos atualmente. Os professores e trabalhadores da organização escolar querem, incontestavelmente, voltarem para seu ambiente físico de trabalho, no entanto, estão respeitando aqueles que mais entendem sobre o cenário pandêmico atual: pesquisadores e cientistas, especialmente da área da saúde.

Neste viés, rompem-se inverdades, a primeira sendo: crianças não se contaminam. Ora,

ainda que a criança não seja contaminada diretamente, ela possibilita a contaminação de pelo menos uma pessoa –a que a leva para escola-, e pensando que para cada criança ir para seu ambiente escolar existe um adulto que a leve, compreendemos na quantidade de pessoas expostas às ruas, fazendo uso do transporte escolar/ transporte público e com isso, ao contágio eminente. Ainda assim, a criança ao ir para a escola não se educaram sozinhas; para isso, estarão presentes os professores, profissionais da cozinha, serviços gerais, coordenadores e diretores pedagógicos, em contato direto.

Uma outra inverdade que se rompe com as pesquisas e debates, é que as crianças, quando expostas no ambiente escolar, realizarão o distanciamento social a partir de espaços delimitados para cada uma. Nessa perspectiva, embarca-se em outro questionamento: Por qual motivo os pais levarão sua criança para escola para que a mesma passe um dia em seu “quadrado”? Na escola, as crianças precisam estar entre elas, brincando, estabelecendo relações sociais concretas, se socializando, se descobrindo, experimentando em contato com o outro. Neste contexto, as interações sociais são parte fundamental do desenvolvimento humano, uma vez que:

as crianças utilizam-se das interações sociais que são carregadas de instrumentos mediadores para acessar informações e defende que a relação do homem com o mundo não é uma relação direta, mas fundamentalmente, uma relação mediada (OLIVEIRA, 1997, p. 27)

Sobretudo, o brincar, surgindo como uma necessidade social do indivíduo, para Vygotsky (1991) é parte geradora do desenvolvimento da criança, uma vez que neste ato a criança representa no simbólico, aspectos de seu entorno real, e por efeito, a mesma vai modificando o mundo e se constituindo à medida que vai exercitando suas funções de afetividade, de linguagem, de memória, de imaginação e de percepção, dentre outros aspectos. Neste sentido, pode ser afirmado mediante os estudos do autor que no ato do brincar a criança amplia suas possibilidades, o que é possível por meio da imaginação.

Assim, pensar um protocolo para Educação, faz jus a um protocolo Inter setorial, cujo envolva a educação em si, a saúde, o contexto familiar e social, a partir de um olhar peculiar para a forma de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, no qual cabe ao professor uma responsabilidade no planejamento e intencional nas organização das práticas e nas relações com as crianças.

Dessa forma, valida-se a consideração de que, é claro e evidente que os profissionais da educação estão voltando o olhar para essas conexões em todas suas instâncias, no entanto, coloca-se em prioridade neste momento, a vida.

Sobretudo, as questões que merecem atenção no que diz respeito ao retorno nas atividades escolares presenciais, devem prever: a circulação de maior número de pessoas, a ampliação do uso do transporte público, a constante higienização dos espaços, e a necessidade de considerar as interações adulto-adulto, criança-criança, adulto-criança e criança-objeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou compreender que a centralidade de iniciativas voltadas para atender a demanda escolar sob uso de plataformas virtuais, video-aulas, redes sociais e outros, parece negar nossa situação de excepcionalidade, em que se mostram as condições em que a sociedade brasileira está vivendo atualmente.

Marca-se ainda, um entendimento da Educação Infantil como um serviço que precisa ser ofertado, como se fosse possível transpor o modelo presencial para um modelo a distância. Essa compreensão, além de não ser nada adequada aos processos educativos, vem impactando as dinâmicas familiares e afetando dessa maneira, o trabalho docente.

Tal cenário, apresenta-se em oposição às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que indicam que as proposições pedagógicas devem valorizar as interações e brincadeiras, bem como os avanços teórico-metodológicos objetivados nas pesquisas de Educação infantil das últimas décadas.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BRANDÃO, C. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense. Ed. 46ª, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Ed: São Paulo: Saraiva, 1991.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> Acesso em: 10. Mar. 2021.
- LANA, R. M. et al. **Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva**. Cadernos de Saúde Pública, vol. 36, n. 3, 2020.
- LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do Psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte. 1978.
- MCKIBBIN, W. J; TRIGGS, A. **Modelando o G201 - Papel de Trabalho**, [S.l.], v. 17, 2018. Disponível em: https://cama.crawford.anu.edu.au/sites/default/files/publication/cama_crawford_anu_edu_au/2018-04/17_2018_mckibbin_triggs_v1.pdf.> Acesso em: 10. Mar. 2021.

NCPI. **O Impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem**, 2013.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

RIZZINI, I. **O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Universitária, 1997.

SAVIANI, D. **Sobre a Natureza e a Especificidade da Educação**. 1984.

VIEIRA, Letícia. RICCI, Maiki. **A educação em tempos de pandemia: Soluções emergenciais pelo mundo**. OMESC – 2020.

VYGOTSKY, L. **Psicologia e Pedagogia I: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1991.

ZIKMUND, W. G. **Business research methods**. 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

CAPÍTULO 10

ISOLAMENTO SOCIAL E IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO PERFIL DE ESTILO DE VIDA EM UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA ENSINO SUPERIOR

Gildeene Silva Farias, Me. Em Educação Física, Docente Faculdade Estácio de Teresina, PI
Sabrina Da Silva Barbosa, Esp. Em Saúde da Família, Tutora Faculdade Unopar, Piripirí, PI

RESUMO

Devido à pandemia da COVID-19, o enfrentamento epidemiológico exigiu mudanças drásticas no comportamento social, o isolamento pode trazer para a vida do estudante intensas mudanças, econômicas, físicas, sociais e emocionais, afetando o equilíbrio e as respostas comportamentais entre as pessoas e a sociedade, porém recomenda-se que durante o período de isolamento social, a adoção de um estilo de vida ativo da população em geral, é indispensável mesmo estando em casa. A Direção Geral de Saúde (DGS), junto com a Organização mundial de Saúde (OMS) recomenda que os jovens e adultos saudáveis devem fazer diariamente, no mínimo 30 minutos de atividade física moderada, evitando comportamentos sedentários, como também sugerir a prática de exercícios cardiovasculares, resistência muscular e equilíbrio, tais como caminhar pela casa, fazer tarefas domésticas, dançar, exercícios com peso corporal, jogos lúdicos de expressão motora, entre outros. Diante disso o objetivo desta pesquisa é descrever as atuais condições do estilo de vida de estudantes de Educação Física durante o período da pandemia da COVID-19 na cidade de Timon. O presente estudo é caracterizado como do tipo transversal, de caráter qualitativa e quantitativa, com amostra representativa de alunos dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física do Instituto de Ensino Superior Múltiplo (IESM), da cidade de Timon- MA, foi realizada um questionário de forma online, via google forms coletada no período de setembro a outubro de 2020. Participaram desse estudo 44 estudantes universitários, apresentando que 13,6% dos estudantes já havia sido diagnosticado colesterol alto, 36,4% consumiam frutas apenas duas vezes na semana, e desses 4,5% afirmaram já ter fumado anteriormente. Em relação ao consumo de bebidas alcoólicas 36,5% afirmaram consumir álcool nos últimos 30 dias e 20,5% não fazem caminhada em nem um dia da semana, quanto a prática de atividade física, apenas 9,2%, o fazem os sete dias da semana e a maioria 24,9% apenas 2 vezes. Conforme apresentando ainda no presente estudos, percebeu-se que a maioria dos estudantes durante o período da pandemia não realizaram o mínimo de atividade física recomendados pelos órgãos competentes, dessa forma conclui-se, no entanto, que devido ao isolamento social causado pela pandemia do covid-19, contribuiu de forma negativa em relação as alterações do perfil de estilo de vida dos estudantes universitários, impactando negativamente nos fatores de hábitos comportamentais como ingestão de bebidas alcoólicas, hábitos alimentares irregulares e diminuição nos níveis de atividade física.

PALAVRAS-CHAVE: Isolamento social. Exercício Físico. Estudante. Estilo de vida. Pandemia.

INTRODUÇÃO

O coronavírus denominado SARS-CoV-2 (COVID-19) surgiu no final de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan na China e se espalhou rapidamente pelos países sendo transmitida de pessoa para pessoa, variando o quadro clínico de infecções assintomáticas a quadros mais graves (BRASIL, 2020).

Devido à pandemia do coronavírus (COVID-19), uma situação sutil marcou o cenário em diversas áreas e regiões no início de 2020 e o enfrentamento epidemiológico exigiu mudanças drásticas no comportamento social. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou emergência de saúde pública de importância internacional. Contudo, no Brasil, a transmissão comunitária iniciou-se em março com orientação de isolamento social decretado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2020).

Durante o período de isolamento social, a adoção de um estilo de vida ativo da população em geral, é indispensável mesmo estando em casa. A Direção Geral de Saúde (DGS), junto com a Organização mundial de Saúde (OMS) recomenda que os jovens e adultos saudáveis devem fazer diariamente, no mínimo 30 minutos de atividade física moderada, evitando comportamentos sedentários, como também sugeriu a prática de exercícios cardiovasculares, resistência muscular e equilíbrio, tais como caminhar pela casa, fazer tarefas domésticas, dançar, exercícios com peso corporal, jogos lúdicos de expressão motora, entre outros (MARLENE et al, 2020).

Na literatura científica, o exercício físico regular é uma estratégia não farmacológica para o tratamento e prevenção de diversas doenças, sejam essas doenças metabólicas, físicas ou psicológicas. Vale destacar ainda a ação dos exercícios físicos no sistema imunológico, pois o exercício regular pode fortalecer a imunidade, incluindo a redução da incidência de doenças infecciosas, como infecções virais, assim como o coronavírus (COVID-19) (LUAN et al., 2019; CAMPBELL; TURNER, 2018; Wu et al., 2020).

Este cenário de isolamento pode trazer para a vida do estudante intensas mudanças, sejam elas relacionadas aos aspectos econômicos, físicos, sociais e emocionais, afetando o equilíbrio e as respostas comportamentais entre as pessoas e a sociedade diante da pandemia. Essas consequências podem afetar diretamente a satisfação no estilo de vida dos indivíduos, ou seja, na percepção positiva ou negativa diante das mudanças que ocorrem em sua vida (SA; WERLANG; PARANHOS, 2008; CAMPARA; VIEIRA; POTRICH, 2017; KOK et al., 2010).

Nesse contexto, diversos estudos vêm abordando diferentes comportamentos de saúde

de estudantes de ensino superior durante o isolamento, como tendências significativas para consumo de álcool, prática irregular de atividade física, hábitos alimentares desequilibrados e hábitos sedentários, no qual muitas vezes essas condutas são adquiridas durante a pandemia e que podem se estender para outras etapas da vida, além de influenciar negativamente a saúde e a qualidade de vida do indivíduo (COLARES; FRANCA, 2008).

Dessa forma, considerando o contexto epidemiológico de pandemia do novo coronavírus no Brasil, essa pesquisa tem como o objetivo analisar os impactos da pandemia do Covid-19 frente ao isolamento social em estudantes do curso em educação física.

METODOLOGIA

O presente estudo é caracterizado como do tipo transversal, de caráter qualitativa e quantitativa, com amostra representativa de 44 alunos dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física do Instituto de Ensino Superior Múltiplo (IESM), da cidade de Timon-MA.

A presente pesquisa foi elaborada através de um questionário estruturado na plataforma *Google Forms*, aplicativo de gerenciamento de pesquisas do Google e a coleta das informações foi realizada entre 19 de setembro a 04 de outubro de 2020. A divulgação foi realizada via internet por meio de aplicativos de redes sociais como, WhatsApp enviado para os alunos regularmente matriculados na instituição e respeitando o sigilo onde não houve algum tipo de identificação dos participantes com sua participação sendo de forma totalmente voluntária.

Como critérios de inclusão os estudantes que concordasse em participar da pesquisa, assinalando sim nos questionários, que estivessem regularmente matriculados no segundo semestre de 2020. Os dados dos questionários foram preparados e tabulados em planilha de *Excel* apenas em termos de frequência do comportamento, sendo todas e organizadas para serem analisadas considerando as respostas descritas em cada questão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

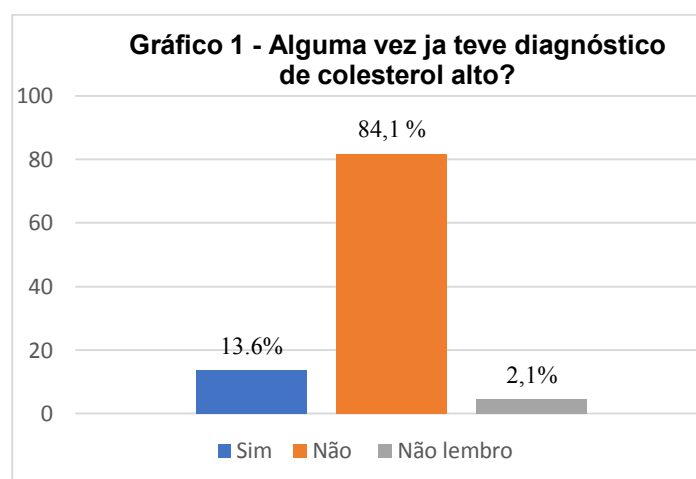
Participaram desse estudo 44 estudantes universitários do curso de educação física em Timon-MA, desse total 50 % pertenciam aos alunos do sexo feminino e 50 % dos alunos do sexo masculino. Quanto as idades foram categorizadas em tercís com metade (50%) entre 19 a 25 anos de idade e a outra metade (50%) com 26 anos de idade ou mais. Com relação ao estado civil, 68,2% dos alunos são solteiros e 31,8 % casados ou vivendo com parceiro.

Tabela 1- Caracterização da amostra e distribuição da frequência absoluta e relativa dos alunos do curso Educação física, de acordo com o gênero, faixa etária, curso, estado civil e turno e tempo de estudo.

Variáveis	n	Frequência (%)
Sexo		
Masculino	22	50
Feminino	22	50
Idade em anos completos		
19 a 25	22	50
26 anos ou mais	22	50
Estado civil		
Solteiro	30	68,2
Casado/vivendo com parceiro (a)	14	31,8
Curso		
Bacharel	42	95,5
Licenciatura	2	4,5
Período de estudo		
Vespertino	2	4,5
Noturno	42	95,5
Tempo de universidade		
Até 2 anos	18	40,85
3 anos ou mais	26	59,15

Fonte: autores.

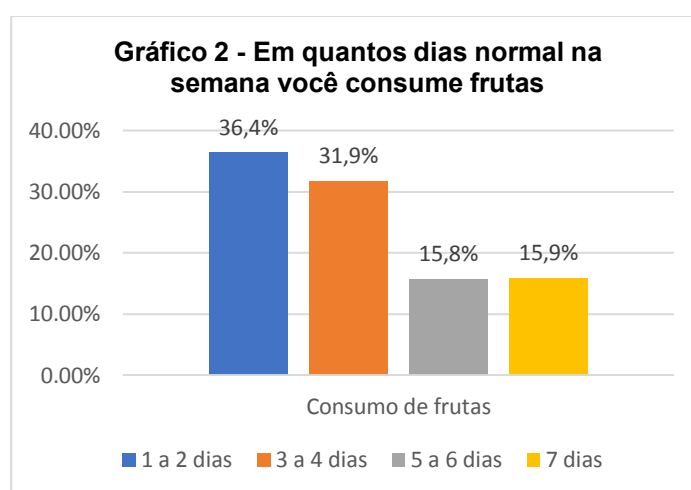
Segundo os dados do presente estudo, percebeu-se que uma grande maioria dos candidatos possuem a modalidade do curso de educação física em Bacharelado, apresentando como predominância 95,5 % da pesquisa, enquanto 4,5 % dos estudantes possuíam a modalidade do curso em Licenciatura. Considerando o turno dos alunos houve uma maior prevalência entre o turno noturno, no qual cerca de 95,54 % dos estudantes participaram da atividade e cerca de 4,5 % estudam no turno vespertino. Com relação ao tempo de universidade, cerca de 40,85 % estão até 2 anos matriculados no curso de educação física e 59,15% dos alunos estão a 3 anos ou mais no curso.



Analisando os dados no gráfico 1, observamos que em relação ao diagnóstico de

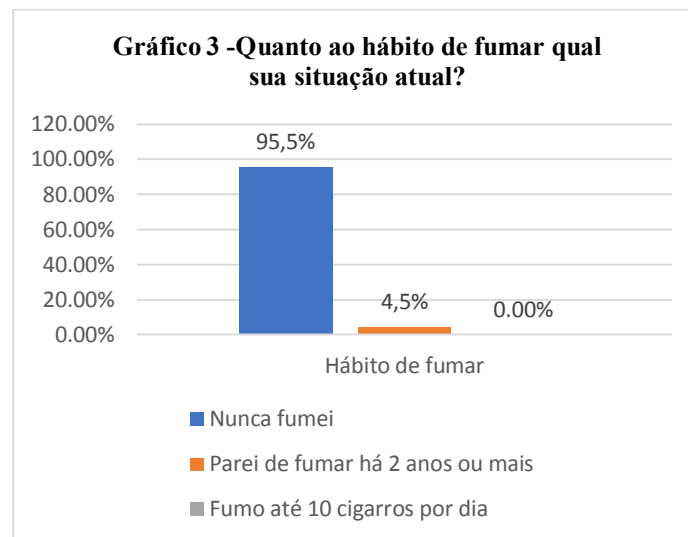
colesterol alto, foi evidenciado que 84,1 % dos estudantes, representando a maioria nunca foram diagnosticados com colesterol alto, apenas 13,6 % já foram diagnosticados, fato que pode ser relacionado a ingestão de refeições desequilibradas em conjunto com a falta de atividade física, histórico familiar, consumo excessivo de álcool, entre outros (LOTUFO et al., 2013).

Nesse contexto, PRADO & DANTAS (2002), mostram em seu estudo a relação do exercício físico como fator contribuinte na redução do colesterol alto, onde verifica que o exercício em suas diferentes intensidades, durações e frequências, colabora no controle do colesterol, enquanto diminui os níveis de LDL-colesterol.



Com relação ao consumo de frutas, os dados do gráfico 2 mostram que 36,4 % dos alunos da amostra consomem de 1 a 2 dias na semana, 31,9% de 3 a 4 dias, 15,8 % entre 5 a 6 dias e apenas 15,9 % afirmaram o hábito do consumo de frutas durante os 7 dias da semana.

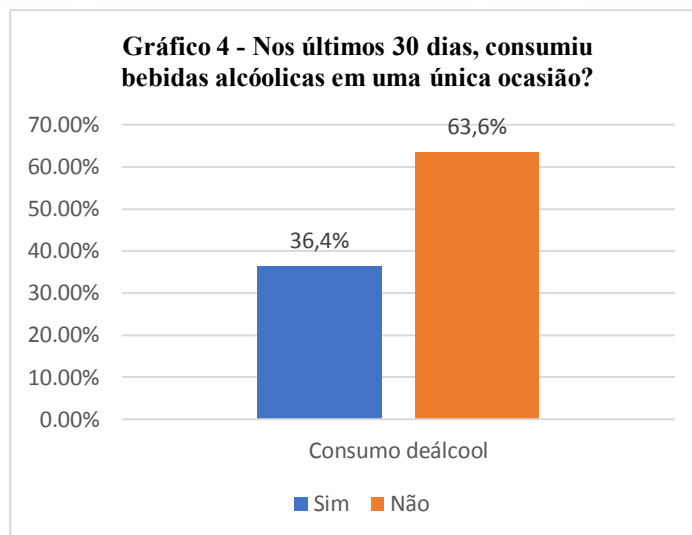
Para Ramalho et al., (2012) o consumo adequado de frutas é importante para a saúde do indivíduo por serem ricos em micronutrientes e terem baixa densidade energética. Além disso, são alimentos protetores para várias doenças crônicas não transmissíveis como as doenças cardiovasculares.



Os dados sobre o uso de cigarro estão apresentados no gráfico 3. A maior parte dos estudantes (95,5%) informou que nunca fez uso, enquanto 4,5% informou que possuía o hábito, porém já haviam parado de fumar.

Em um estudo realizado por MORAES et al., (2010), revelou associação entre os valores do presente artigo onde verificou que 82,3% dos acadêmicos de Educação Física são não fumantes, enquanto 11% são ex fumantes. Esses resultados mostram baixas prevalências de tabagismo e são positivos para os estudantes no qual ressalta que os universitários conhecem os efeitos nocivos do fumo para a saúde.

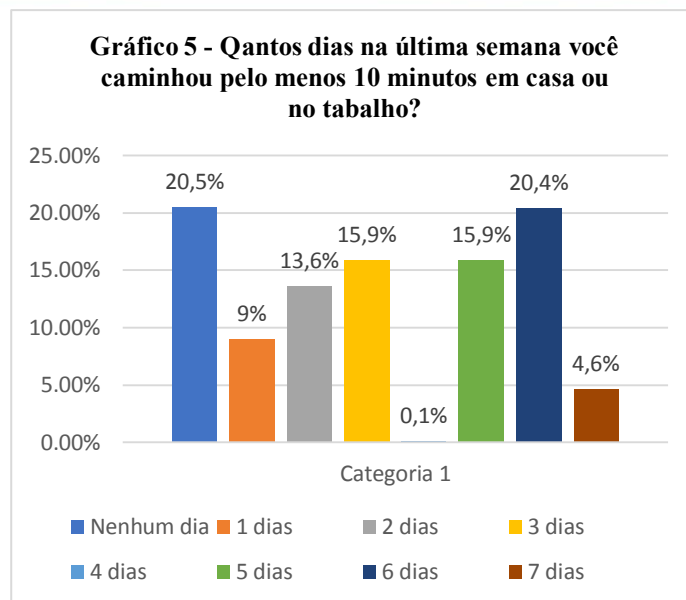
Pontes (2008) afirma que o tabagismo pode trazer efeitos a curto, médio e longo prazo para a saúde dos indivíduos, entre eles o aumento de riscos para o desenvolvimento de problemas cardiovasculares, infartos, câncer alergias e a diminuição da capacidade respiratória.



No que se refere o consumo de bebidas alcoólicas, o gráfico 4 apresenta os dados relativos a esta situação pelos estudantes. No qual aponta que a maioria dos estudantes sendo 63,6% dos alunos apontam não consumir bebida alcoólica, enquanto 36,4 % ingerem algum tipo de bebida alcóolica.

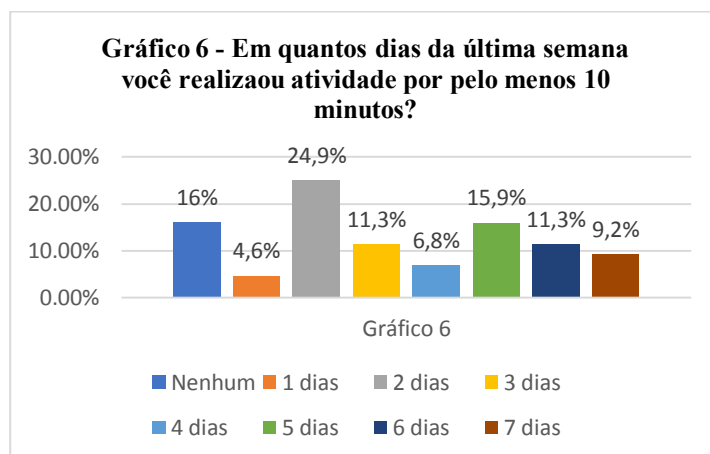
De acordo com LIMA et all., (2017) existe uma relação entre o consumo de bebida alcoólica com o aumento da idade, no qual ocorre justamente quando se observa uma tendência na redução dos níveis de atividade física entre os estudantes.

Em um estudo de Lepre & Martins (2009) verificou-se que o consumo excessivo de bebida alcoólica apresenta queda no desempenho escolar dos estudantes, lentidão sonolência e dificuldade para aprender os assuntos discutidos em sala de aula. Com isso, os estudantes que não possuíam o hábito de ingerir álcool, apresentavam disposição para realização de atividade física, mais atenção durante as aula e menor de consumo de alimentos altamente calóricos.



No gráfico 5 em relação à frequência de caminhadas por pelo menos 10 minutos semanal, os dados revelam que a maioria dos estudantes (20,5%) não realizam caminhadas em nenhum dia da semana, enquanto 20,4 % realizam durante 6 dias da semana.

O estilo de vida sedentário torna-se um dos maiores problemas de saúde na sociedade, com o qual contribui para o desenvolvimento de doenças crônicas, invalidez e mortes prematuras. Dessa forma, a caminhada atua como intervenção promotora de saúde com total isenção de custos, onde não requer local de pratica sendo a forma de atividade aeróbia de mais fácil acesso ao público (SAMPAIO, 2007).



Entre os alunos estudados no gráfico 6, observa-se que o maior número de estudantes (24,9 %) pratica atividade física somente duas vezes na semana. Apenas 9,2 % realizam a pratica regular em alguma modalidade esportiva durante os sete dias da semana, enquanto 11,3

% durante três e seis dias, 15,9 % realiza em cinco dias, 6,8% em quatro dias, 4,6 % somente em um dia e 16 % não realiza nenhuma atividade física. Em termos de recomendação, a OMS aconselha a prática de atividade física de 150 minutos semanais podendo ser realizadas em lazer, deslocamento, domicílio e trabalho (BRASIL, 2020)

Os resultados encontrados nesta pesquisa se assemelham aos encontrados por MIRANDA et all., (2010), no qual constatou que os estudantes de educação física possuem maior prevalência como pessoas ativas fisicamente, por se tratarem de futuros profissionais ligados às práticas corporais, à saúde e à estética.

Contudo, ABBES et all., (2011), relata que diversos fatores podem influenciar a redução e ausência da prática regular de atividade física, como isolamento social, disponibilidade de tempo, companhia para realização da atividade física, recursos financeiros e condições climáticas desfavoráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados coletados quanto investigação do estilo de vida dos estudantes do curso de Educação Física durante o período de isolamento social devido a pandemia do covid-19, percebeu-se que apesar de se tratar de um curso da área de saúde direcionado principalmente a prática regular de atividade física, os resultados mostram efeito negativos para saúde da presente população em estudo. Os resultados apresentam preocupação quanto ao estilo de vida dos universitários nesse período de isolamento, considerando-se as medidas de segurança necessária para evitar o contágio, e a necessidade de aulas remotas o que contribui para aquisição de hábitos não saudáveis, como foi apresentado nos resultados, pois considera-se a quantidade de estudantes com diagnóstico de colesterol alto comparando-se a quantidade de participante da pesquisa.

Os efeitos negativos devido a pandemia podem estar impactando de forma negativa quando se observa os fatores comportamentais, onde os resultados apresentaram um baixo consumo de frutas na presente população, e além de um consumo de álcool considerado alto entre os universitários, e esse alto consumo de álcool entre os estudantes pode ter uma relação considerável com relação diminuição da prática regular de atividade física. Conforme apresentando ainda no presente estudos, percebeu-se que a maioria dos estudantes durante o período da pandemia não realizaram o mínimo de atividade física recomendados pelos órgãos competentes, ou seja, a maioria dos universitários não fizeram caminhadas em nem um dia da semana, e quanto as atividades físicas moderadas a vigorosas, que contribuem para a saúde, os

resultados apresentaram resultados negativos com prática de apenas duas vezes na semana.

Conclui-se, no entanto, que devido ao isolamento social causado pela pandemia do covid-19, contribuiu de forma negativa em relação as alterações do perfil de estilo de vida dos estudantes universitários, impactando negativamente nos fatores de hábitos comportamentais como ingestão de bebidas alcoólicas, hábitos alimentares irregulares e diminuição nos níveis de atividade física.

REFERÊNCIAS

ABBES, P. T., LAVRADOR, M. S. F., ESCRIVÃO, M. A. M. S., et al. Sedentarismo e variáveis clínico-metabólicas associadas à obesidade em adolescentes. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.24, n.4, p.529-538. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **CORONAVÍRUS: Monitoramento nas instituições** de ensino. Brasília, 2020. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>>. Acesso em: 17 de mai. 2020.

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G. Satisfação geral com a vida e bem-estar financeiro: revelando as percepções dos beneficiários do Programa

Bolsa Família. RAP: **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 51, n. 2, 2017.

Campbell, J. P., & Turner, J. E. (2018). Debunking the Myth of Exercise-Induced Immune Suppression: Redefining the Impact of Exercise on Immunological Health Across the Lifespan. **Frontiers in immunology**, 9, 648.

Colares V, Franca C. Estudo comparativo de condutas de saúde entre universitários no início e no final do curso. **Revista Saúde Pública**. 2008;42(3):420–7.

KOK, G. et al. Behavioural intentions in response to an influenza pandemic. **BMC Public Health**, v. 10, n.1, p. 174, 2010.

Lima, D., da Silva, M., Júnior, O., Lima, L., Sampaio, A., & Luiz, O. (2017). Associação da atividade física de lazer com o consumo de bebidas alcoólicas em adultos. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, 22(6), 576-583.

LOTUFO, P. A., SANTOS, R. D., SPOSITO, A. C., BERTOLAMI, M., ROCHA, F. N., J., IZAR, SZWARCOWALD, C., PRADO, R. R., STOPPA, S. R., MALTA, D. C., BENSENOR, I. M. Prevalência de Diagnóstico Médico de Colesterol Alto Autorreferido na População Brasileira: Análise da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 108, n. 5, p. 411-416, 2017.

LUAN, X., TIAN, X., ZHANG, H., HUANG, R., LI, N., CHEN, P., & WANG, R. (2019). Exercise as a prescription for patients with various diseases. **Journal of sport and health science**, 8(5), 422–441.

MALTA D. C., CASTRO A. M., GOSCH C.S., CRUZ D. K. A., BRESSAN A., NOGUEIRA J. D., MORAIS N. O. L., TEMPORÃO J. G. A Política Nacional de Promoção da Saúde e a

agenda da atividade física no contexto do SUS. **Epidemiol Serv Saúde**.2009; 18(1):79-86.

MARLENE, R., MOROUÇO, P., CARREIRA, I. F. R., NOGUEIRA, A., OLIVEIRA, A., MENDES, D., SIMÕES, S. (2020). TECNOLOGIA E INOVAÇÃO AO SERVIÇO DO EXERCÍCIO E SAÚDE. Exercício. Pandemia COVID-19. **Tecnologia Vs. Isolamento Social**.

MIRANDA, V. P. N., FORTES, L. S., CARVALHO, P. H. B., BOTREL, T. V., & FERREIRA, M. E. C. Relação entre a insatisfação corporal e nível de atividade física de acadêmicos de educação física da UFJF. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, v. 9, n. 3, p. 233-240, 2010.

MORAES, M., LAAT, E. F., LARA, L., & LEITE, G. T. Consumo de álcool, fumo e qualidade de vida: um comparativo entre universitários. **Cinergis**, v. 11, n. 1, 2010.

Pontes R. M. F. Perfil de usuários do fumo na Universidade de Brasília. 2008. 111 f. Universidade de Brasília, Brasília, 200.

PRADO, E. S., DANTAS, E. H. M. Efeitos dos exercícios físicos aeróbio e de força nas lipoproteínas HDL, LDL e lipoproteína (a). **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 79, n. 4, p. 429-433, 2002.

RAMALHO, A. A., DALAMARIA, T., SOUZA, O. F. Consumo regular de frutas e hortaliças por estudantes universitários em Rio Branco, Acre, Brasil: prevalência e fatores associados. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.28, n.7, p.1405-1443, Jul, 2012.

SÁ, S. D., WERLANG, B. S. G., PARANHOS, M. E. Intervenção em crise. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2008.

SAMPAIO, A. Benefícios da caminhada na qualidade de vida dos adultos. Universidade de Desporto, 2007.

Wu, Y., Ho, W., Huang, Y., Jin, D. Y., Li, S., Liu, S.L. et al. (2020). SARS-CoV-2 is an appropriate name for the new coronavirus.**Lancet**.

CAPÍTULO 11

REFLEXÕES GEOGRÁFICAS DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: OS CONFLITOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA COM AS NORMAS SANITÁRIAS

Isabôhr Mizza Veloso Dos Santos, Cientista social pela UMESP. Bacharelada em Direito pela UEMG. Doutoranda em Geografia pelo IG/UFU

Isabella Ayezza Veloso Dos Santos, Mestranda em Geografia pelo ICHPO/UFU, Professora efetiva de Artes pela SEEMG

RESUMO

A disseminação geográfica do vírus impôs ritmos de vida sobre muitas sociedades globais, redefinindo as lógicas de produção e de consumo. Inicialmente, o território chinês teve sua primeira experiência contra o vírus biológico, alterando a rotina de produção e circulação bens, de pessoas e serviços essenciais à lógica empresarial global. O que não foi muito diferente em outros países e continentes. Já na América Latina, em função da existência de economias subdesenvolvidas, a lógica neoliberal ganhou impulso e agravou as desigualdades sociais. Os efeitos produzidos pela pandemia nos países latino-americanos, buscou se inserir nessa lógica precária, uma vez que suas economias resultam da capacidade de competição global em função da organização do espaço. Este artigo tem como objetivo geral, retratar sobre algumas reflexões geográficas da pandemia do Coronavírus, detalhando algumas perspectivas sociais e geográficas inserida numa realidade do contexto contemporâneo. Possui como objetivo específico, pontuar sobre a contribuição da ciência geográfica neste cenário de incertezas e acerca da produção dos medos perceptíveis neste período. O artigo possui reflexões de aproximação entre a pandemia e a geografia na atualidade e foi realizado mediante pesquisa bibliográfica sobre tais temáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Coronavírus. Geografia. Conflitos. Normas sanitárias.

1 INTRODUÇÃO

O conjunto de inseguranças atuais destacam paisagens e imagens mórbidas, que ficam produzindo a ideia do medo que estamos vivenciando no ano de 2020, correlatos as fobias sociais, aos mortos, ao sobrenatural, as doenças infecciosas, as catástrofes naturais, a lotação de hospitais, de ruas desertas, aos bandidos e mafiosos anônimos, as prisões, as decisões negociacionista de líderes autoritários, bem como da ansiedade coletiva proporcionada através da pandemia, mediante a possibilidade de rompimento da ordem mundial e do estilo de vida individual, consumista e egoísta proporcionados pelo sistema econômico vigente.

A sua disseminação pelos países do globo foi bastante rápida e letal, culminando em milhões de mortes em diferentes continentes, atingindo a China, a Espanha, Itália, Estados Unidos, Brasil, Argentina, e tantos outros.

Este artigo tem como objetivo geral, retratar sobre algumas reflexões com perspectivas geográficas sobre a pandemia do Coronavírus, inseridas na realidade do contexto contemporâneo, e tem como objetivos específicos, pontuar a contribuição da ciência geográfica neste cenário de incertezas, mediante a produção excessiva de medos disseminados.

Numa perspectiva de ir compreendendo, sobretudo, os conflitos da sociedade brasileira com as normas sanitárias, desrespeitando as mudanças de hábitos e promovendo encontros e muitas festas clandestinas em diferentes cidades brasileiras.

2 METODOLOGIA

O artigo possui uma proposta metodológica qualitativa, com foco nas reflexões geográficas a fim de explicitar as diferentes maneiras de disseminação do coronavírus e da doença do Covid-19. Trata-se de um estudo que engloba os conhecimentos da geografia mediante a disseminação do vírus nas cidades em meados do ano de 2020.

Foi realizado um levantamento da produção científica (artigos, livros, reportagens midiáticas) que retratam sobre a temática relacionada a geografia que permita auxiliar na pesquisa teórica, articulando o entendimento de conceitos geográficos.

Após sistematizar este levantamento, buscou-se discutir e analisar as argumentações selecionadas, permitindo um aprofundamento do referencial teórico, com o objetivo de subsidiar reflexões que possam nortear e complementar os resultados defendidos e alcançados.

3 DA DISCUSSÃO E DOS RESULTADOS - GEOGRAFIA E PANDEMIA: NOTAS DE APROXIMAÇÃO

[...] A paisagem da doença é uma paisagem das consequências terríveis da doença: membros deformados, cadáveres, hospitais e cemitérios cheios e os incansáveis esforços das autoridades para combater uma epidemia. (YI FU TUAN, 2005).

O conjunto de inseguranças pontuado pelo geógrafo Yi Fu Tuan (2005) destacam paisagens e imagens mórbidas, que ficam produzindo a ideia do medo que estamos vivenciando no ano de 2020, correlatos as fobias sociais, aos mortos, ao sobrenatural, as doenças infecciosas, as catástrofes naturais, a lotação de hospitais, de ruas desertas, aos bandidos e mafiosos anônimos, das prisões, de líderes autoritários, bem como da ansiedade coletiva proporcionada através da pandemia, mediante a possibilidade de rompimento da ordem mundial e do estilo de vida individual, consumista e egoísta proporcionados pelo sistema econômico vigente.

A sua disseminação pelos países do globo foi bastante rápida e letal, culminando em

milhões de mortes em diferentes continentes, atingindo a China, a Espanha, Itália, Estados Unidos, Brasil e outros.

No caso brasileiro, o número de mortes já chegou aproximadamente a pelo menos 250.000 mil em todos os estados de norte a sul, atingindo grandes metrópoles e municípios. Até o presente momento, muitas iniciativas científicas da produção de vacinas estão em andamento tanto no Brasil quanto em outros países.

Nesse contexto, para Rogério Haesbaert (2020), uma característica da pandemia, relativos aos componentes geográficos, foi de que o vírus ao transitar da China para outras partes do globo, foi tendo um movimento viral, começando no topo da pirâmide socioeconômica, entre as classes mais privilegiadas.

Rogério Haesbaert (2020) exemplifica isso ressaltando sobre o mapa de difusão inicial da pandemia numa metrópole periférica do Rio de Janeiro, onde inicialmente os bairros mais ricos, de onde chegaram os viajantes internacionais, eram os primeiros portadores do vírus. Com o passar gradual do tempo, a doença foi atingindo as populações que residem nas favelas ou bairros periféricos do Rio de Janeiro. Sobre as características da pandemia ressalta que:

Agora, porém, trata-se de uma contenção às avessas. A pandemia, quem diria, veio subverter essa ideia de contenção dos subalternos pelos hegemônicos: são os próprios privilegiados que precisam se autoconter, confinar-se, pois foram eles que, inicialmente, no caso latino-americano, “carregaram o mal”. Embora muitos tenham solicitado que suas empregadas domésticas ficassem em casa, inúmeros trabalhadores – porteiros, faxineiros, garis, atendentes de supermercados, postos de gasolina e farmácias, sem falar nos profissionais de saúde – devem ter garantida sua mobilidade, ainda que sob condição de grande vulnerabilidade (como nos transportes públicos superlotados do Rio de Janeiro). (HAESBAERT, 2020, p.5).

Destarte, Jorge Medeiros (2020) nos alerta que o impacto provocado pela rápida disseminação do vírus impôs um novo arranjo da vida coletiva. Ao se afetar os espaços de intensa aglomeração de pessoas e serviços, sobretudo nas metrópoles, a pandemia modificou as formas de viver e estar nas cidades brasileiras em diferentes regiões.

Tudo isso foi culminando na diminuição da vida social por meio da redução drástica da circulação de bens e capitais. A partir dessa realidade, passou-se a vivenciar um tempo e espaços virtuais remotos. Abriu-se oportunidades para o trabalho home office, para a amplificação de vivências intrafamiliares no cotidiano, inclusive, da educação básica e superior remotas. Acerca do comportamento viral nos acrescenta que:

O comportamento do vírus no Brasil tem mostrado que os espaços metropolitanos com alto grau de integração espacial, com alta capacidade de convergência de fluxos populacionais, mercadorias e serviços estão mais expostos a propagação do vírus. Os números revelam, até então, elevados índices de transmissão diária e aumento

expressivo de óbitos nesses lugares. Também são nesses espaços que se encontram os maiores espaços de pobreza urbana, cuja paisagem se expressa por meio da ocupação de áreas insalubres e uma ineficiente distribuição de equipamentos públicos voltados à promoção do bem-estar das famílias. A condição territorial das cidades e dos aglomerados metropolitanos brasileiros acelera os efeitos da pandemia nessa faixa do Atlântico Sul. A desigualdade na forma de produzir o espaço, tomando como premissa a participação conjunta de diferentes agentes sociais sobre os processos espaciais de valorização do preço da terra urbana, tem culminado na promoção e surgimentos de espaços periféricos homogêneos e fragmentados do contexto urbano, que hierarquiza a condição de existência da vida e de cidadania. Nesse sentido, a situação de pandemia tem se agravado substancialmente. O grau de cidadania diz respeito ao grau de percepção e enfrentamento ao problema. Em geral, os habitantes de áreas mais bem equipadas em termos de serviços públicos, tendem a responder de forma mais eficiente a imposição do vírus. A necessidade do distanciamento social é ditada pela capacidade de redefinir a percepção do habitar. Esse novo habitar, para esses grupos, se relativiza e se torna descontínuo em redes digitais de interação, cujos aplicativos e softwares redimensionam a noção de próximo e distante. (MEDEIROS, 2020. p. 59)

Em termos geográficos, Milton Santos (2014) nos assevera que tal cenário de incertezas, abala a interação e percepção do espaço produzido. Portanto, a posição ocupada pelo indivíduo no território incide nas diferentes formas de contaminação do contágio da doença na atualidade.

A dimensão social e espacial nos diz muito sobre a sobrevivência das pessoas distribuídas no espaço urbano em relação a pandemia do Covid-19. Evidencia-se que pessoas com melhores condições socioeconômicas e de permanecer em isolamento social e home office tendem a se proteger do Coronavírus, ao passo que tal crise intensificou, também disparidades espaciais vivenciadas por diferentes segmentos sociais em cidades brasileiras.

Todavia, é bastante perceptível que a ciência geográfica como campo de estudos, agrega visões integradas acerca das análises de ambiente com a disseminação do vírus.

Desse modo, é totalmente compreensível perceber que as formações de tais conhecimentos agregam e ajudam a subsidiar ações práticas, diretrizes, políticas de inclusão e integração no espaço geográfico frente à doença.

A tecnologia tem sido grande aliada, juntamente com os estudos, pesquisas, elaboração de relatórios que mostram através de mapeamentos (que são elementos mais visuais) onde se concentra determinados problemas sociais, ambientais de uma determinada cidade, país, região). Um exemplo disso tem sido na atualidade, a produção de mapas (feitos no Arcgis, Qgis, SIGs) por meio da geração de produtos cartográficos que nos mostram os pontos quentes da epidemia do Covid-19 tanto no Brasil como em qualquer outro país do globo.

No que tange as cidades, é de extrema necessidade fazer um balanço do impacto social, econômico, de saúde pública dada a complexidade desse fenômeno no Brasil, em relação aos aspectos negativos da Covid -19.

4 OS CONFLITOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA COM AS NORMAS SANITÁRIAS: ENTRE AS MUDANÇAS DE HÁBITOS E AS FESTAS CLANDESTINAS

Contudo, os últimos acontecimentos políticos que vem ocorrendo no mundo contemporâneo evidenciam que não há um limite nesse direito de matar entre o Estado e outros sujeitos. O corpo-alvo da necropolítica também é agora o corpo-arma, aquele corpo que carrega o vírus que pode ser fatal, mortífero e extremamente potente em níveis de contaminação. Durante toda história de expansão genocida do Estado capitalista (Necroestado) o mundo ocidental instalou democracias liberais em que a ideia de justiça social e direitos limitavam-se a determinados segmentos sociais. Essa seletividade exclusivista é também mais uma amarga herança do Colonialismo/Imperialismo que nos apresentou o projeto de modernidade eurocêntrica. (AIALA COUTO, 2020, p.18).

O fragmento pensado por Aiala Couto (2020) sobre os últimos acontecimentos políticos e nefastos acerca da pandemia do Coronavírus, ressalta que muitas heranças sociais culminaram nas dimensões da geografia da morte no Brasil e nos países do globo, com a atual crise, por isso recorre as ideias disseminadas pelo sociólogo camaronês Achille Mbembe (2006) sobre a necropolítica de corpos e do Estado, como ator hegemônico de poder. Aiala Couto (2020) em muito se aproxima de algumas leituras epistemológicas e científicas defendidas pelo sociólogo Bauman (2009).

Para Zygmunt Bauman (2009) a respeito da confiança e medo na cidade, retrata a respeito de uma discussão acerca da adoção da arquitetura das cidades ser mais defensiva, em função dos diversos dispositivos para atender ao medo e a insegurança, dominantes no cenário da vida urbana imersas na chamada modernidade líquida defendidas pelo autor.

As crises econômicas se intensificam em alguns mercados financeiros e agravam os processos de desemprego estrutural em larga escala e a economia capitalista começa a desaquecer com lucros céleres, em setores específicos, em detrimento dos tempos anteriores a pandemia global.

Nesse ponto, o atual dilema das cidades está na fragmentação entre os segmentos sociais opostos que vivem no mesmo espaço geográfico, criando cisões entre a elite que vive imersa e conectada ao mundo globalizado e aos cidadãos mais vulneráveis, que sequer podem vivenciar melhor seu lugar de origem. Bauman (2009) então, defende que o maior desafio contemporâneo dos gestores e políticos de toda espécie, encontra-se na administração da dimensão comunitária do espaço público, para alcançar diferentes formas de coexistência equilibrada.

Ademais, para entendermos sobre a visão sociológica e geográfica acerca dos destinos das cidades globais e da construção das relações sociais dos indivíduos nos espaços urbanos da pós-modernidade, que são medidos por meio de modelos teóricos, calcados no medo, como uma forma de sentimento de sufocamento da vida urbana e da fragmentação entre ricos e pobres. Assim Bauman (2009) defende a respeito das relações como elemento para restabelecer o retorno ao percurso da convivência igualitária e equilibrada na construção do capital social de diferentes segmentos sociais.

Para Bauman (2009) a cidade se transformou em um espaço da insegurança e das fobias. Todavia, a partir da segregação e das indiferenças percebidas através dos muros altos e próprios, da utilização de grades, cercas elétricas, uso de concertinas, de sistemas de proteção e vigilância.

Dessa forma, Bauman (2009) encara que são os medos modernos que conduziram o controle estatal e suas consequências individualistas e isso foi se enfraquecendo mediante a desregulamentação do Estado, da interferência política na resolução de questões locais e principalmente a partir da reorganização do capitalismo global.

Esses fatores já pensados por Bauman (2009) ajudam a compreender as complexidades sociais, econômicas, políticas e sanitárias instaladas do início do ano de 2020 até o presente momento sobre a pandemia do Coronavírus. As condições de isolamento e distanciamento social não são de fato igualitárias a todos os segmentos sociais. Ao contrário, os mais vulneráveis têm sofrido muitas mazelas e dificuldades de sobrevivência básica durante o período de quarentena imposto pelos governos dos países na atualidade.

Essa noção é extremamente relevante, para compreendermos os conflitos da sociedade brasileira, com relação ao não respeito as normas sanitárias relativas ao distanciamento social individual e isolamento social (quarentena). Isso porque muitos hábitos higiênicos se modificaram ao longo de meses alterando a dinâmica das aglomerações urbanas em ruas, avenidas, bares, restaurantes, supermercados, espaços públicos e privados, ambientes de festas.

Com o passar do tempo, a população foi se cansando e afrouxando os cuidados higiênicos e de aglomeração em diferentes ambientes. A necessidade de correr atrás da empregabilidade e de gerar renda comprometeu o isolamento social de muitas classes de trabalhadores. E o colapso econômico foi aos poucos se desenhando nos horizontes da economia nacional:

Alguns empresários brasileiros vêm apoiando uma campanha que pode levar a um

aumento exponencial do número de mortes, alegando que pode até faltar comida se a economia não voltar a funcionar. A campanha, intitulada “O Brasil não pode parar”, foi lançada pelo governo federal e contraria o que é preconizado por cientistas e pelo próprio Ministério da Saúde. Apesar de interrompida oficialmente pelo poder judiciário, segue ocorrendo paralelamente nas redes sociais, defendendo que o que importa é salvar a economia, ainda que vidas sejam perdidas, porque a perda de vidas é inevitável. Trata-se de um fundamentalismo econômico que tem a economia como centro em detrimento das vidas humanas (FRIGOTTO, 2020). As redes sociais são um território livre para rumores descontrolados, informações falsas e obscuras (BADIOUP, 2020). (MOUTINHO, 2020, p. 7)

Foi a partir de campanhas, discursos políticos reafirmando a reabertura de atividades, passeatas exigindo a volta do comércio, que parte da população brasileira, ao longo dos meses, foi diminuindo o isolamento social para aproveitarem as praias de diferentes estados, as praças de alimentação de shopping centers, bares, restaurantes, festas realizadas de forma clandestina.

O discurso neoliberal relativo a economia juntamente a negação da doença, foram fatores propulsores de um comportamento da sociedade, cada vez mais adepto ao não respeito a quarentena, ao não uso de máscara em locais públicos e privados. Tais comportamentos ajudam na transmissão da doença e no aumento de pacientes e leitos lotados em hospitais públicos e privados em variados estados. Algumas classes sociais parecem não se importar com este cenário de mortes sendo desenhado no Brasil.

Esse comportamento que resultou no crescimento de festas clandestinas em variadas cidades e municípios, precisa ser analisado por uma ótica de rebeldia contra a doença estabelecida no espaço geográfico conforme pondera-se que:

Essa coletividade deveria se unir para lutar contra esse vírus, um inimigo comum a todos. Ou deveria ser assim, uma vez que nem todos estão respeitando as regras de isolamento social e higiene recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). É possível vermos indivíduos sem máscaras circulando pelas ruas, pessoas furando o isolamento social oferecendo e participando de festas, algumas clandestinas e que são denunciadas pela mídia, aglomerações pelos centros da cidade, numa atitude de total desrespeito a si próprio e aos semelhantes, configurando mesmo uma rebeldia em relação a esse problema específico e às recomendações das autoridades sanitárias. É o micro dentro do macro. Micro, nesse sentido, quer dizer que somos um pequeno universo de células, sangue, músculos, nervos, ossos, órgãos, pele, cabelos e também bactérias, micróbios, veias, artérias e outros, que compõem o nosso corpo físico dentro de um universo maior. E esse micro universo que é feito da mesma matéria prima dos elementos da natureza, ou seja, os mesmos átomos presentes em todo o universo, nesse caso o macro, estão também presentes no nosso organismo. As mesmas leis universais que regem os planetas e as estrelas regem enfim o cosmo e também rege nosso organismo. Assim sendo, nossas ações e atitudes, ou seja, nosso comportamento interfere no planeta, e o que acontece no espaço externo também interfere no nosso interior. (GUIMARAES; SIQUEIRA, 2020, p. 3)

Esse pensamento defendido por Guimarães; Siqueira (2020) sobre as festas clandestinas, remete aos comentários de Flávio Moutinho (2020) que ressalta que é importante tomar muito cuidado com o passar do tempo, pois pode ocorrer a “fadiga de intervenção”, que leva à perda de adesão por uma parte da população devido ao longo tempo de exposição àquela

situação (QUALLS et al, 2020), mas não se deve negligenciar o poder dessas informações contraditórias por parte do poder público e das redes sociais sobre as pessoas.

Em função disso, Flávio Moutinho (2020) ressalta que uma pesquisa de opinião recentemente divulgada, mostrou que 76% da população era favorável ao isolamento domiciliar ainda que isso prejudique a economia e cause desemprego.

Além disso, 65% era favorável à manutenção do fechamento do comércio de produtos não essenciais. Já o isolamento vertical (somente para pessoas do grupo de risco), tinha maior apoio entre os empresários, 49% (DATAFOLHA, 2020).

Entretanto, no início do ano de 2021 ainda estamos assistindo à diminuição dessas taxas da aceitação de isolamento social em variadas classes. Isso tem promovido muitos encontros e festas clandestinas em diferentes espaços das cidades.

Tal comportamento dos mais jovens em se aglomerar e promover festas clandestinas propagam mais ainda a difusão da doença do Covid-19 na rede urbana brasileira. Prova disso, pode ser percebido no ano de 2021, pela adoção de medidas restritivas mais rígidas em diferentes cidades, como a instauração do toque de recolher em horários noturnos, a adoção da lei seca, o fechamento quase que total de comércios físicos em municípios com alta de incidência da doença, a diminuição da capilaridade das aglomerações urbanas em espaços públicos, que foram adotados por governos e prefeituras locais visando o bem comum e o acesso à rede pública de saúde por parte da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa situação pandêmica atual, evidenciou modificações de higiene pessoal e coletiva modificando as relações sociais e o funcionamento de órgãos públicos nacionais e internacionais visando evitar aglomerações.

O isolamento social tem se mostrado como medida efetiva de combate ao vírus adicionados ao uso de máscaras faciais e do uso contínuo de álcool em gel nas mãos.

Entretanto, muitos grupos sociais não têm respeitado tal distanciamento em avenidas, bares, comércios, ambientes privativos, boicotando a seriedade da quarentena como forma de combate à doença.

Nos resta apostar em perspectivas científicas e de solidariedade social engajada mediante tal cenário de caos quase que apocalíptico enfrentado pelas sociedades contemporâneas.

Assim, conviver com o medo do contágio e da morte iminente pode causar diferentes transtornos psíquicos nos indivíduos e em toda a sociedade global, desde comportamentos violentos, até mesmo relacionados a manifestação da depressão, do suicídio e do adoecimento mental generalizado, podendo desencadear paranoias individuais e coletivas e a utilização de medicamentos para controlar as emoções. Os impactos podem ser a médio e longo prazos muito negativos.

Este artigo alcançou minimamente os objetivos propostos em retratar sobre algumas reflexões com perspectivas geográficas sobre a pandemia do Coronavírus inseridas na realidade do contexto contemporâneo, bem como de especificar sobre a contribuição da ciência geográfica neste cenário de incertezas, mediante a produção excessiva de medos altamente disseminados. Compreendendo, sobretudo, os conflitos da sociedade brasileira com as normas sanitárias, desrespeitando as mudanças de hábitos e promovendo encontros e muitas festas clandestinas em diversas cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt, **Confiança e medo na cidade** / Zygmunt Bauman; tradução Eliana

Aguiar. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

COUTO, Aiala Colares Oliveira; MENDES; Luiz Augusto Soares (Orgs). **Reflexões geográficas em tempos de pandemia** (Ebook), disponível em: <https://philarchive.org/archive/PANTSD>. Acesso em: 20 de out de 2020.

HAESBAERT, R. Reflexões geográficas em tempos de pandemia. **Espaço e Economia**, 18:1-5,2020. <Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/11826>>.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo N-1 edições, 2006.

MEDEIROS, Jorge. **Por que pensar geografia em tempos de pandemia?** In: COUTO,

Aiala Colares Oliveira; MENDES; Luiz Augusto Soares (Orgs). **Reflexões geográficas em tempos de pandemia** (Ebook), 2020.

MOUTINHO, F.F.B. Conflitos da sociedade brasileira com as normas sanitárias: um paralelo entre a revolta da vacina e a pandemia de covid-19. **Hygeia**, Edição Especial Covid-19: 60-71, 2020. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/54392/29161>>.

Paradigmas da Saúde: entre o corpo e o território. In: LIMA, S.C. **Território e Promoção da Saúde: perspectivas para a atenção primária à saúde**. Jundiaí. Paco Editorial, 2016, p. 47-93.

REIS GUIMARÃES, A. L. Corpos em Confinamento. **Manzuá: Revista de Pesquisa em Artes Cênicas**, v. 3, n. 2, p. 187-201, 24 nov. 2020.



SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **O Espaço do Cidadão**. 7ed. São Paulo: Edusp, 2014.

TUAN, Yi Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: editora Unesp, 2005.

CAPÍTULO 12

O MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE: ESTRATÉGIAS E AÇÕES EDUCATIVAS NA PANDEMIA DE COVID-19

Juliano Marcelino Deitos, Doutor em Educação, CONIMS, UNICENTRO

RESUMO

O objetivo principal deste artigo é analisar as principais ações do Movimento Todos Pela Educação (TPE) sobre o trabalho docente no atual cenário da educação básica brasileira, durante a Pandemia de COVID-19. Para tanto, os objetivos específicos são: a) evidenciar as principais estratégias do TPE voltadas para as políticas educacionais sobre o trabalho docente; b) identificar os principais setores e atividades econômicas dos Mantenedores e Apoiadores do TPE; c) discutir as principais ações educativas desenvolvidas pelos Mantenedores e Apoiadores do TPE em educação sobre o trabalho docente, no atual cenário educacional brasileiro, na Pandemia de COVID-19. A pesquisa é bibliográfica, documental, e tem como fundamentação teórico-metodológica o Materialismo Histórico-Dialético. Os dados que compõe o artigo foram coletados a partir da pesquisa *online* de artigos de bases científicas⁵, Documentos de Instituições de regulamentação jurídico-institucionais brasileiras⁶ e informações dos Endereços eletrônicos dos Mantenedores e Apoiadores do TPE, entre maio de 2020 e março de 2021. Os resultados obtidos neste artigo podem ser assim sintetizados: i) Como uma unidade, a *advocacy* é a principal estratégia do TPE voltada para atuar nas políticas educacionais sobre o trabalho docente; ii) Na diversidade dos Mantenedores e Apoiadores do Movimento Todos Pela Educação destaco que, 38% são do setor de serviços, apenas 15% das Organizações que formam o TPE são do setor da educação. Ainda completam a relação os setores, financeiro (12%), saúde (11%), indústria de transformação (8%) e comunicação, transporte, alimentação e profissional (4%); iii) Por fim, na totalidade dos Mantenedores e Apoiadores do TPE do setor de educação foram discutidas as suas ações educativas sobre o trabalho docente que foram: a) da FBRA, ações direcionadas para o *e-learning*; b) da FLEMANN a prática política de *advocacy* direcionada para os de interesses de um grupo de atores sociais em defesa da volta às aulas presenciais.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Todos Pela Educação. Trabalho Docente. *Advocacy*. *E-Learning*. *Teacherpreneurs*.

INTRODUÇÃO

Em maio de 2020, o Brasil já registrava o maior número de mortes na Pandemia de COVID-19, 24.111 pessoas. Entre maio e julho do mesmo ano vimos o crescimento da taxa do desemprego (que segundo dados da PNADC chegou a 14,3%, 0,5% de crescimento) atingir

⁵ ScieloBr, ResearchGate.

⁶ CNAE, IBGE, REDESIM e Receita Federal do Brasil.

cerca de 14 milhões de brasileiros e brasileiras. (IBGE, 2020a)⁷.

É importante destacar que, o Brasil iniciou a vacinação imunizante de COVID-19 somente em 17 de janeiro de 2021. Em decorrência, atualmente, depois de descaso e despreparo do Executivo Federal, o país ultrapassa, em março de 2021, a marca de 300 mil pessoas mortas.

Na educação básica brasileira, professores e professoras vivenciaram essas experiências nada prazerosas durante a Pandemia de Covid-19. Nesse sentido, a ciência, feita com o objetivo de possibilitar melhores caminhos ao desenvolvimento social, coloca na análise de políticas educacionais um caminho fundamental para a compreensão de algumas ações educativas para o trabalho docente, fundamentais para a compreensão do tempo presente.

Levando isso em consideração, o aumento das influências da sociedade civil nas políticas educacionais, sobretudo, a partir da *redefinição nas fronteiras entre o público e o privado* (PERONI, 2015), neste artigo analiso as principais decisões e conjunto de ações do Movimento Todos Pela Educação (TPE) sobre o trabalho docente no atual cenário da educação básica brasileira, na Pandemia de COVID-19.

Para desenvolver a análise: 1). Evidencio, no planejamento combinado das iniciativas do TPE, as principais estratégias voltadas para influenciar as políticas educacionais sobre o trabalho docente; 2). Identifico, no conjunto de *sujeitos*, os principais setores e atividades econômicas dos Mantenedores e os Apoiadores do TPE e; em 3). Discuto, pelos programas e projetos, as principais ações educativas desenvolvidas pelos Mantenedores e Apoiadores do TPE, em educação, sobre o trabalho docente.

⁷ A PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, implantada em caráter definitivo em 2012, “Visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País”. (IBGE, 2020b). Disponível em: <[HTTPS://WWW.IBGE.GOV.BR/ESTATISTICAS/SOCIAIS/POPULACAO/9173-PESQUISA-NACIONAL-POR-AMOSTRA-DE-DOMICILIOS-CONTINUA-TRIMESTRAL.HTML?EDICAO=29516&T=QUADRO-SINTETICO](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=29516&t=quadro-sintetico)>. (IBGE, 2020a). Acesso em 31 de dezembro de 2020.

⁸ “De acordo com dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), que representa os cartórios, 2020 foi o ano com maior mortalidade de pessoas no País. No total, 1,4 milhão de pessoas morreram no último ano, o que representou um aumento de 8,6% se comparado a 2019. A variação é cerca de quatro vezes maior do que as taxas observadas na série histórica, que até então não havia ultrapassado 1,9% de aumento das mortes por ano”. ÉPOCA NEGÓCIOS. **Registros de óbitos mostram que 2020 foi o ano mais mortal da história do Brasil**. Atualizado em 18. Jan. 2021 - 16H43 Disponível em: <[HTTPS://EPOCANEGOCIOS.GLOBO.COM/BRASIL/NOTICIA/2021/01/REGISTROS-DE-OBITOS-MOSTRAM-QUE-2020-FOI-O-ANO-MAIS-MORTAL-DA-HISTORIA-DO-BRASIL.HTML](https://epocanegocios.globo.com/brasil/noticia/2021/01/registros-de-obitos-mostram-que-2020-foi-o-ano-mais-mortal-da-historia-do-brasil.html)>. Acesso em 18 de janeiro de 2021.

O TPE E O TRABALHO DOCENTE

O Movimento Todos Pela Educação (TPE), criado em 2006, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)⁹, que tem como principal *locus* de ação a Educação Básica Brasileira. A atenção especial dada pelo TPE às políticas educacionais desta etapa da educação escolar brasileira se dá pelas possibilidades de influenciá-las, no âmbito do Estado, como um marco regulatório.

Atualmente, o TPE é o mais influente *ator* social privado da Educação Básica Brasileira. Esta OSCIP tem como principal objetivo influenciar o poder público por meio das suas recomendações tanto na *direção*¹⁰ quanto na *execução* de políticas educacionais.

Nesse cenário, o TPE está organizado a partir de 4 eixos: 1) colocar a educação na pauta da sociedade; 2) produzir conhecimento e elaborar propostas; 3) articular com o poder público e atores-chave e; 4) monitorar sistemática e publicamente a Educação Básica Brasileira. (TPE, 2020b). Na prática esses eixos são executados, principalmente, por meio de eventos (presenciais, híbridos ou *online*), mídias sociais & imprensa, pesquisas de opinião, selo de materiais, anuários, propostas, estudos & notas técnicas, reuniões com empresas e empresários, audiências públicas e etc.

A iniciativa “Educação Já!”, lançada em 2018, é a principal estratégia do Movimento Todos Pela Educação voltada para o trabalho docente. Em síntese, essa iniciativa que tem como objetivo subsidiar o poder público com diagnósticos e soluções em 7 temas estruturantes.

A “Educação Já!” possui independência organizacional, ela abarca outras iniciativas menores do TPE e é chamada de “Uma Proposta Estratégia Nacional para a Educação Básica” (TPE, 2018, p. 31). Sobre o trabalho docente, dentre o 7 temas estruturantes, a estratégia dessa OSCIP é voltada para instituir uma “Política Nacional de Valorização e Profissionalização Docente”. Para tanto, as recomendações do TPE estão organizadas numa agenda composta de 2 principais tópicos: 1º. “Diagnósticos e melhores práticas” e 2º. “Propostas para o Governo Federal (2019-2022)”.

⁹ Esse tipo de qualificação, instituída pela Lei 9.790, de 23 de março de 1999, é útil para as entidades que pretendem firmar parcerias com o poder público. É importante também citar o Marco Regulatório das Organizações Sociais da Sociedade Civil (OSC), Lei n.13.019, de 31 de julho de 2014 que favoreceu a regularização dessas organizações em todo o Brasil. Segundo os dados do Mapa das OSC do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no último levantamento feito, em 2018, as Organizações da Sociedade Civil totalizam, em todo o país, o número de 781.921.

¹⁰ Para Peroni (2015, p. 28) o TPE influencia as políticas educacionais por meio da *direção*, “em que os empresários acabam influenciando o governo federal, tanto na agenda educacional quanto na venda de produtos educativos.” (ver a pesquisa de Bernardi; Uczak; Rossi, 2014).

Ambos são direcionados para a implementação de políticas educacionais relacionadas à: a) atratividade na carreira; b) regulação da formação inicial de professores; c) concursos de ingresso; d) estágio probatório; e) remuneração & planos de carreira; f) rotina de trabalho e; g) formação continuada. (TPE, 2020a, p.1-4). Por meio dos relatórios apresentados, com base em experiências educacionais de países como Chile, Singapura, Austrália, Finlândia, China e Canadá, do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), o TPE indica que políticas educacionais devem ser desenvolvidas pelo poder público para o trabalho docente, entre 2019 e 2022. O quadro 1, a seguir, apresenta sumariamente a estratégia do TPE para o trabalho docente, destacando as propostas e os objetivos no período supramencionado.

QUADRO 1 – Estratégia do TPE para o trabalho docente (2019-2022): proposta, objetivo/recomendação e objetivos/recomendações específicos(as).

PROPOSTA	OBJETIVO/ RECOMENDAÇÃO	OBJETIVOS/ RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICOS(AS)
Campanha Nacional de Valorização da Profissão / Políticas Específicas de Atratividade.	Elevar a seletividade dos cursos de formação inicial de professores.	• Pontuação Mínima no ENEM para o ingresso nos cursos de Pedagogia ou em cada Licenciatura.
		• Bolsa de Estudos e Créditos para Jovens com Alto Desempenho no ENEM.
Marco Referencial Docente.	Orientar um perfil de egresso da formação inicial.	• Construção de referenciais de atuação docente para todas as políticas docentes.
		• Valorização da carreira, com a sinalização de quais valores e competências são necessários para a prática docente.
Reformulação das Políticas de Regulação da Formação Inicial / Cursos de Licenciatura e Pedagogia.	Instituir um marco regulatório efetivo, articulado e sistêmico para cursos de formação inicial / cursos de licenciatura e pedagogia.	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de indicadores específicos para avaliação dos cursos de licenciatura, com foco na avaliação do sistema de práticas, do perfil do egresso e da organização do estágio supervisionado. • Limitação da utilização de EAD para Ampliação das atividades presenciais dos cursos de licenciatura e fortalecimento das atividades práticas da formação inicial. • Utilização do PROUNI e FIES para induzir práticas específicas de

		<p>melhorias nos instrumentos de avaliação de qualidade nos cursos e incentivar às instituições particulares para elevarem a qualidade de seus cursos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequação dos pesos dos componentes dos indicadores de qualidade educacional e induzir melhorias em cursos de licenciaturas, com fortalecimento de aspectos práticos da formação e voltados aos resultados. • ENADE anual com formato adequado às licenciaturas e foco no perfil do egresso. • Sistema de monitoramento contínuo. • Medidas de responsabilização financeira.
Prova Nacional para o Exercício da Docência.	Criação de uma Prova Nacional para o Exercício da Docência.	<ul style="list-style-type: none"> • Efetivar uma prova obrigatória no final do curso para obtenção do diploma. • Efetivar uma prova obrigatória para os(as) recém-graduados(as) como pré-requisito para o exercício da docência no Brasil.
Diretrizes e Parâmetros Nacionais para a Carreira Docente.	Definir novas diretrizes e parâmetros para as redes de ensino.	<ul style="list-style-type: none"> • Elevar a remuneração dos professores inicial e nos planos de carreira. • Aprimorar as condições de ingresso e rotina de trabalho. • Melhorar a qualidade da prática pedagógica, estágio probatório e formação continuada.
Programa de Apoio Técnico às Redes para Efetivação das Novas Diretrizes	Criar programa de apoio técnico para redes de ensino adaptarem suas carreiras docentes à luz das diretrizes e parâmetros estabelecidos.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar ou aperfeiçoar ferramentas e sistemas a serem disponibilizados gratuitamente às redes de ensino de todo País. • Financiar, em cada Estado, equipe de técnicos responsáveis em apoiar alterações nas carreiras docentes das redes estadual e municipais.

FONTE: TPE (2020a). Organizado pelo Autor.

Para elevar ao máximo a sua estratégia, na formulação e implementação de políticas na Educação Básica Brasileira, o TPE utiliza de uma prática política chamada de *Advocacy*. Segundo o próprio Movimento, “em outras palavras, quando uma pessoa ou organização atua para que o poder público promova melhorias na Educação Pública, por exemplo, dizemos que está fazendo *advocacy* pela Educação”. (TPE, 2020b).

O termo *advocacy* é utilizado para designar um conjunto de atividades que são coordenadas estrategicamente pelo engajamento de atores da sociedade civil em prol de um objetivo em comum. A revisão de literatura de Silva (2017, p. 413),

Ante o exposto, em termos conceituais, pode-se afirmar que para o contexto brasileiro, o termo *policy advocacy* implica em um conjunto de atividades estrategicamente coordenadas que objetivam defender os interesses de uma causa e promover mudanças de opiniões e conceitos por intermédio do engajamento de atores públicos dos e privados em prol de um objetivo em comum.

Ainda, é importante destacar que no Brasil, ainda são recentes as pesquisas e estudos referentes a temática de *advocacy*. Segundo Silva (2017, p.413), as pesquisas apresentam ênfase na análise de modelos de análise e na caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas, “estando o termo *advocacy* fortemente associado às temáticas de *Advocacy Coalition Framework (ACF)* e *Media Advocacy*”. A primeira temática diz respeito às coalizões de defesa compostas por atores públicos e privados, formal ou informalmente, de diversas instituições e níveis governamentais, que dividem um conjunto de crenças e valores comuns e que buscam atingir seus objetivos de exercer pressão sobre uma determinada política pública, e assim, influenciar seu resultado. A segunda temática diz respeito ao processo de divulgação de informações e notícias pelos meios de comunicação, gratuitos ou pagos, que visam efetuar uma ação de influência para a mudança de uma política.

Nesse, enquanto uma organização que reúne vários outros atores sociais, o TPE também atua enquanto conjunto, de modo particular, isto é, por meio das organizações que o compõe.

Por isso, a seguir, identifico os principais setores das atividades econômicas dos Mantenedores e Apoiadores do TPE, entre maio de 2020 e maio de 2021.

UNIDADE DA DIVERSIDADE: PRINCIPAIS SETORES E ATIVIDADES ECONÔMICAS DOS MANTENEDORES E APOIADORES DO TPE

Analisado pela perspectiva e lógica do materialismo histórico-dialético, o Movimento Todos Pela Educação consiste numa *unidade da diversidade, síntese de múltiplas*

determinações (MARX, 2003).

Essa *unidade da diversidade* é interpretada enquanto conexão, interação e interconexão de fenômenos diversos da *totalidade* (KOSIK, 2011) investigada. Portanto, não exaurimos todos os elementos e variáveis do objeto investigado, mas sim, realizamos uma apreensão dos fenômenos que são cognoscíveis num sistema orgânico de similaridades, diferenças e oposições.

Nesse sentido, o TPE é uma síntese de fenômenos relacionados à atuação da *sociedade civil* brasileira na educação básica. As organizações que compõem o Movimento “Todos Pela Educação” (TPE), CNPJ: 10.477.478/0001-60 (BRASIL, 2020a), também procuram definir o desenvolvimento das políticas educacionais, a fim de que os seus interesses particulares também sejam legitimados como interesses universais.

Atualmente, o TPE é composto por 33 organizações¹¹, 19 são Mantenedores e; 14 são Apoiadores. . O Quadro 1, a seguir, apresenta essa relação completa.

Quadro 1: Mantenedores e Apoiadores do Movimento “Todos Pela Educação” (2020).

MANTENEDORES (2020)	APOIADORES (2020)
Família Kishimoto	Antônio Carlos Pipponzi
FLUPP – Fundação Lucia e Pelerson	Burguer King
Penido	Editora Moderna
Fundação Bradesco	Fundação Educar Dpaschoal
Fundação Lemann	Fundação Roberto Marinho
Fundação Telefônica /Vivo	Instituto Cyrela
Grupo Scheffer	Instituto Votorantim
Instituto Natura	Movimento Arredondar
Instituto Península	Patri
Instituto Unibanco	Shoulder Moda Feminina
Itaú BBA	Suzano
Itaú Social	Jair Ribeiro
Milú Villela	Marina Arnhold
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	Pérsio Arida
GOL	
Instituto MRV	
Associação Crescer Sempre	
Daniel Goldberg	
Fundação Vale	
Prisma Capital	

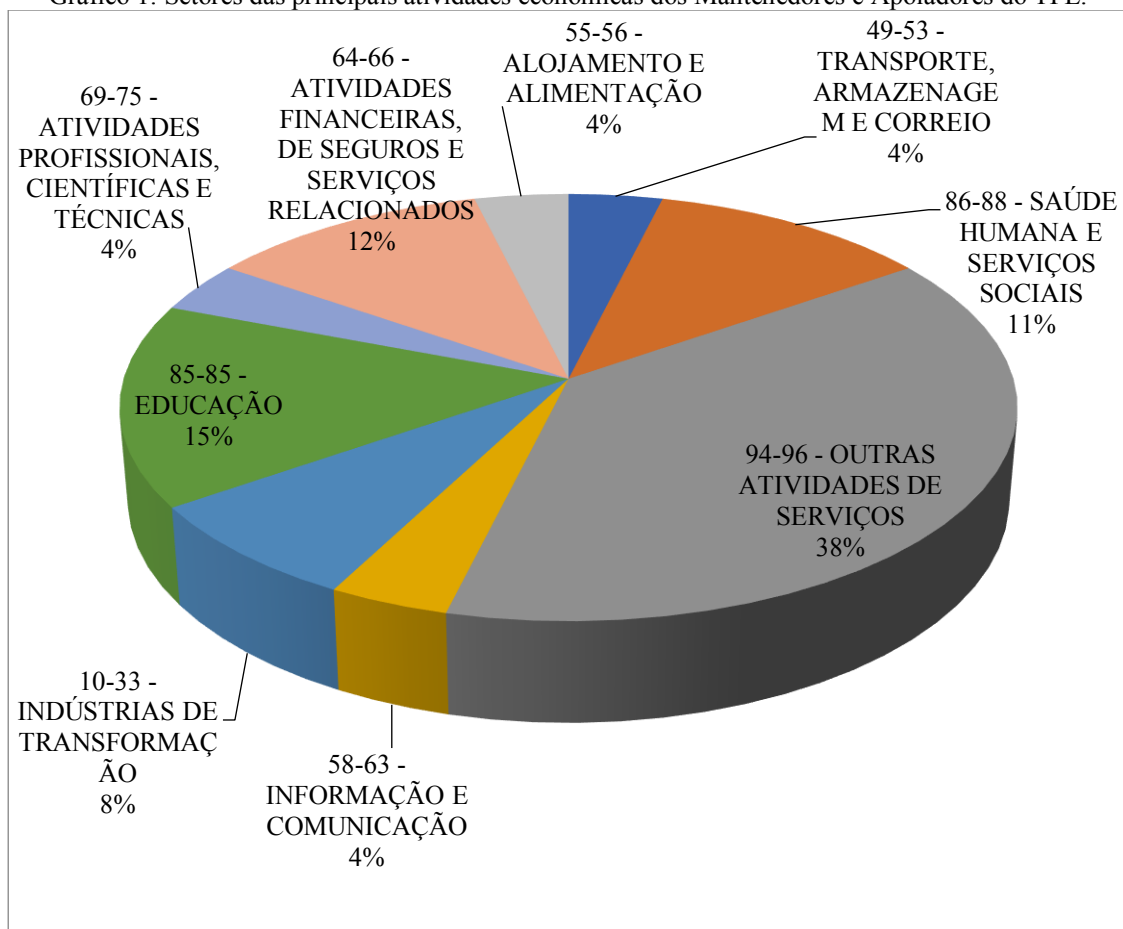
11 Em comparação ao ano de 2019, o número dos Mantenedores aumentou de 12, para 19, em 2020. Nesse âmbito, organizações como, Associação Crescer Sempre, Daniel Goldberg, Fundação Vale, Prisma Capital, e também, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, a Gol e o Instituto MRV (que já eram Apoiadores em 2019), adicionaram-se à composição dos Mantenedores do “Todos Pela Educação”. O número de Apoiadores se manteve o mesmo, tendo apenas novos representantes, em 2020, como: Jair Ribeiro, Marina Arnhold e Pérsio Arida.

Fonte: Dados coletados em Todos Pela Educação. Quem Somos. Disponível em: <[HTTPS://WWW.TODOSPELAEDUCACAO.ORG.BR/PAG/QUEM-SOMOS/#BLOCO_356](https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/quem-somos/#BLOCO_356)>. Acesso em: 12. Maio. 2020.

Nos termos da Normativa nº.1863, de 27 de dezembro (BRASIL, 2018), coletei os dados das matrizes dessas organizações com situação cadastral ativa de CNPJ, e identifiquei os principais setores das atividades econômicas dos Mantenedores e Apoiadores do TPE.

No total de 33, encontrei informações de 26 organizações¹², sendo 17 Mantenedores e 9 Apoiadores. O Gráfico 1, a seguir, identifica os setores das principais atividades econômicas dos Mantenedores e Apoiadores do TPE.

Gráfico 1: Setores das principais atividades econômicas dos Mantenedores e Apoiadores do TPE.



Fonte: Dados coletados nos Comprovantes de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica e na Classificação Nacional de Atividade Econômica dos Mantenedores e Apoiadores do TPE. Organizados pelo autor. Disponível em: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp>. Acesso em: 15. Maio. 2020.

Nesse cenário por meio da consulta ao *Relatório 2.3*, da CNAE, identifiquei que a maioria, 38%, dos Mantenedores e Apoiadores do TPE são do setor de Serviços. São atuantes na classificação “Outras Atividades de Serviços”: FLUPP, Fundação Telefônica, Instituto

¹² Não foram encontradas informações no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica de: Família Kishimoto, Daniel Goldberg, Antônio Carlos Pipponzi, Movimento Arredondar, Jair Ribeiro, Marina Arnhold e Pêrsio Arida.

Natura, Instituto Península, Instituto Unibanco, Itaú Social, Milú Villela, Instituto MRV, Fundação Vale e Instituto Votorantim.

O setor de Educação, que está no próprio nome do Movimento, tem apenas 15% de organizações atuantes, em 2020. Foram identificadas nesse setor: **1) Fundação Bradesco (FBRA)**, CNPJ: 60.701.521/0001-06 (BRASIL, 2020b), Fundação Privada, atuante na Educação Básica Brasileira, com foco no nível de Ensino Médio; **2) Fundação Lemann (FMANN)**, nome empresarial Instituto Lemann, CNPJ: 13.691.751/0001-43, Associação Privada, com data de abertura em 12 de maio de 2011. (BRASIL, 2020c); **3) Fundação Roberto Marinho**; **4) Associação Crescer Sempre**.

Ainda, no Gráfico 1, é possível identificar, o setor Financeiro, com 12% das organizações, sendo: Grupo Scheffer, Itaú BBA, Prisma Capital. Os setores, de Saúde, sendo Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Educar Dpaschoal; Instituto Cyrela e; de Indústria de Transformação, sendo: Shoulder Moda Feminina e Suzano, foram identificados com 11% das organizações.

Completam a relação, com 4% de organizações, os setores de Transporte, Alimentação e Atividade profissional-técnica, sendo representadas respectivamente por: GOL, Burger King e Patri Políticas Públicas.

Em síntese, com base nos dados coletados, é possível afirmar que, embora o TPE apresente como principal setor de atividades econômicas a Educação, os dados da totalidade de seus Mantenedores e Apoiadores revelaram que o principal setor de atividades econômicas do TPE é o setor de Serviços.

Embora essa identificação indique a necessidade de análises mais detalhadas das Estratégias e Táticas das organizações do TPE em todos os setores acima mencionados, ela é fundamental para entendermos o *modus operandi* da estratégia do TPE por meio da *advocacy*, particularmente, pelos os atores sociais do setor de educação.

Para tanto, a seguir, discuto as principais tendências educacionais desenvolvidas, especificamente, pelos Mantenedores e Apoiadores do TPE do setor de educação, entre maio de 2020 e março de 2021, para o trabalho docente.

OS MANTENEDORES E APOIADORES DO TPE DO SETOR DE EDUCAÇÃO: AÇÕES SOBRE O TRABALHO DOCENTE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 (2020-2021)

A FUNDAÇÃO BRADESCO, E-LEARNING E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO

Atualmente, o principal programa voltado à formação de professores da Fundação Bradesco (FBRA) é o “Portal Escola Virtual”. Esse portal educacional *E-learning*, criado em 2001, disponibiliza cursos livres, gratuitos, em campos de formação, como Administração, Contabilidade & Finanças, Desenvolvimento Pessoal & Profissional, Educação e Tecnologia. (FBRA, 2020).

No âmbito da Legislação Educacional Nacional atual, os Cursos Livres “não requerem leis específicas para funcionar, tampouco necessitam de credenciamento, autorização e acompanhamento por parte do Ministério da Educação e Cultura (MEC)”. Também não é necessária escolaridade anterior, e cada instituição pode definir o nome, o conteúdo programático e a carga horária. (FBRA, 2020).

Os cursos livres da FBRA voltados para o campo do trabalho docente são os seguintes: Boas práticas na produção de vídeo aulas; Comunicação e Expressão; Comunicação e Expressão; Conceitos de Aprendizagem Criativa; Design Thinking para Educadores; Ensinando com a Web; Metodologias Ativas: Caminhos para a Prática; Técnicas de Redação. (FBRA, 2021).

Analisando pela lógica dialética, em um sentido, as necessidades colocadas na reestruturação da oferta da Educação Básica Brasileira, em tempos da Pandemia de Covid-19, colocaram as ferramentas tecnológicas como opções de ensino mais acessíveis. O uso dos dispositivos eletrônicos têm expandido os limites geográficos das salas de aula convencionais e também oferecido indicadores socioeconômicos de alunos e professores de escolas de todo o Brasil.

Em outro, a tendência *e-learning*, ainda é um desafio no precário cotidiano de trabalho dos professores da Educação Básica Brasileira. De acordo com Vagarinho (2018 p. 272), embora haja consenso na definição de *e-learning*, na perspectiva de proporcionar uma oportunidade de aprendizagem, “parece óbvio a falta de clareza quanto ao que são exatamente

as características que podem acompanhar a definição”, além da falta de conhecimento dos professores para utilizar as ferramentas tecnológicas e trabalhar num ambiente virtualizado.

Em consequência disso, os(as) professores(as) brasileiros(as) também se deparam com a redução dos seus postos de trabalho. Em decorrência da “subsunção real do trabalho ao capital” (MARX, 1984) os professores são substituídos por ferramentas tecnológicas e, atualmente, com o desenvolvimento da “Uberização do Trabalho” (VENCO, 2019), onde os custos (energia, internet, limpeza etc.) são dos próprios professores, fazendo com que esses profissionais imigrem para outros setores ou no trabalho informal.

A FUNDAÇÃO LEMANN, A ADVOCACY E O RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS

A Fundação Lemann (FLMANN) atua com ações voltadas para o campo do trabalho docente com seis (6) principais iniciativas: 1ª.) Conectando Saberes; 2ª.) Conselho de Classe; 3ª.) Talentos da Educação; 4ª.) YouTubeEdu; 5ª.) Rede Brasileira de Aprendizagem Criativa e; 6ª.) Nova Escola e Gestão Escolar. (FLMANN, 2020).

Atualmente, a FLMANN é um dos principais atores sociais do terceiro setor a defender a volta às aulas presenciais, atuando para isso, principalmente, por meio da *advocacy*, contando com apoio da consultoria Vozes da Educação e da *Imaginable Futures*¹³.

Para influenciar as políticas educacionais no período para à voltas às aulas presenciais, o FLMAN embasa seu argumento na pesquisa “Levantamento Internacional de Retomada das Aulas Presenciais”, da Vozes da Educação.

Essa pesquisa constatou em agosto de 2020, que, na maioria dos 21 países pesquisados, o retorno às aulas presenciais não impactou a tendência da curva de contaminação pelo novo coronavírus. E identificou algumas tendências nesses lugares, dentre elas: a) Reabertura faseada e com curva estabilizada ou decrescente; b) Comunicação clara e transparente do governo acerca dos próximos passos; c) Adoção de políticas específicas para profissionais pertencentes aos grupos de risco; d) Implementação de medidas sanitárias consistentes e alinhadas com as especificidades dos países e das escolas. (VOZES, 2021, p. 67).

13 A *Imaginable Futures* é uma empresa de investimento filantrópico global que acredita que o aprendizado tem o poder de desbloquear o potencial humano e aspira a fornecer a cada aluno a oportunidade e as ferramentas de que precisam para imaginar e realizar um futuro mais brilhante. Ao adotar uma abordagem sistêmica para resolver desafios complexos de educação, a *Imaginable Futures* trabalha nos setores público, privado e social para dar vida a ideias transformacionais em contextos locais, nacionais e globais para alunos de todas as idades. Com um profundo compromisso com a parceria local e co-criação com aqueles a quem servimos, *Imaginable Futures* está capacitando alunos, famílias e comunidades para serem os agentes de mudança do futuro. Disponível em: <<https://www.imaginablefutures.com/about/>>. Acesso em 30 de março de 2021. Tradução minha.

Em fevereiro de 2021, a pesquisa foi atualizada e novamente identificou as seguintes tendências: a) Reabertura com curva estabilizada ou decrescente (mesmo no caso da França, que apresentou curva ascendente no momento da reabertura das escolas (01/09/2020), embora a alta tenha se intensificado mais de 8 semanas após (no início de novembro/2020), reforçando o que as evidências indicam: escolas não contribuem para o aumento da transmissão comunitária de Covid-19); b) Comunicação clara e transparente do governo acerca dos próximos passos; c) Medidas sanitárias consistentes e alinhadas com as especificidades dos países e das escolas. (FLMANN, 2021, p. 75).

Mesmo como forma de atuação por meio da coalização de interesses, identificamos nas considerações finais de ambos os relatórios supramencionados que, a pesquisa procura influenciar o debate público e as tomadas de decisões, no âmbito da educação básica, referente ao retorno presencial das aulas.

Exemplo propositivo de experiências exitosas. No entanto, o Brasil, não atende nenhum dos itens identificados como tendência nos países pesquisados 14, a) curva em ascendência (nas últimas semanas o Brasil registra aumento de 11% EM mortes por COVID-19 em uma semana)15; b) a comunicação não é clara e não é transparente (vejamos as trocas consecutivas de Ministros da Saúde16 e os constantes discursos *negacionistas*17 do executivo do governo federal durante a pandemia); c) medidas sanitárias inconsistentes e desalinhadas às experiências exitosas de países vizinhos, como a Argentina e Uruguai que incluíram professores no grupo prioritário nos seus Planos de Vacinação. Nos EUA também, a pesquisa apresenta os estados de Indiana e Mississippi que incluíram professores nos grupos prioritários.

De outra maneira, também devemos levar em consideração as diferenças entre a rede privada (seja pela maior disponibilidade de recursos, maior autonomia para oferecer soluções), da realidade da rede pública, onde o desafio é ainda maior e precisam ser superado.

14 Países selecionados: África do Sul; Alemanha; Argentina; Bolívia; Canadá (Província da Quebec); Chile; China (Províncias de Beijing e Hong Kong); Dinamarca; Estados Unidos (Georgia, Indiana, Mississippi e Tennessee); França; Índia; Israel; Itália; Nigéria; Nova Zelândia; Peru; Portugal; Reino Unido; Singapura; Suécia; Uruguai. (VOZES, 2021, p. 5).

15 Disponível em: <[HTTPS://WWW.INFOMONEY.COM.BR/ECONOMIA/BRASIL-REGISTRA-AUMENTO-DE-11-EM-MORTES-POR-COVID-19-EM-UMA-SEMANA/](https://www.infomoney.com.br/economia/brasil-registra-aumento-de-11-em-mortes-por-covid-19-em-uma-semana/)>. Acesso em 30 de março de 2021.

16 Disponível em: <[HTTPS://THEINTERCEPT.COM/2021/03/28/QUARTO-MINISTRO-SAUDE-MARCELO-QUEIROGA-BOLSONARO-JALECO/](https://theintercept.com/2021/03/28/quarto-ministro-saude-marcelo-queiroga-bolsonaro-jaleco/)>. Acesso em 29 de março de 2021.

17 Disponível em: <[HTTPS://ISTOE.COM.BR/GOVERNO-BOLSONARO-OMISSO-INCAPAZ-MENTIROSO-NEGACIONISTA-E-HOMICIDA/](https://istoe.com.br/governo-bolsonaro-omisso-incapaz-mentiroso-negacionista-e-homicida/)>. Acesso em 03 de março de 2021.

18 Disponível em: <[HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/PODER/2021/03/HA-UM-ANO-PARTICIPACAO-DE-BOLSONARO-EM-ATO-LANCOU-BASES-DO-NEGACIONISMO.SHTML](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/ha-um-ano-participacao-de-bolsonaro-em-ato-lancou-bases-do-negacionismo.shtml)>. Acesso em 16 de março de 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo os resultados obtidos neste artigo: i) A principal estratégia do TPE para o campo da formação de professores é a por meio da Iniciativa Educação Já! e da prática política de *advocacy*. ii) Na totalidade identificada dos Mantenedores e Apoiadores do TPE, identifiquei, principalmente, que: 38% das organizações são do setor de Serviços e apenas 15% são do setor de Educação; iii) As principais ações desenvolvidas pelos Mantenedores e Apoiadores do TPE para o campo do trabalho docente, no período analisado dizem respeito: a) da FBRA, ações direcionadas para o *e-learning*, que indicam uma possibilidade de aprendizagem durante a pandemia do COVID-19, mas também a realidade emergente de uberização do trabalho docente e possibilidade de *subsunção real do trabalho ao capital*; b) da FLEMANN a prática política de *advocacy* direcionada para os de interesses de um grupo de atores sociais em defesa da volta às aulas presenciais, num primeiro momento indicam experiências exitosas de alguns países em relação à medidas com o trabalho docente (principalmente da vacinação para professores como grupo prioritário), mas também revelaram, a partir dos resultados da pesquisa, em nossa análise, a impossibilidade de realização de tais medidas devidas às limitações objetivas e subjetivas do executivo do governo federal, no caso deste artigo para com o trabalho docente..

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Receita Federal. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. **Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral:** 29.527.413/0001-00. Fundação Roberto Marinho. Matriz. 2021. Disponível em: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=10477478000160>. Acesso em. 30 de março de 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Receita Federal. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. **Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral:** 10.477.478/0001-60. Todos Pela Educação. Matriz. 2020a. Disponível em: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=10477478000160>. Acesso em. 05. Maio. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Receita Federal. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. **Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral:** 60.701.521/0001-06. Matriz. Fundação Bradesco. 2020b. Disponível em: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=60701521000106>. Acesso em. 05. Maio. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Receita Federal. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. **Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral:** 13.691.751/0001-43. Matriz.

Instituto Lemann. 2020c. Disponível em: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=60701521000106>. Acesso em. 05. Maio. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Receita Federal. **Instrução Normativa RFB nº 1863, de 27. Dez. 2018**. Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=97729>>. Acesso em. 05. Maio. 2020.

FBRA. Fundação Bradesco. **Escola Virtual**. Sobre. Disponível em: <<https://www.ev.org.br/#cursos>>. Acesso em 18 de Setembro de 2020.

FBRA. Fundação Bradesco. **Escola Virtual**. Sobre. Disponível em: <<https://www.ev.org.br/areas-de-interesse/educacao>>. Acesso em: 30. mar. 2021.

FLMANN. Fundação Lemann. **Para Educadores**. 2020. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/voce/educadores>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2020.

FLMANN. Fundação Lemann. Levantamento internacional de retomada das aulas presenciais. 2021. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/storage/materials/XubyJSfFwKjlukoJ6dJ4XGspLn7uzzzQbcWkz7GG.pdf>>. Acesso em 30 de março de 2021.

CNAE. CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICA. Classificação 2.3 das subclasses da IBGE. **Diretório de Pesquisas do IBGE**. IBGE. 7. Jan. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/23506-ibge-disponibiliza-versao-2-3-das-subclasses-da-classificacao-nacional-de-atividades-economicas.html>>. Acesso em 12 de Maio de 2020.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

REDESIM. **Orientações sobre o CNAE**. Disponível em: <<http://www.redesim.gov.br/servicos/constitua-sua-pj/orientacoes/cnae>>. Acesso em: 12. Maio. 2020.

SILVA, Viviane Regina. *Policy Advocacy*: contribuições para a construção de um conceito a partir de uma revisão sistemática da literatura. **Revista da EMESC**, Florianópolis, v. 24, n. 30, p. 395-417, 2017. Disponível em: <<https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/176>>. Acesso em: 01. Jul. 2020.

TPE. TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação Já**: uma proposta suprapartidária de estratégia para a Educação Básica brasileira e prioridades para o Governo Federal em 2019-2022. 3. Ed. Dez. 2018. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/170.pdf>. Acesso em: 06. Jul. 2020.

TPE. TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação Já! Política Nacional de Valorização e Profissionalização Docente**. 2020a. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/downloads/educacao-ja-4/>>. Acesso em: 30. Set. 2020.

TPE. TODOS PELA EDUCAÇÃO. **O que fazemos? O que é Advocacy Pela Educação?** 2020b. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/o-que-fazemos/#o-que-e-advocacy>>. Acesso em: 30. Set. 2020.

VAGARINHO, João Paulo. O que devemos ter em conta para definir corretamente os termos *distance learning*, *e-learning* e *m-learning*?. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 269-287, Mar./Abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000200269&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30. Set. 2020.

VENCO, Selma. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil?. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, supl. 1, p. 1-17. Maio, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000503003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01. Jul. 2020.

VOZES. Vozes da Educação. Levantamento internacional de retomada das aulas presenciais. 2020. Disponível em: http://vozesdaeducacao.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Levantamento-internacional_Retomada-presencial-das-aulas.pdf. Acesso em 30 de março de 2021.

CAPÍTULO 13

A RESPONSABILIDADE CIVIL DA SOCIEDADE NA PREVENÇÃO E COMBATE DAS VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS DURANTE A PANDEMIA

Larissa De Oliveira Souza, Acadêmico de Direito, Faculdade São Lucas

Jiovana Mendes, Acadêmico de Direito, Faculdade São Lucas

Luciana Adelia Sottili, Advogada, Mestre em Direito e Justiça Social, Professora da UNISL

RESUMO

A sociedade detém uma função essencial diante dos casos de violências domésticas contra a mulher, mormente durante a pandemia ocasionada pelo COVID-19. Conforme se observa diante de diversas publicações de dados no Brasil e no mundo, houve o aumento de casos em virtude do convívio contínuo e isolado da vítima com seu agressor gerando uma maior dificuldade de denunciar e buscar ajuda. O objetivo do presente trabalho foi estabelecer o aumento dos casos de violência contra a mulher no tocante a vulnerabilidade destas, trazidas pelo isolamento social, relacionados a um contexto de uma sociedade machista e patriarcal. Ademais, foi realizada uma breve análise estatística para relatar os casos de violências domésticas durante a pandemia. A metodologia adotada para a coleta de dados baseou-se na revisão bibliográfica e pesquisa documental por meio de doutrinas e jurisprudências. Foram analisados os dados publicados por diversos Estados brasileiros que demonstram o aumento de casos assim como as medidas que foram tomadas para o combate das violências domésticas durante o referido período. Constata-se que a sociedade possui um papel de grande importância no auxílio da vítima que se encontra em situação de violências domésticas, podendo o indivíduo que presencia e não presta a devida ajuda ser responsabilizado pelo crime de omissão de socorro descrito no Código Penal brasileiro. Conjuntamente, demonstram-se ao fim as formas com que a sociedade pode e deve intervir para combater e prevenir o problema.

PALAVRAS-CHAVE: Violências domésticas; Lei nº 11.340/2006; COVID-19; Isolamento social; Responsabilidade da sociedade.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta pesquisa está atrelada ao aumento de casos de violências domésticas¹⁹ contra a mulher durante a pandemia do novo coronavírus e a responsabilidade civil da sociedade quanto às denúncias contra o agressor, visto que durante o período de isolamento social, as pessoas que presenciam os momentos de agressões e violências podem efetuar a denúncia contra o agressor sem que haja a necessidade de consentimento da vítima. Ademais, a associação da quarentena com o crescimento das violências domésticas contra a

¹⁹ Foi utilizado no decorrer deste trabalho o termo “violências domésticas” para englobar todas as espécies de violência doméstica contra a mulher, sendo elas física, psicológica, moral, sexual e patrimonial, conforme previsto na Lei nº 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, em seu artigo 7º, incisos I, II, III, IV e V.

mulher ficou clara quando alguns Estados brasileiros divulgaram dados extremamente alarmantes durante o período de isolamento social por conta da pandemia.

O crescimento das violências domésticas durante o período de isolamento social tem sido explicado por especialistas por diversos fatores, como a tensão do momento, a perda ou diminuição da renda em decorrência do desemprego, aumento do consumo de bebidas alcoólicas por parte do agressor pelo fato de passar mais tempo dentro de casa, o isolamento da vítima dos familiares e amigos, entre outras ocasiões que aumentam essa tensão.

Apesar de nenhum desses motivos justificarem tal atitude de um indivíduo, surge a indagação no tocante ao papel da sociedade diante desta situação. Ainda que seja lei, muitas pessoas desconhecem o fato de que também possuem a prerrogativa de denunciar o agressor ao presenciar qualquer tipo de violência, trazendo consigo aquela expressão muito comum na sociedade de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Vizinhos, parentes e amigos podem e devem intervir em nome da vítima para ajudar a salvar sua vida.

Diante deste contexto, esta pesquisa levanta o seguinte questionamento: qual o papel da sociedade no combate às violências domésticas contra a mulher, especialmente no período da pandemia?

Logo, tratando-se da responsabilidade da sociedade no tocante às denúncias e atitudes que possam ajudar as vítimas de violências domésticas é que se busca fazer tal pesquisa, para compreender o aumento dos casos durante o período de pandemia e identificar o papel da sociedade para ajudar a combater as agressões vivenciadas pelas mulheres.

Sendo assim, o objetivo geral é identificar quais atitudes a sociedade deve tomar para que ocorra a redução dos casos de violências domésticas contra a mulher.

Ademais, os objetivos específicos se delimitam em compreender os motivos que levaram o aumento dos casos de violências domésticas contra a mulher durante o isolamento social, demonstrando a responsabilidade e o papel da sociedade referente às denúncias contra o agressor.

Estruturalmente o trabalho segue a seguinte sequência didática, na qual inicialmente serão conceituadas as violências domésticas contra a mulher. Em seguida, serão analisadas as questões que levaram ao aumento dessas agressões no âmbito doméstico no período da pandemia. Posteriormente, será abordada a responsabilidade da sociedade referente às denúncias das violências sofridas pela mulher. Por fim, serão demonstradas as formas de

combate às violências domésticas contra a mulher por parte da sociedade.

Para elaborar tal pesquisa, foi realizado o uso do método dedutivo, sendo classificada como qualitativa e quantitativa, e um breve estudo estatístico que se destinou a descrever as situações de violências domésticas contra a mulher durante a pandemia. Vale mencionar ainda que, quanto às técnicas de coleta de dados, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, sendo baseada no estudo da doutrina jurídica, e pesquisa documental, por meio de jurisprudência dos tribunais de justiça brasileiros.

AS VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS CONTRA A MULHER

Para melhor compreender os motivos que levaram ao aumento tão expressivo dos casos de violências domésticas contra a mulher durante o período de isolamento social, é essencial ilustrar como ocorrem esses tipos de violências na sociedade.

A Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha (art. 5º) conceitua as violências domésticas e familiar como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, *online*).

Desse modo, apesar de a sociedade conhecer as violências domésticas apenas a partir do ato da agressão, este é o último estágio, além de ser um problema social cotidiano e herdado de uma sociedade patriarcal. O conceito legal presente no artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, dispõe que:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:
I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006, *on-line*).

Ademais, a realidade demonstra que a violência de gênero se expõe em vários aspectos do cotidiano de cada mulher, como na escola, na faculdade, no trabalho, na rua, em casa, entre outros. No entanto, por mais que as mulheres devessem desfrutar do ambiente doméstico como um lugar de segurança e aconchego, este, em alguns momentos, oferece um grande risco. A confirmação deste fato vem com um dado apresentado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, onde 43,1% dos casos de violência contra a mulher ocorrem dentro de casa, local este onde elas deveriam estar protegidas e em segurança (IPEA, 2019, *on-line*).

Em vista disso, apesar de as violências domésticas contra a mulher sempre estarem presentes na sociedade, durante a pandemia da COVID-19 o número de casos de agressões contra a mulher no âmbito domiciliar aumentou de forma exacerbada. Para tanto, é necessário demonstrar como se deu tal aumento.

VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS CONTRA A MULHER DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL

A atual situação provocada pela pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, acentuou de forma drástica os casos de violências domésticas contra a mulher em virtude da necessidade da prática de isolamento social, recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), fato em que houve a necessidade de uma maior permanência das mulheres na convivência com os agressores, conforme a recente publicação realizada pelo Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), aliado à Secretaria de Transparência do Senado, no boletim “Violência doméstica em tempos de COVID-19” (SENADO, 2020).

Além disso, um estudo realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2020, *on-line*), demonstra que os casos de estresse cresceram 80% desde o início da pandemia. Deste modo, a união do estresse ocasionado pelo confinamento e a situação de vulnerabilidade socioeconômica da família, fez com que as violências domésticas se tornassem mais frequentes.

Para Sandra Praddo, coordenadora da Casa da Mulher Brasileira do Município de Curitiba/PR, as mulheres estão tendo dificuldades em denunciar os agressores por conta do isolamento social. Em uma entrevista à Revista Ideais, a coordenadora relata que:

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, o atendimento da Casa da Mulher Brasileira nunca foi interrompido. Antes muitas mulheres aproveitavam saídas como levar um filho na escola para fazer a denúncia de algum abuso, tinham mais liberdade e agora percebemos que em estado de isolamento as mulheres têm mais dificuldades

em denunciar. O isolamento social em função da COVID-19 não cria um agressor, o agressor já existia, o que acontece é que o isolamento pode aumentar a pressão social e não apenas as mulheres, mas todo o núcleo familiar fica mais exposto. O lar já era abusivo. Em abril, nós tivemos 643 atendimentos e em maio registramos 637, 90% dessas mulheres nos procuraram pela primeira vez para denunciar algum tipo de abuso sofrido (IDEIAS, 2020, *on-line*).

O fato da mulher estar mais tempo convivendo com o agressor, faz com que o contato com os amigos e familiares diminua, reduzindo também a possibilidade de buscar ajuda e sair da situação de violência. Entre as famílias de baixa renda, onde os domicílios possuem poucos cômodos e grande aglomeração, fica ainda mais difícil a mulher denunciar com segurança (MARQUES; *et al*, 2020).

Conforme a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicada no fim de julho de 2020, no decorrer do isolamento social por conta da pandemia do COVID-19, os registros policiais de lesão corporal dolosa referente à violência doméstica diminuíram significativamente (27,2%). (Quadro 1)

Quadro 1: Registros de violência doméstica (lesão corporal dolosa)
março a maio de 2019 – março a maio de 2020

ESTADOS	2019	2020	VARIAÇÃO (%)
Amapá	125	92	-26,4
Ceará	1.412	1.045	-26,0
Maranhão	415	64	-84,6
Mato Grosso	2.667	2.204	-17,4
Pará	1.607	1.357	-15,6
Rio de Janeiro	10.554	6.311	-40,2
Rio Grande do Norte	635	584	-8,0
Rio Grande do Sul	5.167	4.274	-17,3
São Paulo	14.129	10.810	-23,5

Fonte: Adaptado de Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

As medidas protetivas também diminuíram, em compensação, os números de mulheres assassinadas foram maiores do que o mesmo período do ano passado, sendo acrescido 2,2% de feminicídio. (Quadro 2)

Quadro 2: Feminicídios
março a maio de 2019 – março a maio de 2020

ESTADOS	2019	2020	VARIAÇÃO (%)
Acre	1	5	400,0
Amapá	1	0	-100

Ceará	7	6	-14,3
Espírito Santo	7	4	-42,9
Maranhão	11	20	81,8
Mato Grosso	7	18	157,1
Minas Gerais	36	27	-25,0
Pará	8	14	75,0
Rio de Janeiro	25	14	-44,0
Rio Grande do Norte	6	5	-16,7
Rio Grande do Sul	28	27	-3,6
São Paulo	48	49	2,1
TOTAL	185	189	2,2

Fonte: Adaptado de Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

Dessa forma, os dados levantados nas tabelas supracitadas revelam que por estarem convivendo ao lado do agressor as vítimas não estão conseguindo pedir ajuda.

Os dados coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foram apurados em 12 Estados brasileiros. Essas unidades da Federação foram selecionadas para coleta de dados por conta da rapidez e transparência na seleção e divulgação de estatísticas sobre as violências contra a mulher.

De acordo com dados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, as denúncias feitas em decorrência de violência doméstica, cresceram cerca de 50% (BASSAN, 2020).

A nota técnica divulgada pelo Núcleo de Gênero em conjunto com o Centro de Ajuda Operacional Criminal do Ministério Público Paulista, afirma que em São Paulo, de fevereiro a março de 2020, as medidas protetivas de urgência tiveram um aumento de quase 30% e as prisões em flagrante um aumento de 51,4% com relação ao mesmo intervalo de tempo do ano anterior (MP/SP, 2020).

Deste modo, analisadas as situações que levaram ao aumento dos casos de violências domésticas e feminicídios, passa-se a expor a importância da intervenção da sociedade nas referidas ocorrências.

RESPONSABILIDADE DA SOCIEDADE REFERENTE ÀS VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS

Para melhor entender este tópico, é importante destacar o critério de violência trazido pela autora Heleiteh I. B. Saffioti em seu livro “Gênero, patriarcado, violência”:

É óbvio que a sociedade considera normal e natural que homens maltratem suas mulheres, assim como que pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência. [...] Efetivamente, a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer (SAFFIOTI, 2011, p. 74-75).

Nesta senda, Daniel Welzer-Lang argumenta que:

[...] a violência pública é uma violência masculina, isto é, um fenômeno sexuado. A disparidade muscular, eterno argumento da diferença, deve ser interpelada em diferentes níveis. [...] Nós confundimos frequentemente: força-potência-dominação e virilidade. (WELZER-LANG, 1991, p. 59).

O patriarcado é definido como um dos sistemas de manutenção de privilégios que impõem um estado de opressão e injustiça. O machismo pode ser determinado como um modo de ser, que privilegia e impõe a superioridade dos homens a todos os demais indivíduos, em razão da masculinidade (LEITÃO; ANDRADE, 2021).

É de se saber que a sociedade possui uma vasta importância na assistência para a proteção da mulher, posto que o maior precedente das violências está presente na estrutura machista da sociedade. Os indivíduos precisam desnaturalizar as violências contra a mulher, tendo em vista que não conseguem perceber, no dia a dia, que em diversos atos as mulheres são vítimas de discriminação, discursos de ódio e por fim, de violência. Conforme entrevista concedida pela juíza de Direito Fabriziane Stellet Zapata:

É comum que meninas tenham tarefas domésticas diferenciadas de meninos numa mesma família; é comum que mulheres, mesmo em cargos de poder, sejam assediadas da forma que homens não são; é considerado “normal” que um homem sinta ciúmes de sua mulher e impeça determinadas condutas (é até entendido como “cuidado” e “proteção”); é comum que vítimas de violência sejam questionadas nas suas atitudes quando, na verdade, são vítimas (TJDFT, 2019, *on-line*).

Em vista disso, Dias (2007, p.16) declara que “[...] o homem se tem como proprietário do corpo e da vontade da mulher e dos filhos”, achando-se no direito de usar a violência quando entender necessário.

Nesse sentido, o entendimento de Dias é de que:

A mulher sente dificuldade em denunciar aquele com quem reside sob o mesmo teto, pessoa com quem se tem um vínculo afetivo e filhos em comum e que, não raro, é o responsável pela subsistência da família. A conclusão só pode ser uma: as mulheres nunca param de apanhar, sendo a casa o lugar mais perigoso para ela e os filhos.

(DIAS, 2007, p.17)

Ao longo da história, as violências domésticas sofridas pelas mulheres foram ignoradas pela sociedade. O Estado, durante muito tempo, se absteve em interferir nos conflitos domésticos. Essa omissão gerou um grande risco para as mulheres vítimas de violências domésticas. Portanto, sem a interferência do Estado e da sociedade, o homem seguia sendo incontestável em suas atitudes. (BANDEIRA; THURLER, 2008).

Esse cenário mudou diante do caso de violência doméstica ocorrido contra Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de disparo de arma de fogo e tentativa de assassinato pelo marido, Marco Antônio Heredia Viveiros. Temendo pela vida, Maria da Penha procurou o judiciário brasileiro para que medidas protetivas fossem adotadas. No entanto, mesmo diante de todas as evidências do crime, o réu permaneceu em regime fechado por apenas dois anos, conforme expõe Nascimento *et al.*:

Diante da omissão e negligência do poder judiciário, a CEJIL-Brasil (Centro para a Justiça e o Direito Internacional) e o CLADEM-Brasil (Comitê Latino Americano do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), juntamente com a própria Maria da Penha, encaminharam em 1998 uma petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), denunciando o Estado brasileiro pelo ato de impunidade e negligência em relação à violência doméstica da qual Maria da Penha havia sido vítima. [...] Em virtude da pressão internacional, no ano de 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em seu Informe nº 54, responsabilizou e condenou o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres. Fato este que acarretou constrangimento ao Estado brasileiro, fazendo com que cumprisse os tratados internacionais dos quais é signatário (NASCIMENTO; *et al.*, 2015, p. 5).

Diante desse cenário, foram criadas a Lei nº 10.455/2002 e a Lei nº 10.886/2004. A primeira criou a medida cautelar que permite o afastamento do agressor da vítima e a segunda acrescentou a lesão corporal leve, aumentando a pena para o delito das violências domésticas. Mas faltava uma legislação que se voltasse completamente para a violência no âmbito doméstico, com um tratamento e punições diferenciadas (ESSY, 2017).

Para tanto, foi criada a Lei nº 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha. Assim, com a lei em vigor, as violências domésticas passaram a serem tipificadas como uma das formas de violação aos direitos humanos (BRASIL, 2006).

Porém, pode-se observar que a entrada em vigor da única lei que ampara as mulheres vítimas de violências domésticas, “infelizmente não resolve o problema em sua raiz, haja vista que, mesmo após diversas condenações criminais, na maioria das vezes, a situação de violência volta a ocorrer e às vezes de forma ainda mais brutal”, conforme a recente publicação de Thayná Regina Navarros Cosme, promotora de justiça do Ministério Público do Paraná (MP/PR).

Sendo necessária a inserção e ampliação de medidas extrajudiciais (COSME, 2019, p. 3).

Apesar de muitas pessoas acreditarem que as violências domésticas são praticadas somente pelo cônjuge, uma vez que é o cenário com maior ocorrência de casos de violência, o artigo 5º da Lei 11.340/2006, não trata unicamente do cônjuge, mas sim, qualquer pessoa que pratique violência à vítima, estando no âmbito familiar ou qualquer relação íntima de afeto (BRASIL, 2006).

A partir da existência da lei que promove o combate às violências domésticas, há também a necessidade de o Estado fomentar políticas afirmativas que provoquem na sociedade um dever de intervir nos casos de agressão e não se calar diante das atrocidades causadas pela violência no âmbito familiar (HIGINO; SILVEIRA, 2021)

No dia 12 de junho de 2020, Celina Conceição Braz, de 25 anos, foi brutalmente assassinada, dentro da própria casa. Celina foi agredida pelo marido com socos e chutes, principalmente na região da cabeça. De acordo com as investigações, a vítima teria gritado durante 2 horas seguidas, porém nenhum vizinho acionou a polícia (FOLHA VITÓRIA, 2020).

É importante mencionar que não somente a conduta do agressor incrementa os sentimentos de repúdio na sociedade, haja vista que aqueles que presenciam os momentos de violências e nada fazem para contê-la é também elemento causador de sentimentos de inconformação social, ainda mais quando da violência resultam lesões graves, gravíssimas, ou até mesmo a morte da vítima. A sociedade desenvolveu uma falsa percepção de que as violências que ocorrem dentro do âmbito doméstico e familiar, dizem respeito somente à figura do agressor e da vítima, razão pela qual “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” (EMÍDIO, 2019).

Em vista disso, ressalvadas eventuais peculiaridades de cada caso concreto, é possível a responsabilização pela omissão daquele que não interfere nos casos de agressão, ou até mesmo se omite diante das violências. Vitor Emídio aborda que:

Os recorrentes casos de violência doméstica e familiar que ocorrem no âmbito de condomínios, conjuntos residenciais, ou mesmo na rua, em que inúmeras pessoas preferem filmar a cena ao invés de prestar a devida assistência à figura da vítima. Nesses casos, se inexistente o dever jurídico de agir, entendo como perfeitamente exequível a responsabilização penal a título de omissão de socorro, disposto no artigo 135, do Código Penal (EMÍDIO, 2019, *on-line*).

O crime de omissão de socorro está disposto no artigo 135 do Código Penal brasileiro:

Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa (BRASIL, 1940, *on-line*).

Nesse sentido, o professor Cezar Roberto Bitencourt versa acerca dos crimes omissivos:

Tipifica-se o crime omissivo quando o agente não faz o que pode e deve fazer, que lhe é juridicamente ordenado. Portanto, o crime omissivo consiste sempre na omissão de uma determinada ação que o sujeito tinha obrigação de realizar e que podia fazê-lo (BITENCOURT, 2012, p.118).

Pode-se notar que a não omissão de vizinhos, porteiros, seguranças, síndicos e donos de prédios e condomínios são de grande importância e podem salvar vidas. Em uma entrevista cedida à Folha Vitória, a delegada da Gerência de Proteção à Mulher da Sesp, Michele Meira, deixa claro que a omissão de ajuda por parte de vizinhos, pode ser considerado crime, e apesar de haver mudanças significativas na legislação em defesa da mulher, ainda é necessário que exista avanços no âmbito da sociedade:

A violência contra a mulher não pode ser banalizada, de maneira nenhuma. Vivemos períodos que a violência era tratada no âmbito privado. Só que hoje temos mudanças, avançamos na legislação, precisamos avançar quanto à cultura do machismo e precisamos que a sociedade se engaje na luta contra a violência contra as mulheres. Quando alguém ver uma mulher pedindo ajuda, se ela não puder ajudar, acione a autoridade pública no 190, que é o serviço de emergência (FOLHA VITÓRIA, 2020, *on-line*).

A sociedade exerce um papel fundamental na luta em prol do fim das agressões sofridas pelas mulheres dentro de casa, afirma Gabriela Marques Rosa Hamdan, coordenadora do Núcleo Especializado de Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher (NUDEM) da DPE-GO. É importante que os pais eduquem as crianças desde o berço, ensinando a igualdade entre homens e mulheres (igualdade de gênero), bem como instruir sobre o que deve ser feito quando passar ou presenciar uma situação de violência doméstica contra mulher. (DPE/GO, 2020).

No que tange a possibilidade de denunciar casos de agressões contra a mulher no âmbito doméstico, mesmo que sem o consentimento da vítima, o artigo 5º, §3º do Código de Processo Penal Brasileiro dispõe que qualquer pessoa que tiver conhecimento da existência de infração penal que caiba ação pública, poderá, verbalmente ou por escrito, comunicar à autoridade policial, que, ao verificar a procedência das informações, mandará instaurar inquérito (BRASIL, 1941).

Por conseguinte, o Supremo Tribunal Federal determinou, no julgamento da ADI nº 4.424/DF, que, “nos casos de lesão corporal no âmbito doméstico, seja leve, grave, gravíssima, dolosa ou culposa, a ação penal é sempre pública incondicionada”. Estas ações são processadas pelo Ministério Público independente de representação da vítima, dessa forma, todos podem denunciar um caso, com o intuito de impedir a continuidade da agressão (TJMG, 2012, *on-*

line).

Além do mais, o profissional de saúde também possui o dever de comunicar às autoridades policiais, os casos de violência que tomar conhecimento, inclusive a doméstica, sendo capaz de ser responsabilizado pela omissão caso não denuncie. Embora os códigos de ética profissionais (médica, odontológica, de enfermagem e psicologia) não identifiquem explicitamente o vocábulo violência doméstica, estes deixam claro o dever dos profissionais de resguardarem a saúde e a dignidade de seus pacientes (SALIBA; *et al*, 2007).

No momento em que o profissional de saúde se omite e deixa de comunicar o crime que tenha conhecimento através de seu exercício, o artigo 66 do Decreto-lei 3.688/1941 reconhece tal ato como uma contravenção penal, determinando pena pecuniária ao descumprimento. Sendo assim, apesar de o setor de saúde não poder assumir o compromisso no enfrentamento à violência contra as mulheres, compete a ele a relação institucional, através da capacitação de especialistas para o combate do referido problema (SALIBA; *et al*, 2007).

A desembargadora Nágila Brito, presidente da Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), em um entrevista concedida a um site de notícias, relatou que em 80% dos casos de estupro por ela julgados, em segundo grau, os crimes foram cometidos por familiares. “Os crimes intrafamiliares que acontecem no interior do lar são invisíveis e a gente precisa que a própria sociedade se insira para fazer a denúncia. Quem sabe não diminui esse tipo de violência?”, argumenta a desembargadora (TV BAHIA; G1 BA, 2020, *on-line*).

Visto que a sociedade possui um papel fundamental no que diz respeito às violências domésticas, faz-se necessário frisar as medidas que foram tomadas e as providências a serem instituídas para o combate às agressões sofridas pelas mulheres no âmbito familiar.

COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL

No âmbito internacional, foram criadas diversas medidas para combate às violências domésticas contra a mulher. Na França, além de a vítima poder fazer as denúncias pela internet, poderá também conversar com as autoridades policiais diretamente pelos chats, e caso estiver em uma situação de perigo, acionará um botão de emergência que apagará todas as mensagens trocadas com os policiais. Já o Ministério do Interior Francês criou uma “senha”, que no momento em que a vítima for a uma farmácia, poderá pronunciá-la, ativando um sistema de alerta de violência doméstica (BIANQUINI, 2020).

Tratando-se do contexto nacional, partindo de uma grande preocupação em relação ao aumento de casos de violência doméstica contra a mulher durante a pandemia, onde as mulheres passam 24 horas em casa, na maioria das vezes com os agressores, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH, 2020), esclarece diversas formas em que a sociedade pode denunciar e auxiliar no combate às agressões. Além da denúncia realizada através da Central de Atendimento à Mulher (180 ou 100), é possível realizar as denúncias através do aplicativo Direitos Humanos Brasil, disponível tanto para Android quanto para IOS, bem como na página da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) do MMFDH, e também pelo aplicativo Telegram, também disponível para Android e IOS.

Com a finalidade de facilitar as denúncias de violência doméstica, alguns Estados passaram a permitir que os boletins de ocorrência sejam feitos pela internet. Em entrevista concedida pela coordenadora institucional do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Juliana Martins observa que:

Vimos que alguns Estados estão capacitando e qualificando os atendimentos dos policiais para um olhar de gênero. Na pandemia, por exemplo, vários deles disponibilizaram o boletim online para que mulheres possam denunciar - o que ajuda, mas não resolve o problema. Porque muitas vezes a mulher não consegue denunciar por não ter acesso à internet ou até mesmo por ter seu celular confiscado pelo agressor (TERRA, 2020, *on-line*).

Para tanto, foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro a Lei nº 14.022/2020, a qual dispõe sobre o combate as violências domésticas contra mulheres, idosos, crianças e pessoas com deficiência durante a pandemia do novo coronavírus. A nova lei determina que órgãos e serviços de atendimento a vítimas de violências domésticas em todo o país, sejam reconhecidos como essenciais, tendo o funcionamento de atendimentos ininterruptos, além do atendimento online, que garante atendimento a denúncias por celular e computador (BRASIL, 2020).

A Lei nº 13.984, de abril de 2020, alterou o art. 22 da Lei nº 11.340, estabelecendo como medida protetiva de urgência a obrigatoriedade da frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial (BRASIL, 2020).

Em uma entrevista fornecida à Agência Brasil, a deputada Flávia Morais (PDT-MG), defende a ampliação e a continuidade do atendimento às mulheres vítimas de violências domésticas em meio à pandemia:

Em tempos de crises sanitárias e humanitárias os conflitos sociais são potencializados, expondo ainda mais a população mais vulnerável a se transformarem em vítimas de violência, principalmente de natureza doméstica e familiar. Nesse cenário, mostra-se fundamental que serviços de atendimento às mulheres previstos na Lei Maria da Penha não sejam descontinuados e que toda a sociedade possa ser alertada, através de

campanha pelos meios de comunicação sobre os canais de denúncia da violência contra a mulher (MORAIS, 2020, *on-line*).

Os processos de denúncia de violências domésticas ficaram mais difíceis, em razão da constante vigilância dos agressores. Assim, a Lei 14.278, foi aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) no dia 12 de agosto de 2020, que estabelece que os síndicos ou representantes dos condomínios possuem o dever de reportar a agressão até 24 horas após a ciência do fato, sob pena de multa, que a depender da gravidade do incidente, pode variar de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000 (dez mil reais) (BAHIA, 2020).

Nágila Brito em entrevista cedida a um site de notícias, expõe que:

Essa lei veio como mais um instrumento para proteger essas pessoas vulneráveis. Ela trouxe um dever para que os síndicos ou qualquer representante do condomínio reporte a violência às autoridades, está chamando a sociedade para trabalhar junto com o Estado. Se a pessoa não comunicar, pode responder pelo crime de omissão de socorro, previsto no Código Penal (TV BAHIA; G1 BA, 2020, *on-line*).

Por conta dos altos índices de feminicídios durante a pandemia, no dia 10 de junho de 2020, a Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), lançou a campanha Sinal Vermelho contra a violência doméstica. Com um “X” vermelho desenhado na palma de uma das mãos, as vítimas podem contar com o apoio das farmácias de todo o país, onde os atendentes, ao avistarem o sinal, imediatamente acionam as autoridades policiais (AMB, 2020, *on-line*). No entanto, verifica-se que a campanha, possivelmente, não surtirá o efeito desejado, tendo em vista que está sendo divulgada por meio de propagandas em rede nacional, onde o agressor passa a ter acesso a essa informação de maneira mais fácil, sendo mais suscetível que impeça a vítima de ir aos locais de ajuda desacompanhada.

Posto isso, apesar de haver mudanças significativas no combate às violências domésticas contra a mulher, ainda não é o suficiente:

Faz-se necessário ainda que operadores do direito e formuladores de políticas públicas elaborem medidas que atendam às necessidades regionais de combate à violência doméstica: seja pensando em soluções inéditas e criativas, seja replicando as iniciativas já instituídas em alguns Estados da federação ou mesmo em outros países. A prioridade neste momento deve ser salvar vidas, seja na frente de combate ao COVID-19, seja na frente de combate à violência doméstica (BIANQUINI, 2020, *on-line*).

Falar sobre as agressões sofridas pelas mulheres no âmbito doméstico é essencial para combater os inúmeros casos de violências. Segundo o Deputado distrital Leandro Grass (Rede/DF), o tema vai além da segurança da vítima e deve ser discutido em todas as áreas, como educação e saúde. “Não é um assunto simples e não há soluções focais. É preciso entender

o problema e envolver todos os poderes e a sociedade” conforme entrevista concedida pelo Deputado Grass (CORREIO BRAZILIENSE, 2020, *on-line*).

Deste modo, é necessário adotar diligências “que visem diminuir a violência praticada no âmbito doméstico, principalmente no Brasil onde a taxa de feminicídio é 74% maior do que a média mundial, é uma responsabilidade tanto social quanto governamental” (NETO; GONDIM, 2020, *on-line*).

Entretanto, o combate às violências domésticas contra a mulher em meio a pandemia do COVID-19, não pode restringir-se apenas ao recebimento das denúncias. Para Pâmela Rocha, Leila Posenato e Ethel Leonor:

Esforços devem ser direcionados para o aumento das equipes nas linhas diretas de prevenção e resposta à violência, bem como para a ampla divulgação dos serviços disponíveis, a capacitação dos trabalhadores da saúde para identificar situações de risco, de modo a não reafirmar orientação para o isolamento doméstico nessas situações, e a expansão e o fortalecimento das redes de apoio, incluindo a garantia do funcionamento e ampliação do número de vagas nos abrigos para mulheres sobreviventes. [...] O Estado e a sociedade devem ser mobilizados para garantir às mulheres brasileiras o direito a viver sem violência. Embora estejam alijadas aos processos de tomada de decisão, as mulheres são a maioria da população brasileira e compõem a maior parte da força de trabalho em saúde. Logo, elas têm papel fundamental para a superação da pandemia e de suas graves consequências sanitárias, econômicas e sociais (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020, p. 4).

Ademais, para a juíza de Direito Fabriziane Stellet Zapata:

A melhor forma de combater seja através da denúncia ao sistema de justiça. [...] Já a melhor forma de prevenção certamente está na educação, com a formação de meninas e meninos baseada em equidade de gênero, sem discriminações e vedações às meninas. [...] Para evitar que meninas e mulheres continuem sendo vítimas, precisamos que meninos e homens também participem da discussão e que busquemos novas formas de masculinidades, não focadas em agressividade, violência e negação a tudo que é feminino, como temos hoje (TJDFT, 2019, *on-line*).

É essencial que, tanto a sociedade como o Estado desenvolvam forças para diminuir os efeitos das violências domésticas contra as mulheres, no sentido de fomentar a denúncia por parte de todos. “Não podemos nos omitir diante de nenhuma forma de violência e tampouco menosprezar qualquer grito ou xingamento que acontece na casa do vizinho contra sua companheira. Aquele grito pode ser o prenuncio [sic] de uma tragédia”, de acordo com entrevista fornecida pela promotora de justiça do Ministério Público de São Paulo (MP-SP) Fabiola Sucasas (HUFFPOST, 2020, *on-line*).

Com base no tópico supracitado, foi possível constatar inúmeras formas de combate às violências domésticas que foram e que poderiam ser adotadas, e de que forma o papel da sociedade e do Estado se enquadram nessa questão, na medida em que ambos possuem extrema importância nesse movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou discutir e debater ideias a respeito das violências domésticas contra a mulher na pandemia do COVID-19, onde vários estudos demonstram que os números de violências domésticas contra a mulher tiveram um aumento significativo por conta do isolamento social, haja vista que a vítima passou a ficar mais tempo na companhia do agressor. Constata-se que as violências domésticas contra a mulher são um problema global, onde diversas mulheres são agredidas dentro do próprio lar, e por vezes não conseguem denunciar o agressor ou até mesmo pedir ajuda.

As violências contra a mulher estão enraizadas na sociedade partindo de uma cultura de machismo, a qual impõe um sistema patriarcal, definindo privilégios e a superioridade do homem acima de todas as demais pessoas, dada pela masculinidade.

Nesse sentido, diante da dificuldade que a vítima possui em pedir ajuda, procura-se destacar a responsabilidade da sociedade diante das violências sofridas pela mulher no ambiente doméstico, partindo de uma premissa de que a sociedade precisa intervir em nome da vítima e ajudar a combater tais agressões.

No momento em que a vítima está isolada em casa junto com o agressor, distante dos familiares e amigos, é possível notar que todos aqueles que presenciaram algum tipo de violência contra a mulher, podem e devem realizar a denúncia às autoridades, até mesmo quando não se tem o consentimento da vítima, pois essa atitude poderá salvar a vida dela.

Ademais, apesar de não existir legislação específica que responsabilize penalmente aquelas pessoas que presenciaram os recorrentes casos de violência doméstica contra a mulher e não denunciam, faz-se necessário relacionar tal atitude com o crime de omissão de socorro disposto no artigo 135 do Código Penal brasileiro, que prevê uma pena de até seis meses para o indivíduo que deixar de socorrer uma pessoa em perigo. A prestação de socorro seria de extrema importância, como por exemplo nos casos em que a mulher estava sendo agredida violentamente dentro de casa, gritava por ajuda, porém os vizinhos que a escutaram não se prontificaram a ajudar.

Deste modo, há uma grande necessidade de que existam políticas governamentais que incentivem as pessoas a denunciar os casos de violência contra a mulher, frisando a ideia de que não é algo banal e corriqueiro e que todos devem se preocupar e intervir de alguma forma para ajudá-las e que deixem de se omitir perante estes casos.

Projetos educacionais que ensinem crianças, adolescentes e adultos a importância da igualdade e respeito, excluindo a concepção de patriarcado aliado ao machismo tão presente na sociedade, servem como forma de prevenção dos casos de violências contra a mulher.

Por fim, pode-se notar, a insuficiência de redes auxiliaadoras para o combate da violência contra a mulher, onde há uma carência da adoção de medidas mais eficazes e que melhor amparem essas vítimas, como o aumento de profissionais na linha de frente ao combate, a preparação de trabalhadores da saúde para que identifiquem situações deste caso e denunciem, além da intensa divulgação dos canais de auxílio para as mulheres como forma de mostrar que não estão sozinhas, como por exemplo abrigos para mulheres sobreviventes e que não se encontram seguras isoladas em casa.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. Sinal vermelho contra a violência doméstica. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.amb.com.br/sinalvermelho/>. Acesso em: 16 mar 2021.

BANDEIRA, Lourdes; THURLER, Ana L. **A vulnerabilidade da mulher à violência doméstica: aspectos históricos e sociológicos**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

BASSAN, Pedro. Casos de violência doméstica no RJ crescem 50% durante confinamento. Rio de Janeiro: **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/NOTICIA/2020/03/23/CASOS-DE-VIOLENCIA-DOMESTICA-NO-RJ-CRECEM-50PERCENT-DURANTE- CONFINAMENTO.GHTML>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

BAHIA. Lei n. 14.278, de 12 de agosto de 2020. Obrigada os condomínios residenciais do Estado da Bahia a comunicar ocorrência de casos de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos. **Diário Oficial**, Bahia, 13 de ago 2020.

BIANQUINI, Heloisa. Combate à violência doméstica em tempos de pandemia: o papel do direito. **Consultor jurídico**, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-24/direito-pos-graduacao-combate-violencia-domestica-tempos-pandemia>. Acesso em: 15 mar 2021.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: Parte Geral 1**. 17 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17637/material/Direito%20Penal%20I%20-%20Cesar%20Roberto%20Bitencourt.pdf>. Acesso em: 14 abr 2021.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 08 de ago de 2006.

BRASIL. Lei nº 14.022, de 07 de setembro de 2020. Dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 08 de set de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.984, de 03 de abril de 2020. Estabelece como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 03 de abril de 2020.

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo; PASINATO, Wânia. TD 2501 – Participação no Mercado de Trabalho e Violência Doméstica contra as Mulheres no Brasil. **Ipea**, Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34971&Itemid=444. Acesso em: 24 mar 2021.

CORREIO BRAZILIENSE. **Esse ódio tem que acabar**. Distrito Federal, 26 de nov. de 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/impresso/2019/11/2825166-esse-odio-tem-de-acabar.html>. **ACESSO EM: 10 OUT 2020**.

COSME, Thayná Regina Navarros. Estratégias de combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher. **Paraná: Escola Superior Ministério Público do Paraná (MPPR)**, 2019. Disponível em: https://escolasuperior.mppr.mp.br/arquivos/File/TCCs/2019/Thayna_Cosme_-_Estrategias_do_Combate_e_Prevencao_a_Violencia_Domestica_e_Familiar_contra_a_Mulher.pdf. Acesso em: 08 ago 2020

D'AGOSTINO, Rosanne. Lei Maria da Penha não reduziu morte de mulheres por violência, diz Ipea. São Paulo: **G1**, 25 nov 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/09/lei-maria-da-penha-nao-reduziu-morte-de-mulheres-por-violencia-diz-ipea.html>. Acesso em: 10 out 2020.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOÍAS. **“A sociedade exerce um papel fundamental nessa luta em prol do fim da violência contra a mulher”, afirma coordenadora do Nudem**. Goiás, 07 de ago 2020. Disponível em: http://www.defensoriapublica.go.gov.br/depego/index.php?option=com_content&view=article&ID=1419:A-SOCIEDADE-EXERCE-UM-PAPEL-FUNDAMENTAL-NESSA-LUTA-EM-PROL-DO-FIM-DA-VIOLENCIA-CONTRA-A-MULHER-AFIRMA-COORDENADORA-DO-NUDEM&CATID=8:CATEGORIA-NOTICIAS&ITEMID=180. Acesso em 10 out 2020.

DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais LTDA, 2007. Disponível em: http://berenicedias.com.br/uploads/17_-_a_lei_maria_da_penha_na_justi%EA.pdf. Acesso em: 10 out 2020.

EMÍDIO, Victor. E se eu não meter a colher em briga de marido e mulher? Cometo crime?. **Jusbrasil**, 2019. Disponível em: <https://emidiovictor.jusbrasil.com.br/artigos/729535957/e-se-eu-nao-meter-a-colher-em-briga-de-marido-e-mulher-cometo-crime#:~:text=Vejamos%3A-%E2%80%9CArt.,a%20seis%20meses%2C%20ou%20multa>. Acesso em: 06 abr 2021.

ESSY, Daniela Benevides. A evolução histórica da violência contra a mulher no cenário brasileiro: do patriarcado à busca pela efetivação dos direitos humanos femininos. Brasília: **Conteúdo Jurídico**. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/50534/a-evolucao-historica-da-violencia-contra-a-mulher-no-cenario-brasileiro-do-patriarcado-a-busca-pela-efetivacao-dos-direitos-humanos-femininos>. Acesso em: 14 abr 2021.

FOLHA VITÓRIA. **Cidadão pode ser preso por até seis meses se negar socorro às vítimas de violência doméstica**. Espírito Santo, 2020. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/>. Acesso em: 14 abr 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Nota técnica durante a pandemia da covid-19**. 16 de abril de 2020. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-domestica-durante-pandemia-de-covid-19-edicao-03/. Acesso em: 26 fev 2021.

HIGINO, Jhenny F. S.; SILVEIRA, Jane Silva. Violência doméstica contra as mulheres: uma análise sobre a busca ao acesso à justiça no Município de Itacoatiara-AM. **Âmbito jurídico**, 2021. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/violencia-domestica-contra-as-mulheres-uma-analise-sobre-a-busca-ao-acesso-a-justica-no-municipio-de-itacoatiara-am/>. Acesso em: 13 mar 2021

HUFFPOST. **Obrigar síndico a denunciar violência pode ter ‘efeito reverso’, dizem especialista**. Bahia, 2020. Disponível em: [HTTPS://WWW.HUFFPOSTBRASIL.COM/ENTRY/VIOLENCIA-DOMESTICA-CONDOMINIO_BR_5F346586C5B64CC99FE1CFA0](https://www.huffpostbrasil.com/entry/violencia-domestica-condominio_br_5f346586c5b64cc99fe1cfa0). Acesso em 10 out 2020.

LEITÃO, Christiane do vale; ANDRADE, Raquel. **Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a Mulher: A investigação e o processo judicial dos feminicídios**. Fascículo parte integrante do Projeto “Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher”, em atendimento do Contrato N° 74/2020 firmado entre a Fundação Demócrito Rocha e a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e do Termo de Fomento N° 02/2020 firmado entre Fundação Demócrito Rocha e Câmara Municipal de Fortaleza. Fortaleza – Ceará, n 10. 2020.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS(MMFDH). Violência doméstica e familiar contra a mulher: Ligue 180 e tudo o que você precisa saber. **Brasil: Gov.br**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/denuncie-violencia-contra-a-mulher/violencia-contra-a-mulher> Acesso em: 10 out 2020.

MARQUES, Emanuele Souza; MORAES, Cláudia Leite; HASSELMANN, Maria Helena; DESLANDES, Suely Ferreira; REICHENHEIM, Michael Eduardo. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, e00074420, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341093396_A_violencia_contra_mulheres_crianças_e_adolescentes_em_tempos_de_pandemia_pela_COVID-19_panorama_motivacoes_e_formas_de_enfrentamento/link/5eacd181a6fdcc7050a19a35/download Acesso em 03 abr 2021

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Nota Técnica: Raio X da violência

doméstica durante o isolamento. Um retrato de São Paulo. São Paulo: **CAOCrim e Núcleo de Gênero**, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/violencia-domestica-mp-sp.pdf>. Acesso em: 10 out 2020.

MORAIS, Flávia. Câmara aprova medidas de combate à violência doméstica na pandemia. Brasília: **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-06/camara-aprova-medidas-de-combate-violencia-domestica-na-pandemia> Acesso em: 16 mar 2021.

NACIMENTO, Alexandre de Mendonça; ALMEIDA, Aline Gandra; COSTA, Aline Paes; OLIVEIRA, Amanda Durizzo; SORGI, Amanda Machado, SEKIAMA, Ana Carolina Martinez; CAMARGO, André Soares; BIZERRA, André Vilaças. **Análise do Histórico de Legislação de Proteção à Mulher e do Panorama Atual da Violência em Londrina**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/nucleos/numape/pages/arquivos/Trabalhos%20academicos%20-%20Artigos%20e%20resumos/Artigo%20academico%20-%20Analise%20do%20historico%20de%20legislacao%20da%20protecao%20a%20mulher%20e%20do%20panorama%20atual%20da%20violencia%20em%20Londrina.pdf> Acesso em: 16 mar 2021.

NETO, Ricardo A.R.B.N.; GONDIM, Luciana P.M.C. Violência doméstica no contexto da pandemia do covid-19. **Migalhas**. Pernambuco. 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/330059/violencia-domestica-no-contexto-da-pandemia-do-covid-19>. Acesso em: 23 mar 2021.

PRADDO, Sandra. E quando o perigo mora dentro?. Curitiba: **Revista Ideias**, 2020. Disponível em: <https://www.revistaideias.com.br/2020/06/29/e-quando-o-perigo-mora-dentro/> Acesso em: 16 mar 2021.

SAFFIOTI, Heleiteh I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo, Graphium Editora, 2011.

SALIBA, Orlando; GARBIN, Cléa Adas Saliba; GARBIN, Antônio José Isper; DOSSI, Ana Paula. Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. **SciELO**, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000300021. Acesso em: 15 mar 2021.

SENADO FEDERAL. Boletim Mulheres e seus Temas Emergentes: Violência doméstica em tempos de COVID-19. **Brasília: Instituto de pesquisa Data Senado**, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/violencia-domestica-em-tempos-de-covid-19#:~:text=A%20Pesquisa%20Viol%C3%Aancia%20Dom%C3%A9stica%20e,pret%C3%A9ritos%20maridos%20C%20companheiros%20ou%20namorados>. Acesso em 10 out 2020.

TERRA. **No escuro: o que acontece ao denunciar violência doméstica**. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/no-escuro-o-que-acontece-ao-denunciar-violencia-domestica,666eb3b1a608067226d6c92f12cef174my2fgokd.html>. Acesso em 03 abr 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS – TJDF. A

grande causa da violência [contra a mulher] está no machismo estruturante da sociedade brasileira. Distrito Federal, 2019. Disponível em:

<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/entrevistas/2019/a-grande-causa-da-violencia-contra-a-mulher-esta-no-machismo-estruturante-da-sociedade-brasileira>. Acesso em: 30 mar 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG. **Quem pode denunciar a prática de violência contra a mulher?**. Minas Gerais, 2012. Disponível em:

<https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/perguntas-frequentes/quem-pode-denunciar-a-pratica-de-violencia-contra-a-mulher.htm#>. Acesso em: 05 abr 2021.

TV BAHIA; G1 BA. **Agora é lei: condomínios são obrigados a denunciar violência contra mulher, idosos e crianças.** Bahia, 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/08/24/lei-obriga-condominios-a-relatar-violencia-domestica-na-bahia-desembargadora-fala-sobre-medidas.ghtml>. Acesso em: 10 out 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Pesquisa da Uerj indica aumento de casos de depressão entre brasileiros durante a quarentena.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:

<https://www.uerj.br/noticia/11028/>. Acesso em: 07 abr 2021.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. São Paulo: **SciELO**, 2020. Disponível em:

<https://www.scielosp.org/article/rbepid/2020.v23/e200033/#>. Acesso em: 05 abr 2021.

WELZER-LANG, D. *Les hommes violents*. Paris, Lierre & Coudrier Editeur, 1991.

CAPÍTULO 14

CONTROLE E COMBATE AO TABAGISMO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Monique Bessa de Oliveira, Mestranda em Cognição e Linguagem, UENF
Felipe Rodrigues Prucoli, Especialista em Atenção Primária, Enfermeiro

RESUMO

O uso abusivo de substâncias psicoativas vem sendo enfrentado com um problema de saúde pública no Brasil, contudo vem sendo discutido amplamente. O tabagismo é considerado um problema de saúde pública e o seu controle vem sendo sistematizado desde a década de 1980 pelo Ministério da Saúde, INCA, e pelo Programa Nacional de Controle do Tabagismo. Desde o final de 2019 vivencia-se uma nova realidade sob a ótica de saúde por conta da pandemia da COVID-19. O presente estudo tem por objetivo pensar em um novo modelo de atendimento para os pacientes tabagistas durante pandemia da COVID-19. Como procedimentos metodológicos adotou a revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, descritiva, apoiada em manuais e publicações do Ministério da Saúde e em buscas eletrônicas de revistas e periódicos científicos. Assim, a partir dos dados encontrados, pode-se considerar que, as pandemias sempre se colocam como desafios não apenas para a sociedade como um todo, mas também para os sistemas de saúde que precisam entender como funciona a doença, quais são as melhores formas de se combater e principalmente de prevenir. Em se tratando do Programa de Controle do Tabagismo em tempos de pandemia, há de ser pensada novas formas de atendimento (atendimento por tele consultoria, via telefone, WhatsApp ou outro aplicativo que garanta o atendimento eficaz do paciente; consultas individuais com horários pré-agendados; grupos de acompanhamento via WhatsApp; Lives), na busca de implantar um novo modelo de assistência aos pacientes tabagistas e alcançar bons resultados que agreguem valor ao cliente, aos profissionais, ao programa e ao serviço de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Tabagismo. Covid-19. Controle.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a dependência química corresponde a um fenômeno amplamente divulgado e discutido, visto que o uso abusivo de substâncias psicoativas se tornou um grave problema social e de saúde pública. No Brasil, o tabagismo é considerado um problema de saúde pública e seu controle sistemático acontece desde o final da década de 1980, quando o Ministério da Saúde, através do Instituto Nacional do Câncer (INCA), iniciou o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) que busca reduzir o quantitativo de fumantes e diminuir o índice de adoecimento devido ao consumo de cigarros através de ações educativas, de comunicação e de atenção à saúde (BRASIL, 2011).

Há evidências científicas, seja sob a ótica da epidemiologia, biologia e psicossocial, que mostram o impacto negativo do tabagismo na transmissão e complicações pela Covid-19 e apontam que esse fator de risco contribuirá para ampliar a morbimortalidade pelo novo coronavírus e elevar os gastos do sistema de saúde com a compra de equipamentos, insumos e organização dos serviços (GURUFI; CARBONGNI; ORLANDI, 2020).

Desde o final de 2019 vivencia-se uma nova realidade sob a ótica de saúde por conta da Covid-19. Assim, o presente estudo tem por objetivo pensar em um novo modelo de atendimento para os pacientes tabagistas durante pandemia da COVID-19.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é qualitativa pois envolve a interpretação de fenômenos atribuindo-lhe significados (KAUARK, MANHÃES e SOUZA, 2010). Será também uma revisão de literatura descritiva e prospectiva com abordagem qualitativa. A revisão da literatura se fará apoiada em manuais e publicações do Ministério da Saúde e em buscas eletrônicas de revistas e periódicos científicos com publicações seriadas, indexadas em bases de dados da Biblioteca Virtual da Saúde.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

TABAGISMO E A COVID -19

O SARS-Cov-2 (Covid -19)

O SARS- CoV-2 é considerado um novo tipo vírus que emergiu na China no final do ano de 2019, e que em pouco tempo por conta da sua rápida disseminação ganhou o status de pandemia. Sabe-se que o mesmo é um vírus que causa uma síndrome respiratória aguda, contudo é considerada leve na maioria das pessoas em que se manifesta, entretanto há pessoas que podem desenvolver a doença de forma mais grave, ocasionando uma pneumonia importante, podendo até levar a outras complicações e ocasionando até o óbito (WHO, 2019; SARDU et al., 2020).

Ainda mais conhecido como Covid-19 é preciso salientar que esta nova doença depende de uma série de fatores para que haja ou não o seu agravamento. Sabe-se que o mesmo é transmitido pelo ar, saliva, e ainda que pessoas que possuem comorbidades, idosos e pessoas obesas são mais propensas a terem mais complicações (MS, 2020; WU et al., 2019).

Há de se pontuar ainda que o Coronavírus foi identificando na cidade de Wuhan, localizando na China, local onde foi o início da pandemia que se espalhou para todos os outros

países. Sabe-se até então que ele é um vírus de rápido contágio, atingindo principalmente as vias respiratórias, e que animais contaminados, não transmite o mesmo para seres humanos (XAVIER; ALVES, 2020).

Quanto aos principais sintomas da doença observada até o momento pode-se citar, a tosse, febre, náuseas, dor no corpo, dispneia, em casos mais graves foram diagnósticas a pneumonia, insuficiência renal, lesões cardíacas e até óbito, as pessoas expostas ao vírus ficam com sintomas entre 7 a 14 dias. Os números em todo mundo são exorbitantes tanto de pessoas infectadas, tanto de óbitos (XAVIER; ALVES, 2020).

Há várias vacinas em estudos até o momento, contudo os métodos mais eficazes de prevenção que estão sendo disseminados pela Organização Mundial da Saúde, bem como por cada país que possui casos de infecção como no Brasil, é a adoção do uso de máscaras como método de precaução e o isolamento social (XAVIER; ALVES, 2020).

Para os profissionais de saúde que estão na linha de frente contra essa nova guerra os cuidados são maiores, pois para o atendimento de casos suspeitos ou confirmados, existe toda uma paramentação que deve ser utilizada para proteção de aerossóis (BRASIL, 2020).

TABAGISMO E SUAS COMPLICAÇÕES PELO COVID-19

O tabagismo é um dos riscos à saúde que pode contribuir para as complicações dos pacientes que contraem a Covid-19, apesar de ainda não ter sido incluso como um fator de risco, há pesquisas que pontuam o mesmo como um fator complicador importante para quem é acometido pela Covid-19, os estudos entendem que o tabagismo deveria entrar na lista de recomendações para o controle da pandemia (SILVA; MOREIRA, MARTINS, 2020).

Os fumantes se enquadram e entram no grupo de risco para a contaminação da Covid-19, isto deve-se a forma de manuseio, seja do tabaco tradicional ou dos dispositivos eletrônicos que normalmente são manuseados e levados a boca, sem a higienização devida das mãos (SILVA; MOREIRA, MARTINS, 2020).

Estudos salientam que, a disseminação do tabagismo entre os jovens, que principalmente utilizam os narguilés, são os maiores causadores de disseminação da Covid-19 nesse público, principalmente por meio dos produtos de tabaco. Pesquisadores descrevem que doenças como a herpes labial, tuberculose, influenza são transmitidas também pela boca, pelo compartilhamento de produtos, e assim também se entende que a Covid-19 se dissemina da mesma forma (SILVA; MOREIRA, MARTINS, 2020).

Ainda há de se salientar que, para os fumantes há um risco maior de queimadura ao acender o cigarro após a higienização das mãos com álcool, visto que o mesmo é um produto inflamável e que é preciso utilizar o mesmo com todo cuidado visto seu potencial inflamável (SILVA; MOREIRA, MARTINS, 2020).

Quanto às possíveis complicações pode-se dizer que os tabagistas possuem maiores propensões a complicações visto que por si só o tabaco já compromete as funções do pulmão, área que é acometida pela Covid-19 e que pode aumentar os riscos de danos pulmonares a quem é fumante (INCA, 2019).

Assim para o fumante que foi infectado pela Covid-19 é possível através das pesquisas pontuar que os riscos de danos pulmonares são grandes e associados ao enfisema pulmonar, bronquite crônica, pneumonias, bem como cânceres de pulmão e tuberculose, o que faz com que a função pulmonar decline (INCA, 2019).

Pesquisas realizadas com células humanas e também com animais obtiveram resultados que pontuaram o tabaco com um agravante para as infecções como a influenza, fazendo até com que o vírus se espalhasse entre as células mais rapidamente (VARDAVAS; NIKITARA, 2020).

Pesquisa recentes apontam que em pacientes fumantes, que adquiriam tanto influenza quanto a Covid-19, foi observado que o uso do tabaco é um risco, pois influencia na coagulação intravascular, o que aumenta a propensão da evolução para óbito, e dizem também que o tabagismo pode ser considerado um dos fatores de risco que faz com que a Covid-19 se manifeste de forma mais grave (US, 2020; EVORA; BALDO; CELOTTO, 2009).

O PROGRAMA DE TABAGISMO NO BRASIL

Segundo o Inca (2019) o tabagismo represente a principal causa de morte, doenças e empobrecimento, pois cerca de 80% dos 1,1 bilhão de fumantes do mundo vivem nos países de rendas baixa e média, onde o peso das doenças tabaco-relacionadas e da morte é maior. No entanto, esses usuários de tabaco que morrem prematuramente privam suas famílias de renda, aumentam o custo dos cuidados de saúde e prejudicam o desenvolvimento econômico.

No Brasil, o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT), atualmente denominado Programa Nacional de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco de Câncer (PNCTOFR) é uma referência mundial. O objetivo geral do PNCTOFR é utilizar a gerência do Sistema Único de Saúde (SUS) para implementar, de forma descentralizada, ações

para reduzir a prevalência de fumantes no Brasil e o adoecimento por doenças relacionadas ao tabaco (INCA, 2018).

O Programa Nacional de Controle do Tabagismo inclui além da implantação de projetos para a cessação de fumar na rede do SUS a promoção de ambientes livres de fumo, buscando promover a interação entre as áreas de saúde e educação nos estados, municípios e em nível federal (INCA, 2019).

Através das diversas vertentes ligadas a este programa, como por exemplo, as ações educativas, legislativas e econômicas, no Brasil é possível verificar uma diminuição da aceitação social do tabagismo, aumentando a procura do tratamento para parar de fumar, o que evidencia a necessidade de priorizar o tratamento do fumante nas unidades de saúde como uma estratégia prioritária no controle do tabagismo (INCA, 2019).

Com o intuito de ajudar os fumantes no tratamento da dependência química da nicotina e psíquica do hábito de fumar, métodos diferenciados podem ser adotados pelos profissionais no tratamento ao tabagista. Marques *et al* (2001) ressalta que tem métodos que usam os medicamentos no tratamento, como a terapia de reposição de nicotina e o uso da Bupropiona 150 mg em conjunto ou não com a terapia cognitiva-comportamental individual ou em grupo.

Essas duas abordagens têm sido aprovadas, tanto dos pacientes quando dos profissionais, devido aos resultados obtidos por estudos e publicações voltados para a abordagem cognitivo-comportamental e o uso de alguns fármacos com alto índice de eficácia na cessação do hábito de fumar (INCA, 2018).

Correlacionando o tabagismo com a Covid-19 é possível identificar através de pesquisas recentes que, o mesmo é considerado uma doença crônica, que causa dependência por conta da nicotina presente na base do tabaco e que o mesmo está relacionado ao contágio da Covid-19 visto que o ato de fumar demanda um constante contato entre os dedos, com a boca o que posso proporcionar a transmissão do vírus através de compartilhamento de produtos como bocais que não utilizados para inalação de fumaça, dentre eles podemos citar os narguilé, cigarros eletrônicos e dentre outros (CHEN et al., 2020; CAI, 2020).

Há de se pontuar que ainda há o tabagismo passivo, de não fumantes que convivem em ambientes ou mesma casa de pessoas que fumam, o que aumenta consideravelmente o risco de infecções respiratórias agudas. É por este motivo que, a OMS e o INCA vêm lançando campanhas incentivando as pessoas para parem de fumar, pois os riscos se exponenciam a medida que mais riscos são agregados a eles, no caso do tabagismo o risco é para fumantes e

para os fumantes passivos também, ou seja favorece o agravamento da doença e transmissão do vírus (HOFFMANN et al., 2020).

RESULTADOS ALCANÇADOS

O Inca (2018) diz que de 80% dos tabagistas têm o desejo de parar de fumar, mais somente 3% anualmente conseguem abandonar o hábito de fumar e a maioria relata que não tiveram ajuda neste processo. Esse baixo percentual dos fumantes que tem êxito na sua decisão e conseguem parar de fumar é um indicativo da necessidade da formação e/ou capacitação de profissionais com técnicas eficazes para abordar da melhor forma possível o fumante.

Silva, Moreira e Martins (2020), dizem que as incertezas futuras e as medidas de isolamento social, devido a pandemia da Covid-19, se associam com a preocupação com a doença relacionada ao tabaco. Por outro lado, pode aumentar o stress e atuar de forma negativa, fazendo com que o sujeito se sinta emocionalmente fragilizado diante de uma real ameaça, podendo recorrer ao cigarro, na tentativa de reduzir os desequilíbrios emocionais.

O tabagismo aumenta o risco de complicações de inúmeras doenças, em especial as cardiovasculares, doenças respiratórias (bronquite e enfisema) e diversos tipos de câncer, além de causar diferentes tipos de inflamação prejudicando os mecanismos de defesa do organismo, o que certamente enfraquece o sistema imunológico, tornando - o menos capaz de responder efetivamente a infecções. Todas as evidências científicas, tanto nos aspectos epidemiológicos, biológicos e psicossociais, quanto do impacto negativo do tabagismo na transmissão e complicações pela Covid-19 apontam que esse fator de risco contribuirá para ampliar a morbimortalidade pelo novo Coronavírus e elevar os gastos do sistema de saúde com a compra de equipamentos, insumos e organização dos serviços.

Segundo a OMS (1999), a intervenção nos tabagistas, através dos profissionais de saúde, é a melhor estratégia para a redução a médio prazo da mortalidade relacionada ao tabagismo. O acesso ao tratamento em uma Estratégia Saúde da Família pode facilitar a adesão do paciente tabagista, por ser atendido por uma equipe que já possui um vínculo, sendo próximo ao seu domicílio e por estar inserida em seu contexto sociocultural, o que influencia positivamente no processo de cessação de fumar.

Hoffmann et al. (2020) salienta que, cabe ao gestor municipal estabelecer formas de atendimento para os pacientes que desejam parar de fumar, assim como garantir aos profissionais de saúde condições físicas, materiais e tecnologias para atender de forma efetiva esse público.

Sendo assim os estudos vem identificando desfechos desfavoráveis a Covid-19, sendo o mesmo associado como um fator de risco para o agravamento da doença principalmente entre fumantes quando comparados a não fumantes é risco é maior (CDC, 2020).

Ainda há publicações que demonstram maior prevalência entre homens, contudo esse mesmo dado não foi encontrado por exemplo na China, onde não houve uma diferença quanto ao gênero, contudo em ambos estudos foi constatado uma porção de fumantes que acabaram tendo um agravamento da doença por conta do tabagismo que principalmente na China é mais prevalente (CHEN et al., 2020; CAI, 2020).

Alguns estudos realizados na América do Norte, Ásia, destacam que os paciente que fumavam possuíam um risco associado até 2,4 vezes maior do que uma pessoa sem comorbidades ou risco associado (LIPP; SANCHIS-GOMAR; HENRI, 2020).

Assim os pacientes que tiveram Covid-19 que eram fumantes e que participaram da pesquisa realizada, foi detectado no tecido pulmonar em torno de 50% a mais que em pessoas que não fumam uma enzima receptora conhecida como ECA2 e esses índices aumentam à medida que aumenta o tempo em que o paciente é fumante (GURUFI; CARBONGNI; ORLANDI, 2020).

CONCLUSÃO

O tabagismo é considerado um grave problema de saúde pública e, portanto, merece uma atenção maior por parte dos gestores nesse período de pandemia da Covid-19. Em se tratando do Programa Tabagismo em tempos de pandemia, há de ser pensada novas formas de atendimento (atendimento por tele consultoria, via telefone, WhatsApp ou outro aplicativo que garanta o atendimento eficaz do paciente; consultas individuais com horários pré-agendados; grupos de acompanhamento via WhatsApp; Lives sobre a temática; dentre outras), na busca de implantar um novo modelo de assistência aos pacientes tabagistas e alcançar bons resultados que agreguem valor ao cliente, aos profissionais, ao programa e ao serviço de saúde.

Entende-se que as pandemias sempre se colocam como desafios não apenas para a sociedade como uns todos, mas também para os sistemas de saúde que precisam entender como funciona a doença, quais são as melhores formas de se combater e principalmente de prevenir.

Assim a saúde vem buscando formas de conscientizar fumantes, disseminando informação e atendimento na rede pública para auxiliar na diminuição dos riscos de complicações devido a Covid-19. Sabe-se que o tratamento e a cessação do hábito de fumar é

difícil devido a dependência química e psicológica, contudo é necessário para que as pessoas consigam enfrentar a pandemia de forma mais branda, poupando vidas.

Assim fica claro, apesar de ainda serem estudos superficiais, dado que a pandemia se iniciou no final do ano de 2019, que, o tabagismo aumenta o risco de complicações graves devido atingir principalmente os pulmões, e os risco são para fumantes e fumantes passivos, ou seja, parcela da população que possui contato com fumantes também tem as chances de terem um agravamento da Covid-19 caso sejam contaminados pelo vírus e não tenham uma resposta imunológica satisfatória.

Nesse sentido, todas as pesquisas encontradas nesse percurso pontuam que não há dúvida que o tabagismo também se constitui em um potencial risco de agravamento da Covid-19, e que esta população fumante, precisa ser atendida, alertada, e conscientizada sobre os riscos que estão correndo.

Entende-se que as pesquisas são iniciais, e que precisam de mais dados, para se observar esse novo fenômeno que sociedade vem enfrentando desde o final de 2019, carecendo assim de mais pesquisas, principalmente buscando identificar os riscos, e principalmente articular ações de saúde pública que visem cuidar e orientar a população sobre a prevenção do desenvolvimento das formas mais graves da Covid-19.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico – Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019 – nCoV)**. 2020. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/janeiro/28/Boletim-epidemiologico-SVS-28jan20.pdf>

CHEN N et al. Epidemiological and clinical characteristics of 99 cases of 2019 novel coronavirus pneumonia in Wuhan, China: a descriptive study. **Lancet**. 2020;395(10223):507-513. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30211-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30211-7)

CAI H. Sex difference and smoking predisposition in patients with COVID-19 [published correction appears in *Lancet Respir Med*. 2020 Apr;8(4):e26]. **Lancet Respir Med**. 2020;8(4):e20. [https://doi.org/10.1016/S2213-2600\(20\)30117-X](https://doi.org/10.1016/S2213-2600(20)30117-X)

CDC. COVID-19 Response Team. Preliminary Estimates of the Prevalence of Selected Underlying Health Conditions Among Patients with Coronavirus Disease 2019 - United States, February 12-March 28, 2020. **MMWR Morb Mortal Wkly Rep**. 2020;69(13):382-386. <https://doi.org/10.15585/mmwr.mm6913e2>.

EVORA PRB, BALDO CF, CELOTTO AC, CAPELLINI VK. Endothelium dysfunction classification: why is it still an open discussion? **Int J Cardiol** 2009; 137:175-6.

INCA. Instituto Nacional de Câncer. **Prevenção e fatores de risco**. Rio de Janeiro: INCA, 2018. Disponível em: <http://portal-prod.sti.inca.local/tabagismo>

Acesso em: 15/09/2020.

INCA. Instituto Nacional de Câncer. **Tratamento do tabagismo**. Rio de Janeiro: INCA, 2019. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/programa-nacional-de-controle-do-tabagismo/tratamento>. Acesso em: 15/09/2020.

GARUFI G, CARBOGNIN L, ORLANDI A. Smoking habit and hospitalization for severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 (SARS-CoV-2)-related pneumonia: The unsolved paradox behind the evidence. **Eur J Intern Med**. 2020;S0953-6205(20)30163-1. <https://doi.org/10.1016/j.ejim.2020.04.042>.

HOFFMANN M et al. SARS-CoV-2 Cell Entry Depends on ACE2 and TMPRSS2 and Is Blocked by a Clinically Proven Protease Inhibitor. **Cell**. 2020;181(2):271-280.e8. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2020.02.052>.

INCA. Instituto Nacional de Câncer. **Nota técnica Esclarecimento à Rede Nacional de Coordenadores do Programa Nacional de Controle do Tabagismo – Programa de Cessação do Tabagismo**. Rio de Janeiro: INCA, 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//nota-esclarecimento-programa-cessacao-do-tabagismo-22-05.pdf>. Acesso em 15/09/2020.

KAUARK, F; MANHÃES, F.C; SOUZA, C.H.M. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LIPPI G, SANCHIS-GOMAR F, HENRY BM. Active smoking and COVID-19: a double-edged sword [published online ahead of print, 2020 May 1]. **Eur J Intern Med**. 2020; S0953-6205(20)30182-5. <https://doi.org/10.1016/j.ejim.2020.04.060>.

MARQUES. A.C.P.R; CAMPANA, A; GIGLIOTTI A. P; LOURENÇO, M.T.C; FERREIRA, M.P. & LARANJEIRA, R. (2001). Consenso sobre o tratamento da dependência de nicotina. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 23, 200-214.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia de Vigilância Epidemiológica. Emergência de saúde pública de importância nacional pela doença pelo coronavírus 2019**. Vigilância integrada de síndromes respiratórias agudas, doença pelo coronavírus 2019, influenza e outros vírus respiratórios. <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/06/GuiaDeVigiEp-final.pdf> Acesso em: 09 dez. 2020.

SILVA, Andre Luiz Oliveira da; MOREIRA, Josino Costa; MARTINS, Stella Regina. COVID-19 e tabagismo: uma relação de risco. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00072020, 2020.

SILVA, Andre Luiz Oliveira da., MOREIRA, Josino Costa., MARTINS, Stella Regina. COVID-19 e tabagismo: uma relação de risco. Cad. Saúde Pública. v.36 , n.5, Rio de Janeiro, 2020.

SARDU, Gambardella et al. **Is COVID-19 an endothelial disease? Clinical and basic evidence.** Preprints 2020; 2020040204. <https://www.preprints.org/manuscript/202004.0204/v1>.

VARDAVAS CI, NIKITARA K. **COVID-19 and smoking: a systematic review of the evidence.** Tob Induc Dis 2020.

U.S. Department of Health and Human Services. Smoking cessation: a report of the Surgeon General. Atlanta: U.S. **Department of Health and Human Services.** 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. The world health report 1999: making a difference. Geneva; 1999. Combating the tobacco epidemic; p. 65-79.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Coronavirus disease (COVID-19) pandemic.** <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019> (acessado em 14/Abr/2020). [Links]

Wu C, Chen X, Cai Y, Xia J, Zhou X, Xu S, et al. **Risk factors associated with acute respiratory distress syndrome and death in patients with coronavirus disease 2019 pneumonia in Wuhan, China.** JAMA Intern Med 2020.

XAVIER, Jhonatan de Assis Dutra; ALVES, Frederico Lucas Braz. Entenda sobre o coronavírus- epidemiologia e precauções. **J. Infect. Control**, 2020 Abr-Jun;9(2):127-128 [ISSN 2316-5324].

CAPÍTULO 15

A BIOSSEGURANÇA COMO FERRAMENTA DE PROTEÇÃO NOS ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS: MUDANÇAS E ADAPTAÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Diego Moraes de Araújo, Clínica Amor Saúde Odontologia
Natanael Charles da Silva, Instituto Federal do Pará
Adauto de Vasconcelos Montenegro, Instituto Federal do Ceará
Ana Gabriela Rodrigues Cardoso, Instituto Federal do Maranhão
Antônio Alison Pinheiro Martins, Instituto Federal do Pará

RESUMO

A pandemia provocada pelo novo coronavírus afetou vários setores, como a economia, educação, turismo e principalmente, a saúde. O presente estudo objetivou realizar uma discussão acerca da utilização dos equipamentos de biossegurança em atendimentos odontológicos em tempos de pandemia, apontando mudanças e adaptações consideradas essenciais na realização de procedimentos imprescindíveis à saúde humana. Para tanto, utilizou-se de artigos científicos publicados em periódicos conhecidos, como o Scielo, Scopus e o Sibi. Ao todo realizamos uma primeira triagem com 30 artigos, onde destes, 7 foram descartados por não conterem informações que estivessem relacionadas com o nosso objeto de estudo. Além dos artigos científicos, buscamos sites relacionados a área da saúde. Com isso, foi possível montar uma tabela, dividida em duas colunas contendo sete procedimentos que consideramos os mais procurados e visíveis em um consultório odontológico, além de equipamentos e procedimentos de biossegurança a serem seguidos. Desta forma, os cuidados listados no presente trabalho, podem chamar a atenção não só dos profissionais da área, mas também do público em geral, aumentando cada vez mais a proteção individual e coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento odontológico, Biossegurança, Pandemia, Covid-19.

1. INTRODUÇÃO

O contágio mundial da covid-19 afetou vários setores, como a economia, educação, turismo e principalmente, a saúde. Desta forma, hospitais, unidades básicas de saúde, clínicas médicas e odontológicas estão em atenção, visto que o colapso no Sistema Único de Saúde (SUS) começou a se instalar em várias cidades do país.

Em decorrência disso, as consultas odontológicas de atendimento eletivo foram suspensas e prosseguiram apenas com os procedimentos de extrema urgência e emergência, com intuito de achatar a curva crescente da pandemia no país, pois o risco de infecção pelo novo coronavírus é muito maior em um ambiente fechado, climatizado, onde o contato com as vias aéreas respiratórias é de muita proximidade com o cirurgião-dentista e profissionais da

área, ressaltando ainda os procedimentos que envolvem os sprays de água e ar, que se espalham como aerossóis no consultório, facilitando o risco de contaminação do paciente para o profissional e vice-versa.

Desta forma, a biossegurança que é considerada uma ciência que estuda e desenvolve ações para a segurança e proteção dos profissionais que executam em suas atividades a manipulação de materiais contaminados que representam um risco a sua saúde e a de outras pessoas, decorrente de condutas inadequadas em relação ao uso de equipamentos e materiais do ambiente de trabalho (CARVALHO *et al.*, 2009), precisa ter total atenção e ênfase neste momento de atendimento.

Atividades antes consideradas corriqueiras e de fácil realização, podendo muitas vezes serem realizadas de forma prática, rápida e com o mínimo de material envolvido, hoje, devem ser cuidadosas e atentas a todos os procedimentos de biossegurança exigidos. Visto que, estas regras são impostas por legislação e normas de biossegurança onde os pesquisadores devem segui-las a fim de promover uma maior proteção e prevenção de agravos a sua saúde (FRANKLIN, BETTINI, FORTES e MATTOS, 2007).

Assim, os protocolos de biossegurança que regulamentam desde as características de construção e planejamento dos laboratórios de pesquisa nas universidades e clínicas de atendimentos diversos, devem atender as necessidades de proteção aos seus usuários conforme às atividades desenvolvidas nestes ambientes, por meio de métodos e equipamentos destinados aos usuários, permitindo a realização de suas atividades com toda a segurança possível (HIRATA e MANCINI FILHO, 2008).

Para Penna *et al.* (2010) os laboratórios de pesquisa deverão apresentar um programa de segurança e barreiras de proteção que venham a desenvolver meios para a proteção dos profissionais e das demais pessoas envolvidas na área, possibilitando uma proteção ambiental, garantia e controle de qualidade do trabalho. Nesse momento de pandemia, observa-se que o mesmo deve acontecer com os consultórios de atendimento odontológico, visto serem ambientes de manipulação constante de equipamentos que necessitam de contato físico entre paciente e operador, podendo ser um meio de fácil propagação do vírus.

Franklin *et al.* (2007) afirmam que a falta dessas regras ou que não foram cumpridas pelas instituições da área da saúde, em relação ao controle dos riscos biológicos podem levar a uma falha no processo de saúde desses profissionais com comprometimento das suas funções, resultando em acidentes de trabalho e facilitando a propagação de agentes biológicos como o

coronavírus.

Com isso, o presente estudo possui como objetivo realizar uma discussão acerca da utilização dos equipamentos de biossegurança em atendimentos odontológicos em tempos de pandemia, apontando mudanças e adaptações consideradas essenciais na realização de procedimentos imprescindíveis à saúde humana, bem como, apresentar de forma resumida uma relação entre os procedimentos e equipamentos da biossegurança necessários em cada caso.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1. O ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO E A BIOSSEGURANÇA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA E PREVENTIVA

Qualquer procedimento odontológico, desde um simples exame clínico até cirurgias complexas, deve seguir normas de biossegurança onde o cirurgião-dentista e sua equipe devem conhecê-las e, obrigatoriamente, aplicá-las dentro das normas estabelecidas pelos órgãos oficiais responsáveis (COHEN, LEÃO e SANTOS, 2013).

Segundo Marcondes e Montanari (2020) para garantir a segurança do paciente e do profissional, bem como a qualidade da assistência prestada, diversos procedimentos precisam ser adotados por todos os profissionais da saúde no que diz respeito à higiene e às medidas de proteção.

Instrumentais como espelho clínico, cureta, escavador, pinças e seringas carpule, entre outros, devem ser devidamente limpos e esterilizados. Equipamentos como a cadeira, a mesa do dentista e o ambiente de atendimento como um todo também devem estar de acordo com as recomendações de higiene e biossegurança (MARCONDES e MONTANARI, 2020).

Cirurgiões-dentistas devem se preocupar em se manter fora da cadeia de transmissão do novo coronavírus e para isso, é importante que sejam seguidas as recomendações atuais de entidades de Saúde como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Centers for Disease Control and Prevention (CDC), a American Dental Association (ADA), o Ministério da Saúde e a Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), bem como os órgãos reguladores no âmbito da Odontologia, Conselho Federal de Odontologia (CFO) e Conselhos Regionais de Odontologia (CRO) que têm sido bastante claros em seus documentos quanto à necessidade da Odontologia tomar medidas protetivas nesse momento ao atendimento de urgências e emergências (SOBEP, 2020).

Ainda segundo a Sociedade Brasileira de Estomatologia e Patologia Oral as

características da prática odontológica, a proximidade dos profissionais com a cavidade oral do paciente e os aerossóis gerados durante o atendimento, deixa o risco de contaminação cruzada bastante alto entre dentistas e pacientes e protocolos rígidos de controle de infecção devem ser adotados.

Cohen, Leão e Santos (2013) afirmam que prevenir a infecção cruzada no consultório odontológico tem sido um grande desafio para o cirurgião-dentista (CD), entretanto, é fundamental a observação dos procedimentos de biossegurança dentro da prática diária nos ambientes odontológicos tanto pelo dentista, quanto pelos auxiliares, pacientes e protéticos, pois são considerados como alvo todos os que estão envolvidos no atendimento clínico ou laboratorial.

Portanto, para evitar riscos inerentes às funções mencionadas, é indispensável adotar, antes, durante e após o atendimento aos clientes e pacientes, algumas práticas relacionadas às precauções padrões universais, bem como aos equipamentos de proteção individual (EPI) (MARCONDES e MONTANARI, 2020).

3. MATERIAL E MÉTODOS

No presente estudo optamos por realizar uma pesquisa pautada em reflexões diárias pertinentes em um consultório odontológico. Para tanto, foi necessário além da vivência prática diária com os equipamentos odontológicos e procedimentos de biossegurança mencionados no texto, a pesquisa de artigos científicos em periódicos conhecidos como Scielo, Scopus e o Sibi.

A pesquisa nestes meios foi pautada em um conjunto de palavras-chaves, como: Equipamentos de Proteção Individual, Biossegurança na Odontologia, Procedimentos Odontológicos e Odontologia e Biossegurança. Ao todo realizamos uma triagem com 30 artigos, onde destes, 7 foram descartados por não conterem informações que estivessem relacionadas com o nosso objetivo de estudo. Os demais, foram utilizados como citações, fundamentação para discussão ou mesmo para embasamento teórico dos autores.

Além dos artigos científicos, buscamos sites relacionados a área da saúde como: Organização Mundial da Saúde (OMS), o Centers for Disease Control and Prevention (CDC), a American Dental Association (ADA), o Ministério da Saúde e a Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), Conselho Federal de Odontologia (CFO) e Conselhos Regionais de Odontologia (CRO).

Com isso, foi possível montar uma tabela, dividida em duas colunas contendo o que

consideramos os procedimentos mais procurados e visíveis em um consultório odontológico bem como os principais equipamentos relacionados, além de indicações de procedimentos de biossegurança a serem seguidos em cada procedimento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da realização de pesquisas em sites especializados na área, artigos, livros e vivência prática, listamos na Tabela 1, sete procedimentos que consideramos essenciais, além de estarem entre os mais procurados em um consultório odontológico, bem como, os principais equipamentos e/ou regras de biossegurança que devem estar associados a cada um destes procedimentos.

Atentamos para o fato de haver outros procedimentos que não estão listados aqui e podem ser considerados por profissionais da área tão importantes quanto, merecendo atenção e cuidados principalmente em tempos de pandemia.

Tabela 1: Relação entre os principais procedimentos odontológicos e os equipamentos e cuidados com a biossegurança.

Procedimento Odontológico	Equipamentos e Cuidados com a Biossegurança
Clínica Geral	Uso de luvas, máscara, gorro, protetor facial, avental e óculos de proteção. Observação: Manter-se afastado do paciente enquanto conversam sobre o problema e só manter proximidade quando estiver com todos os equipamentos de proteção individual.
Implante Dentário	Afastadores, Alicates, Bisturi, Brocas, Espátula, Espelho para face, Óculos de proteção, protetor facial. Observação: Usar todos os EPI's recomendados no procedimento geral, esterilizar todos os equipamentos que entrarem em contato com o paciente.
Prótese Dentária Móvel	Articulador semi-ajustável, Dappen Instrumental: Kit PKT para enceramento progressivo, Lamparina, Le cron, Pincel,

	Vaselina, moldeiras, álcool 70%.
	Observação: Usar todos os EPI's recomendados no procedimento geral, esterilizar todos os equipamentos antes e após o procedimento.
Clareamento	Agente clareador, afastador labial autoclavável, escova de Robson, pasta profilática, taça de borracha e pasta para polimento.
	Observação: Usar todos os EPI's recomendados no procedimento geral, esterilizar todos os equipamentos que entrarem em contato com o paciente.
Periodontia: Tratamento das Gengivas	Carpule, espelho bucal, Cureta de Gracey, Seringa com agulha, sonda periodontal, ponta de ultrassom.
	Observação: Usar todos os EPI's recomendados no procedimento geral, esterilizar todos os equipamentos que entrarem em contato com o paciente.
Endodontia: Tratamento de Canal	Seringa carpule, agulhas descartáveis, Lençol de borracha sintética, grampos, limas endodônticas.
	Observação: Usar todos os EPI's recomendados no procedimento geral, esterilizar todos os equipamentos que entrarem em contato com o paciente.
Ortodontia	Algodão, Gaze, Abaixador de língua, Luva e máscara, Seringa, Fios de sutura, Sugadores plásticos, Fitas para autoclave, elástico ortodôntico, alicate de ortodontia.

Observação: Esterilização dos equipamentos, uso de EPI.

Fonte: Produzido pelos autores (2020).

Além dos cuidados no momento do procedimento odontológico, seja ele de qualquer natureza, é fundamental ainda os cuidados e atenção no momento das pré-consultas. Como, perguntar ao paciente de forma cautelosa sobre possíveis sintomas e histórico de sintomas relacionados ao Covid-19, aferir a temperatura e orientar que os pacientes usem equipamentos como máscara de proteção.

Antes da realização de qualquer procedimento odontológico Andrade, Miranda e Guimarães (2020) recomendam fornecer bochechos com Peróxido de Hidrogênio a 1% ou Iodo povidona a 0,2% para reduzir a carga salivar de uma possível infecção pelo Covid-19, pois estudos comprovam que o vírus é vulnerável à oxidação.

Segundo Santos *et al.* (2006) a higienização das mãos é considerada a ação isolada mais importante para a prevenção e o controle das infecções em serviços de saúde. O simples ato de lavar as mãos com água e sabonete líquido, quando realizado com técnica correta, pode reduzir a população microbiana das mãos e interromper a cadeia de transmissão de infecção entre pacientes e profissionais da área da saúde. Essa ação também é fundamental na prática assistencial em consultórios odontológicos.

Atentamos ainda para a proteção das membranas dos olhos, nariz e boca durante os procedimentos, que deverão ser selecionados de acordo com o tipo de atendimento. Para tanto, é imprescindível o uso de luvas, óculos de proteção facial, máscaras e também viseiras (ANDRADE, MIRANDA e GUIMARÃES, 2020).

Tais equipamentos são considerados Equipamento de Proteção Individual (EPI). Este está definido na Norma Regulamentadora (NR 6) como todo dispositivo de uso individual utilizado pelo empregado, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaça à segurança e à saúde no trabalho (COSTA, 2012).

As luvas constituem uma barreira física eficaz que previne a contaminação do profissional de saúde e reduz os riscos de acidentes tanto durante o atendimento quanto durante a limpeza (YUZBABISOGLU *et al.*, 2009). Já as máscaras são EPI's essenciais durante os procedimentos odontológicos clínicos, pois protegem principalmente o profissional da inalação de aerossóis gerados durante o atendimento pela turbina de alta rotação, pela seringa tríplice, bem como aparelhos de ultrassom (XAVIER e PIRES, 2013).

O avental clínico é importante para o controle das infecções em odontologia, pois serve como uma barreira protetora para o tronco e braços do profissional (MIRANZI, 2006). No entanto, os jalecos ou aventais clínicos devem ser de mangas longas, feitos de tecidos claros e confortáveis, podendo ser de pano ou descartável (GUIMARÃES JÚNIOR, 2001).

Ressaltamos ainda a importância do uso de calçados fechados como um EPI para a proteção dos pés contra impactos de quedas de objetos cortantes e escoriantes (muito utilizados na prática odontológica), além de conferirem proteção contra respingos de produtos químicos (BRASIL, 2000).

O uso do gorro evita a queda de cabelos nas áreas de procedimento, além de ser uma barreira mecânica contra a contaminação dos cabelos por secreções, por aerossóis e por produtos. O gorro deve ser preferencialmente do tipo descartável, deve cobrir todo o cabelo e as orelhas e ser trocado sempre que necessário ou a cada turno laboral (MIRANZI, 2006).

Os óculos de proteção protegem os olhos das secreções, aerossóis e produtos químicos utilizados durante os procedimentos odontológicos e na limpeza e desinfecção de artigos, equipamentos ou ambientes. Os óculos devem possuir as laterais largas, ser confortáveis, com boa vedação lateral, e totalmente transparentes, permitir a lavagem com água e sabão, desinfecção quando indicada, sendo guardados em local limpo, secos e embalados (SANTOS *et al.*, 2006).

Os protetores de face ou viseiras poderão ser usados para conferir proteção mais ampla, porém a máscara sempre deverá ser utilizada. Realizar desinfecção dos protetores de face após cada paciente. Profissional e equipe deverão usar além das máscaras, protetores oculares e gorros descartáveis, jalecos que poderão ser descartáveis ou não. Óculos de grau não são considerados equipamentos de proteção individual, pois não possuem as proteções laterais (ANDRADE, MIRANDA e GUIMARÃES, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento odontológico humanizado no consultório fica prejudicado com o atual cenário, visto que, pacientes pediátricos, Pacientes de Necessidades Especiais - PNE e idosos necessitam de uma abordagem com mais cuidado e atenção, para que se possa obter a confiança do paciente durante os procedimentos. Nesse momento de pandemia evita-se expor por muito tempo na sala de espera, realizando consultas mais curtas e rasas, com conversas suficientes e contato mínimo possível, a fim de evitar qualquer tipo de contaminação pelo vírus.

Tudo isso, afetou a relação do profissional com o paciente, permitindo um atendimento mais formal e “robotizado”. Gestos como apertos de mão, abraços e beijos foram deixados de lado por conta do receio e cuidado com o próximo. Isso reflete diretamente no relacionamento com o paciente durante o atendimento odontológico, porque muitos desses precisam de um atendimento cuidadoso, demorado e humanizado, como é o caso de pacientes de necessidades especiais, pediátricos e idosos.

No entanto, todos os cuidados e atenções com a biossegurança descritos neste trabalho são considerados essenciais para que se tenha êxito no controle da transmissão viral e ainda assim, possam ser realizados procedimentos considerados essenciais na vida e bem estar das pessoas.

Consideramos o tema de suma importância, visto que, a biossegurança está presente de forma tão rotineira nos procedimentos diários em um consultório odontológico que muitas vezes passam despercebidos, podendo um simples descuido facilitar uma infecção e/ou acidente de natureza grave. Desta forma, os cuidados listados no presente trabalho podem chamar a atenção não só dos profissionais de área, mas principalmente do público em geral, aumentando cada vez mais a proteção individual e coletiva.

A pesquisa pode ainda apresentar ramos e direções para implementações e aprofundamentos. Outros procedimentos podem ser incluídos, outras discussões podem ser levantadas e novos estudos poderão dar continuidade a este trabalho que em pauta prioriza a conscientização no uso correto dos procedimentos de biossegurança.

REFERÊNCIAS

Andrade, A. D., Miranda, A. M. M. A., & Guimarães, M.C.V. (2020). *Recomendações para Atendimentos Odontológicos em Tempos de COVID-19 - Conselho Federal de Odontologia*. Disponível em: <https://website.cfo.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Material-Coronavi%cc%81rus-Dentistas-CFO.pdf>. Acesso em: 27 Out. 2020.

Brasil. **Controle de infecções e a prática odontológica em tempos de AIDS: manual de condutas** – Ministério da Saúde. 2020. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_odonto.pdf. Acesso em: 27 Out. 2020.

Carvalho, C. M. R. S., Madeira, M.Z.A, Tapety, F. I, Alves, E. L. M., Matins, M. C. C. C., & Brito, J. N. P. O. (2009). Aspectos de biossegurança relacionados ao uso de jalecos pelos profissionais de saúde: uma revisão da Literatura. **Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis**, 2(18), 355-60.

Cohen, J. V. F. B., Leão, M. V. P., & Santos, S. S. F. (2013). Condutas de biossegurança

relacionadas aos trabalhos protéticos utilizadas por cirurgiões-dentistas de Porto Velho (RO). **Rev. Bras. Odontol.**, 70(1), 93-96.

Costa, A. T. (2012). **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho: Normas regulamentadoras**. 7 ed. São Paulo: Difusão.

Franklin, S. L., Bettini, D. R., Fortes, J. D. N., & Mattos, U. A. O. (2007). *VII-014 – Segurança Química e Biológica em um Laboratório de Anatomia Patológica: A Visão do Corpo Técnico, Docente e Discente*. 42º Congresso.

Guimarães Júnior, J. (2001). **Biossegurança e controle de infecção cruzada em consultórios odontológicos**. São Paulo: Santos.

Hirata, M. H., & Mancini Filho, J. (2002). **Manual de biossegurança**. São Paulo: Manole.

Miranda, A. A., Girish, C. M. B. R., Bitu, F., Marcucci, M., & Montalli, V. A. M. (2020). **Condutas clínicas e Biossegurança para estomatologistas e patologistas orais durante a pandemia do covid-19 - Sociedade Brasileira de Estomatologia e Patologia Oral**. Disponível em: <<http://www.estomatologia.com.br/noticias?codigo=739>>. Acesso em: 28 Ago. 2020.

Marcondes, M. M. S., & Montanari, D. C. P. (2020) **Esterilização e medidas de biossegurança: Em Centros de Materiais e Esterilização e outros estabelecimentos**. São Paulo: Editora SENAC.

Miranzi, S. S. C. (2006). Avaliação da infecção cruzada na clínica odontológica. *JBC*, 10(52), 36-50.

Penna, P. M. M., Aquino, C. F., Castanheira, D. D., Brandi, I. V., Cangussu, A. S. R; Macedo Sobrinho, E., ... & Miguel, A. S. M. (2010). **Biossegurança: uma revisão**. *Arq. Inst. Biol., São Paulo*, 77(3), p.555-465.

Yuzbasioglu, E., Saraç, D., Canbaz, S.; Saraç, Y.S., & Cengiz, S. (2009). A survey of crossinfection control procedures: knowledge and attitudes of turkkish dentists. *J Appl Oral Sci.*, 17(6), 565-569.

Xavier, F. V., & Pires, M. A. F. (2013). Avaliação do uso de Equipamentos de Proteção Individual em Consultórios Odontológicos da Rede Pública de Saúde do Município de Araguaína, Tocantins. **Revista Científica do ITPAC, Araguaína**, 6(4), 1-5.

CAPÍTULO 16

SATISFAÇÃO DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS EM RELACIONAMENTOS AFETIVOS/SEXUAIS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Rafael De Tilio, Docente do Departamento de Psicologia e Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Manuela Carvalho Dantas, Laboratório de Estudos e Pesquisas em Sexualidades e Gêneros da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Mariana Cardozo Manzi, Laboratório de Estudos e Pesquisas em Sexualidades e Gêneros da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Tabitah Almeida Marques, Laboratório de Estudos e Pesquisas em Sexualidades e Gêneros da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Vinícius Sabino Cruz, Laboratório de Estudos e Pesquisas em Sexualidades e Gêneros da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Monize Villega Rios, Laboratório de Estudos e Pesquisas em Sexualidades e Gêneros da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Ana Leticia Scalon de Oliveira, Laboratório de Estudos e Pesquisas em Sexualidades e Gêneros da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

RESUMO

Isolamento e distanciamento social são recomendados pelas autoridades sanitárias contra a pandemia de COVID-19. Os jovens podem ser disseminadores significativos dessas infecções. O objetivo desse estudo foi compreender como jovens universitários vivenciaram a satisfação dos seus relacionamentos afetivos-sexuais durante parte do período de recomendação de isolamento e distanciamento social na pandemia do COVID-19 no Brasil. 585 jovens responderam um questionário de caracterização sociodemográfica e uma escala de satisfação sexual online. Os principais resultados destacaram que a maioria dos respondentes são: mulheres, jovens, brancas, solteiras, sem filhos, de diversas orientações sexuais, de instituições públicas de ensino superior, não trabalhadoras, de renda individual/familiar típicas das classes baixas/médias, e residentes com várias pessoas; ademais, tanto os que estavam quanto os que não estavam em relacionamentos afetivos e sexuais estáveis referiram satisfação afetiva e sexual parcial, porém positiva, e que essa satisfação não se restringia aos intercursos sexuais e compreendiam diálogos entre os parceiros.

PALAVRAS-CHAVE: Infecções por Coronavírus; Comportamento Sexual; Adulto Jovem.

O coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2) é um vírus identificado originalmente em Wuhan (China) e é causador da doença COVID-19 declarada pandemia pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020 que apresenta um espectro clínico desde assintomáticos ou poucos sintomas (80% dos casos) até quadros graves que necessitam de atendimento hospitalar por apresentarem dificuldades respiratórias, além de outros agravos (20% dos casos) (WHO, 2020a). Sua transmissão ocorre de uma pessoa

infectada para outra por meio de toque/aperto de mão, gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro e objetos ou superfícies contaminadas.

Por isso, as principais medidas profiláticas são a higienização das mãos, objetos ou alimentos com água ou sabão ou álcool em gel, a proteção da boca e nariz ao tossir e espirrar, a utilização de máscaras faciais e o isolamento/distanciamento social (WHO, 2020b). Pesquisas indicam que quanto menor é a taxa de isolamento e distanciamento social maior é o número de infectados e, conseqüentemente, de óbitos – em outras palavras o isolamento e distanciamento social indicados pelas autoridades sanitárias e políticas são medidas preventivas importantes e de responsabilidade de todos (INLOCO, 2020; WERNECK; CARVALHO, 2020).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2020a) idosos, diabéticos, hipertensos, obesos, pessoas com insuficiências renais crônicas, com insuficiências respiratórias, com problemas cardiovasculares e/ou em tratamento oncológico são vulneráveis à infecção e agravos do COVID-19. Os jovens (desde que não possuam as características supracitadas) não são considerados vulneráveis ou em risco ao COVID-19, mas podem ser vetores de transmissão da infecção aos vulneráveis e, por isso, devem ser considerados como elementos importantes por parte dos gestores sanitários na formulação e implementação de políticas específicas de enfrentamento da pandemia (MINUSSI *et al*, 2020).

Até o final do mês de fevereiro/2021 no mundo ocorreram aproximadamente cento e doze milhões de infecções e dois milhões e quinhentos mil óbitos por COVID-19. No mesmo período no Brasil ocorreram aproximadamente dez milhões e trezentas mil infecções e duzentos e cinquenta mil óbitos – 10% das mortes no mundo todo, sendo o terceiro país em números de infectados e o segundo em número de mortos) (GEOCOVID, 2020; GOOGLE, 2021). Dentre os infectados os agravos em saúde podem ser diversos (dificuldades respiratórias, circulatórias, hematológicas, motores e neurológicas), além de causar impactos na saúde mental (ansiedade, depressão e estresse pós-traumático) (SCHMIDT *et al*, 2020).

Todavia, tanto infectados (assintomáticos ou sintomáticos graves e não-graves) quanto não-infectados pela COVID-19 podem também ter sua saúde mental prejudicada em decorrência do isolamento e do distanciamento social – dentre as quais se destacam o aumento do sedentarismo, a ansiedade, a depressão, o abuso de álcool e outras substâncias psicoativas, o aumento dos conflitos interpessoais e familiares, o incremento de vulnerabilidades e riscos psicossociais etc.) (FARO *et al*, 2020; FIOCRUZ, 2020) – e, dentre eles, está a população de jovens e de estudantes universitários (MAIA; DIAS, 2020).

Neste sentido, a Psicologia enquanto ciência e profissão dedicada à prevenção de doenças e agravos, à promoção da saúde e ao tratamento de danos físicos ou de sofrimentos mentais possui relações com a saúde coletiva (OSMO; SCHRAIBER, 2015) e, assim, deve considerar as influências dos determinantes sociais de saúde (fatores sociais, econômicos, culturais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e os fatores de risco/vulnerabilidade destes nas populações) na qualidade de vida e no bem estar dos sujeitos e das coletividades. Em casos específicos a Psicologia auxilia na atenção/intervenção especializada visando a resolubilidade e a integralidade do cuidado em saúde (ALVES, 2018; CFP, 2019; MARTIN *et al*, 2018).

Dentre os DSS constam a qualidade percebida nas relações afetivas e sexuais que impacta as condições de saúde (SILVA; PAULINO; RAIMONDI, 2020) e, por isso, deve ser palco de atenção das ciências humanas aplicadas à saúde e das autoridades sanitárias (ARAÚJO; SCHRAIBER; COHEN, 2011). Considerando que a juventude é um período de descoberta e de experiências afetivas e sexuais importantes para a constituição da personalidade dos sujeitos (CALLIGARIS, 2009) e que essa população ocupa papel significativo na transmissão/contenção da disseminação da pandemia (MINUSSI *et al*, 2020), o objetivo desse estudo foi compreender como jovens universitários vivenciaram a satisfação dos seus relacionamentos afetivos-sexuais durante parte do período de recomendação de isolamento e distanciamento social decorrentes da pandemia do COVID-19 no Brasil.

MÉTODO

Tipo de pesquisa: Pesquisa quantitativa de caráter descritivo em Psicologia (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007).

Participantes: Foram convidados para participar da pesquisa jovens universitários de instituições públicas e privadas brasileiras. 598 respondentes enviaram respostas, todavia apenas 585 (por terem respondido a todos os itens) foram consideradas válidas. A descrição dos participantes consta na seção de resultados.

Instrumentos: Para a coleta dos dados foram utilizados dois instrumentos autoaplicáveis pelos respondentes que foram disponibilizados por meio de recursos de tecnologias da informação computacionais (ou seja, à distância):

(1) questionário elaborado pelos pesquisadores (adaptado de ANDRADE; CZERNECKA; ZANELLO, 2020) contendo vinte e duas questões de múltiplas escolhas sobre

o perfil sociodemográfico dos participantes, incluindo aspectos dos seus relacionamentos afetivos e sexuais

(2) escala de satisfação sexual (adaptada de CATÃO *et al*, 2010)²⁰ do tipo Likert com cinco opções de resposta (concordo plenamente, concordo parcialmente, nem concordo nem discordo, discordo parcialmente, discordo totalmente) para afirmações a partir das quais os respondentes aferem a intensidade de sua satisfação com as situações propostas. As afirmações constam em 30 itens divididos em cinco dimensões: contentamento (satisfação no que diz respeito aos aspectos sociais e emocionais do relacionamento; itens 1 a 6); comunicação (discussão de questões sexuais e emocionais; itens 7 a 12); compatibilidade (conformidade entre os parceiros relacionados às crenças, preferências, desejos e atração; itens 13 a 18); preocupação relacional (interesse na relação; itens 19 a 24); preocupação pessoal (interesse pessoal; itens 25 a 30)

Procedimentos de coleta dos dados: Os termos de Consentimento Livre e Esclarecido, de Assentimento Após Esclarecimento (cujo aceite condicionava o acesso aos instrumentos) e os dois instrumentos de coleta dos dados foram disponibilizados aos participantes por meio de um link de acesso a uma planilha do Google Formulários durante período de aproximadamente um mês (06/05/2020 a 10/06/2020) e após esse período a opção de coleta e recebimento de novas respostas foi desabilitada). Durante o período no qual a coleta de respostas esteve habilitada foram realizados convites e divulgações semanais de participação por meio das redes sociovirtuais junto aos grupos de contatos profissionais e pessoais (centros e diretórios acadêmicos de cursos de graduação, ligas acadêmicas das áreas de educação e saúde, secretarias de cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas etc.) dos pesquisadores.

Na descrição da proposta de participação constava que o respondente deveria considerar suas impressões e vivências exclusivamente decorrentes do período de recomendação de isolamento e distanciamento social (iniciadas em março/2020 até a data da sua resposta) resultantes da pandemia de COVID-19. O período de coleta das respostas correspondeu a um dos períodos com maior índice (50%) de isolamento e distanciamento social no Brasil desde o início da pandemia (INLOCO, 2020) e que apresentava, devido a sua novidade, severas dificuldades de adaptação dos sujeitos a essa realidade de necessidade de restrições de

²⁰ A escala original (em inglês e em português) utiliza o gênero feminino na concordância verbo-nominal por ser este seu público-alvo. Na adaptação para esse estudo utilizamos o gênero masculino na concordância verbo-nominal (por ser esta a recomendação da norma culta da língua portuguesa) pelo fato de o público-alvo não ser composto exclusivamente por mulheres.

mobilidade e de contatos sociais presenciais (FIOCRUZ, 2020) e que, por isso, poderiam impactar vários aspectos da vida e da saúde dos sujeitos e das coletividades.

Procedimentos de análise dos dados: As respostas aos itens foram dispostas em uma planilha de Excel e em gráficos de frequência de valores nominais e percentuais a partir de recursos disponibilizados automaticamente pelo aplicativo Google Formulários. Devido às limitações de espaço as imagens em formato de gráficos não serão apresentadas, apenas a descrição das frequências percentuais dos resultados.

Aspectos éticos: Esse estudo²¹ foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da instituição de origem dos pesquisadores (CAAE 89552318.9.0000.5154 na Plataforma Brasil). Destaca-se que a utilização do Google Formulários para a coleta dos dados não retém nem o e-mail nem o IP (Internet Protocol) dos respondentes, impossibilitando a identificação dos participantes.

RESULTADOS

Dos 598 respondentes que acessaram o questionário 585 (99,8%) responderam todas as questões, sendo este considerado o universo da pesquisa. Os principais resultados referentes às características sociodemográficas da amostra (instrumento 1) são:

Idades: 91,28% (534) entre 18 e 25 anos de idade; 7,69% (45) entre 26 e 33 anos de idade; 0,85% (5) entre 34 e 41 anos de idade; 0,17% (1) entre 50 e 59 anos

Sexo, gênero e orientação sexual: 76,9% (450) mulheres, destas sendo 98,6% (444) cisgêneras (53,8% heterossexuais, 32,6% bissexuais, 11,2% homossexuais, 0,4% assexuais), 1,4% (6) não-binárias (50% homossexuais, 33,3% heterossexuais e 16,6% bissexuais); 22,9% (134) homens, destes sendo 97,7% (131) cisgêneros (45% heterossexuais, 37,4% homossexuais, 15,2% bissexuais), 1,5% (2) não-binários (50% homossexual, e 50% bissexual) e 0,76% (1) transgênero (heterossexual); 0,2% (1) é intersexo (não-binário e homossexual)

Estado civil: 86,6% (507) solteiros; 6,5% (38) casados/união estável no formato casal; 6,3% (37) namorados ou ficantes regulares; 0,34% (2) divorciados; 0,17% (1) casado/união estável no formato poliamor

Cor/raça/etnia: 73,7% (431) brancos; 16,8% (98) pardos; 8% (47) pretos; 1,5% (9)

²¹ Esse estudo é parte integrante da pesquisa *Discursividades Contemporâneas sobre Sexualidade e Gênero* desenvolvido pelo Laboratório de Estudos e Pesquisa em Sexualidade e Gênero da UFTM (registrado no diretório de grupo de pesquisa do CNPq) em conjunto com a Liga de Sexualidade (LiS) da UFTM (Programa de Extensão 31/2020 da PROEXT/UFTM).

outros

Religião: 40,9% (239) tem religião, mas não são praticantes; 18,6% (109) tem religião e são praticantes; 40,5% (237) não tem religião

Escolaridade: 95,4% (558) estão cursando graduação; 3,8% (22) estão cursando pós-graduação mestrado; 0,7% (4) estão cursando pós-graduação doutorado; 0,17% (1) está cursando pós-graduação pós-doutorado

Instituição de ensino atual: 64,6% (378) estão em universidades públicas federais; 13,5% (79) estão em universidades públicas estaduais; 0,5% (3) estão em universidades públicas municipais; 21,4% (125) estão em universidades particulares

Trabalho e renda pessoal e familiar: 74,9% (438) não trabalham; 13,2% (77) trabalham em condições informais; 12% (70) trabalham em condições formalizadas. Em relação à renda pessoal 68,5% (401) não tem renda e dependem exclusivamente dos familiares; 17,4% (102) recebem até 1 salário mínimo (SM); 12,5% (73) recebem entre 1SM e 3SM; 1,4% (8) recebem entre 3SM e 5SM; 0,17% (1) recebem entre 5SM e 10SM. Em relação à renda familiar 2,1% (12) recebem menos de 1SM; 32,5% (190) recebem entre 1SM e 3SM; 30,9% (181) recebem entre 3SM e 5SM; 22,7% (133) entre 5SM e 10SM; 11,8% (69) recebem mais que 10SM

Filhos: 98,1% (574) não possuem filhos; 7 (1,2%) possuem apenas um filho; 3 (0,5%) possuem dois filhos; 1 (0,2%) possui mais que dois filhos

Isolamento/distanciamento social: 86,8% (508) não estão cuidando de alguém do grupo de risco/vulnerável; 13,2% (77) estão cuidando de alguém do grupo de risco/vulnerável. Dentre os respondentes 92,8% (543) estavam cumprindo com as recomendações de isolamento e distanciamento social (cujas maiores motivações eram infectar ou serem infectados pela COVID-19); 7,2% (42) não estavam cumprindo com as indicações de isolamento e distanciamento social (9,5% destes alegaram que essas medidas eram desnecessárias e/ou ineficazes e 90,5% alegaram que precisavam sair do isolamento por motivos de trabalho)

Condições de moradia: 95,4% (558) moram/residem com outras pessoas, e destes: 83,5% (466) residem com familiares (14,2% com um familiar, 6,5% com dois familiares, 31,9% com três familiares, 31,11% com quatro familiares, 13,73% com mais de quatro familiares, 2,5% não especificaram o número de familiares); 11,1% (62) residem com colegas ou amigos (30,6% moram em duplas, 22,5% moram em três pessoas, 22,5% delas moram em

quatro pessoas, 22,5% delas moram em mais de quatro pessoas); 5,3% (30) residem com parceiros afetivos (83,3% em casais, 10% em trios, 6,6% em quartetos); e 4,6% (27) residem sozinhos

Relacionamentos afetivos e sexuais: 74,5% (436) estavam em algum tipo de relacionamento afetivo/sexual estável (77% com um parceiro fixo; 1,3% com mais de um parceiro; 11% sem parceiro fixo; 10% em relacionamentos exclusivamente à distância pela internet) e 34,1% (149) não estavam em relacionamentos afetivos/sexuais.

Dos 436 que estavam em algum tipo de relacionamento afetivo/sexual estável 71% são namorados, 21,8% são ficantes, 3,2% são conhecidos, 3,2% são esposos e 1,1% são outros. Destes 436, 16,9% relataram que a frequência das relações sexuais se manteve igual ao usual (anterior a pandemia) (6,7% estão insatisfeitos e 93,27% estão satisfeitos), 38,9% relataram que a frequência das relações sexuais diminuiu (52,9% estão insatisfeitos e 47,05% estão satisfeitos), e 7,11% relataram que a frequência das relações sexuais aumentou (96,7% estão satisfeitos e 3,2% estão insatisfeitos). Desses esses 436 respondentes 36,9% relataram que estão abstêmios de relações sexuais presenciais (recorrendo à masturbação, pornografia, sexting, webcam etc.) devido ao isolamento e distanciamento social (75,1% estão insatisfeitos e 24,84% estão satisfeitos).

Por sua vez, dos 149 que responderam não estar em relacionamentos afetivos e sexuais de quaisquer tipos: 86,5% (129) deixaram de manter relações sexuais desde o início da recomendação de isolamento e distanciamento social (todos recorrem à masturbação solo com ou sem *sextoys* e, por vezes, à pornografia da internet; 24% relataram satisfação e 62% relataram insatisfação com esse tipo de prática); 12,7% (19) relataram manter relações sexuais não-presenciais (isto é, diferentemente do subgrupo anterior consideravam a masturbação solo com ou sem *sextoys* e/ou o uso de pornografia um tipo de relação sexual; destes 15,8% disseram que a frequência se manteve e estão insatisfeito, 5,2% disseram que a frequência aumentou e que estão satisfeito, e 68,4% disseram que a frequência diminuiu e a maioria está insatisfeita); e 0,6% (1) disse que mantinha relações sexuais com profissionais do sexo, mas deixou essa prática devido ao isolamento e distanciamento social.

Os principais resultados referentes ao instrumento 2 (escala de satisfação sexual; apesar de cada item possuir cinco opções de resposta do tipo Likert eles serão apresentados em três extratos: concordância [concordo plenamente, concordo parcialmente], indiferença [nem concordo nem discordo] e discordância [discordo parcialmente, discordo totalmente]):

Domínio do contentamento: se vida sexual atual é satisfatória (item 1) 54,2% concordaram, 23,3% discordaram, 12,5% nem concordam nem discordaram (doravante, esse item será denominado indiferente); se falta algo na vida sexual atual (item 2) 65,6% concordaram, 24,8% discordaram, 9,6% são indiferentes; se inexistente intimidade suficiente na vida sexual (item 3) 58,2% discordaram, 30,6% concordaram, 11,3% são indiferentes; se há contentamento com a quantidade de expressões sexuais (beijos, carícias, relações sexuais etc.) (item 4) 53,7% concordaram, 38,8% discordaram, 7,5% são indiferentes; se inexistente problemas ou preocupações sobre sexo (excitação, orgasmo, frequência, compatibilidade, comunicação etc.) (item 5) 49,2% concordaram, 28,6% discordaram, 12,1% são indiferentes; se há satisfação sexual geral (item 6) 66% concordaram, 22,7% discordaram, 11,3% indiferentes

Domínio da comunicação: se os parceiros ficam na defensiva nas conversas sobre sexo (item 7) 75,7% discordaram, 12,5% são indiferentes, 11,8% concordaram; se não há conversa abertas sobre sexo com os parceiros (item 8) 78,4% discordaram, 11,1% concordaram, 11,1% são indiferentes; se o respondente fica confortável para discutir sobre sexo quando o parceiro deseja (item 9) 79,3% concordaram, 13,2% discordaram, 7,5% são indiferentes; se o parceiro mostrar-se muito à vontade para conversar sobre sexo (item 10) 76,7% concordaram, 11,8% são indiferentes, 11,4% discordaram; se não há dificuldades de falar sobre as emoções quando solicitado pelos parceiros (item 11) 64,1% concordaram, 27,4% discordaram, 8,5% são indiferentes; se os parceiros não tem dificuldades em falar de emoções quando solicitado pelo respondente (item 12) 49,7% concordaram, 34,7% concordaram, 15,6% são indiferentes

Domínio compatibilidade: se o parceiro não é sensível ou atento suficiente sobre os gostos ou desejos sexuais (item 13) 60,3% discordaram, 24,6% concordaram, 15% são indiferentes; se há incompatibilidade sexual com o parceiro (item 14) 67,9% discordaram, 16,4% são indiferentes, 15,7% concordaram; se as crenças e atitudes do parceiro sobre sexo são diferentes das do respondente (item 15) 60,7% discordaram, 23,6% concordaram, 15,7% são indiferentes; se não há compatibilidade sexual e de desejos entre os parceiros (item 16) 62,4% discordaram, 24,5% concordaram, 13,2% são indiferentes; se não há forte atração física entre os parceiros (item 17) 70,8% discordaram, 18,5% concordaram, 10,8% são indiferentes; se os parceiros não combinam no estilo e preferências sexuais (item 18) 67,9% discordaram, 16,4% concordaram, 15,6% são indiferentes

Domínio preocupação relacional: se o parceiro se frustra com dificuldades do respondente (quaisquer tipos de desconfortos, impedimentos e ansiedades) sexuais (item 19)

51,9% concordaram, 33,3% discordaram, 14,7% são indiferentes; se as dificuldades sexuais do respondente atrapalham a relação afetiva (item 20) 48% concordaram, 39,2% discordaram, 12,8% são indiferentes; se o parceiro procuraria outro parceiro devido às dificuldades sexuais do respondente (item 21) 58% discordaram, 28,7% concordaram, 13,3% são indiferentes; se o parceiro está sexualmente insatisfeito (item 22) 62,2% concordaram, 26,5% discordaram, 11,3% são indiferentes; se o parceiro percebe o respondente menos desejável devido às dificuldades sexuais (do respondente) (item 23) 46,1% discordaram, 41,7% concordaram, 12,1% são indiferentes; se o parceiro fica desapontado com as dificuldades sexuais do respondente (item 24) 58,1% discordaram, 27,3% concordaram, 14,4% são indiferentes

Domínio preocupação pessoal: se as dificuldades sexuais do respondente são frustrantes para o parceiro (item 25) 55,9% discordaram, 32,9% concordaram, 11,3% são indiferentes; se as dificuldades sexuais do respondente o tornam sexualmente insatisfeito (item 26) 59,5% discordaram, 27,3% concordaram, 13,2% são indiferentes; se o respondente se preocupa que suas dificuldades sexuais o farão buscar satisfação sexual fora do relacionamento (item 27) 71,3% discordaram, 14,9% concordaram, 13,8% são indiferentes; se o respondente está infeliz com suas dificuldades sexuais ao ponto de afetar sua autoestima (item 28) 63% discordaram, 26,1% concordaram, 10,8% são indiferentes; se o respondente está infeliz com suas dificuldades sexuais ao ponto de afetar seu bem-estar (item 29) 69% discordaram, 19,3% concordaram, 11,6% são indiferentes; se as dificuldades sexuais do respondente lhe causam irritação e raiva (item 30) 63,9% discordaram, 24,4% concordaram, 11,6 são indiferentes

DISCUSSÃO

Em relação aos resultados do primeiro instrumento (caracterização sociodemográfica dos respondentes) destacam-se que os participantes são na maioria mulheres cisgêneras, jovens, brancas, solteiras e sem filhos, de orientação sexual diversa (que se divide quase que igualmente entre heterossexuais e entre não-heterossexuais) e matriculadas em instituições públicas de ensino superior. A maior parte dos respondentes não trabalha e depende financeiramente dos pais e dos responsáveis, cujas rendas pessoais e familiares são típicas de classes baixas e médias; além disso, a maioria divide a moradia com muitas pessoas (familiares ou colegas/amigos também universitários) sendo poucos os que residem sozinhos. Excetuando o tipo de instituição superior (pública) e (baixa) empregabilidade o perfil dos participantes corresponde ao do estudante do ensino superior brasileiro (INSTITUTO SEMESP, 2020).

Esses resultados são interessantes porque destacam tanto a significativa adesão de

respondentes que são do ponto de vista do sexo e do gênero mulheres cisgêneras quanto a diversidade das orientações sexuais (elevada presença de não-heterossexuais) – não há dados consolidados sobre a orientação sexual dos estudantes do ensino superior brasileiro (INSTITUTO SEMESP, 2020). Todavia, esses resultados podem estar relacionados à valorização destes temas e assuntos (relacionamentos afetivos e sexuais) por parte das mulheres e da feminilidade quando comparadas aos homens e à masculinidade, sendo ambos resultados de construções históricas (CAMPOS; DE TILIO; CREMA, 2017). Além disso, a diversidade das orientações sexuais indicadas poderia ser compreendida pelo fato de as instituições universitárias serem considerados espaços de expressão e aceitação das diversidades sexuais (AFONSO; RODRIGUES; MAXIMILIANO, 2018).

Ademais, se muitos jovens sofrem impactos na saúde mental (ansiedade, depressão, abuso de substâncias psicoativas e distúrbios do sono entre outros) e na saúde física (diminuição da qualidade da alimentação e dos hábitos esportivos dentre outros) ao se mudarem da cidade de origem e ficarem longe dos pais, dos colegas e das suas redes de contato pessoal, possíveis dificuldades, riscos e vulnerabilidades tendem a se agravar quando passam a residir sozinhos ou com pessoas com diferentes hábitos, além de terem de se responsabilizar pelos e negociar com os demais as respostas aos deveres relacionados a nova residência (BARROSO; OLIVEIRA; ANDRADE, 2019). Neste sentido, a estabilidade nas relações afetivas e sexuais (independentemente das orientações sexuais, e considerando desde as continuadas desde a cidade de origem até as iniciadas no contexto universitário) podem servir de fatores protetivos frente às adversidades que a vida/condição universitária pode impor aos jovens (NOGUEIRA, 2017; SPINDOLA *et al*, 2020).

Parte significativa dos participantes estava em algum tipo de relacionamento afetivo e/ou sexual estável (namorados/parceiros regulares) durante o período de recomendação de isolamento e distanciamento social, mas justamente devido a pandemia de COVID-19 também estavam sem manter relações sexuais presenciais. Há de se mencionar que parte destes participantes designou a masturbação solo (com ou sem uso de *sextoys*, *sexting* e, por vezes, com recurso à pornografia online) como um tipo de relação sexual, mas, no geral, estão relativamente satisfeitos com a vida sexual atual – resultado diferente ao encontrado no grupo dos participantes (os casados e os que residem com os parceiros) que relataram aumento na frequência e elevada satisfação com as relações sexuais durante a pandemia. A masturbação (solo ou partilhada) e o uso de materiais pornográficos é estratégia recorrente por parte dos jovens (principalmente do sexo masculino) visando a satisfação sexual (ANDRADE; DIAS;

GUERRA, 2004). Dentre os respondentes que não estavam em relacionamentos afetivos e sexuais estáveis imediatamente antes ou durante o período de recomendação de isolamento e distanciamento social também houve diminuição das relações sexuais e da satisfação com a vida sexual (apesar de muitos terem relatado recorrer à masturbação) decorrentes da diminuição das oportunidades dos contatos sociais presenciais e da possibilidade de encontrar parceiros disponíveis.

Diferentemente do que indica parte da literatura científica ser jovem e universitário não é, necessariamente, estar uma situação de exposição aos riscos no campo da sexualidade (GUERRA *et al*, 2020), pois relacionamentos afetivos e sexuais desde que estáveis (de quaisquer orientações sexuais) podem servir de fatores protetivos aos jovens universitários tanto por diminuírem a exposição aos riscos e vulnerabilidades (NOGUEIRA, 2017; SPINDOLA *et al*, 2020) quanto por aumentarem a satisfação sexual e, conseqüentemente, a qualidade de vida e bem-estar percebidos (NELAS *et al*, 2018; TRINDADE; OLIVEIRA; DAMASCENO, 2019).

Em relação ao enfrentamento da pandemia da COVID-19 a maior parte dos respondentes não estava responsável por cuidar de alguma pessoa em situação de vulnerabilidade (para a COVID-19 ou outra situação psicossocial) e, no momento da coleta dos dados, cumpria com as recomendações de isolamento e distanciamento social. A minoria que não cumpria com essas recomendações alegou (menor parte dos respondentes) ou desacreditar na eficácia/necessidade destas medidas ou (maior parte dos respondentes) que precisava sair por motivos de trabalho. Desacreditar dos agravos em saúde (ou mesmo da existência da pandemia de COVID-19) e, conseqüentemente, da necessidade da adoção de medidas eficazes para mitigar as transmissões infecciosas e os efeitos da pandemia, além da falsa dicotomia entre situações (macro) econômicas e sanitárias, são uns dos principais problemas a serem enfrentados pelas autoridades sanitárias e políticas (LANA *et al*, 2020). Todavia, há de se considerar que por vezes os trabalhadores (tanto os em condições informais quanto os formais, incluindo alguns dos participantes) são compelidos por seus empregadores a continuar frequentando seus ambientes de trabalho mesmo durante a pandemia.

Em relação aos dados do segundo instrumento (escala de satisfação sexual) os respondentes indicaram, no geral, estarem satisfeitos quanto ao domínio do contentamento (satisfação no que diz respeito aos aspectos sociais e emocionais do relacionamento), apesar de parte deles indicar insatisfações específicas quanto a alguns itens – especialmente a ausência

de beijos, carícias e outras práticas sexuais presenciais ocasionada pelo isolamento e distanciamento social e pela diminuição (quando não interrupção) das oportunidades de contatos sociais e sexuais presenciais.

Os respondentes também estão satisfeitos quanto ao domínio da comunicação (discussão de questões sexuais e emocionais) ficando à vontade tanto para inquirir quanto para ser inquirido sobre as relações sexuais. Todavia, apesar de também ser avaliado positivamente, as frequências de concordância quanto a sentir-se à vontade para falar ou o parceiro sentir-se à vontade para falar sobre afetos (sentimentos) é um pouco menor do que em relação a falar sobre a satisfação sexual. Essa discordância pode ser decorrente de a maioria dos participantes serem mulheres e falarem (mais que os homens, e pelo menos publicamente) sobre os aspectos afetivos (CAMPOS; DE TILIO; CREMA, 2017; SPINDOLA *et al*, 2020).

Quanto ao domínio da compatibilidade (conformidade entre os parceiros relacionados às crenças, preferências, desejos e atração) os respondentes confirmaram positivamente a afinidade afetiva e física com os parceiros afetivos e sexuais, apesar de que as menções específicas quanto a existência de conflitos motivados por questões pontuais (crenças, desejos, práticas, desempenhos e motivações sexuais) podem, em parte, serem compreendidos como decorrentes de padrões generificados, isto é, das diferenças culturais e socializatórias atribuídos aos homens e as mulheres (NELAS *et al*, 2018; TRINDADE; OLIVEIRA; DAMASCENO, 2019).

Quanto ao domínio da preocupação relacional (interesse na relação) os respondentes indicaram satisfação parcial, pois quase metade deles indicou temer que as dificuldades sexuais (quaisquer tipos de impedimentos físicos ou mentais) pudessem influenciar nos relacionamentos afetivos e sexuais com o parceiro, mas não ao ponto de justificar o rompimento ou término do relacionamento – destaca-se a preocupação com a satisfação sexual e afetiva propiciada ao parceiro mencionada por aproximadamente um terço dos respondentes. De modo geral, satisfazer afetiva e sexualmente o parceiro e temer não corresponder as suas expectativas configuram dentre as principais preocupação nos relacionamentos de jovens universitários, não raro causando impactos na saúde mental (NOGUEIRA, 2017).

Por último, o domínio da preocupação pessoal (interesse pessoal) foi avaliado de maneira positiva pelos respondentes, ou seja, no geral indicaram haver afinidade afetiva e sexual com os parceiros apesar de existirem momentos específicos de insatisfações – um terço dos respondentes indicou impactos na autoestima e no bem-estar decorrente de possíveis

dificuldades sexuais; além disso, um quarto dos respondentes avaliaram que as dificuldades sexuais lhe causam irritação ou raiva. Novamente, essas parecem ser preocupações contumazes de jovens com vida sexual ativa (Nogueira, 2017).

Em resumo, considerando os cinco domínios avaliados pelo instrumento 2 pode-se considerar que os participantes se sentem parcialmente satisfeitos com seus relacionamentos afetivos e sexuais a despeito da existência de queixas e conflitos pontuais decorrentes das recomendações de isolamento e distanciamento motivados pela pandemia de COVID-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender como jovens universitários vivenciaram a satisfação dos seus relacionamentos afetivos-sexuais durante parte do período de recomendação de isolamento e distanciamento social decorrentes da pandemia do COVID-19 no Brasil. Considerando a importância e relevância da sexualidade (em suas mais diversificadas expressões) e dos relacionamentos afetivos e sexuais estáveis (independentemente das orientações sexuais dos parceiros) para os jovens, o período de coleta dos dados compreendeu um dos momentos de maior indicadores de isolamento e distanciamento social – o que pode ter influenciado em suas percepções quanto a satisfação destes atributos.

Dentre os principais resultados das características sociodemográficas dos respondentes destacam-se que são na maioria mulheres, jovens, brancas, solteiras, sem filhos, de orientação sexual diversa (isto é, heterossexuais, bissexuais e homossexuais), que estudam em instituições públicas de ensino superior, que não trabalham e dependem economicamente dos pais ou responsáveis, que possuem renda individual ou familiar típicas das classes médias e baixas e que residem com várias outras pessoas (sejam familiares, seja, colegas). Essas características correspondem, no geral, ao perfil do jovem estudante universitário brasileiro. Dentre os principais resultados relacionados à satisfação afetiva e sexual destaca-se a parcialidade dessa satisfação (devido à pouca ou restrita oportunidade de continuidade dos contatos sociais e sexuais durante o período de recomendação de isolamento e distanciamento social) tanto entre os que estavam em relacionamentos quanto os que não tinham relacionamentos afetivos e sexuais estáveis. Porém, relacionamentos afetivos e sexuais (de quaisquer orientações sexuais) estáveis tenderam a ser mais satisfatórios que os não estáveis. Além disso, os respondentes destacaram que a satisfação afetiva e sexual não se limita às relações sexuais presenciais e incluem as individuais (masturbação solo), as intermediadas pelas tecnologias da informação e comunicação (masturbação solo ou partilhadas com intermediação de webcams, sexting,

recurso à materiais pornográficos na internet etc.) e, também, a relevância e importância do diálogo e da troca de informações com os parceiros.

Esse estudo possui algumas limitações, dentre os quais se destaca o perfil dos respondentes (jovens universitários) e a especificidades dos instrumentos empregados (quantitativos). Certamente, populações compostas por jovem não-universitários e o emprego de instrumentos qualitativos de coleta dos dados poderiam agregar significados substanciais aos resultados desta pesquisa. Mesmo assim os resultados deste estudo são significativos e, além dos que foram destacados, eles potencialmente podem auxiliar na compreensão das demandas desta população e na implementação de ações específicas por parte das instituições de ensino superior visando o incremento da qualidade de vida das suas comunidades internas e externas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L. M.; RODRIGUES, M.; OLIVEIRA, E. F. Juventude universitária e direitos de cidadania: sentidos atribuídos à diversidade sexual. **Cadernos de Pesquisa**, v.48, n.169, p.948-972, 2018. <https://dx.doi.org/10.1590/198053145364>

ALVES, T. M. Interfaces entre gênero e saúde mental abordadas por estudos qualitativos das ciências sociais e humanas: foco nas experiências subjetivas. **Gênero (Niterói)**, v.18, n.2, p.155-177, 2018. <https://doi.org/10.22409/rg.v18i2>

ANDRADE, D.; CZERNECKA, J.; ZANELLO, V. **Pesquisa: Solteiras e solteiros em isolamento social**. Unpublished raw data. 2020.

ANDRADE, F. C.; DIAS, M. R.; GUERRA, V. M. Atitudes de estudantes universitários frente ao consumo de materiais pornográficos. **Estudos de Psicologia**, v.9, n.2, p.269-277, 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2004000200008>

ARAÚJO, M. F.; SCHRAIBER, L. B.; COHEN, D. D. Penetração da perspectiva de gênero e análise crítica do desenvolvimento do conceito na produção científica da saúde coletiva. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.15, n.38, p.805-818, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832011005000039>

BARROSO, S. M.; OLIVEIRA, N. R. de; ANDRADE, V. S. de. Solidão e Depressão: Relações com Características Pessoais e Hábitos de Vida em Universitários. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.35, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35427>

CALLIGARIS, C. **Adolescência**. São Paulo: PubliFolha, 2009. 88p.

CAMPOS, M. T. A.; DE TILIO, R.; CREMA, I. L. Socialização, Gênero e Família: uma revisão integrativa da literatura científica. **Pensando Famílias**, v.21, n.1, p.145-161, 2017.

CATÃO, E.; RODRIGUES Jr., O. M.; VIVIANI, D. H.; FINOTELLI JR., I.; SILVA, F. R. C. S. Escala de Satisfação Sexual para Mulheres: Tradução, adaptação em estudo preliminar com

amostra clínica. **Boletim de Psicologia**, v.60, n.133, p.181-190, 2010. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432010000200005&lng=pt&tlng=pt

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 176p.

CFP – Conselho Federal de Psicologia (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na atenção básica à saúde**. 87p. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Brasília: CFP. 2019. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-na-atencao-basica-a-saude>

FARO, A.; BAHIANO, M. A.; NAKANO, T. C.; REIS, C.; SILVA, B. F. P.; VITTI, L.S. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v.37, e200074, 2020. <http://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074>

FIOCRUZ. **COVID-19: como o isolamento social influencia a saúde mental infantil**. 2020. <http://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-como-o-isolamento-social-influencia-saude-mental-infantil>

GEOCOVID. **Casos – Estatísticas**. 2020. <http://covid.mapbiomas.org/>

GOOGLE. **Notícias: CORONAVÍRUS (COVID-19)**. 2021. <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>

GUERRA, F.; OTAVIANO, R.; RAMOS, R.; DAMIÃO, M.; ZANINI, E. Comportamento sexual de estudantes universitários: um estudo de revisão. **FAG Journal of Health (FJH)**, v. 2, n.2, p.300-306, 2020. <https://doi.org/10.35984/fjh.v2i2.175>

INLOCO. **Mapa brasileiro da COVID-19: índice de isolamento social**. 2020. <https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/>

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do ensino superior – dados Brasil 2020**. 2020. <https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/educacao-10/dados-brasil/>

LANA, R. M.; COELHO, F. C.; GOMES, M. F. da C.; CRUZ, O. G.; BASTOS, L. S.; VILLELA, D. A. M.; CODEÇO, C. T. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v.36, n.3, e00019620, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00019620>

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v.37, e200067, 2020. <http://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200067>

MARTIN, M.; MONTANARI, P. M.; PEREIRA, P. P. G.; HAMBURGUER, F. G.; SILVEIRA, C. As contribuições das Ciências Sociais e Humanas no campo da Saúde Coletiva: vinte anos da revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação (Botucatu). **Interface – Comunicação, Saúde, Educação (Botucatu)**, v.22, n.67, p.1029-1042, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622017.0219>

MINUSSI, B. B.; PALUDO, E. A.; PASSOS, J. P. B.; SANTOS, M. J.; MOCELLIN, O.; MAEYAMA, M. A. Grupos de risco do COVID-19: a possível relação entre o acometimento de adultos jovens “saúdáveis” e a imunidade. **Brazilian Journal of Health Review**, v.3, n.2, p.3739-3762, 2002. <http://doi.org/10.34119/bjhrv3n2-2020>

NELAS, P.; COUTINHO, E.; CHAVES, C.; AMARAL, O.; CRUZ, C. Motivação para ter sexo em estudantes do ensino superior. **Revista INFAD de Psicologia. International Journal of Developmental and Educational Psychology**, v.2, n.1, p.45-54, 2018. <http://doi.org/10.17060/ijodaep.2018.n1.v2.1162>

NOGUEIRA, M. J. C. **Saúde mental em estudantes do ensino superior: fatores protetores e fatores de vulnerabilidade**. 2017. 270p. Tese (Enfermagem) – Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, Universidade de Lisboa, Portugal. 2017. https://www.researchgate.net/profile/Maria_Jose_Nogueira2/publication/327824312_Saude_mental_em_estudantes_do_ensino_superior_fatores_protetores_e_fatores_de_vulnerabilidade/links/5ba6a1bba6fdccd3cb6c603a/Saude-mental-em-estudantes-do-ensino-superior-fatores-protetores-e-fatores-de-vulnerabilidade.pdf

OSMO, A.; SCHRAIBER, L. B. O campo da Saúde Coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. **Saúde e Sociedade**, v.24. suppl.1, p.205-218, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902015s01018>

SCHMIDT, B.; CREPALDI, M. A.; BOLZE, S. D. A.; NEIVA-SILVA, L.; DEMENECH, L. M. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v.37, e200063, 2020. <http://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>

SILVA, J. M. N.; PAULINO, D. B.; RAIMONDI, G. A. Gênero e Sexualidade na graduação em Saúde Coletiva do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.25, n.6, p.2335-2346, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020256.25822018>

SPINDOLA, T.; TEIXEIRA, R. S.; ANTUNES, R.; MACHADO, Y. Y. Iniciação sexual e diálogo sobre sexualidade: visão de jovens universitários. **Revista Recien (Revista Científica de Enfermagem)**, v.10, n.30, p.106-116, 2020. <http://doi.org/10.24276/rrecien2020.10.30.106-116>

TRINDADE DA SILVA, N.; OLIVEIRA Damasceno, S. Avaliação da satisfação sexual em universitárias. **Colloquium Vitae**, v.11, n.1, p.1-6, 2019. <http://revistas.unoeste.br/index.php/cv/article/view/2840>

WERNECK, G. L.; CARVALHO, M. S. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, v.36, n.5, 2020. <http://doi.org/10.1590/0102-311x00068820>

WHO. **World Health Organization: Coronavirus – Overview**. 2020a. http://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1

WHO. **World Health Organization: Coronavirus – Prevention**. 2020b. http://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_2

CAPÍTULO 17

O CONTROLE DA DENGUE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Rayane Aline Belarmino Santos, Graduada em Ciências Biológicas pela UNIVISA
José Manoel Wanderley Duarte Neto, UNIVISA, Docente do curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas na UNIVISA; Doutor em Biologia Aplicada à Saúde

RESUMO

A COVID-19 se manifestou no final de 2019 com as primeiras incidências na China, alguns países endêmicos do vírus da Dengue sentiram dificuldades acerca do surgimento da pandemia do novo coronavírus, que com sua rápida disseminação gerou um alto número de infectados, preocupando especialistas sobre as consequências que a circulação dos dois vírus traria para a sociedade e os sistemas de saúde pública. O objetivo do atual trabalho foi realizar um levantamento dos artigos que tratam da prevenção e controle da Dengue no decorrer da pandemia da COVID-19 entre 2019 e 2020. As buscas foram realizadas no período de setembro e outubro de 2020, utilizando as bases de dados: Google Acadêmico e PubMed. Foram selecionados artigos que abordassem de maneira descritiva a temática do estudo, com data de publicação nos anos de 2019 e 2020. Foram identificados 491 artigos, mas apenas 18 cumpriram com os critérios de inclusão. Em seguida foram analisados os controles utilizados contra a Dengue durante a pandemia da COVID-19, os sintomas diferenciais entre Dengue e COVID-19, os cuidados dos órgãos de saúde e da população para evitar a infecção simultânea dos dois vírus e os principais dados recentes com os números de casos da Dengue e COVID-19. Tendo em vista todas as dificuldades existentes durante a endemia da Dengue junto à pandemia da Covid-19, é necessário que as autoridades efetuem a construção de áreas específicas para o acolhimento de pacientes infectados com o isolamento imprescindível para cada tipo de vírus e a disponibilização de testes rápidos.

PALAVRAS-CHAVE: coinfeção, cocirculação, DENV, Sars-cov-2, vírus.

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 tem atingido países de todo o mundo desde o final de 2019. Ao atingir a América do Sul, manifestou preocupações nos pesquisadores, em relação ao impacto que a circulação dos vírus da Dengue e da COVID-19, juntos, traria para a saúde da população e para os sistemas de saúde pública (NACHER, *et al*, 2020).

O SARS-CoV-2 como é denominado o novo coronavírus, é uma sigla para o inglês severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 (síndrome respiratória aguda grave de coronavírus 2), o vírus da COVID-19, chegou ao Brasil em paralelo a uma grande epidemia de dengue, seguida do surto de Zika, em 2016, da Chikungunya e de um surto de Febre Amarela em 2018. No país, as autoridades continuaram a menosprezar a importância da COVID-19 na

conjuntura da Dengue, que, no ano de 2019, alcançou o maior número de casos na história das Américas, cerca de 3,14 milhões de casos de acordo com dados divulgados pela Plataforma de Informação em Saúde para as Américas, Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), e em 2020, já foram registrados mais de meio milhão de casos, só na América Latina. As disseminações de casos que ocorrem pela picada dos mosquitos das espécies *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, dispararam nos últimos anos (WENHAM; LOTTA; PIMENTA, 2020).

A COVID-19, doença emergente ocasionada pelo novo coronavírus, vem causando impactos na sociedade, especialmente nos sistemas de saúde, devido à sua rápida propagação por todos os continentes e sua capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis. Até 28 de abril de 2021, o número de casos confirmados em nível global era de 148.329.348, tendo 3.128.962 mortes, dados divulgados pela OPAS/OMS. É uma doença de fácil disseminação, devido a forma de contágio pelas vias aéreas, ou pelo contato do indivíduo com gotículas da saliva de alguém infectado (OPAS, 2021).

Segundo Smith e colaboradores (2020), os impactos de contaminação desses vírus trazem consequências devastadoras nas regiões tropicais e subtropicais. Aproximadamente 100 milhões de casos de Dengue ocorrem anualmente no Sudeste Asiático e na América Latina. Outra questão, é quando se trata de diferenciar os sintomas da Dengue e COVID-19, principalmente quando o paciente se encontra na fase aguda, dificultando o diagnóstico preciso (LOKIDA, *et al*, 2020). As áreas endêmicas da Dengue têm levantado preocupação com relação à coinfeção com os dois vírus.

O Brasil vem enfrentando epidemias de Dengue desde 1986, que ocorrem sazonalmente, de março a junho. O aumento no nível pluviométrico e as falhas nas ações de controle dos mosquitos vetores contribuem muito para a elevação do número de casos de Dengue durante esse período. Esse comportamento pode se assemelhar com as doenças respiratórias, como exemplo o da influenza, que apresenta surtos sazonais, principalmente no outono e no inverno (MASCARENHAS, *et al*, 2020).

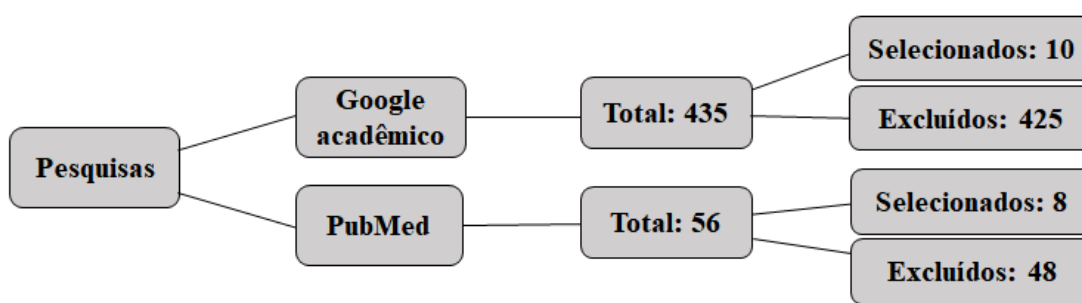
De acordo com Smith *et al* (2020) a OMS enfatizou a necessidade de utilizar ações para evitar a disseminação de doenças transmitidas por vetores como a Malária e a Dengue, no decorrer da atual pandemia da COVID-19. Assim, deveriam ser aplicadas formas semelhantes para a prevenção e controle da Dengue a fim de não desencadear outros surtos de doenças virais. Sendo assim, o objetivo do atual trabalho é realizar um levantamento dos artigos que

tratam da prevenção e controle da Dengue no decorrer da pandemia da COVID-19 entre 2019 e 2020.

METODOLOGIA

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

Foram realizadas buscas e análises de artigos tendo como referência as bases: Google acadêmico e PubMed (<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/>). As buscas foram realizadas no período de setembro a outubro de 2020, e os descritores utilizados foram: Prevenção, controle, Dengue, *Aedes aegypti*, pandemia, coronavírus e COVID-19. A estratégia de busca utilizou as seguintes combinações de palavras-chave: *(prevenção or controle) and (dengue or Aedes aegypti) and (covid-19 or coronavirus) and pandemia*, em português e em inglês.



CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram selecionados apenas artigos originais que tratam sobre a temática da Dengue durante a pandemia da COVID-19, nos idiomas português, inglês ou espanhol. Foram excluídos teses, monografias, dissertações e resumos para congressos e artigos que abordassem outras temáticas relativas à pandemia de COVID-19 sem focar na circulação do vírus da Dengue.

Figura 1: Fluxograma dos estudos por meio da revisão sistemática.

ANÁLISES

Visando selecionar artigos que abordem de maneira descritiva os seguintes pontos: Os controles utilizados contra a Dengue durante a pandemia da COVID-19; os sintomas diferenciais entre Dengue e COVID-19, que se assemelham durante a fase aguda da infecção dos vírus; os cuidados dos órgãos de saúde e da população para evitar a infecção simultânea dos dois vírus; os principais dados recentes com os números de casos da Dengue e COVID-19.

Fonte: Autor.

vírus; os principais

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A busca nas bases de dados, de início, derivou no total de 491 registros de possíveis estudos e, com a exclusão das duplicatas, prosseguiram 473 referências que tinham a possibilidade de serem selecionadas. Porém, após a leitura dos títulos e resumos das pesquisas e análise dos artigos pelos critérios de inclusão e exclusão, 18 estudos foram selecionados para o presente trabalho, congruentes sintetiza a Figura 1.

A principal condição que encaminhou as exclusões dos artigos foi à circunstância de que 96% dos registros encontrados alegavam: Monografias, dissertações, resumos para congressos, ou que simplesmente obtinha informações fora da temática do presente estudo.

CONTROLES CONTRA A DENGUE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Os 18 artigos selecionados foram analisados acerca das estratégias descritas para evitar as infecções pelo vírus da Dengue em paralelo com novo vírus da COVID-19. Dentre os 18 artigos, apenas 7 propunham estratégias de controle, conforme apresentados no Quadro 1. Nos artigos foram exibidas algumas das medidas de prevenção contra a Dengue e COVID-19, as mais citadas são: A utilização de estratégias para que a população fique ciente dos cuidados básicos necessários para evitar à contaminação dos vírus, as manutenções dos espaços públicos, a eliminação dos recipientes que possam acumular água parada e as visitas dos agentes comunitários de saúde.

A carência de controlar o principal vetor (*Aedes aegypti*), fez com que surgisse a necessidade de promover a incorporação de inovações para a vigilância de vetores, tais como: A utilização de pesquisas larvais rápidas, que promova um levantamento com mais agilidade de índices para o *Aedes aegypti* através de amostras dos números de cada propriedade em que houvesse recipientes com larvas do mosquito vetor da Dengue; o uso de ovitrampas (armadilhas) no local, com a colaboração da sociedade para que possa ser realizado o acompanhamento das densidades dos vetores durante o tempo de uso; a pulverização residual interna, onde são utilizados pulverizadores de compressão portáteis, para a aplicação do inseticida *Malathion*, conhecido popularmente como fumacê, além do rastreamento dos mosquitos. A mudança do paradigma acaba se tornando imperativa e alguns países da região já organizaram planos de ação para controle, adendos ao plano de controle da COVID-19, dos vetores *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* (DANTÉS, *et al*, 2020).

Quadro 1: Os controles utilizados contra a Dengue durante a pandemia da COVID-19.

Nº	Autor (es)	Título	Periódicos	Resultados/Conclusões
1	CARNEIRO; HAYDU; BORLOTI; SOUZA. (2019)	Prevenção da dengue: Efeitos de propagandas e de um jogo de tabuleiro.	Revista Brasileira de Análise do Comportamento.	É importante para a prevenção da dengue a criação e utilização de estratégias que aumentem a probabilidade da população se comportar de forma a impedir a proliferação do mosquito <i>Aedes aegypti</i> .
2	DANTÈS, et al (2020)	Prevention and control of <i>Aedes</i> transmitted infections in the post- pandemic scenario of COVID-19: challenges and opportunities for the region of the Americas.	M. Inst. Oswaldo Cruz.	É interessante promover a incorporação de inovações que não precise reduzir a presença constante de profissionais de saúde.
3	LIM, et al. (2020)	Impact of SARS-CoV-2 interventions on dengue transmission.	PLoS Neglected Tropical Disease.	Reduções de movimentos foram aplicadas durante 2 a 3 meses, consequentemente reduzindo transmissões da dengue durante o isolamento social da Covid-19.
4	MASCARENHAS, et al. (2020)	Ocorrência simultânea de COVID-19 e dengue: o que os dados revelam?	Cadernos de Saúde Pública.	Para enfrentar os vírus, requer a implantação de estratégias eficazes de conscientização da população no sentido de eliminar criadouros de mosquitos, lavagem das mãos, uso de máscaras e, principalmente, distanciamento social.
5	NACHER, et al. (2020)	Simultaneous dengue and COVID-19 epidemics: Difficult days ahead?	PLoS Negl Trop Dis.	Com o distanciamento social, o controle do vetor foi reduzido. Intervenções para destruir larvas ou inspecionar locais de reprodução foram interrompidos. Manutenção de espaços públicos e recipientes de água foram drasticamente reduzidos.
6	RAHMAN, et al. (2020)	Is the COVID-19 pandemic masking dengue epidemic in Bangladesh?	Journal Of Advanced Veterinary And Animal Research.	Medidas rápidas para o controle do mosquito e também para o controle da COVID-19 devem ser aplicadas, a população precisa estar ciente do controle do mosquito para reduzir os casos de dengue e impedir o surto dos vírus.

7	WENHAM, LOTTA, PIMENTA. (2020)	Mosquitos e Covid-19 são uma bomba-relógio para a América Latina	LSE Latin America and Caribbean Centre.	Agentes comunitários de saúde visitam residências para fornecer serviços, fazem estratégias de fumigação e redução de focos de mosquitos em residências e vias públicas.
---	---	--	---	--

Fonte: Autor.

Hodiernamente, na Guiana Francesa, o número de transmissão da Dengue aumentou consideravelmente durante o distanciamento social, foi implantado simultaneamente com a segunda estação chuvosa, por isso, fica difícil separar as relativas contribuições das chuvas, das medidas de controle de mosquitos inferiormente do padrão, devido ao distanciamento social (NACHER, *et al*, 2020).

A melhor estratégia para diminuir a incidência da Dengue, é manter o controle do mosquito vetor. Em 2019, um programa conhecido como Controle do Mosquito, não obteve sucesso, pois os mosquitos adquiriram resistência aos inseticidas utilizados. Mas na atual situação, é enfatizada a necessidade das medidas imediatas de controle dos mosquitos antes do início das chuvas e concomitante ao controle da COVID-19 (RAHMAN, *et al*, 2020).

Segundo Lim (2020) as medidas de controle contra a *Aedes aegypti* realizadas antes da pandemia da COVID-19, foram interrompidas por 3 meses nos países da Malásia, Singapura e Tailândia. Sem as visitas periódicas dos agentes de saúde, sem o reforço do fumacê, sem a divulgação para alertar a sociedade de quais os cuidados necessários tomar contra o vírus e sem a colocação dos larvicidas nos reservatórios de água, terminou deixando a população desamparada e vulnerável ao vírus da Dengue.

SINTOMAS DIFERENCIAIS ENTRE DENGUE E COVID-19

Um ponto que preocupa muito os profissionais de saúde ao redor do mundo, são os sintomas semelhantes presentes em pacientes infectados com COVID-19 ou com dengue, dificultando o diagnóstico, caso os hospitais não possam obter os testes necessários para diferenciação. Para essa análise foram utilizados os 13 artigos que citaram, durante o seu desenvolvimento, essas dificuldades de diferenciação dos sintomas dos vírus, conforme apresentado no Quadro 2.

Nº	Autor (es)	Título	Periódicos	Resultados/Conclusões
1	ANUTTRA, et al.	Potential dual dengue and SARS-CoV-2 infection in Thailand: A case study	Heliyon, V. 6, N. 6	Febre alta, mialgia, tosse produtiva e náuseas e vômitos. 2 dias após esses sintomas, o paciente apresentou dispneia e febre persistente.
2	BICUDO, et al.	Co-infection of SARS-CoV-2 and dengue virus: a clinical challenge.	The Brazilian Journal of Infectious Diseases.	A dengue e a COVID-19 são difíceis de distinguir, pois possuem sintomas clínicos e achados laboratoriais semelhantes, como: Febre, cefaleia, mialgia e fadiga.
3	DANTÉS, et al.	Prevention and control of Aedes transmitted infections in the post-pandemic scenario of COVID-19: challenges and opportunities for the region of the Americas.	M. Inst. Oswaldo Cruz.	Febre, fadiga, tosse, pneumonia, dificuldade em respirar, dificuldade respiratória aguda (COVID-19). Dor ou sensibilidade abdominal, vômito persistente, acúmulo de fluido clínico, sangramento da mucosa, letargia ou inquietação, aumento do fígado (Dengue).
4	LAWRENCE; YING, DAVID.	Roles and challenges of primary care physicians facing a dual outbreak of COVID-19 and dengue in Singapore	Family Practice.	É desafiador realizar o diagnóstico de COVID-19 na atenção primária, principalmente quando se enfrenta um surto de dengue. A maioria dos pacientes com COVID-19 tem sintomas respiratórios, mesmo que alguns desenvolvam dispneia em 5–7 dias desde o início dos sintomas.
5	LOKIDA, et al.	Diagnosis of COVID-19 in a Dengue-Endemic Area.	The American Society of Tropical Medicine and Hygiene.	Os sinais e sintomas mais comuns foram: Febre, tosse, fadiga, dispneia e disgeusia dor de garganta, dor de cabeça, anosmia e diarreia. Linfopenia, leucopenia e trombocitopenia.

6	LORENZ; AZEVEDO; NETO.	COVID-19 and dengue fever: A dangerous combination for the health system in Brazil.	Travel Medicine and Infectious Disease.	A dengue e a COVID-19 são difíceis de distinguir porque compartilham características clínicas e laboratoriais. Alguns casos foram descritos e erroneamente, diagnosticados como dengue, mas posteriormente confirmaram ser COVID-19.
7	LORENZA, et al.	Have measures against COVID-19 helped to reduce dengue cases in Brazil?	Travel Medicine and Infectious Disease.	Os casos de dengue são colocados nos centros de saúde junto com os casos de COVID-19, pois compartilham características clínicas semelhantes.
8	MASCARENHAS, et al.	Ocorrência simultânea de COVID-19 e dengue: o que os dados revelam?	Cadernos de Saúde Pública.	Os pacientes infectados pelo SARS-CoV-2 e diagnosticados com dengue, por teste rápido, evoluíram para quadros clínicos mais graves, retardando o tratamento eficaz. Falsos positivos e métodos laboratoriais menos sensíveis podem gerar complicações.
9	MORALES, et al.	Preparación y control de la enfermedad por coronavirus 2019 (COVID-19) en América Latina.	Acta Med Peru.	Os sintomas associados a estes vírus são: Febre, tosse, dispneia e dificuldade respiratória, entre outros que ainda estão em estudo.
10	NACHER, et al.	Simultaneous dengue and COVID-19 epidemics: Difficult days ahead?	PLoS Negl Trop Dis.	Estudos relatam que 25% dos pacientes com dengue confirmada apresentam tosse e 20% sintomas no trato respiratório superior, mesma forma que, a COVID-19 se manifesta com febre, dores musculares e articulares sem sintomas respiratórios.
11	RAHMAN, et al.	Is the COVID-19 pandemic masking dengue epidemic in Bangladesh?	Journal Of Advanced Veterinary And Animal Research.	Um paciente com erupção cutânea, petéquias e baixa contagem de plaquetas foi inicialmente diagnosticado com dengue. Mas, sinais respiratórios graves se manifestaram, e o vírus da COVID-19 foi detectado por RT-PCR.

12	RIDWAN.	COVID-19 and dengue: a deadly duo.	Tropical Doctor.	A COVID-19 é uma infecção respiratória e apresentará tosse em 75%, com até 25% com tosse produtiva, algo pouco comum em um paciente com dengue. A dor de garganta e sintomas nasais, descritos em COVID-19, não foi descrito na dengue.
13	WU, et al.	To alert coinfection of COVID-19 and dengue virus in developing countries in the dengue-endemic área.	Infection Control & Hospital Epidemiology.	3 casos levantam preocupação, pacientes com febre podem estar infectado com os 2 vírus ao mesmo tempo, ocorrendo em áreas endêmicas de dengue, como Cingapura, Tailândia e Malásia no Sudeste Asiático e Brasil na América do Sul.

Fonte: Autor.

Em estudo recente, de 1.099 pacientes com COVID-19, 87,9% tiveram febre, 67,7% tosse e 13,7% cefaleia. Já em outro estudo com 1.792 pacientes infectados com o vírus da dengue, 100% tiveram febre e 25,7%, cefaleia. Por isso os pacientes com COVID-19 podem manifestar os mesmos sintomas clínicos que pacientes com Dengue (WU, *et al*, 2020).

A ocorrência do SARS-CoV-2 em áreas endêmicas do vírus da Dengue (DENV) dificulta o diagnóstico de ambas às infecções, pois os casos da COVID-19 são capazes de ser diagnosticado erroneamente como Dengue, pois possuem os sintomas semelhantes, como a febre, dor de cabeça, dor no corpo, tosse, fadiga, dor de garganta, entre outros. Sobretudo quando o paciente estiver com DENV IgM, que pode continuar circulante e positivo após alguns meses da infecção (LOKIDA, *et al*, 2020). Isso sugere que se um paciente convalescente de Dengue se contaminar e desenvolver a COVID-19, os testes sorológicos poderiam acusar continuação de uma infecção por DENV, dificultando muito o diagnóstico preciso.

A cocirculação dos dois vírus iminentemente fatais traz a necessidade de um diagnóstico combinado (COVID-19-Dengue) para pacientes ambulatoriais com: Hemograma completo, enzimas hepáticas, proteína C reativa, proteína sérica, creatinina e eletrólitos. Os pacientes que precisam ser internado devido alguma complicação durante a infecção, têm suas amostras recolhidas por profissionais de saúde, pois os leitos hospitalares são escassos e para evitar o congestionamento do local, alguns pacientes são orientados a ficar em casa de quarentena, sendo acompanhados à distância (NACHER, *et al*, 2020).

Dentre os sintomas diferenciais dessas infecções, é relatada a presença da tosse

produtiva, pois atualmente é o único sintoma que alguns pacientes com COVID-19 apresentam, a tosse presente nos pacientes com Dengue não é produtiva. Segundo Ridwan (2020), como a COVID-19 é uma doença que afeta as vias respiratórias dados mostram que cerca de 25% dos infectados irão apresentar a tosse produtiva, já em pacientes contaminados com o vírus da dengue não são comuns.

ÓRGÃOS DE SAÚDE E POPULAÇÃO X INFECÇÃO SIMULTÂNEA DOS VÍRUS

Durante a pandemia surgiu, ainda, a preocupação de que ocorressem casos de infecção simultânea dos vírus (Dengue e COVID-19), e devido as complicações, congestionasse os hospitais, postos de saúde e outros meios de atendimento médico à população. Sobre os estudos analisados, 10 pesquisas descreveram resultados com relação às coinfeções, como é apresentado no Quadro 3.

Quadro 3: Relatos sobre os cuidados para evitar a infecção simultânea dos vírus da Dengue e COVID-19.

Nº	Autor (es)	Título	Periódicos	Resultados/Conclusões
1	ARAÚJO; OLIVEIRA; FREITAS. (2020)	In defense of the Unified Health System in the context of SARS-CoV-2 pandemic.	Revista Brasileira de Enfermagem.	Para contenção da pandemia, a OMS solicitou em diversos países a adoção de medidas de isolamento social, higiene ambiental de locais públicos e mitigação para reduzir a disseminação do vírus.
2	CARNEIRO; HAYDU; BORLOTI; SOUZA. (2019)	Prevenção da dengue: Efeitos de propagandas e de um jogo de tabuleiro.	Revista Brasileira de Análise do Comportamento.	Comportamentos verbais de prevenção da Dengue são geralmente apresentadas em: Propagandas, jogos, cartazes, carros de som e são ditas nas escolas e nos serviços de saúde dos municípios.
3	DANTÈS, et al. (2020)	Prevention and control of Aedes transmitted infections in the post-pandemic scenario of COVID-19: challenges and opportunities for the region of the Americas.	M. Inst. Oswaldo Cruz.	Para a COVID-19 deve-se realizar a lavagem constante das mãos, máscaras faciais e equipamentos de proteção individual. Para dengue deve-se realizar a eliminação de recipientes desnecessários onde água pode acumular, uso de métodos de proteção pessoal e melhorias na casa.
4	LAWRENCE; YING; DAVID.	Roles and challenges of primary care physicians	Family Practice.	A maioria dos países enfrentam uma transmissão sustentada da

	(2020)	facing a dual outbreak of COVID-19 and dengue in Singapore		comunidade, há uma necessidade de mudar para um teste de ponto de atendimento rápido e confiável para COVID-19 e alterações endêmicas, e as unidades de atenção primária podem ajudar na validação de novos kits de teste rápidos.
5	LORENZA, et al. (2020)	Have measures against COVID-19 helped to reduce dengue cases in Brazil?	Travel Medicine and Infectious Disease.	Com a diminuição da incidência de dengue após a 10ª semana epidemiológica de 2020, pode ter relação com a diminuição da mobilidade em decorrência das medidas que foram implementadas para o controle da epidemia da COVID-19.
6	LORENZ; AZEVEDO; NETO. (2020)	COVID-19 and dengue fever: A dangerous combination for the health system in Brazil.	Travel Medicine and Infectious Disease.	Vigilância intensificada, recursos e ensaios de identificação viral devem ser priorizados com urgência para detectar casos de COVID-19 e limitar a transmissão.
7	MASCARENHAS, et al. (2020)	Ocorrência simultânea de COVID-19 e dengue: o que os dados revelam?	Cadernos de Saúde Pública.	O fortalecimento do SUS e direcionamento de recursos para organizar os serviços de saúde, oferecer a toda a população um atendimento de qualidade na atenção primária à saúde, onde são atendidos os casos leves de ambas as doenças.
8	NACHER, et al. (2020)	Simultaneous dengue and COVID-19 epidemics: Difficult days ahead?	PLoS Negl Trop Dis.	As autoridades devem vigiar e ativar serviços estratégicos essenciais para o controle de vetores e em relação a COVID-19, os testes de casos suspeitos devem expandir, o rastreamento de contato agressivo e o isolamento devem continuar.
9	RIDWAN (2020)	COVID-19 and dengue: a deadly duo.	Tropical Doctor.	Testes em um ponto de atendimento rápido e confiável para COVID-19 poderia ser disponibilizado, com validação sendo feito dentro de cada país para ajudar no isolamento dos pacientes.

10	WENHAM; LOTTA; PIMENTA. (2020)	Mosquitos e Covid-19 são uma bomba-relógio para a América Latina	LSE Latin America and Caribbean Centre.	Agentes comunitários de saúde levam informações sobre os riscos à saúde pública aqueles que estão com maior risco de infecção, eles fornecem a população orientações e informações sobre a lavagem das mãos e o distanciamento social.
----	--------------------------------------	--	---	--

Fonte: Autor.

Segundo Dantés e colaboradores (2020), plataformas com informações epidemiológicas virtuais em tempo real, estão sendo desenvolvidas atualmente para monitorar o processo da pandemia da COVID-19, e devem estar disponíveis para acompanhar outras doenças infecciosas e arbovirais com a mesma frequência.

O SUS ajuda com a execução de ações para o embate de diferentes níveis de assistência, utilizando os critérios da Emergência de Saúde Pública Mundialmente perante o vírus Zika e também com ações de prevenção e controle das arboviroses (Dengue e Chikungunya). Hodiernamente, eles enfrentam o combate à crise sanitária global causada pelo SARS-CoV-2 (ARAÚJO; OLIVEIRA; FREITAS, 2020).

Toda a população deve ter ciência dos vírus da Dengue e da COVID-19, podendo ser comunicados sobre os meios de prevenção para ambos os vírus, os agentes de saúde são responsáveis por dar as informações necessárias e orientar a população quais as medidas que ajudem a manter a estabilidade dos vetores. Para a COVID-19 é preciso o aumento de testes para casos suspeitos, com rastreamento de casos e o isolamento social. Os hospitais necessitam ampliar os leitos para pacientes infectados com COVID-19 e planejar novos leitos para Dengue em estado grave (NACHER, *et al.* 2020).

A atenção primária à saúde é de extrema importância para o sistema de saúde, por esse motivo ela deve ser fortalecida para poder receber pacientes infectados por ambos os vírus, para que seja referência nos casos graves que tendem a aparecer na unidade (MASCARENHAS, *et al.* 2020).

Conforme relatado no artigo de Wu, *et al* (2020), em Cingapura 2 pacientes infectados com o vírus da COVID-19 foram co-infectados com Dengue, ambos obtiveram os primeiros resultados negativos para o vírus da Dengue, no qual foi realizado o exame com a utilização de teste rápido, após os resultados os pacientes foram liberados, mas, voltaram com febre alta e incessante, logo em seguida tiveram o diagnóstico de infecção da Dengue e co-infecção de SARS-CoV-2. Na Tailândia houve um paciente co-infectado com SARS-CoV-2 e Dengue, o

sintoma apresentado nesse caso foi a erupção cutânea com petéquias, sendo diagnosticado com Dengue, mas, em seguida veio apresentar sintomas respiratórios e com um novo exame foi confirmada a infecção por COVID-19.

Os pacientes infectados pela SARS-CoV-2 e diagnosticados em seguida com Dengue, com a utilização do teste rápido, apresentaram quadros clínicos avançando para casos mais graves, tendo o tratamento deste atrasado. Os falsos positivos dos exames e os métodos laboratoriais menos sensíveis, podem ter expandido os casos de Covid-19 levando a complicações na saúde dos pacientes, causando assim, a sobrecarga nos sistemas de saúde (MASCARENHAS, et al. 2020).

OS PRINCIPAIS DADOS RECENTES COM OS NÚMEROS DE CASOS DA DENGUE E COVID-19

Mundialmente as notificações de casos da COVID-19, têm aumentado significativamente e as incidências da Dengue nas suas áreas endêmicas, tem aumentado ano após ano. Dentre os artigos analisados, 14 foram selecionados por abordar essa temática, como apresenta o Quadro 4.

Quadro 4: Relatos epidemiológicos dos trabalhos selecionados sobre Dengue e COVID-19.

Nº	Autor (es)	Título	Periódicos	Resultados/Conclusões
1	ARAÚJO; OLIVEIRA; FREITAS.	In defense of the Unified Health System in the context of SARS-CoV-2 pandemic.	Revista Brasileira de Enfermagem.	Em 12 de dezembro de 2019, 2.794 infecções foram confirmadas em laboratório.
2	BICUDO, et al.	Co-infection of SARS-CoV-2 and dengue virus: a clinical challenge.	The Brazilian Journal of Infectious Diseases.	No Brasil cerca de 202.918 casos foram confirmados em 14 de maio de 2020, no mesmo período, o país estava enfrentando uma epidemia do vírus da dengue, a incidência de casos de dengue apresentou crescimento, tendo um total de 676.928 casos.
3	CARNEIRO; HAYDU; BORLOTI; SOUZA.	Prevenção da dengue: Efeitos de propagandas e de um jogo de tabuleiro.	Revista Brasileira de Análise do Comportamento.	Em 2 de fevereiro de 2019, teve incidência de 26,3 casos/100 mil habitantes no país.

4	DANTÉS, et al	Prevention and control of Aedes transmitted infections in the post-pandemic scenario of COVID-19: challenges and opportunities for the region of the Americas.	M. Inst. Oswaldo Cruz.	A Organização de Saúde (OMS) relatou mais de 3,2 milhões de infecções (até 1º de maio de 2020).
5	LAWRENCE; YING; DAVID.	Roles and challenges of primary care physicians facing a dual outbreak of COVID-19 and dengue in Singapore	Family Practice.	9 de abril de 2020, houve 5.091 casos confirmados de dengue. O número de casos COVID-19 1.910 casos confirmados.
6	LORENZA, C. et al.	Have measures against COVID-19 helped to reduce dengue cases in Brazil?	Travel Medicine and Infectious Disease.	Mais de 1,5 milhões de casos em 2019 apenas no Brasil.
7	LORENZ; AZEVEDO; NETO.	COVID-19 and dengue fever: A dangerous combination for the health system in Brazil.	Travel Medicine and Infectious Disease.	Em 2019, cerca de 2,3 milhões de casos de dengue foram registrados no Brasil.
8	LIM, et al.	Impact of SARS-CoV-2 interventions on dengue transmission.	PLoS Neglected Tropical Disease.	No sudeste da Ásia e na região do Pacífico Ocidental são notificados cerca de 2,9 milhões de casos de dengue anualmente e com alta incidência o ano todo.
9	MASCARENHAS, et al.	Ocorrência simultânea de COVID-19 e dengue: o que os dados revelam?	Cadernos de Saúde Pública.	Casos confirmados em nível global era de 4.307.287 com 295.101 mortes (COVID-19) e 82,5/100 mil habitantes (Dengue)
10	MORALES, et al.	Preparación y control de la enfermedad por coronavirus 2019 (COVID-19) en América Latina.	Acta Med Peru.	Em 17 de março de 2020, existiam mais de 350 casos no Brasil. (COVID-19).
11	NACHER, et al.	Simultaneous dengue and COVID-19 epidemics: Difficult days ahead?	PLoS Negl Trop Dis.	Incidência em 21 de maio foi de 613,4 por 100.000 habitantes, as mortes foram 17,9 por 100.000 habitantes (COVID-19). Em 5 meses 500-700 casos clínicos semanais relatados pela rede sentinela para uma população de 260.000 (Dengue).

12	RAHMAN, et al.	Is the COVID-19 pandemic masking dengue epidemic in Bangladesh?	Journal Of Advanced Veterinary And Animal Research.	1.231 casos confirmados de COVID-19 com 50 mortes até 15 de abril de 2020 e 101.354 casos confirmados de dengue em 2019.
13	WENHAM; LOTTA; PIMENTA.	Mosquitos e Covid-19 são uma bomba-relógio para a América Latina	LSE Latin America and Caribbean Centre.	Em 2019 o número de casos nas Américas foi de 3,14 milhões e em 2020, foram registrados mais de meio milhão de casos na América Latina (Dengue) e 13.717 casos (COVID-19).
14	WU, et al.	To alert coinfection of COVID-19 and dengue virus in developing countries in the dengue-endemic área.	Infection Control & Hospital Epidemiology.	Em 30 de março de 2020, 634.835 casos foram notificados e a OMS elevou o risco de disseminação a um nível alto (COVID-19).

Fonte: Autor.

No sudeste da Ásia, costumam apresentar números de casos de Dengue altos, que são pressupostos como surtos, com a temperatura em aumento referente às mudanças climáticas (aquecimento global) ocorrem à reprodução dos vetores, diminuindo o período de incubação do vírus da dengue e aumentando proliferação da doença no local (LIM, *et al.* 2020).

A infecção do novo coronavírus é influenciada por vários fatores, como os números de viagens aéreas, níveis de urbanização, condições socioeconômicas da população e as mudanças climáticas. A COVID-19 obteve uma disseminação rápida devido ao fato da cidade de Wuhan, ter 11 milhões de habitantes e possuir um dos maiores aeroportos internacionais da China, com isso, tendo ligações aéreas diretas com cidades da América Latina fazendo ligações através dos Estados Unidos com São Paulo, Bogotá e México (WU, *et al.* 2020).

Condições precárias e a falta de saneamento são causadas pela ausência de acesso à água tratada, as dificuldades socioeconômicas que a maioria da população se encontra, junto com a presença de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, que aumentam o risco de infecção por COVID-19, podendo causar um colapso nos serviços de saúde em diversos estados. Já a dengue, o nível pluviométrico e as falhas nas ações de controle do mosquito vetor (*Aedes aegypti*) favorecem a elevação do número de casos (MASCARENHAS, *et al.* 2020).

A busca pelos serviços de saúde foi modificada pela COVID-19, impulsionada pelo medo de contágio da população. Porém as autoridades de saúde recomendam que as pessoas

fiquem em casa até o desenvolvimento de sintomas graves. Mas, em caso de infecção da dengue eles pedem o comparecimento dos pacientes para que sejam acompanhados na unidade, o que causa confusão, uma vez que os sintomas da fase aguda são semelhantes. O manejo clínico e diagnóstico rápido de ambas as infecções, devem ser realizados através de uma triagem apropriada nas unidades de saúde. O controle de casos deve ser mais fortemente desenvolvido, pois, é aconselhado manter instalações para cuidados de doenças arbovirais e COVID-19 separadas sempre que possível (DANTÉS, *et al.* 2020).

Segundo Mascarenhas *et al* (2020) os serviços do SUS, apresentaram dificuldades nos atendimentos em doenças e casos de dengue, passaram a se adaptar inesperadamente para obter uma estrutura física ampla, receber equipamentos necessários para os cuidados dos pacientes, materiais, a construção de hospitais de campanhas, capacitação de profissionais e o aumento de testagem. No entanto, o impacto causado pela COVID-19 no sistema público de saúde, acarretou o esgotamento de leitos e ventiladores pulmonares em algumas regiões do país.

CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados sobre a prevenção da dengue durante a pandemia da COVID-19, os dados mostram que mesmo tendo ciência de todos os cuidados e controles que devem ser tomados para evitar a infecção do vírus, a dengue foi negligenciada ao longo dos meses da pandemia. Com a atenção voltada para o surgimento do novo coronavírus, houve o descuido na prevenção dos vetores da Dengue, tanto por parte da população como dos profissionais de saúde. Com o aumento de casos da COVID-19, a OMS orientou o isolamento social e com isso, as visitas dos agentes de saúde foram suspensas e a população negligenciou as principais medidas de controle, como limpezas dos recipientes que pudessem acumular água. Como consequência, em alguns países endêmicos, houve alta significativa na incidência da dengue, como alguns estudos analisados ressaltam.

Além disto, com relação à coinfeção dos vírus em simultâneo, os hospitais tiveram uma demanda muito grande de pacientes, mas houve falta de materiais e testes necessários para a detecção dos vírus. Casos de dengue foram somados aos números de COVID-19 pela presença de sintomas semelhantes. Para aumentar a eficiência dos atendimentos nas unidades de saúde e hospitais, as autoridades devem efetuar a construção de áreas especiais para o acolhimento de pacientes infectados com o isolamento imprescindível para cada tipo de vírus e com a disponibilização de testes rápidos e kits para um diagnóstico mais ágil, o que não vem sendo feito.

REFERÊNCIAS

Nacher M, Douine M, Gaillet M, Flamand C, Rousset D, Rousseau C, Mahdaoui C, Carroll S, Valdes A, Passard N, Carles G, Djossou F, Demar M, Epelboin L. Simultaneous dengue and COVID-19 epidemics: Difficult days ahead? 2020 August. *PLoS Negl Trop Dis*. 14(8): e0008426.

OPAS, Folha informativa COVID-19-Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 29/04/2021.

Wenham C, Lotta G, Pimenta D. Mosquitos e Covid-19 são uma bomba-relógio para a América Latina. LSE Latin America and Caribbean Centre. 2020 April. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/latamcaribbean/2020/04/06/mosquitos-e-covid-19-sao-uma-bomba-relogio-para-a-america-latina/>

Smith AW, Tissera H, Ooi EE, Coloma J, Scott TW, Gubler DJ. Perspective Piece: Preventing Dengue epidemics during the COVID-19 pandemic. 2020 June. *The American Society of Tropical Medicine and Hygiene*. 103 (2), pp. 570-571.

Lokida D, Lukman N, Salim G, Butar-Butar DP, Kosasih H, Wulan WN, Naysilla AM, Djajady Y, Sari RA, Arlinda D, Lau CY e Karyana M. Diagnóstico de COVID-19 em área endêmica de dengue. 2020. *The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene*. 103 (3), 1220–1222.

Mascarenhas MDM, Batista FMA, Rodrigues MTP, Barbosa OAA, Barros VC. Ocorrência simultânea de COVID-19 e dengue: o que os dados revelam? 2020 June. *Cad. Saúde Pública*. 36 (6): e00126520.

Dantés HG, Manrique-Saide P, Vazquez-Prokopec G, Morales FC, Siqueira Junior, JB, Pimenta F, Coelho G, Bezerra H. Prevention and control of Aedes transmitted infections in the post-pandemic scenario of COVID-19: challenges and opportunities for the region of the Americas. 2020 August. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 115, e200284.

Carneiro L, Haydu VB, Borloti EB, Souza SR. Prevenção da dengue: Efeitos de propagandas e de um jogo de tabuleiro. 2019. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*. V 15, N 1, P. 15-25.

Lim JT, Dickens BSL, Chew LZ, Choo ELW, Koo JR, Aik J, Ng LC, Cook AR. Impact of sars-cov-2 interventions on dengue transmission. 2020 Oct. *PLoS Negl Trop Dis*. 14 (10): e0008719. 95279.

Rahman MT, Sobur MA, Islam MS, Toniolo A, Nazir KN. Is the COVID-19 pandemic masking dengue epidemic in Bangladesh? 2020 June. *Journal of Advanced Veterinary and Animal Research*. 7(2), 218-219.

Anuttra CR, Krit P, Wannarat AP, Lantharita C, Wisit P. Potential dual dengue and SARS-CoV-2 infection in Thailand: A case study. 2020 Jun 9. *Heliyon*. 6 (6): e04175.

Bicudo N, Bicudo E, Costa JD, Castro JALP, Barra GB. Co-infection of SARS-CoV-2 and dengue virus: a clinical challenge. 2020 Oct. *Braz J Infect Dis*. 24 (5): 452-454.

Lawrence TML, Ying XC, David HYT. Roles and challenges of primary care physicians facing a dual outbreak of COVID-19 and dengue in Singapore. 2020 Sep 5. *Family Practice*. V. 20, N. 20.

Lorenz C, Azevedo TS, Neto FC. COVID-19 and dengue fever: A dangerous combination for the health system in Brazil. 2020 de mai-jun. *Travel Medicine and Infectious Disease*. V 35: 101659.

Lorenz C, Dias Bocewicz AC, Marques CCA, Santana LMR, Chiaravalloti-Neto F, Gomes AHA, Barbosa GL. Have measures against COVID-19 helped to reduce dengue cases in Brazil? 2020 Sep-Oct. *Travel Med Infect Dis*. V 37: 101827.

Morales AJR, Duque JAS, Botero SH, Díaz CEP, Gómez WEY, Méndez CA, Verbanaz S, Cimerman S, Enciso HDR, Antezana JPE, Ramon GJB, Livias KA, Vega AC, Orduna T, Larrea ES, Mondolfi AP. Preparación y control de la enfermedad por coronavirus 2019 (COVID-19) en América Latina. 2020. *Acta Médica Peruana*, 37 (1), 3-7.

Ridwan R. COVID-19 and dengue: a deadly duo. *Trop Doct*. 2020 Jul; 50(3): 270-272.

Wu D, Lu J, Liu Q, Ma X, He W. To alert coinfection of COVID-19 and dengue virus in developing countries in the dengue-endemic area. *Infect Control Hosp Epidemiol*. 2020 Dec; 41 (12): 1482.

Araújo JL, Oliveira KKD, Freitas RJM. In defense of the Unified Health System in the context of SARS-CoV-2 pandemic. *Rev. Bras. Enferm*. 2020 July. 73 (2): e20200247.

CAPÍTULO 18

A RELAÇÃO ENTRE O CORONAVÍRUS E O SANEAMENTO BÁSICO NA PERIFERIA SUL DE CAMPO GRANDE - MS

Regerson Franklin dos Santos, Professor de Geografia da rede pública estadual de Mato Grosso do Sul; Doutor em Geografia pela UFGD
Jennifer Paula Bezerra de Moraes, Acadêmica do curso de Ciências Biológicas da UFMS

“Ficam quatro numa cama, quatro na outra, como que vai manter distanciamento se aqui é uma favela?”.
(CAMPO GRANDE NEWS, 2020)

RESUMO

O presente texto busca apresentar a relação indissociável entre o Saneamento Básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza/drenagem urbana e resíduos sólidos, ambos dispostos na Lei Federal nº 11.445/2007) e o Coronavírus, ressaltando que a ausência, insuficiência e/ou fragilidade desse sistema de saúde pública, fundamentalmente nas periferias das cidades, propicia maiores chances de contaminação, proliferação do vírus e o consequente caos econômico, social e sanitário dessas populações, que expandir-se-á para a sociedade em geral. Pautado em trabalho de campo realizado (2019) na periferia sul do município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, aliado aos preceitos teóricos, a metodologia qualitativa resulta em um olhar analítico das políticas públicas desenvolvidas nas esferas municipal, estadual e federal, no âmbito do saneamento básico e no combate à pandemia da COVID-19. Como resultado, notou-se que a precarização (das moradias, das condições de higiene, dos serviços públicos em geral) à qual parcela considerável da sociedade vive, é condição que fere aos Direitos Humanos e um meio exponencial de ampliação dessa pandemia e de outras crises que os assolam ainda mais, aprofundando a exclusão e injustiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Coronavírus; Saneamento Básico; COVID-19; Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

O Saneamento Básico, composto pelos itens Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem/Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos (BRASIL, 2007), se torna ainda mais importante em tempos de pandemia do Coronavírus, principalmente nas áreas em que esse conjunto de serviços é ausente, insuficiente ou inadequado. Segundo o Ministério da Saúde,

Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados na China. (...). Os primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937. No entanto, foi em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa (BRASIL, 2020).

Com a ineditividade da COVID-19²² no Brasil e em Campo Grande- MS, que tem afetado

²²“A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia

o aspecto econômico, social, ambiental, sanitário e a vida de milhares de pessoas com as crises às quais essa doença têm instituído, a precariedade do serviço de saneamento básico mostra-se um vetor de transmissão dessa doença, pois parte da população (a mais pobre e vulnerável) não tem esse recurso básico e importantíssimo tanto para a sobrevivência quanto às práticas de higienização tão essenciais no combate ao Coronavírus: a água.

Essa situação negligenciadora do Estado e de políticas públicas (HELLER, 2018) acaba prejudicando sobremaneira aos menos favorecidos, visto que, como exemplo, em 2016, mais de 3 mil crianças com menos de 5 anos faleceram no Brasil de diarreia (LAHOZ, 2016), ou seja, os riscos são altos com essa desassistência.

A higiene então é uma das situações mais disseminadas pela Organização Mundial de Saúde – OMS no combate ao vírus, pois recomenda que as pessoas lavem as mãos com água e sabão frequentemente ou utilizem o álcool em gel, entretanto, essa situação é pouco provável que ocorra em regiões com falta de água e economicamente fragilizadas.

A metodologia empregada consiste na análise qualitativa (GOLDENBERG, 2004) em que os resultados subjetivos, visíveis a toda sociedade, são mais intensos e concretos para àqueles que vivenciam tal realidade e, por essa via, a interpretam de maneira mais pormenorizada.

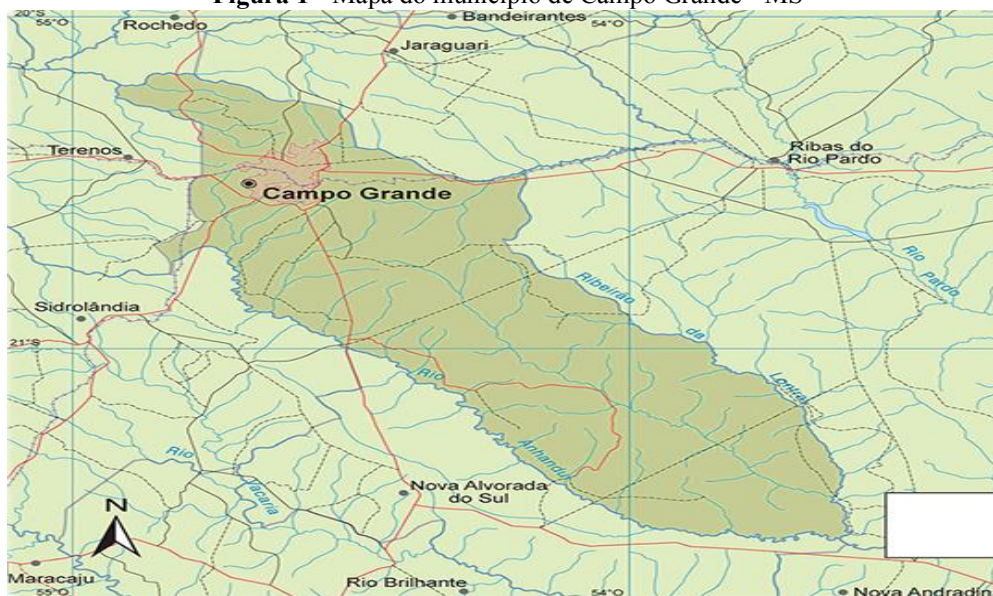
O trabalho será dividido em três partes: na primeira realizaremos uma breve discussão acerca da Coronavírus, sua chegada ao Brasil, em Mato Grosso do Sul e em Campo Grande-MS; na segunda parte, trataremos da questão do saneamento básico e as ligações às quais ele apresenta sobre a propagação do Coronavírus.

A última parte (trabalho de campo) mostra - de maneira breve, mas pertinente - a realidade de um bairro da periferia sul campo-grandense com o estudo realizado em 2019 que delinea a necessidade de políticas públicas mais eficientes para que se salvem vidas.

Nesse sentido, o presente texto busca apresentar as relações existentes entre o Coronavírus e o Saneamento Básico, tendo como *locus* o Bairro Centro-Oeste, localizado na periferia sul do município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul (Figura 1).

de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório)” (BRASIL, 2020).

Figura 1 - Mapa do município de Campo Grande - MS



Fonte: IBGE.

O PERIGO INVISÍVEL CHEGA AO BRASIL VIA RICOS, MAS SÃO OS POBRES OS MAIS VULNERÁVEIS

Os primeiros casos da Covid-19 tiveram origem na cidade de Wuhan, localizada na China, que se espalhou rapidamente para outros países, incluindo o Brasil, em que se disseminou rapidamente por todo o país, inclusive no município de Campo Grande - MS.

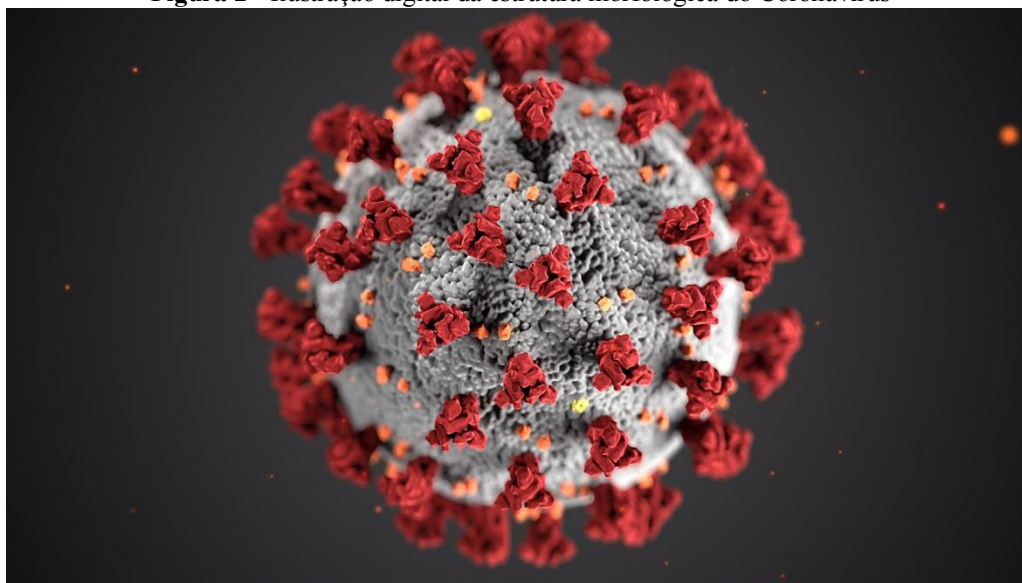
A transmissão da doença ocorre por meio de gotículas expelidas pela pessoa contaminada (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2020b), sendo assim, a OMS recomenda que as pessoas lavem as mãos com água e sabão com frequência ou, na impossibilidade de fazê-lo, utilizem o álcool em gel, visto que o vírus possui uma cápsula de revestimento feita de proteínas e lipídios (nome técnico para gordura) que possuem como função protegê-lo.

Essa capa é fundamental para que o vírus se prenda nas células humanas, ou seja, sem ela, ele morre; dessa forma a água e sabão têm a função de destruir essa cápsula de gordura, evitando a proliferação do vírus.

Como estamos em um mundo globalizado, as facilidades dos transportes aéreos principal, mas não exclusivamente, propiciam e facilitam o deslocamento das pessoas e, com elas, doenças, vírus e demais enfermidades que até então eram locais se tornam globais na medida em que a contaminação ocorre com muita rapidez simultaneamente em diversas parte

do planeta, espalhando as doenças para espaços livres e, que sequer tiveram outrora vestígios desses fatos ao longo da história.

Figura 2 - Ilustração digital da estrutura morfológica do Coronavírus



Fonte: Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC).

Nesse sentido, há indícios de que o vírus (Figura 2) esteja circulando no Brasil desde janeiro de 2020 (EXAME, 2020), e que caso se tivessem tomadas as devidas precauções, poderia-se ter evitado diversas mortes e em certa medida, o caos ao qual passamos ao longo de 2020 e que se intensificou em 2021.

No estado de Mato Grosso do Sul e na capital Campo Grande, os primeiros casos confirmados de COVID-19 datam de fins de março (MATO GROSSO DO SUL, 2020) e se deram exatamente com moradores que mantiveram contatos com pessoas infectadas no Rio de Janeiro e Londres, corroborando o caráter global da doença/pandemia que alastra rapidamente.

A partir desse momento, iniciou-se os procedimentos de quarentena, suspensão das aulas na educação básica e superior em todo o estado como também barreiras sanitárias, fechamento de rodoviárias e paralisações das atividades laborais, o que contribuiu para o índice de contaminação em Mato Grosso do Sul e na capital ficasse abaixo da média nacional (CORREIO DO ESTADO, 2020).

Como essas pessoas contaminadas mantiveram contato com seus parentes e terceiros cotidianamente em escritórios, consultórios, transporte público, empregados domésticos e outros ambientes fechados até que fossem diagnosticadas e colocadas em quarentena, o risco de contágio é iminente. Se tivéssemos um sistema de saneamento mais abrangente aos vulneráveis, poderíamos ter maiores e melhores condições de distanciamento social,

imunização e, quiça, tratamento mais eficiente.

RELAÇÃO DA COVID-19 COM O SANEAMENTO BÁSICO

Diante desse contexto, as regiões com condições precárias de saneamento básico e falta de água são as mais prejudicadas, uma vez que a intensificação da higiene é uma das melhores estratégias de prevenção.

O Instituto Trata Brasil (2020a) divulgou um ranking do saneamento básico, constatando que cerca de 16,38%, equivalente a 35 milhões de pessoas vivem sem água encanada no Brasil e mais de 100 milhões não possuem coleta de esgoto nas residências. Sendo assim, torna-se difícil aplicar a recomendação sanitária tão simples da OMS nessas regiões que sofrem com a ausência de infraestrutura, pois a população não tem um recurso básico que é a água, fazendo com que os indivíduos que residem nessas localidades estejam mais suscetíveis a contaminação.

Dessa forma, a relação saúde e saneamento básico torna-se ainda mais pertinente quando se investe na prevenção que produz resultados positivos para a administração e salvam-se vidas. A atualização da OMS diz que “refez as contas e disse que não é mais quatro (reais), é nove. Cada real investido em saneamento economiza nove reais em saúde” (BRASIL, 2017).

Portanto, cuidar para que os menos favorecidos não lotem o sistema de saúde pública é uma questão de Direitos Humanos e, por conseguinte, contribui para que se tenha dinheiro para investir em assistência social e demais programas de incentivo econômicos para em tempos de crises.

Como o custo de uma Unidade de Terapia Intensiva – UTI é extremamente caro (METRÓPOLES, 2020) e o Sistema Único de Saúde – SUS não tem leitos suficientes para atender a demandas exorbitantes (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020), a saída é a quarentena e a prevenção, e o saneamento básico é um dos pontos principais para que ambos funcionem. Todavia, as baixas taxas desse conjunto de serviços Brasil afora e na periferia sul de Campo Grande – MS podem comprometer essa situação. Em tempos de inverno (frio e baixas temperaturas) o drama aumenta ainda mais, pois

Esse negócio de distanciamento parece coisa de TV ou para quem tem casa bonita; esqueceram de nós”. (...) Em época de baixas temperaturas, o que já era precário, torna-se ainda mais insalubre e elimina qualquer chance de combate eficaz contra disseminação da covid-19. Com poucas opções de roupas de frio, o jeito é aproveitar ao máximo os cobertores doados, nem que para isso todo mundo se junte ainda mais para se esquentar (CAMPO GRANDE NEWS, 2020).

Ademais, ainda há a questão do custo de um frasco de álcool em gel, bem como das máscaras, que subiram de forma exacerbada desde que a pandemia chegou no Brasil. Para exemplificar, salientamos o caso de Campo Grande – MS (MIDIAMAX, 2020), onde um frasco de gel chegou a custar R\$ 26,40 (vinte e seis reais e quarenta centavos), e a máscara apropriada foi encontrada a R\$ 39,90 (trinta e nove reais e noventa centavos) logo no início da pandemia. Nesse sentido

O líder comunitário Giuliano de Souza Ramos, 38 anos, [de outra favela] diz que álcool em gel é “item de luxo”. Ele mesmo mostra o potinho que comprou no início da quarentena, em março, a R\$ 15 e usa somente quando precisa ir sair. “A gente não tem condições de comprar, sabão é bom porque dura mais, mas não dá para sair com sabão na bolsa, não é?” (CAMPO GRANDE NEWS, 2020).

Importante ressaltar que nessas regiões carentes de infraestrutura, os moradores são de baixa renda (e há inúmeros casos que são sem renda fixa), ou seja, eles não possuem condições de comprar um frasco de álcool em gel e máscaras com preços elevados. A segurança sanitária então precisa ser tratada como política pública, e os governantes têm que oferecer esses equipamentos de proteção individual para todos, uma vez que, agindo dessa maneira, evitar-se-á um possível caos no sistema de saúde pública do município.

ESTUDO EM ÁREA DE OCUPAÇÃO NA PERIFERIA SUL DE CAMPO GRANDE – MS

No ano de 2019 foi realizada uma pesquisa de campo no bairro Centro Oeste (ocupação²³), localizado na periferia sul do município Campo Grande – MS (Figura 3), com o objetivo de analisar os diversos problemas ocasionados pela ausência de saneamento básico.

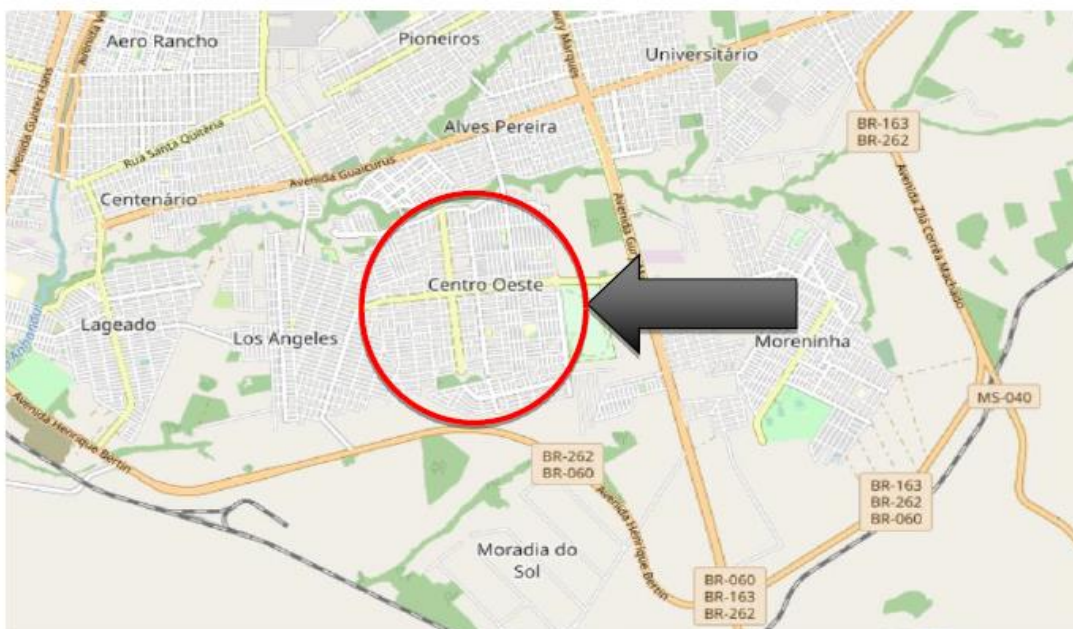
As questões elaboradas desencadearam outras exclamações por parte dos moradores que transcenderam a questão do saneamento básico, como, por exemplo, a falta de energia elétrica e infraestrutura da localidade, oriunda de uma ocupação.

Essa, infelizmente, é a realidade de milhares de lares brasileiros, principalmente em ocupações, favelas e periferias onde as pessoas se tornam invisíveis aos olhos do poder público (e também indesejáveis) e têm relegados Direitos Humanos Fundamentais que os cerceiam de um mínimo de dignidade.

A Figura 3 apresenta a localização visitada/analísada:

²³As imagens apresentadas e a pesquisa em campo foram realizadas em uma área de ocupação irregular, denominada de Homex.

Figura 3 - Bairro Centro-oeste., periferia sul do Município de Campo Grande – MS.



Fonte: Cidade Brasil. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/mapa-campo-grande-ms.html>

A Figura 4 demonstra a precariedade das moradias e das condições de vida as quais se submetem esses moradores, expostos a própria sorte e precarizados acerca de serviços públicos essenciais, dentre eles o saneamento básico.

Figure 4 - Área de ocupação irregular (HOMEX) no Bairro Centro-Oeste



Fonte: os autores/2019

Com base nos resultados das entrevistas, pudemos concluir que: quase metade dos entrevistados contraíram dengue desde que moram no local; a gripe, o bicho de pé, a diarreia (CAMPO GRANDE NEWS, 2019) e a febre (enfermidade), todas situações que estão relacionadas ao saneamento básico e/ou práticas de higiene insuficiente, também foram

mencionadas (BRITO; REZENDE, 2017).

Essas doenças e enfermidades citadas, denotam que a localidade necessita de mais atenção dos governantes, seja na limpeza pública ou mesmo com relação ao esgotamento sanitário, fato esse verificado pelo uso de fossas pelos moradores. Essa questão, portanto, é, além de saneamento básico, uma questão de saúde pública, e precisa urgentemente ser sanada com investimentos e políticas eficazes (LEONETI; PRADO; OLIVEIRA, 2011).

Considerando-se essa situação, o risco para essas populações acentua-se ainda mais, uma vez que as práticas higiênicas são (quando possíveis) afetadas pela ausência de água ou seu armazenamento inapropriado, as vezes contaminada pela sujeira e, principalmente, pelo esgoto.

Em algumas situações esse fato pode ser um agravador da crise da contaminação mais célere, uma vez que amostras fecais positivas para o Coronavírus (FIOCRUZ, 2020) permanecem positivas, em média, por 27,9 dias após o início dos primeiros sintomas, ou seja, o vírus também é expelido por fezes (WU *et.al.* 2020). Isso favorece ainda mais o contágio, já que a maioria das doenças nesses locais ocorrem por meio da ingestão, por via oral, de água e alimentos contaminados.

Outra questão a ser refletida para os moradores dessa comunidade (Bairro Centro-Oeste) é o confinamento em suas casas, em que a quarentena é extremamente difícil pelas condições insalubres do bairro e da residência sobre diversos aspectos. Assim, exemplo de outra comunidade se enquadra perfeitamente no contexto em que vivem essas pessoas:

Aqui as condições já eram mínimas, aí piorou com a covid, disse Fabiana. Ela conta que o auxílio emergencial veio para ajudar quem ficou sem trabalho, soma-se às doações, mas não completa o mês. Por isso, os cuidados sanitários acabam relegados em segundo plano. “A gente não vai deixar de comprar um leite para comprar álcool em gel, a criança não espera” (CAMPO GRANDE NEWS, 2020).

Além da higiene, podemos mencionar a grande quantidade de pessoas que habitam espaços minúsculos (Figura 5) e que podem ocasionar a rápida propagação entre os membros do grupo familiar – e para além dele.

Figura 5 - Habitação precária na Homex, bairro Centro-Oeste



Fonte: os autores/2019

Em caso de haver um indivíduo contaminado, a rápida propagação prejudica a sociedade como um todo e não somente aqueles que moram nas regiões precárias, pois se esse cenário persistir para além de 2021, o que é bem provável, os casos de Covid-19 irão aumentar ainda mais, tendo como consequência a disseminação mais rápida da doença (e suas variantes), visto que as regiões periféricas são as que mais possuem habitantes.

Além dos danos a economia do país e ao meio ambiente, essa crise aumenta os gastos hospitalares, prejudica a produtividade e a renda dos trabalhadores, polui o solo, lençóis freáticos e reservas de água, ampliando o caos que é morar nas periferias para uma conjuntura ainda mais ampla, a cidade, grosso modo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que o Coronavírus é uma doença fatal, mas que pode ser prevenida com os devidos cuidados higiênicos, sendo um deles o mais importante e eficaz: lavar as mãos com água e sabão frequentemente. Entretanto, há milhões de brasileiros que não possuem acesso à água, como é o caso dos moradores que residem na ocupação do Bairro Centro-Oeste, em Campo Grande – MS. Essa região possui uma infraestrutura extremamente precária, fazendo com que se tenham casos frequentes de doenças relacionadas a ausência de saneamento básico.

Toda essa situação favorece ainda mais a infecção pelo Coronavírus, pois além da falta de água e dos espaços minúsculos, há a questão do esgoto, que acarreta um cenário arriscado

para os indivíduos que moram nessa região periférica - e para além dela -, visto que a inúmeras doenças ocorrem pelo consumo de água e alimentos contaminados.

Portanto, nota-se que a desigualdade social e econômica que assola a região e o país é o que realmente precisa ser combatida por meio de investimentos, pois a segurança sanitária é um Direito Humano para toda a população e é dever do Estado oferecê-la.

Somente a partir das ações dos governos (deveria ser questão de Estado mas...), será possível ter um processo de saneamento básico adequado, prevenindo assim a população mais carente das doenças de veiculação hídrica e infecciosas.

O discurso precisa ser traduzido em políticas públicas (federal, estaduais e municipais) que se concretizem nesses bairros para essa parcela da sociedade, promovendo inclusão e justiça social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Cada real gasto em saneamento economiza nove em saúde", disse ministro da Saúde**. 2017. Por Coordenação de Comunicação. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/todas-as-noticias/-/asset_publisher/lpnzx3bJYv7G/content/-cada-real-gasto-em-saneamento-economiza-nove-em-saude-disse-ministro-da-saude?inheritRedirect=false. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 08/01/2007 e retificado em 11/012007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre a doença: coronavírus**. Coronavírus. 2020. Governo Federal. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRITO, Ana Lúcia; REZENDE, Sonaly Cristina. A política pública para os serviços urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil: financeirização, mercantilização e perspectivas de resistência. **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 557-581, maio/ago 2017.

CAMPO GRANDE NEWS (Mato Grosso do Sul). **Estudo mostra menos da metade das residências de MS têm coleta de esgoto - CREDITO: CAMPO GRANDE NEWS**. 2019. Por Humberto Marques. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/estudo-mostra-menos-da-metade-das-residencias-de-ms-tem-coleta-de-esgoto>. Acesso em: 19 mar. 2020.

CAMPO GRANDE NEWS (Mato Grosso do Sul). **Na favela, "distanciamento zero" e frio comprometem luta contra a covid-19**. 2020. Por Silvia Frias e Clayton Neves. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/na-favela-distanciamento-zero-e>

frio-comprometem-luta-contra-a-covid-19.com.br/brasil/cidades/estudo-mostra-menos-da-metade-das-residencias-de-ms-tem-coleta-de-esgoto. Acesso em: 19 out. 2020.

CORREIO DO ESTADO. **Mato Grosso do Sul é o Estado com menos casos de Covid-19 do Brasil.** 2020. Por Eduardo Miranda. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/ms-e-o-estado-com-menos-casos-de-covid19-do-brasil/371672>. Acesso em: 30 ago. 2020.

FIOCRUZ. **Fiocruz divulga estudo sobre a presença do novo coronavírus em esgotos sanitários.** 2020. Vinicius Ferreira (IOC/Fiocruz). Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-divulga-estudo-sobre-presenca-do-novo-coronavirus-em-esgotos-sanitarios>. Acesso em: 27 ago. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO (Brasil). **SUS nos estados não tem leitos de UTI contra o coronavírus.** 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/sus-nos-estados-nao-tem-leitos-de-uti-contra-o-coronavirus.shtml>. Acesso em: 25 ago. 2020.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar - Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HELLER, Léo (ORG.). **Futuros do Brasil – Textos para debate.** Saneamento como política pública: um olhar a partir dos desafios do SUS. (Org.). Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégico da Fiocruz, 2018. 144p.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Instituto Trata Brasil lança mais um Ranking do Saneamento Básico.** 2020a. Por Trata Brasil. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/blog/2020/03/12/instituto-trata-brasil-lanca-mais-um-ranking-do-saneamento-basico/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **RECOMENDAÇÕES PARA PREVENÇÃO DO CONTÁGIO DA COVID-19 (NOVO CORONAVÍRUS – SARS-CoV-2) PELA ÁGUA E POR ESGOTO DOMÉSTICO:** (Cartilha). 2020b. Por Sala Técnica de Saneamento. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/blog/2020/03/12/instituto-trata-brasil-lanca-mais-um-ranking-do-saneamento-basico/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

LEONETI, Alexandre Bevilacqua; PRADO, Eliana Leão do; OLIVEIRA, Sônia Valle Walter Borges de. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. **Revista de Administração Pública** — Rio de Janeiro 45(2):331-48, mar./abr. 2011.

MATO GROSSO DO SUL. Airton Raes. Secretaria de Estado de Saúde - SES. **Secretaria de Saúde confirma dois casos de coronavírus em Mato Grosso do Sul.** 2020. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/secretaria-de-saude-confirma-dois-casos-de-coronavirus-em-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

METRÓPLOES (Brasil). **Internação em UTI por coronavírus pode custar até R\$ 14,7 mil:** um paciente do sus internado em unidade da clínica médica tem um custo aproximado de R\$ 700 por dia. governo tenta ampliar oferta de leitos. Um paciente do SUS internado em unidade da clínica médica tem um custo aproximado de R\$ 700 por dia. Governo tenta ampliar oferta de leitos. 2020. Por Otávio Augusto. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/internacao-em-uti-por-coronavirus-pode-custar-ate-r-147-mil>. Acesso em: 19 ago. 2020.

MIDIAMAX (Mato Grosso do Sul). **Raro nas prateleiras, álcool em gel custa até R\$ 26,40 em Campo Grande.** 2020. Por Guilherme Cavalcante. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2020/raro-nas-prateleiras-alcool-em-gel-custa-ate-r-2640-em-campo-grande>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MINISTÉRIO da Saúde descobre que coronavírus chegou ao Brasil em janeiro. **Exame.** 2020. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/ministerio-da-saude-descobre-que-coronavirus-chegou-ao-brasil-em-janeiro/>. Acesso em 18 maio 2020.

WU, Yongjian et al. Prolonged presence of SARS-CoV-2 viral RNA in faecal samples. The Lancet. Volume 5, ISSUE 5, P434-435, 01 maio, 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/langas/article/PIIS2468-1253\(20\)30083-2/fulltext#articleInformation](https://www.thelancet.com/journals/langas/article/PIIS2468-1253(20)30083-2/fulltext#articleInformation). Acesso em 28 abr. 2020.

CAPÍTULO 19

EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA ONDA DA COVID-19: AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NA OFERTA DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS PELA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Regina Lucia Fernandes de Albuquerque, Doutoranda em Educação, UFMG, Professora Rede Estadual do Rio de Janeiro

RESUMO

Tem-se por objetivo mapear as políticas da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro na oferta de atividades pedagógicas não presenciais durante a primeira onda da Covid-19, analisando as condições de trabalho docente nesse período. Trata-se de estudo exploratório, com 22 professores atuantes em turmas de Ensino Médio. A coleta de dados foi realizada através de aplicação de questionário remoto, com estrutura de respostas semiestruturadas e fechadas. Os resultados parciais apontaram para baixa frequência de políticas públicas nacionais de regulamentação do acesso remoto, sendo predominantes políticas descentralizadas pelas Unidades da Federação. Os docentes apontaram para discrepâncias entre políticas públicas anunciadas pelo governo do estado e sua efetivação.

PALAVRAS CHAVE: Sociologia da Educação, trabalho docente, Covid-19, pandemia, Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou uma epidemia de casos de síndrome respiratória aguda grave em Wuhan, província de Hubei, na China. Em 30 de janeiro de 2020, o surto foi declarado como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional²⁴. A partir de março de 2020, frente à confirmação de óbitos por síndrome respiratória aguda grave (SARS-2/ Covid-19) em distintas Unidades da Federação, os governadores estaduais iniciaram medidas de restrição da mobilidade urbana e suspensão de serviços de atendimento ao público. Sendo estes ofertados, quando possível, por atendimento remoto. No entanto, o MEC só se pronunciou em relação à oferta de atividades na Educação Básica em 03 de abril de 2020, através da Portaria nº 376 (BRASIL, 2020b), documento que autorizou a suspensão de aulas presenciais e/ou sua substituição por atividades não presenciais no Ensino Profissional Técnico e Ensino Médio.

²⁴Fonte: Organização Pan-americana da Saúde. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 03/05/2020.

Ao passo que a conjuntura mundial caracterizada pela pandemia da Covid-19 demanda novas formas de organização para garantia do acesso à educação, é preciso questionar a universalidade dos métodos aplicados com vistas a essa garantia. Pesquisas apontam que características secundárias entre grupos de alunos possuiriam uma forte correlação com seu desempenho, como, por exemplo, o nível socioeconômico familiar, a escolaridade materna, gênero e raça de pertencimento do aluno (ÉRNICA e SETUBAL, 2019, p 6). De acordo com o Observatório Social da Covid-19, 17 milhões de residências nacionais (20% do total de residências brasileiras), não possuem acesso à internet. Nestes domicílios, residem 7 milhões de estudantes, dos quais 95% estão matriculados em escolas públicas. Dessa maneira, a oferta de atividades pedagógicas não presenciais por acesso remoto, durante o período da pandemia pela Covid-19, pode vir a se caracterizar como mais uma variável que se associa ao fenômeno da desigualdade educacional.

Em paralelo a questão da desigualdade, outro fenômeno que se coloca como um grande desafio no contexto de aulas remotas é a garantia de direitos trabalhistas do magistério à longo prazo. Para além da já consolidada implementação dos contratos temporários e de aumento da carga horária docente²⁵, nos últimos anos a categoria do magistério assistiu à implementação de flexibilização de seu vínculo de trabalho através da criação do vínculo empregatício do professor eventual. Esse tipo de vínculo não oferece ao trabalhador uma renda fixa, sua remuneração é calculada mediante à demanda por seu trabalho. Assim, o professor eventual trabalha substituindo eventuais faltas ou licenças de professores efetivos, recebendo por aulas lecionadas (VENCO, 2018, p 9). Um vínculo empregatício com características que se enquadram no fenômeno de economia de compartilhamento (SLEE, 2017, p14-16) ou uberização do trabalho (FONTES, 2017, p 54). Essa conjuntura fomenta na categoria do magistério incertezas sobre a continuidade dos programas de oferecimento de atividades pedagógicas não presenciais fora do período da pandemia. Ainda que seja compreensível a necessidade emergencial de garantia do acesso à educação, aponta-se que em uma eventual decisão de continuidade dessas políticas de acesso remoto fora da pandemia, estas seriam beneficiadas pela estrutura utilizada no período da Covid-19. Além disso, há receio sobre o investimento no vínculo de trabalho docente por tutoria remota em detrimento da promoção de editais de concurso público para sanar o déficit de professores na Rede Estadual de Educação

²⁵ A Rede Estadual do Rio de Janeiro conta com a da gratificação por lotação prioritária (GLP), modalidade que permite a ampliação da carga horária docente para além daquela prevista no concurso público prestado pelo professor.

do Rio de Janeiro. Dessa maneira, a pesquisa tem por objetivo mapear as políticas empreendidas pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) para a oferta de atividades pedagógicas não presenciais durante a primeira onda da Covid-19 no Brasil, analisando as condições de trabalho docente durante esse período.

Em pesquisa nos periódicos da CAPES²⁶ para a combinação de palavras “Covid-19 + *education*” foram encontradas cinco produções que se relacionam diretamente ao tema de interesse desse artigo. Para “Covid-19 + *education* + *teachers*” foram encontradas duas publicações. Já para a tradução em português das combinações de palavras equivalentes: “Covid-19 + educação” e “Covid-19 + educação + professores” não foram encontrados resultados. Dos textos encontrados, apenas um se relaciona à Educação Básica (HUDGENS, 2020). Dessa maneira, justifica-se a realização dessa pesquisa com vistas a contribuir para ampliação dos estudos sobre trabalho docente durante a primeira onda da Covid-19 no Brasil.

A metodologia empreendida foi caracterizada por estudo exploratório com vinte e dois professores atuantes em turmas de Ensino Médio na Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro. A coleta de dados da pesquisa foi realizada através de aplicação de questionário remoto, composto por três sessões de perguntas: a primeira sessão contou com bloco de perguntas com estrutura de respostas fechadas, com objetivo de mapear o bem-estar emocional dos profissionais; a segunda sessão foi composta por perguntas com estrutura de respostas fechadas, com objetivo de mapear as condições de trabalho dos entrevistados; e uma terceira sessão contou com estrutura semiestruturada, em que os profissionais apresentaram sua avaliação do oferecimento das atividades pedagógicas não presenciais. A aplicação dos questionários ocorreu entre os meses de abril e maio do ano de 2020 e os critérios de inclusão dos participantes na pesquisa nortearam-se pelo atendimento a dois pré-requisitos: 1) ser professor regente da SEEDUC em atuação no ano letivo de 2020; 2) lecionar para turmas do 3º ano do Ensino Médio. A aplicação dos questionários realizou-se através de plataforma digital na qual foi assegurada a preservação da identidade dos participantes. Não sendo revelada a identidade dos entrevistados nos dados coletados.

Dessa maneira, o texto divide-se em quatro partes: a primeira comporta a análise documental das publicações em veículos oficiais pelo Governo Federal, Ministério da Educação (MEC) e Conselho Nacional de Educação (CNE) com as recomendações sobre a

²⁶ Disponível no portal: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 25/04/2020.

oferta de atividades pedagógicas não presenciais. A segunda parte analisa as regulamentações publicadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para normatização do oferecimento e acesso das atividades pedagógicas não presenciais para os alunos da SEEDUC. Já o terceiro momento abarca a discussão dos dados coletados nas entrevistas com professores. Nas entrevistas foram utilizadas as categorias: bem estar dos profissionais, condições de trabalho, frequência discente e avaliação sobre o oferecimento de atividades pedagógicas não presenciais. O texto encerra-se com as considerações finais.

1- RECOMENDAÇÕES NACIONAIS PARA REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS.

Através da Portaria nº 376, datada de 03 de abril de 2020 (BRASIL, 2020b), o MEC autorizou a suspensão das aulas presenciais e/ou sua substituição por atividades não presenciais para as modalidades de Ensino Profissional Técnico e Ensino Médio regular da Educação Básica, pelo prazo de sessenta dias após a data da publicação. O artigo segundo da portaria, estabeleceu reposição de carga horária integral do período suspenso às instituições que não aderissem ao oferecimento de aulas remotas. Em acordo com a Medida Provisória nº 934, de 01 de abril de 2020 (BRASIL, 2020a), que dispensou, excepcionalmente, a obrigatoriedade do número mínimo de dias letivos para as modalidades da Educação Básica, mantendo a obrigatoriedade da carga horária mínima prevista na Lei 9394/96²⁷ (BRASIL, 1996). Já para as instituições que aderissem ao oferecimento de aulas remotas, a Portaria nº 376 (BRASIL, 2020b) regulamentou que a oferta deveria ser mediada por recursos digitais e que possibilitassem o acesso dos estudantes, em seus domicílios, a materiais de apoio e orientações que permitissem a continuidade dos estudos. A portaria ainda suspendeu as atividades de estágio, quando previstas nos Planos de Curso para o Ensino Profissional Técnico, e normatizou como responsabilidade da instituição a oferta de ferramentas, materiais e orientações para o acompanhamento dos alunos, assim como, se necessário, aplicação de avaliações durante o período de sessenta dias de vigência da portaria.

Já em 28 de abril, de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) votou o documento “Proposta de Parecer sobre Reorganização dos Calendários Escolares e Realização de

²⁷ No inciso 1, do artigo 24, da Lei 9394/06, fica estabelecido a carga horária mínima anual de 800 horas para o Ensino Fundamental e Médio, distribuídas por 200 dias letivos. A Medida Provisória nº 934/2020 altera o disposto para o ano letivo de 2020, mantendo a carga horária mínima anual de 800 horas, mas desobrigando a sua distribuição por 200 dias letivos.

Atividades Pedagógicas não Presenciais durante o Período de Pandemia da COVID-19” (BRASIL, 2020d). No documento recomenda-se para reorganização do calendário letivo a coordenação entre: reposição de carga horária de aulas, após o período da pandemia, e realização de atividades pedagógicas não presenciais, a serem realizadas com ou sem mediação remota. (BRASIL, 2020d, p. 4).

O documento indicou como formas de oferta de atividades pedagógicas não presenciais: atividades na modalidade Ensino à Distância (EaD)- videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino-aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, *blogs*, entre outros-; transmissão de aulas por programas de televisão ou rádio; distribuição de material didático impresso com orientações de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios. A redação do documento expressou preocupação em relação às mediações pedagógicas a serem ofertadas pelos profissionais de educação aos alunos e suas famílias para condução das atividades remotas. Contudo, pareceu desconsiderar a importância do vínculo entre professor-aluno e dos alunos com seus pares, sobretudo na Educação Básica, como elementos que compõem o processo de ensino-aprendizagem. Considerou, ainda, que para os alunos matriculados em turmas de Ensino Médio, as dificuldades cognitivas para realização de atividades *online* seriam reduzidas e que as supervisões pelos responsáveis poderiam ser realizadas por cronograma e planejamento. A redação do documento parece desconsiderar o percentual de alunos matriculados em escolas estaduais que não possuem responsáveis com Ensino Médio completo, o que dificultaria o acompanhamento das atividades a serem realizadas pelos alunos. É possível considerar a possibilidade de famílias de alunos nas quais os responsáveis continuem trabalhando presencialmente, quando trabalhadores essenciais, ou remotamente, quando o seu vínculo empregatício assim o permitisse. Esse cenário seria mais um empecilho para o acompanhamento das atividades a serem realizadas pelos alunos.

O documento do CNE (BRASIL, 2020d) também abrangeu recomendações para alunos com deficiência, escolas rurais e em territórios de povos tradicionais como quilombolas e indígenas. Em relação aos alunos com deficiência, foi prevista a garantia do Atendimento Educacional Especializado (AEE) com atuação do profissional AEE na adequação dos materiais disponibilizados pelos professores regentes e em articulação com as famílias dos alunos. No entanto, o documento não apresentou detalhamento procedimental para atuação do profissional AEE. Já em relação ao atendimento pelas instituições educacionais localizadas em territórios de povos tradicionais como quilombolas e indígenas, o documento preconizou pela parcial oferta de atividades presenciais, com encaminhamento de estudos dirigidos a serem

realizados pelos alunos em suas residências. Considerou, ainda, realização de atividades em perspectiva de alternância.

O CNE (BRASIL, 2020) ainda orientou sobre as atividades avaliativas do conteúdo ofertado aos alunos durante o período da pandemia. Estas englobariam: questionários de auto avaliação; avaliações discursivas remotas por mediação de plataformas *online*; atividades diagnósticas quando do retorno às aulas presenciais; lista de exercícios; acesso às vídeo-aulas como critério avaliativo de participação; pesquisas orientadas; avaliação oral e criação de materiais vinculados ao conteúdo estudado através de produções lúdicas (quadrinhos, roteiros, mapas mentais, cartazes).

O documento do CNE (BRASIL, 2020d), ainda que tenha apontado uma sensibilidade maior do que a do MEC e do Governo Federal, realizou-o de forma parcimoniosa, desconsiderando tanto características regionais quanto as características de grupos de alunos com maior vulnerabilidade. Além de pouco propor procedimentos que visem à universalização das atividades pedagógicas não presenciais durante o período da primeira onda da Covid-19. Embora, o documento seja o mais propositivo dentre aqueles emitidos pelos órgãos da União, em relação à oferta de atividades pedagógicas na Educação Básica durante o período da pandemia.

Na subsessão, a seguir, inicia-se o debate sobre o estudo de caso empreendido nessa pesquisa. Trata-se das regulamentações do Governo do Estado do Rio de Janeiro para oferta de atividades pedagógicas não presenciais no período da Covid-19.

2- REGULAMENTAÇÕES PARA A OFERTA DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO.

Pelo artigo 4, do Decreto nº 46.970, de 13 de março de 2020 (RIO DE JANEIRO, 2020a), o Governo do Estado do Rio de Janeiro suspendeu as aulas nas instituições educacionais vinculadas ao estado pelo prazo de quinze dias. Posteriormente, os Decreto nº 47.006, de 27 de março de 2020 (RIO DE JANEIRO, 2020b), Decreto nº 47.027, de 13 de abril de 2020 (RIO DE JANEIRO, 2020c) e Decreto nº 47.052, de 29 de abril de 2020 (RIO DE JANEIRO, 2020d), deram continuidade à prorrogação da suspensão das aulas presenciais, sempre por um prazo de quinze dias a partir da data de publicação do decreto. O Decreto nº 47.068, de 11 de maio de 2020 (RIO DE JANEIRO, 2020e), apresenta duas novidades em relação aos anteriores: 1) apresenta prazo maior de extensão das medidas de isolamento, tendo validade até 29 de maio; 2) É o primeiro decreto em que o Governo do Estado sugere que as

administrações municipais adotem alguma medida de *lockdown* (RIO DE JANEIRO, 2020e, art. 2, p. 1).

Em 23 de março de 2020, o Conselho Estadual de Educação (CEE) emitiu a Deliberação nº 376 (RIO DE JANEIRO, 2020g), que orientou as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Rio de Janeiro sobre o desenvolvimento das atividades escolares não presenciais. A deliberação do CEE apontou como responsabilidades das instituições: o planejamento das atividades escolares a serem realizadas pelos estudantes em suas residências, explicitando os objetivos, métodos, técnicas e recursos a serem utilizados; monitoramento da frequência dos alunos e acompanhamento das atividades propostas através de confecção de relatório a ser encaminhado ao Conselho Estadual de Educação. Na Educação Profissional as atividades escolares a serem realizadas pelos estudantes em suas residências, a partir de materiais didáticos e/ou recursos tecnológicos disponíveis, não seriam substitutivas dos estágios e laboratórios (RIO DE JANEIRO, 2020g, p 3-4).

O documento Plano de Ação Pedagógico, assinado pela Subsecretaria de Gestão de Ensino e pela Secretaria de Estado de Educação (RIO DE JANEIRO, 2020j), propõe princípios e condutas para adoção das atividades pedagógicas não presenciais. O documento indica como ações da SEEDUC: 1) disponibilização de salas de aula virtuais por meio do *google classroom*, na qual seriam registradas e acompanhadas as atividades realizadas pelos alunos; 2) disponibilização de material didático autorregulado impresso, previamente confeccionado por professores da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro, contudo o documento aponta a adoção do material em caráter excepcional; 3) divulgação de conteúdo pedagógico televisionado na rede Canal Futura, desde 06 de abril de 2020, com teleaulas para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio. nos horários de 8h, 13h e 18h15, com duas horas de duração para cada programa; 4) Aulas produzidas por professores da rede e transmitidas pela TV Alerj e emissora de tv aberta; 5) Equipe pedagógica de apoio ao estudante via ouvidoria de cada Diretoria Regional Pedagógica; 6) Oferecimento de formação para os profissionais de educação para acesso e utilização da plataforma *google classroom* através da “Jornada da Educação *online*”; 7) Apoio ao atendimento de alunos com deficiência através de material com orientações técnicas aos professores elaborado pelos núcleos especializados: CAS - Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez, CAP – Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual, NAPES – Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado; 8) Aplicação de atividades avaliativas via plataforma *google classroom* ou atividades impressas no material didático distribuído, nos

casos considerados excepcionais; 9) Monitoramento e acompanhamento dos relatórios de frequência emitidos pela plataforma *google classroom*. O documento ressalta a frequência mínima de 75% do total de horas letivas como condição para aprovação do aluno.

A Lei nº 8.802, de 5 de maio de 2020 (RIO DE JANEIRO, 2020h), assinada pelo governador Wilson Witzel, autorizou o exercício de trabalho por atividades remotas aos servidores públicos efetivos, comissionados e terceirizados, assim como autorizou a redução de carga horária desses trabalhadores. A decisão causou apreensão na medida em que, dentro da categoria do magistério da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro, professores com carga horária de dezesseis horas semanais recebem salário equivalente a R\$1.180,00. Sendo este um dos pisos salariais nacionais mais baixos para categoria do magistério.

A prerrogativa de autorização do exercício de trabalho remoto pela Lei nº 8802 (RIO DE JANEIRO, 2020h), torna-se mandatária após a Resolução SEEDUC nº 5.843, de 11 de maio de 2020 (RIO DE JANEIRO, 2020i), que estabeleceu o regime especial de atividades escolares não presenciais para as unidades de ensino da SEEDUC. A resolução prevê que as atividades pedagógicas passam a ser realizadas prioritariamente por mediação tecnológica e, em casos excepcionais, por meios complementares. No documento Plano de Ação Pedagógico, a oferta de atividades pedagógicas não presenciais nas escolas indígenas figurou como suspensão, considerando a ausência de internet nos territórios indígenas de Angra dos Reis e Parati e a suspensão de entrada nesses territórios pela FUNAI, na Portaria 419, de 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020g). Contudo, a Resolução SEEDUC nº 5.843 (RIO DE JANEIRO, 2020i) afirmou que os docentes vinculados à Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Prisional e Socioeducação terão normatização própria. Não ficando claro se esses profissionais serão cadastrados na plataforma *google classroom*, assim como não explicitando como se daria o atendimento aos grupos de alunos em territórios indígenas e privados de liberdade que não possuem acesso à internet devido suas especificidades. A Resolução SEEDUC nº 5.843 (RIO DE JANEIRO, 2020i) ainda estabelece o envio de no mínimo uma e no máximo três atividades por aula, a serem realizadas pelos alunos e enviadas para correção. Essas atividades comporiam relatório de acompanhamento pedagógico, sendo consideradas a elaboração do material e o acesso à plataforma pelos docentes como via de comprovação de efetivo exercício para fins funcionais. O documento ainda prevê que as atividades escolares não presenciais, realizadas por mediação tecnológica ou considerando os meios complementares, serão consideradas como efetivo trabalho escolar, compondo horas/aula a serem consideradas na carga horária obrigatória mínima de 800 horas para validação do ano letivo, como previsto na Lei 9394/96.

A seguir, analisam-se os dados do estudo exploratório empreendido com docentes da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

3- RESULTADOS.

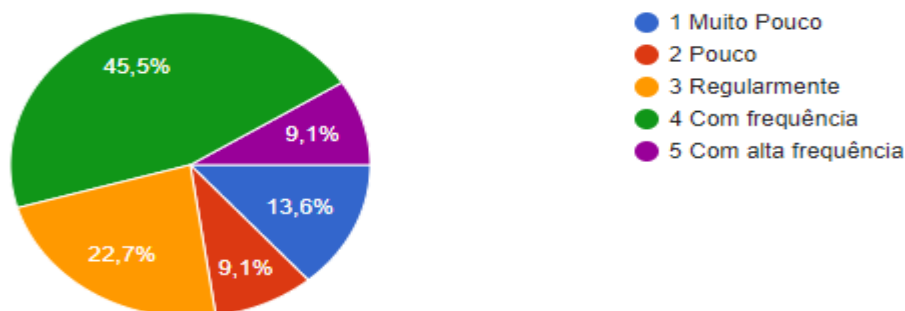
A pesquisa caracteriza-se como estudo exploratório e os vinte e dois docentes que dela participaram não podem ser considerados um percentual estatístico representativo dos profissionais da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Uma vez que, seria preciso um percentual acima de 60% do total de professores da rede para a amostra ser considerada estatisticamente significativa. Este não é o intuito dessa pesquisa que é caracterizada como estudo exploratório. Os resultados aqui apresentados são tomados como indícios e sugere-se posteriores investigações sobre as condições de trabalho docente na oferta de atividades não presenciais durante a primeira onda da Covid-19. O perfil dos entrevistados contou tanto com professores atuantes na rede há oito meses, quanto com aqueles que lecionam há vinte e seis anos nas escolas da SEEDUC. Essa mesma amplitude foi observada em relação às disciplinas ministradas pelos entrevistados, contando com professores de História, Sociologia, Biologia, Língua Portuguesa, Filosofia, Química, Geografia e Artes. A localização das escolas em que os docentes trabalham englobou desde a capital do Rio de Janeiro e região Metropolitana (Niterói e São Gonçalo), até municípios da Zona Oeste e interior (Japeri, Miguel Pereira e Vera Cruz) e Baixada Litorânea (Angra dos Reis). Vinte e um dos entrevistados declararam que a(s) escola(s) que lecionam atendem público de baixo perfil socioeconômico²⁸. Um dos entrevistados afirmou que a escola em que leciona atenderia público com perfil socioeconômico “misto”.

A primeira sessão do questionário contou com cinco questões sobre o bem estar dos professores. Analisando os gráficos 1, 2, 3, 4 e 5, é possível perceber que há maior concentração de respostas de entrevistados que apontaram: manifestar com frequência ansiedade ou incerteza quanto ao futuro ao longo de distintas semanas durante a primeira onda da Covid-19; manifestaram regularmente sensação de medo; pouco apresentaram alterações de humor; regularmente apresentaram dificuldade para iniciar uma tarefa na última semana e pouco apresentaram dificuldade de concentração ou agitação na última semana. Esses dados levam a inferir que docentes experienciaram, com mais frequência, sensação de medo e incerteza em relação ao futuro, o que pode se relacionar, de alguma maneira, com o aumento da dificuldade

²⁸ Para caracterização do público atendido pelas escolas foram usadas as expressões “nível socioeconômico baixo”, “nível socioeconômico muito baixo”, “classes D e E”, “pobre”.

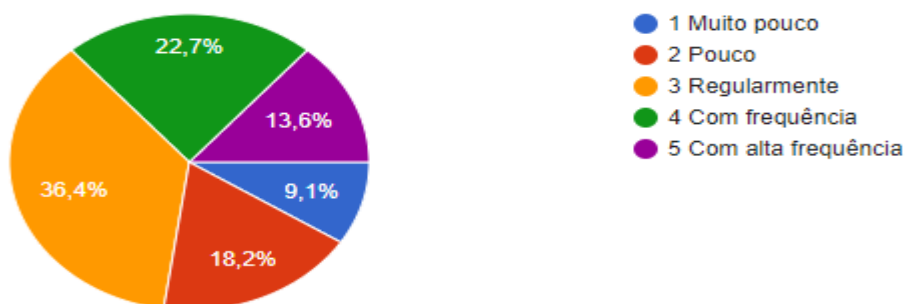
para iniciar tarefas. De maneira geral, é possível inferir que o contexto da pandemia da Covid-19 provocou alterações quanto às sensações experienciadas pelos professores em seu cotidiano.

Gráfico 1: Percentual de entrevistados que declararam ter experienciado momentos de ansiedade ou incerteza quanto ao futuro que se repetiu ao longo de distintas semanas durante a pandemia pela Covid-19.



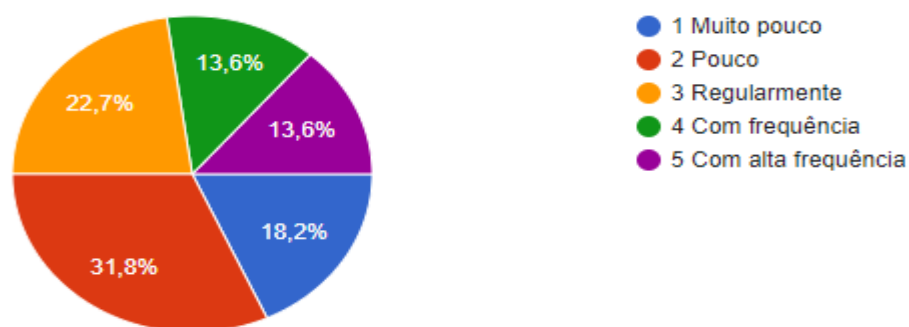
Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos questionários aplicados aos docentes.

Gráfico 2: Percentual de entrevistados que declararam ter experienciado sensação de medo ou angústia que se repetiu ao longo de distintas semanas durante a pandemia de Covid-19.



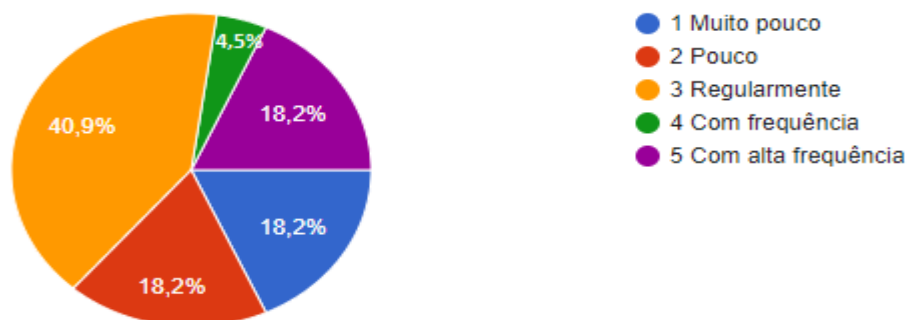
Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos questionários aplicados aos docentes.

Gráfico 3: Percentual de entrevistados que declararam ter apresentado alterações de humor durante o período da primeira onda da pandemia pela Covid-19.



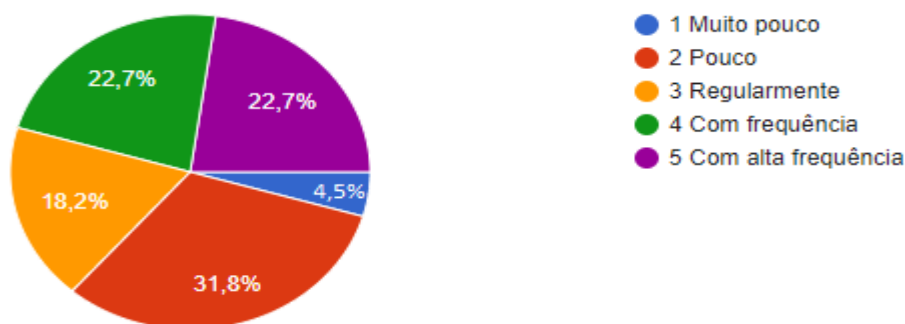
Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos questionários aplicados aos docentes.

Gráfico 4: Percentual de entrevistados que declararam ter apresentado dificuldade para ter iniciativa para fazer suas atividades na última semana.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos questionários aplicados aos docentes.

Gráfico 5: Percentual de entrevistados que declararam ter sentido agitação e dificuldade de concentração na última semana.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos questionários aplicados aos docentes.

No documento Plano de Ação Pedagógico (RIO DE JANEIRO, 2020j), a SEEDUC e a Subsecretaria de Gestão de Ensino, afirmaram que seria disponibilizada formação docente para o desenvolvimento de competências e habilidades na construção das ações no ambiente *online* do *google classroom* (RIO DE JANEIRO, 2020j, p 8), através da Jornada de Educação *online*. Contudo, 72,7% dos docentes que participaram da pesquisa afirmaram que não lhes foi oferecida essa formação ou que não conseguiram realizá-la. Sobre a avaliação da efetividade dessa formação para sanar as dúvidas dos profissionais sobre o manuseio da plataforma, 68,2% dos entrevistados declararam que a formação não foi efetiva em sanar suas dúvidas. Quando questionados se lhes foi oferecido outros recursos de formação para além da Jornada de Educação *online*, 63,6% dos entrevistados responderam que não lhes foi ofertado outro recurso de formação.

Foi previsto no Plano de Ação Pedagógico o oferecimento de material didático impresso aos alunos que não dispusessem de acesso à internet (RIO DE JANEIRO, 2020j, p 6), contudo

68,2% dos entrevistados declararam que seus alunos que não possuem computador ou acesso à internet não receberam o material impresso. Da mesma maneira, no Plano de Ação Pedagógico foi garantido o oferecimento de orientações técnicas aos professores para elaboração de material acessível aos alunos com deficiência visual, auditiva ou intelectual (RIO DE JANEIRO, 2020j, p 16-17). Contudo, 100% dos entrevistados declararam que não foi oferecido apoio ao atendimento de alunos com deficiência através de material com orientações técnicas aos professores elaborado pelos núcleos especializados. Não condizendo com o parágrafo quarto, do artigo segundo, da deliberação CEE nº 376 (RIO DE JANEIRO, 2020g), que versa sobre a garantia de não prejuízo aos estudantes.

O documento Plano de Ação Pedagógico (RIO DE JANEIRO, 2020j) preconiza que os professores apliquem e atribuam notas às atividades avaliativas disponíveis na plataforma, como formulários, testes, atividades abertas e produções textuais. Dentre os entrevistados da pesquisa, 100% declararam que as atividades avaliativas aplicadas através das aulas remotas ou pela correção do material didático impresso não contemplam as dimensões avaliativas que esses profissionais consideraram relevantes em suas disciplinas.

Quando questionados sobre quais seriam os maiores desafios para realização de seu trabalho a partir da implementação das atividades pedagógicas não presenciais e quais seriam as dificuldades específicas em relação às disciplinas que lecionam, os professores citaram: 1) Falta de acesso dos alunos aos recursos necessários para utilização da plataforma, o que se refletiria em sua baixa adesão. Cabe ressaltar, que dois dos docentes entrevistados declararam não possuir computador, utilizando o celular para acessar a plataforma, digitar as atividades e se comunicar com os alunos; 2) Incerteza com relação à regulamentação pela SEEDUC da modalidade EaD e falta de formação para utilização da plataforma; 3) A falta de contato presencial com os alunos que interferiria nos debates a serem travados sobre o conteúdo; 4) Dificuldade na utilização da plataforma, maior demanda de tempo para preparação das atividades e maior cansaço; 5) Dificuldade em conciliação da rotina como responsáveis de sua prole e o trabalho como docentes, gravando aulas e preparando materiais. Nas respostas transcritas, abaixo, a identificação dos professores dá-se por sequência numérica.

Problemas de conexão, pressão da SEEDUC sem contrapartida, dificuldades dos alunos para acessar a plataforma (motivos técnicos e também- ou principalmente- financeiros). Quanto às dificuldades na minha disciplina, é difícil por requerer discussões e debates. (Professor 3).

O principal desafio é conciliar a preparação das aulas em casa com filhos e outros afazeres e também o acesso à internet instável, e pouquíssimos alunos acessando a plataforma é desestimulante preparar aulas e quase nenhum aluno participar ou

acessar as atividades. (Professor 7).

No momento estou sem computador, uso o celular para envio de atividades e material, e para comunicação com os alunos. Isso trouxe algumas limitações e tornou o trabalho mais cansativo devido a necessidade de digitar atividades pelo celular. (Professor 12).

Desafios: 1) A aprendizagem é muito prejudicada sem a socialização possível apenas na sala de aula. 2) Em uma situação tão adversa, com impactos enormes em saúde mental, totalmente fora do cotidiano habitual, com muitas famílias prejudicadas em sua renda e passando necessidades materiais, cheias de complicações domésticas, sem os recursos digitais necessários, como um jovem consegue aprender nesse contexto? Ninguém se deu conta que a aprendizagem nas condições de pandemia está severamente comprometida? 3) A acessibilidade de estudantes e de parcela dos professores aos recursos digitais. Na minha disciplina a dificuldade nesse tempo de pandemia é igual a dos demais componentes curriculares. (Professor 20)

Em relação às condições de trabalho durante o período da primeira onda da Covid-19, dezoito dos professores que participaram da pesquisa caracterizaram as condições de trabalho como “ruim”, “péssima”, “precária” ou “difíceis” e quatro professores caracterizaram como “nem tão ruins”, “razoáveis” ou “boa”. Alguns professores citam sua estrutura familiar ou condição de acesso à internet em sua residência, por aparelhos próprios, como condicionantes associados a como definem suas condições de trabalho. Parece haver uma desvinculação nas respostas dos entrevistados entre a política pública de oferta de atividades pedagógicas não presenciais e como definem suas condições de trabalho. Essa dissociação pode estar relacionada à estrutura da política pública de oferta de atividades pedagógicas não presenciais que não considera a falta de acesso a equipamentos e recursos por parte do professor, centrando a efetivação da política pública a partir dos recursos pessoais dos docentes.

Difíceis. Muito tempo é necessário para aprender a usar a plataforma, para preparar as aulas, realizar as aulas online e corrigir as tarefas. Além das dificuldades inerentes à nossa vida pessoal, nesta pandemia. (Professor 8).

As determinações da Seeduc praticamente me obrigam a ter acesso a internet e equipamentos adequados para trabalhar, mesmo que a defasagem salarial não me permita isso. (Professor 15).

Eu posso dizer que, entre outros professores, minha situação nem é tão ruim. Tipo moro no interior, tem casos aqui, mas em menor escala. Tenho uma esposa que me dá um suporte legal. Tenho computador. Então, nem estou tão mal assim... Mas tenho filho, que está no Ensino Médio, que tem retardo mental leve e moderado. Então, a questão é que meus horários precisam ser preenchidos nos horários que ele não está no computador. Preciso, também, explicar matérias para ele; tipo explicar educação física ou química e minha esposa, biologia e matemática. (Professor 16).

As condições de trabalho são péssimas. As postagens não são respondidas pela maioria dos alunos, o que causa insegurança em relação aos motivos dessa falta de interatividade. Será que estão bem? Será que estão se alimentando? Já que um grande número de alunos conta com a escola para fazer sua refeição mais completa, por vezes a única no dia. (Professor 18).

Quando questionados sobre alterações em seu processo de organização de trabalho, planejamento de aulas, horário de trabalho e se percebem aumento ou diminuição da carga horária dedicada ao seu trabalho, catorze professores declararam estar trabalhando mais, cinco consideraram que a carga horária não foi alterada e três consideraram estar trabalhando menos. Ainda foi possível identificar declaração de um profissional que considerou as condições de trabalho que possui em casa, mais qualitativas daquelas dispostas na instituição escolar em que está alocado.

Tenho dedicado muito mais horas de trabalho para realizar essa modalidade de ensino não presencial. Além do acúmulo de funções as quais não fiz qualquer treinamento para realizá-las, tais como edição de vídeos, conversão de materiais para formatos web e a utilização de recursos digitais EAD. (Professor 10).

Um dia fui corrigir atividades de três turmas do dia, uma a uma. Virei a noite. Demanda muito mais tempo principalmente pra correção. (Professor 11).

Apesar de perceber que tenho trabalhado mais na elaboração das coisas... Eu também estou com uma rotina bem melhor... Acordo por volta das 7h (era a hora que já deveria estar na escola), paro para descansar depois do almoço (antes engolia a comida e entrava em sala), consigo ir ao banheiro, levantar e fazer um lanche... Estou adorando o home-office. (Professor 12).

Em relação à avaliação sobre a adesão estudantil às atividades pedagógicas não presenciais por acesso remoto, um professor avaliou que a adesão dos alunos foi boa e vinte e um que a adesão foi baixa. Como possível justificativa para baixa adesão pelos alunos, foram citadas dificuldades de condições de acesso aos recursos necessários para utilização da plataforma. O mesmo panorama repete-se em relação à avaliação do acesso por alunos com deficiência.

A adesão é baixa e eu acredito que acontece, sobretudo, devido à falta de condições de acesso. Não apenas de acesso à internet, mas também de aparelhos adequados. Os meus alunos especiais não têm acessado às atividades. (Professor 5).

A adesão estudantil está extremamente baixa, na faixa de 10% de participação nas atividades da plataforma online. Segundo o comentário dos próprios alunos, há o grupo que tem dificuldade para acessar os recursos online por não ter recursos necessários e há o grupo dos que entendem que não adiantará fazer qualquer atividade online, pois acham que todos serão aprovados ou terão a reposição dessas aulas quando o afastamento social for cancelado. (Professor 10).

Nossa escola tem uma participação boa, mas sei de outras escolas que não tem. (...) Estou só contando os vistos, o bom que meus alunos com altas necessidades tem pais presentes que ajudam a fazer essas atividades, e com isso estão com mais vistos que os outros. (Professor 12).

A adesão estudantil foi fraca, creio que os alunos, pela idade e nível de formação, não tenham maturidade e o comprometimento que a EAD necessita, além das dificuldades de acessibilidade e de manuseio da ferramenta disponibilizada. A adesão dos alunos especiais e suas famílias foi parcial. (Professor 13).

Em Japeri, a adoção foi razoável no início e avalio que esteja caindo um pouco. Em Miguel Pereira, é zona rural, a conexão é complicada! Se em Japeri não é fácil, não queira imaginar como é em Vera Cruz! Cara, são as situações típicas de uma pandemia, em Japeri a mãe de uma aluna morreu da doença! É difícil, né? Além disso, as aulas não são "interessantes". Se presencialmente talvez não seja, imagine aula sem muita qualidade técnica de uma aula. (Professor 16).

Quando questionados sobre as informações dadas pela SEEDUC aos profissionais de educação, considerando se houveram alterações dessas informações ao longo do processo ou se houve algum anúncio pela SEEDUC de política pública que não se concretizou, três professores responderam que tem uma boa avaliação sobre as informações disponibilizadas ou que o que foi anunciado pela SEEDUC foi efetivado; dois professores não expressaram ou não souberam avaliar; enquanto dezessete professores avaliam a divulgação das informações sobre o acesso remoto como ruim ou apontaram que houve desacordo entre as políticas públicas anunciadas pela SEEDUC e sua efetivação. A principal política pública anunciada pela SEEDUC e não concretizada citada foi a da garantia de distribuição de chips, como preconiza o Plano de Ação Pedagógico (RIO E JANEIRO, 2020j, p 8).

As orientações não consideram a realidade dos alunos e dos professores. O material impresso e a merenda não chegaram aos alunos conforme prometido. O chip de acesso à internet não foi distribuído. (Professor 7).

Os professores estão dando o máximo de si. Há dias que custo a desligar, fico exausta. Ficar em frente a uma máquina, das 18:05h às 22:30h e tendo catarata, é cansativo. Levanto na hora do recreio e ida ao privativo. Somos vigiados em todos os aspectos. Apesar dos cursos, que acho muito confusos. Tudo que foi determinado pela SEEDUC, a Direção que passou as diretrizes. (Professor 9).

Em relação a avaliação dos possíveis impactos na aprendizagem dos alunos, vinte professores acreditam que esse período acarretará em um déficit na aprendizagem e dois professores acreditam que esse período pode agregar à aprendizagem dos estudantes. Enquanto possíveis soluções para atenuar o impacto negativo na aprendizagem foram citados: reorganização do calendário letivo de 2020, elaboração de atividades com propostas que contemplem a dimensão da ludicidade, realização de avaliação diagnóstica quando do retorno das aulas presenciais e reforço escolar com o grupo de alunos que apresentarem maior déficit em relação ao conteúdo.

Tudo na vida é aprendizado. Talvez não tenham aprendido a Filosofia, Sociologia e História do mesmo jeito, mas aprenderam a ter que ler mais, usar e-mail, e tantos outros aprendizados que todos estamos tendo nesse período. (Professor 1).

Acho que o aprendizado será muito prejudicado. Acho que será necessária uma avaliação da situação no retorno às aulas presenciais. (Professor 2).

Estamos todos preocupados em nos mantermos vivos. Isso gera uma angústia sem precedentes. O ano letivo já era. Temos que pensar em estratégias para nos

mantermos mentalmente sãos. Sugiro mudança nos dias letivos, no calendário. Quando retornaremos, aulas aos sábados, aulas em dezembro e janeiro. (Professor 3).

Com certeza terá implicações no aprendizado, a efetividade, clareza e domínio dos conteúdos transmitidos. Essa situação é nova para todos, minha sugestão é diagnosticar os alunos com dificuldade e fazer um trabalho diferenciado de reforço e revisão dos conteúdos. (Professor 12).

Acredito que tem impacto, mas no sentido geral de que estamos em meio a uma pandemia e vai afetar toda a nossa vida e rotina mesmo ao término dela. Eu acho que os impactos pós-quarentena poderão ser minimizados se consideradas as desigualdades socioeconômicas de nosso país. Os estudantes não estão passando por esse processo da mesma forma e precisam ser oportunizados na medida de suas desigualdades. (Professor 13).

Claro que esse período irá afetar o ensino e o aprendizado dos estudantes. Primeiro a falta do convívio social escolar não só entre os alunos, mas com os professores e direção. O currículo escolar não abrange somente os conteúdos a serem ministrados nas aulas das disciplinas, mas também todo estímulo a uma vivência dentro da escola que incentiva e estimula o desenvolvimento sociopolítico e cultural desses indivíduos. (Professor 14).

Sim, tem impacto na aprendizagem: baixa compreensão dos textos, aumento da falta de motivação. Acredito que atividades mais lúdicas poderiam minimizar os efeitos, mas não sei se a proposta conteudista do estado conseguiria suportar isso. (Professor 18).

A seguir, o texto encerra-se com as considerações finais.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.

É possível perceber um atraso das publicações do Governo Federal, MEC e CNE em relação às orientações tanto sobre a suspensão das aulas presenciais, quanto sobre a oferta de atividades pedagógicas não presenciais por acesso remoto. Observa-se, tanto em relação ao prazo de resposta, quanto ao volume de decretos de normatizações, que as ações reguladoras da oferta educacional durante a primeira onda da Covid-19 no país, caracterizaram-se pela descentralização.

Os resultados apontaram que todos os entrevistados declararam que as atividades avaliativas aplicadas através das aulas remotas ou pela correção do material didático impresso não contemplam as dimensões avaliativas que esses profissionais consideraram relevantes em suas disciplinas. Da mesma forma, os resultados apontaram para discrepância em relação à política de suporte e acompanhamento especializado aos alunos com deficiência, anunciada pela SEEDUC e ações concretas ocorridas para esse atendimento. Outra discrepância citada em foi a ausência da distribuição de chips para acesso à plataforma *google classroom*, sem o uso de dados pessoais de docentes e alunos, como anunciado pela SEEDUC. Foram citados como os principais desafios para realização do trabalho docente na oferta de atividades pedagógicas

por acesso remoto: falta de acesso dos alunos aos recursos necessários para utilização da plataforma, e conseqüente baixa adesão do alunado; falta de formação para utilização da plataforma e dificuldade de utilização dessa ferramenta; falta de contato presencial com os alunos que interferiria nos debates a serem travados sobre o conteúdo; maior demanda de tempo para preparação das atividades e maior cansaço; dificuldade em conciliação da rotina como responsáveis e o trabalho como docente gravando aulas e preparando material.

REFERÊNCIAS

ANPED. Posicionamento sobre o Parecer do CNE que trata da Reorganização dos Calendários Escolares durante a Pandemia. Rio de Janeiro: *Portal ANPED*, 24/04/2020. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/posicionamento-sobre-o-parecer-do-cne-que-trata-da-reorganizacao-dos-calendarios-escolares>>. Acesso em: 05/05/2020.

BRASIL. Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder executivo. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm>. Acesso em: 21/05/2020.

BRASIL. Medida Provisória Nº 934, de 1 de abril de 2020. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 de abril de 2020a. Edição 63-A. Seção 1- extra, p1. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>>. Acesso em: 29/04/2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Nº 376, de 03 de abril de 2020. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 de abril de 2020b. Seção 1, p 66. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-376-2020-04-03.pdf>>. Acesso em: 03/05/2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Proposta de Parecer sobre Reorganização dos Calendários Escolares e Realização de Atividades Pedagógicas não Presenciais durante o Período de Pandemia da COVID-19. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de abril de 2020d. Seção 1, p 1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=144511-texto-referencia-reorganizacao-dos-calendarios-escolares-pandemia-da-covid-19&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 30/04/2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de março de 2020e. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em: 03/05/2020.

BRASIL. Projeto de Lei 1.277 de 2020. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Senado Federal, Brasília, DF, 20 de maio de 2020f. 56ª legislatura. 2ª Sessão Legislativa Ordinária. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141354>>. Acesso em 20/05/2020.

BRASIL. FUNAI, Portaria nº419, de 17 de março de 2020. Boletim de Serviço da Funai. Brasília, DF, 17 de março de 2020g. Edição Extra, p 1. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Boletim%20de%20Servicos/2020/Boletim%20Edicao%20Extra%20de%2017.03.2020.pdf>>. Acesso em 20/05/2020.

RIO DE JANEIRO. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto Nº 46.970, de 13 de março de 2020. Rio de Janeiro, 13 de março de 2020a, ano XLVI, nº 047-A, p 1. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOERJ/2020/03/13>> Acesso em: 25/04/2020.

_____. Decreto Nº47.006, de 27 de março de 2020. Rio de Janeiro, 30 de março de 2020b, ano XLVI, nº 058, p 2-3. Disponível em: <http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VGxWUk1FMVVXa05TUIVsMFVsUkJNRkZUTURCUFJFRjRURIZGTWxKVIZYUk5SRIUwVFDwQk0xSnFVVEZPVIZrMFRWUIZOVTVVUIRSTmVrRjRUMEU5UFE9PQ==>. Acesso em: 25/04/2020.

_____. Decreto Nº 47.027, de 13 de abril de 2020. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2020c, ano XLVI, nº066-A, p.1-2. Disponível em: <http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VGtSUK1sRnFWWGhPYW10MFVrUnNSazFETURCUFJHZDVURIZGZVZGNIRYUINHMFY1VFRCTIEwNHdWVEpTYTFsNFRWUIZORTIVUVRKTmVsbDVUubWM5UFE9PQ==>. Acesso em: 09/05/2020.

_____. Decreto Nº 47.052, de 30 de abril de 2020. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2020d, ano XLVI, nº076, p.2-3. Disponível em: <http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VWxWU1FrNXJSWGRSVkdOMFQxUldRazFwTURCU1JHczBURIZKZUUwd1NYUk9WR3N6VDBSUmQxRIVVa1ZQVkdjMFRWUIZORTIVUVRKTmVtY3IUvku5UFE9PQ==>. Acesso em: 09/05/2020.

_____. Decreto Nº 47.068, de 11 de maio de 2020. Rio de Janeiro, 11 de maio de 2020e, ano XLVI, nº082-A, p.1-2. Disponível em: <http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?k=20680F18-048D9-406F-AF45-9803E536A6F01>. Acesso em: 11/05/2020.

_____. Resolução SEEDUC Nº5843, de 11 de maio de 2020. Rio de Janeiro, 12 de maio de 2020f, ano XLVI, nº 083, p11-12. Disponível em: <http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VG5wa1ExSIZSWGRQUIVsMFRYcGFRMUpETURCTmEwNUVURIZGZDaxVVJYUINWR015VDFSyVJFMVZUWGxSYWtFeFRWUIZORTIVVhoTIJHZDNUWGM5UFE9PQ==>. Acesso em: 12/05/2020.

_____. Deliberação CEE Nº 376, de 23 de março de 2020. Rio de Janeiro, 25 de março de 2020g, ano XLVI, nº 055, parte 1, p15-16. Disponível em: <http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VGxSRk1WRXdXa2RTUkdMFRVvlpNVkZwTURCU2FtY3hURIZGTWxKVvJYUk9WVTB5VGxWVvK1FMUVhM2xTUKZaRg==&p=MTU=&tb=UExBtk8gREUgQcOHw4NPIFBFREFHw5NHSUNPjIMwMTM7>. Acesso em: 11/05/2020.

_____. Lei nº 8802, de 04 de maio de 2020. Rio de Janeiro, 05 de maio de 2020h,

ano XLVI, nº 078, p.1. Disponível em: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VDBWRk5FNVVXVEJTYTFGMFRVUIZORTU1TURCT01GWkRURIZGTTFGcWEzUk5lbXMwVG1wbk0xSnJXa1ZPUIZGNA==&p=MQ==&tb=bGVpIDg4MDImIzAxMzs=>. Acesso em: 05/05/2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE ENSINO. Plano de Ação Pedagógico, de 23 de março de 2020. Rio de Janeiro, 25 de março de 2020j, ano XLVI, nº 055, parte 1, p16-22. Rio de Janeiro, Disponível em: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VGxSRk1WRXdXa2RTUkdMFRVvlpNVkZwTURCU2FtY3hURIZGTWxKVVJYUk9WVTB5VGxWVv1FMUVhM2xTUKZaRIRWUIZOVTVVUIRST1JFRTFUbWM5UFE9PQ=>. Acesso em: 05/05/2020.

ERNICA, Maurício; SETUBAL, M. A. IDEA: indicador de desigualdades e aprendizagens. In: *Revista Periferias*, v 2, p.1-10, 2019. Disponível em: <http://revistaperiferias.org/materia/idea-o-direito-de-todos-a-educacao-de-qualidade/?pdf=2316>>. Acesso em: 07/04/2020.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Domicílios sem internet sofrem os impactos do isolamento social. Entrevista concedida por Jorge Alexandre Neves, professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. *Estado de Minas Gerais*, Minas Gerais, 12 de abril de 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/04/12/interna_gerais,1137796/domicilios-sem-internet-sofrem-os-impactos-do-isolamento-social.shtml>. Acesso em: 06/05/2020.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo*, v. 5, n. 8, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220/177>. Acesso em: 09/07/2020.

HUDGENS, Laura Hanby. "A middle school teacher's creative way of framing the pandemic for children." *Washington Post*, 2 Apr. 2020. Gale Academic OneFile. Disponível em: <https://go-gale.ez27.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?p=AONE&u=capes&id=GALE|A619235453&v=2.1&it=r>>. Acesso em: 25/04/2020.

SLEE, Tom. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

VENCO, Selma. Situação de quasi-uberização dos docentes paulistas? **Revista da ABET**, v. 17, n. 1, janeiro a junho de 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/41167>. Acesso em: 09/07/2020.

CAPÍTULO 20

“COMISSÃO DE INDICADORES DE ATENDIMENTO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NA POLICLÍNICA DR. LUSMAR VERAS RODRIGUES EM FORTALEZA”

Thaís Ferreira Campos, estudante de medicina, Centro Universitário Christus
Thais de Alencar Montenegro Rocha, estudante de medicina, Centro Universitário Christus
Ana Yasmin Vasconcelos de Oliveira Melo, estudante de medicina, Centro Universitário Christus
Antônio Eusébio Teixeira Rocha, doutor em educação, Centro universitário Christus

RESUMO

Introdução: A policlínica Dr. Lusmar Veras Rodrigues, inaugurada dia 26 de outubro de 2019, é uma instituição médica administrada pela Organização Social de Saúde, a SPDM. Com a finalidade de atingir as metas de consultas mensais estabelecidas por essa organização e delinear estratégias para o cumprimento dessas metas, foi implantada, no dia 2 de abril de 2020, a Comissão de Indicadores. **Objetivo:** Relatar a experiência da unidade especializada na manutenção de indicadores de atendimento durante a pandemia de COVID-19. **Métodos:** Relato de experiência da implantação da Comissão de Indicadores em uma policlínica, situada em Fortaleza, no ano de 2020. **Relato de experiência:** A Comissão de Indicadores é realizada por meio de reuniões semanais, sendo composta por representantes de cada setor da saúde, como médico, enfermeiro, psicólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, fonoaudióloga, nutricionista, assistente social e enfermeiro estomoterapeuta. Esses representantes são responsáveis por contabilizar as consultas semanais, apresentar os indicadores e desenvolver uma visão mais estratégica para o cumprimento das metas, como a criação de Sala de Espera e do Circuito Saúde. **Reflexão sobre a experiência:** Após a implantação da Comissão de Indicadores, notou-se um aperfeiçoamento no fluxo de atendimentos da policlínica, devido à maior organização e à eficácia na tomada de decisão na gestão da Unidade de Saúde, por meio das estratégias traçadas. Além disso, observou-se a importância do trabalho multidisciplinar para um atendimento mais qualificado, efetivo e seguro ao paciente. **Conclusão:** Conclui-se que a Comissão de Indicadores mostrou eficácia no processo de desenvolvimento de estratégias e tomada de decisões, uma vez que a policlínica conseguiu alcançar, com êxito, a maioria das metas estabelecidas pela Organização Social da Saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Comissão de Indicadores. Policlínica. Organização Social de Saúde.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, vem-se evidenciando uma maior necessidade de desenvolvimento de políticas e programas de saúde, que proporcionam uma maior organização na gestão das unidades de saúde. Especialmente no cenário de saúde atual devido a pandemia pelo novo coronavírus, onde os serviços sofreram grandes mudanças, entre elas, nos serviços de saúde capacitados para atendimento de COVID, observou-se o aumento expressivo do

número atendimento, enquanto outras unidades de saúde não voltadas para a nova infecção, reduziram o número de consultas devido ao receio da população não procurar o serviço pelo medo de contaminação do novo coronavírus. Nesse contexto, é constatada a implantação de indicadores de atendimento em algumas policlínicas, que são unidades de saúde que compreendem o nível intermediário entre a atenção básica e a atenção hospitalar no SUS. Essas unidades são direcionadas ao diagnóstico, tratamento e acompanhamento de patologias que necessitam de uma atenção especializada, oferecendo aos pacientes um maior conforto e eficiência no atendimento, tendo em vista que este se torna direcionado às necessidades de cada indivíduo, englobando as especificidades de cada doença. Nelas, todas as consultas e os exames são agendados previamente, ou seja, os pacientes devem ser encaminhados das unidades básicas para conseguir o atendimento. Dentro desse cenário, para uma maior estruturação da rede de saúde, as Organizações Sociais da Saúde (OSS) se inserem como instituições sem fins lucrativos, responsáveis pelo gerenciamento de serviços de saúde no SUS, que recebem auxílio do Estado para prestação de serviços. Assim, a comissão de indicadores proposta se insere como um agente ativo que busca organizar e delinear estratégias para o cumprimento das metas de consultas mensais, que, na maioria das vezes, são cumpridas. Entretanto, no atual contexto da pandemia de covid-19, evidenciou-se uma diminuição no alcance dessas metas, sendo necessário que sejam traçadas e discutidas novas propostas a fim de se alcançarem todos os objetivos.

MÉTODOS

O relato foi feito com base no modelo de organização e administração implantado na Policlínica Dr. Lusmar Veras Rodrigues, durante os meses de março a junho de 2020. Para a construção do artigo, foram utilizados os modelos das atas de reuniões com o esboço da pretendida comissão; as atas de reuniões documentadas de abril até junho de 2020; dados quantitativos, como gráficos e planilhas elaboradas pelos próprios colaboradores da comissão; dados qualitativos baseados nas experiências individuais vividas pelos profissionais da policlínica, e artigos sobre organizações de saúde, em especial a SPDM. A construção do trabalho foi feita em cinco etapas. Na etapa 1, foram realizados encontros com os colaboradores e administradores da unidade de saúde, com o intuito de conhecer o modelo de administração adotado no local. Na etapa 2, foram reunidos todos os documentos que relatam os encontros realizados pela comissão, a fim de tomar conhecimento dos passos da reunião. Na etapa 3, foram detalhadas as estratégias feitas pela comissão para atingir as metas de consultas propostas. Na etapa 4, os dados quantitativos foram analisados. E, por fim, na etapa 5, deu-se

início à construção do artigo, relatando a experiência vivida na policlínica. Nesse contexto, será explanado neste trabalho o modelo de administração implantado na unidade de saúde referida, na intenção de compartilhar o sucesso da experiência vivida no local.

Ressalta-se que, quanto aos aspectos legais, houve dispensação do parecer do comitê de ética.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

Em 26 de outubro de 2019, a Policlínica Dr. Lusmar Veras Rodrigues foi inaugurada sob administração da SPDM, a qual estabelece metas de consultas mensais a serem cumpridas pela equipe de todas as áreas profissionais da policlínica, com os respectivos procedimentos previstos por mês, sendo eles:

- Área médica – 6111 consultas
- Fisioterapeuta – 2016 consultas
- Enfermagem – 1932 consultas
- Nutrição – 504 consultas
- Terapia ocupacional – 504 consultas
- Psicologia – 504 consultas
- Estomaterapia – 208 consultas
- Farmácia – 504 consultas
- Serviço social – 504 consultas

O repasse de financiamento do governo para a SPDM administrar a policlínica é mensal, e cada consulta equivale a um valor determinado pelo SUS. Sendo assim, caso os profissionais não consigam atingir as metas de atendimento propostas pela organização, o dinheiro do repasse final mensal será reduzido. Nesse cenário, como forma de atender às metas de consultas, foi implantado, em 2 de abril de 2020, na policlínica Dr. Lusmar Veras Rodrigues, uma espécie de comissão interna, a Comissão de Indicadores, que foi criada como forma de facilitar a administração do local. Ela funciona da seguinte maneira: os administradores responsáveis pela policlínica escolhem um representante de cada setor da saúde presente na unidade, e esses representantes tornam-se responsáveis por contabilizar as consultas da semana de cada especialidade dentro da sua área, ou seja, de controlar os indicadores. Além dos representantes de cada setor da saúde, dentro da comissão interna, escolhe-se um presidente e um primeiro secretário. Os representantes elaboram dados quantitativos dos atendimentos, por

meio de gráficos e planilhas, do número de consultas realizadas e valor total esperado de consultas mensais para tornar a compreensão dos dados mais fácil, detalhada e organizada. Com esse material, os representantes se reúnem com os administradores da unidade semanalmente e discorrem sobre os indicadores de atendimento e as metas de consultas. Caso não tenha sido obtido o valor esperado para a semana, eles criam estratégias para conseguir alcançá-lo como: salas de espera, nas quais é possível debater temas de saúde com a população, visando a promoção e prevenção de saúde, além de ressignificar a importância dos atendimentos especializados para os pacientes que necessitam deles; circuitos de saúde; planejamento de atividades programadas de saúde dentro da unidade, onde é escolhido um tema para ser abordado a cada semana, entre outros. Toda reunião gera a elaboração de uma ata de reunião, que é um documento que traz pautas para relatar os assuntos discutidos e as respectivas decisões. A ata de reunião segue cinco passos:

1. Leitura da ata.
2. Discussão sobre estratégias já implantadas.
3. Apresentação de indicadores da semana por parte de cada representante de sua área.
4. Debate sobre os dados individuais de cada equipe, pontos e estratégias de melhorias.
5. Encerramento da reunião e espaço para tirar as dúvidas.

Contudo, é possível emitir uma justificativa se as metas não forem atingidas e, caso os responsáveis do governo aceitem, o valor final pago vai ser completo, sem redução por falta de consultas. Durante a pandemia por Covid-19, as consultas foram reduzidas. As justificativas mais comuns para esse cenário foram a falta dos pacientes, os quais, por medo de contrair o vírus na unidade de saúde, faltavam à consulta. Outra justificativa foi o tempo de consulta, que, antes da pandemia, era de 20 minutos por paciente, e, com a instalação da quarentena e as medidas de proteção, as consultas passaram a ser de 40 minutos por paciente, e com isso, reduziu a capacidade diária de atendimento. Entre outras explicações, está uma desorganização geral na estrutura da saúde pública, pois muitos esforços foram dedicados à construção de leitos para os pacientes infectados com COVID, e numerosas áreas da saúde foram voltadas para atender esses casos. Desse modo, máquinas e equipamentos da policlínica foram enviados como apoio para os hospitais de campanha na pandemia, e isso provocou redução de procedimentos e consultas realizados na policlínica. De qualquer forma, a comissão de indicadores foi implantada com o objetivo de contornar os efeitos adversos que a pandemia ocasionou nesse serviço de saúde, com apoio de dados quantitativos, qualitativos e participação ativa dos funcionários da unidade, a fim de se alcançar o número de consultas propostas.

REFLEXÃO DA EXPERIÊNCIA

No campo da saúde, cada vez é mais reforçada a necessidade de uma permanente avaliação das intervenções realizadas. (HARTZ; SILVA, 2005). A Portaria n°. 1101 /GM, do Ministério da Saúde, publicada em 12 de junho de 2002, determina a criação de parâmetros assistenciais do SUS, salientando sua importância como instrumento de planejamento, controle, regulação e avaliação do SUS. (COSTA; GRANDI; ALVES, 2019). Com a implantação da Comissão de Indicadores, notou-se um aperfeiçoamento nos atendimentos da policlínica, pois permitiu uma maior organização e eficácia na tomada de decisão na gestão da Unidade de Saúde.

Diversos são os benefícios que essa Comissão de Indicadores trouxe. Por exemplo, a maior organização no fluxo de atendimentos; a união de profissionais de diversas áreas, apoiando o princípio de interdisciplinaridade pregada pelo SUS; a facilidade em desenvolver estratégias efetivas para alcance das metas, trazendo ações de promoção e prevenção de saúde, beneficiando, dessa forma, a população alvo; o maior acompanhamento nos processos de avaliação e o monitoramento dos atendimentos a fim de contribuir para a melhoria contínua dos processos organizacionais e analisar, comparativamente, o desempenho semanalmente.

Para o aprimoramento dessa comissão, é necessário o engajamento de todas as categorias profissionais, para que se consiga obter o máximo de fragilidades em cada especialidade e traçar planos de ações para cada uma. Alguns exemplos de fragilidades na área de Estomoterapia são: a baixa disponibilidade de consultas de retornos, as falhas no encaminhamento via sistema, o agendamento de várias consultas para o mesmo dia em um curto intervalo de tempo, a falta na atualização de cadastros, entre outros. Alguns planos de ações foram desenvolvidos para conseguir reverter essa situação, e a maioria obteve sucesso, com a ajuda da Equipe NAC e o contato com gestores UAPS.

CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto neste trabalho, conclui-se que a Comissão de Indicadores apresenta uma grande eficácia na organização da gestão e no desenvolvimento de estratégias para o cumprimento das metas mensais estabelecidas pela Organização Social de Saúde.

A existência dos indicadores comprova a sua importância por ser um método quantitativo e, ao mesmo tempo, qualitativo, que garante fácil acesso ao conhecimento das fragilidades que a policlínica possui e possibilita a proximidade entre administradores e funcionários, sempre visando ao melhor da unidade. Dessa forma, trata-se de uma estratégia de

gestão que promove organização, eficiência e trabalho em equipe, sem a exigência da construção de um novo sistema informatizado. Essas características propiciarão maior difusão e facilitarão a aplicação pelos distintos envolvidos na gestão do SUS.

A comissão foi implantada com o propósito de disponibilizar um projeto simples, ágil e útil para a avaliação em qualquer esfera de gestão, tornando-a mais transparente e de mais fácil comunicação, com todos os interessados na tomada de decisão. (TAMAKI et al., 2012)

REFERÊNCIAS

BELARMINO, Adriano da Costa et al. Práticas colaborativas em equipe de saúde diante da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, 2020.

COSTA, Carlos Alberto; GRANDI, Suzete; ALVES, William Roberto Ennes. Proposta de indicadores para uma clínica prestadora de serviço de reabilitação física. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 8, n. 2, 2019.

CUNHA, Thaynara Gabriella Silva et al. Atuação da equipe multiprofissional em saúde, no cenário da pandemia por Covid 19. **Health Residencies Journal-HRJ**, v. 1, n. 2, p. 1-22, 2020.

DA SILVA, Raimunda Magalhães; JORGE, Maria Salete Bessa; DA SILVA JÚNIOR, Aluísio Gomes. Planejamento, gestão e avaliação nas práticas de saúde. 2015.

HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; SILVA, Ligia Maria Vieira da. **Avaliação em saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde**. Editora Fiocruz, 2005.


MEDINA, Maria Guadalupe et al. Uso de modelos teóricos na avaliação em saúde: aspectos conceituais e operacionais. In: **Avaliação em saúde dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde**. 2005. p. 41-63.

OLIVEIRA, Breno Douglas Dantas et al. Triagem e adequação do fluxo de pacientes no departamento de emergência de um hospital terciário durante a pandemia de COVID-19: relato de experiência. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia (Health Surveillance under Debate: Society, Science & Technology)–Visa em Debate**, v. 8, n. 3, p. 185-189, 2020.

PFÄFFENBACH, Grace et al. Recomendações de biossegurança para proteção de profissionais da Atenção Primária à Saúde durante o enfrentamento da COVID-19: análise dos documentos técnicos do Brasil, São Paulo e Amazonas referentes ao uso de equipamentos de proteção individual. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia (Health Surveillance under Debate: Society, Science & Technology)–Visa em Debate**, v. 8, n. 3, p. 94-103, 2020.

PRETTO BÃO, Ana Cristina et al. Indicadores de qualidade: ferramentas para o gerenciamento de boas práticas em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, n. 2, 2019.

TAMAKI, Edson Mamoru et al. Metodologia de construção de um painel de indicadores para o monitoramento e a avaliação da gestão do SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 839-



849, 2012.

CAPÍTULO 21

EFEITOS DA COVID-19 NO EMPREGO NO SETOR EDUCAÇÃO NO BRASIL

Mariana Camboim Viola, Universidade Federal de Santa Maria – Brasil. Acadêmico de Ciências Econômicas
Yasmin Dal Lago Nachtigall, Universidade Federal de Santa Maria – Brasil. Acadêmico de Ciências Econômicas.
Ricardo Heli Rondinel Cornejo, Universidade Federal de Santa Maria- Brasil. Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais
Daniel Arruda Coronel, Universidade Federal de Santa Maria- Brasil. Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais

RESUMO

A pesquisa teve como tema os efeitos da pandemia de COVID-19 no emprego no setor Educação no Brasil, no ano de dois mil e vinte. Para isso, foi necessário recorrer a indicadores de produção na economia que estão nas contas nacionais do país. A variação do nível de produção tem reflexos no nível de ocupação e desocupação. Visando comparar os efeitos na economia da pandemia da COVID-19 ocorrida em dois mil e vinte, foi necessário voltar às crises recentes de dois mil e quinze e dois mil e dezesseis, nas quais houve queda na produção e aumento dos desocupados. A teoria econômica prevê que uma recessão na economia provoca queda da produção e do nível de emprego. Neste estudo, busca-se analisar como a crise da COVID-19 ocorrida no ano de dois mil e vinte afetou a o setor Educação e a Economia Brasileira. Para isso foram analisados indicadores do Produto Interno Bruto (PIB), de desocupação e ocupação, de emprego, de inflação (preços ao consumidor), de salários reais. Os principais resultados da pesquisa mostram que a crise da Covid -19 foi diferente das crises de dois mil e quinze e dois mil e dezesseis. Nestas últimas, houve uma contração significativa do investimento, o que levou à recessão na economia. Na crise de dois mil e vinte, houve uma retração forte no consumo devido à pandemia. No setor Educação, houve retração dos empregos, principalmente nos subsetores Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Superior.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia, COVID-19, Educação, Emprego, Desemprego

JEL: E24 – I20 – I38 – I10 – H75

UNESCO: 531204 – 531706 – 530706 – 530710

1. INTRODUÇÃO

Aproximadamente em novembro de 2019, na província de Wuhan, na China, foram descobertos os primeiros casos do novo Coronavírus, conhecido como COVID-19. No mês de março de 2019, o Brasil se viu numa situação inusitada. A pandemia da COVID19 tinha chegado ao país. Uma epidemia desconhecida porque não se sabia que tipo de vírus se estava enfrentando. O diferencial do novo vírus foi a contaminação rápida que se daria pela

transmissão por pessoas que não apresentavam sintomas, não utilizavam equipamentos de proteção individual (EPIs). O contato próximo e a falta de higiene também poderiam favorecer a propagação do vírus.

Os governos estaduais e municipais iniciaram uma política de manter o distanciamento social, evitar aglomerações de pessoas e usar máscaras de proteção e EPIs, embora o Governo Federal fosse contra essa política. A consequência disso foi que o nível de produção em todos os setores da economia foi diminuindo, em uns mais que em outros. Atividades de serviços foram as mais afetadas. No setor de serviços, está incluída a educação.

A pesquisa tem como tema os efeitos da pandemia de COVID-19 no desemprego no setor Educação, no Brasil, no ano de 2020. Para a análise foi necessário recorrer a indicadores de produção na economia que estão nas contas nacionais do país. A variação do nível de produção tem reflexos no nível de ocupação e desocupação.

Visando comparar os efeitos na economia da pandemia da COVID-19, ocorrida em 2020, foi necessário voltar às crises recentes de 2015 e 2016, nas quais houve queda na produção e aumento dos desocupados.

Para tanto, além desta breve introdução, o presente artigo é constituído por quatro seções. A segunda refere-se a uma revisão bibliográfica que visa abordar, de maneira sucinta, o debate teórico a respeito do desemprego e da situação do mercado de trabalho brasileiro antes da pandemia. Logo a seguir, apresentam-se a metodologia e os indicadores analisados no estudo, além da exposição dos resultados e discussões, e, finalmente, a conclusão.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Um ponto inicial para compreender a dinâmica do emprego e do desemprego é desvendar o que este último termo significa, para, posteriormente, analisar os dados e a realidade na qual se insere. As concepções acerca do desemprego sofreram mutações ao longo do tempo, assim como diversas teorias possuem diferentes explicações de acordo com quais teóricos e escolas de pensamento se formulam tais determinações. Portanto, primeiramente, busca-se apresentar uma breve abordagem histórica acerca do assunto, e, a seguir, apresenta-se uma perspectiva sobre o desemprego no Brasil.

2.1 DEBATES ACERCA DO DESEMPREGO

Nos primórdios do surgimento da ciência econômica - meados do século XVIII – na

Europa, ocorria um intenso processo de modificação das bases produtivas, e, neste cenário, em especial, a Inglaterra passava pela Primeira Revolução Industrial. Caracterizada pela modificação da produção manufatureira, tal revolução culminou com a passagem do trabalho artesanal para um trabalho baseado em máquinas e no assalariamento, e essa nova realidade abriu espaço para grandes discussões a respeito não só do emprego da mão de obra, como também da parcela da população que enfrentaria o desemprego.

As transformações provenientes da Revolução Industrial geraram diversas mudanças que afetaram diretamente a realidade do trabalhador, além do modo como era usado o trabalho. Com a ampliação e consolidação do capitalismo, ocorrem modificações não só nos padrões de produção, a fim de atingir maiores lucros e de atender a demanda crescente de novos mercados, mas também no padrão de trabalhador que se demanda.

[...] a busca por mais produtividade e mais lucratividade se acentuou, favorecendo assim, o avanço tecnológico e a concentração de capitais. Essas mudanças tiveram grande impacto sobre o mundo do trabalho, pois, resultou na diminuição de postos de trabalho [...] A reorganização estrutural tecnológica das empresas em busca de produtividade e competitividade implica altos níveis de desemprego, o que gera insegurança para aqueles que estão empregados, cada um tenta a todo custo manter-se no emprego (BARBARA, 1999, p.30).

No mercado de trabalho, existe um fluxo contínuo de trabalhadores que diariamente perdem ou abandonam seus ofícios, ao passo que outros indivíduos, anteriormente em situação de desocupação, encontram trabalho, e a fluência de tais acontecimentos determinará a fração de mão de obra desempregada. Dessa forma, a situação de emprego e desemprego apresenta uma dinâmica constantemente interligada. As concepções acerca deste assunto sofrem mutações conforme se alteram os debates de acordo com a época em que se inserem. Com a crise econômica de 1929 e a Grande Depressão que seguiu, as discussões sobre o desemprego eclodiram, dado que o cenário revelou a vulnerabilidade dos trabalhadores (MANKIOW, 2018). A fim de retomar o nível ótimo de emprego e renda na economia, há um aprofundamento da análise da política econômica.

[...] nessa época, o desemprego ainda era entendido pelo *mainstream* da teoria econômica como um fenômeno voluntário (quando o trabalhador recusa o salário resultante do equilíbrio entre a oferta e a procura) ou como um sintoma do funcionamento desequilibrado do mercado de trabalho ocasionado por interferências indevidas na definição dos salários. Não se cogitava que a intervenção do governo fosse necessária para que a economia se mantivesse numa situação de pleno emprego (PRONI, 2014, p. 7).

Neste sentido, a teoria *mainstream*, ou a corrente de pensamento econômico neoclássica, com sua visão do mercado em equilíbrio ótimo, demonstra que o desemprego é um desequilíbrio no mercado de trabalho, tendo sua principal manifestação no desemprego

voluntário, de modo que há total ocupação da população economicamente ativa de um país. Ou seja, o desemprego é tido como uma ocorrência temporária, e, não havendo demais impasses externos, o mercado logo atingirá novamente seu equilíbrio de pleno emprego. Contrapondo-se a estas ideias, emerge a teoria keynesiana, a qual aponta que a economia não funcionava necessariamente no longo prazo em equilíbrio e pleno emprego – ao contrário do que afirmavam os (neo)clássicos, o equilíbrio seria uma exceção inusitada à realidade que se observava (DATHEIN, 2012). A análise keynesiana parte da demanda agregada como determinante-chave, além de considerar a possibilidade do desemprego involuntário, de modo que ações do Governo a fim de retomar o equilíbrio e o nível econômico seriam totalmente justificáveis, uma vez que, em muitos casos, “desempregados não conseguem empregos mesmo oferecendo-se para trabalhar por menores salários que os vigentes no mercado, pois não é o salário real elevado que está determinando o desemprego, mas sim a demanda efetiva muito baixa” (DATHEIN, 2012, p. 126-127).

Sendo o alto nível de emprego uma das variáveis de interesse da política macroeconômica, o entendimento do desemprego abrange também as suas divisões, dentre as quais aponta-se como mais citadas o desemprego sazonal, o friccional, o estrutural e o cíclico. Desemprego sazonal é característico de determinadas épocas do ano, surgindo em decorrência das variações de demanda de trabalho; o friccional ocorre pela saída de empregados em busca de melhores postos de ofício, já o estrutural dá-se quando os trabalhadores em potencial não atingem as necessidades demandadas, principalmente no quesito de qualificação profissional; por fim, o desemprego cíclico se relaciona com as alterações da economia em períodos de expansão ou retração das atividades econômicas (SOBRINHO; MANOLESCU, 2005).

Ainda nesta perspectiva, é a partir do cenário enfrentado em determinada época que ocorrem aprofundamentos e modificações da análise econômica buscando o desenvolvimento de teorias embasadas na realidade enfrentada a fim de que estas possam melhor se adaptar com aquilo que se vivencia. Ao se tratar do desemprego, é importante compreender que este apresenta diversas manifestações, externalizando particularidades de acordo com o local em que se insere, “podendo assumir distintos significados sociais de acordo com os segmentos da população atingidos e os arranjos institucionais para a proteção dos desempregados” (PRONI, 2014). Dado que a desocupação impacta diretamente o rendimento da população e, em consequência disto, o consumo, quando há uma “redução da demanda de trabalhadores; uma parte da população tornar-se-á excessiva e a situação da classe trabalhadora será de grande sofrimento e pobreza” (RICARDO, 1996, p. 288-290). Tendo em vista o potencial do

desemprego em influenciar a dinâmica da economia, esta queda de consumo pode induzir em alterações não apenas no bem-estar dos indivíduos, mas também no nível do PIB de um país.

2.2 O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Em países emergentes – como é o caso do Brasil – o desemprego acaba por se tornar um dos problemas mais graves a serem enfrentados. Sobrinho e Manolescu (2005, p. 688) apontam que, nestes países, o mercado de trabalho apresenta características que por vezes influenciam na massa de desempregados, sendo estes aspectos o baixo salário, a disparidade salarial e o desemprego estrutural, consequentes de uma demanda de mão de obra insuficiente e de uma oferta excedente, que é elástica ao baixo nível de remuneração, e também pela ausência da qualificação técnica exigida.

Em decorrência de suas inserções em cenários políticos e econômicos conturbados, os mercados de trabalho da América Latina e do Caribe passaram a presenciar, principalmente a partir da segunda metade de 2010, o aumento na precariedade das relações trabalhistas e um alargamento da massa de desempregados, expondo tais indivíduos a uma maior vulnerabilidade socioeconômica. Circunstancialmente, oportunidades de acesso a empregos produtivos, que proporcionem remunerações justas, inclusão e proteção social, além de direitos trabalhistas, acabam por tornar-se vias que possibilitam o alcance do crescimento econômico, além de facilitarem o atendimento das demandas sociais (OIT, 2020).

No Brasil, o ano de 2015 é tido como um ponto de inflexão no mercado de trabalho. Na primeira metade dos anos 2010, a taxa de desemprego apresentava uma queda contínua, ou seja, os níveis de emprego eram crescentes, e é a partir deste ponto que o cenário se modifica. Políticas de ajuste adotadas no período provocaram uma forte recessão econômica no país, acarretando a redução da mão de obra ocupada bem como afetando os salários recebidos pelos trabalhadores. Neste momento – em meados dos anos 2010 – a relação entre dívida pública e PIB encontrava-se elevada, de modo que havia dificuldades em reduzir as despesas a fim de conter o endividamento, logo, apesar dos sinais de desaquecimento da economia brasileira que já eram percebidos, a proposta econômica centrou-se na austeridade fiscal. A fim de cortar os gastos e elevar o patamar de crescimento econômico, ocorreram reformas na previdência, a instauração do teto de gastos, além de modificações no mercado de trabalho (POCHMANN, 2015).

Contudo, apesar dos esforços, a taxa de desocupação, que variava ao redor de 7% no início de 2014, atingiu seu ápice nos primeiros meses de 2017, quando ultrapassou a marca dos

13%, período no qual o número de desempregados no Brasil aumentou em mais de 100%, atingindo 13 milhões de pessoas. Além disso, é possível verificar que o mercado de trabalho brasileiro apresentava certa tendência de concentração das ocupações no setor de serviços, em detrimento da agropecuária e da indústria em geral (MATTEI; HEINEN, 2020).

A contínua redução industrial e o crescimento menor dos serviços têm ampliado o desemprego e a insegurança no trabalho, pois, com a redução de postos de trabalho, a qualidade desses empregos afasta-se dos padrões desejáveis, aumentando, assim, o trabalho precário, com a consequente ampliação das desigualdades sociais, da pobreza e da exclusão (BARBARA, 1999, p.33).

Desta maneira, os impactos gerados com o desemprego acabam sendo aprofundados para os grupos de trabalhadores mais vulneráveis, que possuem pouca ou nenhuma assistência socioeconômica. Ao se deparar com os eventos danosos provocados pela pandemia, o mercado de trabalho brasileiro, que já se encontrava enfraquecido, apresentava potencial de ser severamente afetado.

3. METODOLOGIA

O estudo sobre os efeitos da pandemia da COVID-19 no nível de emprego, no setor Educação, apresenta caráter explicativo. Buscou-se conectar a relação entre o comportamento do PIB, a variação do nível de desocupados e ocupados, a variação do nível emprego e a variação dos preços ao consumidor, na economia brasileira e, mais especificamente, no setor Educação.

Do ponto de vista temporal, foi feita uma comparação entre as crises de 2015 e 2016, e a crise da pandemia da Covid19 ocorrida em 2020. Embora os motivos das crises sejam diferentes, buscou-se investigar se os reflexos dessas crise no setor Educação foi o mesmo.

Além da pesquisa bibliográfica, utilizou-se como procedimento metodológico a análise de dados secundários sobre as variações do Produto Interno Bruto (PIB), os desocupados e ocupados, do nível emprego e dos preços ao consumidor com dados da pesquisa.

Os dados sobre comportamento do PIB foram coletados no Sistema de Contas Trimestrais do IBGE e organizados por setores e subsetores e pelos componentes do PIB.

Os dados sobre o percentual de ocupados e desocupados em relação ao total de pessoas em idade de trabalhar (de 14 anos ou mais de idade) e o percentual de desocupados em relação às pessoas na força de trabalho (ocupados e desocupados) foram coletados da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os dados sobre variação do emprego formal foram coletados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). O CAGED, no ano de 2020, teve uma modificação metodológica. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) foi substituído pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) para parte das empresas. Face a esta mudança, as comparações dos dados, a partir de 2020, devem ser feitas com ressalvas em relação aos dados do CAGED anteriores a 2020.

Os dados sobre a inflação são do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE e foram coletados por grupos e subgrupos para saber qual a variação dos preços dos itens referentes à Educação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A crise sanitária decorrente da pandemia da COVID-19, anunciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, teve consequências não apenas na saúde pública, mas também foi acompanhada por uma crise social, política e econômica. Os trabalhadores foram amplamente prejudicados em decorrência da necessidade de uma nova dinâmica na sociedade: o isolamento social e, eventualmente, os *lockdowns*¹, essenciais à contenção do vírus, levaram a economia mundial a uma situação de recessão em 2020.

Ao contrário dos países desenvolvidos, os países emergentes denotam menor flexibilidade em termos de trabalho remoto, de modo que apresentam restrições à implementação de medidas de contenção e combate à COVID-19, intensificando os efeitos da desaceleração econômica e criando desafios no mercado de trabalho. Desta maneira, desempregados e trabalhadores – principalmente aqueles inseridos no setor informal – nestes países foram afetados de maneira mais profunda do que em outras crises presenciadas (OIT, 2020). Assim sendo, tanto o Brasil quanto os demais países sofreram com efeitos no mercado de trabalho resultantes da pandemia.

Neste contexto, a pandemia da COVID19 passou a requerer ações do Estado a fim de atenuar as consequências adversas provocadas pela pandemia, em especial no mercado de trabalho, já que “Essa população precisará ser assistida com políticas voltadas a protegê-la da fome e da pobreza, ou seja, necessitará ser inserida numa rede de proteção social” (COSTA, 2020, p. 972). No Brasil, as principais medidas adotadas pelo governo foram

direcionadas à expansão do consumo, visto que, neste período atípico, “o elevado nível de desemprego e o baixo grau de utilização da capacidade na indústria, sinalizam para uma demanda agregada reprimida” (FEIJO, 2020, p. 5). Além disso, foi adotada uma política de transferência de renda, chamada de Auxílio Emergencial, visando a manter a sobrevivência da população. O Governo Federal liberou linhas de crédito subsidiadas para pequenas e médias empresas a fim de garantir a folha de pagamento - Programa Emergencial de Suporte a Empregos - bem como um Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que apostou na redução da jornada de trabalho e do salário, buscando manter o vínculo empregatício.

Dadas as condições de aumento persistente do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, as medidas implementadas de distanciamento e trabalho a distância para a contenção da crise sanitária afetaram diretamente o nível de produção da economia e, em consequência disso, também o emprego dos trabalhadores, assim a redução das atividades econômicas fez com que a desocupação aumentasse.

A pandemia da COVID-19 afetou a ocupação e desocupação de trabalhadores no país. Neste sentido, foi realizada uma comparação de como foi afetado o emprego e o desemprego nas crises dos anos 2015 e 2016 com a pandemia da COVID-19, em 2020.

No Gráfico 1, apresentado no final do trabalho, mostra-se que o percentual de ocupados e desocupados, em relação ao total de pessoas em idade de trabalhar (de 14 anos ou mais de idade) no Brasil, oscilava entre 61% e 62%, entre 2012 e 2019. Entretanto, no ano de 2020, esse percentual caiu para 55% e 56%. Não aumentou somente o número de desocupados, pois alguns deles deixaram de ser desocupados por não procurar mais empregos. Nas crises de 2015 e 2016, o número de desocupados aumentou significativamente, porém o percentual de ocupados e desocupados em relação ao total de pessoas em idade de trabalhar se manteve mais ou menos estável entre 61% e 62%. O diferencial do ano de 2020 é que, com a pandemia da Covid -19, muitos trabalhadores ocupados perderam o emprego e não o procuraram mais porque não havia mesmo. As políticas sociais de concessão de auxílio emergencial aos mais pobres e desempregados contribuíram, em muito, para este fenômeno evidenciado no Gráfico 1.

A situação na qual se encontravam os trabalhadores brasileiros no período antecedente à crise da COVID-19 já não era favorável. O setor informal de trabalho aglutinador de uma diversidade de trabalhadores que por vezes encontram limitações nas

condições de seguridade social e condições mínimas de trabalho (VASCONCELOS; TARGINO, 2015), enquanto o setor formal abrange aqueles trabalhadores que possuem algum tipo de contrato – seja pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Estatuto do Servidor Público, “em 2019, além do desemprego atingir o patamar de 11,9%, 41,1% da população ocupada estava em situação de informalidade – maior contingente desde 2016” (PESSOA, 2020, p. 59). Ou seja, além do desemprego, os trabalhadores enfrentavam também a informalidade no mercado de trabalho.

O percentual de desocupados, em relação às pessoas na força de trabalho (ocupados e desocupados), entre 2012 e 2014, manteve-se entre 6,5% e 8,0% (ver o Gráfico 2). Esse percentual aumentou nas crises de 2015 e 2016, passando de 6,5% para 13,5%, com isso houve quase uma duplicação do percentual de desocupados. Entre 2017 e 2019, caiu o percentual de desocupados com pequena recuperação do crescimento econômico. Entretanto, no ano de 2020, o percentual de desocupados chegou a 14,5%. Desse modo, pode-se concluir que, do ponto de vista da desocupação, o ano de 2020, ano da pandemia da COVID-19, foi ruim para o emprego, porém, nas crises de 2015 e 2016, o percentual de desocupados duplicou.

O desemprego, no final do ano de 2019 (ver o Gráfico 2), registrava a taxa de 11% de desocupados, população apta a exercer algum tipo de ofício formal ou informal, mas que não possuía nenhuma ocupação. Esta taxa manteve-se crescente, e, a partir do terceiro trimestre móvel de 2020, salta um ponto percentual, atingindo 12% de desocupados. O nível de desemprego não se atenua, alcançando seu pico em 14,6%. O último trimestre móvel aponta uma pequena redução, contudo, é perceptível a influência que o atual cenário pandêmico está exercendo sobre o mercado de trabalho. Costa (2020) aponta que, em um cenário pandêmico, os mais afetados acabam sendo os desempregados e os trabalhadores informalizados, já que estes possuem rendimentos baixos e irregulares e, por conseguinte, não têm acesso a sistemas de saúde privados e sistemas de proteção social ligados à carteira de trabalho assinada, em especial o seguro-desemprego e a licença médica.

O aumento no percentual de desocupados é uma consequência da diminuição do nível de atividade econômica. Nos anos de 2015, 2016 e 2020, houve retração da atividade econômica. Entretanto, existe uma diferença entre uma crise provocada pela queda do investimento e rentabilidade do capital e uma provocada por uma queda no consumo. Conforme se observa na Tabela 1, enquanto nas crises de 2015 e 2016 a taxa de investimento (formação bruta de capital fixo) caiu entre 12% e 14%, na crise de 2020

(COVID-19), o investimento apenas se retraiu em -0,8%. Em contraposição, na recessão de 2020, foi mais forte a queda no PIB do que em 2015 e 2016, porém foi uma recessão por queda do consumo das famílias (-5,5%) e do governo (-4,7%).

Na crise de 2020, COVID-19, o maior impacto ocorreu sobre os serviços. A retração do consumo se deu em subsectores como transporte, armazenagem e correio, que teve uma retração de 9,2% (ver a Tabela 1) e outras atividades de serviços (-12,2%). O setor Educação, objeto da pesquisa, está incluído no subsector Administração, Defesa, Saúde e Educação públicas e Seguridade Social, sendo que, em 2020, a queda foi de 4,7%, menor porque o subsector de Saúde Pública está incluído nesse grupo.

O comportamento dos preços ao consumidor também foi diferente nas crises de 2015 e 2016 e na crise de 2020 (COVID19). Veja-se, na Tabela 2, que os preços no Grupo Educação, nos anos de 2015 e 2016, aumentaram mais que os índices gerais de cada ano. Entretanto, na crise de 2020, os preços no grupo Educação aumentam em 1,1%, para uma inflação anual de 4,5%. Alguns subsectores do grupo Educação apresentaram quedas nos preços: Ensino Superior (-0,7%), Pós-graduação (-4,7%) e Cursos de Idioma (-0,7%).

A elevação de 1,1% dos preços no grupo Educação, quando a inflação anual foi de 4,5%, é um reflexo da redução do consumo de serviços, da necessidade do isolamento social, recomendado pelos governos estaduais e municipais. Em contraposição a isso, o grupo de Alimentação e Bebidas aumentou em 14,1% em consequência da retração na produção e na oferta de alimentos e da desvalorização do real. A moeda nacional, em relação às moedas estrangeiras, apresentou uma desvalorização nominal de 29,5% e uma desvalorização da taxa de câmbio efetiva real de 27,8%².

O emprego, no setor formal no setor Educação, foi um dos afetados pela recessão de 2020. Na Tabela 3, pode-se observar que o setor de Serviços teve uma perda de 132 mil empregos, sendo que o subsector Educação apresentou uma queda de 72 mil empregos. O subsector Alojamento e Alimentação teve a maior diminuição de 267 mil empregos, o mais afetado pela diminuição das possibilidades de turismo nacional e alimentação em restaurantes. No ano de 2020, ainda, o subsector Saúde Humana apresentou uma criação de 110 mil empregos, isso vinculado ao aumento na demanda de vagas nos hospitais para atender pacientes com Covid19.

Nas crises de 2015 e 2016, o subsector Educação não foi muito afetado porque foram mantidas as atividades em ensino nos três níveis, Fundamental, Médio e Superior. Chama

a atenção (ver Tabela 3) que o número total de empregos perdidos nas crises de 2015 e 2016 (-1,5 e -1,3 milhão, respectivamente) seja maior que em 2020. Uma explicação para isso é que houve mudança da metodologia de levantamento de informações no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Em 2020, foi criado o Novo CAGED e houve mudança da metodologia de coleta das informações. Com a mudança de metodologia, poderiam estar ocorrendo subnotificações nos desempregados, ou seja, nem todas as vagas de desempregados estariam sendo informadas ao sistema³.

Nas crises de 2015 e 2016, a recessão ocorreu em todos os setores da economia, houve perdas de empregos na Indústria de Transformação, na Construção Civil, no Comércio, nos Serviços e na Administração Pública (Ver a Tabela 3). Na Crise 2020, pelos dados do Novo CAGED, o Comércio não teria tido perda de vagas de emprego. Isto contradiz algo que é apresentado pelo IBGE nos dados sobre crescimento do PIB, nesse ano. Na Tabela 1, pode-se observar que o Comércio teve uma queda de 3,1% no volume de atividades, logo, por dedução, os empregos também deveriam ter caído.

Segundo dados do novo CAGED, apresentados na Tabela 4, em 2020, os subsetores que mais teriam perdido empregos formais são os de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com uma perda de 21 mil vagas, e, de outro lado, o de Ensino Superior, perdendo 29 mil vagas. Ao todo, os cinco setores que compõem o setor Educação perderam vagas de emprego, porém uns subsetores foram mais afetados que outros. No Ensino Superior, existe uma grande participação de Instituições de Ensino Superior privadas, as quais contratam professores por tempo de trabalho que são facilmente demitidos. Na Educação Infantil e no Ensino fundamental, a maior oferta de vagas é dos municípios, e os professores têm uma maior estabilidade, entretanto a demanda de docentes de Ensino Fundamental e Médio é muito maior que a de docentes do Ensino Superior.

A perda de empregos no setor Educação, no ano de 2020, por causa da Covid19, foi muito acentuada nos meses de março até julho. No Gráfico 3, pode-se observar que, de março a dezembro, houve perdas de vagas de emprego. Já no total de empregos para todos os setores, a partir de julho e até novembro, houve ganho positivo de empregos. A suspensão das aulas presenciais provocou uma perda relativa maior de empregos no setor Educação.

Em relação aos salários dos trabalhadores, no Gráfico 4, pode-se constatar que, nas crises de 2015 e 2016, houve uma redução do salário médio real. Em 2017, houve uma

recuperação, mas, a partir desse ano, nos anos seguintes 2018 e 2019, o salário médio real continuou caindo.

O salário médio real dos admitidos no setor formal, desde abril de 2020, apresentou quedas, conforme se pode apreciar no Gráfico 5. De abril até dezembro, a queda no salário real foi de 9% aproximadamente. No setor Educação, não existe essa informação disponível no Novo CAGED para o ano de 2020, mas se pode deduzir que o mais provável é que os novos admitidos tenham ingressado no mercado com salários inferiores aos demitidos. Esse comportamento o CAGED vem mostrando em toda sua série histórica.

5. CONCLUSÃO

A partir da análise realizada foi possível concluir que a crise da COVID 19 teve efeitos negativos no nível de desocupação e ocupação devido à diminuição do nível das atividades econômicas de produção de bens e serviços.

Devido ao controle de circulação de pessoas em função das medidas de distanciamento, necessárias para contenção do vírus, houve uma diminuição direta no nível de demanda agregada da economia. Com uma redução no consumo das famílias e do consumo do governo, em decorrência da demanda retraída, houve uma diminuição no PIB global, afetando sobretudo o setor de serviços. Em função disso, as empresas tiveram de apurar meios para restringir os custos, tais como demitir funcionários e reduzir a jornada de trabalho ou salários. Neste contexto, o Governo Federal buscou abrandar os efeitos através de políticas voltadas a manter o emprego.

O setor Serviços foi afetado tanto do ponto de vista da produção (PIB) quanto dos empregos. Dentro do setor serviços, o setor Educação foi afetado com a queda na produção e no emprego. Foi constatado que no setor Educação houve em 2020 uma perda significativa de empregos ao contrário dos anos 2015 e 2016 quando emprego foi pouco afetado. Neste setor, os subsetores de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Superior foram os mais afetados com a perda de empregos.

Os níveis de salários reais dos trabalhadores admitidos em 2020 continuaram caindo, fato que já estava ocorrendo desde anos anteriores. Sobre os salários no setor Educação, o mais provável é que tenham caído em face da diminuição do nível de atividades e da perda de empregos.

A crise da Covid19, ocorrida em 2020, foi diferente das crises de 2015 e 2016. Nestas últimas, houve uma contração significativa do investimento, o que levou à recessão na

economia. Na crise de 2020, houve uma retração forte no consumo devido à pandemia. No setor Educação, os preços dos subgrupos Ensino Superior, Pós-Graduação e Cursos de Idiomas houve deflação (queda nos preços) no ano de 2020.

O incremento no percentual de desocupados, no ano de 2020, foi inferior (4,5%) àquele registrado nas crises de 2015 e 2016 (7%). O diferencial pode ser explicado pelas políticas compensatórias de auxílio emergencial, de manutenção de empregos com a redução de salários e de subsídios concedidos pelo Governo.

REFERÊNCIAS

BARBARA, M. M. (1999). Reestruturação produtiva, qualificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, 19(1), 30-49. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931999000100004>

COSTA, S. S. (2020). Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 54(40), 969-978. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200170>

DATHEIN, R. (2012). Teorias econômicas e políticas contra o desemprego. *Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*. 16(1), 1-33. <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11892>

FEIJO, C. (2020). A crise da pandemia e a economia brasileira: uma depressão encomendada. *Boletim Finde*. 1(1), 2-9. <http://finde.uff.br/wp-content/uploads/sites/43/2020/10/Relatorio-01-ISNN.pdf>

IBGE (2021a). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=series-historicas>

IBGE (2021b). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema de Contas Trimestrais do IBGE*. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionaistrimestrais.html?=&t=resultados&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa.

IBGE (2021c). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Índice Preços ao Consumidor Amplo*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>.

IPEA (2021). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *IPEAdata*. <http://www.ipeadatagov.br/Default.aspx>

MANKIWI, N. G. (2018) *Macroeconomia*. Editora Livros Técnicos Científicos.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. (2020). Impactos da crise da COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro. *Política Econômica*. 40(4), p. 647-668. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131572020000400647&lng

=en&nrm=iso

ME (2019). Ministério de Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)*. <https://bi.mte.gov.br/-/bgcaged/>

ME (2020). Ministério de Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Novo CAGED*. <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>

OIT (2020). Organização Internacional do Trabalho. *Um ligeiro aumento do desemprego na América Latina e no Caribe, que pode piorar em 2020*. https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_735505/lang--pt/index.htm

PESSOA, L. (2020). O serviço de saúde em tempos de pandemia: os impactos da política de austeridade sobre o setor. *Boletim Finde*. 1(x), p. 55-61. <http://finde.uff.br/wp-content/uploads/sites/43/2020/10/Relatorio-01-ISNN.pdf>

POCHMANN, M. (2015). Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. *Estudos Avançados*. 29(85), p. 7-19. Em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142015000300002&script=sci_arttext

PRONI, M. W. (2014). O desemprego na história do pensamento econômico. *Revista da ABET*. 13(1). <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/24864/13624>

RICARDO, D. (1996). *Princípios de economia política e tributação*. Editora Nova Cultural.

SOBRINHO, M. M.; MONOLESCU, F. M. K. (2005). O desemprego nas principais capitais do Brasil. IX Encontro latino-americano de iniciação científica e V Encontro latino-americano de pós-graduação. *Anais eletrônicos*, p. 687- 690. http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2005/inic/06.htm

VALOR ECONÓMICO (2020). Caged surpreende, mas analistas apontam risco de subnotificação de demissões. *Jornal Valor Econômico*. <https://valor.globo.com/brasil/noticia-/2020/08/22/-caged-surpreende-mas-analistas-apontam-risco-de-subnotificacao-de-demissoes.ghtml>

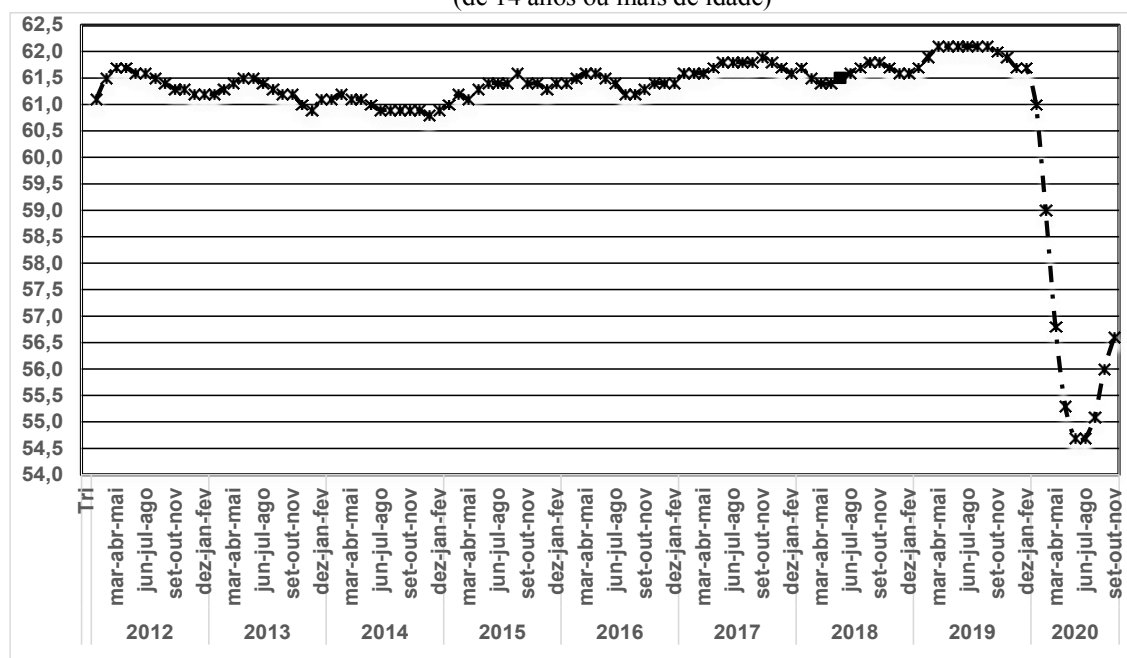
VASCONCELOS, E. A. S.; TARGINO, I. (2015) A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: 1993-2013. *Revista da ABET*. 14(1). <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/25705/13881>

NOTAS AO FINAL

- 1 Do inglês “confinamentos”, onde o trânsito de indivíduos nas ruas e espaços públicos é totalmente restrito, sendo exceção os trabalhadores de áreas essenciais, tais como saúde, segurança e supermercados, sendo adotada para conter a disseminação de vírus de maneira mais rápida e eficaz.
- 2 Foi considerada na variação nominal a variação da taxa de câmbio R\$/US\$ entre 01/01/2020 e 31/12/2020, ponta a ponta. No conceito de taxa de câmbio efetiva real (TCER) foi considerado a TCER INPC exportações, calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Os dados estão disponíveis em IPEA (2021).
- 3 De acordo com matéria publicada no Jornal Valor Econômico em 22/08/2020, Economistas apontam que o número de demissões, está muito abaixo da média, como um ponto de atenção que pode distorcer o saldo de empregos. Os desligamentos passaram de uma faixa de 1,3 milhão a 1,5 milhão, em 2019, para valores em torno de 900 mil entre junho e julho de 2020. Nem no melhor momento do mercado de trabalho, em 2014, esse número ficou abaixo de um milhão.

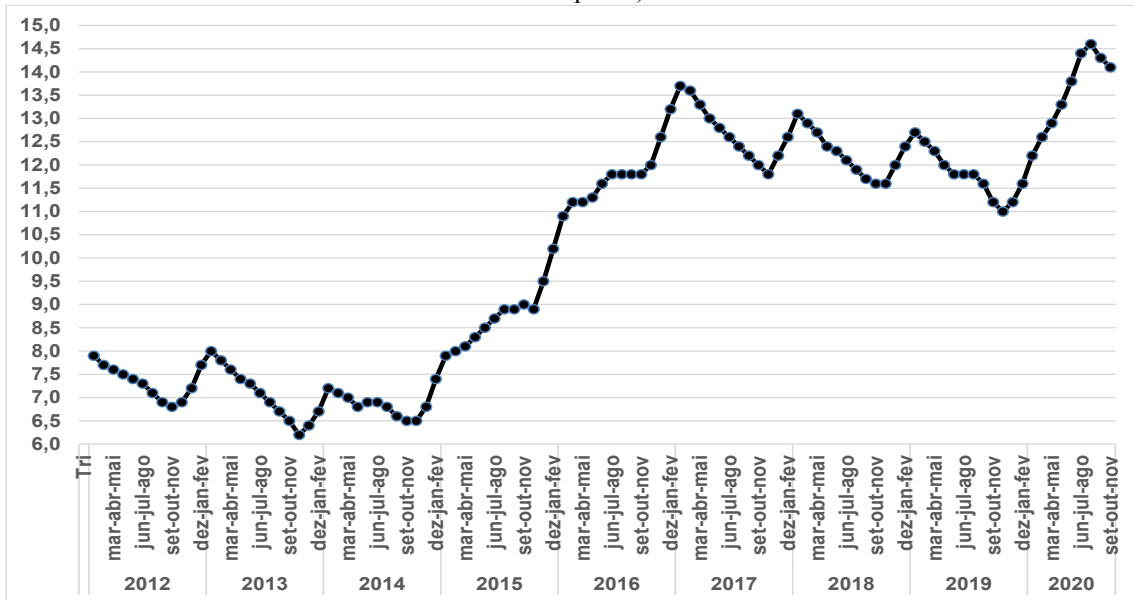
GRÁFICOS

Gráfico 1: Brasil: Percentual de ocupados e desocupados em relação ao total de pessoas em idade de trabalhar (de 14 anos ou mais de idade)



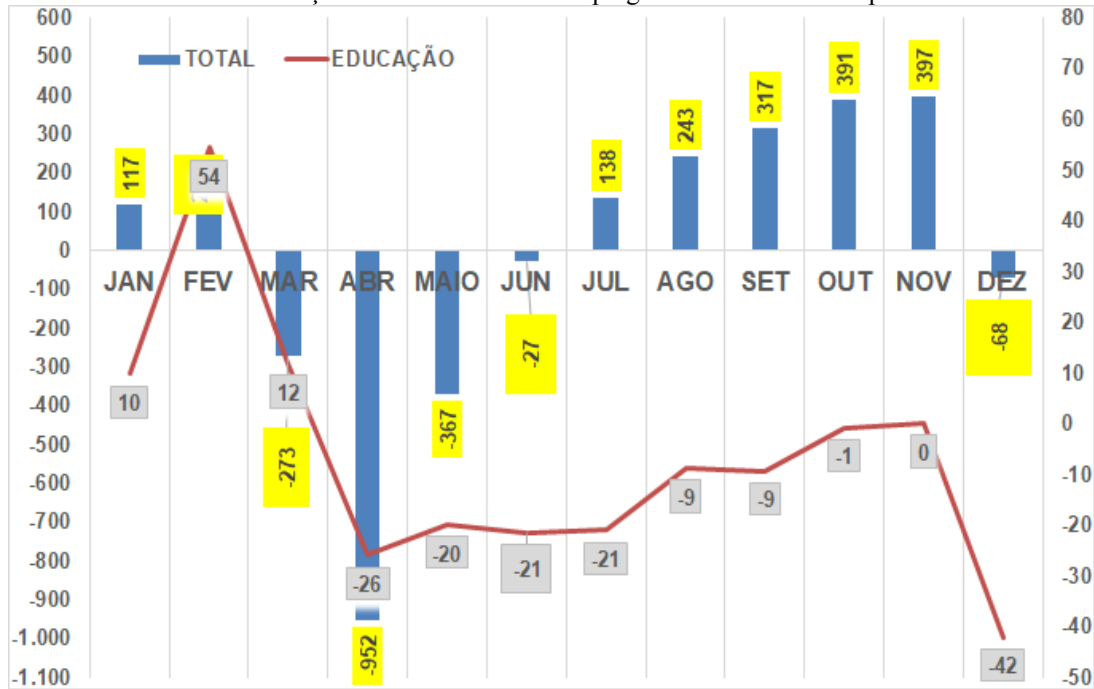
Nota: Os dados são de IBGE (2021a).

Gráfico – 2: Brasil: Percentual de desocupados em relação às pessoas na força de trabalho (ocupados e desocupados)



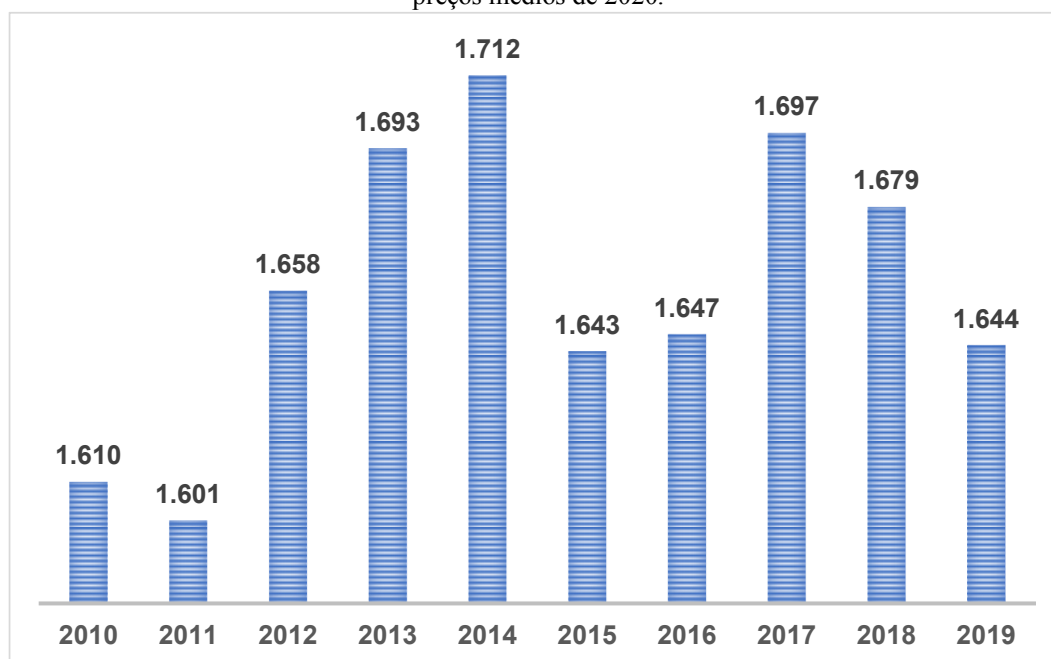
Nota: Os dados são de IBGE (2021a).

Gráfico – 3: Brasil: Variação mensal do nível de emprego no mercado formal por meses em 2020



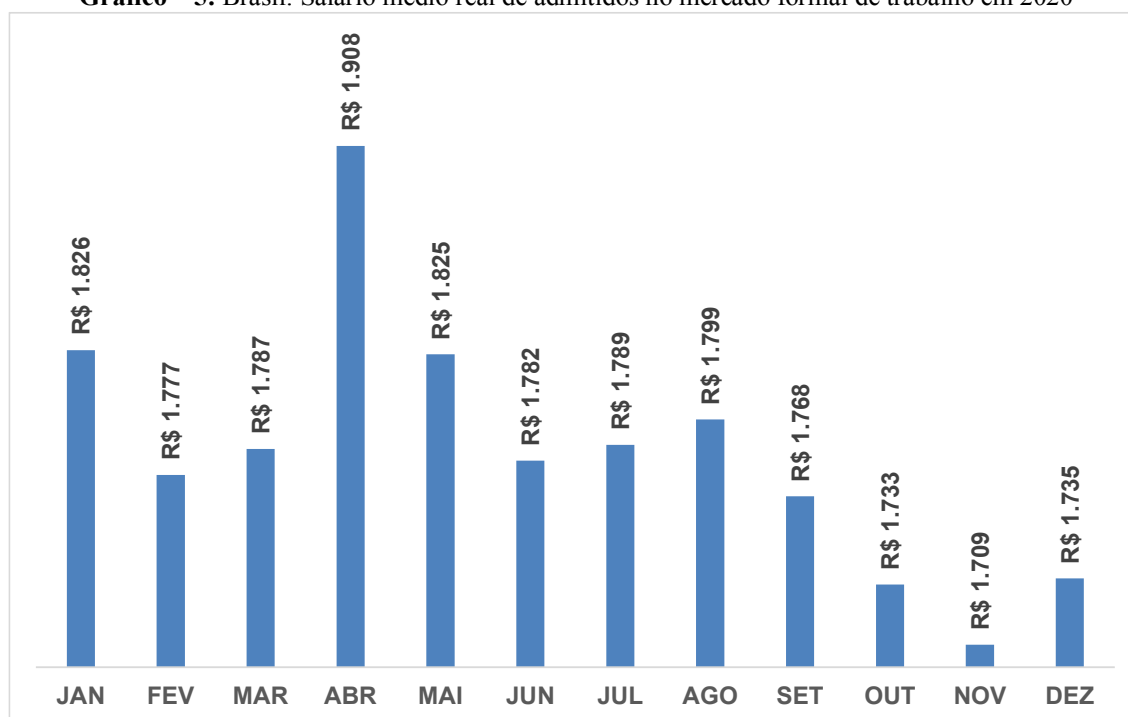
Nota: Os dados são de ME (2020).

Gráfico – 4: Brasil: Salário médio real de trabalhadores do setor educação de 2010 a 2019, em reais (R\$) a preços médios de 2020.



Nota: Os dados são de ME (2019).

Gráfico – 5: Brasil: Salário médio real de admitidos no mercado formal de trabalho em 2020



Nota: Os dados são de ME (2020).

TABELAS

Tabela 1: Brasil: Variação percentual do PIB, por setores e subsetores e por componentes do PIB, de 2015.2016 e 2020

SETORES E PIB GLOBAL	SUBSETORES E COMPONENTES DO PIB	2015	2016	2020
AGROPECUÁRIA	TOTAL	3,3	-5,2	2,0
INDÚSTRIA	TOTAL	-5,8	-4,6	-3,5
	Indústrias extrativas	5,7	-1,2	1,3
	Indústrias de transformação	-8,5	-4,8	-4,3
	Eletricidade e gás, água, esgoto, ativ. de gestão de resíduos	-0,4	6,5	-0,4
	Construção	-9,0	-10,0	-7,0
SERVIÇOS	TOTAL	-2,7	-2,2	-4,5
	Comércio	-7,3	-6,6	-3,1
	Transporte, armazenagem e correio	-4,3	-5,6	-9,2
	Informação e comunicação	-0,9	-2,0	-0,2
	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-1,2	-3,4	4,0
	Atividades Imobiliárias	-0,4	0,2	2,5
	Outras atividades de serviços	-3,7	-1,3	-12,1
	Adm., defesa, saúde e educação públicas e seguridade social	0,2	0,3	-4,7
PIB GLOBAL		-3,5	-3,3	-4,1
	Consumo das Famílias	-3,2	-3,8	-5,5
	Consumo do Governo	-1,4	0,2	-4,7
	Formação Bruta de Capital Fixo	-13,9	-12,1	-0,8
	Exportação	6,8	0,9	-1,8
	Importação	-14,2	-10,3	-10,0

Nota: Os dados são de IBGE (2021b).

Tabela 2: Brasil: Índice de Preços ao Consumidor Amplo, Geral, Grupo e Subgrupo, anos 2015, 2016 e 2020 (valores em percentual)

Geral, grupo, subgrupo	2015	2016	2020
Índice geral	10,7	6,3	4,5
1.Alimentação e bebidas	12,0	8,6	14,1
2.Habitação	18,3	2,9	5,3
3.Artigos de residência	5,4	3,4	6,0
4.Vestuário	4,5	3,6	-1,1
5.Transportes	10,2	4,2	1,0
6.Saúde e cuidados pessoais	9,2	11,0	1,5
7.Despesas pessoais	9,5	8,0	1,0
8.Educação	9,3	8,9	1,1
8.1 Cursos regulares	9,2	9,1	1,1
Creche	15,8	9,1	3,2
Educação infantil	10,5	11,9	0,9
Ensino fundamental	10,4	11,3	3,7
Ensino médio	10,3	10,9	5,1
Ensino superior	8,5	7,9	-0,7
Pós-graduação	6,2	4,6	-4,7
8.2 Cursos diversos	10,3	7,1	1,3
Curso preparatório	12,9	10,0	1,2
Curso técnico	6,6	6,0	1,4
Curso de idioma	13,8	8,0	-0,7
Curso de informática	10,8	6,0	3,5
Atividades físicas	5,7	4,8	2,7

Nota: Os dados são de IBGE (2021c).

Tabela 3: BRASIL - Variação do emprego formal por setores e subsetores nos anos de 2015, 2016 e 2020

Setores/Subsetores	2015	2016	2020
Total	-1.542.371	-1.321.994	142.960
Indústria de Transformação	-608.878	-322.509	90.013
Construção Civil	-416.959	-358.678	112.114
Comércio	-218.650	-204.372	8.130
Serviços	-276.054	-390.105	-132.584
Transportes e Comunicações	-72.579	-91.176	-54.748
Alojamento e alimentação	-78.776	-129.234	-267.920
Saúde humana	50.687	39.759	110.799
Educação	477	-12.579	-72.205
Administração Pública	-9.238	-8.643	-5.058

Nota: Os dados são de ME 2019) e ME 2020).

Tabela 4: BRASIL - Variação do emprego formal no ano de 2020

Setores de atividade	Variação anual
Total	142.690
1 . Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	61.637
2. Indústria geral	95.588
Indústrias de Transformação	90.013
3 Construção	112.174
4 .Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	8.130
5. Serviços	-132.584
Transporte, armazenagem e correio	-54.748
Alojamento e alimentação	-267.920
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	208.324
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	33.536
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	-5.058
Educação	-72.205
Saúde Humana e Serviços Sociais	110.799
Outros serviços	-51.776
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	-26.818
Outras Atividades de Serviços	-25.051
6. Não identificados	-2.255

Nota: Fonte ME (2020).

Tabela 5: BRASIL - Variação do emprego formal no setor educação e subsetores ano de 2020

Setor educação e sub-setores	Variação anual
Total no setor Educação	-72.205
1 . Atividades de apoio a educação	-5.007
2. Educação infantil e ensino fundamental	-21.959
2.1 Creche	-3.592
2.2 Pré-escola	-9.593
2.3 Ensino fundamental	-8.774
3. Educação profissional de nível técnico e tecnológico	-1.709
4. Ensino Superior	-29.513
4.1 Graduação	-11.859
4.2 Graduação e pós-graduação	-11.132
4.3 Pós-graduação e extensão	-2.522
5. Ensino médio	-2.888
6. Outras atividades de ensino	-11.129

Nota: Os dados são de ME (2020).

CAPÍTULO 22

A PANDEMIA DE 2020: AÇÕES, DESAFIOS E APRENDIZADOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NOS ESTADOS DO AMAZONAS E PARÁ

DOI: 10.47402/ed.ep.c202146622959

Domingas Monteiro de Sousa, Doutoranda, UFP
Lúcia Regina Silva dos Santos, Doutoranda do Curso Desenvolvimento e Perturbações da Linguagem, UFP
Maria de Lourdes da Silva Moreira, Doutoranda do Curso Desenvolvimento e Perturbações da Linguagem, UFP
Nara Cláudia Alvaredo da Cruz, Doutoranda, PGEDA-UFOPA/PGDDPL, UFP
Rosinete dos Santos Rodrigues, Doutoranda do Curso Desenvolvimento e Perturbações da Linguagem, UFP
Ana Maria Anjos Rombo Rodrigues da Costa, PhD em Ciências Humanas e Sociais, PGDDPL - UFP
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, Doutora em Educação, UNICAMP

RESUMO

O referido artigo busca expor, pontuar, debater o contexto vivido atualmente, causado pelo novo Coronavírus, com base nos reflexos na educação pública nos estados do Amazonas e Pará. Neste estudo serão debatidos os decretos, planos, ações e resultados em relação à educação, tomadas pelos governos dos referidos estados frente à Pandemia Covid-19. Com base nos Decretos emergenciais sancionados que foram cruciais para as tentativas de frear a proliferação do vírus nos estados. O fechamento de escolas da rede pública no mês de março, a suspensão das aulas presenciais, fizeram com que as secretarias municipais e estaduais de Educação estivessem fazendo novos planejamentos e novas ações para que o impacto na educação não fosse irreversível. Destacando experiências e práticas pedagógicas realizadas nos Estados do Amazonas e Pará. O ensino remoto foi uma das possibilidades encontradas para minimizar o choque causado pelo fechamento das escolas em regime presencial. As referidas ações não ficariam apenas nas esferas estaduais, pois a velocidade com que o vírus propagava-se em outros estados e federações propunham diferentes estratégias públicas que atendessem todo o Brasil, contudo o objetivo era o mesmo: continuidade das atividades letivas. Lançar mão de todas as ferramentas disponíveis para que a maior quantidade de alunos pudesse ter acesso aos planos e ações eram outros desafios em virtude da realidade geográfica e logística dos dois estados. Ressalta-se que é muito desafiador o contexto da Região Norte para efetivar as ações propostas pelas UREs, diante de uma realidade desigual na educação. A metodologia adotada teve caráter qualitativo e recorre à investigação bibliográfica e documental (Lakatos; Marconi, 2003), foi realizada uma coletânea e análise de documentos oficiais, artigos, reportagens que abordam o tema em questão, bem como consultadas fontes estatísticas públicas, disponibilizadas por órgãos como OMS, ANVISA, IBGE e SEDUC do Amazonas e Pará, site do Centro de Mídias e Educação do Amazonas (CEMEAM) que possibilitaram identificar dados para relacioná-los aos resultados oficiais atuais divulgados aos que se espera alcançar. O estudo estrutura-se, além da introdução e considerações finais, direcionando um olhar mais

detalhados para o público que não teve acesso ao ensino remoto, onde pontuamos em uma perspectiva interpretativa por meio de tópicos e temas, nas considerações finais uma reflexão com a finalidade, portanto, de incentivar mais buscas por estratégias e ações que possibilitem a enfrentar a realidade apresentada e que ainda permanece em 2021.

PALAVRAS- CHAVE: Educação, Pandemia, Ensino Remoto, Amazonas - Pará.

INTRODUÇÃO

Os desafios que a educação no Brasil enfrenta em relação à pandemia, nos apresenta uma realidade do mundo contemporâneo, onde diversas ferramentas proporcionam conexão com o mundo via internet. Entender as formas que o Brasil encontrou em sua dimensionalidade física e geográfica para enfrentar o fechamento das escolas frente à pandemia não poderia ser tratado de forma homogênea.

Neste estudo apresentaremos as ações dos estados Amazonas e Pará, envolvidos diretamente ao enfrentamento da pandemia. Contudo não devemos esquecer que o Brasil já enfrentou inúmeros obstáculos no campo da educação antes da pandemia. Reunir os dados, ações, metas e objetivos para dimensionar o alcance das ações governamentais no momento em que a pandemia avança levou a obrigatoriedade do fechamento das escolas como um dos recursos para tentar frear a propagação do vírus, foi uma vertente para que os governos de cada estado tomassem medidas emergências.

Para este estudo precisou-se fazer uma retrospectiva desde o momento em que foi informado o primeiro caso de contaminação pela covid-19 nos Estados envolvidos neste projeto. Uma vez que não podemos descartar a dimensionalidade física e geográfica do Brasil e nem a especificidade regional de cada estado, caso não fosse exemplificado individualmente, estaríamos tratando a educação frente à pandemia de forma homogênea.

Estar conectado através da internet é estar informado com que acontece no mundo em uma velocidade de segundos, tempo real. Foi através dos meios de comunicação e o uso da internet que o mundo foi informado no dia 8 dezembro de 2019, sobre os primeiros casos em Wuhan/China. Em seguida, em 29 de dezembro, foi identificado o código genético do coronavírus na China, naquele momento as notícias ainda eram algo distante para o Brasil, limitava-se apenas à notícia internacional.

Com o passar dos dias as notícias se intensificaram e, no dia 03 de janeiro o Brasil solicitou esclarecimento à Organização Mundial de Saúde sobre “pneumonia de causa desconhecida” na China. Assim, o mundo voltava-se para os noticiários diários sobre

“pneumonia de causa desconhecida” na China. Dessa forma, o Brasil, em 26 de fevereiro de 2020, confirmou seu primeiro caso no Estado de São Paulo e, o que antes parecia distante tornou-se um efeito dominó, com estados brasileiros notificando a cada dia a confirmação de novos casos.

Tabela 1 - Evolução dos casos confirmados em 2020 e número de óbitos em 2020 e 2021 nos Estados do Amazonas e Pará.

Estados	Nº de casos confirmados (2020)			Total de óbitos (2020)		2021
	1º caso	20/05/2020	31/12/2020	20/05/2020	31/12/2020	06/03
Amazonas	13/03	23.704	201.013	1.561	5.285	11.240
Pará	18/03	18.135	293.540	1.633	7.188	8.930

Fonte: Tabela elaborada pelas autoras; Fonte: [JHU CSSE COVID-19; <https://g1.globo.com/2020>](https://g1.globo.com/2020/)

A situação de emergência atual fez com que muitas escolas migrassem para o Ensino Remoto Emergencial (ERE) para atender aos seus estudantes. Ações pedagógicas foram planejadas à medida que as restrições impostas pela covid-19 eram decretadas e a internet é “salva vidas” da hora, com o objetivo de amenizar a pressão da sociedade e também minimizar os impactos na aprendizagem advindos do ensino presencial. O currículo da maior parte das instituições educacionais não foi criado para ser aplicado remotamente.

Professores, habituados em espaços físicos, iniciam processo de adaptação e deixam o presencial para se reinventarem no virtual. Dessa forma, o ensino presencial físico precisou ser transposto para os meios digitais. O contato caloroso entre o professor e o aluno no espaço da sala de aula, agora, é substituído por uma presença digital em aula online, o que se chama de ‘presença social’. Essa é a forma como se projeta a presença por meio da tecnologia. Os professores estão aprendendo mais do que nunca a criar aulas online, inovando, auto se desafiando, errando, ajustando e vencendo o medo da inovação e se revelando verdadeiros heróis da educação.

1 - Estado do Amazonas: Planos e ações educacionais frente à pandemia 2020

“Vem ver comigo o rio e suas leis.
Vem aprender a ciência dos rebojos,
vem escutar os cantos dos banzeiros,
o mágico silêncio do igapó
coberto por estrelas esmeraldas”.
(site: Amazônia, pátria das águas)

Vem, vem navegar pelo mundo chamado Amazonas. Vem, vem caminhar entre as paisagens regionais. Vem, vem navegar entre estradas formadas por rios, lagos e igapós. Vem, vem conhecer nossa orquestra de cantos e encantos dos pássaros. Vem pintar com nossa paleta de cores. Vem que oferecemos o verde e azul em um único olhar. Vem, vem de olhos atentos, pois oferecemos as mais belas paisagens, mas não os fechamos à realidade que assola o mundo, unindo nações em um único propósito: vencer a pandemia de Covid-19. Por esse motivo, neste momento, nosso olhar se voltará aos Planos e Ações governamentais frente à pandemia no que diz respeito à educação formal. Então, convidamos a seguir viagem entre tais medidas governamentais para a educação pública do Estado do Amazonas.

No segundo mês de 2020, as tecnologias do mundo contemporâneo informaram aos lugares mais longínquos do Estado do Amazonas que o Brasil, em 26 de fevereiro, confirmava o primeiro caso de Coronavírus. Mesmo assim, ainda nos sentíamos “protegidos” em nosso imenso estado.

Com 1.559.161,682 de quilômetros quadrados, o equivalente ao território de cinco países, somados: França, Espanha, Suécia e Grécia, o Amazonas detém um dos mais baixos índices de densidade demográfica do país, com 2,23 habitantes por quilômetro quadrado, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Considerando essas características, sentíamos que tal vírus não nos alcançaria.

Em meados de março de 2020, foi confirmada a primeira contaminação no Amazonas, a de uma mulher de 39 anos que tinha viajado para Londres. Nos meses seguintes, os casos aumentaram consideravelmente. Boletins com dados da Covid-19, no Amazonas, passaram a ser publicados nas redes sociais do governo estadual. Várias atividades de diferentes segmentos sociais, administrativos e econômicos foram suspensas. Os hospitais ficaram lotados e as filas para enterros cresceram. Em razão dessa realidade trágica, tornaram-se urgentes medidas governamentais de enfrentamento à pandemia. Com base nos objetivos desta investigação, iremos enfatizar os documentos e ações governamentais direcionados ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus no contexto da educação.

Decretos ao enfrentamento da pandemia.

Após as declarações da Organização Mundial de Saúde (OMS), publicadas em 11.02.2020, à respeito da pandemia de Covid19, doença causada pelo novo coronavírus(Sars-Cov-2), o governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima, no exercício de sua competência, que lhe confere o artigo 54, incisos IV e XI, da Constituição Estadual, decreta estado de

emergência na saúde pública, conforme a edição do Decreto nº. 42.061, de 16 de março de 2020, que:

Considerando a necessidade de adoção de medidas preliminares e temporárias, a fim de evitar a circulação do vírus, no território do Estado do Amazonas;

DECRETA:

Art 1.º Fica decretada situação de emergência na saúde pública no Estado do Amazonas, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, tendo em vista a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV), nos termos da Portaria nº. 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser prorrogado, em caso de comprovada necessidade.

Art. 2.º Para o enfrentamento inicial da emergência de saúde decorrente do Coronavírus, ficam suspensos:

I - pelo prazo de 15 (quinze) dias:

b) as aulas, no âmbito de rede estadual pública de ensino na capital do Estado, integrado pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto, bem como do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, da Universidade do Amazonas, da Universidade do Estado do Amazonas e da Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade - FUNATI. [...]

Nesse contexto, em Manaus, capital do Amazonas, as aulas presenciais em escolas foram paralisadas, sendo a suspensão uma das medidas para tentar conter o avanço da pandemia que se espalhava pelo mundo. Porém, a covid-19 avançou nos outros 61 municípios do Amazonas. Por esse motivo, em 19.03.2020, foi publicado, no Diário Oficial do Estado, o Decreto n.º 42.087, que:

Dispõe sobre a suspensão das aulas da rede pública estadual de ensino, em todos os municípios do Estado do Amazonas.

Decreta: Art.1º. Sem prejuízo de todas as determinações constantes dos Decretos nº 42.061 de 16 de março de 2020, 42.063 de 17 de março de 2020 e 42.085 de 18 de março de 2020, ficam suspensas, pelo prazo de 15 dias.

I- As aulas, no âmbito de rede estadual pública de ensino em todos os municípios do Estado, integrada pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto, bem como do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas e da Universidade do Estado do Amazonas.

Em um curto espaço de tempo, decretos eram publicados não só afetando a educação, mas a sociedade de modo geral. Todas as medidas tentavam evitar a circulação e aglomeração de pessoas, para reforçar o enfrentamento ao novo coronavírus.

Uma das ações do Governo frente à pandemia.

No âmbito da educação, medidas e ações foram tomadas pelas esferas da referida pasta. Segundo a página do Centro de Mídias e Educação do Amazonas (CEMEAM), no dia 20.03.2020, o governador do Amazonas, Wilson Lima, divulga o programa ‘Aula em Casa’, propondo um regime de aulas não presenciais que alcançaria 180 mil alunos de Manaus e, inicialmente, mais quatro municípios do estado.

Com a proposta do projeto Aula em Casa, o Brasil seria o primeiro país a ofertar o ensino a distância na rede pública. Essa ação teve o objetivo de, além de prevenir a propagação da pandemia, evitar mais atrasos no ano letivo de 2020. Assim, para realizar essa ação, o governo do estado contou com a parceria e execução da Secretaria de Educação e Desporto (SEDUC) e da TV Encontro das Águas. A emissora de TV de canais abertos disponibilizaria a transmissão em três canais, sendo disponibilizada também em plataformas on-line em parceria como CEMEAM/SEDUC.

A forma encontrada pelo governo para diminuir o impacto da suspensão de aulas presenciais foi o regime especial de aulas não presenciais, aprovado pelo tempo necessário por meio de Resolução n.º 30/2020, de 18/03/2021, do Conselho Estadual de Educação (CEE-AM), atendendo os termos do Conselho Nacional de Educação (CNE), no Parecer CNE/CEB N.º 19/2009.

Além da capital Manaus, os municípios adjacentes de Iranduba, Manaquiri, Careiro da Várzea e Rio Preto da Eva, receberam as aulas online, desde o dia 23.03.20, para atendimento inicial de 180 mil alunos.

A respeito da ampliação de atendimento aos estudantes, segundo a página eletrônica do CEMEAM, o governo estudaria alternativas para os demais municípios do estado não cobertos pelo sinal da TV Encontro das Águas. Além disso, houve orientações sobre o acesso às plataformas digitais onde as aulas também seriam transmitidas.

Procedimentos para implementação do projeto ‘Aula em Casa’

Inicialmente, o projeto Aula em Casa, em 2020, contou com um acervo de aulas que foram ministradas em 2019 e armazenadas em seu site institucional. Nesse caso, é preciso ressaltar que tais aulas foram o resultado de uma concepção pedagógica e comunicacional pautadas na presença de estudantes e de professores em aulas diárias, diferentemente do que ocorre em aulas totalmente à distância.

As aulas em questão foram ministradas para alunos atendidos pelo modelo de ensino presencial com mediação tecnológica, com recursos de interatividade em tempo real e mídias, estrategicamente planejadas para o desenvolvimento das aulas majoritariamente síncronas e com transmissão que ocorre por meio de um sistema via satélite de videoconferência com interação de áudio e vídeo.

Essas aulas são produzidas por professores especialistas e transformadas em peças televisivas em uma central de produção educativa para TV, com o uso de diversos recursos midiáticos e ferramentas de comunicação e transmitidas ao vivo, diariamente, para todas as salas de aula simultaneamente, em horário regular. Cada sala de aula conta com um kit tecnológico e com um professor presencial para mediar o processo de aprendizagem.

Assim, após todo o processo de transmissão, as aulas são editadas e ficam à disposição do grande público no site do Cemeam. No caso do projeto Aula em Casa, foi essencial já existir o acervo de 2019 já citado. Segundo o titular da SEDUC, Luis Fabian:

Nenhum estado no Brasil tem uma estrutura como a do Centro de Mídias do Estado do Amazonas e, graças a esta estrutura, a gente está podendo sair à frente e atender a mais de 180 mil alunos por meio de aulas que inicialmente serão gravadas, mas a partir da segunda semana do projeto serão aulas ao vivo. Então, isso é um marco realmente na história da educação do nosso país [...] o Governo do Amazonas poderá ceder a tecnologia para municípios e outros estados do país. Como a maioria dos estados do Brasil não tem ainda esta experiência, nós nos dispomos a emprestar a nossa tecnologia, o nosso ‘know how’, e ceder os conteúdos já gravados das aulas, a gente tem aulas gravadas de todas as séries do Ensino Fundamental, anos finais e mais do Ensino Médio, para que se minimize os prejuízos que esses alunos vão ter nos outros estados.

É importante ressaltar que a exibição das aulas na TV aberta e em multiplataformas digitais foi uma das frentes do projeto. Além dessa ação, houve as demandas envolvendo equipes de monitoramento de chats, tirando dúvidas dos professores e alunos; houve a participação pessoal das escolas da rede de ensino, em alguns casos tirando dúvidas de alunos também; e houve divulgação e explicações sobre acesso a duas plataformas virtuais, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e Saber+. Nesses sites, foram alocadas as aulas para que fossem acompanhadas em outros horários, atividades para que os alunos praticassem conteúdos estudados e orientações gerais sobre o funcionamento do Aula em Casa, incluindo questões pedagógicas e técnicas, como sintonização de canais de televisão, por exemplo.

O papel dos participantes e integrantes segundo o CEMEAM

Aos estudantes foram divulgados diferentes meios de acompanhamento das aulas, além de ambientes por meio dos quais eles poderiam interagir, em tempo real, com professores e colegas durante a exibição das aulas. Os principais meios foram: canal no aplicativo MANO, canais no YouTube e páginas no Facebook.

Para equipes gestoras, foram passadas orientações por meio de Coordenadores Distritais e Regionais de Educação e da Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica da SEDUC. A fim de auxiliar no regime especial de aulas não presenciais, os gestores das escolas estaduais estavam

administrando e orientando as equipes da escola - pedagogos e professores-, e tirando dúvidas dos responsáveis pelos estudantes.

Os professores, tanto os do CEMEAM quanto os das escolas convencionais, mantiveram a rotina de contato com as turmas de alunos e responsáveis por eles, via aplicativos de mensagens instantâneas ou outros dispositivos de comunicação a distância, para orientá-los sobre as estratégias de continuidade do currículo escolar definidas pela SEDUC. Também aos professores da rede que atuavam nas escolas, ficou decidido que acompanhariam verificações de aprendizagem para fins de validação do conteúdo ministrado durante as transmissões do regime especial, quando as atividades retornassem nas unidades de ensino.

Resultados do programa ‘Aula em Casa’ frente à pandemia 2020

Segundo a página institucional do CEMEAM, o ‘Aula em Casa’ garantiu conteúdos a 7,2 milhões de estudantes em 11 estados brasileiros, isso porque foram feitas parcerias entre a SEDUC-AM e outras secretarias de educação do Brasil.

Para que esse projeto cumprisse com o seu objetivo, foi necessária uma mobilização por parte de toda a equipe da SEDUC, em especial do CEMEAM, que ficou responsável pela produção das aulas e de materiais didáticos voltados aos estudantes e junto às emissoras de TV parceiras e ficou responsável pela transmissão de vídeos aulas.

Logo no início das atividades de Aula em Casa ofertou aulas a alunos do Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Posteriormente, houve parceria com a Secretaria Municipal de Educação, sendo produzidas aulas inéditas para Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais, com professores da rede municipal de ensino.

Diante do exposto, é notório o fato de a pandemia ter provocado mudanças profundas nos comportamentos sociais, principalmente devido à necessidade de adaptações para reduzir as taxas de novos casos causados pelo vírus COVID-19. Uma parte dessas modificações foi determinada por legislações, especificamente destinada a reduzir o contato social e aumentar o isolamento.

No caso da educação, foram propostas práticas educacionais baseadas em tecnologias digitais, com uso da internet, celulares, computadores e televisores, que permitiriam o acesso a aulas ao vivo ou gravadas, por meios de programas/plataformas específicas e bem conhecidas, como o YouTube.

O governo lançou mão das ferramentas que estavam acessíveis e /ou tentou minimizar o impacto na educação em consequência da necessidade de fechar as escolas públicas por um período até então indeterminado. Sabemos que milhares de alunos foram atendidos pelo

Programa Aula em Casa, como podemos verificar nos dados coletados no site do Centro de Mídias e Educação do Amazonas, que somente em Manaus, o alcance foi de 170 mil alunos, de um total de 222,2 mil, os dados apresentados têm como registro que 70 mil se inscreveram no canal do programa, porém não podemos deixar esquecidos os outros milhares que não tiveram acesso às aulas transmitidas pelos canais disponíveis, causados por diversos fatores como: realidade geográfica, falta de acesso à internet, falta energia elétrica em algumas localidades que ainda dependem de geradores de energia elétrica, geralmente só funcionam durante à noite. Fica algumas perguntas: O governo tem dados de quantos professores e alunos no Amazonas possuem computadores, celulares e TV com acesso aos canais?

Como serão tratados estes alunos em relação ao acesso à educação? Tentar encontrar soluções, é vontade de todos, entretanto, com o advento de uma nova prática na forma de educação no estado do Amazonas, constatamos que muito foi feito no cumprimento da carga horária exigida e repasse dos conteúdos curriculares foram adequados e organizados para atender da melhor forma possível. Que em um curto espaço de tempo o uso das novas tecnologias tenham o alcance necessário para todos participantes. Cada dia é um dia cheio de desafios na luta contra um inimigo invisível, onde a vida tem que ser levada como primordial.

2 - Estado do Pará: Planos e ações educacionais frente à pandemia 2020.

O Pará diante da constatação do número elevado de contaminados pelo Covid-19 que atingia não só as cidades, mas também, os planaltos e os ribeirinhos iniciam o processo de fechamento de vários setores sociais para conter a propagação do vírus e decreta de imediato a suspensão das aulas presenciais e abre providências para planos e ações para o ensino remoto. Muitas ações emergenciais foram efetivadas e com elas várias problemáticas surgiram nesta nova realidade. Considera-se o maior desafio: ter que ensinar (professor) e ter que aprender (aluno) em meio às desigualdades educacionais

Desde o dia 18 de março, as aulas presenciais na rede estadual de ensino foram suspensas em decorrência da Covid-19. Os 575 mil alunos da rede estadual de ensino precisaram se adaptar a uma nova forma de ensino, o remoto. A Seduc - PA, desde então, adotou uma série de métodos para manter uma rotina básica de estudos aos alunos de todas as

modalidades, através do programa "Todos em Casa Pela Educação" para minimizar os impactos durante o período de isolamento social.

Tabela 2 - Decretos e decisões como medidas de enfrentamento ao Covid-19.

Decreto nº 609, de 16/03/2020.	Decreto nº 800, de 31/05/2020.
Dispunha sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Estado do Pará: Suspendeu as aulas até 21 de abril de 2020.	Institui o Projeto RETOMAPARÁ que versa sobre a retomada econômica e social segura, no âmbito do Estado do Pará, por meio da aplicação de medidas de distanciamento controlado e protocolos específicos para reabertura gradual e funcionamento de segmentos de atividades econômicas e sociais.

Fonte: Legislações oficiais do governo do Estado do Pará

Em primeiro momento, temos as decisões: Aulas presenciais suspensas; regime de trabalho remoto; vale alimentação para os alunos da educação básica; férias escolares antecipadas para os professores e alunos; implementação do Projeto todos em Casa pela Educação; capacitação de professores em ferramentas digitais básicas e avançadas dentre outras.

Em segundo momento a partir do projeto RETOMAPARÁ, Notas Técnicas são publicadas em conjunto como Conselho Estadual de Educação (CEE) que traziam em seu bojo orientações para todo o sistema de ensino com relação à retomada das atividades presenciais.

Tabela 3. Síntese das ações consequentes do Projeto RETOMAPARÁ

Aspectos	Ações
Cuidados de Higiene	<ul style="list-style-type: none"> • Higienização dos ambientes escolares, bem como, a higiene e recomendações pessoais.
Ensino	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de atividades remotas dentre as quais: transmissão de aulas pela TV Cultura, Vídeo aulas, redes sociais, canal da SEDUC no You Tube, para casas com exercícios disponíveis no site da SEDUC, criação do SeduCast, dentre outros; • Fornecimento de e-mail a todos os alunos da rede estadual e chips com recarga de internet para os alunos do 3º ano do ensino médio que estavam em preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em janeiro de 2021; • Reorganização do currículo por meio de documento contendo conteúdos mínimos voltados a todos os níveis e modalidades oferecidos na rede;

	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento do registro das atividades da equipe gestora, coordenação pedagógica e professores por meio do relatório de produtividade docente; • Consulta pública Escuta-Pará sobre a retomada das aulas presenciais, no período de 20 a 25/10/2020.
--	---

Fonte: Legislações oficiais do governo do Estado do Pará

Manter os alunos com uma rotina básica de estudos tem sido um grande desafio para as escolas da rede estadual de ensino, desde a suspensão das aulas presenciais, consequência da pandemia do novo coronavírus. Quatro meses depois, diretores, professores e alunos avaliam as diversas alternativas encontradas para amenizar o efeito da pandemia na educação pública estadual.

A garantia da alimentação escolar, a formação dos professores e as estratégias pedagógicas desenvolvidas neste período compõem o movimento “Todos em Casa pela Educação”, criado pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc) para garantir ao aluno o direito mínimo à aprendizagem mesmo no isolamento social.

O uso da tecnologia e da criatividade é o principal desafio para a maioria dos profissionais da educação na busca pela aproximação com os alunos. Segundo a titular da Seduc - PA, Elieth de Fátima Braga, o movimento foi à forma encontrada para dar continuidade ao processo de aprendizagem e efetivar as atividades letivas, pautado na utilização de ferramentas digitais e atividades off-line.

A Seduc - PA proporcionou vários cursos de formação, entre eles o curso de utilização de ferramentas digitais em sala de aula, além de tantas outras iniciativas para os profissionais da educação, afim, de capacitá-los para a operacionalização das necessidades virtuais, porém, não pode fechar os olhos para os desafios e para as condições existenciais de cada realidade.

A primeira ação do movimento foi à transmissão das videoaulas pela TV Cultura, uma opção aos estudantes e um desafio aos professores que tiveram de se reinventar com o auxílio da tecnologia.

Para Casa e SeduCast

As vídeoaulas são auxiliadas pelo “Para Casa”, link acessado no site da Seduc com as atividades semanais para alunos a partir do 4º ano do Ensino Fundamental. Outra ferramenta criada, o SeduCast Pará, já alcançou a marca de 1.639 acessos. Os áudios contêm atividades pedagógicas que permitem a atualização do conhecimento do aluno e discussão sobre temas variados.

Compêndios e atividades estruturantes

A Seduc passou a disponibilizar cadernos de atividades online e impressas para crianças e jovens. As equipes técnicas da Seduc e das escolas produzem o material e repassam aos alunos. Com a ajuda dos professores e das famílias, as atividades pedagógicas são entregues aos estudantes e depois devolvidas para avaliação da aprendizagem.

Embora ainda incerta a data da volta às aulas presenciais em muitos estados e municípios, as escolas ainda não se sentem preparadas para lidar com o retorno dos alunos aos ambientes presenciais, pois não conseguem mensurar o que cada aluno vivenciou durante o período da pandemia e o que pode ter deixado neles quanto aos aspectos sócio emocional causado pelo isolamento e distanciamento escolar. Há ainda o medo da doença, da contaminação. O medo dos adultos influencia diretamente as crianças, portanto teremos que lidar com níveis diferentes de ansiedade, pois as crianças trarão de casa toda uma bagagem do que vivenciaram e vivenciam desde o início da pandemia.

Adequar o ensino significa ter o foco na aprendizagem do que é mais importante, desenvolver as habilidades socioemocionais previstas na BNCC, reorganizar conteúdos de acordo com a nova realidade educacional, rever e adaptar objetivos. Avaliar e criar estratégias de recuperação da aprendizagem, disponibilizar meios tecnológicos e outros recursos de complementação da aprendizagem.

A pandemia acentuou a diferença entre aqueles que tinham mais dificuldades de aprender; exigiu um novo educador, que precisou se reinventar, teve que se adaptar a novas tecnologias, novas metodologias, transformando-se. Agora é preciso estabelecer metas de aprendizagem diferentes para crianças com níveis de aprendizado diferentes.

Tabela 4. Ações e Fluxos para possível Retomada do Ensino Presencial 2020.

	<p>a) organizar, no âmbito de cada unidade escolar, o funcionamento do transporte escolar, utilizado em conjunto com os municípios, evitando aglomerações;</p> <p>b) revisar os planos de curso de cada etapa de ensino, de modo a assegurar formas de alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados à BNCC, sendo que, no caso do Ensino Médio, promover as adequações de conformidade com a matriz do Enem;</p>
--	---

<p>FASE 1</p> <p>Medidas Preliminares</p> <p>22/05</p> <p>A</p> <p>30/06/20</p>	<p>c) definir critérios e mecanismos de avaliação para o ano letivo de 2020, considerando os objetivos de aprendizagem efetivamente cumpridos pelas instituições, de modo a evitar o aumento da reprovação e do abandono escolar;</p> <p>d) mapear junto às Unidades Regionais (USEs e UREs) e escolas, com vistas à definição das possibilidades de cada um, no que tange à determinação das metodologias para atendimento educacional para fins da realização das atividades pedagógicas não presenciais, admitindo-se os meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático digital ou impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos;</p> <p>e) promover oitivas com representações da educação do campo e comunidade escolar, quilombola e indígena, com vistas à definição de calendários específicos e metodologias para os referidos segmentos e que serão inseridas em nota técnica complementar, a ser aprovada em regime de urgência; f) reproduzir, conforme a necessidade, em meio físico e/ou digital os materiais didáticos desenvolvidos pela SEDUC (ação específica da rede pública estadual), para a realização de atividades pedagógicas não presenciais enquanto persistirem restrições sanitárias parciais para presença de estudantes nos ambientes escolares, assim como para a reposição de conteúdos e cargas horárias relativos ao período de paralisação realizadas de forma concomitante ao período das aulas presenciais (as redes municipais e privada deverão organizar para disponibilizar os materiais pedagógicos em conformidade com as metodologias programadas);</p> <p>g) reorganizar o calendário mediante definição do reinício das atividades letivas, com previsão de carga horária de 7,5 horas aula por dia, durante 123 dias letivos ainda restantes, incluindo a reposição de conteúdos e carga horária de forma presencial e não presencial, considerando (previsão a ser confirmada de acordo com os órgãos oficiais):</p>
--	--

h) retomada do ano letivo, a partir de 01 de julho, por meio atividades presenciais e conjunto de atividades não presenciais, nos termos da Resolução CEE/PA 102/2020 e Parecer CNE nº 05/2020, num retorno paulatino à presencialidade de 25%, 50% e 100%, garantindo que da primeira para segunda (de 25% para 50%) e desta para a terceira fase (de 50% para 100%), haja um intervalo de 30 dias entre cada uma (observado o limite de 1,5 m² por aluno); i) realizar treinamento prévio da equipe gestora das escolas para identificação dos sintomas do Covid-19, a ser realizado em parceria com as Secretarias de Saúde e multiplicação do treinamento para os professores, demais servidores e terceirizados;

j) promover o acolhimento e reintegração social dos professores, mediante programa de formação para prepará-los para o trabalho pós pandemia, em todas as suas vertentes;

k) organizar programas de revisão de atividades realizadas antes do período de suspensão das aulas, bem como de eventuais atividades pedagógicas realizadas de forma não presencial, incluindo avaliações diagnósticas dos estudantes;

l) garantir a sistematização e registro de todas as atividades pedagógicas não presenciais, para fins de comprovação e autorização de composição de carga horária por meio das entidades competentes (para as unidades escolares que aderiram ao disposto nas Resoluções CEE/PA nºs 102, 250 e 251 de 2020), bem como promover o ajuste dos sistemas da SEDUC (SIGEP) com vistas à sua adaptação aos parâmetros especiais da situação emergencial de oferta do ensino;

m) planejar as ações de educação para a saúde no contexto da covid-19;7

n) realizar processo de capacitação pedagógica dos professores para utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades remotas;

o) realizar de processo de orientação aos estudantes e suas famílias sobre a utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades remotas;

	<p>p) realizar a limpeza e desinfecção das instalações das unidades escolares, incluindo objetos e áreas abertas;</p> <p>q) planejar as atividades remotas a serem adotadas com vistas à complementação de carga horária das disciplinas a ser promovida paralelamente ao retorno à presencialidade – atividades a serem executadas pelos docentes de cada nível e disciplina.</p>
<p>FASE 2</p> <p>01 A 31/07/20</p> <p>1ª VOLTA</p> <p>Às Aulas</p> <p>Presenciais</p>	<p>* Primeiros 30 dias - retorno paulatino à presencialidade de 25% dos educandos (respeitando os limites e critérios estabelecidos nesta nota técnica), reorganizados proporcionalmente em relação a cada turma.</p> <p>a) realizar o acolhimento e reintegração social dos estudantes e suas famílias como forma de superar os impactos psicológicos do longo período de isolamento social. As atividades de acolhimento devem, na medida do possível, envolver a promoção de diálogos com trocas de experiências sobre o período vivido (considerando as diferentes percepções das diferentes faixas etárias) bem como a organização de apoio pedagógico, de diferentes atividades físicas e de ações de educação alimentar e nutricional, entre outros;</p> <p>b) reorganizar as turmas de modo a respeitar os limites de um quarto dos alunos e os espaços físicos de distanciamento cabíveis, propondo atividades compatíveis com o rodízio dos alunos;</p> <p>c) implementar programas de revisão de atividades realizadas antes do período de suspensão das aulas e de avaliações diagnósticas dos estudantes, com vistas ao aproveitamento das atividades pedagógicas realizadas de forma não presencial;</p> <p>d) adotar metodologias presenciais e não presenciais para integralização de carga horária e atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa educacional que estão expressos por meio das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), matriz do ENEM, no caso do ensino médio, e currículos dos cursos de educação profissional e tecnológica;</p> <p>e) distribuir e orientar os alunos e, quando for o caso, seus familiares, quanto à utilização dos materiais e metodologias propostos para o período de</p>

	progressivo retorno às atividades presenciais, mediante o cumprimento de atividades realizadas de forma concomitante às aulas presenciais.
<p>FASE 3</p> <p>01 A 30/08 /20</p> <p>2ª VOLTA</p> <p>Às Aulas Presenciais</p>	<p>* Segundos 30 dias - retorno paulatino à presencialidade de 50% dos educandos, reorganizados proporcionalmente em relação a cada turma. a) adotar metodologias presenciais e não presenciais para integralização de carga horária e atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa educacional que estão expressos por meio das competências previstas na Base Nacional PROPOSTA DE FLUXO DE RETOMADA DE AULAS PRESENCIAIS Comum Curricular (BNCC)), matriz do ENEM, no caso do ensino médio, e currículos dos cursos de educação profissional e tecnológica;</p> <p>b) distribuir e orientar os alunos e, quando for o caso, seus familiares, quanto à utilização dos materiais e metodologias propostos para o período de progressivo retorno às atividades presenciais, mediante o cumprimento de atividades realizadas de forma concomitante às aulas presenciais.</p>
<p>FASE 4</p> <p>A partir de 01/09/20</p> <p>Retorno Às Aulas Presenciais Atividades Não Presencial de Reposição</p>	<p>*Após 30 dias (lapso temporal sugestivo, que poderá ser adaptado conforme definições das fases anteriores) - retorno à presencialidade de 100% dos educandos. a) adotar metodologias não presenciais limitadas à reposição de conteúdos e cargas horárias (2,5 horas aula por dia), tudo de conformidade com o planejamento, definição de metodologias, materiais e equipamentos, reorganização pedagógica e o calendário escolar devidamente definidos na fase 1.</p>

Fonte: Legislações oficiais do governo do Estado do Pará

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de pesquisas realizadas, verifica-se que pouco mais da metade dos lares têm acesso a uma rede de dados que permite o acesso remoto e, conseqüentemente, participar de aulas remotas. Além disso, houve dificuldades sentidas pelos discentes, quanto à estrutura física inadequada para acompanhar a programação ou com relação ao tempo necessário aos estudos.

Apesar de ainda estar distante o retorno das relações de ensino e aprendizado como aconteciam, as dificuldades que enfrentamos na atualidade pode ser a base para propostas inovadoras, como a integração docente e discente, através de plataformas virtuais, possibilitando aos alunos reverem assuntos ou tirar dúvidas com os professores ou colegas.

A escola, então, estaria aberta à possibilidade de sair de suas restrições espaciais, permitindo agregar às aulas conteúdo virtual gerado em outros centros, algo não considerado como realidade atual.

É claro que essa proposta passaria anteriormente garantir a todos os alunos um mínimo de infraestrutura que permita a interação com os conteúdos disponibilizados nas redes sociais. Com uma estimativa de atingir mais de 7,5 milhões de estudantes do Brasil.

Então! Vem, vem em nossa viagem que transcende o imaginário poético de nossa fauna, flora e recursos hídricos. Vem e vamos exaltar nossas vitórias e descobertas em favor e preservação da vida. Vem, mas não feche os nossos olhos para o rio de lágrimas, formado por vidas alteradas prematuramente.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Elisa Chagas. **DataSenado**: quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante pandemia. 12/08/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durantedepandemia>. Acesso em: 10 set. 2020.

AMAZONAS. **DECRETO N.º 42.061, DE 16 DE MARÇO DE 2020**. Imprensa Oficial do Amazonas. Disponível em:

<http://diario.imprensaoficial.am.gov.br/diariooficial/consultaPublica.do>. Acesso no dia 10/03/2021.

AMAZONAS. **DECRETO N.º 42.087, DE 19 DE MARÇO DE 2020**. Imprensa Oficial do Amazonas. Disponível em:

<http://diario.imprensaoficial.am.gov.br/diariooficial/consultaPublica.do>. Acesso no dia 09/03/2021.

AMAZONAS. **DECRETO N.º 42.145, DE 31 DE MARÇO DE 2020**. Imprensa Oficial do Amazonas. Disponível em:

<http://diario.imprensaoficial.am.gov.br/diariooficial/consultaPublica.do>. Acesso no dia 09/03/2021.

AMAZONAS. **Diretrizes Pedagógicas para o Regime Especial de Aulas não Presenciais. Secretaria de Educação e Desporto, Amazonas, 2020**. Disponível em:

<http://www.educacao.am.gov.br/aula-em-casa/>. Acesso no dia 11/03/2021.

AMAZONAS. Normas Complementares para o Regime Especial de Aulas não Presenciais. Secretaria de Educação e Desporto, Amazonas, 2020. Disponível em:

<http://www.educacao.am.gov.br/aula-em-casa/>. Acesso no dia 12.03.2021.

BENEVIDES, Erika Alvim de Sá, (Coordenadora). **Orientações para prevenção e controle da Covid-19 nos locais de trabalho.** <http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital>. Acesso em 22/07/2020.

BRASIL. Câmara Federal. **Medida Provisória Nº 934, DE 1º de Abril de 2020.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2242413>. Acesso no dia 10/04/2020. CEE-AM.

BRASIL. **Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 de fevereiro de 2020. Seção 1, p. 1.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020.** Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 4 fev. 2020a.. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em: 09 mar. 2021.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução Nº 30/2020. Amazonas, 2020.** Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/aula-em-casa/>. Acesso no dia 11.03.2021.

CONSELHO DO ESTADO DA EDUCAÇÃO/CEE. **NOTA TÉCNICA CONJUNTA CEE/PA-SEDUC Nº 01/2020.**

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. **Manual Sobre Biossegurança Para Reabertura De Escolas No Contexto Da Covid-19.** Rio de Janeiro, Versão 1.0 13 de Julho de 2020. Em <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/manualreabertura.pdf>. Acesso em 10.03.2021.

FRANCO, A. F. et al. **Ponderações sobre o ensino escolar em tempos de quarentena: carta às professoras e professores brasileiros. 2020.** Disponível em: <http://ceved.org.br/arquivo/biblioteca/4050229.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019.** Disponível em: <HTTP://www.ibge.gov.br>, Acesso em 11.03.2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.**

MACKENZIE. **Colégios Mackenzie tomam medidas para retorno das aulas presenciais.** <https://www.mackenzie.br/noticias/artigo/n/a/i/colegios-mackenzie-tomammedidas-para-retorno-das-aulas-presenciais/>. 18/06/2020. Acesso em 22/07/2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO – GABINETE DO MINISTRO. Atinente à Preparação de Condições nas Instituições de Ensino para o Reinício das Aulas. **Instrução Ministerial Nº 01/GM/MINEDH/2020.** República de Moçambique.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica.** <https://www.gov.br/mec/ptbr/assuntos/GuiaderetornodasAtividadesPresenciaisnaEducaoBsica.pdf>. Acesso em 14 out 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica.** <https://www.gov.br/mec/ptbr/assuntos/GuiaderetornodasAtividadesPresenciaisnaEducaoBsica.pdf>. Acesso em 14 out 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução da Diretoria Colegiada nº 222, de 28 de março de 2018.** Que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.

NEDER, Vinicius. IBGE atrasa divulgação da PNAD contínua, primeiro adiamento por causa da pandemia: Por causa da pandemia do novo coronavírus, o IBGE passou a fazer todas as suas pesquisas de forma remota, por telefone, e-mail, ou sistemas online. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 jul. 2020. Economia. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ibge-adia-divulgacao-de-pnad-continua-mensal-do-2-trimestre-de2020-do-dia-29-para6-de-agosto,70003378459>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SANTA CATARINA. **PLANO DE SEGURANÇA SANITÁRIA.** Versão 01 - 25/06/2020 Florianópolis, SC.

CAPÍTULO 23

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO PANDEMICO DA COVID-19

DOI: 10.47402/ed.ep.c202146123959

Francisco Atualpa Ribeiro Filho, Mestre em Filosofia, UFPI, Professor de Filosofia
Jurídica, Faculdade do Cerrado Piauiense-FCP

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir, na perspectiva docente, sobre a implantação da Educação a Distância no Ensino Médio, na cidade de Corrente-PI no contexto pandêmico. Busca-se analisar acerca de quais estratégias foram adotadas pelos órgãos competentes e como os professores se adaptaram a essa nova metodologia de ensino, seja no quesito avaliação de desempenho dos estudantes, seja nas relações interpessoais. Embora existam cursos superiores que utilizam integralmente a Educação a Distância, rotulou-se, no ensino médio, a EaD como modalidade, ou seja, como suporte para a forma tradicional de ensino-aprendizagem e, com isso, se marginalizou à cursos de extensão e projetos causando certa aversão pela comunidade escolar. Nesse sentido, a reflexão que se propõe no trabalho, visa analisar o novo normal (educação não-presencial) frente aos obstáculos como acesso à internet precário ou inexistente e escassez de recursos compatíveis às plataformas digitais. A metodologia foi de cunho misto, mediante a aplicação de questões fechadas e abertas. Constatou-se com o desenho das respostas dos entrevistados a insatisfação e o desânimo frente à maneira como foram impostas as diretrizes, sem suporte técnico ou formativo aos profissionais da educação e aos estudantes no processo de utilização das novas tecnologias na dinâmica didático-pedagógica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a Distância. Ensino Médio. Professor. Pandemia.

1. INTRODUÇÃO

No curso da história houve aproximadamente cerca de onze epidemias, dentre as mais severas se destacam Peste Negra (1347 a 1351), Gripe Espanhola (1918 a 1919), Varíola (século 20), Gripe de Hong Kong (1968), Aids (1981 até hoje), Gripe Suína (2009 a 2010) e a COVID-19 no corrente ano. Esta última pode-se pontuar que “seus impactos ainda são inestimáveis, mas afetam direta e/ou indiretamente a saúde e a economia da população mundial” respingando no ritmo educacional (BRITO et al., 2020, p. 55). Não é exagero falar que muitas transformações ocorreram na evolução civilizatória devido a disseminação de vírus. Por isso, desde às medidas de higiene, distanciamento social, *Home Office* aos novos nichos de mercado, de trabalho e às aulas remotas formam alguns hábitos que foram incorporados na sociedade para a preservação da vida em suas diversas dimensões.

No entanto, o que se percebe no atual cenário pandêmico consiste na falta de

planejamento e suporte para uma mudança abrupta que ocorreu há quatro meses para uma modalidade que, não obstante, seja uma realidade mundial, insiste em confrontar a precariedade tecnológica que muitos estudantes e professores brasileiros enfrentam. A partir disso, o artigo tem como escopo reflexivo discutir na perspectiva docente sobre o impacto dessas mudanças na forma como os professores lecionam e a repercussão no rendimento dos estudantes, nas relações interpessoais, e na formação para o uso de práticas-pedagógicas ativas no município de Corrente-PI, localizada a aproximadamente novecentos quilômetros da capital Teresina, tendo uma população equivalente cerca de trinta mil habitantes.

Adotou-se uma metodologia mista, na qual dialoga-se entre questões abertas e fechadas, tendo diagnósticos: i) objetivo, acerca de problemas como as estratégias avaliativas e a postura dos professores perante a EaD e ii) subjetivo, sobre temáticas que envolvem a repercussão dessas transformações no âmbito emocional do docente. Assim, analisou-se dispositivos legais a nível nacional e estadual, a fim de apresentar as estratégias estabelecidas pelos órgãos competentes a essa forma emergente de ensino. A partir das fragilidades impostas aos envolvidos (familiares, professores e estudantes) e com as constatações dos relatos, pode-se sugerir ações que atenuem essas problemáticas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A Portaria nº 343 em 17 de março de 2020 o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Porém, o documento apresenta inconsistências e não atende as singularidades da educação brasileira, não dispõe diretrizes que norteiem estados e municípios na condução dessas medidas. Diante disso, o Conselho Nacional de Educação (CNE) amparado pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 que autoriza a realização de atividades a distância nos diversos níveis de ensino, pela Lei nº 9.394/96 em seus artigos 32 § 4º, 36 § 11 e pela Lei nº 13.415/2017 que estabelece a BNCC emitiu uma Nota de Esclarecimento no referido mês, estimulando o início das atividades a distância. Todavia, a ausência de um estudo detalhado apontando riscos e a oferta de recursos destinados à execução de atividades em *Home Office*, em *Home Study*, ou seja, a omissão dos órgãos federais em amparar gestores, coordenadores, professores e estudantes.

Coube ao Banco Mundial (*World Bank Group Education*) em 25 de março de 2020 propor o estudo – *Políticas educacionais na pandemia do COVID-19: o que o Brasil pode aprender com o resto mundo?* Com essa pesquisa, a organização, indicou alguns fatores de risco

para o fechamento escolar prolongado como os impactos socioeconômicos elevados, a falta de merenda escolar, efeitos negativos na aprendizagem, obstáculos de implementação da educação a distância, além de possivelmente aumentar o abandono de alunos com menor tendência de ficar na escola em condições normais. Tal análise esclarece que o fechamento da escola pode significar interrupção do processo de aprendizagem principalmente para crianças com alta vulnerabilidade, ou seja, a substituição de aulas presenciais por aulas por mediação tecnológica deveria democratizar o acesso aos instrumentos de ensino-aprendizagem.

Sob pressão popular, dos órgãos educacionais de estados, municípios, sindicais e ignorando o referido estudo, em 20 de abril o CNE formulou uma proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não-presenciais durante o período de pandemia da COVID-19. Dessa forma, o parecer regulamenta algumas diretrizes para o ensino remoto, dentre elas se destacam:

a elaboração de sequências dicas construídas em consonância com as habilidades e competências preconizadas por cada área de conhecimento na BNCC; a distribuição de vídeos educativos (de curta duração) por meio de plataformas on-line, mas sem a necessidade de conexão simultânea seguidos de atividades a serem realizadas com a supervisão dos pais; Realização de testes on-line ou por meio de material impresso a serem entregues ao final do período de suspensão das aulas; e utilização de mídias sociais de longo alcance (*WhatsApp, Facebook, Instagram* etc.) para estimular e orientar os estudos, desde que observadas as idades mínimas para o uso de cada uma dessas redes sociais (BRASIL, 2020).

Diante disso, o sistema estadual de educação piauiense foi mais célere quanto às diretrizes para as aulas remotas. Com a Resolução nº 061/2020 pelo CEE/PI (Conselho Estadual de Educação do Piauí) estabeleceu sobre o regime especial de aulas a para Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Piauí, em caráter de excepcionalidade e temporalidade, visando proteger os profissionais, estudantes e aplacar o contágio ocasionado pelo Novo Coronavírus. Dessa maneira, a Portaria-SEDUC-PI nº 115/2020 institui Comitê responsável pela definição das estratégias e diretrizes sobre o regime especial de aulas remotas. Com isso, a SEDUC-PI orientou a utilização das plataformas desenvolvidas pela Gerência de Tecnologia da Informação (GTI) da própria rede estadual de educação como expressa o item 12:

Durante período de estudos domiciliares, os conteúdos e atividades desenvolvidas pelos professores deverão ser registradas no Diário Online ISEDUC (Plataforma já desenvolvida pela GTI/SEDUC com as novas abas contemplando este Plano de Ação Pedagógica). O sistema permite que o professor possa postar o material de apoio e atividades para os alunos de sua turma (PIAUI, 2020).

Esse plano apresenta, inclusive, sugestões de atividades e projetos para serem desenvolvidas nesse período. Nessa perspectiva que Moreira, Henriques e Barros (2020, p. 353,

grifo dos autores) esclarecem que “é muito importante elaborar um plano, por exemplo, um *Guia Pedagógico Semanal* (GPS), onde os estudantes possam consultar todas as informações e orientações necessárias para acompanhar as aulas online”. Os autores falam em criar uma educação virtual com vistas de ultrapassar a utilização das ferramentas tecnológicas como redes sociais e aplicativos de videoconferência como transmissores de conteúdo.

Santos Junior e Monteiro (2020) comungam acerca do processo de ensino-aprendizagem que consiste em caminhar para sua adaptação, utilizando ferramentas assimétricas como o *Google Classroom* e o aplicativo *ZOOM* como síncrona, esclarecendo seus recursos eficazes na mediação remota. Entretanto, ressaltam que para a integração desses mecanismos é necessária uma formação tecnológica inclusiva de professores, pais e/ou responsáveis e estudantes. Assim, com a evolução das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) o ensino virtual acompanhou as transformações sociais, possibilitando o desenvolvimento de novas coreografias de ensino-aprendizagem como a utilização do celular, caso haja planejamento, para fins didáticos.

Contudo, como habituar os estudantes a acompanharem o GPS em um cenário, onde tais estudantes não possuem as condições mínimas de subsistência ou muitas famílias possuem apenas um aparelho celular? E quanto aos discentes das comunidades rurais que devem se deslocar à cidade para acessar as atividades? Ou ainda, como manter certa frequência de encontros nesses veículos midiáticos se não há consistência na rede de transmissão de internet? Frente a isso, ao ignorar a realidade, que segundo o IBGE (2018) um em cada quatro brasileiros não tem acesso à internet ou aparelhos compatíveis com os *softwares*, o governo federal e, por sua vez os órgãos competentes do estado do Piauí segregam essa significativa parcela estudantil.

Desse modo, professores se veem no limbo, tendo que sofrer mais uma vez, ou seja, além da obrigação de adaptar o planejamento semestral – previsto para o ensino regular – em um curto espaço de tempo, outros sofrem devido à falta de conhecimento computacional. Por não haver acompanhamento e capacitações para o manuseio dessas plataformas, muitos professores optam e depositam conteúdos em grupos no *WhatsApp*. Portanto, esses obstáculos demonstram as fragilidades do sistema educacional piauiense e, por extensão, o brasileiro.

Berg, Vestena e Costa-Lobo (2020) advertem que aplicar métodos tradicionais de ensino às ferramentas virtuais causa certa fragilização da aprendizagem devido à falta de engajamento das atividades no cenário das novas tecnologias, ou seja, não atrai os estudantes.

Diante disso, as aulas não-presenciais exigem responsabilidade compartilhada dos pais e/ou responsáveis e dos próprios estudantes que por vezes se frustram devido a inexperiência no manuseio ou sobrecarga em consequência do convívio excessivo no ambiente virtual. Desse modo, é imperativo, conforme os autores, a implementação de uma Pedagogia Social em diálogo com a criatividade e a autonomia para a promoção de uma educação a distância que fortaleça os laços afetivos e o desenvolvimento da emancipação intelectual dos envolvidos.

Oliveira, Santos (2020) e Silva (2020) convergem quanto à autonomia do estudante no uso dos múltiplos recursos tecnológicos como instrumentos para o processo de democratização da aprendizagem e a criação de estratégias no fomento da capacidade crítica dos estudantes. Com isso, mediante as novas plataformas virtuais os professores, segundo os pesquisadores, podem alcançar maior número de discentes e promover conhecimento para aqueles que estão distantes das instituições de ensino presencial ou não podem estudar em horários pré-definidos.

As novas coreografias de aprendizagem no âmbito virtual encontram nas metodologias ativas, tendo a sala de aula invertida proposta por Bergmann e Sams (2019), como ferramentas para o desenvolvimento de novas experiências de aprendizagem, não somente aos educandos, mas sobretudo aos professores. Os autores esclarecem que “os estudantes, hoje, dispõem de ampla variedade de meios para criar conteúdo e para demonstrar a compreensão de vários tópicos” (BERGMANN; SAMS, 2019, p. 46). Porém, alertam aos professores que fiquem atentos às necessidades dos discentes, não negligenciem a individualidade, a performance e as potencialidades de cada educando. Sendo assim, torna-se inviável o retorno ao método discursivo tradicional, haja vista que essa inversão fala a língua do estudante de hoje.

Entretanto, Gomes et al. (2020) defendem que para a implementação de um sistema educacional à distância de qualidade e equitativo, seria necessário o investimento massivo em políticas públicas para sanar primeiramente outras desigualdades, como a má distribuição de renda, saneamento básico, alimentação, democratização do acesso à internet e, assim, poder-se-ia pensar em implementar metodologias ativas aplicadas à educação. Nesse sentido, “a educação de sociedades desiguais se recolhe às casas de quem a tem, com os equipamentos de que dispõem, a estratificar mais ainda as conhecidas disparidades escolares” (GOMES et al. 2020, p. 2). Assim, o sistema educacional foi surpreendido, sobretudo em países emergentes, que mediante o contexto pandêmico, expôs os abismos socioeconômicos.

Diante disso, Martins (2020) analisa criticamente a repercussão acerca do mal-estar que paira sobre grande parte da população quanto a modalidade EaD. Embora discuta-se sobre os

benefícios das ferramentas tecnológicas, deve-se pontuar acerca da ressignificação do paradigma educacional pós-pandemia e refletir sobre os conceitos de ensino e distância. O referido autor ressalta que o atual contexto possibilitou o diagnóstico de uma desigualdade já previsível, a digital. Não obstante as dificuldades existentes ele trabalha com a hipótese de que “no paradigma educacional pós-Covid19, a divisão entre educação a distância e educação presencial perderá o significado e que o novo ‘normal’ será a educação mediada por recursos educacionais digitais” (MARTINS, 2020, p. 245). Dessa forma, a população leiga vê como normal a educação presencial, tendo em vista a não implementação de uma Política Educacional que investisse em práticas pedagógicas amparadas pelos expedientes tecnológicos, assim, o desprestígio e desânimo diante do ensino-aprendizagem por mediação digital se tornou inexequível em grande parcela da comunidade escolar.

Nessa perspectiva, o vírus não infectou somente milhares de pessoas ao redor do mundo, mas paradigmas e conhecimentos disciplinares. A EaD desde a sua gênese e seu marco regulatório na LDB, artigo 80, não houve uma tentativa de consolidá-la como metodologia de ensino, mas como modalidade, proposta de cursos, ferramenta de suporte, deslegitimando conceitual e pedagogicamente sua eficácia. Todavia, apesar da órbita regulatória e de seus marcos legais não constituírem a EaD como um sistema educacional, conferindo-o status marginal perante a normalidade presencial, o cenário pós-Covid-19 impulsionou o descarte dessa cisão presencial/distância. Diante disso, Martins esclarece que

no âmbito internacional, as universidades estão, de forma acelerada, abandonando a divisão Presencial vs. EaD. O *Blended Learning*, por exemplo, ganhou destaque e está permitindo que comunidades acadêmicas alcem voos cada vez mais altos. Estávamos nós, envolvidos em atividades rotineiras e, bem rápido, muitos dos problemas e dilemas que pareciam extremamente relevantes viraram pó. A pandemia infectou milhões, nos fez lembrar de nossas fragilidades e do que é essencial. Infectou, também, e de forma mortal, dogmas, certezas e comportamentos naturalizados sem razão de ser. Temos outro contexto, agora, e para continuarmos a ensinar-aprender teremos que construir novas bases de relacionamento entre professores, estudantes e escolas/universidades (MARTINS, 2020, p. 250-251).

Frente a isso e em meio a uma avalanche informacional a EaD migrou de um estágio secundário, isto é, de suporte ao sistema presencial, para assumir a categoria de novo normal, *status* este que não irá retroceder. Com isso, para que o Sistema Educacional Híbrido se consolide, tem-se que haver substancial investimento na infraestrutura das instituições de ensino, reestruturação das legislações e oferta de cursos formativos sobre a utilização dessas tecnologias a todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (família, professores e estudantes), com o intuito de estimular o desenvolvimento de competências e habilidades.

3. METODOLOGIA

Tornou-se consensual no meio acadêmico que o conceito de metodologia consiste em um conjunto de procedimentos que possibilitará descrever/interpretar/explicar/predizer a realidade. Dessa forma, o caminho metodológico que permitiu a construção dessa pesquisa teve como *leitmotiv* compreender a passagem da educação presencial para uma abordagem não-presencial e quais foram os desafios que os professores enfrentaram frente a esse novo normal na cidade de Corrente-PI. A pesquisa apresenta um diagnóstico acerca da implementação desse sistema educacional, que está em fase de construção, através de uma amostragem que utilizou o multimétodo (métodos mistos) como fio condutor para a obtenção de seus resultados.

Adotou-se para a realização da pesquisa cinco etapas: 1) Conversa e coleta de informações sobre os procedimentos pedagógicos com a 15ª Regional de Educação; 2) Elaboração e aplicação de questões por meio do *Google Forms* aos professores da Rede Estadual do Piauí na cidade de Corrente com direcionamento por e-mail e redes sociais; 3) Análise crítica das diretrizes e dispositivos legais que foram propostos no processo de transição entre as atividades presenciais e virtuais; 4) Pesquisa e análise crítico-reflexiva sobre os obstáculos que professores e estudantes enfrentam no contexto pandêmico na literatura EaD e 5) Compilação e discussão dos posicionamentos de setenta e três professores – atualmente o município conta com um efetivo – entre celetistas e concursados – de duzentos e um docentes.

Acerca dos artifícios utilizados para entrevistar os partícipes da pesquisa, Paranhos et al. (2016) elucida que “as técnicas qualitativas, como entrevistas abertas, fornecem informações sobre a própria fala dos entrevistados, oferecendo diferentes perspectivas sobre o tema e delineando os aspectos subjetivos do fenômeno” (PARANHOS et al., 2016, p. 389). Nesse sentido, perante a complementariedade e interdependência entre os procedimentos de pesquisa, a entrevista contou com quatro perguntas objetivas e uma de cunho subjetivo e facultativa. A discussão que segue apresenta as constatações acerca da vivência dos professores durante o processo de inserção nas plataformas digitais para lecionarem. Portanto, no último quesito foi facultado aos professores a opção de não responderem, conferindo mais liberdade aos envolvidos.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Buscou-se entender o panorama que levasse a uma conclusão sobre os desafios, limites e efeitos na educação devido à pandemia causado pelo COVID-19. Tem-se o primeiro questionário, cujo objetivo foi o de refletir acerca da condição de professor da rede estadual de ensino piauiense e se o docente consideraria a Educação a Distância como um sistema viável para lecionar em tempo integral. Dos entrevistados 19,2% responderam que não, pois os estudantes nessa faixa etária não possuem maturidade para esse tipo de ensino. Enquanto que 38,4% afirmaram que talvez, caso houvesse uma política nacional que oferecesse acesso à internet. Já 42,4% escolheram como resposta ser impossível no atual cenário de crise sanitária, econômica e política que vivemos. Com isso, percebe-se que a maior parte dos professores consideram uma realidade ainda distante, para lecionar em tempo integral no sistema EaD, diante das limitações vivenciadas nesse período.

Quanto à qualidade do sistema EaD em Corrente-PI, 69,9% responderam ser precário, pois a internet é de péssima qualidade e, desse modo, os estudantes não possuem as mínimas condições para acompanhar as aulas remotas, tendo em vista a escassez de recursos tecnológicos. O percentual de 24,7% considera regular, pois alegam que os estudantes têm dificuldade de acesso à internet e muitos não possuem computadores, celulares, *tablets* ou possuem eletricidade onde residem. E apenas 5,4%, considera ótima ou boa, haja vista que os alunos teriam aparatos de suporte, apesar das dificuldades de acesso à internet. Constata-se que a metodologia EaD foi imposta, e não houve qualquer forma de planejamento para atenuar as desigualdades diante dos obstáculos apresentadas por Huang (2020), ou seja, para a elaboração de um espaço de aprendizagem colaborativo que proporcione um ambiente de – *actively contributing to knowledge building* – troca de conhecimento não-presencial ativo.

Os professores se posicionaram acerca da Educação a Distância como ferramenta de ensino-aprendizagem para os estudantes na execução de projetos, aperfeiçoamento de competências e habilidades. Para 46,6% dos entrevistados SIM, a veem ainda como suporte ao ensino tido como normal. Enquanto que 34,2% afirmaram que NÃO e 19,2% replicaram que TALVEZ. Percebe-se que os entrevistados reconhecem a importância da EaD, no entanto, uma parcela significativa dos docentes não absorveu a noção de novo normal (Sistema Híbrido de Ensino e Metodologias Ativas de Aprendizagem), ainda persiste a ideia de que tudo irá voltar ao antigo normal (a utilização de aulas presenciais) como destacou Martins (2020).

No quarto questionário buscou-se perceber como os professores tem enfrentado essa modalidade de ensino no requisito avaliação (atividades, testes, seminários, resumos, pesquisas) e estimar a performance dos estudantes. Diante disso, 58,9% consideram a forma de avaliação insuficiente devido os estudantes burlarem (copiando da internet) as atividades propostas favorecendo a cultura do plágio e da ausência de senso crítico. Já 31,5% pontuaram como precária, pois não possuem as ferramentas necessárias para avaliar de forma consistente a evolução da aprendizagem dos estudantes. E ainda, 9,6% ponderam ser satisfatória, pois ampliaram-se as possibilidades avaliativas, haja vista a diversidade de ferramentas que as plataformas oferecem.

Verifica-se, diante disso, a migração dos instrumentos no sistema de avaliação da modalidade presencial, o que demonstra falta de maturidade dos estudantes e a persistência de vícios nas plataformas digitais de uma metodologia quantitativa que nutre cacoetes conteudistas. Isso comprova mais uma vez que os professores continuam utilizando metodologias tradicionais e que não foram capacitados para lecionarem nessas plataformas. Significou, ainda, que os entrevistados consideram a forma avaliativa ineficaz, pois, percebem a manutenção de uma cultura que estimula o “Ctrl + C/Ctrl + V”. Entretanto, a falta de criatividade por parte dos docentes em não conduzirem suas aulas com objetivos pautados ao estímulo à elaboração e execução de projetos, passa ser um fator potencializador para a aversão dos estudantes às plataformas digitais. Assim, o investimento de cursos de formação aos docentes, tendo como base o ensino-aprendizagem mediante a realização de projetos pode ser uma estratégia para cultivar nos educandos habilidades necessárias ao desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo, objetivo este, elencado nas diretrizes nacionais.

No quinto e último questionário foi analisado a interação nas redes sociais (*Chats, WhastsApp, Instagram e Facebook*) no relacionamento interpessoal professor-aluno. Com o percentual de 12,3% alguns afirmaram que melhorou, devido os estudantes se sentirem mais confortáveis para falarem de suas dificuldades de aprendizagem. Enquanto que 17,8% responderam ser limitada, pois professor e estudante não conseguem interagir devido a precariedade de acesso à internet. Com um percentual acentuado, 37% consideram insuficiente essa modalidade de ensino no quesito relacionamento, impedindo que o professor e estudante nutram relações mais consistente de empatia e troca de conhecimento. E ainda 32,9% replicaram que as relações por vezes apresentam níveis de estresse maiores devido à sobrecarga de informação e cobranças por parte da coordenação pedagógica.

Por fim, a entrevista oportunizou um tópico para comentários e reflexões dos professores sobre o Ensino a Distância. Nesse sentido, para conferir coerência com a abordagem metodológica, na qual os entrevistados são partícipes da pesquisa, faz-se necessário transcrever e analisar alguns desses comentários. Determinado professor pontuou que: “No caso de Corrente a situação da modalidade de educação EaD é triste, pois tem localidade no interior que não tem energia elétrica, tampouco internet. Como falar em Educação à Distância para um aluno que mora num lugar desse?” Observa-se a precarização do ensino e a falta de investimento inclusive de formação aos professores.

Outra docente relatou que foi: “Muito estressante. O gasto de energia é bem maior, sem falar as tensões. Estou muito angustiada e cansada. A internet não ajuda”. Portanto, o que se percebe nesse comentário consiste num fenômeno que afeta muitos profissionais da educação, ou seja, como não há acompanhamento e suporte de tutores ou monitores, os professores se veem na obrigação, de compensarem a situação conflitante que se vivencia, estendendo o horário para mitigar as dúvidas dos educandos em horários opostos, incluindo os finais de semana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas constatações emerge um diagnóstico desolador, perante uma cultura educacional que insiste em cultivar uma metodologia livresca e tecnicista, onde reintegra-se ao paradigma positivista. A ausência de suporte aos professores piauienses, e de um investimento massivo em recursos tecnológico, formação e suporte técnico aos envolvidos no processo educacional dificultou a adaptação nessa nova realidade. Diante disso, a pesquisa revela que os obstáculos apresentados inflaram a demanda de trabalho docente, pois, agora cabe aos professores se reinventarem para adotar o novo normal (educação não-presencial) e, ainda, desempenharem uma atuação que evidencie resultados.

Além das múltiplas intempéries como a internet de péssima qualidade, oscilação ou ausência na distribuição de energia elétrica e incompatibilidade entre as mídias ofertadas pelo governo e os recursos que professores e estudantes dispõem, os docentes devem manter sua saúde mental. Todavia, esses fatores geram tensão e estresse aos professores que precisaram se adaptar a essa nova realidade sob pressão e sem nenhum tipo de treinamento ou suporte psicopedagógico, educacional ou técnico. Dessa maneira, entre os relatos houve ainda falas que implicaram uma sobrecarga de trabalho, no qual tinham como agravante as ameaças de cortes salariais, caso não fossem ministradas as aulas de acordo com o estabelecido nas diretrizes.

Como explicam Lucena e Freitas (2020) que embora não haja a superlotação, falta de ar condicionado e o barulho da sala presencial, na modalidade não-presencial persiste alguns fatores estressores como a ineficácia e ausência de uma prática pedagógica que nutra a criticidade, o fluxo de mensagens intenso nas redes sociais, *cyberbullying*, dentre outros. Tal situação faz com que os docentes se “sintam desvalorizados, desrespeitados e muitas vezes culpabilizados, por não darem conta de abarcar todas as funções que lhe são impostas e que extrapolam a mediação do processo de conhecimento do aluno e amplia-se a missão do profissional para além da sala de aula”, seja virtual ou não, a fim de assegurar maior integração entre escola e comunidade (LUCENA; FREITAS, 2020, p. 141).

Vale ressaltar a dificuldade que os professores enfrentam em otimizar suas aulas para manter a atenção dos estudantes, haja vista que durante a graduação não houve essa abordagem. Esta fragilidade pode ser objeto de estudos posteriores para a inclusão de disciplinas em cursos que contemplem em seu currículo uma didática-pedagógica no ambiente virtual. Assim, resta aos docentes a apreensão frente ao caos pandêmico, a incerteza salarial, o cansaço físico e emocional intensificado pela elaboração de aulas, acompanhamento dos fóruns, tira-dúvidas constante que afeta inclusive no convívio familiar.

Algumas ações poderiam ser realizadas para atenuar essas limitações como por meio de um programa iniciação científica, o Estado (nível federal ou estadual) poderia ofertar bolsas aos estudantes que obtivessem melhor desenvoltura nas plataformas digitais para serem monitores, e, com isso, iriam auxiliar professores e colegas. Ademais, outra atividade exequível seria através de transmissões radiofônicas em formato de *podcasts* fazendo uso de aplicativos que permitem gravações simultâneas mesmo que os participantes estejam em locais distintos. Ou seja, estudantes, com a colaboração dos professores, convidariam universitários dos mais diversos cursos para conversarem e partilharem medos, frustrações, anseios e projetos, a fim de que possam refletir sobre sua vocação e inspirar outros estudantes a se descobrirem. Portanto, ao respirar novos ares, cabe ao Poder Público despoluí-lo e reinventar o sistema educacional de ensino-aprendizagem que, hoje, assume uma nova configuração.

REFERÊNCIAS

BERG, J.; BLUM VESTENA, C. L.; COSTA-LOBO, C. Criatividade e Autonomia em Tempo de Pandemia: Ensaio Teórico a partir da Pedagogia Social. In: **Revista Internacional de Educación para la Justicia Social**, v. 9, n. 3, 19 may 2020. Disponível em: <https://revistas.uam.es/riejs/article/download/12180/12056>. Acesso em: 16 jul 2020.

BANCO MUNDIAL. World Bank Group Education. 25 de Mar. de 2020. Políticas

educacionais na pandemia do COVID-19: o que o Brasil pode aprender com o resto mundo? Acesso em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-education-policy-covid-19-coronavirus-pandemic>. Disponível em: 16 JUL. 2020.

BRASIL. Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 16 jul. 2020

_____. Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: **Portal da Legislação**, Brasília, 25 mai. 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html>. Acesso em: 16 jul 2020.

_____. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. In: **Portal da Legislação**, Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 16 jul 2020.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: **Portal da Legislação**, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 jul 2020.

BRITO, Sávio Breno Pires et al. Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI. In: **Revista em debate: sociedade, ciência & tecnologia**. Vigil. sanit. debate 2020; 8 (2): 54-63. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1531/1148>. Acesso em: 16 jul. 2020.

GOMES, C. A.; OLIVEIRA E SÁ, S.; VÁZQUEZ-JUSTO, E.; COSTA-LOBO, C. A Covid-19 e o Direito à Educação. In: **Revista Internacional de Educación para la Justicia Social**, v. 9, n. 3, 17 may 2020. Disponível em: <https://revistas.uam.es/riejs/article/view/12176>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HUANG, R. H., et al. Handbook on facilitating flexible learning during educational disruption: The chinese experience in maintaining undisrupted learning in covid-19 outbreak. In: **Institute of Beijing Normal University**. Disponível em: <http://www.alecso.org/nsite/images/pdf/1-4-2.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD. 2018**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=acesso%20a%20internet&searchphra>

se=all. Acesso em: 16 jul. 2020.

LUCENA, H. C.; FREITAS, C. S. C.. Estratégias de enfrentamento utilizadas por professores do ensino médio em situação de estresse. In: Revista Educação, Psicologia e Interfaces, v. 4, n. 2, p. 135-149, abr/jun. 2020: Disponível em: <file:///D:/Download/234-Texto%20do%20artigo-1162-1-10-20200502.pdf> Acesso em: 16 jul 2020.

MARTINS, R. X.. A COVID-19 e o fim da educação a distância: um ensaio. In: **Em Rede: Revista de Educação a Distância**. 2020, v. 7, n. 1. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/620>. Acesso em: 16 jul 2020.

MOREIRA, J. A. M.; HENRIQUES, Susana; BARROS, Daniela. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. In: **Dialogia**, São Paulo, n. 34, p. 351-364, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/9756>. Acesso em: 16 jul. 2020.

OLIVEIRA, F.A.; DOS SANTOS, A.M.S. Construção do Conhecimento na Educação a Distância: Descortinando as Potencialidades da EaD no Brasil. In: **EaD em Foco**, v. 10, 2020. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/799>. Acesso em: 16 jul 2020.

PARANHOS, Ranulfo et al. Uma introdução aos métodos mistos. In: **Sociologias**, ano 18, n. 42, mai/ago, 2016, p. 384-411. Disponível em: http://ww.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000200384&lng. Acesso em: 16 jul 2020.

PIAUÍ. **Secretaria Estadual de Educação. Portaria n. 115/2020, 26 de março de 2020**. Institui Comitê responsável pela definição das estratégias e diretrizes sobre o regime especial de aulas da Rede Estadual de Ensino do Piauí, durante a vigência do Decreto que as suspende, no ambiente escolar, como medida preventiva à disseminação da doença COVID-19 e dá outras providências. Teresina, SEDUC, 2020. Disponível em: https://www.seduc.pi.gov.br/download/arquivos/normativas/normativa_1452089989.sei_gov_pi_-_0281428_-_seduc_portaria_gse_adm_comite_covid.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. **Resolução n. Resolução CEE/PI nº 061/2020**. Dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais para Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Piauí, em caráter de excepcionalidade e temporalidade, enquanto permanecerem as medidas de isolamento previstas pelas autoridades sanitárias na prevenção e combate ao Novo Coronavírus – SARS-Cov2. Teresina, SEDUC, 2020. Disponível em: <http://www.ceepi.pro.br/Resolu%C3%A7%C3%B5es%20%20%202020/2020%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20061.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

SANTOS JUNIOR, V. B. dos; MONTEIRO, J. C. da S. Educação e COVID-19: as tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia. In: **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, p. 01-15, jan./dez. 2020. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8583>. Acesso em: 16 jul. 2020.

SILVA, Wanderley da. **Autonomia e Educação no Ciberespaço**. Editora Appris, 2020.

CAPÍTULO 24

USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS IDOSAS FRENTE À PANDEMIA COVID-19

DOI: 10.47402/ed.ep.c202151924959

Luciane Meotti de Andrade, Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade de Passo Fundo, RS, Bolsista CNPq/UPF.

Marilene Rodrigues Portella, Professor Titular III do Instituto de Ciências Biológicas, Docente do Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano - PPGEH, Universidade de Passo Fundo, RS

RESUMO

A pandemia COVID-19, que teve impacto negativo no mundo todo, é prejudicial principalmente para a população idosa. Para minimizar a propagação do vírus, foram adotadas medidas preventivas como bloqueios, quarentenas e distanciamento social. Para que os idosos possam continuar se comunicando com seus amigos e familiares e manter a saúde mental, eles passaram a fazer uso das tecnologias da informação. O estudo teve por objetivo identificar as possibilidades de uso da tecnologia da informação na promoção da saúde mental dos idosos no contexto da pandemia. Realizou-se uma pesquisa de revisão integrativa da literatura, com buscas nas bases de dados BVS, Pubcovid19 e PubMed, utilizando os descritores idoso, saúde mental, coronavírus e tecnologia da informação, sendo publicados entre os anos 2019 e 2021. Foram selecionados sete artigos que atenderem os critérios de inclusão estabelecidos previamente. Resultados indicam que o uso das tecnologias de informação e comunicação ajudam a melhorar a saúde mental da população idosa, visto que reduzem os sentimentos de angústia, solidão e isolamento social. Além disso, possibilitam mais interações com outras pessoas, fortalecendo o sentimento de autonomia. Ainda, as intervenções precisam ser adaptadas dependendo da necessidade da pessoa idosa, recursos tecnológicos disponíveis, avaliação do grau de solidão e o risco de depressão. A comunicação online se mostra útil durante a pandemia da COVID-19 para muitas famílias que estão geograficamente e ou socialmente distantes e, para os profissionais de saúde, uma estratégia de cuidado em saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: idoso; coronavírus; saúde mental; tecnologia da informação.

INTRODUÇÃO

O novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2 (Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus 2), chegou ao conhecimento da população em dezembro de 2019, inicialmente com casos em Wuhan, na China. Em março de 2020, três meses depois, a Organização Mundial da Saúde (OMS) já havia declarado Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em todo o mundo (MONTEIRO; DE FIGUEIREDO; CAYANA, 2021).

A pandemia tem forte efeito negativo na saúde pública, pois impõe ameaças e desafios

sem precedentes para os serviços de saúde, no contexto mundial. Por tratar-se de uma doença inédita, nunca antes enfrentada por pacientes, médicos ou cientistas, de alta transmissibilidade e contágio, sem tratamento efetivo, desde o início da pandemia a OMS estabeleceu medidas preventivas, incluindo bloqueios, quarentena e distanciamento social para reduzir a propagação viral (HAMMERSCHMIDT; SANTANA, 2020).

Antes do surgimento do coronavírus, a solidão e o isolamento social entre idosos era um importante problema de saúde pública no Brasil (MORI, 2019) e na comunidade internacional, ganhando reconhecimento como prejudicial à qualidade de vida e causador de mortalidade prematura (SMITH; STEINMAN; CASEY, 2020). A pandemia COVID-19 continuará a exacerbar o isolamento social, a solidão e os problemas de saúde relacionados aos idosos (DALY *et al.*, 2021).

Estudos apontam que os idosos, compreendidos como pessoas na faixa etária de 60 anos ou mais, estão mais propensos ao agravamento da saúde em função da COVID-19, principalmente se apresentam doenças crônicas e comorbidades, uma vez que esses fatores podem atrapalhar o enfrentamento da doença (MEO *et al.* 2020). Conforme dados epidemiológicos, pessoas com 80 anos ou mais correm mais risco de ir a óbito ao contrair a doença (HAMMERSCHMIDT; SANTANA, 2020).

Reconhecendo que o distanciamento social é uma medida eficaz e que merece ser respeitada, profissionais da saúde precisam pensar em estratégias que, mesmo respeitando as barreiras físicas, aproximem as conexões virtuais com os idosos. Como medidas aliadas nesse momento pandêmico, estão as tecnologias da comunicação e informação (HAMMERSCHMIDT; SANTANA, 2020).

O distanciamento social, embora seja eficiente para evitar novas contaminações, pode acarretar prejuízo à saúde mental dos mais velhos. Sentimentos de solidão e abandono se fazem presentes entre essas pessoas que passam mais tempo sozinhas, resultando um risco para a saúde física e mental (MORI, 2019; SHER, 2020). O direito à equidade dos idosos deve ser mantido durante a pandemia COVID-19. É necessário atender suas necessidades físicas e psicológicas (SILVA *et al.*, 2020).

Assim, surge a necessidade de novas formas de intervenções voltadas à saúde mental e bem-estar dos idosos em tempos de pandemia. Elas devem ser eficazes e, ao mesmo tempo, remotas, respeitando o distanciamento social imposto pelas diretrizes da Organização Mundial da Saúde, como forma de desacelerar a propagação do vírus. Profissionais da saúde tentam

integrar as novas tecnologias da informação (por exemplo, uso de celulares, videoconferências em diferentes plataformas digitais) no cotidiano dos idosos, como ferramenta que fornece suporte social para aqueles que ficam em casa, a fim de que não se sintam tão solitários (MARLENE *et al.* 2020).

A sociedade, cada vez mais, está conectando-se às mídias digitais e buscando informações e comunicação por meio de computadores, celulares, televisores, tablets, entre outros. Isso configura uma forma de facilitação do enfrentamento de situações como a da pandemia, quando idosos se vêem isolados e podem, através dessas ferramentas, verem seus familiares, buscarem atendimentos voltados à saúde, ter conversas interativas com outras pessoas e acesso à informação (COELHO *et al.*, 2020). Assim, o estudo tem por objetivo identificar as possibilidades de uso da tecnologia da informação na promoção da saúde mental dos idosos no contexto da pandemia.

METODOLOGIA

Caracteriza-se como um estudo de revisão de literatura, que proporciona o aprofundamento do tema estudado, visto que engloba e sintetiza resultados de pesquisas sobre o assunto de forma ordenada.

A pergunta norteadora que direcionou o estudo foi: “Como a literatura aborda as novas tecnologias de informação voltadas à saúde mental dos idosos durante a pandemia COVID-19?”. Como critérios de inclusão, foram considerados estudos na forma de texto completo; a temática ser correspondente com o assunto da revisão; ser indexada nas bases de dados em português, inglês ou espanhol; textos gratuitos e publicados entre 2019 e 2021. Como critérios de exclusão foram aplicados publicações duplicadas, editoriais e relatos de experiência.

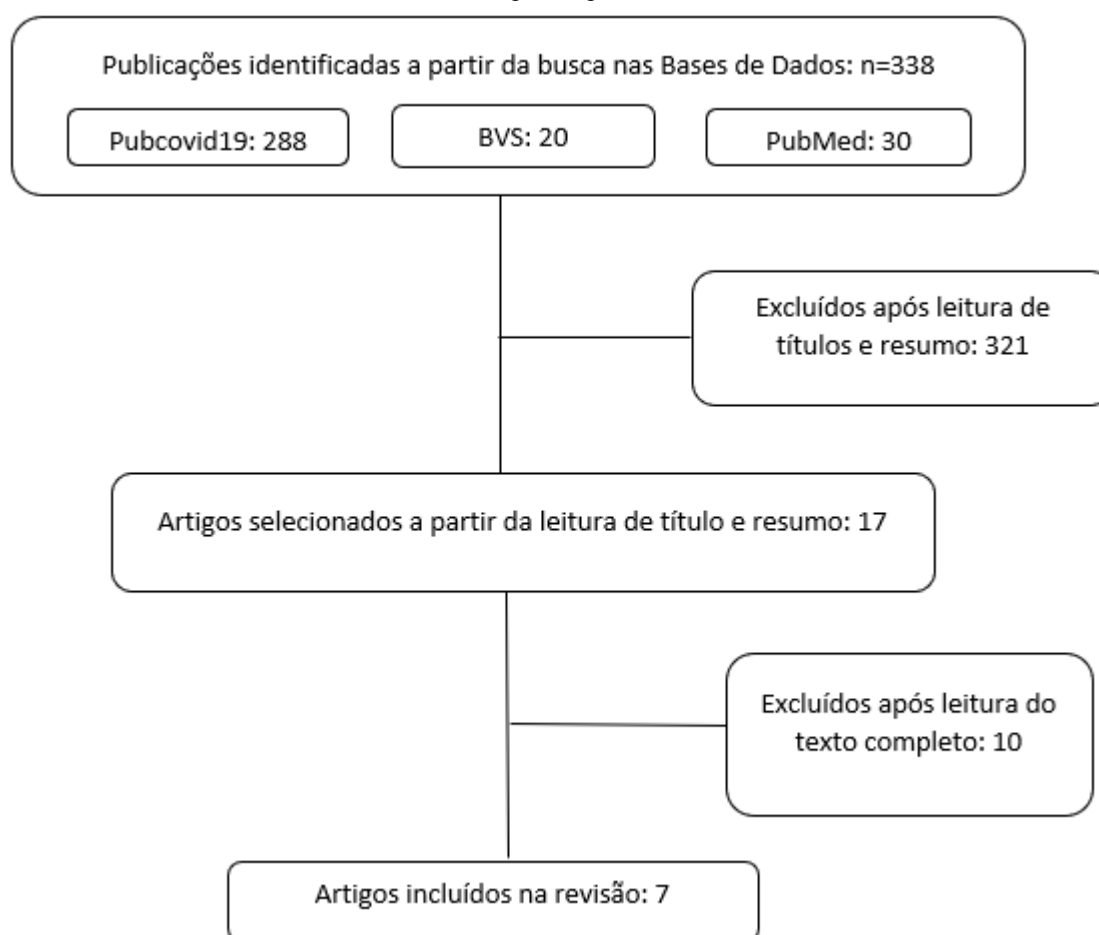
O rastreamento pelos estudos foi feito entre os meses de março e abril de 2021 nas bases de dados Pubcovid19, BVS e PubMed. Os descritores utilizados, a partir de consulta no DECS, foram: idoso, saúde mental, coronavírus e tecnologia da informação (em português), em inglês “aged”, “mental health”, “coronavirus” e “information technology”. O operador booleano utilizado foi “and”. Na base de dados Pubcovid19, primeiramente realizou-se uma busca cruzando os temas “idosos”, “saúde mental” e “comunicação e informação”. Posteriormente, foi feita outra busca por artigos com temática semelhante.

Utilizando os descritores já determinados, o resultado total da busca nas bases de dados foi de 338 artigos. Após a leitura dos títulos e retirada das duplicações, restou um total de 55 trabalhos. Com a leitura dos resumos, 17 artigos foram elencados para serem lidos na íntegra

Destes, selecionou-se 7 para o estudo final, por estarem de acordo com a temática escolhida para a escrita do trabalho. O fluxograma de seleção dos artigos está representado na Figura 1. Para avaliar os artigos escolhidos, foi realizada uma leitura rigorosa na íntegra e releitura dos resultados, a fim de examinar os pontos mais relevantes para agrupamento de categorias.

Na fase seguinte, os dados obtidos por meio do material compilado foram organizados em planilhas, com agrupamento das informações, de acordo com a relevância e a equivalência às categorias temáticas que configuram a finalidade principal deste estudo. Depois dessa planificação e organização, foi realizada a análise temática dos referidos dados.

Figura 1: Fluxograma de seleção dos artigos sobre o uso das tecnologias relacionadas à saúde mental dos idosos em tempos de pandemia.



Fonte: elaborado pelas autoras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho de revisão, os sete artigos selecionados foram publicados entre os anos de 2020 e 2021, sendo cinco (71,4%) de 2020 e dois (28,6%) de 2021. Dentre os artigos selecionados, os sete (100%) encontravam-se em revistas de língua inglesa, dos quais um (14,3%) foi identificado na PubMed e seis (85,7%) na Pubcovid19. Foi desenvolvido um

quadro-síntese, explicando as principais informações existentes em cada artigo, como autor, ano, objetivo, local de estudo e principais considerações (Quadro 1).

Quadro 1: Descrição dos estudos que abordam a influência das tecnologias na saúde mental dos idosos na pandemia.

Autor/Ano	Objetivo	Local de estudo	Principais achados
GOODMAN-CASANOVA, J. M. <i>et al.</i> (2020).	Identificar como o confinamento impactou na saúde e no bem-estar de idosos residentes na comunidade com comprometimento cognitivo leve ou demência leve e como foi a aceitação da tecnologia assistiva baseada na televisão.	Espanha	Impactos: os idosos referiram sentimentos de medo, frustração e tédio durante o confinamento. Houve relatos de dificuldade para dormir, principalmente entre os que moram sozinhos. Aparelhos de televisão foram os dispositivos tecnológicos elencados como preferidos para acessar informações sobre saúde e COVID-19. Uma linha de suporte telefônica foi classificada como imprescindível para fornecer suporte social e de saúde aos idosos durante a pandemia.
WEBER, W.; REINHARDT, A.; ROSSMANN, C. (2020).	Examinar como os idosos usam a internet como ferramenta potencial para acesso à saúde em tempos de pandemia.	Alemanha	Os idosos que responderam ao questionário preferem buscar informações relacionadas à saúde em primeiro lugar com amigos e familiares, em segundo com profissionais da saúde e somente depois na internet. No entanto, um subgrupo de idosos do sexo masculino e mais jovens gostam de passar mais tempo na internet.
VAN ORDEN K. A. <i>et al.</i> (2020).	Apresentar um modelo de intervenção para trabalhar o isolamento social com idosos durante a pandemia COVID-19, ilustrando sua aplicação com três casos.	Estados Unidos	O plano de intervenção acontece nas seguintes etapas: ligações telefônicas para identificar os determinantes sociais de saúde; encaminhamento para um profissional de saúde especialista; identificação do nível de risco e momento de intervenção. São realizadas chamadas de acompanhamento para reavaliar o risco e perceber como ocorreu a prestação de serviços.
SMITH, M. L.; STEINMAN, L. E.; CASEY, E. A. (2020).	Analisar a conexão entre isolamento social, solidão e depressão durante a pandemia COVID-19 e como melhorar a conectividade social nessa fase.	Estados Unidos	O distanciamento social imposto durante a pandemia causa, nos idosos, sentimento de angústia, que pode levar a quadros de depressão ou piorar os já existentes. Interações significativas com outras pessoas são importantes para a saúde física e mental dos idosos. Independente do formato, a conectividade à distância pode melhorar os aspectos funcionais e de qualidade da conexão social.
CONROY, K. M. <i>et al.</i>	Discutir aspectos práticos	Estados	Os recursos tecnológicos mais

(2020).	do uso de tecnologias para trabalhar a solidão dos idosos durante o surto do novo coronavírus.	Unidos	utilizados pelos idosos durante o distanciamento social são aplicativos de videoconferência como Facetime ou Zoom. O uso de grupos de WhatsApp, Facebook e Twitter também cresceu em popularidade entre esse grupo de pessoas. A pesquisa destaca que nenhuma intervenção será eficaz se o idoso não souber como usá-la.
DALY, J. R. <i>et al.</i> (2021).	Avaliar o impacto da pandemia COVID-19 na saúde física e mental dos idosos e estudar formas de aumentar a conexão social entre eles.	Estados Unidos	A maioria dos idosos referiu ter experimentado um impacto negativo tanto em sua saúde mental (menos alegria em viver, ansiedade e depressão) como em sua saúde física (ganho de peso, diminuição da mobilidade, piora nas doenças crônicas ou desenvolvimento de novas) no período de distanciamento social. O uso de máscara dificulta ainda mais a conexão com outras pessoas por perderem algumas formas de expressão. As plataformas de videoconferência são citadas como ideais para conectar-se com amigos e familiares durante a pandemia.
HAJEK, A.; KÖNIG, HH. (2021).	Analisar estudos sobre o uso de mídias digitais como atenuante da solidão causada nos idosos pelo isolamento social durante a pandemia COVID-19.	Alemanha	Chats de vídeo ou mídia social online são possíveis soluções para substituir, temporariamente, o contato físico com outras pessoas. O uso desses sites de redes sociais foi associado com o aumento da sensação de conexão entre idosos, superando o sentimento de solidão e isolamento.

Fonte: elaborado pelas autoras.

A partir da análise dos estudos incluídos na amostra, foram formadas duas categorias temáticas para dissertar sobre os resultados encontrados, quais sejam: a) Recursos tecnológicos para trabalhar com a solidão dos idosos em tempos de pandemia COVID-19 e b) Estratégias de enfrentamento para gerenciar ou prevenir o isolamento social durante a pandemia COVID-19.

CATEGORIA I - RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA TRABALHAR COM A SOLIDÃO DOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19

Dos sete artigos selecionados para a pesquisa, seis se encaixam nesta categoria. Aqui, os estudos trouxeram variedades de recursos tecnológicos para minimizar a solidão durante a pandemia, de forma que melhorasse a saúde mental desse grupo de pessoas (Figura 2). Dentre os estudos, cinco ressaltaram que as tecnologias da informação têm atuado como importantes mediadoras na comunicação dos idosos que estão cumprindo as medidas de distanciamento

social durante a pandemia, reduzindo os sentimentos de solidão e sensação de isolamento (DALY *et al.*, 2021; HAJEK; KÖNIG, 2021; SMITH; STEINMAN; CASEY, 2020; CONROY *et al.*, 2020; GOODMAN-CASANOVA *et al.*, 2020).

Figura 2: Diagrama das plataformas de acesso tecnológicas utilizadas pelos idosos durante a pandemia COVID-19.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Ainda segundo os estudos, os idosos, a partir de interações pela internet, podem obter acompanhamento e amparo emocional, identificar novas formas de se conectar socialmente em tempos fisicamente distante e aprender novas habilidades para reduzir a ansiedade, a depressão e o estresse (DALY *et al.*, 2021; HAJEK; KÖNIG, 2021; SMITH; STEINMAN; CASEY, 2020; CONROY *et al.*, 2020; GOODMAN-CASANOVA *et al.*, 2020; WEBER *et al.*, 2020).

Em seu estudo, Smith, Steinman e Casey (2021) apresentam uma metodologia que vem sendo adotada nos Estados Unidos para atender idosos em situação de distanciamento social. A intervenção acontece em etapas, que inclui: a) ligações telefônicas para identificar os determinantes sociais de saúde, como necessidades relacionadas à nutrição, assistência e outros; b) encaminhamento para um profissional de saúde especialista; c) identificação do nível de risco utilizando um questionário padrão; d) momento de intervenção. São realizadas

chamadas de acompanhamento para reavaliar o risco e perceber como ocorreu a prestação de serviços. Esse modelo de assistência tem sido bem aceita pelos idosos e adotada em vários estados daquele país.

O distanciamento social é uma medida necessária para evitar a transmissão do coronavírus que deve ser cumprida. Entretanto, pode resultar em solidão e isolamento principalmente para os idosos. Segundo Daly et al. (2021) e Hajek e König (2021), idosos que eram membros ativos da comunidade, ajudavam a cuidar de seus netos, participavam da igreja e se vêem, repentinamente, presos dentro de suas casas, têm um sentimento de perda muito grande. Os artigos trazem como possível solução para lidar com a situação manter o contato por chats de vídeo ou mídia social online. Temporariamente, essas medidas substituem o contato físico.

Os idosos entrevistados nos estudos de Daly et al. (2021) e Hajek e König (2021) referiram que, depois que começaram a usar a mídia para comunicar-se com amigos ou familiares, sentiram-se mais conectados e menos isolados socialmente. Para eles, cada um tem a capacidade de mudar sua atitude e, posteriormente, sua realidade.

CATEGORIA II - ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO PARA GERENCIAR OU PREVENIR O ISOLAMENTO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA COVID-19

Na segunda categoria, estão em pauta as estratégias para prevenir o isolamento social durante a pandemia discutidas nos estudos (Figura 3). Quatro dos sete estudos selecionados abordavam essa categoria temática. Independente de qual seja o meio pelo qual se dará a conectividade, Goodman-Casanova et al. (2020) ressalta que é importante transmitir informações assertivas e úteis de cuidados de saúde e sobre o coronavírus, principalmente para diminuir o risco de exposição ao vírus.

Figura 3: Estratégias para prevenir o isolamento social em idosos durante a pandemia COVID-19.



Fonte: elaborado pelas autoras.

A literatura destaca que os idosos buscaram telefonar para seus familiares e amigos, e juntar-se com vizinhos para aplausos coletivos na janela em determinados horários, um gesto de luta contra o coronavírus, atitude para diminuir o sentimento de solidão e lembrar que, embora distantes, continuavam todos juntos (GOODMAN-CASANOVA *et al.*, 2020). As visitas por telefone, que substituem visitas presenciais, têm valor terapêutico para o idoso. Essas chamadas podem ser realizadas tanto como ligações de voz quanto por vídeo (CONROY *et al.*, 2020; GOODMAN-CASANOVA *et al.*, 2020; VAN ORDEN *et al.*, 2020).

Com acesso a um computador, tablet ou smartphone, é possível participar de grupos de conversação, como o *WhatsApp*. Idosos que realizam *check-in* diários nos grupos de conversas ou em sites de mídias sociais, como o *Facebook*, dizem sentir-se mais conectados, cuidados e seguros (CONROY *et al.*, 2020).

Um televisor inteligente com acesso à internet dá a possibilidade de outras estratégias para melhorar a saúde física e mental dos idosos. Alguns programas dispõem de conteúdos como jogos de memória para estimulação cognitiva dos idosos. Professores também dão aulas de educação física personalizadas na modalidade online para serem realizadas durante a quarentena. Todos esses serviços reduzem a sensação de isolamento e promovem o envelhecimento ativo da pessoa idosa (GOODMAN-CASANOVA *et al.*, 2020).

A meditação baseada na atenção plena, segundo estudos, pode reduzir a solidão em

idosos. Concentrar-se no presente e aceitar o dia de hoje, sem focar no passado ou no que terá pela frente é o mecanismo responsável pela redução da solidão e aumento das conexões sociais diárias. Os idosos são orientados, quando em contato por telefone com profissionais da saúde, a manter estratégias de relaxamento para diminuir a ansiedade, como exercícios respiratórios. Respirar profundamente e visualizar imagens positivas é uma técnica para reduzir ou cessar crises de ansiedade. Outro exercício simples e não menos válido é ouvir músicas que deixam a pessoa calma e remete a pensamentos bons (VAN ORDEN *et al.*, 2020).

Com intervenções tecnológicas é possível continuar respeitando o distanciamento social e, ao mesmo tempo, combinar o trabalho em grupo, importante estratégia para abordar alguns dos efeitos negativos da pandemia COVID-19. Ademais, nas discussões em coletividade, os participantes compreendem que não estão sozinhos, compartilhando as adversidades vivenciadas nesse período conturbado (CONROY *et al.*, 2020; GOODMAN-CASANOVA *et al.*, 2020; VAN ORDEN *et al.*, 2020).

Para qualquer estratégia de intervenção que utilize recursos tecnológicos emergentes ser eficaz, existem variáveis a serem consideradas, como as condições da pessoa idosa relacionada à cognição, ao status socioeconômico e o desejo de uso. Nesse momento, é preciso um investimento de familiares e cuidadores ou voluntários para ensinar como operar recursos de computadores ou smartphones. Caso não haja rede de internet disponível no local, sempre se pode adaptar o planejamento à realidade, utilizando ligações para telefone fixo, por exemplo, para os locais que não tenham acesso à internet (CONROY *et al.*, 2020; GOODMAN-CASANOVA *et al.*, 2020; VAN ORDEN *et al.*, 2020).

Constatou-se que não existe uma única prática adequada para trabalhar com a solidão ou com o isolamento social utilizando os meios digitais. Deve-se conhecer a realidade da comunidade de idosos em que se fará a abordagem. As intervenções precisam ser adaptadas dependendo da necessidade da pessoa idosa, recursos tecnológicos disponíveis, avaliação do grau de solidão e o risco de depressão (CONROY *et al.*, 2020; GOODMAN-CASANOVA *et al.*, 2020; VAN ORDEN *et al.*, 2020).

CONCLUSÕES

Considerando os obstáculos encontrados pelos idosos para manter a saúde mental no contexto da pandemia COVID-19 e respeitando as ações de distanciamento social, as tecnologias da informação e comunicação têm papel fundamental. Elas reduzem a sensação de isolamento, além de produzirem entretenimento, prazer, independência e melhorar o estado

psicológico geral. Logo, é necessário fomentar estratégias para a inclusão de idosos nos meios digitais.

O aumento da aceitação para uso de aparelhos digitais por parte dos mais velhos teve impulso por conta da crise de saúde global. Esse momento se torna propício para profissionais da saúde explorarem um território com novas oportunidades e extenso potencial para o cuidado da saúde mental.

A comunicação online se mostra útil durante a pandemia da COVID-19 para muitas famílias que estão geograficamente e ou socialmente distantes e, para os profissionais de saúde, uma estratégia de cuidado em saúde mental.

REFERÊNCIAS

COELHO, A. L. *et al.* A utilização de tecnologia da informação em saúde para o enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Brasil. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 9, n. 3, p. 183-199, 2020.

CONROY, K. M. *et al.* Technological advancements to address elderly loneliness: Practical considerations and community resilience implications for COVID-19 pandemic. **Working with older people**, v. 24, n. 4, p.257-264, 2020.

DALY, J. R. *et al.* Health Impacts of the Stay-at-Home Order on Community-Dwelling Older Adults and How Technologies May Help: Focus Group Study. **JMIR aging**, v. 4, n. 1, 2021.

GOODMAN-CASANOVA, J. M. *et al.* Telehealth Home Support During COVID-19 Confinement for Community-Dwelling Older Adults With Mild Cognitive Impairment or Mild Dementia: Survey Study. **Journal of medical Internet research**, v. 22, n. 5, 2020.

HAJEK, A.; KÖNIG, H. H. Social Isolation and Loneliness of Older Adults in Times of the COVID-19 Pandemic: Can Use of Online Social Media Sites and Video Chats Assist in Mitigating Social Isolation and Loneliness?. **Gerontology**, vol. 67, n. 1, p. 121-124, 2021.

HAMMERSCHMIDT, K. S. A.; SANTANA, R. F. Saúde do idoso em tempos de pandemia Covid-19. **Cogitare enfermagem**, v. 25, 2020.

MARLENE, R. *et al.* Tecnologia e inovação ao serviço do exercício e saúde. **Exercício. Pandemia COVID-19 Tecnologia Vs. Isolamento Social**. 2020.

MEO, S. A. *et al.* Novel coronavirus 2019-nCoV: prevalence, biological and clinical characteristics comparison with SARS-CoV and MERS-CoV. **Eur Rev Med Pharmacol Sci**, v. 24, n. 4, p. 2012-2019, 2020.

MONTEIRO, I. V. L.; DE FIGUEIREDO, J. F. C.; CAYANA, E. G. Idosos e saúde mental: impactos da pandemia COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 2, 2021.

MORI, G. M. Combate à solidão e ao isolamento social na velhice. Um caminho a ser trilhado. **Revista Longeiver**, v. 1, n. 3, 2019.

SHER, L. Are COVID-19 survivors at increased risk for suicide? **Acta neuropsychiatrica**, v. 32, n. 5, 2020.

SILVA, S. M. V. *et al.* O impacto do isolamento social na qualidade de vida dos idosos durante a pandemia por COVID-19. **Enfermagem Brasil**, v. 19, 2020.

SMITH, M. L.; STEINMAN, L. E.; CASEY, E. A. Combatting Social Isolation Among Older Adults in a Time of Physical Distancing: The COVID-19 Social Connectivity Paradox. **Frontiers in public health**, v. 8, 2020.

VAN ORDEN, K. A. *et al.* Strategies to Promote Social Connections Among Older Adults During 'Social Distancing' Restrictions. **The American journal of geriatric psychiatry: official journal of the American Association for Geriatric Psychiatry**, 2020.

WEBER, W. *et al.* Lifestyle Segmentation to Explain the Online Health Information-Seeking Behavior of Older Adults: Representative Telephone Survey. **Journal of medical Internet research**, v. 22, n. 6, 2020.

CAPÍTULO 25

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE PÚBLICA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19

DOI: 10.47402/ed.ep.c202155425959

Raphaella Soares Fonseca, Residente em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Gabriele Serra Brehm, Biomédica, Laboratório Central de Saúde Pública do Município de Porto Alegre

Lisiane Smiderle, Biomédica, Laboratório Central de Saúde Pública do Município de Porto Alegre

RESUMO

O ano de 2020 foi atípico mundialmente, em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) proporciona o acesso da população à saúde pública de forma gratuita. Entretanto, o número exorbitante de indivíduos infectados e com agravamento dos sintomas causou um colapso no sistema de saúde, sendo um dos determinantes deste cenário, a adoção tardia de medidas mitigadoras pela gestão. A Saúde Coletiva, na sua esfera de estudo, busca o entendimento da produção social da doença e como organizar os serviços de saúde para lidar com estes agravos, com enfoque principalmente na prevenção e através da composição interdisciplinar de campos como a Epidemiologia e a Gestão em Saúde. A residência multiprofissional em Saúde Coletiva é uma oportunidade do profissional vivenciar o trabalho em saúde nos diferentes serviços, e na conjuntura atual, enfrentar juntamente a outros profissionais de saúde as adversidades trazidas pela pandemia de COVID-19.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Coletiva. Residência Multiprofissional. COVID-19.

INTRODUÇÃO

SAÚDE COLETIVA

A Saúde Coletiva é um campo científico no qual diversas disciplinas operam contemplando a saúde sob diferentes ângulos. Elaborada através da interação entre as áreas das ciências biomédicas e ciências sociais, em um contexto prático, é focada na prevenção de doenças e melhora da qualidade de vida, buscando estudar as necessidades de saúde em um âmbito público-coletivo-social (LUZ, 2009; PAIN & FILHO, 1998). O entendimento do conceito de Saúde Coletiva foi essencial para a estruturação do SUS, um dos mais complexos sistemas de saúde do mundo, buscando um novo modelo de atenção e gestão de saúde para o Brasil (CAMPOS, 2000; MENICUCCI, 2009). Entre as estratégias adotadas para melhoria da oferta do cuidado e acompanhamento da situação de saúde, há a Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para organização das Redes de Atenção à Saúde

(RAS), a qual permite maior eficácia na produção de saúde e a integralidade e continuidade do cuidado através de arranjos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, integradas por meio de sistemas de apoio logístico, técnico e de gestão (BRASIL, 2010; BRASIL, 2014).

ATENÇÃO BÁSICA

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a porta de entrada do sistema de saúde, onde deverá ocorrer o primeiro nível de contato do indivíduo com o SUS, sendo o principal dispositivo de organização, articulação e constituição das RAS. Como primeiro nível de atenção e o centro de comunicação, a Atenção Básica à Saúde (ABS) caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito coletivo e individual, que visa a prestação de cuidados básicos, abrangendo a promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, o tratamento, o diagnóstico, a reabilitação e manutenção da saúde. Adicionalmente, a APS é regulamentada pela Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, a qual aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) (BRASIL, 2017; CECILIO et al., 2012).

PANDEMIA DE COVID-19

Em 31 de dezembro de 2019, casos de pneumonia de etiologia desconhecida foram relatados na cidade de Wuhan, província de Hubei (China). Estes pacientes foram diagnosticados como portadores de um novo vírus da família *Coronaviridae*, o coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), o qual foi isolado cinco dias depois pelas autoridades chinesas (WANG et al., 2020; OMS, 2020).

Desde que o primeiro caso foi registrado no Brasil em 26 de janeiro de 2020, o país se tornou um dos mais afetados, com o maior número de casos da América Latina (PONCE, 2020; CANDIDO et al., 2020).

A manifestação mais comum da doença é através da Síndrome Gripal que pode apresentar diferentes gravidades e se caracteriza principalmente pela ocorrência de febre, tosse seca e fadiga. Entretanto, a principal adversidade é o quadro clínico mais grave, o qual afeta principalmente idosos e indivíduos com comorbidades preexistentes, causando complicações respiratórias e inflamatórias que podem levar o paciente a óbito (BRASIL, 2020; ISER et al., 2020); além da transmissão da doença, que ocorre principalmente através da inalação de secreções produzidas pelas vias respiratórias de pessoas infectadas, como gotículas de saliva transmitidas por espirro ou tosse, e mesmo pelo contato com superfícies contaminadas ou toque.

EPIDEMIOLOGIA DA COVID-19

A taxa de crescimento da infecção pelo COVID-19 possui alta variabilidade entre os países, além de um curso distinto e particularizado se comparado com as características epidemiológicas de outras doenças transmissíveis (RODRIGUES et al., 2020; NOTARI & TORRIERI, 2020). Mesmo nos estágios iniciais, quando ainda há a possibilidade de intervenção governamental, a variação nos fatores epidemiológicos associados à transmissão é perceptível em diferentes localidades. Entre estes pode-se citar a quantidade de indivíduos assintomáticos com COVID-19, um dos principais desafios para o controle da pandemia (PIMENTEL, 2020). Ainda, o número básico de reprodução (R_0), o qual calcula a transmissibilidade do agente infeccioso, em alguns estudos foi estimado entre 1,4 e 2,5, um valor preocupante e que pode variar de acordo com cada método de cálculo utilizado (VICECONTE & PETROSILLO, 2020). Portanto, é fundamental a detecção inicial da doença em momento oportuno para a efetividade das medidas de contenção.

MEDIDAS MITIGADORAS PARA O CONTROLE DO SARS-COV-2

Na conjuntura de uma pandemia, a tomada de medidas preventivas em tempo hábil pode ser crucial para a contenção da mesma. No cenário atual da disseminação global do SARS-CoV-2, o distanciamento social e o uso de máscara são essenciais para evitar o contágio entre indivíduos, além de medidas de higiene como o simples hábito de lavar as mãos e a utilização de álcool 70% para eliminação do vírus nas superfícies de contato (DE BRUIN et al., 2020).

Assim, este artigo tem como objetivos: (i) destacar a importância de diferentes serviços associados à ABS no enfrentamento à pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 no município de Porto Alegre/RS, (ii) relatar o funcionamento da Unidade Básica de Saúde, (iii) especificar os fluxos e processos realizados em um Laboratório Central de Saúde Pública na testagem do vírus SARS-Cov-2, (iv) descrever algumas das estratégias e procedimentos de gestão utilizados pela Coordenadoria da Atenção Básica para combate à pandemia e (v) apresentar a vivência nesses diferentes serviços e a relevância nas medidas de enfrentamento ao SARS-Cov-2.

MATERIAIS E MÉTODOS

O Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva é associado à Escola de Enfermagem e Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O primeiro ano de residência é concentrado no nível da Atenção Básica em Unidades de Saúde do Distrito Glória-Cruzeiro-Cristal, enquanto no segundo ano é ofertada a aprendizagem em variados serviços de saúde pública.

O início da residência foi experienciado na Estratégia de Saúde da Família Estrada dos Alpes, na qual a profissional residente começou as atividades em abril de 2019 com término em março de 2020. Durante o segundo ano da residência, com o início da pandemia de COVID-19 houve a necessidade do auxílio de alguns residentes na Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (SMS), lá o período de ensino-trabalho ocorreu nos meses de maio e junho de 2020, e no fim deste a residente foi para o campo laboratorial no Laboratório Central de Saúde Pública do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (LabCen-PACS).

Através da abordagem qualitativa de um relato de experiência, foi realizada a interpretação dos processos em saúde vividos nas práticas da residência e a análise reflexiva dos mesmos, correlacionando-os com os desafios que acompanham a atual pandemia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA EM PORTO ALEGRE

É principalmente na ABS que a Saúde Coletiva possui um compromisso concreto na produção de saúde, afirmando sua relevância como campo de práticas e saberes, multiprofissional e interdisciplinar. Os diferentes núcleos profissionais, por meio de ações conjuntas dentro dos territórios, buscam realizar a prevenção de agravos e a promoção da saúde, entendendo o processo saúde-doença socialmente determinado e desta forma incorporar o pensamento social ao sanitário. Assim, a Saúde Coletiva pode ser interpretada como um modelo alternativo e ideal, capaz de reconstruir e criticar os saberes e práticas de produção de saúde que tangenciam o campo sanitário (CAMPOS, 2000; BAGRICHEVSKY & ESTEVÃO, 2016).

Os elementos constitutivos das (RAS) são três: a população, a estrutura operacional e o modelo de atenção (MENDES, 2010). Para preservar, melhorar e recuperar a saúde dos indivíduos e da comunidade é preciso que a RAS especifique a população sob sua responsabilidade sanitária e econômica, uma vez que essa é o fator primário para a existência da rede. Assim, o sistema de saúde deve possuir como característica a capacidade de reconhecer as necessidades da população adscrita a ele, de forma a implementar e avaliar as intervenções sanitárias de acordo com a estratificação de riscos, além de prover o cuidado considerando a cultura e preferências dos indivíduos (BRASIL, 2014; MENDES, 2010). O segundo elemento, a estrutura operacional, é constituída pelos “nós” da rede, ou seja, os diferentes pontos de atenção à saúde e as ligações materiais e imateriais que os comunicam. Os componentes que estruturam as RAS são: ABS (Centro de Comunicação); Atenção Secundária e Terciária; sistemas de apoio; sistemas logísticos e de governança. O modelo de atenção à saúde é o

terceiro elemento constitutivo, um sistema lógico que organiza a dinâmica das redes, articulando as relações entre os componentes da rede e as diferentes intervenções sanitárias, definido de acordo com a visão prevalecente de saúde, a situação epidemiológica e demográfica e os determinantes sociais de saúde, correntes em uma sociedade e período de tempo definidos (BRASIL, 2010; MINAS GERAIS, 2011).

Em Porto Alegre a ABS se estrutura em territórios distribuídos em 17 Distritos Sanitários, uma forma de organizar os serviços de saúde com uma população adscrita, que através da construção de sua história social, cultural e ambiental, promove condições para a produção de doenças (PORTO ALEGRE, 2017). Desse modo, cada território possuirá um perfil epidemiológico e vulnerabilidades específicas dos indivíduos ali inseridos, e por meio da análise da situação de saúde da população é possível atender as demandas e garantir a melhora da prestação dos serviços.

GESTÃO EM SAÚDE EM MEIO À PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

A administração em saúde é uma prática complexa do manejo das organizações dos serviços de saúde, envolvendo a gestão de redes, de modo a otimizar o desenvolvimento e funcionamento das instituições e organizações inseridas nesses arranjos (LORENZETTI et al., 2014; TANAKA E TAMAKI, 2012; SCHERER, 2009).

Entretanto, a gestão ultrapassa as dimensões macropolíticas e ordenação de atividades, pois também abrange escolhas, arbitragens, valores e hierarquização de atos e metas (LORENZETTI et al., 2014; SCHERER, 2009; CAMPOS, 2007), e é um grande desafio considerar as demandas e necessidades da população contemplando os interesses da coletividade, por este motivo a importância do trabalho interdisciplinar. É necessário refletir sobre o rearranjo organizacional que inclua o apoio matricial, ampliando o poder de gestão combinado com uma equipe interdisciplinar, intercambiando conhecimentos específicos e a troca de diferentes visões de mundo, de modo a qualificar a produção e os cuidados em saúde (CAMPOS, 2007).

Modelos de gestão baseados em uma equipe interdisciplinar, na qual estão inseridas duas ou mais profissões da área da saúde, permite tomadas de decisões especializadas em que cada ator desempenha suas funções específicas dentro de um plano conjunto e com objetivos em comum. Na análise das relações de trabalho nas equipes interdisciplinares, os processos de trabalho desenvolvem-se ainda de forma fragmentada e a compreensão acerca dos conceitos envolvidos nas práticas multiprofissionais são limitados (MATOS et al., 2009; COSTA, 2007).

Ainda assim, é necessário ressaltar a importância e incentivar esses tipos de condutas diferenciadas nas equipes de saúde.

No contexto de uma pandemia, a pluralidade de conhecimentos e a transversalidade entre os mesmos é essencial para a gestão (DA COSTA et al., 2020). A demanda logística imediata e a articulação entre a sociedade e governo é um desafio para o combate à doença, sendo preciso a coordenação das diversas entidades públicas e comunidades para a comunicação com as instâncias governamentais. A organização de gabinetes de crise de modo ágil e organizado logo nos estágios iniciais da adversidade enfrentada, pode ser decisivo para diminuir a magnitude das sequelas que a mesma deixará na população e nos diversos setores, principalmente da saúde e economia. À vista deste cenário, a criação de redes de colaboração com a participação de especialistas de diferentes áreas, como epidemiologistas, economistas, profissionais da comunicação, saúde, entre outras, é a garantia da tomada de estratégias e medidas mitigadoras que possam realizar a contenção das consequências da pandemia na população (SANCHEZ, 2020; WILDER-SMITH & FREEDMAN, 2020).

ESTRATÉGIAS DE GESTÃO UTILIZADOS PELA ATENÇÃO BÁSICA PARA COMBATE À PANDEMIA

A Diretoria Geral de Atenção Primária da SMS procurou adotar, entre algumas medidas de enfrentamento da pandemia: a execução de ações para controle da disseminação do vírus em ILPIs, Redes de Atenção em Saúde Mental e na População Indígena, além do monitoramento dos casos suspeitos e a execução e solicitação de exames de PCR e testes rápidos. Entretanto as estratégias elaboradas são comprometidas, uma vez que a administração pública, tanto no âmbito estadual como municipal, publica decretos que reduzem as medidas de isolamento desconsiderando os esforços de outros gestores e profissionais da ponta da RAS para a contenção do pior cenário possível (PORTO ALEGRE, 2020; RIO GRANDE DO SUL, 2020).

No estado do Rio Grande do Sul, foi criado um gabinete de crise com comitês organizados para o enfrentamento da atual pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 (RIO GRANDE DO SUL, 2020), porém, as medidas de controle e distanciamento social não foram suficientes para evitar a transmissão do vírus na população (SILVEIRA et al., 2020).

Uma possível perspectiva para ampliar a visão da população aos riscos da infecção pelo COVID-19, além de outras consequências da pandemia, é a da comunicação. O diálogo com a comunidade é essencial para o enfrentamento da situação em saúde vivenciada atualmente, a conquista dessa confiança pelo poder público é um elemento-chave. Logo, Conselhos de Saúde

são instrumentos essenciais para as diferentes instâncias públicas levarem as demandas e interesses da coletividade para discussão visando a formulação de estratégias e o controle da execução das políticas de saúde. É nos espaços dos Conselhos que é possível o controle social: os diferentes representantes de cada segmento da sociedade, como trabalhadores, comunidades e governantes articulam e negociam diferentes propostas através de processos co-gestionados, e visando a melhora da situação de saúde da população (BORTOLI & KOVALESKI, 2019; BRASIL, 1990).

LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO (LACEN/RS)

A Vigilância em Saúde é o campo que realiza o monitoramento e controle da situação de saúde da população, entre suas ações pode-se citar o diagnóstico laboratorial, os quais geralmente são realizados em um Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN) do município e/ou estado (BRASIL, 2004; CARVALHO, 1976; OMS, 2020). O LACEN é integrante do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, o conjunto de redes nacionais de laboratórios, como os de Vigilância Epidemiológica e em Saúde Ambiental. Possuem entre seus objetivos e funções determinar a etiologia de doenças e agravos, por fornecerem em tempo oportuno resultados confiáveis a fim de controlar e prevenir doenças, organizando-se em sub-redes, por agravos ou programas, de acordo com a complexidade das ações e serviços lá executados (CARVALHO, 1976).

Ao remeter à origem dos LACENs no Brasil, primeiramente deve-se considerar que as primeiras instituições laboratoriais de saúde pública realizavam principalmente análises microbiológicas e produção de soros e vacinas, como o Instituto Vacínico do Império (1846). No início do século 20 há destaque para o Laboratório de Bacteriologia do Estado de São Paulo e o Instituto Soroterápico Federal, atualmente conhecidos como Instituto Adolfo Lutz e Fundação Oswaldo Cruz, respectivamente. (FIOCRUZ, 2009). Contudo, a primeira portaria que institui o Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública data de 21 de julho de 1977 (BRASIL, 1977).

Os dados obtidos nos LACENs são enviados para instituições federais, estaduais e locais responsáveis pelo controle e prevenção de agravos e doenças e vigilância em saúde da população, incorporando elementos da saúde coletiva em suas práticas pelo apoio aos sistemas de saúde e auxílio na promoção e prevenção (CAMPOS, 2000; INHORN et al., 2010), uma vez que as informações geradas pelos laboratórios possibilitam o entendimento do perfil epidemiológico dos diferentes territórios sanitários. Ainda, os LACENs contribuem no alcance

das missões/objetivos dos departamentos de saúde pública, que podem diferir conforme o ente federativo a que estão associados, ligando o conhecimento biomédico aos interesses coletivos e processando os dados de modo a construir a história social da saúde da população juntamente com inúmeras entidades de relevância pública, nos termos dos campos interdisciplinares e multiprofissionais (WILSON et al., 2010).

Apesar dos laboratórios não possuírem o poder de decisão técnico-política, ainda são de grande importância devido ao apoio logístico a outras instituições mediante a liberação de resultados essenciais que servem de subsídio e incentivo para o planejamento de ações de saúde (LIMA et al., 2015); inclusive em tempos de crise de epidemias e pandemias, os quais em inúmeras épocas da história ocorreram, os estudos epidemiológicos em laboratórios foram decisórios para o combate de inúmeras doenças e agravos (CARVALHO, 1976). As questões de saneamento e epidemiologia sempre foram preocupações dos LACENs em conjunto com a Vigilância Epidemiológica, sendo assim a articulação das redes essencial para a cooperação entre instituições, visando garantir a qualidade e continuidade das ações em saúde (HUET & DE SOUZA, 2003).

Com todas as questões citadas em vista, a gestão laboratorial deve estar em comunicação constante com outros setores da gestão em saúde, além de possíveis colaboradores, como epidemiologistas e laboratórios ambientais e privados (INHORN et al., 2010; WILSON et al., 2010).

LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE (LABCEN)

O LabCen-PACS atua desde 1996 realizando exames de rotina laboratorial básica bem como, e principalmente, exames de especialidades em conjunto com a rede de laboratórios do Ministério da Saúde. Em relação à rotina básica cabe destacar a realização da investigação de infecções sexualmente transmissíveis, tendo notoriedade no diagnóstico laboratorial de HIV e HCV no município de Porto Alegre. Em relação às especialidades, o Labcen é subdividido em setores: tuberculose, o qual realiza os exames de baciloscopia, cultura e teste rápido molecular; carga viral, em que é feito a quantificação da carga dos vírus do HIV, HCV e SARS-Cov-2; CD4/CD8, onde efetuam-se a contagem de linfócitos TCD4+ e TCD8+ a fim de auxiliar o monitoramento do HIV; e imunologia, no qual são realizados diversos exames como ELISA para detecção de HTLV, testes imunocromatográficos para detecção de antígeno e anticorpo da dengue e IgG e IgM contra SARS-Cov-2, exame qualitativo do hormônio beta HCG e testes

treponêmicos e não-treponêmicos para diagnóstico de sífilis (Figura 1).

No início da experiência no campo do LabCen-PACS, estava ocorrendo o estabelecimento do RT-PCR no laboratório para o diagnóstico do SARS-Cov-2, assim como alguns processos burocráticos para o envio dos dados e resultados dos casos suspeitos para a gestão. Na Secretaria de Saúde, a Diretoria Geral da Atenção Primária utilizava o sistema Gercon para a realização do fluxo de solicitação de exames, para tanto era consultado na guia de notificações de COVID-19 a data de início dos sintomas do paciente suspeito; da mesma forma.

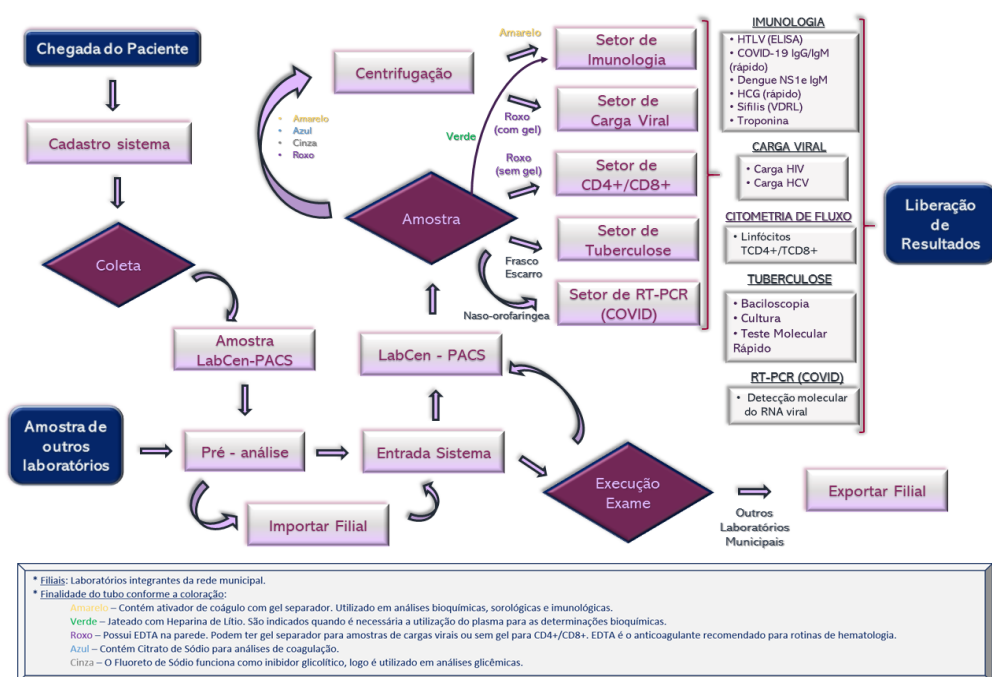


Figura 1: Fluxograma demonstrando o percurso das amostras dentro do LabCen. Fonte: Fonseca (2021)

o setor responsável pelo monitoramento das ILPIs fazia o pedido de exames, porém, por questões de segurança e pelas condições físicas mais vulneráveis dos idosos a coleta era realizada na própria instituição. Para tanto, o setor entrava em contato com a gestão laboratorial para requisição de coleta em domicílio.

O LabCen-PACS foi responsável por um período pela confirmação laboratorial dos casos de surtos em Porto Alegre, como ILPIs e população indígena. Assim, o técnico responsável pela coleta naso-orofaríngea ia até o local do surto e após os procedimentos trazia as amostras para o LabCen para a realização do RT-PCR. Nestes casos, a coleta é feita em todos os indivíduos para que as medidas mitigadoras necessárias sejam tomadas em tempo hábil, uma vez que estas populações são mais vulneráveis quando trata-se da idade, ou no caso de indígenas, possuem um sistema imunológico mais comprometido e um estilo de vida que pode

causar maior suscetibilidade à transmissão do SARS-Cov-2 (BRASIL, 2020; ANVISA, 2020).

Seguidamente à coleta, as fichas de notificação eram recolhidas e os dados de cada paciente eram copiados para uma planilha para repasse à gerência laboratorial e envio para a Vigilância em Saúde após a disponibilidade dos resultados.

Ainda, o LabCen realiza testes rápidos para detecção de anticorpos contra SARS-Cov-2, uma ferramenta muito importante de apoio à Vigilância Epidemiológica para a busca de casos suspeitos através do rastreamento de contatos dos casos confirmados (WINTER & HEDGE, 2020). Logo, após o lançamento do exame no sistema, é transcrita em uma planilha os dados dos pacientes e resultado do teste, a qual também é enviada para a gerência laboratorial, que compartilha essas informações com outros pontos da RAS.

A VIVÊNCIA DO RESIDENTE NOS DIFERENTES SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

No primeiro ano de residência, a profissional teve a oportunidade de compreender e realizar o acolhimento dos usuários na unidade; fluxos de recepção, marcação de consultas e interação com os sistemas de saúde eletrônicos; dispensação de medicamentos e ajuste e controle do estoque da farmácia; preenchimento de planilhas de monitoramento do “ConsolidaSUS”, e de controle interno acerca da puericultura, gestantes, tabagismo e tuberculose; participação e criação de atividades para o Grupo de Convivência da unidade de saúde; prática de processos de educação continuada com os profissionais da equipe; recepção dos estudantes e professores e participação nos exercícios das disciplinas de Práticas Integradas em Saúde e Programa de Educação Tutorial da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; visitas domiciliares juntamente às Agentes Comunitárias de Saúde; e execução de processos de gestão em saúde (pedido de materiais, processos SEI, organização das reuniões de equipe, entre outras tarefas).

No segundo ano da residência, foi prestado auxílio à SMS de Porto Alegre para contato com pacientes suspeitos de COVID-19 e envio das solicitações de exames laboratoriais. Assim, através da consulta de notificações no sistema de Gerenciamento de Consultas (Gercon), planilhas com os dados e nomes dos pacientes suspeitos eram criadas para o controle das solicitações de exames de PCR em tempo real (RT-PCR) ou teste rápido para detecção de anticorpos, de acordo com o tempo de início dos sintomas. No mesmo setor - na Diretoria Geral de Atenção Primária - também era realizada a articulação e colaboração com os profissionais responsáveis pelo controle de surtos em Instituições de Longa Permanência (ILPIs).

A partir do momento que foi estabelecida a automatização da maioria dos exames no Gercon, o residente iniciou o campo no Laboratório Central de Saúde Pública no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (LabCen-PACS), onde aprendeu as rotinas laboratoriais; realização de teste rápido qualitativo para detecção de anticorpos contra SARS-Cov-2; apoio nas etapas do RT-PCR, inclusive criação de planilhas com os dados de notificação dos casos de surto de COVID-19 para o exame de RT-PCR; além de receber treinamento na execução de outros exames e processos da rotina laboratorial (cadastramento de pacientes, preparação de alíquotas, auxílio na manipulação de amostras na pré-análise e participação nas rotinas de quantificação da carga viral de HIV e HCV).

O período de vivências na Estratégia de Saúde da Família (ESF) possibilitou o entendimento dos princípios e diretrizes da PNAB, dado que a equipe procurava realizar o atendimento considerando as individualidades e vulnerabilidades dos usuários. Ainda, as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), principais interlocutoras entre os profissionais e a população do território, traziam às reuniões de equipe as necessidades e problemas dos usuários para discussão, os quais em alguns casos precisavam do apoio da RAS para alcance da resolutividade. A partir desta estratégia, é possível a criação de vínculos entre a equipe e os indivíduos presentes no território sanitário, propiciando maior eficácia na promoção da saúde e prevenção de agravos e doenças. Ações de educação em saúde nas escolas e em grupos comunitários, juntamente à disciplinas integradoras da UFRGS, também permitiram o aprendizado coletivo e a troca de saberes entre profissionais e usuários. Todavia, em setembro de 2019, o Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família foi extinto (BUBLITZ, 2019; PORTO ALEGRE, 2019), causando um impasse nos processos de vinculação construídos até então nos territórios, mudança brusca nos métodos de prevenção de doenças e produção de saúde, além da demissão massiva de profissionais vinculados ao instituto. Assim, as unidades de saúde da APS do município foram terceirizadas com novas equipes administradas por redes hospitalares, com realocação dos antigos profissionais em alguns casos e contratação de pessoal pela atual gestão.

Um dos protagonistas e o diferencial da ESF é o ACS, integrado oficialmente à equipe através do Programa de Agentes Comunitários de Saúde em 1991. São pessoas que já estão inseridas na população do território e promovem a saúde com ações básicas, realizando a interlocução entre comunidade e governo e a integração dos serviços de saúde da AB no território (SPS, 2000; MARZARI et al., 2011).

Adicionalmente, é de extrema relevância ressaltar o papel da AB em situações emergenciais, como no surgimento de epidemias e até mesmo em pandemias. A falta de investimentos nesse setor agrava o SUS em todos seus componentes para o combate à doença, uma vez que é na APS que muitos casos vão em busca do cuidado. Juntamente à área de comunicação, como campanhas públicas promovidas por instituições governamentais, os profissionais da área da saúde devem utilizar o enfoque comunitário para acolher os casos que chegam na unidade, educando a população do território e acompanhando cada indivíduo suspeito e confirmado para determinado agravo ou doença através da vigilância em saúde e monitoramento da população (SARTI et al., 2020; BONES et al., 2018).

Conjuntamente, o período de vivências no LabCen permitiu a compreensão do fluxo laboratorial e a relevância do mesmo no suporte à vigilância e monitoramento de agravos e doenças. O funcionamento de modo complementar aos programas de saúde é de elevada importância para a resposta eficaz e oportuna dos serviços sanitários. Desde tempos remotos os laboratórios averiguam a propagação de doenças na população, pela bacteriologia como nos estudos epidemiológicos de John Snow e William Bud, ou na forma de transmissão de outras enfermidades pela alimentação e/ou água na metade do século XVI (CARVALHO, 1976).

Em resposta de emergência na investigação de surtos, os laboratórios municipais podem realizar exames de apoio para a tomada de medidas e elaboração de estratégias pela gestão. Na pandemia de COVID-19, locais com considerável número de surtos foram as ILPIs, um dos principais grupos de risco da infecção pelo SARS-Cov-2; assim como indivíduos integrantes de comunidades indígenas. No LabCen-PACS durante um período da pandemia de COVID-19, exames de RT-PCR foram realizados e, além da pertinência do aprendizado técnico do residente, os resultados dos testes possibilitaram a contribuição para o monitoramento desses grupos vulneráveis evitando o aumento da transmissão nos locais de surto.

Os laboratórios municipais desempenham papel essencial na ampla missão da saúde pública, e por isto sua função tem sido repensada no enfrentamento de doenças emergentes e reemergentes, como em pesquisas de saúde pública para resposta à questões de conhecimento científico juntamente com parceiros acadêmicos, além da revisão das normas técnicas e operacionais para atualização de processos. Oportunidades didáticas e experienciais também podem ser vivenciadas no laboratório, possibilitando a compreensão dos fluxos, as técnicas e como ocorre o funcionamento da interlocução com outros setores públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diferentes campos da saúde coletiva trazem aprendizados enriquecedores para quem os vivencia. Existe uma pluralidade de saberes e técnicas absorvidas pelo residente, porém, a dimensão humanitária pode ser um dos enfoques mais notáveis do campo, tanto na interação profissional e usuário, quanto nas atividades exercidas com colegas e professores e outros profissionais da área da saúde.

Ainda que os locais de trabalho e aprendizado tenham sido discrepantes em termos de serviços prestados, todos são essenciais para a integralidade da RAS, possibilitando uma visão ampla das necessidades dos usuários do SUS.

Não obstante, a chegada da pandemia de COVID-19 exigiu a reorganização dos serviços de saúde; porém, as dificuldades no enfrentamento da propagação do vírus apresentaram a fraqueza da gestão pública e o despreparo do governo em uma situação de emergência em saúde. Tendo em vista todo este cenário, a residência em saúde coletiva retratou pontos aprazíveis e admiráveis dos serviços de saúde pública, entretanto, foi possível observar que ainda há numerosas mudanças que devem ser realizadas para a concretização prática dos princípios e diretrizes do SUS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANVISA. **Nota técnica nº 05/2020- SARS-CoV-2/ANVISA** – Orientações para a Prevenção e o Controle de Infecções pelo Novo Coronavírus em instituições de longa permanência para idosos (ilpi). ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária. 2020.

BAGRICHEVSKY, M.; ESTEVÃO, A. **Saúde coletiva: dialogando sobre interfaces temáticas**. 2. ed. Ilhéus: Editora da UESC, 2015.

BONES, A.A.N.S.; COSTA, M.R.; CAZELLA, S.C. A educação para o enfrentamento da epidemia do HIV. **Interface**, Botucatu, v. 22, supl. 1, p. 1457-1469, 2018.

BORTOLI, F.R.; KOVALESKI, D.F. Efetividade da participação de um conselho municipal de saúde na região Sul do Brasil. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1168-1180, 2019.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 1990

BRASIL. Portaria nº 280, de 21 de julho de 1977, que institui o Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública. **Diário Oficial da União**: Brasília, 1977.

BRASIL. Portaria nº 2.031, de 23 de setembro de 2004, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2004.

BRASIL. Grupo Técnico da Comissão Intergestores Tripartite. **Diretrizes para Organização das Redes de Atenção à Saúde do SUS**. Brasília: GTCIT, 2010.

BRASIL. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Secretaria de Atenção à Saúde. Implantação das Redes de Atenção à Saúde e outras estratégias da SAS**. Brasília, 2014.

BRASIL. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sobre a doença**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br>.

BUBLITZ, J. Por ordem do STF, prefeitura de Porto Alegre fechará órgão responsável por saúde da família. **Zero Hora**, Porto Alegre, 17 set. 2019.

CAMPOS, G.W.S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Cienc Saude Colet**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 219-230, 2000.

CAMPOS, G.W.S.; DOMITTI, A.C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. **Cad Saude Publica**, v. 23, nº 2, p. 399-407, 2007.

CARVALHO, J.P.P. Os laboratórios de saúde pública nos programas de saúde. **Rev Saude Publica**, São Paulo, v. 10, nº 2, p.191-207, 1976.

CECILIO, L.C.O. et al. A Atenção Básica à Saúde e a construção das redes temáticas de saúde: qual pode ser o seu papel? **Cienc Saude Colet**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 11, p. 2893-2902, 2012.

COSTA, R.P. Interdisciplinaridade e equipes de saúde: concepções. **Mental**, v. 5, nº 8, p.107-124, 2007.

DA COSTA, A.V. et al. Home palliative care of patients with chronic conditions during the Coronavirus 2019 pandemic. **JONAH**, v. 10, nº 4, 2020.

DA SILVA, D.C. et al. Evolution and epidemic spread of SARS-CoV-2 in Brazil. **Science**, v. 369, p. 1255–1260, 2020.

DE BRUIN, Y.B et al. Initial impacts of global risk mitigation measures taken during the combatting of the COVID-19 pandemic. **Saf Sci**, 104773, 2020.

FIOCRUZ – Casa de Oswaldo Cruz. Instituto Vacínico Municipal. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. 2009. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

FIOCRUZ – Casa de Oswaldo Cruz. Laboratório de Bacteriologia do Estado de São Paulo. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. 2009. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

FIOCRUZ – Casa de Oswaldo Cruz. Instituto Soroterápico Federal. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. 2009. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

HUET, J.M.M.; DE SOUZA, M.F.P. Promoção da saúde e intersetorialidade: a experiência da vigilância em saúde do trabalhador na construção de redes. **Epidemiol Serv Saude**, v. 12, nº 3, p. 121-130, 2003.

INHORN, S.L. et al. The State Public Health Laboratory System. **Public Health Rep**, v. 125, Suppl 2, p. 4-17, 2010.

ISER B.P.; SILVA I.; RAYMUNDO, V.T.; POLETO, M.B.; SCHUELTER-TREVISOL, F.; BOBINSKI, F. Definição de caso suspeito da COVID-19: uma revisão narrativa dos sinais e sintomas mais frequentes entre os casos confirmados. **Epidemiol Serv Saúde**, Brasília, v. 29, nº 3, 2020.

LIMA, L.M.; LIMA, M.J.; BERTOLLO, L.A.; FONTES, A.M. Diagnóstico de HIV entre idosos realizados pelo LACEN-BA, 2006-2010. **Atualiza Saude**, v. 2, nº2, 2015.

LORENZETTI, J. et al. Health management in Brazil: dialogue with public and private managers. **Texto Contexto Enferm**, v. 23, nº 2, p. 417-425, 2014 .

LUZ, M.T. Complexidade do campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade de saberes e práticas - análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. **Saude Soc**, São Paulo , v. 18, n. 2, p. 304-311, 2009.

MARZARI, C.K.; JUNGES, J.R.; SELLI, L. Agentes comunitários de saúde: perfil e formação. **Cienc Saude Colet**, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 873-880, 2011.

MATOS, E.; PIRES, D.E.; CAMPOS, G.W.S. Relações de trabalho em equipes interdisciplinares: contribuições para a constituição de novas formas de organização do trabalho em saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília , v. 62, nº 6, p. 863-869, 2009.

MENDES, E.V. As redes de atenção à saúde. **Cienc Saude Colet**, v. 15, nº 5, p. 2297-2305, 2010.

MENICUCCI, T.M.G. O Sistema Único de Saúde, 20 anos: balanço e perspectivas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 1620-1625, 2009.

MINAS GERAIS. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. **Oficinas de qualificação da atenção primária à saúde em Belo Horizonte**. Oficina 2 – Redes de Atenção à Saúde e Regulação Assistencial. Guia do Participante. Belo Horizonte: ESPMG, 2011.

NOTARI A.; TORRIERI G. COVID-19 transmission risk factors. **arXiv preprint**, arXiv:2005.03651, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Public health laboratories**. OMS, 2020. Disponível em: <http://www.emro.who.int/health-topics/public-health-laboratories>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Situation Report - 1: Novel Coronavirus (2019-nCoV)**. OMS, 2020.

PAIN, J.S. e Naomar, A.F. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? **Rev Saude Publica**, v.32, n. 4, p. 299-316, 1998.

PIMENTEL, R.M.; DABOIN, B.E.; DE OLIVEIRA, A.G.; MACEDO JR, H. The dissemination of COVID-19: an expectant and preventive role in global health. **J Hum Growth Dev**, v. 30, nº 1, p.135-40, 2020.

PONCE, D. The impact of coronavirus in Brazil: politics and the pandemic. **Nat Rev Nephrol**, v. 16, nº 9, p. 483, 2020.

PORTO ALEGRE. Coronavírus em Porto Alegre: **Decretos**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 2020. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/coronavirus/decretos>.

PORTO ALEGRE. **Plano Municipal de Saúde 2018-2021**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Saúde. 2017.

PORTO ALEGRE. Conselho Municipal de Saúde. **Nota Pública do CMS sobre a extinção do IMESF**. 18 set. 2019.

RODRIGUES, C.; BARROS, H. **Da emergência de um novo vírus humano à disseminação global de uma nova doença—Doença por Coronavírus 2019 (COVID-19)**. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará-SESA/CE. Coronavírus (COVID-19)-Cuidados em Saúde Mental. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. COVID-19: **Decretos Estaduais**. Secretaria da Saúde. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.rs.gov.br/decretos-estaduais>.

RIO GRANDE DO SUL. Estratégia COVID-19: **Gabinete de Crise**. 2020. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/gabinete-de-crise-5ea1b7aedde0c>.

SANCHEZ, M.C.O. et al. Pandemia do Coronavírus e Atenção Primária: reflexões sobre os desafios dos gestores. **Res Soc Dev**, v. 9, nº 7, 2020.

SARTI, T.D.; LAZARINI, W.S.; FONTENELLE, L.F.; ALMEIDA, A.P.S.C. Qual o papel da Atenção Primária à Saúde diante da pandemia provocada pela COVID-19? **Epidemiol Serv Saude**, vol.29, n.2, 2020.

SCHERER, M.D.A.; PIRES, D.; SCHWARTZ, Y. Trabalho coletivo: um desafio para a gestão em saúde. **Rev Saude Publica**, v. 43, nº 4, p. 721-725, 2009.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAUDE. Programa Saúde da Família. **Rev Saude Publica**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 316-319, 2000.

SILVEIRA, M.F. et al. Population-based surveys of antibodies against SARS-CoV-2 in Southern Brazil. **Nat Med**, v. 26, nº 8, p. 1196-1199, 2020.

SOCIOAMBIENTAL. **COVID-19 e os Povos Indígenas**. 2020. Disponível em: <https://covid19.socioambiental.org/>.

TANAKA, O.Y.; TAMAKI, E.M. O papel da avaliação para a tomada de decisão na gestão de serviços de saúde. **Cienc Saude Colet**, v.17, nº 4, p. 821-828, 2012.

VICECONTE, G.; PETROSILLO, N. COVID-19 R0: Magic number or conundrum? **Infect Dis Rep**, v. 12, nº1, p. 8516, 2020.

WANG, R.L et al. Identification of a novel coronavirus causing severe pneumonia in human: a descriptive study. **Chin. Med. J**, v. 133, nº 9, p. 1015-1024, 2020.

WILDER-SMITH, A.; FREEDMAN, D.O. Isolation, quarantine, social distancing and community containment: pivotal role for old-style public health measures in the novel coronavirus (2019-nCoV) outbreak. **J Travel Med**, v. 27, nº 2, 2020.

WILSON, M.L.; GRADUS, S.; ZIMMERMAN, S.J. The role of local public health laboratories. **Public Health Rep**, v. 125, Suppl 2, p. 118-122, 2010.

WINTER, A.K.; HEGDE, S.T. The important role of serology for COVID-19 control. **Lancet Infect Dis**, v. 20, nº 7, p.758-759, 2020.

CAPÍTULO 26

LUTO EM TEMPOS DE COVID-19: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA NACIONAL

DOI: 10.47402/ed.ep.c202145826959

Pedro Henrique Mesquita de Araújo, Graduado em Psicologia, UFC, Psicólogo
Rodrigo da Silva Maia, Doutor em Psicologia, UFRN, Professor do Magistério Superior da UFC

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo caracterizar, por meio de uma revisão de literatura, as produções que abordam o luto por vítimas de COVID-19, de modo a analisar como a temática do luto por vítimas de COVID-19 se apresenta nas publicações. Para isso foi realizada uma revisão do tipo integrativa, buscando artigos disponíveis nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos CAPES e também na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) com a seguinte expressão (luto OR enlutamento OR perda OR perdas) AND ("COVID-19" OR coronavírus OR pandemia). Após a realização da busca e averiguação a partir dos critérios de inclusão e exclusão, obteve-se um total de 7 artigos, os quais foram lidos na íntegra e sumarizados em tabela. Ademais, foi realizada também uma análise temática dos artigos selecionados. Os resultados mostram a importância dos rituais de despedida para a elaboração de um luto saudável. Com a pandemia de COVID-19, os tradicionais rituais fúnebres tiveram que ser reconfigurados, o que tornou necessário a emergência de novas formas de despedida para homenagear aqueles que partiram. Com isso o luto pode sofrer profundos impactos que podem se refletir na saúde mental da população, se mostrando necessária a existência de apoio profissional especializado para o enlutado, acompanhando-o agora e ao final da pandemia, o que passa, entre outras coisas, pelo fortalecimento de serviços já existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Luto; Perda; COVID-19; Rituais Fúnebres; Revisão de Literatura.

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019 foi identificado na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, a existência de um novo tipo de coronavírus (Sars-CoV-2) responsável por uma doença respiratória, que mais tarde viria a ser nomeada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de COVID-19, acrônimo do termo em inglês *Coronavirus Disease 2019*. Esse vírus se espalhou de forma rápida pelos países, o que levou a OMS a declarar, em janeiro de 2020, situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), e em março do mesmo ano foi declarada pandemia. No Brasil, o primeiro caso foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020; MALTA *et al.*, 2020; XAVIER *et al.*, 2020).

Os sintomas iniciais da COVID-19 podem remeter a uma gripe, sendo que o indivíduo

pode manifestar desde a forma branda da doença até uma Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). Por outro lado, há indivíduos que mesmo se infectando com o vírus não apresentam sintoma, sendo chamados de assintomáticos. A literatura afirma que a maioria dos casos será considerada leve ou moderado, com a possibilidade do surgimento dos seguintes sintomas: “[...] mal-estar, febre, fadiga, tosse, dispneia leve, anorexia, dor de garganta, dor no corpo, dor de cabeça ou congestão nasal, sendo que algumas também podem apresentar diarreia, náusea e vômito” (ISER *et al.*, 2020, p. 5). Pode haver ainda o relato de sintomas como diminuição ou perda do olfato, e perda do paladar (ISER *et al.*, 2020; XAVIER *et al.*, 2020).

Por outro lado, idosos, imunossuprimidos e pessoas com comorbidades preexistentes são considerados grupos de risco, com altas chances de desenvolverem a forma mais severa da doença, o que requer atenção redobrada para com esse público (ISER *et al.*, 2020; XAVIER *et al.*, 2020). Assim, segundo Iser *et al.* (2020, p.7)

[...] indivíduos de todas as idades que possuam doença crônica relacionada aos pulmões, asma, tuberculose vigente ou sequelas de doença pregressa, diabetes, hipertensão, obesidade severa, doenças renais crônicas, doenças hepáticas, imunodeficiência e problemas cardíacos também pertencem ao grupo de risco.

A forma de transmissão da COVID-19, por sua vez, ocorre por meio das gotículas expelidas ao falar, tossir ou espirrar. Há ainda alto risco de contaminação no contato direto com pessoas infectadas, ou quando, após o contato com superfícies ou objetos contaminados (celulares, maçanetas, botões de elevadores, por exemplo) e sem a higienização devida das mãos, se toca os olhos, nariz ou boca (BRASIL, 2020). Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020, p. 6) “[...] existe a possibilidade de transmissão por aerossóis, principalmente em exposições a curtas distâncias e em ambientes fechados, além de procedimentos em saúde, como: intubação, broncoscopia, aspiração, nebulização, traqueostomia, etc”. A contaminação pelo vírus ainda pode ocorrer ao se manejar sem os devidos cuidados os corpos de falecidos pela doença (BRASIL, 2020).

Dessa forma, em boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde do Brasil, referente à Semana Epidemiológica (SE) 53, que compreende de 27/12/2020 a 02/01/2021, o Brasil apresentava taxa de incidência de 3.671,9 casos por 100 mil habitantes, e taxa de mortalidade de 93,1 óbitos por 100 mil habitantes (BRASIL, 2021). Já ao final dessa mesma Semana Epidemiológica, o Brasil apresentava uma estimativa de 6.769.420 casos recuperados e 751.260 casos em acompanhamento (BRASIL, 2021). No entanto, há um fator importante a ser levado em conta, apontado por Xavier *et al.* (2020, p.7) que diz: “É importante considerar o subdiagnóstico e a subnotificação, especialmente em países de baixa renda, pois a taxa de

mortalidade pode aumentar e distorcer a curva de distribuição de acordo com a quantidade de testes que um determinado país realizou”.

Assim, se tornou necessária a existência de protocolos de segurança para conter a rápida transmissão do vírus, para que não houvesse uma superlotação dos serviços de saúde e, conseqüentemente, o colapso destes, devido a grande quantidade de pessoas doentes ao mesmo tempo (GARCIA, 2020). Tais protocolos são denominados de intervenções não farmacológicas (INF). Estas intervenções, segundo Garcia (2020, p. 1):

[...] incluem medidas com alcance individual, ambiental e comunitário, como a lavagem das mãos, a etiqueta respiratória, o distanciamento social, o arejamento e a exposição solar de ambientes, a limpeza de objetos e superfícies, e a restrição ou proibição ao funcionamento de escolas, universidades, locais de convívio comunitário, transporte público, além de outros locais onde há aglomeração de pessoas.

Outra medida individual importante citada pela autora é o uso de máscara (GARCIA, 2020). No entanto, entre estas medidas de segurança, destaca-se o isolamento social, que segundo Malta *et al.* (2020, p. 2) “[...] resulta ser a medida mais difundida pelas autoridades, e a mais efetiva para evitar a disseminação da doença e achatar a curva de transmissão do coronavírus”. Nesse contexto, aulas foram suspensas e comércios não essenciais foram fechados, obrigando alguns trabalhadores a se adequarem ao trabalho em casa (*home office*). Estados e municípios decretaram bloqueio total (*lockdown*), chegando a punir quem desrespeitasse suas orientações (MALTA *et al.*, 2020). Conseqüentemente, diante da necessidade de isolamento, os tradicionais rituais de despedida também tiveram que ser suspensos, o que pode afetar a elaboração saudável do luto, dada a importância de tais rituais para aqueles que o praticam (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020; SOUZA; SOUZA, 2020).

Segundo Kovács (1992, p. 151), “o processo de luto por definição é um conjunto de reações diante de uma perda”. Constitui-se uma experiência singular, que como tal deve ser respeitada, não havendo uma norma que a regule (KOVÁCS, 1992). Durante a vivência do luto o sujeito pode experimentar desespero, pânico e raiva diante da perda, ao mesmo tempo em que pode surgir a sensação de irrealidade e a esperança de reencontrar o ente querido. O sono e a alimentação também podem ser alterados. Além disso, há tristeza intensa quando se percebe que a morte da pessoa é algo sem volta. Em alguns casos, pode haver a sensação de vazio e perda do valor da vida, quando se acredita que sem a outra pessoa as coisas não fazem sentido. Posteriormente, espera-se que ocorra a aceitação da perda, com a ideia de que a vida precisa continuar, ainda que possa haver saudade (KOVÁCS, 1992).

O percurso descrito anteriormente caracteriza o processo de luto esperado. Contudo, existem situações em que pode ocorrer um luto complicado. Este pode caracterizar-se enquanto um estado de desorganização subjetiva prolongado experienciado pelo indivíduo que perdeu um ente próximo, de modo tal que este se vê impedido de retomar suas atividades, funções e rotinas com a qualidade tal qual desempenhava antes da perda (BRAZ; FRANCO, 2017). Braz e Franco (2017) apontam ainda a existência de fatores protetivos na prevenção do luto complicado, sendo estes: o apego seguro; a qualidade do vínculo (relações sem conflitos); o tipo de apoio que o indivíduo recebe; a realização de rituais (auxiliam no fechamento do ciclo); o luto antecipatório (oportunidade para resolver pendências); o tipo de morte; o luto reconhecido; e a resiliência. E como fatores de risco para o desenvolvimento de luto complicado destacam: o apego inseguro; a qualidade do vínculo (relações com conflitos); idade do falecido; também o tipo de apoio; o tipo de morte (mortes violentas e/ou abruptas tendem a ser um complicador adicional); a não localização do corpo; a manutenção do vínculo de forma idolatrada; a história de vida e personalidade do enlutado; a impossibilidade de despedida (luto antecipatório) e o luto não reconhecido pela sociedade.

Braz e Franco (2017, p. 95) afirmam que “[...] esses fatores podem variar de acordo com cultura, contexto, personalidade e significado que o enlutado confere ao acontecimento”. As autoras reforçam ainda que os fatores protetivos não impedem o indivíduo de sofrer com a morte de alguém especial, no entanto podem auxiliar na elaboração desse processo. Além do mais, “[...] mesmo que seja identificado um fator de risco ou proteção não significa que ele necessariamente vai ter efeito no processo de luto, e sim que há uma possibilidade de ser protetor ou complicador” (BRAZ; FRANCO, 2017, p. 95). Nesse sentido, Kovács (1992) afirma que a supressão da vivência do luto pode levar a consequências consideráveis para a saúde mental do indivíduo, acarretando, até mesmo, no desenvolvimento de doenças psíquicas. Cabe então a reflexão acerca da vivência desse fenômeno em tempos de COVID-19, com as complicações decorrentes desse período.

Como dito anteriormente, os rituais de despedida estão suspensos devido às medidas de isolamento social. A recomendação das autoridades sanitárias é que se houverem velórios, estes sejam realizados com uma quantidade mínima de pessoas (apenas os mais próximos do falecido), e que o sepultamento seja feito com o caixão lacrado, de modo a evitar possíveis contaminações. Os procedimentos de cuidado para com o corpo também foram impedidos (BRASIL, 2020; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020). Sobre a importância dos rituais para o luto, Souza e Souza (2019, p. 5) afirmam:

Os rituais podem ajudar a simbolizar a morte do ente querido, favorecendo a reintegração cotidiana e social rompida pela mudança que a perda ocasiona. Além do mais, o investimento e dedicação presentes nos rituais poderão amenizar possíveis sentimentos de culpa, sendo o ritual fúnebre necessário para a maturação psicológica, por ter atribuições relevantes como: ajudar o indivíduo a confrontar-se com a perda concreta, entrando no processo de luto, possibilitando-lhe também a manifestação pública de seu pesar.

Há ainda o fato de que as mortes por essa doença podem ser súbitas e inesperadas, devido à rápida piora no quadro de saúde do paciente. Isso também pode se configurar um fator complicador para a elaboração do luto, trazendo prejuízos psíquicos consideráveis para o indivíduo (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020). Segundo Kovács (1992), mortes em que não há oportunidade para preparo, que ocorrem de maneira brusca, tendem a ser mais difíceis. Nesse contexto, o “luto antecipatório” é prejudicado.

Diante da pandemia de COVID-19 se faz necessária a adoção de estratégias que possibilitem a realização das despedidas, para homenagear os entes queridos que morreram e oferecer o amparo devido aos enlutados, agindo de forma a prevenir complicações no luto. Nesse contexto ganham força ações com o uso de recursos tecnológicos para a realização de rituais alternativos (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Podemos, então, afirmar que a pandemia de COVID-19 configura-se como uma situação nova, atípica, e como tal, merecedora de atenção por parte da comunidade científica. Assim sendo, torna-se necessário conhecer melhor as especificidades da vivência do luto nesse contexto, de forma a incentivar possibilidades criativas na experiência desse fenômeno, para além das impossibilidades encontradas; assim como auxiliar profissionais da saúde, ou de outras áreas, no cuidado para com enlutados. Isto posto, o presente estudo tem o objetivo de caracterizar, por meio de uma revisão de literatura, as produções que abordam o luto por vítimas de COVID-19, de modo a analisar como a temática do luto por vítimas de COVID-19 se apresenta nas publicações.

MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que segundo Roman e Friedlander (1998), possibilita a reunião e síntese do conhecimento adquirido em pesquisas feitas sobre determinada temática, de maneira sistemática e ordenada, auxiliando no aprofundamento do conhecimento sobre o assunto pesquisado. Carvalho, Silva e Sousa (2010, p. 103) afirmam que esse tipo de revisão “combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular”.

Para analisar como a temática do luto por vítimas de COVID-19 se apresenta nas publicações brasileiras, foram pesquisados artigos científicos, durante o mês de dezembro de 2020, na base de dados do Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos CAPES e também na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). A busca foi realizada utilizando a seguinte expressão: (luto OR enlutamento OR perda OR perdas) AND ("COVID-19" OR coronavírus OR pandemia). Foi verificada a presença dos termos no título do artigo, no resumo ou nas palavras-chave de cada trabalho.

Os critérios de inclusão são: a) publicações em língua portuguesa; b) artigos científicos disponibilizados na íntegra em formato *online*; c) estudos que consistem em relatos de experiência, revisões de literatura e pesquisas empíricas; d) produções datadas de março de 2020, considerando o primeiro caso da doença na América Latina, a dezembro de 2020; e) que abordassem a temática do luto por vítimas de COVID-19. Os critérios de exclusão foram: a) artigos escritos em outros idiomas; b) teses, dissertações, monografias, editoriais, livros e/ou capítulos de livros; c) artigos que apenas citam a temática do luto por vítimas de COVID-19, sem aprofundar a discussão sobre o tema.

Após a seleção dos artigos foi feita a leitura integral dos materiais selecionados. Em seguida, foi realizada uma descrição das informações bibliométricas, caracterizando os dados de autoria, mês da publicação, periódico de veiculação do artigo, objetivo do artigo e tipo de estudo. Além disso, foi realizada uma análise temática, baseada na proposição de Souza (2019, p. 52) que afirma que a Análise Temática “[...] é um método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos”. Assim, foram criadas três unidades temáticas para apresentar os resultados do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a realização da busca, obteve-se os seguintes achados: na base de dados SciELO foram encontrados 39 artigos. Entretanto, considerando os critérios de seleção e a existência de artigos que se repetiam, foram selecionados 4 artigos. Já no Portal de periódicos CAPES foram identificadas 166 fontes, sendo efetivamente selecionados apenas 2 artigos. E por fim, no LILACS, obtiveram-se 48 estudos disponíveis no total, sendo incluídos na presente revisão 1 fonte desta base de dados. Portanto, obteve-se um total de 7 artigos, os quais foram lidos na íntegra e sumarizados na tabela 1.

Tabela 1 - Dados bibliométricos dos artigos da revisão

Autores	Revista	Mês de publicação	Objetivo	Desenho
Neto <i>et al.</i>	Research, Society and Development	Setembro	Explicar acerca do processo de enlutamento frente à COVID-19	Revisão Narrativa da Literatura
Cardoso <i>et al.</i>	Revista Latino-Americana de Enfermagem	-----	Compreender os sentidos atribuídos ao fenômeno da supressão de rituais fúnebres por pessoas que amargaram perdas de entes queridos no contexto da COVID-19.	Pesquisa documental de abordagem qualitativa/Análise Temática
Magalhães <i>et al.</i>	Revista Baiana de Enfermagem	Julho	Conhecer as implicações sociais e para a saúde que acometem pessoas enlutadas pela morte de familiares vítimas da COVID-19	Revisão Narrativa da Literatura
Crepaldi <i>et al.</i>	Estudos de Psicologia (Campinas)	-----	Sistematizar conhecimentos sobre os processos de terminalidade, morte e luto no contexto da pandemia de COVID-19	Revisão Narrativa da Literatura
Oliveira	Research, Society and Development	Julho	Refletir sobre a saúde mental em alguns segmentos específicos durante a pandemia do novo coronavírus	Revisão Narrativa da Literatura
Rente; Merhy	Psicologia e Sociedade	-----	Propor uma reflexão sobre a importância da vivência coletiva dos processos de luto interditados pela emergência da pandemia da COVID-19	Cartografia

Dantas <i>et al.</i>	Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental	Setembro	Discutir aspectos universais e peculiares da vivência de luto no contexto da pandemia por COVID-19, a partir de escuta clínica de familiares que perderam seus parentes que se encontravam internados.	Relato de experiência
----------------------	--	----------	--	-----------------------

Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir da revisão.

Observa-se uma predominância de estudos do tipo Revisão Narrativa de Literatura. Quanto ao período das publicações, estas foram veiculadas, em sua totalidade, no segundo semestre do ano de 2020, exceto àqueles casos em que o periódico não divulga o mês da publicação. Há uma variedade nos periódicos, sendo que dois dos sete artigos encontrados foram publicados pelo periódico *Research, Society and Development*.

A seguir serão apresentadas as três unidades desdobradas pela análise temática. As unidades temáticas criadas foram: “A restrição de rituais de despedida e o desenvolvimento de complicações no luto”; “COVID-19: uma morte ruim e necessidade de novas formas de despedida”; “Os cuidados com o enlutado e a necessidade de espaços para acolhimento da dor”.

A RESTRIÇÃO DE RITUAIS DE DESPEDIDA E O DESENVOLVIMENTO DE COMPLICAÇÕES NO LUTO

Crepaldi *et al.* (2020) afirmam que o isolamento social, imposto como medida de contenção à rápida transmissão do vírus, dificulta ou mesmo impossibilita a realização dos tradicionais rituais de despedida, que são considerados importantes na elaboração do luto, o que pode se tornar um fator de risco para desencadeamento de um luto complicado e outros comprometimentos psicológicos. Essa posição é corroborada por cinco dos sete estudos revisados, que reiteram que a impossibilidade de realização de rituais de despedida e o distanciamento físico da rede de apoio, i.e., outros familiares e amigos, por exemplo, tem trazido prejuízos psíquicos para os enlutados, já que estes não recebem o conforto e o acolhimento tão importantes diante da perda (CARDOSO *et al.*, 2020; DANTAS *et al.*, 2020; MAGALHÃES *et al.*, 2020; NETO *et al.*, 2020; OLIVEIRA, 2020).

Oliveira (2020) e Dantas *et al.* (2020) ainda acrescentam que esse contexto configura-se como um não fechamento de um ciclo. Segundo Neto *et al.* (2020), em contexto de pandemia, o contato com a morte se torna mais frequente que o habitual. Ela é repentina, inesperada e muitas vezes precoce, o que dificulta o processo de elaboração saudável do luto.

Cardoso *et al.* (2020) analisaram, através da análise temática indutiva, depoimentos de familiares de falecidos, extraídos de sítios da internet. A partir disso, os autores concluem que não poder prestar apoio ao ente querido no decorrer da doença traz muito sofrimento aos familiares. A forma como a doença se instala e a rapidez com que se desenvolve, muitas vezes, não dá possibilidade para os familiares se prepararem para a morte. E além da perda, ainda há o fato de terem que lidar com a não realização de velório, ou quando há, é efetuado com poucas pessoas e de forma rápida, com o caixão lacrado, sem a possibilidade de tocar e contemplar o corpo. A suspensão desses rituais é carregada de intenso sofrimento e não aceitação, o que torna o percurso mais doloroso e com a sensação de incompletude. Os estudos apontam ainda que para os familiares, prestar homenagens aos entes queridos é um gesto de saúde mental, que possibilita fazer reparações e reconciliações, e ainda trazer concretude à morte, um reconhecimento de que a vida efetivamente encerrou para àquele ente (CARDOSO *et al.*, 2020; DANTAS *et al.*, 2020).

Neto *et al.* (2020) caracterizam o luto como uma reação à perda de alguém querido, por conta da morte deste. O enlutado pode apresentar então sentimentos de tristeza e, em alguns casos, sintomas associados como a insônia e perda de apetite, por exemplo. Afirmam ainda que há uma diferença entre um luto normal e um luto considerado complicado. Na literatura, este último apresenta tempo cronológico de 12 meses (6 meses para crianças) em que o enlutado apresenta um conjunto de sintomas acentuados e persistentes do luto, sem melhoras ao longo do tempo, sendo assim caracterizado como Transtorno do Luto Complexo Persistente. Em outras palavras, após esse tempo as reações do luto seriam sintomas que interferem no funcionamento e nos relacionamentos da pessoa. Vale destacar que este não se trata de um diagnóstico oficial para a vivência do luto complicado, sendo necessários estudos posteriores (NETO *et al.*, 2020).

A literatura aponta a existência de fatores de risco para complicações do luto no contexto da COVID-19, sendo estas: a fragilidade de apoio da rede socioafetiva, devido às medidas de isolamento; as múltiplas perdas de pessoas próximas, que afetam a capacidade do sujeito no enfrentamento destas perdas; o sentimento de culpa que pode ser vivido quando a pessoa acredita que foi a responsável pela infecção do falecido, o que pode caracterizar-se enquanto uma fonte adicional de sofrimento e raiva; e a sensação de que o familiar não teve um funeral considerado digno, uma vez que existe uma representação ideal acerca deste evento (CREPALDI *et al.*, 2020; DANTAS *et al.*, 2020; NETO *et al.*, 2020).

Cardoso *et al.* (2020) ainda ressaltam que outros fatores vêm dificultando o processo de elaboração da perda para além das impossibilidades de apoio físico, como o conhecimento escasso acerca da doença, seu alto índice de letalidade e seu ritmo de contágio. Dantas *et al.* (2020) ainda afirmam que há a possibilidade do luto não ser reconhecido, ou deslegitimado, devido ao elevado número de mortes, o que também pode gerar complicações no luto.

Alguns fatores protetivos são apontados na literatura, como, por exemplo, o contato da família com a equipe de saúde para o compartilhamento de informações acerca da pessoa doente e a crença de alguns familiares que houve um propósito maior no falecimento do ente querido (CARDOSO *et al.*, 2020; DANTAS *et al.*, 2020).

Dantas *et al.* (2020) aponta outras perdas que somadas à morte do ente querido pode aumentar mais ainda o sofrimento do enlutado, tais como perdas financeiras, perda da rotina, perda de apoio emocional por conta do isolamento, perda de papéis sociais e atividades que estruturam o dia a dia.

COVID-19: UMA MORTE RUIM E A NECESSIDADE DE NOVAS FORMAS DE DESPEDIDA

Dantas *et al.* (2020) descrevem a experiência da escuta clínica de familiares que estão vivenciando o processo de luto por vítimas da COVID-19, através de um serviço chamado Apoio Emocional aos Pacientes com COVID-19 e seus familiares (APEM-COVID), cujo objetivo é oferecer uma escuta acolhedora aos seus usuários e minimizar o sofrimento psíquico relacionado ao adoecimento e internação no contexto atual.

Neste estudo, os autores afirmam que os usuários trazem a questão do sofrimento pela não realização de rituais fúnebres; mas também abordam fantasias acerca da possibilidade da troca de corpos, ou seja, o ente querido ainda está vivo e outra pessoa foi sepultada em seu lugar. Há relatos de sentimentos de “incompletude”, de “tarefa inacabada”, e menções ao “saco preto” ou “saco de lixo”, no qual o corpo teria sido depositado, o que acentua a sensação que a morte por COVID-19 é desprovida de dignidade (DANTAS *et al.*, 2020).

A literatura destaca ainda que há uma frustração por não poder proporcionar um funeral à altura para a pessoa que morreu, assim, a morte por COVID-19 é considerada “ruim” (DANTAS *et al.*, 2020; MAGALHÃES *et al.*, 2020). Para Magalhães *et al.* (2020) essa concepção se junta aos sentimentos de dor pelo sofrimento do familiar com o qual não se teve contato, culpa por não poder protegê-lo e injustiça por supor que os tratamentos e o cuidado ofertados não foram suficientes.

Cardoso *et al.* (2020) afirmam que os cuidados após a morte também foram interrompidos (procedimentos de tanatopraxia), o que eleva o sentimento de desumanização da morte por COVID-19. O fato dos sepultadores usarem Equipamentos de Proteção Individual (EPI) também foi um fator citado que acentua a descaracterização dos rituais tradicionais. Em alguns casos, aliado ao luto, há relatos de preconceito por conta da doença, em que o enlutado é visto como potencial transmissor do vírus, e que por isso se deve manter distância.

Dessa forma, estudos afirmam que é necessária a adoção de novos formatos de rituais de despedida, já que as manifestações tradicionais estão impedidas por conta do distanciamento social (CARDOSO *et al.*, 2020; CREPALDI *et al.*, 2020; MAGALHÃES *et al.*, 2020; NETO *et al.*, 2020). Os autores pontuam a utilização, por exemplo, de recursos tecnológicos como smartphones, tablets ou computadores, para a realização de videochamadas e envio de textos e áudios, de modo a fortalecer a rede de apoio do enlutado no momento da perda, sem abrir mão das medidas de distanciamento; realização de rituais individuais como acender uma vela; enviar uma carta escrevendo o que não pôde falar; rever fotos do ente querido que morreu; cantar ou reproduzir músicas importantes para este; realização de velórios online; se possível, visitar um local que traga conforto e acolhimento para o familiar; e a criação de memoriais online para se prestar homenagens à pessoa que morreu e as condolências aos familiares.

Ainda nesse contexto se mostra importante a realização de rituais relacionados à espiritualidade, se for da vontade da família, como missas e cultos online e o contato com líderes religiosos. Os autores afirmam que tais rituais adotados nesse contexto não substituem os rituais tradicionais, mas podem auxiliar as pessoas no momento da despedida e no apoio mútuo diante da perda (CARDOSO *et al.*, 2020; CREPALDI *et al.*, 2020; MAGALHÃES *et al.*, 2020; NETO *et al.*, 2020).

OS CUIDADOS COM O ENLUTADO E A NECESSIDADE DE ESPAÇOS PARA ACOLHIMENTO DA DOR

Oliveira (2020) salienta a importância de estratégias de cuidado da saúde mental no contexto de pandemia da COVID-19, devido aos impactos desta para a população. Assegura que as pessoas que perderam entes queridos e amigos necessitam de uma atenção especial. A autora aponta que o sofrimento e a tristeza não devem ser considerados doenças. Nem todo enlutado vai precisar de ajuda, mas é necessário o desenvolvimento de estratégias de saúde mental para lidar com o pós-pandemia. Prossegue afirmando a necessidade da existência de espaços àqueles que demandarem atenção por conta de complicações com seu luto, para assim

garantir a elaboração deste por parte da família e amigos e com isso resgatar o prazer na vida.

Neto *et al.* (2020) afirmam que o sofrimento é normal diante da perda de um ente querido, e que qualquer pessoa pode vivenciar o luto. Continua dizendo que não se pode patologizar o luto, mas se faz necessária a existência de espaços para acolher e escutar as dores do enlutado, intervindo também em casos em que este possa apresentar comportamentos autodestrutivos. Magalhães *et al.* (2020) por sua vez, declaram que se faz necessário um cuidado intersetorial, e ampliação da rede de atenção psicossocial, para garantir um acompanhamento contínuo agora e após o fim da pandemia, aos familiares e conhecidos do falecido, auxiliando-os a lidar com o luto.

Uma estratégia citada por Neto *et al.* (2020) como importante para a atenção à saúde mental no contexto da COVID-19 são os Primeiros Cuidados Psicológicos (PCP), que são cuidados iniciais de atenção psicológica, que incluem apoio emocional e escuta sem julgamento. Eles não precisam ser feitos exclusivamente por psicólogos, mas podem ser realizados por profissionais que tenham recebido o treinamento adequado, se fazendo importante a existência de sensibilidade e abertura para acolher os enlutados. Em caso de óbito por COVID-19, os autores afirmam ser necessário verificar alguns aspectos junto aos familiares do falecido, de modo a proporcionar uma melhor condução no acompanhamento do luto, como a existência de rede de apoio, se teve acesso às informações relativas ao quadro de saúde do familiar, entre outros (NETO *et al.*, 2020).

Para Crepaldi *et al.* (2020) o profissional de psicologia pode atuar: previamente à morte do paciente, auxiliando na compreensão sobre a doença e no favorecimento de condições emocionais para a realização de rituais de despedida, como também após o funeral, realizando um acompanhamento com a família, e encaminhando-os em caso de luto complicado; na atenção à saúde mental dos profissionais de saúde e dos profissionais de funerárias, que presenciam mortes em massa; e na realização de orientações aos profissionais de saúde para lidar com as questões relativas aos processos de fim da vida.

Rente e Merhy (2020), por sua vez, ao proporem uma reflexão sobre a importância da vivência coletiva do luto, que está sendo impedida pela emergência da pandemia de COVID-19, afirmam a importância de se trazer novamente um protagonismo para a questão do luto, ritual que segundo os autores está sendo praticamente abandonado, se tornando algo invisível, muito também graças ao afastamento do homem do contato com as temáticas relativas à morte. A COVID-19, por sua vez, acaba com a ilusão de que é possível uma vida sem a morte, trazendo

a atenção também para o luto pela vida perdida, assim como pelos projetos interrompidos, e a vida modificada abruptamente.

A partir dos pressupostos de Judith Butler, os autores refletem sobre a possibilidade do enlutamento coletivo - com a oferta de espaços em que possam ser oferecidas a escuta empática, partilha e acolhimento do sofrimento, onde pode se habitar o luto - o que pode contribuir para a reorganização dos afetos, e o estabelecimento de novas formas de viver, espaços em que as potências de cada um seriam expandidas. Estes autores citam ainda episódios vivenciados na pandemia de ações de solidariedade e cuidado de si e do outro como potências que brotam da dor (RENTE; MERHY, 2020).

Dantas *et al.* (2020) destacam que a pandemia desafia à criação de novas formas de intervenção e cuidado. Para esses autores a ajuda aos enlutados se dá no âmbito da escuta empática e acolhedora, com estímulo à criatividade. Cardoso *et al.* (2020), por sua vez, salientam que a união em momentos de adversidade, através de campanhas de práticas solidárias, pode fazer a diferença e impactar de forma positiva a vida das pessoas. Crepaldi *et al.* (2020) enfatizam que tais processos de terminalidade, morte e luto são vivências únicas, singulares, e que não há uma rigidez ou norma no que concerne aos rituais de despedida e elaboração do luto em tempos de pandemia. Mas se faz necessário o fortalecimento das redes socioafetivas e de solidariedade entre as pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão pode servir como instrumento potente de pesquisa e aquisição de conhecimentos na medida em que possibilita uma síntese das publicações nacionais referentes ao fenômeno do luto por vítimas da COVID-19. Por se tratar de uma doença nova, ainda há muitas questões a serem respondidas, porém é impossível negar a sua letalidade, diante da quantidade de mortos já deixados em todo mundo. Dessa forma, conhecer as especificidades do enlutamento, nesse contexto, através de estudos como este, se torna essencial para a atividade de profissionais da saúde que lidam cotidianamente com mortes de pacientes, assim como para profissionais da saúde mental, possibilitando então o aperfeiçoamento da prática.

Assim sendo, observa-se, com esta revisão, a importância dos rituais de despedida para a elaboração de um luto saudável. A pandemia de COVID-19 trouxe inúmeras mudanças para o cotidiano das pessoas, entre elas a reconfiguração dos tradicionais rituais fúnebres. O surgimento de novas formas de despedida para homenagear aqueles que partiram foi necessário diante do isolamento social. Por conseguinte, o luto pode sofrer profundos impactos que podem

se refletir na saúde mental da população. Portanto, é necessária a existência de apoio profissional especializado para o enlutado, acompanhando-o continuamente agora e ao final da pandemia, o que passa, entre outras coisas, pelo fortalecimento de serviços já existentes.

A principal limitação deste estudo refere-se ao uso de literatura apenas nacional na constituição da revisão. Ampliar o uso da literatura para outras culturas pode trazer experiências e elementos novos, possibilitando a ampliação do entendimento acerca do objeto estudado. Outro fator importante que vale destacar é o fato de que a presente revisão é composta, em sua grande maioria, por revisões de literatura, o que mostra a necessidade de produção de dados científicos a partir da vivência dos próprios enlutados.

Diante do exposto, sugere-se para pesquisas futuras a realização de entrevistas com os enlutados para se conhecer de forma aprofundada a realidade dos mesmos. Os próprios estudos utilizados nesta revisão são categóricos quanto à necessidade disso (CARDOSO *et al.*, 2020; CREPALDI *et al.*, 2020; MAGALHÃES *et al.*, 2020; NETO *et al.*, 2020; OLIVEIRA, 2020). Tais pesquisas se fazem importantes para o entendimento das particularidades da pandemia e do enlutamento em território nacional, fomentando assim iniciativas para o auxílio das pessoas que perderam entes queridos para o COVID-19.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial 44: Doença pelo coronavírus COVID-19.** Semana Epidemiológica 53 (27/12/2020 a 2/1/2021). Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/janeiro/07/boletim_epidemiologico_covid_44.pdf. Acesso em 12 de jan 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manejo de corpos no contexto da doença causada pelo coronavírus Sars-CoV-2- Covid-19.** 2ª. ed. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/dezembro/15-1/af_manejo-corpos-covid_2ed_27nov20_isbn.pdf. Acesso em 9 de jan 2021.

BRAZ, Mariana Sarkis; FRANCO, Maria Helena Pereira. Profissionais Paliativistas e suas Contribuições na Prevenção de Luto Complicado. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 90-105, Jan. 2017 doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001702016>. Acesso em 13 Jan. 2021.

CARDOSO, Érika Arantes de Oliveira et al. Efeitos da supressão de rituais fúnebres durante a pandemia de COVID-19 em familiares enlutados. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 28, e3361, 2020. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.4519.3361>. Acesso em 15 Dez. 2020.

CREPALDI, Maria Aparecida et al. Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. **Estud. psicol. (Campinas)**,

Campinas , v. 37, e200090, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200090>
Acesso em 15 Dez. 2020.

DANTAS, Clarissa de Rosalmeida et al . O luto nos tempos da COVID-19: desafios do cuidado durante a pandemia. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo , v. 23, n. 3, p. 509-533, Sept. 2020 <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n3p509.5>

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19: Processo de Luto no Contexto da COVID-19**. Brasília, DF: FIOCRUZ, 2020. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%C3%BAde-Mental-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-processo-de-luto-no-contexto-da-Covid-19.pdf> Acesso em 13 jan 2021.

GARCIA, Leila Posenato. Uso de máscara facial para limitar a transmissão da COVID-19. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 29, n. 2, e2020023, 2020. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000200021>. Acesso em 12 Jan. 2021.

ISER, Betine Pinto Moehlecke et al . Definição de caso suspeito da COVID-19: uma revisão narrativa dos sinais e sintomas mais frequentes entre os casos confirmados. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 29, n. 3, e2020233, 2020. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000300018>. Acesso em 09 Jan. 2021.

KOVÁCS, Maria Júlia. Morte, separação, perdas e o processo de luto. In: KOVÁCS, Maria Júlia (org.) **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992. p. 149-164.

MAGALHAES, Julia Renata Fernandes de et al . IMPLICAÇÕES SOCIAIS E DE SAÚDE QUE ACOMETEM PESSOAS ENLUTADAS PELA MORTE DE FAMILIARES POR COVID-19. **Rev. baiana enferm.**, Salvador , v. 34, e37007, 2020. <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v34.3700>. Acesso em 15 dez. 2020

MALTA, Deborah Carvalho et al . A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 29, n. 4, e2020407, 2020. doi: <https://doi.org/10.1590/s1679-49742020000400026>. Acesso em 12 Jan. 2021.

NETO, Olavo Maurício de Souza, *et al.* Ensaio narrativo sobre processo de enlutamento frente a COVID-19. **Research, Society and Development**.v. 9, n. 9, p. 1-21, set. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7562> Acesso em 15 dez 2020.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré. Saúde Mental durante a Pandemia do novo Coronavírus: algumas reflexões necessárias. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p 1 – 18, jul 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i8.5478 Acesso em 15 dez 2020

RENTE, Maria Angelica de Melo; MERHY, Emerson Elias. LUTO E NÃO-VIOLÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: PRECARIIDADE, SAÚDE MENTAL E MODOS OUTROS DE VIVER. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 32, e020007, 2020 . <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240329>. Acesso em 15 Dez. 2020

ROMAN, Arlete Regina. FRIEDLANDER Maria Romana. Revisão integrativa de pesquisa

aplicada à enfermagem. **Cogitare Enferm.** Curitiba v.3, n.2, p.109-112, 1998. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v3i2.44358> Acesso em 15 dez 2020.

SOUZA, Christiane Pantoja de; SOUZA, Airle Miranda de. Rituais Fúnebres no Processo do Luto: Significados e Funções. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 35, e35412, 2019 . doi: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35412>. Acesso em 13 Jan. 2021

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i2p.51-67>

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo , v. 8, n. 1, p. 102-106, Mar. 2010. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>. Acesso em 15 dez. 2020.

XAVIER, Analucia R. et al . COVID-19: manifestações clínicas e laboratoriais na infecção pelo novo coronavírus. **J. Bras. Patol. Med. Lab.**, Rio de Janeiro , v. 56, e3232020, 2020 doi: <https://doi.org/10.5935/1676-2444.20200049>. Acesso em 12 Jan. 2021.

CAPÍTULO 27

FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO AMAZONAS: DESAFIOS EM TEMPOS DA PANDEMIA

Adriana Passos Moreno, Mestre em Educação, Secretaria de Estado de Educação e Desporto, SEDUC/AM

Andréa Sebastiana do Rosário Cavalcante Machado, Mestre em Educação, Secretaria de Estado de Educação e Desporto, SEDUC/AM

Carla Valentim Baraúna de Araujo, Mestre em Educação, Secretaria de Estado de Educação e Desporto, SEDUC/AM

Rosamélia Alencar Lira, Especialista, Secretaria de Estado de Educação e Desporto, SEDUC/AM

RESUMO

O presente artigo busca destacar a importância da formação continuada como instrumento essencial para subsidiar a prática profissional nesse momento inicial de isolamento social causado pela pandemia do novo Coronavírus. A metodologia utilizada teve como base a pesquisa qualitativa, pois o texto vislumbrou-se em análise realizada nas avaliações dos cursos ofertados aos gestores e professores da rede estadual de ensino do Estado do Amazonas. O estudo possibilitou uma reflexão sobre a prática profissional e sua atuação em tempos de pandemia, além de fornecer aos professores sugestões de metodologias capazes de viabilizar a extensão da prática pedagógica a fim de potencializar a aprendizagem dos estudantes. Os resultados mostram que os cursos oferecidos na modalidade a distância foram alternativas que contribuíram para o aprimoramento da prática profissional dos servidores da Secretaria Estadual de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC).

PALAVRAS-CHAVE: Educação a distância. Formação Continuada. Prática Pedagógica.

INTRODUÇÃO

Na ocasião do cenário pandêmico da Covid 19, a Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC-AM) instituiu o Plano Estratégico da Secretaria que teve como uma das ações, o Programa Intensivo de Formação sob a responsabilidade do Centro de Formação Profissional Padre José Anchieta (CEPAN). Dentre as estratégias de desdobramento do Plano estão a oferta de cursos na modalidade a distância, por meio da Plataforma Educação. Tais cursos configuram uma alternativa de manutenção da formação continuada aos servidores da Secretaria no contexto atual, considerando que não foi possível a realização de atividades na modalidade presencial.

Nesse novo cenário, gestores e professores tiveram que se reinventar e buscar meios para viabilizar a extensão da prática pedagógica que ultrapassa os muros da escola. A formação

continuada tornou-se cada vez mais necessária para atender com maior qualidade os estudantes nesse processo de construção do conhecimento. Contudo, se faz necessário aprofundar a discussão sobre a formação continuada considerando as questões norteadoras: foram contemplados todos os gestores e professores da rede estadual de ensino do Amazonas? A formação contribuiu para a melhoria da prática profissional?

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados dos cursos de formação continuada realizados por meio da Plataforma Educação da SEDUC/AM por meio do CEPAN. Dentre os cursos destacamos: (i) Encontro Formativo de Gestores: desafios, perspectivas e possibilidade em tempo de pandemia; (ii) Ensino Híbrido: reorganizando tempos e espaços da sala de aula; (iii) Intencionalidades e Práticas Pedagógicas. Lembrando que os cursos ofertados aos gestores e professores foram iniciativas que buscaram contribuir com o trabalho da gestão e docentes nesse cenário de pandemia.

A metodologia utilizada teve como base a pesquisa qualitativa, pois o texto vislumbrou-se em análise realizada nas avaliações dos cursos ofertados aos gestores e professores da rede estadual de ensino do Estado do Amazonas. O estudo possibilitou uma reflexão sobre a prática profissional e sua atuação em tempos de pandemia, além de fornecer aos professores sugestões de metodologias capazes de viabilizar a extensão da prática pedagógica a fim de potencializar a aprendizagem dos estudantes. Os resultados mostraram que os cursos oferecidos na modalidade a distância contribuíram para o aprimoramento da prática profissional dos servidores da SEDUC.

METODOLOGIA

A presente pesquisa tem abordagem qualitativa e se constitui como um estudo descritivo a partir da análise dos resultados das avaliações dos cursos de gestores e professores da rede estadual de ensino do Estado do Amazonas. Os cursos ofertados por meio do Centro de Formação Profissional Padre José Anchieta (CEPAN) fazem parte do plano de retorno às aulas presenciais da Secretaria de Educação.

No que se refere a pesquisa qualitativa, Minayo (2001, p. 14) afirma que

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa qualitativa possibilita uma análise mais apurada sobre diferentes aspectos da realidade observada. Segundo Günther (2006, p. 204), “[...] a pesquisa qualitativa considera

cada problema objeto de uma pesquisa específica para a qual são necessários instrumentos e procedimentos específicos”.

Já na pesquisa bibliográfica buscou-se aporte teórico nos estudos de Lück (2009) sobre o gestão escolar, Bacich (2016) no que tange o ensino híbrido e Nóvoa (2017) fala da necessidade de organizar a formação de professores a partir de novas perspectivas, considerando a posição de cada pessoa como profissional e ao mesmo tempo refletir sobre as contribuições de cada um na profissão.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 158), “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

E por fim, a pesquisa foi embasada em uma análise documental que se processou por meio da coleta de dados nas avaliações dos cursos através dos questionários respondidos individualmente pelos participantes ao final de cada formação o que permitiu uma reflexão e análise das atividades ofertadas no período da pandemia.

UM ENFOQUE NA FORMAÇÃO CONTINUADA

Nas décadas de 80 e 90, com a globalização, vários setores da sociedade sofreram alterações que impactaram os setores político, econômico e cultural. Verificou-se a necessidade de inovar para acompanhar a evolução do cenário que se apresentava, principalmente no sistema educacional de ensino.

Na área da educação, a formação continuada do professor é uma temática bastante discutida. Destacamos a ideia de Imbernón (2009), voltado para a problematização de teorias e práticas educativas e formação docente. O autor ressalta que as questões sobre a formação permanente do professor são recentes, mas a formação inicial é antiga. No entanto, as duas etapas são formativas, indispensáveis para a atuação do professor em sala de aula, portanto, devem acontecer de maneira cíclica e constante. Imbernón (2009) defende a ideia de que o professor deve acompanhar a repercussão dos acontecimentos sociais na formação permanente, e que as mudanças educativas devem refletir no ato de aprender trazendo benefícios na formação do professor.

Nesse sentido, o contexto vivenciado no período da pandemia foi desafiador para toda a rede requerendo uma nova dinâmica organizacional da estrutura da escola. É nesse cenário que a EAD vem se configurar como importante recurso para subsidiar a prática dos servidores

da educação. Daí a relevância da formação continuada oferecida pelo Centro de Formação Profissional Padre José Anchieta visando contribuir para o fortalecimento da prática pedagógica. Dessa forma, destacamos três cursos que foram elaborados com o objetivo de oferecer formação para gestores e professores da rede estadual de ensino no Amazonas, por meio da Plataforma Educação.

O curso para gestores surgiu da necessidade de orientar a gestão escolar para o retorno às aulas presenciais em julho de 2020. Nessa perspectiva, a formação visou possibilitar reflexão sobre a nova dinâmica de funcionamento da escola no retorno às aulas presenciais, de forma gradativa, adaptando a realidade à metodologia híbrida.

Toda essa dinâmica de adaptação suscitou um novo olhar sobre a realidade. Nessa perspectiva o curso de gestores foi elaborado no intuito de acolher, apoiar e orientar esses profissionais, pois o novo contexto requer novas atitudes e um olhar diferenciado às ações pedagógicas da escola.

O curso Ensino Híbrido: reorganizando tempos e espaços da sala de aula, destaca que o novo normal suscita novas práticas pedagógicas que contemplem os interesses dos estudantes de forma atrativa e significativa. É nessa perspectiva do ensino híbrido, das metodologias ativas e do uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC's) na escola que o curso tende a proporcionar ações metodológicas que contemplem as condições de aprendizagem de todos os estudantes, pautada nos pilares da qualidade e equidade.

Por fim, o curso Intencionalidade e Práticas Pedagógicas objetivou promover formação teórico-metodológica para professores na perspectiva de subsidiar a sua prática pedagógica no novo contexto escolar primando pela efetivação da aprendizagem de todos os estudantes. A formação trouxe múltiplas possibilidades metodológicas que contribuíram para o aprimoramento e troca de experiências dos docentes.

A seguir discorreremos sobre os três cursos ofertados pelo CEPAN no período da pandemia.

OS DESAFIOS DO GESTOR ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

O curso de gestores destaca a necessidade de novas práticas, consideradas indispensáveis ao exercício da função, devendo ser dinâmico, solidário, cooperativo e exercer de fato a liderança diante desse novo contexto escolar. Dessa forma, a atuação do gestor é fundamental, pois é ele quem coordena, lidera, articula, motiva e mobiliza a comunidade

escolar para o alcance das metas e objetivos da escola. Lück (2009) esclarece que:

Educação é processo humano de relacionamento interpessoal e, sobretudo, determinado pela atuação de pessoas. Isso porque são as pessoas que fazem diferença em educação, como em qualquer outro empreendimento humano, pelas ações que promovem, pelas atitudes que assumem, pelo uso que fazem dos recursos disponíveis, pelo esforço que dedicam na produção e alcance de novos recursos e pelas estratégias que aplicam na resolução de problemas, no enfrentamento de desafios e promoção do desenvolvimento (LÜCK, 2009, p. 82).

O gestor exerce influência no comportamento da comunidade escolar e cabe a ele orientar e estimular as pessoas que fazem parte desse processo educacional, bem como efetivar um trabalho em equipe que priorize as metas e os objetivos a serem alcançados. Uma das atribuições do gestor é a capacidade de compartilhar informações, sendo ele o líder responsável por motivar, convencer, apoiar e fortalecer a cultura da unidade escola. Lück (2009, p. 105), destaca que “zelar pelos bens da escola, fazer bom uso deles, contribuir para sua manutenção são elementos básicos da formação dos alunos, além de condição para a realização de processo pedagógico de qualidade”, fazem parte das funções do gestor.

Neste sentido, o gestor é o articulador de ações coletivas e compartilhadas resultantes da participação de todos os atores do processo educativo, atitude necessária para a efetivação dos protocolos de saúde e segurança da comunidade escolar após o isolamento social causado pela pandemia do novo coronavírus. Dessa forma, o curso de gestores visou possibilitar reflexão sobre a nova dinâmica de funcionamento da escola após a Pandemia do Covid-19 na perspectiva do acolhimento, comunicação, gestão compartilhada e gerenciamento dos protocolos adotados pela Secretaria de Educação.

A seguir iremos discorrer sobre o curso Ensino Híbrido: reorganizando tempo e espaços da sala de aula, ofertado aos professores da rede estadual de ensino do Amazonas.

O ENSINO HÍBRIDO COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM

A dinâmica educacional que se configurou durante a pandemia do novo coronavírus requereu um novo olhar sobre a realidade da escola. Com esse intuito o curso Ensino Híbrido: reorganizando tempos e espaço da sala de aula, elucidou que o novo normal suscita novas práticas pedagógicas que contemplem os interesses dos estudantes de forma atrativa e significativa.

O ensino híbrido agrega os recursos tecnológicos ao currículo possibilitando aos professores a realização de aulas mais dinâmicas e participativas, desenvolvendo o protagonismo do estudante, característica essencial nas metodologias ativas. Porém, a falta de

um planejamento e de objetivos bem definidos para a utilização dessa proposta podem interferir nos resultados do processo de ensino e aprendizagem. De igual maneira, o uso das tecnologias como simples ferramentas podem não atender aos propósitos de desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos. Segundo Bacich (2016) o ensino híbrido é uma proposta que considera que os alunos não aprendem todos da mesma forma, portanto a forma de ensinar do professor não pode ser igual para todos e as tecnologias digitais podem ser grandes aliadas nesse processo.

Moran (2015, p.28) referindo-se ao ensino híbrido, afirmam que

podemos ensinar e aprender de inúmeras formas, em todos os momentos, em múltiplos espaços. Híbrido é um conceito rico, apropriado e complicado. Tudo pode ser misturado, combinado, e podemos, com os mesmos ingredientes, preparar diversos “pratos”, com sabores muito diferentes.

Os autores reforçam as várias possibilidades do ensino híbrido, mostrando que existem muitos espaços de aprendizagem, além da sala de aula. No entanto, também é verdadeiro que a sala de aula pode se transformar num espaço criativo e dinâmico. Sabe-se que não é tão simples, ainda existem algumas limitações para o uso de alguns recursos digitais, além da necessidade de oferta de formações para subsidiar o trabalho dos professores.

Contudo, não basta que a proposta do ensino híbrido seja implementada. É necessária uma mudança na postura dos atores da escola, principalmente do professor que deve estar aberto a novas experiências. Agregar o uso das tecnologias ao ensino “tradicional” requer muitos cuidados, mas sem dúvida, oportuniza o enriquecimento das aulas, a motivação dos alunos e a melhoria dos resultados na aprendizagem.

INTENCIONALIDADES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Este projeto foi idealizado com o objetivo de promover formação teórico-metodológica para professores na perspectiva de subsidiar a prática pedagógica no novo contexto escolar que se configurou durante a pandemia do novo Coronavírus. Nesse sentido, a formação docente tem sido motivo de discussão pelos teóricos e estudiosos da educação, principalmente em um momento complexo causado pela pandemia.

Diante desse cenário, a formação ganha novo significado pois mudanças foram necessárias para atender às necessidades pedagógicas, suscitando novas formas de ensinar e aprender. Todo esse contexto requer um olhar diferenciado à atividade docente e esse curso possibilitou reflexão sobre a prática pedagógica a partir de uma intencionalidade relacionando a ação à teoria.

A intencionalidade pedagógica está ligada à mudança de pensamento e de atitudes do professor, bem como ao sistema de ensino a partir da reestruturação curricular. Nesta perspectiva, o professor é levado a refletir sobre as “intenções” durante todo o processo educativo resultando em cuidados e mudanças essenciais em sua prática, levando em consideração que o planejamento das atividades precisa estar ancorado no tripé reflexão-ação-reflexão. Cabe destacar que o professor precisa estar preparado para atuar como mediador do conhecimento, considerando as modalidades presencial e à distância buscando atender os estudantes em suas especificidades educacionais.

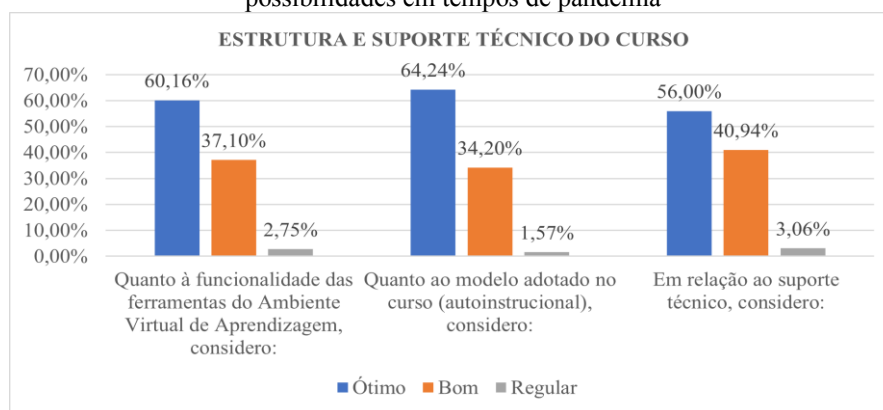
RESULTADOS

Os resultados a seguir mostram a percepção dos gestores e professores cursistas sobre a formação continuada oferecida pelo CEPAN no ano de 2020. Os dados analisados foram coletados por meio de questionários aplicados ao final de cada curso ofertado. Cabe destacar que as formações foram realizadas na modalidade EAD, considerando o cenário pandêmico do novo Coronavírus. Para melhor visualização, os dados, consolidados em gráficos, serão apresentados em tópicos, destacando cada curso.

CURSO ENCONTRO FORMATIVOS DE GESTORES: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA

O Curso Encontro Formativos de Gestores: desafios, perspectivas e possibilidades em tempos de pandemia contemplou um total de 1.607 (Um mil, seiscentos e sete) gestores e servidores de apoio à gestão. Participaram da avaliação 1.275 (mil, duzentas e setenta e cinco) cursistas, os quais responderam às questões relacionadas à estrutura, organização e qualidade da formação, além de uma autoavaliação. O Gráfico 1, mostra a percepção dos cursistas sobre a estrutura e suporte técnico do curso:

Gráfico 1: Estrutura e Suporte Técnico do Curso Encontro Formativos de Gestores: desafios, perspectivas e possibilidades em tempos de pandemia

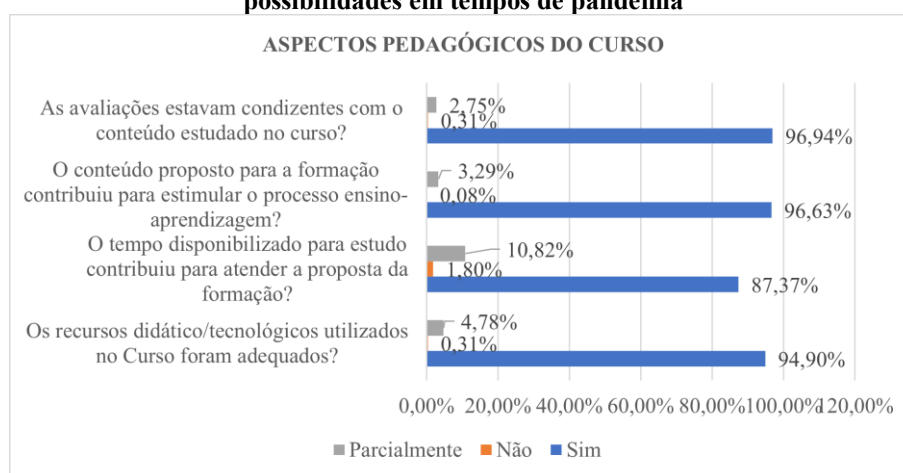


Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Quanto à estrutura e ao suporte técnico do curso, nota-se que foram aspectos bem avaliados pelos cursistas. Conforme sinalizado no Gráfico 1, mais da metade dos participantes considerou “boas” ou “ótimas” as funcionalidades do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), bem como ao modelo autoinstrucional adotado no formato do curso. Em relação ao suporte técnico, 56% dos cursistas apontaram que foram bem atendidos. Considerando as dificuldades de acesso e a precariedade de internet na região pode-se conjecturar que houve um atendimento satisfatório. No entanto, ao analisar os dados, é importante atentar para os percentuais abaixo de 4% de participantes que se mostraram insatisfeitos quanto aos itens avaliados, sugerindo, assim, possibilidades de melhorias.

Nas questões relacionadas aos aspectos pedagógicos, obteve-se os dados abaixo:

Gráfico 2 – Aspectos Pedagógicos do Curso Encontro Formativos de Gestores: desafios, perspectivas e possibilidades em tempos de pandemia



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

O Gráfico 2, aduz que 96,94% dos participantes consideraram que os aspectos pedagógicos estavam condizentes com o conteúdo estudado, apenas 3% dos cursistas sinalizaram os indicadores “parcialmente” ou “não”. Os conteúdos propostos para a formação, segundo os cursistas, contribuíram para estimular o processo ensino-aprendizagem, representando 96,63% de respostas positivas para o item. Nota-se bom nível de satisfação quanto ao tempo disponibilizado para o estudo, atendendo à proposta da formação e quanto à adequação dos recursos didáticos/tecnológicos. Tais itens, estão com percentual acima de 80% como apresentado no Gráfico 2. Porém, é fundamental considerar que mais de 10% dos participantes sinalizaram que o tempo disponibilizado para o estudo foi parcialmente satisfatório e 1,80% considerou o tempo insuficiente.

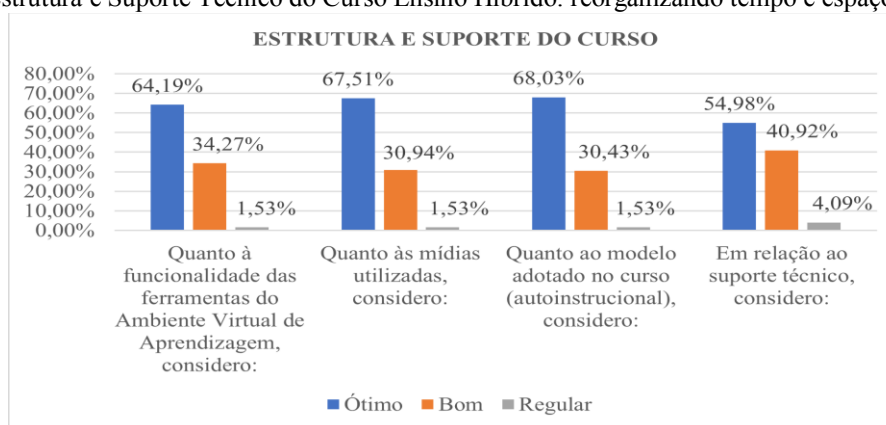
Observa-se ainda que 4,78% dos cursistas consideraram “parcialmente” satisfatória a adequação do material didático/tecnológico, tais aspectos revelam pontos de atenção para as

próximas ofertas do curso. Apesar de alguns aspectos ainda necessitarem de ajustes, nota-se bom nível de satisfação na avaliação pela maioria dos participantes.

ENSINO HÍBRIDO: REORGANIZANDO TEMPO E ESPAÇO NA SALA DE AULA

O curso Ensino Híbrido: reorganizando tempo e espaço na sala de aula atendeu a 1.471 (mil, quatrocentos e setenta e um) professores da capital e interior. O curso teve duas ofertas em 2020, sendo a primeira oferta aos docentes da capital com 985 (novecentos e oitenta e cinco) inscritos. A segunda oferta do curso foi aos docentes do interior, tendo 486 (quatrocentos e oitenta e seis) inscritos. Participaram da avaliação na capital, 339 (trezentos e trinta e nove) professores e no interior foram 443 (quatrocentos e quarenta e três) obtendo-se os seguintes dados:

Gráfico 3 - Estrutura e Suporte Técnico do Curso Ensino Híbrido: reorganizando tempo e espaço na sala de aula



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

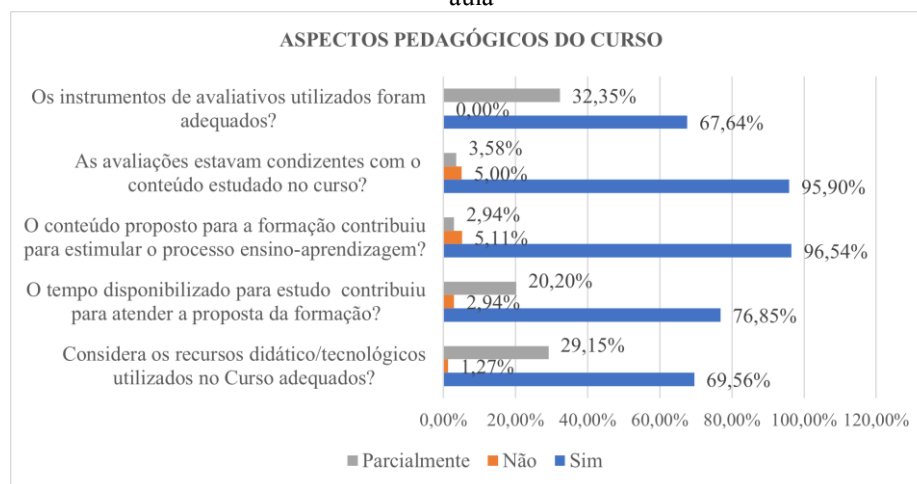
Conforme o gráfico acima, 64,19% dos participantes, considerou ótima a funcionalidade das ferramentas do AVA, ou seja, mais da metade dos cursistas apresentaram bom nível de satisfação no item avaliado. Nota-se que o percentual de 34,27% do total de avaliadores sinalizou que a funcionalidade das ferramentas foi boa e apenas 1,53% considerou regular. O total de avaliações nos níveis “ótimo” e “bom” configuram que esse aspecto do curso atendeu de forma satisfatória aos participantes. Do mesmo modo, as respostas relacionadas às mídias e ao modelo autoinstrucional da formação tiveram percentual acima de 67% para “ótimo” e mais de 30,4% para “bom”. No entanto, vale atentar para os percentuais abaixo de 2% para “regular” nos itens avaliados, verificando as possibilidades de melhorias para as próximas ofertas do curso.

Quanto ao aspecto suporte técnico, mais de 54% dos cursistas sinalizaram a opção “ótimo” e 40,92% sinalizaram a opção “bom”. Em contrapartida, mais de 4% apontou que o atendimento do suporte técnico foi “regular”. Portanto, deve-se considerar que existe a

necessidade de melhorias nesse aspecto pois, o suporte é um elemento essencial nos cursos ofertados a distância. Logo, cabe à SEDUC analisar possíveis ajustes para um melhor atendimento à formação dos servidores da rede estadual de ensino, por meio da Plataforma Educação.

Nos aspectos pedagógicos do curso obteve-se os seguintes dados:

Gráfico 4 – Aspectos Pedagógicos do Curso Ensino Híbrido: reorganizando tempo e espaço na sala de aula



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

No Gráfico 4, percebe-se que parte significativa dos cursistas avaliou de forma positiva os aspectos pedagógicos da formação, o que está evidenciado nos percentuais acima de 67% nos itens apresentados para a opção “sim”. Os maiores percentuais estão relacionados à avaliação e conteúdo do curso, representando mais de 95% de satisfação.

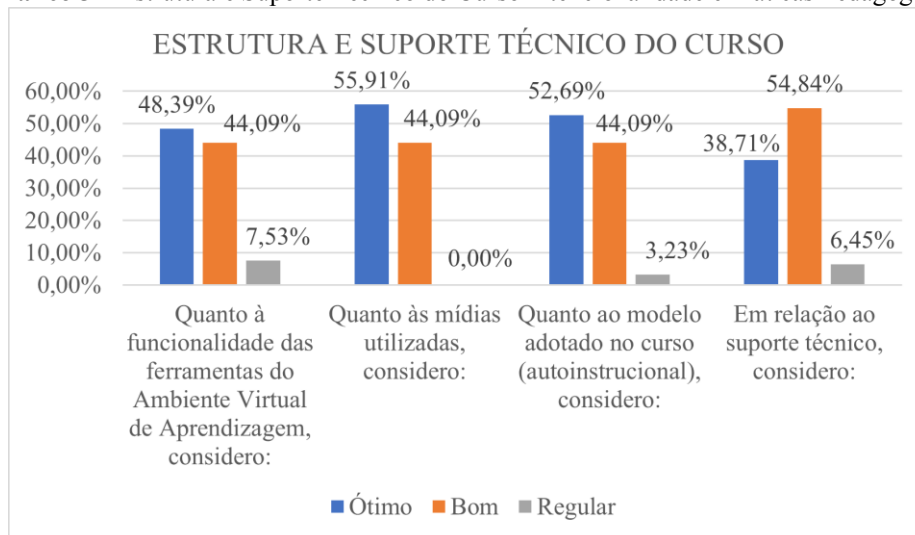
No item recursos didáticos, 29,15% de participantes sinalizaram que atendeu “parcialmente”, da mesma forma, quanto ao tempo disponibilizado para estudo onde o percentual de respostas para “parcialmente” foi de 20,20%. Esses dados são relevantes pois apresentam pontos de atenção que devem ser considerados como aspectos que necessitam de melhorias nas formações oferecidas aos docentes, cabendo à SEDUC, fazer os ajustes necessários.

Na questão aberta da avaliação foi disponibilizado espaço para que os participantes apresentassem sugestões para o curso e foi recorrente a solicitação de carga horária maior e quantidade menor de conteúdo para leitura nas unidades de forma que houvesse um foco em atividades práticas.

INTENCIONALIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O curso Intencionalidade e Práticas Pedagógicas atendeu a 592 (quinhentos e noventa e dois) professores da capital e interior. Participaram da avaliação somente 93 (noventa e três) cursistas que responderam a questões relacionadas à estrutura, organização e qualidade da formação, além de uma autoavaliação. O gráfico a seguir mostra a opinião dos cursistas sobre a estrutura e suporte técnico do curso:

Gráfico 5 – Estrutura e Suporte Técnico do Curso Intencionalidade e Práticas Pedagógicas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

No que tange à funcionalidade das ferramentas do AVA a opinião dos participantes ficou dividida entre as opções de respostas para “ótimo” e “bom”, subtendendo-se que houve um grau de satisfação equilibrado. Logo, o curso atendeu a contento, porém, deve-se considerar o percentual de 7,53% que optou pela resposta “regular”. Na oferta de curso em EAD é importante a boa funcionalidade das ferramentas para garantir o acesso ao material disponibilizado para estudo. Cabe então, à Secretaria verificar estratégias de melhoria nesse item a fim de otimizar as atividades formativas desenvolvidas nesta modalidade de ensino.

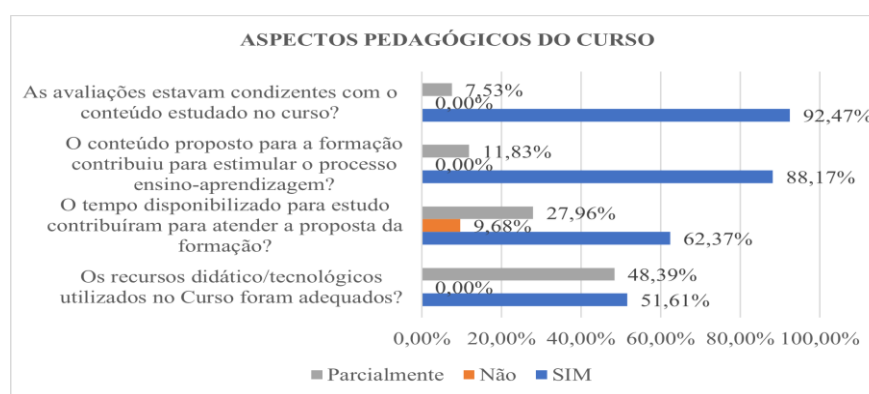
Com relação às mídias utilizadas, o percentual de opções pela resposta “ótimo” ficou em 55,91%, indicando que pouco mais da metade dos participantes considerou que as mídias atenderam a contento às necessidades dos cursistas. Observa-se também que 44,09% dos respondentes escolheu a opção “bom” e nenhum participante escolheu a opção “regular”. Logo, fica evidente que houve bom grau de satisfação no item avaliado. Quanto ao modelo autoinstrucional adotado pela Secretaria para a formação, considerando-se os percentuais de respostas para “ótimo” e “bom” supõe-se que o curso atendeu às expectativas dos participantes. Porém, vale atentar ao percentual de 3,23% que escolheu a opção “regular” sugerindo que

existem pontos de atenção para ajustes, caso haja outra oferta da formação.

O item suporte técnico foi bem avaliado, considerando os percentuais de escolhas pelas opções de respostas “ótimo” e “bom”. Vale observar que no caso deste item, a maior parte dos cursistas optou pela resposta “bom”, diferente do que ocorreu nos demais itens do questionário onde a maioria optou pela resposta “ótimo”. Além disso, é importante analisar o percentual de 6,45% de respondentes que sinalizou a opção “regular” sugerindo atenção quanto ao suporte técnico oferecido no decorrer do curso.

Em continuidade aos itens avaliados o questionário contemplou aspectos pedagógicos, cujos resultados estão apresentados no gráfico seguinte:

Gráfico 6 - Aspectos Pedagógicos do Curso Intencionalidade e Práticas Pedagógicas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Ao avaliar os aspectos pedagógicos do curso, 92,47% dos participantes optou pela resposta “sim” quando perguntado se as avaliações estavam condizentes com o conteúdo estudado e apenas 7,53% sinalizou que as avaliações estavam “parcialmente” condizentes. Neste item, nenhum respondente escolheu a opção “não”, o que leva a crer que nesse aspecto a formação atendeu de forma satisfatória aos cursistas. Quanto ao conteúdo proposto e a sua contribuição no estímulo ao processo ensino-aprendizagem, 88,17% afirmou que atendeu positivamente ao optarem pela resposta “sim”. Vale considerar o percentual de 11,83% que optou pela resposta “parcialmente”, sinalizando foco de atenção ao item.

Com relação ao tempo disponibilizado para estudo, 62,35% dos cursistas indicaram que o mesmo contribuiu satisfatoriamente para atender à proposta da formação e 27,96% sinalizou que o tempo disponibilizado contribuiu “parcialmente”. No entanto, observa-se que 9,68% dos participantes mostraram-se insatisfeitos, optando pela resposta “não”. Portanto, cabe uma análise mais profunda nesse aspecto do curso.

No quesito recursos didáticos/tecnológicos, 51,61% dos respondentes sinalizaram que

foram adequados para o curso e 48,39%, afirmaram serem “parcialmente” adequados. Neste item não houve resposta negativa, indicando bom nível de satisfação dos cursistas. Cabe observar que dos 592 (quinhentos e noventa e dois) cursistas, somente 93 (noventa e três) responderam ao questionário, ou seja, menos da metade, portanto, os resultados aqui apresentados podem não representar a realidade dos aspectos analisados pela pesquisa, especificamente, no curso Intencionalidade e Práticas Pedagógicas.

Ao analisar os dados da pesquisa, percebe-se que as atividades oferecidas foram fundamentais para a manutenção da formação continuada dos servidores da Secretaria Estadual de Educação e Desporto do Amazonas, pois representaram o esforço de atender aos profissionais da SEDUC, mesmo de forma não presencial. O uso da Plataforma Educação e a modalidade de educação a distância foram alternativas exitosas para o contexto atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A velocidade da pandemia da Covid 19 fez com que as autoridades optassem pela suspensão das aulas presenciais e, proporcionalmente veloz foi a forma de adaptação das escolas em um novo cenário educacional ainda mais desafiador, pois a utilização das tecnologias e de metodologias híbridas ganharam espaço instantâneo no contexto educacional. Assim, a oferta de formação continuada foi essencial para provimento de suporte pedagógico aos educadores e gestores.

Diante deste cenário, a SEDUC/AM ofertou cursos de formação continuada por meio do Programa Intensivo de Formação, os quais foram descritos e analisados neste trabalho com o intuito de verificar se tais formações contribuíram para a melhoria da prática profissional dos professores diante dos desafios impostos pelo distanciamento social. A análise permitiu considerar que a maioria dos profissionais que participaram das avaliações manifestaram-se de forma positiva quanto aos quesitos estrutura e suporte técnicos. Os aspectos pedagógicos de ambos os cursos tiveram igual repercussão positiva por parte dos docentes.

Assim sendo, mesmo diante das adversidades emergenciais e desafios da práxis na formação de professores, as iniciativas da SEDUC/AM foram bem recebidas e a avaliação realizada permitiu uma visão holística sobre os resultados obtidos, forjando novos conhecimentos e dando suporte para esquematização de ações futuras de formação. Apesar de a maioria dos professores terem avaliado os cursos de forma positiva, a minoria, porém não menos importante, aponta que o atual modelo de educação necessita ser revisto com a maior brevidade.

Aqui não apontamos apenas a necessidade de formatos e metodologias fundamentadas em aparatos tecnológicos, mas de um verdadeiro Programa Intensivo de Formação de todos os profissionais da educação, garantindo o aperfeiçoamento de antigos modelos e o aprofundamento em novas metodologias ativas.

REFERÊNCIAS

BACICH, L.; NETO, A. T.; DE MELLO TREVISANI, F. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Penso Editora, 2015.

BACICH, Lilian. Entrevista com YouTube, 4 de nov. de 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=VFk_EFMWv10. Acesso em 08 de set de 2020.

GÜNTER, Hartmut. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: esta é a questão?** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai./ago. 2006.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado: Novas tendências**. 1º ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

LÜCK, Heloísa. **As Dimensões da Gestão Escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAN, José Manuel. BACICH, Lilian. **Aprender e ensinar com foco na educação híbrida**. Disponível em <http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2015/07/hibrida.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

NÓVOA. António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. Cadernos de Pesquisa v.47 n.166 p.1106-1133 out./dez. 2017. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/4843/pdf_1. Acesso em: 18 fev. 2021.

CAPÍTULO 28

PRINCIPAIS MEDIDAS DE SAÚDE PÚBLICA DE COMBATE AO COVID-19

Lara Maria Fujita Vieira Lima, Acadêmica de Medicina, Unichristus
Aline Moreira Lócio, Acadêmica de Medicina, Unichristus
Ana Beatriz Teófilo Macedo dos Santos, Acadêmica de Medicina, Unichristus
Rafaella Iughetti da Costa, Acadêmica de Medicina, Unichristus
Maria Clara Holanda Dumaresq, Acadêmica de Medicina, Unichristus
Matheus Neves Araujo, Acadêmico de Medicina, UniCEUMA
Lêda Maria Veloso Bastos, Acadêmica de Medicina, Unichristus
Thomás Samuel Simonian, Acadêmica de Medicina, Unichristu

RESUMO

A pandemia pela COVID-19 ocasionou uma crise sanitária mundial, com um impacto alarmante no Brasil, exigindo do governo ações imediatas de contenção da crise e de seus efeitos. Sob essa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo estabelecer uma revisão integrativa de literatura sobre as principais medidas de saúde pública de combate ao COVID-19, tendo em vista analisar a eficácia e as deficiências das propostas estabelecidas para o enfrentamento da pandemia, bem como seu impacto na população brasileira mais vulnerável, fundamentado em uma análise de artigos científicos relacionados ao tema. Nos métodos, foi realizado um levantamento bibliográfico nos bancos de dados PubMed, Lilacs e Scielo com os descritores “COVID-19”, “Brasil” e “política pública” em língua inglesa e portuguesa. Os resultados demonstraram que as políticas públicas específicas voltadas para a população em situação de vulnerabilidade, como auxílio emergencial e distribuição de alimentos por programas governamentais, atenuaram os impactos da pandemia. Além disso, as medidas de distanciamento social e disponibilização de testes de COVID-19 para a população mostraram-se efetivas para a redução da curva de casos. Contudo, foi observado o agravamento da desigualdade social no país em decorrência da pandemia, especialmente na região Norte e Nordeste. Dessa forma, diversas medidas emergenciais foram adotadas durante a pandemia de COVID-19, as quais se apresentam como indispensáveis para conter a disseminação do vírus e garantir qualidade de vida para os cidadãos, como evidenciado neste estudo. No entanto, ainda é necessária uma maior realocação orçamentária para tais providências em prol de minimizar as iniquidades sociais/regionais e as consequências dessa enfermidade por um maior período.

Palavras-Chave: COVID-19. Brasil. Política Pública. Pandemias. Controle de Doenças Transmissíveis

INTRODUÇÃO

A covid-19 é uma doença infectocontagiosa que pode apresentar desde manifestações assintomáticas até quadros graves, causada pelo vírus sars-cov-2, e que possui elevada transmissibilidade (brasil, 2020). A maioria das infecções ocorre mediante o contato próximo, sobretudo por meio de gotículas respiratórias. A cepa foi identificada, primordialmente, em dezembro de 2019, em wuhan, na china, e a organização mundial da saúde (oms) declarou pandemia em março de 2020 (oms, 2020). A pandemia do vírus tem-se apresentado como um grande contratempo sanitário mundial e, no brasil, a situação tem-se agravado alarmantemente. Segundo o boletim epidemiológico de março sobre a covid-19, elaborado pela fundação osvaldo cruz (fiocruz), houve um aumento de 525,93% de casos de covid em indivíduos de 50 a 59 anos (fiocruz, 2021). Tal cenário demonstra a demanda urgente de um melhor manejo das medidas já existentes para combater a disseminação exacerbada do vírus.

O expressivo aumento no número de casos e óbitos relacionados à COVID-19 no Brasil reforça a importância da tomada de medidas em saúde pública de maneira mais adequada, pois a ação individual e sem instrução correta dos cidadãos torna-se insuficiente na mitigação da disseminação do vírus Sars-Cov-2. Após os alertas da OMS, houve a criação de um Grupo de Emergência em Saúde Pública, o qual deveria monitorar casos de COVID-19 no Brasil e desenvolver medidas preventivas, as quais consistem em incentivar o isolamento social ao máximo e ampliar o sistema de capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS), com intuito de promover cuidado abrangente a todos os brasileiros. (FIOCRUZ, 2020). Entre outras medidas de saúde pública que se mostraram eficazes, está a distribuição de máscaras à população, ação recomendada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Recomendação N°72, a qual ratifica o apoio necessário às necessidades emergenciais dos cidadãos. Medidas em prol da saúde pública são necessárias; porém, a execução deve ser correta para que se tornem eficazes na diminuição da transmissão comunitária de COVID-19. Por exemplo, a distribuição de máscaras associada à desinformação populacional sobre a utilização do equipamento de proteção individual diminui a eficácia da proteção contra o SARS-CoV 2, dificultando o achatamento da curva de contaminação, situação que leva à crise sanitária atual (CNS, 2020).

O contexto pandêmico atual é caracterizado por altos índices de mortalidade e de contaminação, situação que é consequência direta da escassez de engajamento com as medidas existentes de saúde pública relacionadas à contenção do Sars-Cov-2. Como exemplo, há evidente falta de incentivo ao isolamento social, fato que faz muitos cidadãos não conhecerem a importância de tal atitude que contribui, significativamente, para o achatamento da curva de

casos e para evitar o colapso do sistema de saúde. A higienização constante das mãos e dos objetos de uso coletivo são indispensáveis para conter o avanço do número de casos, tendo em consideração que a disseminação viral pode ocorrer, também, por contato próximo com pessoas ou com objetos contaminados (BRASIL, 2021). Ademais, a insuficiência de recursos direcionados à compra de materiais e equipamentos necessários para o cuidado de brasileiros contaminados, assim como às estruturas hospitalares é revelada na superlotação das unidades de cuidado e na insuficiência de leitos e respiradores disponíveis, situação que aumenta, de forma expressiva, o número de óbitos diários no Brasil.

Diante de tal contexto sobre o tema, apesar das ações governamentais realizadas no ano de 2020, com o escopo de conter o Coronavírus, tem-se destacado a necessidade de adotar, de uma forma mais empenhada, as medidas já existentes, pois estas são de suma importância para o declínio da pandemia. Segundo a Organização das Nações Unidas (2020), em dezembro de 2020, observou-se um significativo declínio nos casos de COVID na Europa. Essa melhora foi decorrente de uma maior adesão às medidas durante esse período, fato que demonstra a eficácia que diversas medidas têm no enfrentamento da pandemia. Devido à importância desse tema, o presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre as principais medidas de saúde pública no combate à COVID.

MÉTODOS

Neste estudo, foi realizada uma revisão de literatura com o fito de avaliar os artigos sobre o tema “Pandemia COVID-19 no Brasil: Políticas Públicas e Demandas Sociais”. Os artigos selecionados foram pesquisados nas bases de dados PubMed, SciElo e Lilacs por meio do cruzamento entre os descritores: "COVID-19", "Brasil" e "Política pública", definidos mediante o dicionário de indexação DeCS (Descritores em Ciências da Saúde). Foram filtrados artigos em português e inglês, publicados nos anos de 2019-2021; dessa forma, foram excluídos artigos em espanhol e monografias.

O estudo foi realizado em duas etapas: a) triagem de títulos e resumos. Nessa etapa, foram excluídos artigos, os quais não correspondiam ao tema estudado; b) depois dessa primeira triagem de títulos e resumos, foi investigada a existência de duplicidade dos artigos nas bases selecionadas para a pesquisa. Após essas duas etapas, os artigos escolhidos foram lidos para a construção do trabalho.

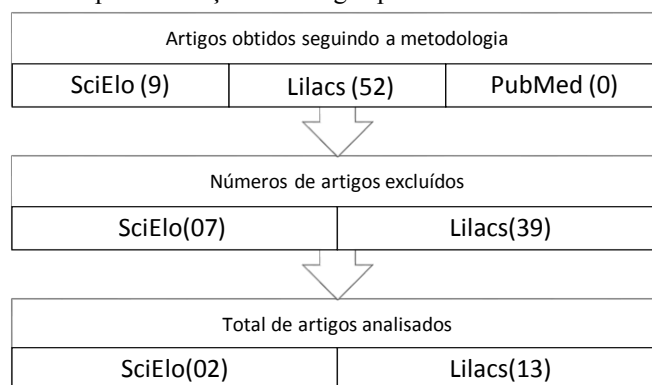
Os critérios de inclusão foram: 1) estudos descritivos sobre as políticas públicas já tomadas; 2) estudos analíticos sobre a situação pandêmica atual e 3) estudos em português e

inglês. Foram excluídos os artigos com as características: 1) não contemplavam as políticas públicas ou a demanda social da população de forma geral; 2) estudos reflexivos, que não traziam resultados, análises ou revisão sobre a temática; 3) estudos que analisavam a situação pandêmica de outros países e 4) artigos que não estivessem em inglês ou português.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na pesquisa bibliográfica, foram selecionados 15 artigos para a construção desta revisão sistemática, como ilustrado no fluxograma 1.

Fluxograma 1: Etapas da seleção dos artigos para a revisão sistemática de literatura



Fonte: Elaboração própria

Na base de dados SciElo, foram captados 9 artigos; destes, um foi excluído por duplicidade, e 6 foram excluídos por não contemplarem o tema proposto, como definido na metodologia. Na base de dados PubMed, não foram encontrados artigos utilizando os filtros, e nos descritores definidos na metodologia e na base de dados LiLacs, foram encontrados 52 artigos no total. Destes, 3 foram excluídos por duplicidade e 36 foram excluídos ou por fugirem do tema, ou por serem artigos de reflexão, que não traziam resultados. É importante ressaltar que, destes artigos excluídos, os principais temas encontrados foram reflexões sobre o impacto econômico causado pela pandemia e pesquisas sobre a politização da COVID-19.

Entre os artigos selecionados para a leitura completa, as principais temáticas foram as políticas públicas específicas, necessárias para a população em vulnerabilidade e análises sobre a efetividade e o impacto social das medidas de distanciamento social propostas. Assim, a exposição dos dados foi organizada nas categorias a seguir.

DESIGUALDADE SOCIAL NA PANDEMIA

Nas circunstâncias adversas da atualidade, é de suma relevância a consideração dos setores da população mais expostos à contaminação pelo vírus SARS-CoV-2, como as pessoas em situação de rua, visto que a prática do distanciamento social e da higiene se torna mais difícil e precária, devido à condição em que se encontram esses indivíduos (AGUIAR, 2020).

Portanto, esse panorama demanda urgência de políticas públicas eficazes e a atuação da sociedade civil, como voluntários e instituições, para minimizar a insegurança da população de rua, já que, mesmo quadros leves, necessitam de manejo adequado (BAGGETT; LEWIS; GAETA, 2020) diante dessa enfermidade.

No tocante a esse assunto, vale pontuar que a pandemia contribuiu intensamente para o desemprego, principalmente dos moradores de áreas precárias com escassez de acesso à água potável e moradia digna (COSTA, 2020), fato que tende a perpetuar a repercussão na economia brasileira que acontece desde a crise econômica de 2017, podendo aumentar a população em situação de rua, devido às migrações em busca de trabalho (HONORATO; OLIVEIRA (2020), agravando a vulnerabilidade e a exposição à contaminação pelo vírus.

Algumas medidas adotadas por setores do governo em cooperação com ONGs e instituições incluem estratégias de infraestrutura, como a instalação de abrigos temporários e a adaptação de pontos de acolhimento já existentes e ações para a promoção da saúde, como a instrução sobre a doença, a orientação acerca de formas de prevenção e a distribuição de itens de higiene e alimentação (tabela 1.). No entanto, são majoritariamente teóricas, já que nenhum município ou estado efetivou todas, de acordo com HONORATO; OLIVEIRA (2020), sendo realizadas sugestões práticas para gestores municipais e equipe técnica que lida com pessoas em situação de rua por tais autores para o auxílio da população mais vulnerável durante a pandemia, como as ações contra Covid-19 após um surto, baseadas em dados publicados pelo Center for Disease Control and Prevention (CDC), específicos para enfrentar a COVID-19 junto à população em situação de rua (tabela 2.).

Tabela 1: Estratégias e ações para o enfrentamento da Covid-19 junto à PSR no Brasil.

Estratégias	Ações	Âmbito	Região
Prevenção	Angariar e distribuir produtos de limpeza e itens de alimentação em locais de aglomeração de PSR.	Municipal, estadual e voluntariado	Sudeste, Norte, Sul e Nordeste
	Ofertar refeições gratuitamente nos restaurantes populares estaduais.	Estadual	Nordeste
	Ofertar máscaras cirúrgicas para pessoas em situação de rua.	Municipal	Sudeste
	Realizar censo para verificar a extensão da PSR*.	Municipal	Sudeste

	<p>Identificar e mapear a PSR com suspeita da COVID-19, bem como possíveis novos suspeitos.</p> <p>Desenvolver plano de contingência voltado para a PSR.</p>	Municipal	Sudeste
		Municipal	Sudeste
Intervenção	<p>Encaminhar a PSR com suspeita da COVID-19 para unidades de saúde ou acionar o Samu, bem como monitorar tais encaminhamentos</p> <p>Transportar a PSR em veículo próprio da equipe, atendidas às recomendações para evitar contágio.</p>	Municipal	Sudeste, Centro-Oeste e Norte
		Municipal	Sudeste
Conscientização	<p>Criar espaços de informação sobre a COVID-19 voltados para a PSR com profissionais de saúde.</p> <p>Orientar sobre a doença, sobre higiene e prevenção e sobre pontos de acolhimento no município.</p>	Municipal	Sudeste
		Municipal, voluntariado e estadual.	Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-oeste
Infraestrutura	<p>Instalar pias em áreas de grande movimentação de pessoas.</p> <p>Disponibilizar recursos para aluguel de hotel popular.</p> <p>Atender à PSR de modo normal ou ampliado (acesso à moradia, à alimentação ou à higiene) por meio dos pontos de acolhimento já existentes na cidade.</p> <p>Instalar abrigos temporários para aumentar o número de vagas disponíveis para o acolhimento na cidade.</p> <p>Abrir ou adaptar espaços específicos voltados exclusivamente para a PSR incluída no grupo de</p>	Municipal	Sudeste
		Estadual	Norte
		Municipal, voluntariado e estadual	Sudeste, Norte e Nordeste
		Municipal e estadual	Sudeste, Nordeste, Norte e Sul
		Municipal	Sudeste e Sul

	risco, com suspeita da COVID-19 ou sintomas gripais. Adaptar pontos de acolhimentos e restaurantes populares de acordo com as recomendações da OMS e do Ministério da Saúde	Municipal e estadual	Sudeste, Norte e Nordeste
Trabalhadores	Orientar voluntários que tenham contato direto com a PSR.	Voluntariado	Sudeste
	Disponibilizar materiais de higiene e EPIs para equipe técnica em contato direto com os acolhidos.	Municipal	Sudeste

Fonte: HONORATO; OLIVEIRA, 2020.

Tabela 2: Sugestões para o planejamento de ações contra a Covid-19 após um surto

Estratégias de acompanhamento
Lembre-se de que um surto da COVID-19 pode durar muito tempo e o impacto em suas instalações pode ser considerável. Reserve um tempo para conversar sobre suas experiências com gestores, funcionários e atendidos. Avalie a eficácia do plano de ação da sua organização. Discuta e anote as lições aprendidas. Suas ações de preparação para a COVID-19 foram eficazes na organização? Fale sobre os problemas encontrados no seu plano e as soluções eficazes. Participe de discussões da comunidade sobre planejamento de emergência. Informe os outros sobre quais ações de prontidão funcionaram. Mantenha linhas de comunicação com sua comunidade – por exemplo, mídias sociais e listas de e-mail. Continue praticando ações preventivas diárias. Mantenha e expanda seu planejamento de emergência. ‘Procure maneiras de expandir as parcerias da comunidade. Identifique agências ou parceiros necessários para ajudá-lo a se preparar para um surto de doença infecciosa no futuro.

Fonte: HONORATO; OLIVEIRA, 2020.

Além da população em situação de rua, é importante ressaltar a desigualdade existente entre o setor público e o privado no que diz respeito ao número de leitos de UTI no atual contexto pandêmico, o qual caracteriza uma alta disparidade de assistência à saúde na sociedade brasileira, bastante visível entre regiões do território nacional, em que o Sudeste, em abril de 2020, com 31.292 leitos, concentra mais da metade do total de leitos de UTI do país (60.265), contrastando com a região Norte que possuía um total de apenas 3.128 na mesma época (tabela 3.), como foi ilustrado em estudo (COTRIM; CABRAL, 2020). O estudo informa que “22,41% da população dispõem de plano privado, representando um total de 47.084.565 pessoas, e os outros 77,59% (ou 163.062.560 pessoas) dependem, exclusivamente, do SUS”, o que demonstra a gravidade da assimetria social do nosso país no que se refere à proporção da população que depende do SUS e a que possui planos privados de saúde (tabela 4.) durante esse momento nefasto, principalmente devido ao pequeno aumento de leitos SUS em comparação com os Não SUS durante o período pré-pandêmico e pandêmico evidenciado na tabela 3.

Tabela 3: Proporção de leitos de UTI SUS e Não SUS por região/UF. Momento pré-pandemia (dezembro/2019) e Pandemia (abril/2020).

Região/UF	Dezembro/2019			Abril/2020		
	Total de Leitos UTI	Leitos de UTI SUS	Leitos não SUS(privado)	Total de Leitos UTI	Leitos de UTI SUS	Leitos não SUS(privado)
Norte	2.355	1.501	854	3.128	1.793	1.335
Nordeste	8.472	5.068	3.404	12.480	5.968	6.512
Sudeste	24.277	10.600	13.677	31.292	11.696	19.596
Sul	6.650	4.174	2.476	8.269	4.761	3.508
Centro-Oeste	4.291	1.706	2.585	5.096	1.935	3.161
BRASIL	46.045	23.049	22.996	60.265	26.153	34.112

Fonte: COTRIM; CABRAL, 2020.

Tabela 4: Distribuição territorial dos Leitos de UTI SUS e Não SUS

Região/UF	População	Leitos de UTI SUS	Leitos SUS/100mil hab.	Beneficiários de planos privados de saúde	Leitos não SUS	Leitos não SUS/100mil beneficiários
Norte	18.430.980	1.793	9,73	1.710.534	1.335	78,05
Nordeste	57.071.654	5.968	10,46	6.602.963	6.512	98,62
Sudeste	88.371.433	11.696	13,24	28.678.570	19.596	68,33
Sul	29.975.984	4.761	15,88	6.852.060	3.508	51,20
Centro-Oeste	16.297.074	1.935	11,87	3.240.438	3.161	97,55
BRASIL	210.147.125	26.153	12,45	47.084.565	34.112	72,45

Fonte: COTRIM; CABRAL, 2020.

A DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS NA PANDEMIA

No contexto pandêmico atual, a paralisação econômica e social é uma das grandes preocupações, tendo efeitos diretos no aumento da vulnerabilidade social e da Insegurança Alimentar e Nutricional - Insan (SAMBUICHI et al, 2020). Pode-se destacar a dificuldade de comercialização e logística dos agricultores devido às medidas de segurança sanitária, que repercutem diretamente na redução da renda destes e no acesso à alimentação adequada para a população em situação de vulnerabilidade social (VALADARES et al., 2020). Fato revigorado pelos documentos do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) e do Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis (IPES-Food), que apontam a influência da COVID-19 nos padrões alimentares e nas diversas formas de má nutrição. (GURGEL et al., 2020).

Ainda segundo Gurgel et al. (2020), com o fito de mitigar as consequências negativas advindas do contexto atual e buscar a garantia do Direito Humano de Alimentação Adequada (DHAA), o Governo Federal adotou diversas medidas, como a transferência de renda, a distribuição de alimentos e as ações mediante o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como pode ser observado na tabela 5,

as ações e estratégias adotadas por Unidades da Federação e suas respectivas capitais, para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) por causa dos impactos provocados pela Covid-19.

Tabela 5: Ações e estratégias do Governo Federal nas Unidades da Federação e capitais em 2020.

Ações/Estratégias	Formato	Estados	Capitais
Transferência de renda	Auxílio emergencial	AM, AP, BA, DF, RO, SE	--
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Compra com doação simultânea	AL, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, PB, PE, PR, RJ, RS, SC, SP, RN, MG	--
	Compra Institucional	GO, PE, SC	--
	PAA leite	RO, MG, PB, CE, PE, BA, MA, PI, AL, SE, RN, PR	--
	Formação de estoques	BA, RJ, SP	--
	Aquisição de sementes	AL, AM	--
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Kits de Alimentos	AC, RR, AL ² , MT, ES, PR, SC, RS, AM, TO, AP, RN, PB, MS, RO	AC, AL, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PR ¹ , PE, PI, RJ ¹ , RN, RO, RS ¹ , RR, SE, TO, AM, SC
	Auxílio financeiro	BA, CE, GO, MG, PA, PE, PI, SP, DF, RO	AM, SC, SP
	Manutenção das Refeições nas escolas	--	PB
Distribuição de alimentos	Cestas básicas	AL, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB ³ , PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SP, SE ³ , TO	AC, AL, AM, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MS, MG ³ , PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, RO, RR, SC ³ , SP, SE, TO
	Cartão/Voucher Alimentação	AP, DF, PB ³ , PR, SE ³	SC ³ , MG ³
	Equipamentos públicos de SAN (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de alimentos)	AL, AM ⁵ , BA, MA, PA, PB, PI ⁴ , RJ, RN, RS ⁴ , SE, SP	AL, AP, AM ⁵ , BA, CE, MT, MG, PA, PB ⁵ , PE, RJ, SP ⁵ , TO

Fonte: GURGEL et al, 2020.

A transferência de renda direta se deu por meio do auxílio emergencial, que teve o valor de R\$ 600,00, e foi aplicado por cinco meses consecutivos e mais quatro últimas, conhecidas como parcelas residuais de R\$300,00. o Distrito Federal e alguns estados do Norte e Nordeste promoveram auxílio emergencial próprio com o valor entre R\$100,00 a R\$408,00, durando de três meses até a permanência da pandemia. Além disso, também houve a adequação dos valores repassados aos titulares do Programa Bolsa Família (PBF) e alteração dos critérios para

recebimento de Benefício de Prestação Continuada (BPC). A distribuição de alimentos, ocorreu mediante a subsídio de restaurantes populares (RP) e cozinhas comunitárias, fornecimento de cestas básicas, entrega direta dos alimentos ou cartão exclusivo para a compra de alimentos com valor específico. PBF (ALPINO et al., 2020)

Para se adequar à nova realidade, mesmo com as escolas fechadas, foi autorizada a distribuição direta de alimentos, pagamento de auxílio financeiro e/ou manutenção do fornecimento de refeição nas escolas com recursos do PNAE. Essa ação teve critérios locais e foi direcionada a estudantes e famílias com registro no CadÚnico ou participação no PBF (ALPINO et al., 2020).

Outra medida essencial foram as ações do PAA, um programa público que visa à inclusão produtiva de agricultores mais pobres, o acesso à alimentação saudável e o apoio à comercialização e à promoção de segurança alimentar. Foram identificadas diversas evidências empíricas que demonstram a efetividade do PAA na “estruturação de cadeias produtivas, acesso a novos mercados e indução ao dinamismo econômico”, além de vários benefícios na área social, como aumento do acesso à alimentação saudável e melhoria da saúde. (SAMBUICHI et al., 2020).

Além disso, o estudo também analisou a quantidade de recursos que vêm sendo aplicados no programa e simulou diferentes cenários de operacionalização (tabela 6), observando que, sem investimentos adicionais no programa, o PAA atenderia, em 2020, ainda menos beneficiários do que em 2018 e evidenciando, de acordo com o contexto pandêmico atual, a necessidade de um incremento de crédito extraordinário, estimado de 1 bilhão. Em contraste com o anúncio de abril de 2020 da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que indicava a suplementação orçamentária, com previsão de R\$ 220 milhões para compra com doação simultânea e orçamento de R\$ 10 milhões para projetos em diversos estados. (ALPINO et al., 2020)

Tabela 6: Projeções de alcance dos benefícios do PAA em diferentes cenários de investimento de recursos

Cenários	Valor (R\$ mi)	Quantidades adquiridas (mil ton.)	Nº de agricultores beneficiados (milhares)	Nº de municípios beneficiados	Nº de atendimentos de consumidores (milhões)	Valor Médio anual por agricultor (R\$)
Cenário 1	186	61	42	2080	7,5	4.365,89

Cenário 2	500	199	84	2576	9,3	5.928,64
Cenário 3	1.000	420	208	3366	12,0	4.800,00

Fonte: SAMBUICHI et al, 2020.

De acordo com Alpino et al. (2020), as ações emergenciais adotadas não serão suficientes para garantir o DHAA.

“As ações do Governo Federal para a mitigação dos efeitos da COVID-19 até então propostas residem em medidas emergenciais que focam principalmente no acesso à renda e aos alimentos. Entretanto, a garantia do DHAA e a concretização da segurança alimentar e nutricional exigem, além da articulação intersetorial, ações coordenadas não apenas emergenciais que busquem atenuar efeitos de crises, mas medidas a médio e longo prazos que possam garantir o direito constitucional à alimentação.” (ALPINO et al., 2020)

Além disso, o estudo de Alpino et al. (2020) também evidenciou desmontes, esvaziamentos, desarticulações institucionais e reduções orçamentárias em diversos programas relacionados à temática, além da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e inoperância da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), dificultando, assim, a articulação de ações estratégicas.

POLÍTICAS PÚBLICAS GERAIS ADOTADAS EM MEIO À CRISE SANITÁRIA

O contexto pandêmico atual exigiu que iniciativas fossem adotadas para o combate à pandemia, panorama no qual um maior reajuste financeiro do Fundo Público Nacional com a finalidade de aumentar o direcionamento de verbas destinadas às medidas de enfrentamento à COVID-19 se tornou fundamental. Outrossim, uma medida de suma importância para a população brasileira foi o auxílio emergencial. Segundo dados coletados em 2020 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 4,4 milhões de domicílios brasileiros sobreviveram apenas com a renda do Auxílio Emergencial em julho de 2020, fato que retrata o cenário da pobreza perpetuante no Brasil e constata a realidade dos que não teriam como obter sustento no período de isolamento social. Primordialmente, o Governo propôs para o Congresso Nacional o auxílio de apenas R\$200, mas, após a pressão da sociedade civil e de diferentes partidos, o Legislativo ampliou o benefício para R\$600, amenizando as calamitosas consequências socioeconômicas da pandemia. (SALVADOR, 2020).

Ademais, também é indispensável a devida distribuição de insumos da saúde, visto que a demanda de equipamentos hospitalares cresce exponencialmente junto com o número de

infectados. A escassez de tais insumos leva a óbitos evitáveis em diversas regiões do país, ocasionando um agravamento no panorama que poderia ser evitado com um melhor remanejamento de recursos públicos. Outra medida essencial é a disponibilização, de forma rápida e gratuita, dos testes rápidos de COVID-19 à população. No período da primeira onda, o Ministério da Saúde aumentou a previsão inicial de testes, que era de 23,9 milhões de testes para 46,2 milhões, por compras diretas e também por doações (JUNIOR; CABRAL, 2020). Entretanto, ainda é evidente um entrave na obtenção desses testes pelas populações menos favorecidas socioeconomicamente, o que acarreta um menor número de diagnósticos de indivíduos infectados e a perpetuação do contágio em diversas áreas.

Diante da crise sanitária ocasionada pelo COVID-19, foi observado um aumento exponencial do número de óbitos pela doença, o que ocasionou uma sobrecarga do sistema funerário, assim, ocasionando nesse setor a necessidade de medidas emergenciais que garantam segurança epidemiológica e dignidade ao falecido e sua família. Dessa forma, é indispensável olhar para esse setor como um serviço essencial na pandemia. A exemplo dessa situação, podem ser avaliadas as medidas tomadas pelo serviço funerário da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), as quais promoveram incremento financeiro nesse setor, contratações emergenciais, rearranjos logísticos e operacionais, visando ampliar capacidade operacional e estratégias de comunicação, visando transmitir as informações para os funcionários, sobre uso de EPIs e os novos procedimentos do trabalho, e os familiares das vítimas, para orientar sobre as novas medidas estabelecidas pela pandemia. (COELHO et al., 2020)

A pandemia da COVID-19 aprofundou, expressivamente, as desigualdades no país, tendo um impacto mais severo nas regiões menos favorecidas, como Norte e Nordeste. Nessa perspectiva, avaliando as medidas de enfrentamento tomadas na região Nordeste, é possível observar que os nove estados da região adotaram medidas similares de enfrentamento ao Sars-Cov-2, como redução do tamanho ou proibição de eventos, distanciamento social, fechamento de unidades de ensino e restrições ao funcionamento do comércio. Além disso, é notável que a interação de pobreza, desemprego, grau de escolaridade, raça, gênero e cor intensificaram os efeitos da COVID-19 na região nordestina. É importante salientar que a epidemia começou afetando, inicialmente, as capitais dos estados, especialmente a população mais abastada, e depois de estabelecida a transmissão comunitária, ela se proliferou para o interior dos estados, os quais são mais fragilizados, visto que o nível terciário de saúde desses locais é, muitas vezes, precário, possuindo, por exemplo, baixo percentual de leitos de UTI por habitante e dificuldade de acesso da população a essas unidades. (KERR et al., 2020)

DISTANCIAMENTO COMO POLÍTICA PÚBLICA

O crescente número de casos de COVID-19 no Brasil reflete o alto poder de propagação do Sars-Cov 2, fato que ratifica o grande potencial que a virose tem de levar a rede hospitalar nacional ao colapso, situação retratada na insuficiência de leitos de UTI e de equipamentos terapêuticos. A situação crítica exige a implementação de medidas de saúde pública não farmacológicas como a ampla testagem, a proteção de profissionais (serviços de saúde e serviços essenciais), o isolamento de indivíduos infectados e as políticas públicas de distanciamento social. No Brasil, as primeiras medidas de distanciamento social, como o cancelamento de eventos públicos, foram implementadas no Distrito Federal, e estudos foram realizados acerca das ações tomadas em prol da saúde pública. A pesquisa conduzida em Brasília chegou à conclusão que a adesão ininterrupta às medidas de distanciamento social iria postergar e reduzir o pico de internações em UTI para uma estimativa plausível diante da capacidade da rede assistencial local, o que controlaria o surto, dados que se aplicam a todo o território nacional. (ZIMMERMANN,2020)

De fato, o principal objetivo do distanciamento social é reduzir a interação intercomunitária para minimizar as chances de transmissão, e sua efetividade é exacerbada quando combinado ao isolamento de casos e quarentena após contato. Contudo, no Brasil, as medidas de distanciamento devem ser aliadas a políticas de proteção social e de apoio a populações em situação de vulnerabilidade, para que sua sustentabilidade seja garantida, pois os altos índices de desigualdade econômica e o grande número de trabalhadores informais no país dificultam a aderência popular ao distanciamento social.(AQUINO,2020) Porém, é importante ressaltar que, além dos custos econômicos individuais não desprezíveis de implementar o isolamento social, pesquisas mostram que a resistência à implementação de medidas de proteção também está atrelada a princípios normativos e crenças pessoais, que, muitas vezes, sobrepõem-se à previsão de impacto na renda pessoal, consequentes do impacto econômico do distanciamento. (RAMOS, 2020)

Sob outro viés, discussões acerca da essencialidade das academias de ginástica questionavam a necessidade de medidas rígidas de distanciamento social, as quais foram cientificamente comprovadas como mais eficazes do que a combinação de inúmeras medidas menos restritivas, de acordo com as particularidades de cada região do território nacional. De fato, a essencialidade ou não das academias de ginástica tornou-se pauta quando o decreto presidencial, em maio de 2020, incluía as academias no rol de atividades essenciais, situação

que foi de encontro às diretrizes no Ministério da Saúde e que motivou muitas pesquisas acerca do assunto. Decerto, a prática de atividades físicas é essencial para a manutenção de uma vida saudável e tem inúmero benefícios em curto e em longo prazo; porém, estudos revelam que os prejuízos que a COVID-19 traz aos infectados têm implicações clínicas imediatas, muitas vezes graves e que podem levar ao óbito. Portanto, no cenário pandêmico atual, a abertura de academias não se torna necessária, pois prejudicaria a mitigação de novos casos e a tentativa de achatar a curva de óbitos no Brasil, fato que nega a essencialidade das academias de ginástica, pois o exercício físico praticado em ambiente domiciliar pode substituir a atividade física externa sem prejuízos nos benefícios à saúde individual. (CARVALHO,2020)

CONCLUSÃO

Com base nos dados apresentados, foi destacada a importância do manejo adequado de medidas como o abastecimento devido de insumos de saúde, o acesso facilitado aos testes de COVID-19 para a população, o distanciamento social e o auxílio emergencial, visto que a pandemia aumentou o desemprego e, conseqüentemente, a desigualdade socioeconômica no país. Ademais, destacam-se, também, as medidas relacionadas à distribuição de alimentos, como distribuição direta de alimentos e ação do PAA e PNAE. Sob esse viés, é evidente a importância das políticas públicas emergenciais adotadas; entretanto, ainda existe uma demanda de investimentos em alguns setores e de ações que visem minimizar o impacto da pandemia em longo e médio prazo. O presente estudo tem como propósito evidenciar a imprescindibilidade das medidas emergenciais no cenário pandêmico atual, as quais contribuem diretamente com a diminuição do contágio e com a redução das calamitosas conseqüências da pandemia da COVID-19.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS. **Observatório Covid-19 Fiocruz alerta para rejuvenescimento da pandemia no Brasil.** Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/observatorio-covid-19-fiocruz-alerta-para-rejuvenescimento-da-pandemia-no-brasil>. Acesso em: 17 abr. 2021.

AGUIAR, A. et al. **Covid-19 e as pessoas em situação de sem-abrigo: ninguém pode ser deixado para trás.** In M. Tavares & C. Silva (Orgs.). Da emergência de um novo vírus humano à disseminação global de uma nova doença: doença por coronavírus 2019 (Covid-19). Porto: Universitário de São João, 2020. Disponível em: <http://asset.youoncdn.com/ab296ab30c207ac641882479782c6c34/7c7b39d50c8250c4b32f991c3245e5f7.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

ALPINO, T. de M. A. et al. **COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e**

institucionais. Brasília: FIOCRUZ/ENSP, 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/static//arquivo/1678-4464-csp-36-08-e00161320.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

AQUINO, E. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Salvador, v. 25, suppl 1, p. 2423-2446. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25suppl1/2423-2446/#ModalArticles>. Acesso em: 23 abr. 2021.

BAGGETT, T. P.; LEWIS, E.; GAETA, J. M. (2020). COVID-19 outbreak at a large homeless shelter in Boston: Implications for universal testing. **MedRxiv**, 2020. DOI: 10.1101/2020.04.12.20059618. Disponível em: <https://www.medrxiv.org/content/early/2020/04/15/2020.04.12.20059618>. Acesso em: 23 abr. 2021.

Carvalho ,F.F.B; Silva, R.G; Oliveira,R.B. A essencialidade das academias de ginástica para a saúde diante da pandemia da COVID-19 no Brasil. *Rev. bras. ativ. fís. saúde* , Rio de Janeiro, vol. 25, p. 1-5, set. 2020.: Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1121598>Acesso em: 23 abr. 2021.

COELHO, F. et al. A Casa de Máquinas da administração pública no enfrentamento à COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.54, n. 4, p. 839-859, ago./2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000400839. Acesso em: 19 abr. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **RECOMENDAÇÃO Nº 072, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1555-recomendacao-n-072-de-21-de-dezembro-de-2020>. Acesso em: 15 abr. 2021.

COSTA, S. D. S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 969-978, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000400969. Acesso em: 22 abr. 2021.

COTRIM, Dorival Fagundes; CABRAL, Lucas Manoel da Silva. Crescimento dos leitos de UTI no país durante a pandemia de Covid-19: desigualdades entre o público x privado e iniquidades regionais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 03, e300317. ISSN 1809-4481. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300317>. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300317>>. Acessado em: 23 abr. 2021.

GURGEL, A. do M.; SANTOS, C. C. S. dos; ALVES, K. P. de S.; Araújo, J. M. de; LEAL, V. S. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1142715>. Acesso em: 20 abril de 2021.

HONORATO, B. E. F; OLIVEIRA, A. C. S. População em situação de rua e COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1064-1078, ago./2020. Disponível em: [//www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000401064&tlng=pt..](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000401064&tlng=pt..) Acesso em: 22 abr. 2021.

JUNIOR, D. F. C; CABRAL, L. M. D. S. Ações do Governo Federal no combate à coronacrise: limites, insuficiências e escassos acertos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-22, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2020.v30n2/e300225/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

KERR, L. et al. COVID-19 no Nordeste brasileiro: sucessos e limitações nas respostas dos governos dos estados. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.25, n. 2, set./2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006804099. Acesso em: 19 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **O que é a Covid-19?**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 21 abr. 2021.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA E GESTÃO HOSPITALAR. **A ESTRATÉGIA BRASILEIRA DE COMBATE À COVID-19: COMO O VÁCUO DE LIDERANÇA MINIMIZA OS EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS JÁ IMPLEMENTADAS**. Disponível em: <https://observatoriahospitalar.fiocruz.br/conteudo-interno/estrategia-brasileira-de-combate-covid-19-como-o-vacuo-de-lideranca-minimiza-os>. Acesso em: 15 abr. 2021.

ONU NEWS. **Covid-19: Medidas na Europa levam à primeira queda de casos globais desde setembro**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/11/1734552>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ONU NEWS. **Organização Mundial da Saúde declara novo coronavírus uma pandemia**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881>. Acesso em: 19 abr. 2021.

RAMOS, G. et al . Orientação política e apoio ao isolamento social durante a pandemia da COVID-19: evidências do Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 54, n. 4, p. 697-713, 2020 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000400697&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SALVADOR, E. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. **TEXTOS E CONTEXTOS**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1-15, jul/dez. 2020. ISBN 1677-9509. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1151742>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SAMBUICHI, R H R. et al.. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, jul./ago. Rio de Janeiro: FGV, 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81904/78132>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ZIMMERMANN, I. et al . Projeção de internações em terapia intensiva pela COVID-19 no Distrito Federal, Brasil: uma análise do impacto das medidas de distanciamento social. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 29, n. 5, p. 1-17, dez.2020. e2020361, 2020 . Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000500314. Acesso em: 23 abr. 2021.

CAPÍTULO 29

‘UM OLHAR DE ESPERANÇA EM MEIO AO CAOS: AÇÃO DE PÁScoa NO HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL

Débora Teixeira da Cruz, Doutora em Saúde e Desenvolvimento, Docente e Pesquisadora, Centro Universitário Unigran Capital
Gabriela Alves César, Graduanda em Psicologia, Centro Universitário Unigran Capital
Renata Evarini, Especialista em Ciências da Saúde, Psicóloga no HRMS
Sabrina Martins Duarte, Graduanda em Psicologia, Centro Universitário Unigran Capital
Sheila Amorin Matos, Graduanda em Psicologia, Centro Universitário Unigran Capital
Thays Aparecida Nunes Campozano, Mestre em Psicologia da Saúde, Psicóloga no HRMS
Watuci de Oliveira da Silva, Graduanda em Psicologia, Centro Universitário Unigran Capital

RESUMO

“Um olhar de esperança em meio ao caos”, foi um projeto executado no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul pelo Serviço de Psicologia, juntamente com acadêmicas, Professora Supervisora e a Coordenadora de Apoio Técnico Assistencial. Visou, como objetivo, propiciar momentos de renovação de forças e esperança aos pacientes, familiares e equipes, por meio de ações motivacionais. Ocorreu no domingo de Páscoa, em 04 de abril de 2021, no período matutino. A metodologia foi de cunho transversal, quantitativa e qualitativa, após aprovação da diretoria técnica assistencial do hospital. O estudo foi pautado na Resolução 510/2016 art. 1º parágrafo VII – “pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito”. Para alcançar o objetivo, como resultados foram entregues 383 chocolates, distribuídos nos diversos setores: Pronto Socorro, 11 ilhas de CTI, Psiquiatria, Recepção central, Pediatria, 4º, 5º, 6º e 7º andares de enfermarias que atendem pacientes acometidos pela Covid19. Além da entrega de frases motivacionais com chocolates, foram apresentadas sete músicas, em voz e violão. A música é a arte de manifestar os diversos afetos da alma mediante o som, e com isso contribuir para expressar sentimentos de alegria e reflexão sobre uma data de extrema importância para a população. Conclui-se que o projeto desenvolvido proporcionou benefícios aos pacientes e, principalmente aos profissionais, favorecendo um clima de esperança, valorização de seus trabalhos, além de beneficiar a comunidade hospitalar em geral, transformando um ambiente formal em um local agradável, acolhedor e humanizado.

PALAVRAS-CHAVE: Reflexão, Humanização, Renascimento, Psicologia

INTRODUÇÃO

O período de internação num hospital é um dos momentos mais delicados vividos por uma pessoa, pois se trata de uma fase onde ficará distante de seus familiares e de suas rotinas. Consequentemente, os sentimentos de medo, angústia, ansiedade e estresse se tornarão mais intensos durante o processo de tratamento. De acordo com Fazzi (1991), é difícil para o paciente

se reconhecer nesta nova fase, quando seu corpo é definido pelas sensações de dor e medo de sua condição e em alguns casos se preocupando com sua vida ou com as consequências que porventura poderão permanecer.

Em linhas gerais, o Psicólogo em uma instituição hospitalar, cuida dos fenômenos subjetivos do paciente e sua família, através de sua escuta qualificada, e atua a fim de possibilitar suporte emocional a essas pessoas.

Diante da pandemia de Covid-19, considerando as especificidades da doença, bem como alta transmissibilidade do vírus, algumas medidas fizeram-se necessárias na atuação desses profissionais, para que sejam mantidas boas práticas durante os atendimentos. Considerando a necessidade das medidas restritivas, observou-se que essas repercutem impactos emocionais nos pacientes, familiares e equipes. Após um ano de pandemia, o cenário nacional está pior e no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (HRMS) não foi diferente, já que este é um hospital de referência no estado para o atendimento de pacientes infectados pelo coronavírus. A saúde mental tanto dos pacientes quanto dos profissionais está cada vez mais afetada, as pessoas vivenciam luto coletivo, aumento da ansiedade, esgotamento físico e mental e desânimo. Diante do caos instalado, o Serviço de Psicologia do HRMS vem contribuir com seus estudos sobre a subjetividade do homem em seus sentimentos, emoções, afetos e comportamentos. É sabido que a população em geral comemora a Páscoa com um sentido de renascimento, de esperança. Assim, a equipe de Psicologia junto às estagiárias e a supervisora do Centro Universitário Unigran Capital propôs o desenvolvimento de ações durante essa semana da Páscoa que possam resgatar novas esperanças e motivações para seguir, ainda que com um cenário extremamente sofrido.

Os hospitais têm buscado propiciar um ambiente acolhedor durante a internação dos pacientes por meio do processo de humanização, com o objetivo de minimizar o impacto gerado pelo âmbito hospitalar. Nesta perspectiva, pequenos momentos de afeto e atenção, podem se tornar momentos marcantes capazes de fortalecer o sentimento de esperança das pessoas enfermas, seus familiares, bem como os profissionais dos hospitais (NASCIMENTO; CREPALDE, 2015).

O objetivo desta ação foi propiciar, por meio de ações motivacionais, momentos de renovação de forças e esperança para os pacientes, familiares e equipes.

METODOLOGIA

O estudo foi pautado na Resolução 510/2016 art. 1º parágrafo VII – “pesquisa que

objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito”. A metodologia foi qualitativa e quantitativa, com eixo transversal. O projeto foi aprovado pela Diretoria Técnica Assistencial do HRMS.

O Projeto foi elaborado pela equipe de Psicologia do HRMS e estagiários do 9º semestre do curso de Psicologia da UNIGRAN, com supervisão da professora Dra. Débora Teixeira. Consistiu de: elaboração de frases motivacionais, escolha de repertório musical para o público adulto e infantil e arrecadação de chocolates através de doações de voluntários. Foi realizada divulgação do projeto em um programa de rádio local.

Foram utilizados os seguintes materiais de consumo: chocolates, papel sulfite, lápis, lápis de cor, canetinhas e impressão de cartões. E o instrumento musical (violão) é de uso pessoal e ferramenta de trabalho de uma das acadêmicas participantes do projeto e estagiária de Psicologia.

O repertório musical escolhido foi: “Noites traiçoeiras” (José Carlos Papae, 1986), “Pintor do mundo” (Pastor Lucas), “Tocando em frente” (Almir Sater), “Dias melhores” (Rogério Flausino), “Aleluia” (Leonard Cohen), “Anunciação” (Alceu Valença) e “Coelhinho da Páscoa” (Olga Behring Pohlmann).

Foram contempladas todas as medidas de biossegurança tanto do HRMS quanto da Instituição de Ensino, além da autorização da Comissão Interna de Controle de Infecção Hospitalar e do Setor de Nutrição do hospital. Os cartões com as frases e os chocolates foram entregues com antecedência de três dias no hospital para manter a quarentena.

A abertura do evento ocorreu na entrada principal do hospital com a fala da Diretora Presidente da instituição Dra. Rosana Leite de Melo e da Coordenadora de Apoio Técnico Assistencial Maria Inez Nahabedian Ramos. Na ocasião foi apresentada uma música e entregue chocolates aos presentes.

Em seguida foram contemplados os seguintes setores: Pronto Socorro, 11 ilhas de CTI, Psiquiatria, Pediatria, 4º, 5º, 6º e 7º andares de enfermarias que atendem pacientes acometidos pela Covid19. Ressalta-se que apenas nos setores de Pediatria e Psiquiatria foram entregues chocolates para os pacientes e familiares. Nos demais setores, apenas os funcionários de linha de frente receberam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Projetos e Ações no Ambiente Hospitalar

Anteriormente à pandemia Covid-19, diversos projetos, ações e até mesmo comemorações eram possíveis de se realizar nos hospitais. Dentre elas: roda de conversa, lanche especial em datas comemorativas, dinâmicas individuais e grupais, etc.

Devido à atual situação pandêmica e seu alto risco de contaminação, muitas dessas ações foram restritas. Observa-se que após um ano de pandemia, o cenário nacional encontra-se ainda pior. A saúde mental já foi afetada, vivencia-se o luto coletivo, além do aumento da ansiedade, do esgotamento físico e mental, tanto dos profissionais de saúde quanto dos pacientes e seus familiares.

Pensando em alternativas de atividades possíveis neste período incomum, é que se tornou válida a ideia de aproveitar o simbolismo de Páscoa, transformando em ações concretas, através da música, doces, frases motivacionais, dentre outras. Sabe-se que esse sentido de renascimento e esperança, uma vez que se torna temática pertinente para o momento.

As ações e/ou projetos que conduzem a música nos hospitais, tem levado outros profissionais, que não necessariamente são da área da saúde, mas também outras pessoas como músicos amadores ou profissionais, acadêmicos, pessoas que se voluntariam para levar alegria e esperança em meio ao sofrimento causado pela doença.

Impacto nos Profissionais da Saúde causado pela Covid-19

O vírus COVID-19 chegou há um ano, e os profissionais da linha de frente são os que mais têm sido afetados com o novo vírus. Eles se deparam a todo momento com a morte, necessitam tomar decisões que são muito difíceis, podendo afetar seu estado físico e mental. A grande demanda de profissionais infectados pelo vírus tem deixado uma significativa preocupação em decorrência da pressão e do estresse, e por isso a saúde mental tem sido foco de preocupação.

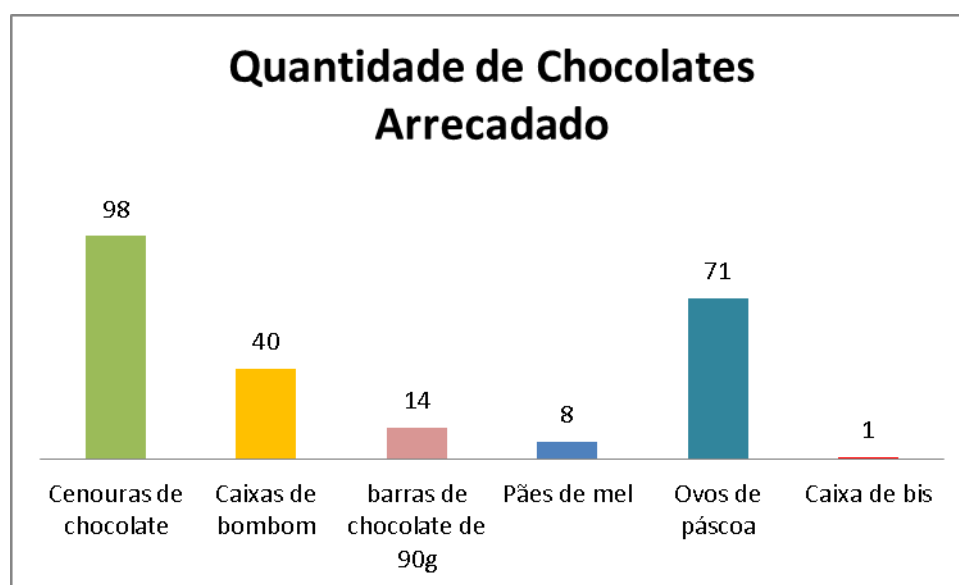
É um vírus que teve uma propagação muito grande e rápida e muitos profissionais perderam familiares e colegas. O cansaço físico e mental e a preocupação com a biossegurança, para não ser infectado ou transmitir para seus familiares, são aspectos prejudiciais à saúde mental dos profissionais que estão na linha de frente da doença (GUIMARÃES; BRASIL, 2018).

Nesse cenário de alta transmissão e de mortes, os profissionais de saúde que

continuamente ficaram ligados aos pacientes infectados e a todo tempo envolvidos no diagnóstico, tratamento e serviço em geral, foram expostos a altas taxas de sofrimento psíquico, que desencadearam medo, ansiedade, depressão, angústia, sono e outros sentimentos. Muitas angústias são geradas pelo sentimento de impotência frente ao cenário vivido, à falta de materiais, de leitos, medicamentos. Sentem-se exaustos com a paramentação que precisou ser mais intensa e de uso contínuo.

Sendo assim os profissionais do setor de Psicologia buscam ações que possam amenizar esse turbilhão de sentimentos que a equipe também está passando neste momento, desviando um pouco o foco da doença.

O objetivo da ação foi contemplado com êxito, a figura 1 (gráfico) representa a quantidade de arrecadação realizada. Participaram da ação quatro (4) estagiárias do Curso de Psicologia do Centro Universitário Unigran Capital, duas (2) Psicólogas (preceptoras) do Serviço de Psicologia do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul e uma (1) Supervisora de estágio do Centro Universitário Unigran Capital.



Das 40 caixas de bombom, 8 pão de mel e 1 caixa de bis, foram confeccionados 203 kits. Ao todo, foram entregues 383 chocolates, distribuídos no: Pronto Socorro, 11 ilhas de CTI, Psiquiatria, Recepção central, Pediatria, 4º, 5º, 6º e 7º andares de enfermaria que atende Covid19.

Do público atendido, 17 crianças da enfermaria pediátrica e seus acompanhantes e 17 pacientes da Psiquiatria e acompanhantes receberam chocolates. Os demais foram entregues para as equipes de funcionários.

O projeto provocou várias reflexões no sentido de promover mais ações como essas, uma vez que diante da pesada situação, as equipes estão trabalhando de forma acelerada e com isso, sentem-se exaustos e muitas vezes frustrados.

Ao inserir o paciente para participar das ações, pode-se perceber um impacto positivo, na medida em que desvia o foco que de dor e angústias, se entretendo e participando com o lher foi proporcionado. Verifica-se que essas ações, afetam a vida dos pacientes e também dos funcionários que trabalham no hospital, levando alegria também para essa equipe que vivencia sofrimentos e perdas diariamente.

Os pacientes demonstram muitas aflições, mas acreditam na recuperação. Portanto, projetos assim podem proporcionar um ambiente acolhedor, humano e agradável a todas as pessoas inseridas nesse contexto.

A proposta musical no âmbito hospitalar refere-se como uma grande aliada no processo de socialização, humanização e interação. Ela desperta uma melhora significativa no bem-estar dos pacientes, sejam eles crianças, jovens, adultos ou idosos. De acordo com Nascimento e Crepalde (2015), a música é uma arte capaz de manifestar emoções e comportamentos através de estímulos, propiciando bem-estar e revelando ser uma ferramenta benéfica aos pacientes e comunidade hospitalar como um todo.

A música usada como um processo terapêutico e de humanização, traz sentimentos e estímulos à pessoa que se encontra hospitalizada. Observa-se que ela pode influenciar na diminuição da ansiedade no ambiente, redução na sensação de abandono por conta do distanciamento familiar, além de promover o relaxamento físico e mental. Conforme Vigotski (1998 p.320):

A música, por si mesma e de forma imediata, está mais isolada do nosso comportamento cotidiano, não nos leva diretamente a nada, mas cria tão-somente uma necessidade imensa e vaga de agir, abre caminho e dá livre acesso a forças que mais profundamente subjazem em nós, age como um terremoto, desnudando novas camadas

Neste sentido, apresenta-se a utilização da música como um amparo significativo para a redução ou alívio da tensão emocional vivenciada pelo paciente, o que possibilitará que este supere dificuldades, sentindo-se acalentado perante situações vistas como um momento difícil.

Como salientam Silva e Piovesan (2018), ao referir-se a saúde e bem-estar do paciente, percebe-se a importância da interação musical em relação à melhora da pessoa enferma e de seu desenvolvimento emocional e cognitivo. Nesta perspectiva, observa-se a necessidade de atividades como esta, onde favorecem o processo de desenvolvimento do paciente e minimizam

o desconforto provocado pelo hospital.

O chocolate representa simbolicamente uma surpresa que evidencia uma representatividade pascoal, quando relacionada à Psicologia fenomenológica que estuda a percepção, relação interpessoal e imaginação. Em tempos de pandemia foi importante caracterizar e observar como os profissionais da linha de frente que também perderam familiares e pacientes sob os seus cuidados estavam se sentindo desolado. Foi neste sentido que, baseado em Amatuzzi (2009) a fenomenologia pode separar a pessoa dos objetos, ou seja, existe uma possibilidade de compreender que os objetos está ligada as relações interpessoais vivenciada no momento complexo em que a sociedade está vivenciando.

Segundo Espinha e Amatuzzi (2008), o ambiente hospitalar tanto para a equipe quanto para os internos (pacientes) é possível compreender que o hospital altera e modifica a relação de ambos os atores. Em tempos de pandemia essa alteração está presente no sentimento de impotência, quando é pensado que a equipe trabalha constantemente, mas o medo e ansiedade de perda rondam a todos.

Neste sentido a ação provocou um sentimento de acolhimento e esperança de existir, além do respeito e valorização pelo trabalho que está sendo desenvolvido. Para Carl Rogers (1977) o processo terapêutico deve estar centrado na pessoa, e a ação foi baseada neste enfoque, isto é, centrada na equipe profissional que está fazendo o enfrentamento na linha de frente. A entrega do chocolate simbolizou o renascimento e a música evidenciou um momento de calma ou de sentimento de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Ainda foi observado que cada ser humano presente durante o desenvolvimento da ação recebeu essa simbologia de forma diferente considerando que existe uma subjetividade e cada ser é diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o projeto foi de extrema relevância para conhecer as características que tem envolvido a equipe multiprofissional no desenvolvimento de ação que possa aliviar os conflitos internos e diminuir a tensão constante.

O objetivo foi alcançado com êxito, com uma representatividade na participação da ação, motivando a equipe com entusiasmo e agradecimentos. A música trouxe uma relação de paz buscando congrega nos profissionais, bem como nos paciente uma sensação de esperança. Haja vista que para os envolvidos na ação foi importante compreender o comportamento que cada ser humano demonstrou ao ser recebido e acolhido com uma simbologia sobre o renascimento.

Ao analisar a dinâmica de projetos em hospitais, pode ser articulado ao respeito e benefícios nos procedimentos profissionais, e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida dos pacientes e suas relações interpessoais. As ações também beneficiaram a comunidade hospitalar transformando um ambiente formal em um local agradável, acolhedor e humanizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMATUZZI, Mauro Martins. Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanista. Estudos de Psicologia I Campinas I 26(1) I 93-100 I janeiro – março. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010366X2009000100010&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 29 de abril de 2021.

BARBOSA, Maria Flávia Silveira. VIGOTSKI E PSICOLOGIA DA ARTE: HORIZONTES PARA A EDUCAÇÃO MUSICAL. Cafajeste. CEDES, Campinas, v. 39, n. 107, pág. 31-44, janeiro de 2019.

ESPINHA, Tatiana Gomez; AMATUZZI, Mauro Martins. O Cuidado e as Vivências de Internação em um Hospital Geral. **Teor. e Pesq.**, Brasília, Out-Dez Vol. 24 n. 4, pp. 477-485. 2008.

GOMES, Luciana Catunda; FRAGA, Maria de Nazaré de Oliveira, DOENÇAS, HOSPITALIZAÇÃO E ANSIEDADE: UMA ABORDAGEM EM SAÚDE MENTAL, **Revista Bras. Enferm.**, Brasília, v. 50, n. 3, p. 425-440, jul set. , 1997.

GUIMARÃES Alice V; BRASIL Amanda M. O adoecimento psíquico e a atividade laboral do profissional de saúde. Projeto de Pesquisa (Trabalho de Conclusão de Curso I) Curso de Graduação em Enfermagem. Centro Universitário de Anápolis, Anápolis, 2018.

MOTA, Roberta Araújo; MARTINS, Cileide Guedes de Melo ; VÉRAS, Renata Meira. Papel dos profissionais de saúde na política de humanização hospitalar. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 2, p. 323–330, 2006.

NASCIMENTO, Camila Aparecida Alves; CREPALDE, Neylson João Batista Filho. A música como recurso nos processos de humanização hospitalar. Rev. Formação Docente. Vol 7, Nº1. Belo Horizonte MG. Junho de 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas-izabela/index.php/fdc/article/view/756> Acesso em 25 de abril de 2021.

PRADO, Amanda. Dornelas; PEIXOTO, Bruna Cristina *et al.* A saúde mental dos profissionais de saúde frente à pandemia do COVID-19: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 46, p. e4128, 26 jun. 2020.

ROGERS, C. R. (1977). Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva, Vol. 1 (M. L. Bizzotto, Trad.). Belo Horizonte: Interlivros. (Trabalho original publicado em 1965)

SILVA, Guilherme Henrique da; PIOVESAN, Juliane Cláudia. Música no ambiente hospitalar: uma possibilidade de proporcionar alegria e ludicidade na internação. Vivências: Rev. Eletrônica de Extensão da URI. ISSN 1809-1636. Vol. 14, N.26: p.204-219. Maio de 2018. Disponível em: http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_026/artigos/pdf/Artigo_17.pdf Acesso em 26 de abril de 2021.

CRISPIM, D; SILVA M.J.P DA; CEDOTTI, W.; CÂMARA, M.; GOMES, S.A. Recomendações práticas para comunicação e acolhimento em diferente cenários da pandemia: Visitas Virtuais durante a pandemia do COVID-19. Disponível em: <https://ammg.org.br/wp-content/uploads/Visitas-virtuais-COVID-19.pdf>

CRISPIM, D; SILVA M.J.P DA; CEDOTTI, W.; CÂMARA, M.; GOMES, S.A. Recomendações práticas para comunicação e acolhimento em diferente cenários da pandemia: Notícias de óbito durante a pandemia do COVID-19. Disponível em: <https://ammg.org.br/wp-content/uploads/%C3%93bito-COVID-19.pdf>

CRISPIM, D; SILVA M.J.P DA; CEDOTTI, W.; CÂMARA, M.; GOMES, S.A. Recomendações práticas para comunicação e acolhimento em diferente cenários da pandemia: Comunicação difícil e COVID-19. Disponível em: <https://ammg.org.br/wpcontent/uploads/comunica%C3%A7%C3%A3o-COVID-19.pdf.pdf>.

BRASIL, Resolução nº 011, de 11 de maio de 2018. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos por meios de tecnologia de informação e comunicação. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-11-2018->

BRASIL, Resolução nº 04, de 26 de março de 2020. Regulamenta sobre os serviços psicológicos prestados por meio da tecnologia da informação e comunicação durante a pandemia do COVID-19. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020>

ROMANO B. Princípios para a prática da Psicologia clínica em hospitais. São Paulo (SP): Casa do Psicólogo, 1999.

CAPÍTULO 30

EM TEMPOS DE PANDEMIA, A CARTA TAMBÉM SE TORNA “REMÉDIO”: A CARTA COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO EM UM HOSPITAL REFERÊNCIA DA COVID-19

Débora Teixeira da Cruz, Doutora em Saúde e Desenvolvimento, Docente e Pesquisadora, Centro Universitário Unigran Capital

Gabriela Alves César, Graduanda em Psicologia, Centro Universitário Unigran Capital

Renata Evarini, Especialista em Ciências da Saúde, Psicóloga no HRMS

Sabrina Martins Duarte, Graduanda em Psicologia, Centro Universitário Unigran Capital

Sheila Amorin Matos, Graduanda em Psicologia, Centro Universitário Unigran Capital

Thays Aparecida Nunes Campozano, Mestre em Psicologia da Saúde, Psicóloga no HRMS

Watuci de Oliveira da Silva, Graduanda em Psicologia. Centro Universitário Unigran Capital

RESUMO

A Psicologia é uma formação acadêmica que surgiu da filosofia e tem como parâmetro estudar o comportamento humano. A Psicologia Hospitalar é uma subárea, ou seja, uma abordagem que tem como função atuar na atenção secundária e terciária, atuando nas instituições de saúde e realiza procedimentos e intervenções psicoterapêutica, trabalho em grupos, atendimentos em ambulatório, UTIs; pronto atendimento; enfermaria geral, atendimentos de interconsulta entre outras. O objetivo principal deste estudo foi mediar a comunicação da tríade paciente-família-equipe. O delineamento metodológico foi pautado no estudo contínuo qualitativo, longitudinal, utilizando cartas como meio de comunicação escrita, O projeto foi aprovado pelo Comitê de Operação Emergencial do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (COE- HRMS). Foi criado um endereço eletrônico pela Assessoria de Comunicação do hospital, para submissão das cartas. Para os resultados foram recebidas de 17 de abril de 2020 à 22 de março de 2021 um total de 1972 cartas. O monitoramento quantitativo dos recebimentos das cartas é realizado por meio de planilha de Excel onde os e-mails recebidos são organizados, triados e controlados. Já as avaliações acerca dos resultados se dão de forma sistêmica pela equipe responsável, através dos feedbacks emitidos pelos familiares e pelos pacientes durante os atendimentos, os relatos da equipe e os registros feitos através da ouvidoria do HRMS são também compilados no controle. No período da Pandemia pode se observar que existe o medo, o desespero, a ansiedade além das condições de isolamento em que a pessoa e familiares vivenciam a carta pode ser um refúgio aliviando e trazendo esperança do reencontro com a realidade. Durante a leitura das cartas foi possível compreender o comportamento dos pacientes e profissionais, Considera-se que a leitura da carta com ênfase pode evidenciar um relaxamento na pessoa levando o a criar forças para superar e melhorar o adoecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Hospitalar, COVID19, Medo, Angústia.

INTRODUÇÃO

O HRMS – Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, é um hospital geral, público, estadual de grande porte, que tem como missão ser uma instituição de referência estadual

prestando assistência médico-hospitalar humanizada através do SUS – Sistema único de Saúde, promovendo saúde à comunidade em geral. Foi inaugurado em 1997, sendo certificado como um Hospital de Ensino em 20 de abril de 2010, através da Portaria Interministerial de nº 905, em diversas linhas de cuidados: cardiovascular, clínica cirúrgica, clínica médica, materno-infantil, nefro-urológica, oncológica e pacientes críticos, atualmente possuem mais de 46 especialidades médica (FUNSAUMS, 2021).

O Psicólogo inserido no contexto hospitalar tem o foco da sua atuação voltado ao processo de adoecimento e internação do paciente considerando suas questões psicológicas, enxergando o ser enquanto ser biopsicossocial, abrangendo a sua atuação para a tríade família-paciente-equipe e as demandas advindas dessa tríade. Cabe ressaltar, que os profissionais da área de saúde se encontram em um momento pandêmico, na qual não havia sido exposto em livros, artigos, aulas de formação e etc, até este momento. Portanto, se fez necessário a criação de uma nova dinâmica de atuação, dentre as possibilidades do momento pandêmico a qual se encontraram, é possível definir que este momento de atuação está sendo imprescindível de como “aprender fazendo” (DE ASSIS et al, 2020).

A causa da pandemia, é classificada por uma doença respiratória caracterizada pela infecção do coronavírus, propiciando um surto da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-COV-2), denominada COVID-19, é transmissível através de gotículas respiratórias e/ou por contato, a transmissão ocorre quando as mãos contaminadas tocam os olhos, nariz ou boca. Por esse motivo, foram adotadas medidas de proteção com o objetivo de reduzir a interação entre as pessoas, e conseqüentemente, diminuir a velocidade de transmissão do vírus. O que afetou diversos contextos mundialmente, principalmente o sistema de saúde, mudando a realidade do cenário do trabalho dos profissionais da saúde, com o aumento considerável da demanda, e tornando o gerenciamento da situação no hospital um desafio diário, marcado pela criação constante de novas formas de atuação diante do cenário pandêmico (BRASIL, 2020).

Este capítulo visa relatar a experiência de implantação da ferramenta “Cartas”, denominada como “Pombo-Correio” criada pela equipe de Psicologia do HRMS. Com o objetivo geral de mediar a comunicação da tríade paciente-família-equipe, e como objetivos específicos: garantir minimamente as diretrizes do Política Nacional de Humanização (PNH), acolher uma escuta qualificada aos pacientes e suas famílias, prestar o suporte psicológico diante das questões do paciente internado no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul e sua família, de forma a minimizar os efeitos psicossociais da pandemia, tratando-se de uma

estratégia para solucionar as dificuldades enfrentadas nesse momento, decorrentes das restrições impostas pelo protocolo da Covid-19.

Saúde Mental no Contexto Hospitalar

O hospital é uma instituição marcada por situações de sofrimento e dor, e pela luta entre a vida e a morte. O processo de adoecimento em alguns casos necessita de internação, momento em que a pessoa é submetida às regras e normas do hospital, a luta principal da equipe de psicologia inserida no contexto hospitalar, é justamente humanizar esse contexto, modificando esses momentos, humanizando os processos e potencializando a subjetividade da pessoa hospitalizada, considerando o ser como único e compreendendo-o como um todo, visto que o trabalho do psicólogo hospitalar visa o bem-estar e qualidade de vida do paciente diante de sua condição atual, mediando a relação paciente-equipe-família (CRISPIM et al., 2020).

A doença e/ou processo de hospitalização podem propiciar alterações psicológicas, como por exemplo, o medo, a tristeza, o estresse, a inquietação, ansiedade, depressão, além disso, o diagnóstico e o tratamento tem diversos efeitos secundários, gerando um impacto econômico, social e familiar. O trabalho do psicólogo hospitalar visa o bem-estar e a qualidade de vida do paciente diante de sua condição atual, mediando a relação paciente-equipe-família, visto que o processo de hospitalização afeta a pessoa que está doente, todos os seus conviventes e a equipe de profissionais, potencializando sentimentos desconfortáveis, o objetivo principal do psicólogo hospitalar é mediar o processo entre o diagnóstico da doença e os ajustamentos necessários emocionais e comportamentais, em relação a ela (MOTTA, 1997).

Segundo Reuse e Siqueira (2019, p. 2),

O apoio da psicologia é fundamental, não devemos cuidar somente o corpo físico, e sim, do “inteiro” devemos sempre considerar que cada indivíduo é um ser biopsicossocial, tendo uma visão mais atenta e sensível ao emocional do paciente e seus familiares, para além da doença, enxergando os medos e angústias que eles podem apresentar durante esse período, contribuindo na sensibilização da equipe de saúde.

É importante ressaltar, que a atuação do psicólogo depende de sua formação teórica e sua atuação prática, mas o psicólogo hospitalar deve compreender que a psicologia hospitalar não é uma psicologia clínica aplicada em ambiente hospitalar, principalmente no atual momento, pandêmico, em que os profissionais estão atuando de forma emergencial e conforme as possibilidades da situação (ESPINHAI; AMATUZZI, 2008).

É imprescindível considerar os aspectos emocionais do sujeito hospitalizado, deste modo o psicólogo perpassa pelos setores em que é responsável, identificando e/ou programando

a sua atuação através das demandas identificadas pela equipe, família e/ou próprio psicólogo, tendo como respaldo o atendimento da Política Nacional de Humanização do SUS, uma prática que utiliza do Método da Tríplice Inclusão, conforme descrito BRASIL (2010, p.7).

(...) a feitura da humanização se realiza pela inclusão, nos espaços da gestão, do cuidado e da formação, de sujeitos e coletivos, bem como, dos analisadores (as perturbações) que estas inclusões produzem. Em outras palavras: humanização é inclusão.

Para construção de um atendimento humanizado, faz-se necessário o acolhimento, uma das diretrizes de maior importância, tanto política quanto ética, implicando em potencializar protagonismos, considerar os aspectos de diferenças individuais, tais como valores, crenças e a dignificação da vida e modo de viver, portanto, todas as ações devem considerar a dimensão subjetiva dos envolvidos (BRASIL, 2010).

Ação de Cartas “POMPO-CORREIO”

O ambiente hospitalar não é confortável para a maioria das pessoas que estão inseridas nele, mas é uma parte importante do processo de existir, podendo ser o começo de um novo eu ou até mesmo o fim dessa existência, existem diversas possibilidades de fenômenos diante desse ambiente. O objetivo dos profissionais da saúde, principalmente no contexto hospitalar, é minimizar o sofrimento advindo da condição em que o paciente se encontra (BAPTISTA et al., 2018).

Diante do novo contexto acarretado pela pandemia, foi necessário a implementação de novas medidas restritivas na rotina hospitalar, como a restrição de visitas, acompanhantes e uso de celulares com objetivo de conter a propagação de contágio desta doença. A equipe de Psicologia do HRMS, durante os atendimentos psicológicos, ao constatar o aumento das alterações emocionais devido ao processo de hospitalização e a restrição de comunicação entre pacientes e familiares, não recebendo visitas e não tendo notícias de seus entes queridos, foi discutido entre a equipe uma medida alternativa para dar continuidade a cumprir com o processo de humanização no contexto pandêmico e possibilitar o acesso da rede de apoio sociofamiliar ao paciente.

Considerando que família é um sistema de apoio sociofamiliar, e ocupa um papel importante no processo de sobrevivência da pessoa, inclusive no seu processo de adoecimento, fornecendo um suporte capaz de amenizar os sintomas e ajudá-lo a se reposicionar diante das alterações advindas da doença (FARIA et al., 2017). Foram realizadas diversas pesquisas, buscando sempre como suporte a referência do Conselho Federal de Psicologia e utilizando

como base o guia de Crispim et al (2020) acerca das “Recomendações práticas para comunicação e acolhimento em diferentes cenários da pandemia”, analisando a importância da comunicação entre paciente e família em seu tratamento.

Goi et al, (2019, p. 1) destaca que.

A comunicação de qualidade com pacientes, familiares e equipe de saúde é um pilar fundamental para que o cuidado seja bem-sucedido. Pode ser considerada uma medida terapêutica quando utilizadas estratégias de comunicações adequadas. Médicos e profissionais de saúde que se comunicam efetivamente com seus pacientes são capazes de identificar os problemas com maior precisão, os pacientes ficam mais satisfeitos com os cuidados que recebem e isso ajuda a diminuir o estresse psíquico, abrindo espaço para compartilhar medos, dúvidas e sofrimentos, além de permitir que o paciente se sinta mais à vontade para manifestar e exercer sua autonomia.

Parkes (2009) desenvolve a concepção acerca do mundo presumido, considera um lugar de segurança que todo sujeito tem, onde sua rotina de vida e os rituais são importantes para mantê-lo equilibrado. Com uma crise, há uma quebra no mundo presumido, ocasionando em episódios de ansiedade, insegurança, isolamento e solidão, a hospitalização, principalmente durante a pandemia, é considerada um momento de crise.

METODOLOGIA

O delineamento é de um estudo contínuo qualitativo, longitudinal, baseado nos referenciais teóricos, utilizado cartas como meio de comunicação escrita, e as estagiárias do 9º semestre do Curso de Psicologia do Centro Universitário Unigran Capital (durante visita no leito faz a leitura das cartas) o estudo é supervisionado pela profa responsável e em preceptoria pelas Psicólogas do departamento de Psicologia do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul. O projeto foi incluído no Protocolo de atendimento Psicológico Hospitalar durante a pandemia Covid-19, e submetido ao Comitê de Operação Emergencial da instituição (COE- HRMS) para aprovação. Foi criado, após aprovação pelo COE-HRMS, um endereço eletrônico específico para este fim e divulgado à Assessoria de Comunicação do HRMS o endereço é psicohrmscovid19@gmail.com, no Boletim Médico diário para os familiares e para os servidores em geral na tela dos computadores. O estudo foi pautado na Resolução 510/2016 art. 1º parágrafo VII – “pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ação foi criada pelo Serviço de Psicologia do HRMS e executada por estagiárias do Curso de Psicologia do Centro Universitário Unigran Capital, os procedimentos caracterizam a

dignidade da pessoa, o que contribui para um processo de humanização através da criação da ação “Pombo-Correio” que busca propiciar a convivência das pessoas que estão internadas, um momento de comunicação através da escrita, onde eles relatam o que diriam se estivessem ali com o paciente.

Quadro 1 – Descrição referente ao fluxo para implantação e ação.

Informar aos familiares o canal de comunicação com o Serviço de Psicologia para envio de cartas por e-mail através do Boletim Médico diário
Estabelecer calendário de entrega semanal (segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras)
Identificar o paciente e o setor em que se encontra
Imprimir as cartas e levar até o paciente, ou na sua impossibilidade dele ler, fazer a leitura da mesma
Oferecer suporte emocional no processo de comunicação, trabalhando possíveis pensamentos disfuncionais, fantasias, medos, angústias, ansiedades;
Mediar resolução de problemas pautada nas necessidades práticas do paciente (por exemplo, solicitar algum pertence aos familiares).

Fonte: Ação desenvolvida pelo departamento de Psicologia do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, 2021.

O recebimento e as entregas das cartas iniciaram no dia 17 de abril de 2020, perfazendo um total 1972 cartas recebidas até o dia 22 de março de 2021. O monitoramento quantitativo dos recebimentos das cartas é realizado por meio de planilha de Excel onde os e-mails recebidos são organizados, triados e controlados. Já as avaliações acerca dos resultados se dão de forma sistêmica pela equipe responsável, através dos feedbacks emitidos pelos familiares e pelos pacientes durante os atendimentos, os relatos da equipe e os registros feitos através da ouvidoria do HRMS são também compilados no controle.

O recebimento das cartas geram influência e bem estar durante o processo de adoecimento-internação propiciando alívio, conforme destaca Paiva e Rasera (2012) essa carta tem o caráter de respostas sobre os conflitos internos, evidenciando uma condição terapêutica, o que diferencia de uma carta social, e tem como resultado uma relação interpessoal humanizada na tríade paciente-tratamento-profissional. A exposição ou leitura do conteúdo pode ser um estímulo-resposta, haja vista que existem questões pessoais conscientes que pode levar o paciente a relevantes quadros de melhora, diminuído a ansiedade, preocupação e produzindo uma paz de espírito.

Conforme Goldberg, (2000) na terapia narrativa a carta deve estar centrada no cliente, neste sentido, observa-se que no contexto hospitalar a ação descrita pelo autor, já acontece há mais de duas décadas, e percebe-se que existe uma possibilidade de uso de cartas como processo terapêutico, outro ponto importante que foi encontrado nos referenciais teóricos que Freud foi

o primeiro terapeuta a escrever cartas para seus clientes/paciente, o que torna relevante observar que as cartas devem estar centradas no paciente, buscando tranquilizar a pessoa adoecida dos conflitos e das condições em que ela se encontra. No período da Pandemia pode se observar que existe o medo, o desespero, a ansiedade além das condições de isolamento em que a pessoa e familiares vivenciam a carta pode ser um refúgio, aliviando os conflitos internos, os comportamentos e trazendo esperança do reencontro com a realidade. Durante a leitura das cartas foi possível compreender o comportamento dos pacientes e profissionais, haja vista que a leitura da carta com ênfase pode evidenciar um relaxamento na pessoa levando o a criar forças para superar e melhorar o adoecimento.

Mosimann e Lustosa (2011) há uma década afirmavam que a “calamidades afetavam a humanidade”, e nos dias atuais é possível compreender que esse desequilíbrio surgiu em 2020 como um monstro deixando a população mundial em choque, foram inúmeras perdas de ente queridos, empregos, relacionamentos entre outros, o que denomina uma psicossomatização e perda de esperança da sobrevivência. Neste contexto considera-se que a contribuição da Psicologia e ajudar os atores envolvidos (pacientes, familiares, e profissionais) na organização de pensamentos e conscientização sobre os cuidados e sofrimentos vivenciados por todos.

Observou-se ainda que as cartas amenizaram os sintomas de ansiedade e solidão causada pelo isolamento, em virtude da doença, e possibilitou a ressignificação desse evento potencialmente traumáticos o que impacta na condição biológica do organismo, contribuindo para o prognóstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o Projeto Pombo-Correio possibilitou ainda que de maneira remota, a comunicação entre a pessoa hospitalizada e seus conviventes, através de palavras relatando notícias fora do contexto hospitalar. O olhar da equipe de psicologia para identificar a necessidade desse momento e criar essa estratégia, evidência a importância de considerar os aspectos psicológicos no processo de adoecimento e internação.

As cartas possibilitaram a reaproximação e resgate de laços afetivos de familiares que estavam distantes, pedidos de perdão e reconciliação para os familiares que estavam brigados por motivos pessoais, servindo também de base para aperfeiçoamento dos POP – Procedimentos Operacionais Padrão, melhorando os protocolos e estudos de humanização que o SUS tem como bandeira no atendimento à saúde do povo brasileiro.

A humanização está ocorrendo de forma ampla, conforme prevê a PNH, abrangendo o

cuidado da tríade, família-paciente-equipe, identificando as demandas que estão afetando à saúde mental, proporcionando orientações e psicoeducação em relação a essas demandas que estão surgindo na condição atual, auxiliando na adaptação e desenvolvimento de recursos para o enfrentamento. Os demais profissionais estão conscientes sobre o impacto da pandemia nas questões comportamentais e emocionais das pessoas, inclusive seus próprios impactos, notando a importância da atuação do psicólogo nesse contexto e de sua escuta ativa, onde é identificado o que está levando ao adoecimento psíquico.

É notável a relevância do Psicólogo na integração da equipe multiprofissional diante das demandas gerais, principalmente as demandas advindas do coronavírus visto que os pacientes tem acesso a informações desmotivadoras diariamente em relação a este vírus e sua taxa altíssima de óbito, nesse sentido, o psicólogo é de extrema importância para amenizar as consequências emocionais decorrentes desse acesso, considerando a dor emocional juntamente com a dor física, e não somente a física como normalmente.

Dentre as funções realizadas dos procedimentos pelo setor de Psicologia, foi incluído a comunicação entre o paciente e seus ente queridos, atualmente acontece através das cartas, mas já está sendo planejado outros meios que facilitaram e agilizaram esse processo, através de mensagens, ligações e videochamadas de aplicativos. Acredita-se que apesar da luta presente, existe um amplo campo a ser explorado, possibilitando a realização de pesquisas e desenvolvimentos de novos recursos terapêuticos, bem como reflexões sobre a contribuição da Psicologia e ressignificação de sua atuação enquanto profissional e pessoa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Makilim Nunes et al. Psicologia hospitalar: teoria, aplicações e casos clínicos. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. 340 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Formação e intervenção / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 242 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Cadernos HumanizaSUS; v.1). Disponível em: <http://redehumanizaus.net/wp-content/uploads/2017/09/Cadernos-HumanizaSUS-Volume-1.Formac%CC%A7a%CC%83o-e-Intervenc%CC%A7o%CC%83es-1.pdf> Acesso em: 15 abr.2021.

CRISPIM, D; SILVA M.J.P DA; CEDOTTI, W.; CÂMARA, M.; GOMES, S.A. Recomendações práticas para comunicação e acolhimento em diferentes cenários da pandemia: Visitas Virtuais durante a pandemia do COVID-19. Disponível em: <<https://ammg.org.br/wp-content/uploads/Visitas-virtuais-COVID-19>>. Acesso em: 26/08/2020>. Acesso em: 15 abr.2021.

DE ASSIS, Fabiane Espindola et al. A Atuação da Psicologia hospitalar, breve histórico e seu

processo de formação no Brasil. *Psicologia Argumento*, v. 37, n. 98, p. 501-512, 2020.

ESPINHAI, Tatiana Gomez; AMATUZZI, Mauro Martins. O cuidado e as vivências de internação em um hospital geral. 2008. 9 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000400011>. Acesso em: 30 abr. 2021.

FARIA, Hila Martins Campos; DE CARVALHO, Júlia Carneiro; DE ALMEIDA TELLES, Kamilla Marina. o processo de humanização no acolhimento às famílias de pacientes hospitalizados. *PSIQUE*, v. 2, n. 3, p. 95-109, 2017. Disponível em <https://seer.cesjf.br/index.php/psq/article/view/1240/853>. Acesso em: 15 abr.2021.

FUNSAUMS (Mato Grosso do Sul). Hospital Regional de Mato Grosso do Sul. Apresentação: estrutura. **Elaborada pela equipe de comunicação HRMS**. Disponível em: <https://www.hospitalregional.ms.gov.br/estrutura/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

GOIS, A.F.T; PERNAMBUCCI, A.C.A. **Guia de Comunicação de más notícias**/ editores: Aécio Flávio Teixeira de Góis, André Castanho de Almeida Pernambuco; Coordenação Guilherme Liausu Cherpak...[et al]. – 1. Ed – Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

GOLDBERG, David. “Emplotment”: letter writing with troubled adolescents and their families. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 5, 63-76 (2000).

REUSE, Jociani Andrade; SIQUEIRA, Thomaz Décio Abdalla. **Relato de experiência de atendimento psicológico no contexto hospitalar**. BIUS-Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia, v. 12, n. 5, p. 1-6, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/6182>>. Acesso em: 25 abr.2021.

MOSIMANN, Laila T. Noletto Q.; LUSTOSA, Maria Alice. A Psicologia hospitalar e o hospital. **Revista SBPH** vol.14 no.1 Rio de Janeiro jun. 2011.

PAIVA, Ludoana Pousa Corrêa de; RASERA, Emerson Fernando. O uso das cartas terapêuticas na prática clínica. **Psicol. clin.** vol.24 no.1 Rio de Janeiro 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/pc/v24n1/13.pdf> Acesso em 28 de abril de 2021.

PARKES, C.M. **Amor e perda**: as raízes do luto e suas complicações (M.H.P. Franco, Trad.) São Paulo: Editora Summus. 2009.

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

PANDEMIA COVID-19:

Políticas Públicas e Demandas Sociais

Patrícia Gonçalves de Freitas
Roger Goulart Mello
Organizadores



2021

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

PANDEMIA COVID-19:

Políticas Públicas e Demandas Sociais

Patrícia Gonçalves de Freitas
Roger Goulart Mello
Organizadores



2021